

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

Carina Santos de Almeida

**TEMPO, MEMÓRIA E NARRATIVA KAINGANG NO OESTE
CATARINENSE:**
A TRADIÇÃO KAINGANG E A PROTEÇÃO TUTELAR NO CONTEXTO
DA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NA TERRA INDÍGENA
XAPECÓ

Florianópolis, maio de 2015

Carina Santos de Almeida

**TEMPO, MEMÓRIA E NARRATIVA KAINGANG NO OESTE
CATARINENSE:
A TRADIÇÃO KAINGANG E A PROTEÇÃO TUTELAR NO CONTEXTO
DA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NA TERRA INDÍGENA
XAPECÓ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado – do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de pesquisa História Indígena, Etno-história e Arqueologia, como requisito para a obtenção do título de Doutor(a) em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold

Florianópolis, maio de 2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

ALMEIDA, CARINA SANTOS DE

Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense : a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xaçecó / CARINA SANTOS DE ALMEIDA ; orientadora, Ana Lúcia Vulfe Nötzold - Florianópolis, SC, 2015.

542 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História Indígena. 3. Kaingang. 4. Proteção Tutelar. 5. Exploração Florestal. I. Vulfe Nötzold, Ana Lúcia . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

TEMPO, MEMÓRIA E NARRATIVA KAINGANG NO OESTE CATARINENSE: A tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem da Terra indígena Xaçepó

Carina Santos de Almeida

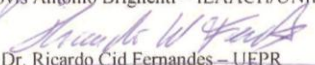
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

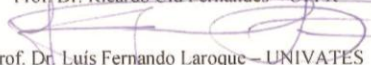
DOCTORA EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora

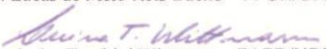

Profª. Dra. Ana Lúcia Vurfe Nötzel (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Clóvis Antônio Brighenti – ILAACH/UNJLA


Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes – UEPR



Prof. Dr. Luís Fernando Laroque – UNIVATES


Prof. Dr. Lucas de Melo Reis Bueno – PPGH/UFSC


Profª. Dra. Luisa Tombini Wittmann – FAED/UDESC

Profª. Dra. Maria Dorothea Post Darela (suplente interno) – UFSC

Prof. Dr. Jô Klanovicz (suplente externo) – UNICENTRO


Profª. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 15 de abril de 2015.

AGRADECIMENTOS

Doutorado, um caminho que todos que trilham acusam ser solitário. Ao longo do desenvolvimento desta tese muitas pessoas e instituições marcaram o percurso da pesquisa e esta escrita narrativa. Possivelmente me esquecerei de citar pessoas que cruzaram e de alguma forma contribuíram com este estudo.

Seria difícil sair do interior gaúcho e cursar doutorado no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal de Santa Catarina – PPGH/UFSC, na cidade de Florianópolis, sem o auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O projeto coordenado por minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold, chamado “Autogestão e processos próprios de aprendizagem: desafios para uma educação escolar indígena com autonomia”, através do Programa Observatório da Educação Escolar Indígena – OEEL, financiado pela CAPES, SECAD e INEP, Edital 001/2009, proporcionou-me uma bolsa de doutorado por um ano e meio e me apresentou um universo educacional até então desconhecido. Posteriormente, contei também com a bolsa de doutorado do REUNI/PPGH/UFSC/CAPES por quase seis meses, enquanto que a bolsa de doutorado do PPGH/CAPES me auxiliou nos últimos dois anos de estudos.

A primeira relação com o lócus de minha pesquisa, a Terra Indígena Xapecó, ocorreu no primeiro semestre de 2010. Na realidade foi a primeira vez que eu entrava numa Terra Indígena Kaingang, até então, o pouco contato com povos indígenas fazia referência aos Guarani no Rio Grande do Sul. Por sinal, até aquele momento, minha aproximação com os Kaingang não ultrapassava a relação comercial estabelecida nas ruas das cidades gaúchas. Assim, intencionalmente, um dos meus primeiros agradecimentos se direciona a comunidade Kaingang da Terra Indígena Xapecó, que desde 2010 me recebeu com jovialidade, sobretudo, por conta do carisma de minha orientadora. Os professores, as lideranças e meus receptivos e atenciosos narradores Kaingang foram fundamentais para que esta tese alcançasse seus objetivos. Contudo, mais que uma relação de estudos, os Kaingang depois de vencido o estranhamento, foram afetuosos e acolhedores na sua terra, nas suas casas e nas suas vidas.

Neste sentido, preciso agradecer, nominalmente, aos professores Kaingang Ana Paula Narsizo, Arnaldo Alves de Assis, Claudemir Pinheiro *Kurã kág*, Dalgir Pacífico, Getúlio Narsizo *Tójjã*, Gilmar

Mendes dos Santos e João Maria Pinheiro que apoiaram esta pesquisa de alguma forma, seja narrando histórias da terra, contando causos, indicando pessoas para compartilhar as memórias de vida, e/ou intermediando, acompanhando e auxiliando nas entrevistas pelos caminhos nas aldeias da Terra.

Agradeço o acesso e a colaboração na consulta aos documentos proporcionados pelo Centro de Memória do Oeste Catarinense/CEOM/Chapecó (SC), pelo Arquivo Geral, Arquivo Fundiário, Coordenação Geral de Gestão Estratégica/CGGE e Biblioteca Curt Nimuendajú da FUNAI/Brasília (DF), bem como o acesso aos documentos na Coordenação Técnica Local da FUNAI/Paranaguá (PR). Não poderia esquecer-me de mencionar a receptividade e o apoio que tivemos de José Antonio Medina e Eduardo Barcellos no Museu do Índio (RJ), bem como a atenção do diretor José Carlos Levinho, do coordenador de Divulgação Científica Carlos Augusto da Rocha Freire e da coordenadora de Patrimônio Cultural Ione H. Pereira Couto.

Os estudos interdisciplinares foram fundamentais para a construção teórico-metodológica da tese. Recordo-me das pertinentes discussões com os professores Dr.^a Eunice Nodari, Dr. João Klug e Dr. Sílvio M. de Souza Correa, que sempre me motivaram nos estudos de História Ambiental. Foram fundamentais as contribuições dos professores Dr. Paulo Pinheiro Machado, Dr.^a Maria Bernadete R. Flores, Dr.^a Antonella I. Tassinari, Dr. Marcos Montysuma e Dr.^a Ana Lúcia V. Nötzold nos caminhos da História Social e Cultural, Antropologia Histórica, Etno-história e História Oral. Tive a oportunidade de conhecer os professores Dr.^a Kimyie Tommasino e Dr. Ricardo Cid Fernandes, que gentilmente enviaram seus artigos, indicaram bibliografias e auxiliaram nos estudos interdisciplinares Kaingang.

Assim, agradeço em especial:

Ao meu professor e orientador de mestrado Sílvio M. de Souza Correa, quem me instigou a continuar os estudos e me recebeu em sua casa e na sua família.

Ao apoio constante da amiga e professora de francês Caroline Christe, bem como pela acolhida carinhosa de Julie e Amélie Correa.

À oportunidade de ter contribuído nos bastidores do curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – UFSC, por intermédio de minha orientadora, onde pude compartilhar de momentos singulares com os acadêmicos Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklãnõ e fazer amizades.

Às boas recordações dos encontros com os colegas e amigos que fiz em Florianópolis, sobretudo: Elton Laurindo da Costa, Samira P. Moretto, Paulo Peiker e Arielle Rosa Rodrigues.

Aos meus amigos de longa data que, de perto ou de longe, acompanham minha vida e compartilham dos mesmos ideais: Caroline Goerck, Daiana Silva, Elisangela Wenzel, Eliane Gracioli e Lucir Alves.

Às minhas colegas e amigas linguístas da Licenciatura Intercultural Indígena da UNIFAP, que compartilham sonhos, desafios, dificuldades e esperança: Cilene Campetela, Elissandra Barros da Silva e Gelsama Mara Ferreira dos Santos.

Aos colegas do Laboratório de História Indígena/LABHIN que me acolheram afetosamente, dividiram momentos singulares de estudos e trabalhos, discussões, debates, teorias e metodologias, conselhos e dicas, diversão, viagens “sinistras” e “intensas” aos eventos, arquivos, acervos e, sobretudo, companheiros nas saídas de campo às terras indígenas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul: Bruna Gavério, Guilherme Américo, Isaac Facchini, Maurício Pietrobelli, Nathan Buba, Rafael Benassi; com meu agradecimento particular aos “labhinianos” de imemorial data, queridos amigos e colegas: Helena A. Rosa, Jeniffer C. da Silva, Luana M. da Silva e Sandor F. Bringmann.

Para finalizar:

Aos meus queridos amigos que admiro pela generosidade e cumplicidade, pela trajetória de vida, pelo engajamento na causa indígena e na educação escolar indígena, por estarem motivados a contribuir com a diversidade e alteridade e por me ensinarem a refletir sobre a temática indígena: Clovis Antonio Brighenti e Osmarina de Oliveira. Este casal recebeu-me tantas e tantas vezes no Campeche, inclusive, apresentaram pessoas muito queridas, como os compadres Santana e Genir.

Às queridas amigas e colegas historiadoras: a sul-mato-grossense Zilda Moura Alves e a portuguesa-brasileira Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos. Tenho tantas palavras para definir nossos intensos e profundos momentos de convivência nos dias solitários de nossas teses, nublados e ventosos de Floripa. Companheiras de bons vinhos e cervejas, de desabafos, de emoções e sentimentos, confidentes nas angústias, nos medos e nas palavras tortas e embriagadas. Amigas que aprendi a respeitar e que me acompanharão pelo resto da vida, perto ou longe, seja no hemisfério sul, ou seja, no hemisfério norte.

Aos meus familiares: Cleusa, Altamir e Deise. Pelo apoio constante e palavras carinhosas nos momentos mais difíceis e duros da

vida. Devo aos meus pais o incentivo nos estudos, apesar de pertencer a uma família que até então não teve acesso ao ensino superior, meus pais dedicaram suas vidas para que eu e minha irmã estudássemos. No ano de 2014 me tornei “titia”, agradeço a minha irmã pela chegada da doce Alice, que veio para renovar e alegrar nossa família.

Ao professor historiador Dr. Jó Klanovicz, do Programa de Pós-Graduação em História e Regiões, da UNICENTRO (PR), por emprestar-me livros, contribuir na banca de qualificação, sobretudo no que concerne a temática da História Ambiental e integrar esta banca de arguição.

Ao professor historiador Dr. Clovis Antonio Brighenti, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História/ILAACH da UNILA (PR), que além de ser especialista em povos indígenas no sul do Brasil e indigenista há décadas, conhece de longa data a Terra Indígena Xapecó e o povo Kaingang, disponibilizou-me muitos documentos analisados nesta tese, participou do início de minha pesquisa e agora, do encerramento e arguição.

À professora antropóloga Dr.^a Maria Dorothea Post Darella, do Museu de Etnologia e Arqueologia da UFSC (SC), por quem tenho admiração e respeito pelo trabalho sério e engajado com os povos indígenas, pelos bons momentos compartilhados no curso de Licenciatura Intercultural Indígena e por aceitar integrar esta banca de arguição.

Ao professor arqueólogo Dr. Lucas de Melo Reis Bueno, do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC (SC), quem tive a oportunidade de conhecer no curso de Licenciatura Intercultural Indígena e por aceitar integrar esta banca de arguição.

À professora historiadora Dr.^a Luisa Tombini Wittmann, do Centro de Ciências Humanas e Educação/FAED da UDESC (SC), que foi desde o momento em que nos conhecemos uma pessoa gentil, acessível e acolhedora. Agradeço a oportunidade de participar de bons momentos de estudos ameríndios, pelo aprendizado proporcionado por ela no NEAB/UDESC e por integrar esta banca de arguição.

Ao professor historiador Dr. Luis Fernando Laroque, do Programa de Pós-Graduação Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES (RS), por compartilhar os estudos acerca dos Kaingang do outro lado do Rio Uruguai, pelas singulares contribuições na banca de qualificação e por integrar a arguição de encerramento desta tese.

Ao professor antropólogo Dr. Ricardo Cid Fernandes, do Departamento de Antropologia da UFPR (PR), quem tive a oportunidade de ter aula especial no PPGAS/UFSC e estabelecer desde então contatos, diálogos, questionamentos e discussões sobre os povos indígenas e especificamente sobre o povo Kaingang. Agradeço a presença nesta banca de arguição.

À minha querida orientadora, pela dedicação, pelo apoio, confiança e paciência, pela aprendizagem e ensinamentos. Tenho incomensurável gratidão por ter me recebido no LABHIN e me acolhido como sua “pupila”. Com a professora Ana Lúcia aprendi a importância do silêncio, compreendi que na pesquisa com povos indígenas muitas vezes o importante é observar mais do que se manifestar. Agradeço por ter me introduzido e oportunizado percorrer a pesquisa em História Indígena e na Educação Escolar Indígena e por ter contribuído fundamentalmente para a minha formação na área na qual hoje trabalho.

Encerro manifestando profundo agradecimento e carinho ao meu companheiro de vida Alexandre L. Rauber. Confidente na intimidade, cúmplice nos ideais de transformação que a educação pode promover e, acima de tudo, conivente com o novo modo de vida que escolhemos vivenciar em 2013. Saímos praticamente do Chuí ao Oiapoque e atravessamos de sul a norte o Brasil. Percorremos lugares que pareciam estranhos e incompreensíveis aos nossos limitados olhares, conhecemos parte dos sertões brasileiros, navegamos pela foz do maior rio do mundo, o Amazonas, e, finalmente, estamos compartilhando uma parceria profissional enquanto colegas na mesma instituição, a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, nas terras alagáveis de Oiapoque. Seu apoio foi fundamental para o início, o desenvolvimento e o encerramento desta tese.

*Era uma tarde do mez de Maio de 1886,
achavamos-nos reunidos á margem de um ribeiro,
junto de um grande fogo,
debaixo de bellas copadas arvores que principiavam já a derrubar as
folhas.*

*Perto do fogo se viam:
cestos de pinhões, apanhados de fresco;
algumas jacutingas mortas (Penelope) ainda sem depenar;
indios caingangues construiam, com folhas de palmeira, um abrigo
para a noite.*

*Eu e o cacique Arakchó, recostados e fumando nossos cigarros,
discorriamos sobre as guerras passadas entre a minha gente e a gente
delle,
fazendo-lhe notar as vantagens que, tanto a elles como a nós, resultam
deste estado de paz.*

*É verdade, me disse elle, nos soffriamos falta de muitas cousas e
viviamos sempre sobresaltados;
mas vocês tambem não tinham a liberdade de entrar em nossos sertões
e viver descançados; para você fazer idea do que eram meos
antepassados,
vou lhe contar a historia de Combró,
que era pae do pae da mãe de meo pae.
Naquelles tempos...*

Telemaco Borba, 1908



De Franz Keller
Cacique Manuel Arepquembe
Chefe Katangang
Aldeamento São Jerônimo.
Biblioteca Nacional

RESUMO

Este estudo acerca dos Kaingang da Terra Indígena Xaçepó orienta-se pelas relações estabelecidas do povo com o ambiente e seus desdobramentos, visa dessa forma apresentar os meandros da atuação da proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem e as consequentes rupturas, impactos e/ou continuidades no modo de vida e no *habitus* social Kaingang. A temporalidade deste estudo conduziu-se a partir dos registros e descrições relacionadas aos Kaingang do século XVIII e alcança a contemporaneidade. Os encontros e desencontros dos Kaingang com não índios em terras meridionais foram registrados em descrições de cunho etnográfico e representam momentos decisivos na trajetória histórica do povo. Por outro lado, foi a partir dos oitocentos e, sobretudo, dos novecentos que a espacialização e a territorialidade Kaingang deslocaram-se visceralmente da condição de mobilidade para a de *homo situs*, impactando as relações do povo no tempo/espaço. A indigeneidade da paisagem marca as narrativas de história e memória dos Kaingang ressaltando a existência do tempo dos “antigos” e do tempo de “agora”. As reminiscências mnemônicas expressas entre silêncios, esquecimentos e lembranças descrevem os enredos das relações de contato e da proteção tutelar, bem como as instâncias constituintes do mundo Kaingang. As narrativas ressaltam o papel central do “mato virgem” e do “pinhalão” no modo de vida e no *habitus* social à medida que estes espaços são entendidos como elementos integrantes da tradição Kaingang. A tese elaborou e apresenta diversos produtos em história indígena e ambiental no que concerne a localização e a caracterização da TI Xaçepó através de mapas e da perspectiva multi-temporal da composição da cobertura florestal. As sinuosidades da transformação do modo de vida e *habitus* social Kaingang e da paisagem da TI Xaçepó são expressas nas múltiplas faces da proteção tutelar, que por meio do propulsor indigenismo brasileiro, possibilitou a grilagem, o esbulho e a espoliação dos índios do “Chaçepózinho” ao mesmo tempo em que a inserção da TI na lógica do desenvolvimento econômico. A “marcha para a emancipação econômica” do Posto Indígena Xaçepó a partir da gestão do patrimônio indígena percorreu momentos distintos e pautou-se na exploração das potencialidades naturais. O modelo de indigenismo rondoniano-varguista marcou um primeiro momento da proteção tutelar sendo procedido pelo indigenismo da FUNAI, que a despeito de seu início moralizante, permitiu à exaustiva exploração dos recursos florestais e inseriu as terras

indígenas no sul do Brasil no contexto do nacional-desenvolvimentismo brasileiro. A exploração da madeira se encerrou na TI Xaçecó e a proteção tutelar na figura do chefe de Posto perdeu definitivamente qualquer *status* de poder centralizador à medida que o protagonismo Kaingang passou a conduzir as práticas políticas e socioeconômicas locais.

PALAVRAS-CHAVE:

Kaingang – Exploração Florestal – Proteção Tutelar – Indigeneidade da Paisagem – História Indígena

ABSTRACT

This study about the Kaingang of the Indigenous Land Xapecó is guided by the established relationships of the people with the environment and its consequences, aims to present the intricacies of the tutelary protection action in the context of the landscape transformation and the resulting disruptions, impacts and/or continuities in the way of the Kaingang life and social *habitus*. The temporality of this study was conducted from the records and descriptions related to the Kaingang of the eighteenth century and reach the contemporary. The meetings and missings of the Kaingang with non-Indians in southern lands were recorded in ethnographic descriptions and represent defining moments in the historical trajectory of the people. On the other hand, was from eight hundred and, especially, the nine hundreds that the Kaingang spatiality and the territoriality viscerally moved up from de mobility condition for the *homo situs*, impacting the relationships of the people in the time/space. The indigeneity of the landscape mark the narratives of memory and history of Kaingang highlighting the existence of time the "old" and the time of "now." The mnemonic reminiscences expressed between silences, omissions and memories describe the plots of contact relations and of tutelary protection, as well as the constituent bodies of the Kaingang world. The narratives emphasize the central role of the "virgin forest" and the "Pinhalão" on the way of life and social *habitus* as these spaces are seen as integral components of Kaingang tradition. The thesis developed and presents several products in indigenous and environmental history regarding the location and characterization of Indigenous Land Xapecó through maps and multi-temporal perspective of the composition of the forest cover. The sinuosity of the transformation of the Kaingang way of life and social *habitus* and the Indigenous Land Xapecó landscape are expressed in the multiple facets of tutelary protection, which through the Brazilian indigenous propellant movement, allowed the illegal occupation, the dispossession and the theft of the "Chapecozinho" Indians while the integration of Indigenous Land in the logic of economic development. The "march toward economic emancipation" of the Indian Post Xapecó from the management of Indian heritage come different times and was marked on the exploitation of natural potential. The model rondonian-varguist of indianism scored a first moment of tutelary protection being undertaken by the FUNAI indianism, which despite its moralizing beginning, allowed the plundering of forest resources and entered indigenous lands

in southern Brazil in the context of the Brazilian national-developmentalism. The logging ended in Indigenous Land Xapecó and the tutelary protection in the image of the post headman definitely lost any power status as the Kaingang role began to conduct local political and socio-economic practices.

KEYWORDS:

Kaingang – Lumbering – Tutelary Protection – Landscape Indigeneity – Indigenous History

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ª SUER	1ª Superintendência Executiva Regional
4ª DR	4ª Delegacia Regional
7ª IR	7ª Inspetoria Regional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
CEOM	Centro de Memória do Oeste Catarinense
CFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CGGE	Coordenação Geral de Gestão Estratégica
CI	Comissão de Investigação
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPI	Coordenação do Patrimônio Indígena
CRI	Cartório de Registro de Imóveis
DGA	Departamento Geral de Administração
DGO	Departamento Geral de Operações
DGO	Departamento Geral de Orçamentos
DGPC	Departamento Geral de Planejamento Comunitário
DGPI	Departamento Geral do Patrimônio Indígena
DPI	Departamento do Patrimônio Indígena
DPT/DOC	Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação
DR	Delegacia Regional
EIEB	Escola Indígena de Educação Básica
EUA	Estados Unidos da América
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
GT	Grupo de Trabalho
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INM	Instituto Nacional do Mate
INP	Instituto Nacional do Pinho
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IR	Inspetoria Regional

IR7	7ª Inspetoria Regional
IRASC	Instituto de Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina
ISA	Instituto Sócio-Ambiental
JK	Juscelino Kubitschek de Oliveira
LABHIN	Laboratório de História Indígena
MA	Ministério da Agricultura
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Ministério da Guerra
MI	Museu do Índio
MINTER	Ministério do Interior
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
OEEI	Observatório da Educação Escolar Indígena
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal
PI(s)	Posto Indígena(s)
PIA	Posto Indígena de Atração
PIC	Posto Indígena de Criação
PIF	Posto Indígena de Fronteira e Vigilância
PIN	Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação
PIT	Posto Indígena de Tratamento
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR	Paraná
PRODEC	Programa de Desenvolvimento de Comunidade Indígena
PSD	Partido Social Democrática
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RI	Reserva Indígena
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sessão de Estudos/SPI
SIFA	Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas
SP	São Paulo
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPU	Secretaria de Patrimônio da União

SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul
SUER	Superintendência Executiva Regional
TI(s)	Terra Indígena(s)
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

- 1 Primeiros contatos entre a décima expedição de conquista dos campos de Guarapuava comandada por Afonso Botelho e os Coroados, elaborado por Joaquim José de Miranda, século XVIII.....115
- 2 Ataque dos Coroados aos expedicionários do capitão Carneiro, da décima bandeira de Afonso Botelho, elaborado por Joaquim José de Miranda, século XVIII.....118
- 3 Recolhendo os mortos no campo onde os expedicionários foram atacados pelos Coroados, elaborado por Joaquim José de Miranda, século XVIII119
- 4 Abarracamento dos homens de Afonso Botelho nos campos de Guarapuava em contato com os Coroados, elaborado por Joaquim José de Miranda, século XVIII134
- 5 Vestimenta das mulheres Coroadas em momento de contato, elaborado por Joaquim José de Miranda, século XVIII.....137
- 6 *Parí*, cesto submerso na água140
- 7 Vista de San Pedro e seus pinhais de *Araucaria brasiliensis*....141
- 8 Os Coroados ao lado do rio e debaixo das Araucárias são recebidos no abarracamento luso-brasileiro, elaborado por Joaquim José de Miranda, século XVIII157
- 9 O contato nos campos de Guarapuava entre os Coroados e alguns expedicionários da décima bandeira comandada por Afonso Botelho, elaborada por Joaquim José de Miranda, século XVIII.....163
- 10 Recibo de arrendamento de capoeiras da “Reserva Indígena de Xapocó”, 11 de setembro de 1943, SPI.....303

11	Selistre de Campos com indígenas Kaingang no PI Xapecó.....	304
12	Planta dos terrenos reservados para os índios, no município de Chapecó, elaborada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço de Proteção aos Índios/SPI em 1934.....	330
13	Planta do imóvel reservado para os índios, Serviço de Proteção aos Índios/SPI, Ministério da Agricultura, de 1954.....	333
14	Registro do imóvel das terras dos índios do “Posto Indígena Dr. Selistre de Campos”, processo no IRASC.....	339
15	Cópia do registro do imóvel das terras dos índios do “Posto Indígena Dr. Selistre de Campos”, 16 de outubro de 1965, adquirida do IRASC	340
16	Retrato e ficha com informações sobre o agente encarregado Francisco Siqueira Fortes.....	385
17	Retrato e ficha com informações sobre o agente encarregado Wismar Costa Lima	386
18	Registro do imóvel das terras dos índios do “Posto Indígena Dr. Selistre de Campos”, processo no IRASC.....	401
19	“Polícia Federal vai prender os criminosos de Xanxerê, o Diário foi ver essa guerra”, capa do Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 25/10/1968	435
20	“Índio é estrangeiro em suas próprias terras”, Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 25/10/1968, Segundo Caderno.....	436
21	“Na história do índio o pinheiro é o astro”, Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 25/10/1968.....	437

22	Balancete financeiro dos Programas e Projetos da 4ª Delegacia Regional, referente ao período de abril e maio/1974.....	454
23	Resumo geral com o “Programa” ou “Projeto” dos Postos Indígenas da 4ª DR, discriminando o n.º de funcionários e os valores pagos em salário	455
24	“Madeira e corrupção em Xapecó”, Jornal Porantim, dezembro de 1989, pág. 1	479
25	“Madeira e corrupção em Xapecó”, Jornal Porantim, dezembro de 1989, pág. 2	480

LISTA DE FOTOS

- 1 Antonio Gonçalves da Silva e Lurdes Gonçalves da Silva mostrando a “banana có” 210
- 2 Ernesto Belino ao lado de Noé Rodrigues com armadilha “pito” para “pegar tatu”215
- 3 Características fisionômicas da formação da Floresta Estacional Semidecidual ou Floresta Subtropical Bacia do Uruguai, na Aldeia Limeira na Terra Indígena Xaçecó, 2011.....267
- 4 Características fisionômicas da formação da Floresta Estacional Semidecidual ou Floresta Subtropical Bacia do Uruguai, na Aldeia Limeira na Terra Indígena Xaçecó, 2011.....267
- 5 Características fisionômicas da formação da Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária (Pinhais), na Aldeia Sede da Terra Indígena Xaçecó, 1947268
- 6 Características fisionômicas da formação da Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária (Pinhais), na Aldeia Sede da Terra Indígena Xaçecó, 2011268
- 7 Diretor do SPI com índios Kaingang no Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947.....373
- 8 Diretor do SPI entre índios da “polícia indígena” no Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947.....373
- 9 Diretor do SPI com criança Kaingang no Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947.....374
- 10 Localização da sede do Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947.....375

11	Benfeitorias da sede do Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947	375
12	Os alunos e a escola da sede do Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947	376
13	Criação de ovinos do Posto Indígena Xaçecó, em setembro de 1947	377
14	Moinho d'água do Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947.....	377
15	Área desmatada para atividade pecuária do Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947.....	379
16	Curral para atividade pecuária do Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947.....	379
17	Colheita do trigo no Posto, com o agente encarregado Nereu Moreira da Costa, 1952	388
18	Colheita de trigo no Posto Indígena Xaçecó, em 1952.....	392
19	Detalhe do agente Nereu dirigindo um trator que puxa a colheitadeira, em 1952	392
20	Carregamento do trigo colhido para o caminhão, em 1952.....	393
21	Índio Kaingang junto a uma colheitadeira de trigo, em 1952....	393
22	Serraria do Posto Indígena Xaçecó, funcionando com contrato de prestação de serviço suspenso.....	444
23	Estoque de madeira na Serraria do Posto Indígena Xaçecó.....	445

LISTA DE MAPAS

- 1 Brasil Meridional com os domínios territoriais Kaingang no século XIX, o avanço das frentes de expansão e a regionalização dos dialetos Kaingang97
- 2 Espacialização dos povos indígenas meridionais (SP, PR, SC e RS), com destaque para o povo Kaingang, reelaborado a partir de Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes de Curt Nimuendajú, 1944100
- 3 Localização das Terras Indígenas Kaingang no bioma Mata Atlântica e no contexto da Floresta de Araucária.....104
- 4 Grandes biomas brasileiros.....105
- 5 Localização e condição fundiária das Terras Indígenas Kaingang no sul do Brasil.....241
- 6 Terra Indígena Xapecó, evolução das delimitações desde o Decreto n. 7, 18 de junho de 1902.....246
- 7 Localização da Terra Indígena Xapecó e suas localidades limítrofes.....250
- 8 Cobertura original da região da Terra Indígena Xapecó, elaborado a partir do Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina de Roberto Klein, de 1978258
- 9 Região da Terra Indígena Xapecó, reelaborado a partir de Remanescentes Florestais para o Estado de Santa Catarina, Fundação SOS Mata Atlântica de 2008262
- 10 Cobertura vegetal da região da Terra Indígena Xapecó, reelaborado a partir da FATMA/Estado de Santa Catarina em 1997263
- 11 Declividades da Terra Indígena Xapecó.....269

12	Hipsometria da Terra Indígena Xaçepó.....	270
13	Perspectiva multi-temporal da cobertura florestal da Terra Indígena Xaçepó e Glebas A e B para os anos de 1975, 1985, 1995 e 2008.....	277
14	Imagem de satélite LandSat – MSS, 08 de novembro de 1975, com resolução espacial de 80m.....	278
15	Imagem de satélite LandSat – TM5, 01 de março 1985, com resolução espacial de 30m.....	279
16	Imagem de satélite LandSat – TM5, 30 de abril de 1995, com resolução espacial de 30m.....	280
17	Imagem de satélite Cbers – HRC, 30 de maio de 2008, com resolução espacial de 2,5m.....	281
18	Localização das aldeias que compõe a Terra Indígena Xaçepó em 2014	301
19	Reelaboração da Planta dos terrenos reservados para os índios, no município de Chapecó (SC), elaborada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço de Proteção aos Índios/SPI em 1934.....	331
20	Reelaboração da planta do imóvel reservado para os índios, estado de Santa Catarina, Serviço de Proteção aos Índios/SPI, Ministério da Agricultura, de 1954	334
21	Terra Indígena Xaçepó elaborado pela FUNAI em 1987.....	341
22	Terra Indígena Xaçepó Glebas A e B, Canhadão e Pinhalzinho, elaborado pela FUNAI em 2003.....	342

LISTA DE TABELAS

1	Perspectiva multi-temporal da cobertura florestal da Terra Indígena Xaçecó e Glebas A e B entre 1975 e 2008.....	275
2	Recenseamento da população indígena total e residente nos toldos para os anos de 1938, 1942, 1944 e 1948.....	307
3	Recenseamento geral do Brasil da comarca de Palmas para o ano de 1890	308
4	População do Posto Indígena Dr. Selistre de Campos em 1964.....	310
5	Agentes encarregados do Posto Indígena Xaçecó entre as décadas de 1940 e 1980.....	370
6	Recenseamento do uso do solo do Posto Indígena Xaçecó, Relatório de 1967.....	423
7	Lista dos nomes de Postos Indígenas administrados pela 4ª DR e sua população em 1972.....	441
8	Projetos desenvolvidos nos Postos Indígenas da 4ª DR no ano de 1972	450
9	Produção de madeira no primeiro semestre de 1977 (em dúzias) dos Postos Indígenas da 4ª DR referente aos projetos serraria.....	461

LISTA DE QUADROS

1	Ordenação da paisagem Kaingang segundo Haverroth, 1997.....	91
2	Indigeneidade da paisagem e toponímia na língua kaingang e no português.....	98
3	Domínios Kaingang no Espaço-Tempo.....	107
4	Processo de demarcação das Terras Indígenas no Brasil.....	240
5	Domínios morfoclimáticos do Brasil segundo Nacib Ab'Saber e Jurandyr Ross	256
6	Formações vegetais primárias do território catarinense segundo Klein	265
7	Lista com os nomes dos Postos Indígenas subordinados à 7ª Inspeção Regional (IR7) do Serviço de Proteção aos Índios/SPI.....	315
8	Agentes do Posto Indígena Xaçupé enquadrados em delitos no Posto e na IR7	427

LISTA DE NARRADORES

Albérico Paliano

Kaingang, trabalhou na serraria do Posto, residente na Aldeia Sede da TI Xaçecó, nasceu em 10 de dezembro de 1951;

Antônio Gonçalves da Silva

Kaingang, residente na Aldeia Sede da TI Xaçecó, nasceu em 18 de novembro de 1943;

Cesário Pacífico

Kaingang, funcionário da FUNAI, residente na Aldeia Sede da TI Xaçecó, nasceu em 20 de janeiro de 1953;

Claudemir Pinheiro

Kaingang, professor e graduando na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC, residente na Aldeia Olaria da TI Xaçecó, nasceu em 20 de fevereiro de 1976;

Egon Dionísio Heck

Não índio, padre, integrante do CIMI.

Emiliana Pinheiro

Kaingang, residente na Aldeia Paiol de Barro da TI Xaçecó, nasceu em 31 de janeiro de 1918;

Ernesto Belino

Kaingang, trabalhou na serraria do Posto, residente na Aldeia Sede da TI Xaçecó, nasceu em 24 de junho de 1932;

Getúlio Narsizo

Kaingang, professor e graduando na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC, residente na Aldeia Sede da TI Xaçecó, nasceu em 27 de julho de 1979;

Jurema da Silva

Kaingang, residente na Aldeia Olaria da TI Xaçecó, nasceu em 21 de outubro de 1954;

Lourenço Woicieck

Não índio, funcionário da FUNAI, residente na Aldeia Sede da TI Xaçecó, nasceu em 5 de agosto de 1950;

Lurdes Gonçalves da Silva

Kaingang, residente na Aldeia Sede da TI Xaçecó, nasceu em 21 de abril de 1972;

Maria Librantina Campos

Kaingang, artesã, residente na Aldeia Sede da TI Xaçecó, nasceu em 20 de agosto de 1955

Marins Veloso dos Santos

Guarani, residente na Aldeia Olaria da TI Xaçecó, nasceu em 23 de julho de 1923;

Miguel Alípio

Kaingang, liderança, residente na Aldeia Sede da TI Xaçecó, nasceu em 29 de setembro de 1933;

Noé Rodrigues

Kaingang, residente na Aldeia Sede da TI Xaçecó, data de nascimento não informada pelo narrador;

Pedro Alves de Assis Kresó

Kaingang, professor, residente na Aldeia Sede da TI Xaçecó, nasceu em 29 de junho de 1965.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	41
1 TEMPO E ESPAÇO KAINGANG NO OESTE CATARINENSE: A TERRA INDÍGENA XAPECÓ ENTRE HISTÓRIA E TRAJETÓRIA.....	61
1.1 Elementos para o entendimento da História Indígena.....	64
1.2 Espacialização e territorialidade Kaingang no Brasil Meridional: da mobilidade ao <i>situs</i>	82
1.3 Indigeneidade da paisagem.....	95
2 ENCONTROS E DESENCONTROS NO BRASIL MERIDIONAL: OS KAINGANG E AS DESCRIÇÕES DE CUNHO ETNOGRÁFICO.....	111
2.1 Narrativas de contato e conquista.....	113
2.2 Narrativas de missão e exploração.....	121
2.3 Narrativas de etnografia e etnologia.....	127
2.4 O povo Kaingang e as relações com o ambiente nas narrativas de etnografia e etnologia.....	151
3 INDIGENEIDADE DA PAISAGEM: NARRATIVAS KAINGANG DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ.....	167
3.1 A tecitura das narrativas.....	169
3.2 Narrativas de história, memória e paisagem.....	176
3.2.1 O tempo dos “antigos” e o tempo de “agora”: modo de vida e <i>habitus</i> social.....	177
3.2.2 Proteção tutelar e os chefes do Posto.....	191
3.2.3 “Era um pinhalão!” Mato, “mato virgem”	200
3.2.3.1 “Remédios do mato”.....	202
3.2.3.2 Cevando o bicho, derrubando o mato e outras histórias.....	212
4 A PAISAGEM DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ: CARACTERIZAÇÃO DA COBERTURA FLORESTAL.....	229
4.1 A perspectiva ambiental na História.....	231
4.2 Terras Indígenas Kaingang no sul do Brasil: a Terra Indígena Xaçapicoba	237
4.3 A paisagem da Terra Indígena Xaçapicoba.....	252

4.3.1	Os elementos que compõe a paisagem: a Mata Atlântica e a ação antrópica.....	254
4.4	A perspectiva multi-temporal da cobertura florestal da Terra Indígena Xaçepó.....	272
5	AS MÚLTIPLAS FACES DA PROTEÇÃO TUTELAR: O INDIGENISMO BRASILEIRO.....	285
5.1	As políticas indigenistas brasileiras no advento do século XX.....	287
5.1.1	A proteção tutelar do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).....	292
5.1.2	A derradeira do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o surgimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).....	295
5.2	Os meandros e desdobramentos da proteção tutelar na Terra Indígena Xaçepó.....	298
5.2.1	Os rumos do indigenismo brasileiro a partir de 1940.....	311
5.3	Grilagem, esbulho e espoliação aos índios do “Chapecósinho”.....	323
5.4	Os índios no Brasil: entre desenvolvimento e desmatamento.....	344
5.4.1	Desenvolvimentismo em terras catarinenses: a “indústria da madeira”.....	350
6	MATA, SERRA E RENDA: “A MARCHA PARA A EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA” DO POSTO INDÍGENA XAÇEPÓ.....	361
6.1	As potencialidades do Posto: “trabalho” e “despertar da economia”.....	362
6.2	A proteção tutelar às avessas: os atores coadjuvantes do indigenismo.....	381
6.3	“Os negócios da madeira”: entre interesses e embates.....	398
6.3.1	Incêndios e madeira desvitalizada: piromania e “cruzeiros evaporando”.....	406
6.3.2	“Serraria quanto antes para Chapecó”.....	416
6.4	Denúncias, irregularidades e exploração de pinheiros e madeiras.....	419
6.4.1	Relatório Figueiredo e o Posto Indígena Xaçepó.....	425
6.5	“Na história do índio o pinheiro é o astro”: o patrimônio indígena e os militares.....	433
6.5.1	O “novo” modelo de indigenismo e os projetos desenvolvimentistas.....	439
6.6	Protagonismo indígena e o fim da exploração madeireira na Terra Indígena Xaçepó.....	459

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	485
FONTES ORAIS.....	501
FONTES DOCUMENTAIS.....	503
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	517
ANEXO A.....	539
ANEXO B.....	541

INTRODUÇÃO

O primeiro contato que tive com a comunidade Kaingang da Terra Indígena Xapecó ocorreu em abril de 2010, quando a equipe de estudos do Laboratório de História Indígena/LABHIN, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a coordenação da professora Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold foi apresentar o projeto “Autogestão e processos próprios de aprendizagem: desafios para uma educação escolar indígena com autonomia”, aprovado pelo Observatório da Educação Escolar Indígena (OEEI), edital n. 01/2009/CAPES/SECAD/INEP, do qual fui bolsista por um ano e meio.¹ Sem conhecer a terra e sua paisagem, imaginava que poderia encontrar ainda expressiva cobertura vegetal, extratos arbustivos de diversos portes e, sobretudo, um pinhalão considerável contrastando com a predominante paisagem regional de monocultura. Por sinal, minhas impressões sobre a paisagem da terra conduziram-me a compreender com maior proficiência as leituras que fazia sobre a atuação das políticas indigenistas e do indigenismo brasileiro no que concerne aos contextos de “proteção”, “assistência”, “civilização” e “integração” dos índios à sociedade nacional em diferentes momentos da história. Às terras indígenas Kaingang não restou mais que esparsas florestas em regeneração e de cunho testemunho.

O impacto sobre a paisagem na contemporaneidade composta por diminutos elementos da cobertura vegetal nas terras indígenas Kaingang é perceptível, e não haveria de ser diferente na Terra Indígena Xapecó (TI Xapecó). Por outro lado, quando se observa imagens de satélite recentes conclui-se que grande parte das áreas florestais preservadas em nosso país estão situadas em terras indígenas. A atuação do indigenismo brasileiro ao longo do século XX foi distinta nas diversas regiões do país. Entende-se por indigenismo o conjunto macro-estrutural, composto por distintos dispositivos de ações e tratamentos delegados historicamente aos índios no Brasil, assim, este orienta, conduz e norteia as políticas indigenistas, a legislação sobre os índios bem como os órgãos indigenistas, como Serviço de Proteção aos Índios/SPI (1910 - 1967) e Fundação Nacional do Índio/FUNAI (desde 1967) e suas micro-instâncias. O indigenismo brasileiro está em consonância com as diretrizes ideológicas e políticas do Estado e com o momento histórico.

¹ O Laboratório de História Indígena/LABHIN realiza desde 1999 sob a coordenação da professora Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold pesquisas com os Kaingang da Terra Indígena Xapecó (SC).

No sul do Brasil, o poder tutelar contribuiu por décadas e até o último quartel do século XX para implementar projetos desenvolvimentistas de exploração das florestas nas terras indígenas.

Esta pesquisa “Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xaçepó” vem somar-se aos estudos em História Indígena, Etno-História e História Ambiental no sul do Brasil. O período de estudo compreende tempos distintos da história Kaingang, perpassa os encontros e desencontros registrados nas descrições de cunho etnográfico desde o final do século XVIII até o século XX quando surge a agência de proteção tutelar do SPI e, posteriormente da FUNAI e, se completa com as narrativas orais Kaingang de história e memória. Dessa forma, percorre os distintos momentos da consolidação do indigenismo e do desenvolvimentismo brasileiro até o estreitamento das relações de poder tutelar entre agência indigenista e os Kaingang da TI Xaçepó.

Na contramão da maioria dos estudos contemporâneos em História que procuram ser pontuais na temporalidade e analisam poucos anos e décadas, esta pesquisa se orienta não pela longa duração, mas pela sua temática, uma vez que o processo de transformação da paisagem e seus desdobramentos para a sociedade são perceptíveis a partir da relação tempo e espaço. A composição paisagística das terras sul brasileiras está relacionada com a dialética homem-natureza tramada no tempo e no espaço, as paisagens meridionais se transformaram drasticamente a partir do século XVIII e, sobretudo no decorrer do século XX quando ocorre paulatinamente alterações fitofisionômicas que promovem o desmatamento do bioma Mata Atlântica e de suas florestas, como a Floresta Ombrófila Mista, seja nas terras dos índios como também nas terras circundantes. As relações e interações construídas pela sociedade Kaingang com a paisagem foram e são constantemente ressignificadas no tempo e no espaço, assim, superando o paradigma do “tempo social” e do “tempo geológico”, os estudos em História Ambiental combinam “história social” com “história natural”, colocam a sociedade na natureza e comumente observam e analisam contextos temporais mais amplos, compreendendo um conjunto de várias décadas e alcançando inclusive séculos, uma vez que tais mudanças na relação homem-natureza não são comensuráveis em curtos períodos de duração.²

² DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

Neste sentido, objetivou-se compreender as relações estabelecidas entre os Kaingang com o ambiente e os desdobramentos no século XX e na contemporaneidade desvelando os meandros da atuação da proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem bem como as possíveis rupturas, impactos e/ou continuidades no modo de vida e no *habitus*³ social Kaingang. Mais especificamente, objetivaram-se: a) compreender as instâncias dos saberes, conhecimentos e práticas Kaingang e seus vínculos com a paisagem em sua trajetória histórica no contexto das narrativas de contato e conquista, narrativas de missionação e exploração e nas narrativas etnográficas e de etnologia oriundas dos contatos e estranhamentos desde o final do século XVIII até o século XX; b) analisar as narrativas de história e memória dos atores sociais desta pesquisa no que tange ao processo de transformação da paisagem que vivenciaram no século XX e suas implicações e desdobramentos para o modo de vida e o *habitus* social; c) elaborar produtos em História Indígena e História Ambiental (diversos tipos de mapas e a perspectiva multi-temporal da composição da cobertura florestal) sobre a paisagem da TI Xaçecó; d) identificar as formas de atuação do indigenismo brasileiro e da proteção tutelar ao longo do século XX, sobretudo a intervenção do SPI e da FUNAI, considerando o contexto das políticas econômicas de cunho desenvolvimentistas, a implantação de projetos e a promoção da “emancipação econômica” para a transformação da paisagem da TI Xaçecó.

A análise das fontes documentais, das narrativas de cunho etnográfico e da proteção tutelar, das fontes orais das narrativas de história e memória e da classificação da cobertura florestal da TI Xaçecó foi realizada a partir da análise de conteúdo ou análise qualitativa dos dados.⁴ As fontes documentais foram reunidas dos

³ O *habitus* na sociedade faz referência as representações sociais e aos espaços de estilos de vida, assim: “[...] o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida.” BOURDIEU, Pierre. O habitus e o espaço dos estilos de vida. In: _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007. p. 162.

⁴ “A análise de conteúdo é apenas um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culminem em descrições numéricas de algumas características do corpus do texto, considerável atenção está sendo dada aos ‘tipos’, ‘qualidades’, e ‘distinções’ no texto, antes que qualquer

arquivos do Museu do Índio – MI/FUNAI, Rio de Janeiro (RJ), coletadas em julho de 2011, do Arquivo Geral e Arquivo Fundiário, bem como do setor de Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/DOC, da Coordenação Geral de Gestão Estratégica/CGGE e da Biblioteca Curt Nimuendajú da FUNAI, Brasília (DF), coletadas em dezembro de 2011, ainda do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina/CEOM, Chapecó (SC), coletadas em maio de 2011, e dos documentos encontrados na Coordenação Técnica Local/CTL/FUNAI, Paranaguá (PR), coletados em julho e em dezembro de 2012. Tais fontes se referem aos diversos tipos de relatórios do PI Xapecó, da 7ª Inspeção Regional do SPI e da 4ª Diretoria Regional da FUNAI, aos Boletins do SPI, e outros tipos de documentos como cartas, ofícios, manuscritos, recibos, mapas, processos e petições judiciais, processos de declaração de terra indígena, memoriais descritivos de demarcação de terras, notícias jornalísticas, balanços financeiros, fotografias, relatórios de inspeção, entre tantos outros. Certos documentos foram acessados por meio de acervos virtuais na internet, movimento este que paulatinamente se solidifica no mundo hodierno, facilita a atuação dos historiadores e minimiza custos no desenvolvimento das pesquisas. Em 2013 acessei outros documentos que foram indicados e compartilhados pelo historiador Clovis A. Brighenti, estes trouxeram novo impulso a tese, como: a) Relatório e as conclusões da CPI do Índio de 1978, Projeto de Resolução n.172, 17 de junho de 1978; b) Conclusões da CPI de 1964, Projeto de Resolução n. 65, 23 de setembro de 1964; c) Conclusões da CPI de 1965, Resolução n. 142, 14 de julho de 1965; d) Relatório Figueiredo, elaborado em 1967 e 1968, composto por 30 volumes e pelos autos do processo, este relatório foi apresentado pelo procurador Jader de Figueiredo Correia ao Ministro do Interior (MINTER).

As narrativas orais coletadas em campo para esta pesquisa, com base na metodologia da História Oral, foram realizadas entre os anos de 2011, 2012 e 2013. Para tanto, foi necessário o apoio dos colegas de LABHIN,⁵ da mesma forma que a colaboração de professores e

quantificação seja feita. Deste modo, a análise de texto faz uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos.” BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p.190.

⁵ Agradeço o apoio de Sandor Fernando Bringmann que me acompanhou em boa parte das entrevistas, bem como a contribuição e sugestões da Luana Máya da Silva e da Jeniffer Caroline da Silva.

Kaingang da TI Xaçecó que articulavam visitas, agendamentos e entrevistas com parentes e moradores das diversas aldeias da terra. Além dos narradores Kaingang da TI Xaçecó, foram entrevistados um agente tutelar e funcionário da FUNAI e outro indigenista do CIMI, ambos não índios. Dessa forma, ouviram-se dezesseis pessoas, quatro mulheres e catorze homens, com idades que oscilam entre 32 a 94 anos no momento das entrevistas. Foram entrevistadas as senhoras Maria Librantina Campos, Emiliania Pinheiro, Jurema da Silva e Lurdes Gonçalves da Silva e os senhores Albérico Paliano, Antônio Gonçalves da Silva, Cesário Pacífico, Claudemir Pinheiro *Kurã kág*, Ernesto Belino, Getúlio Narsizo *Tójjã*, Marins Veloso dos Santos, Miguel Alípio, Noé Rodrigues e Pedro Alves de Assis *Kresó*, sendo que os não índios Lourenço Woicieck e Egon Dionísio Heck completam a lista de narradores.⁶ As narrações mnemônicas Kaingang representam a leitura que estes indígenas elaboraram sobre a transformação da paisagem, mais que isso, demonstram implicações e desdobramentos da atuação do indigenismo e da agência de proteção tutelar na TI Xaçecó para o modo de vida e *habitus* social, visto que, ao “[...] contar suas experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido.”⁷

Os Kaingang desenvolveram ao longo de sua trajetória histórica secular saberes, conhecimentos e práticas tradicionais nas relações do tempo com o espaço. Os meandros da atuação da proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem, em que pese as intervenções do indigenismo brasileiro, expressas pelas políticas indigenistas, (nacional)desenvolvimentistas e dos órgãos do SPI e da FUNAI, contribuíram para a emergência de rupturas, impactos e/ou continuidades no modo de vida e *habitus* social Kaingang.

Comumente, os relatos, as notícias, as descrições, as memórias, as etnografias e etnologias elaboradas desde o final do século XVIII até

⁶ Ao todo foram entrevistadas 16 pessoas, contudo, este montante não corresponde ao total de 16 entrevistas, visto que seu Cesário Pacífico foi entrevistado em dois momentos distintos, dona Lurdes e seu Antonio Gonçalves da Silva foram entrevistados ao mesmo tempo, seu Noé Rodrigues e seu Getúlio Narsizo, além de serem entrevistados individualmente, também participaram da entrevista com seu Ernesto Belino e apesar de seu Gilmar Mendes dos Santos não ter sido entrevistado, ele intermediou a entrevista com seu pai, o narrador Marins Veloso dos Santos.

⁷ ALBERTI, Verena. *História dentro da história*. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005. p.171.

meados do século XX⁸, os estudos desenvolvidos por pesquisadores e especialistas na temática Kaingang a partir da segunda metade do século XX,⁹ bem como as narrativas orais Kaingang de história e memória acusam que a tradição Kaingang estava permeada pela estreita relação com o ambiente circundante. Da interação do mundo Kaingang, com o mundo natural e sobrenatural, se baseava não somente a cosmologia e a mitologia deste povo como também a organização social. Sem os elementos que compõe o mundo natural, a tríade se rompe e o mundo Kaingang e sobrenatural são afetados e transformam-se.¹⁰

A paisagem das Terras Indígenas Kaingang se transformou assim como o território que este povo outrora circulava e dominava. Os sertões e campos cunhados para a ocupação e povoamento da interlândia meridional foram drasticamente impactados com a colonização e com a imigração européia processados em maior escala a partir dos séculos XVIII e XIX. Nos espaços de campos passou a predominar a pecuária extensiva e intensiva, em lugares de florestas densas, o potencial energético e o desmatamento cederam lugar a uma incipiente agricultura familiar que confluuiu para o surgimento de dinâmicas de especialização regionais e lavouras de monocultivo. No caso do oeste catarinense e da TI Xaçepó, o século XX foi decisivo para a transformação ambiental e do modo de vida deste povo.

A paisagem aqui mencionada não deve ser associada à trajetória do conceito entre as sociedades ocidentais. Com sentido polissêmico, a paisagem aqui está para além de seus usos em sociedades de tradição moderna.¹¹ As relações entre povos de tradição ocidental e o mundo

⁸ Existe um conjunto de relatos, notícias, descrições, memórias, apontamentos, observações, etnografias e etnologias sobre os Coroados (Kaingang) desde o final do século XVIII até meados do século XX que serão abordados no capítulo 1.

⁹ Procuo ao longo da tese mencionar os principais pesquisadores e especialistas na temática Kaingang que são referência nos estudos sobre o povo Kaingang.

¹⁰ Os Kaingang discernem três espaços (mundos ou universos) de relações e interações entre sociedade e ambiente e homem e natureza compreendidos como a tríade dos universos ou a tríade dos mundos, constituídas segundo as antropólogas Kimiye Tommasino e Juracilda Veiga pelos universos humano, natural e sobrenatural ou mundo dos vivos, dos mortos e dos não-humanos, respectivamente. VEIGA, Juracilda. *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Campinas, PPGAS/UNICAMP. Campinas, 2000; TOMMASINO, Kimiye. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio T.; NOELLI, Francisco S. (Org.). *Novas contribuições aos estudo interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL, 2004.

¹¹ A história da paisagem na compreensão do historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva é um campo mais antigo que a história social e a história demográfica. Antes mesmo de se apresentar o que ele chama de “[...] maré montante das preocupações ecológicas [...]”, pautadas na politização e idealização, estudiosos franceses, alemães e ingleses elaboraram obras entre a

natural apresentam posturas, atitudes e elementos de compreensão completamente distintos das relações estabelecidas pelas sociedades ameríndias. A paisagem para os povos indígenas não deve ser resumida a uma expressão estética¹² ou ser subordinada aos objetos que compõe o espaço e o território.¹³

A concepção de paisagem aqui explorada se apresenta como um conjunto complexo de elementos que compõem e caracterizam as territorialidades ameríndias. Elementos estes que não se delinham por limites definidos entre sociedade e paisagem, visto que as relações e as interações destes povos com o ambiente ultrapassam o mundo humano e o mundo natural, universo dos vivos, e alcançam inclusive o mundo sobrenatural, universo dos mortos. Existe indigeneidade nas paisagens, concepções de mundo circunscritas nestas ao longo do tempo e pelo espaço, “maneiras tradicionais de conhecimento do mundo”, sem embargo, a paisagem representa mais que o simples encontro entre pessoas e lugares, ela expressa indigeneidade.¹⁴

geografia humana ou histórica e a história agrária. Por certo, a paisagem que circundava o homem foi percebida como um elemento natural, anterior e autônomo ao homem, assim, o idealismo e o romantismo alemães contribuíram para os distanciamentos entre *Natur* e *Kultur*, sobretudo a partir do século XVIII, solidificando a separação e a oposição entre homem e cultura. Pautada nessa visão dicotômica do mundo e, por ora, tradicional das ciências humanas, que concebe as forças naturais como externas ao processo histórico, a história realizou a distinção entre paisagem física (natural) e paisagem cultural, divisão ainda recorrente na geografia. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da paisagem*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 297.

¹² O historiador Alain Corbin esclarece que a partir da Idade Média se colocou a paisagem como monopólio da vista enquanto apreciação do espaço, o que no mínimo nos caracterizaria como herdeiros de uma civilização da imagem. Passamos a ler as paisagens de uma maneira distante, seguindo uma atitude que poderia qualificar como espectador, somos influenciados pelo primado da visão, sobretudo após o Renascimento. Mas durante longo tempo na trajetória histórica das sociedades, a apreciação do espaço foi polisensorial. Na compreensão de Corbin “Il me semble que nous pouvons parler de paysage à partir du moment où l’espace est offert à l’appréciation esthétique.” CORBIN, Alain. *L’homme dans le paysage*. Entretien avec Jean Lebrun. Paris: Les éditions Textuel, 2001. p. 42.

¹³ A paisagem nesta pesquisa está para além de uma simples representação de objetos, como objetos de aparência, objetos de composição. Na compreensão do geógrafo Milton Santos a paisagem é composta por dois elementos, os objetos naturais, que nas suas palavras “[...] não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele” e pelos objetos sociais, “[...] testemunhas do trabalho humano no passado, como no presente.” Assim, a combinação dos objetos naturais e dos objetos fabricados (sociais) apresenta um traço comum, ou seja, serem o “[...] resultado da acumulação da atividade de muitas gerações”. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Ed. USP, 2009. p. 53.

¹⁴ BALÉE, William. Sobre a indigeneidade das paisagens. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, p.09-23, 2008. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ra/issue/view/393>. Acesso em: Agosto de 2013. p.9.

A noção de indigeneidade da paisagem possibilita compreender as relações entre os Kaingang e o ambiente e desvelar as maneiras específicas ou tradicionais de conhecimento do mundo desenvolvidas na trajetória histórica do povo e que passaram a integrar o saber nativo enquanto categoria nativa. Contudo, este conceito empregado aos povos do Brasil meridional e ao contexto Kaingang não apresenta o mesmo sentido atribuído pela ecologia histórica para os povos indígenas da Amazônia, uma vez que pesquisadores como William Balée dedicaram suas análises a partir das relações estabelecidas por outros povos em outros biomas. As relações com a paisagem são complexas à medida que a construção das paisagens envolve muito mais que a simples dialética homem e natureza, implica de fato numa “noção especializada de tempo, história, e comportamento humano no meio ambiente.”¹⁵ É possível que a indigeneidade da paisagem seja subestimada para os povos indígenas do sul em virtude dos impactos que as paisagens meridionais (Mata Atlântica) e inclusive os próprios indígenas sofreram nos últimos séculos, da mesma forma que é provável que se desconsidere as performances dos Kaingang e suas ressignificações atribuídas para as relações estabelecidas com a paisagem.

O saber e o conhecimento desenvolvidos pelos Kaingang acerca de sua territorialidade, seus territórios de circulação e dominação no conjunto da paisagem envolvente, é resultado de séculos de interações com os biomas, sobretudo com o bioma Mata Atlântica e sua Floresta Ombrófila Mista.¹⁶ Dessa forma, a trajetória histórica indígena não deve ser resumida ao lócus de sociabilidade e socialização das comunidades, terras indígenas e aldeias. O domínio da floresta e dos campos, o profundo saber e conhecimento do panteão faunístico e florístico, das bacias hidrográficas e das dinâmicas do ecossistema permitiram a autonomia territorial oriunda de guerras e articulações política, cultural e econômica, o manejo dos recursos naturais (ambiental), a emergência da organização social, da cosmologia e da mitologia e a elaboração da cosmovisão.

À medida que ocorrem transformações ambientais na composição da paisagem, resultantes da construção e dos processos de relação e interação humana e não humana, os desdobramentos e implicações são perceptíveis. Não são apenas os fenômenos físicos e as intempéries que

¹⁵ Ibidem, p.11.

¹⁶ Saberes e conhecimentos são instâncias particulares e integrantes do modo de vida e *habitus* social de cada sociedade. Estas instâncias são tecidas a partir das relações estabelecidas no tempo e no espaço e constituem a “tradição” do povo.

operam, constroem e moldam a paisagem, a ação antrópica ameríndia é interveniente, sendo responsável pela dispersão de espécies (biota portátil) e pelo manejo do ecossistema. Os vínculos estabelecidos pelos Kaingang com o ambiente na trama de uma complexa paisagem envolta de relações e interações consistem na indigeneidade da paisagem e não se referem apenas ao econômico e social ou aos elementos do ambiente, como florestas, campos, terras, águas, rochas, animais, entre outros. O povo Kaingang interage para além da subsistência, inclusive alcança os domínios ritualísticos e mitológicos. Esta complexa indigeneidade da paisagem se configura no modo de ser Kaingang, no verdadeiro *habitus* social e compõe o *homo situs*.¹⁷

A História Indígena vista a partir do contato com a sociedade nacional acusa que as relações entre as sociedades luso-brasileiras e indígenas percorreram momentos de encontros e desencontros.¹⁸ Tais momentos foram marcados por: a) regimes dos aldeamentos missionários (jesuítico) de 1549 até 1755; b) processo de assimilação e fragmentação que imputou certa integração dos índios à sociedade colonial e imperial, com a intervenção não mais dos jesuítas, mas de outras ordens religiosas até 1910; c) regime tutelar, marcado pela fundação de agências indigenistas com a incumbência de “atração” e “pacificação” dos índios, como também a consolidação de novas diretrizes da política indigenista para proteção, assistência, integração e nacionalização destes povos; e, d) ensaios de cidadania indígena em virtude do fortalecimento de organizações e autonomia indígenas rompendo com a tutela a partir de 1988 até a contemporaneidade.

Existem consideráveis estudos sobre os povos indígenas no Brasil, dessa forma esta tese percorre os tentáculos da atuação do indigenismo brasileiro e das múltiplas faces da proteção tutelar que paulatinamente promoveram significativas mudanças no modo de vida e *habitus* social do povo Kaingang ao longo de décadas. Entre a tradição Kaingang e a modernização do Brasil existem memórias a serem desveladas, histórias e trajetórias que narram as relações no tempo e no

¹⁷ *Homo situs* consiste numa noção onde cada homem tem seu lugar ou seu sítio no espaço, portanto, é um ator situado. É neste espaço que se compartilha as instâncias existenciais no contexto da comunidade, lugar onde os atores situados estão em confluência e interação identitária. ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DOP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006. p.50.

¹⁸ FREIRE, Carlos Augusto da R.; OLIVEIRA, João Pacheco de. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e LACED/Museu Nacional, 2010.

espaço a partir da dialética do passado e presente. Os processos intervenientes experienciados pelos Kaingang com a(s) sociedade(s) envolvente(s), sobretudo a partir do século XVIII, contribuíram para a emergência de outras espacializações, territorialidades e territorializações, bem como para a formulação de outro(s) modo(s) de vida e *habitus* social. À medida que ocorreram os encontros e desencontros, os contatos e confrontos entre os Kaingang e os não indígenas, o ritmo das mudanças inerentes às relações humanas percorreu momento de intensidade e retração. Protagonistas de suas experiências históricas, os Kaingang devem ser considerados *homo situs*, agentes que constroem e dão sentido ao espaço e ao tempo vivenciado. Como homens situados, são além de protagonistas, ainda, herdeiros das relações, longe de serem pensados aqui como vítimas destes processos, os Kaingang (inter)agiam aos novos arranjos e dinâmicas de ordenamento territorial tanto quanto a imposição de integração e outros estilos de vida imputados pelo Estado e pelo indigenismo. Ademais, a despeito de existirem estudos sobre as relações entre os Kaingang e o ambiente no sul do Brasil, a transformação da paisagem na Terra Indígena Xaçecó (TI Xaçecó), seus desdobramentos e implicações para o modo de vida e o *habitus* social desta comunidade ainda não foram abordados, sobretudo no que concerne aos impactos decorrentes do indigenismo brasileiro, por meio da atuação da proteção tutelar, das políticas indigenistas e dos projetos político-econômicos de desenvolvimento imputados pelos governos.

O oeste catarinense é marcado desde os tempos coloniais por conflitos e disputas territoriais, por certo, antes mesmo destes sertões meridionais se tornarem luso-brasileiros já ocorriam pressões e confrontos territoriais entre sociedades ameríndias. Até o século XVIII os Coroados (Kaingang), “hostis” e “bravios” dos sertões, conseguiram manter a autonomia em diversas instâncias e, com isso, desvencilharem-se do alcance do governo colonial. Ao longo do século XIX, sofreram a guerra justa,¹⁹ desafiaram a organicidade dos aldeamentos de catequese

¹⁹ A guerra justa consiste numa prática estabelecida no Brasil Colônia para escravizar os índios inimigos quando vencidos em confrontos e guerras na interlândia brasileira. Geralmente, a guerra justa foi estimulada aos índios considerados hostis e bravios dos sertões que não aceitavam o domínio dos portugueses e as novas formas de organização e subserviência que eram impostas. Contudo, esta prática nem sempre esteve em conformidade com as leis e a legislação colonial uma vez que estas oscilavam. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010; MONTEIRO, John. *O escravo índio, esse desconhecido*. In: GRUPIONI, Luís Donisete B. (Org). *Índios no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos*. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII). In:

e civilização e ainda o controle do Império, ora se esquivando, articulando-se ou negociando a autonomia. No início do período republicano e em boa parte do século XX, envolvidos pela sociedade nacional e pelos novos caminhos do indigenismo, foram cercados pela proteção tutelar e acomodados aos projetos político-econômicos (desenvolvimento/desenvolvimentismo/nacionalização) instituídos pelo Estado brasileiro.

Sobre a trajetória dos Kaingang do Xaçecó é importante considerar a questão dos limites entre Santa Catarina e Paraná que se intensificou durante o período imperial e, por conseguinte, transformou-se num problema político no início do período republicano, visto que essa questão envolvia também a tributação sobre os produtos econômicos (extraídos) para comercialização, como a erva-mate (*Ilex paraguariensis*). Entre 1912 a 1916 se desenrolou a Guerra Sertaneja do Contestado, que não guarda uma relação direta com esse processo de disputa, conforme afirma o historiador Paulo Pinheiro Machado, mas que corroborou para acentuar as inconstâncias da natureza da ocupação demográfica e do perfil social e político das comunidades do oeste. O desfecho final sobre a querela catarinense e paranaense se definiu com a elaboração de um acordo de limites em setembro de 1916, mas ainda assim na região permaneceram as disputas pelas terras bem como a precariedade da posse aos pequenos lavradores e, sobretudo, às populações indígenas.²⁰

A gleba de terras reservada aos Kaingang, hoje TI Xaçecó, mesmo estando garantida pelo Decreto n. 7, 18 de junho de 1902, assinado pelo governador do Estado do Paraná Francisco Xavier da Silva, território este que se apresentava maior do que atualmente se configura, acabou por herdar as insolubilidades e disputas territoriais sendo alvo das investidas de posseiros e grileiros em boa parte do século XX. Machado esclarece que a política de terras em Santa Catarina se delineou a partir da década de 1890, anteriormente imperava a

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

²⁰ Até 1916 o oeste catarinense, e, neste contexto, a bacia do Chapecó-Chapecozinho (onde atualmente se situa a Terra Indígena Xaçecó), integrava à Província do Paraná, que se separou de São Paulo em 1853. Segundo o historiador Paulo Pinheiro Machado a jurisdição sobre a região do oeste, entre os rios Uruguai e Iguazu, incluindo ao sul do Rio Negro, o que engloba também todo o planalto serrano, compunha uma grande região disputada desde os tempos coloniais pelas unidades administrativas de Santa Catarina e São Paulo, e, após 1853, pelo Paraná. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. A formação e a atuação das chefias caboclas (1912 – 1916). São Paulo: Ed. UNICAMP, 2004. p.123-162.

precariedade das posses envolvidas em aspectos violentos pela luta e garantia. O historiador ressalta que Santa Catarina, baseada na necessidade de promover a indústria pastoril e agrícola, procurou atender à regularização de terras de antigas posses e a venda de terras públicas como estímulo a pecuária e a lavoura. A política de terras aos poucos se direcionou a colonização europeia como possibilidade de desenvolvimento dos sertões da interlândia, porém também como subterfúgio aos interesses do capital mercantil e de empresas colonizadoras. Nas palavras de Machado, como “[...] em outros estados brasileiros, as populações indígenas, que ainda ocupavam espaços territoriais significativos nas regiões entre a serra e o litoral e no oeste, eram completamente alijadas desta política de desenvolvimento.”²¹

Paulatinamente, muitos colonos de origem européia, principalmente germânicos e italianos, foram inseridos por empresas colonizadoras na primeira metade do século XX como meta da política de terras de Santa Catarina. Tais empresas colonizadoras promoveram tanto a comercialização de lotes de terras como a extração da cobertura florestal.²² Enquanto que a pequena propriedade familiar se estabelecia no oeste em meio as inconstâncias de posse delegando à região uma nova dinâmica territorial de desenvolvimento, a mata de araucária (pinhais) e os faxinais possibilitavam fonte de recursos naturais (energética e de biomassa) expressiva. Cabe destacar que a extração da erva-mate já se configurava como atividade econômica na região. Por outro lado, neste contexto de nova dinâmica de exploração territorial, ao promover o loteamento de terras, as empresas colonizadoras extraíam da cobertura florestal, além da erva-mate, ainda madeiras de lei e, sobretudo, a conhecida *Araucaria angustifolia*, dessa forma, lucravam vividamente, tanto com a comercialização da terra quanto com a sua cobertura.

Ao exemplo dos outros postos indígenas no sul do Brasil, conforme acusam os Boletins do Serviço de Proteção aos Índios, o SPI na TI Xapecó fundamentou suas práticas *in loco* a partir da busca pela auto-subsistência e integração ao modelo de desenvolvimento nacional (desenvolvimentismo). Assim, a atuação da proteção tutelar esteve pautada em quatro pilares, sobretudo por não dispor de recursos orçamentários suficientes para a promoção das unidades locais em terras indígenas: a) Lavouras: agricultura com plantações de milho, feijão,

²¹ Ibidem, p. 139.

²² WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense. A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006. p. 14.*

alfafa e, sobretudo, com a introdução do trigo e soja; b) Arrendamento de terras à terceiros, a partir do sistema meeiro e de parceria;²³ c) Currais: pecuária de criação de bovinos, mas também de suínos e ovinos; d) Extrativismo: extração e comercialização dos recursos florestais baseados na erva-mate, pinheiros e outras madeiras de lei. Estes foram os pilares basilares da atuação indigenista do SPI na região sul, solidificados e acirrados pela FUNAI em tempos de ditadura militar. Tais formas de atuação, resguardadas suas feições na contemporaneidade, ainda representam as bases da auto-subsistência da TI Xaçepó. No final do século XX estas práticas foram ressignificadas sendo que as lavouras, os arrendamentos e os currais se tornaram atividades econômicas administradas pelos Kaingang; todavia, a exceção se refere ao extrativismo, considerando que a exploração e a consequente comercialização de recursos florestais (*Araucaria angustifolia*) sofreu escassez e as florestas se encontram em fase de regeneração.

O Posto Indígena Xaçepó surgiu dentro do modelo indigenista rondoniano-varguista. Os Kaingang em seus Postos paulatinamente foram direcionados ao contexto de exploração das potencialidades naturais de suas terras como forma de auto-subsistência e “pretensa” autonomia, sendo subjugados pelo agente indigenista local que exercia o poder centralizador. O chefe de Posto representava *in loco* os tentáculos das diretrizes nacionais do indigenismo. As terras Kaingang foram exploradas economicamente, e neste sentido, as práticas dos chefes de Posto visaram promover a autonomia financeira e a gestão do patrimônio indígena das unidades locais.

A apropriação dos elementos da paisagem no modo de vida e no *habitus* social Kaingang estava alicerçada num espaço amplo de circulação. Este espaço ultrapassava o local da vida doméstica e o centro da sociabilidade representado pelas casas e roças e alcançava o

²³ O sistema meeiro como prática do arrendamento na TI Xaçepó consistiu na primeira metade do século XX em disponibilizar a terra desde que a produção final fosse dividida ao meio entre as partes. Enquanto isso, o sistema de parceria, também em boa parte do século XX, consistia em estabelecer uma porcentagem de pagamento sobre a produção, que no Chapecozinho girava aproximadamente em 20 %. Alguns índios Kaingang e sobretudo os chefes de Posto estabeleciam estes acordos de arrendamento, sendo que o sistema mais recorrente e que ainda vigora com outras características na TI Xaçepó é o de parceria. Esta parceria apresenta diferenças substanciais na atualidade, no passado tais arrendantes viviam nas terras dos índios sendo concebidos como posseiros e intrusos, contudo hoje apenas arrendam terras e residem fora da TI. OFÍCIO n. 22, de 17 de novembro de 1950, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

denominado “mato virgem” ou “terreno perigoso”, onde circulam os predadores dos Kaingang, como acusa a antropóloga Juracilda Veiga.²⁴ Essa “mata virgem” era frequentada pelos animais, povos inimigos, seres ruins que viviam em montes e grandes rios, local dos espíritos dos mortos, bem como espaço de onde se retira os “remédios do mato” e as matérias-primas para o cotidiano. Ainda, a mata fornecia a caça e a coleta, bem como representava o lócus das práticas ritualísticas de cura do *kujã*. Assim como Curt Nimuendajú, Herbert Baldus e Egon Schaden, outros etnólogos e antropólogos que estudaram os Kaingang a partir da segunda metade do século XX, acusam que a organização social Kaingang se caracterizava pela existência de metades patrilineares como os Jês Centrais – Xavante e Xerente – estabelecidas por uma relação complementar e assimétrica, *Kamé* e *Kanhru*,²⁵ e como todos os povos Jês, pela uxorialidade.²⁶ Este dualismo se expressa em vários aspectos do *habitus* social, como por exemplo, no contexto ritualístico xamânico e na organização social.²⁷

Consideráveis pesquisas acadêmicas se dedicaram aos estudos sobre os Kaingang e mais especificamente sobre a TI Xaçecó.²⁸ A situação do contato, perda de terras, políticas integracionistas, relações subordinadas, ênfase nos conflitos e na resistência foram bem exploradas entre os anos de 1970 a 1980 por pesquisadores como Silvio C. dos Santos, Wilmar D’Angelis, Anelise Nacke, entre outros. Insistentemente, os Kaingang permaneciam associados à perspectiva da integração à sociedade nacional. A emergência da compreensão sobre a cosmologia, a mitologia e a cosmovisão Kaingang contribuíram para

²⁴ VEIGA, Juracilda *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, UNICAMP. Tese de Doutorado, Campinas, 2000.

²⁵ VEIGA, Juracilda. *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006. p.28 a 31.

²⁶ Uxorilocalidade é uma palavra originária do latim, assim, *uxori* significa esposa enquanto *locus* refere-se a lugar. Portanto, faz referência a prática do casal em estabelecer-se (moradia) na localidade dos pais da mulher. HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 207 e 208.

²⁷ CRÉPEAU, Robert R. A prática do xamanismo entre os Kaingang do Brasil meridional: uma breve comparação com o xamanismo Bororo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n.18, dez. 2002. p. 113-129.

²⁸ Comumente, tais estudos evidenciam os contatos e confrontos nos campos e sertões da interlândia meridional, as tentativas de missionaçã, catequese e civilizaçã dos hostis e bravios Coroados, as estratégias de negociaçã e o faccionalismo, a organizaçã social e política, a cosmologia e mitologia, a implementaçã da educaçã escolar, a atuaçã da Igreja Católica e a instalaçã das Igrejas protestantes, os esbulhos e expropriaçã de terras, o movimento indígena, a corporalidade, a cultura material, a religiosidade e xamanismo, o conhecimento e ecologia, entre outros.

evidenciar a alteridade Kaingang sufocada pelo pensamento integracionista e assimilacionista que muitas vezes destituía destes grupos o direito a serem pensados como povos indígenas.

Cada grupo social tem autonomia e estabelece suas relações com o *situs*,²⁹ com a paisagem, com o tempo e com o espaço de acordo com suas representações simbólicas de mundo ou de sua cosmovisão. Em certo sentido, foram as intervenções na organização social Kaingang suscitadas pelo indigenismo brasileiro e pela política indigenista por meio de aldeamentos, toldos, frentes de expansão e pioneira³⁰ e postos indígenas que possibilitaram novos arranjos sociais, a amálgama e o sincretismo de outras formulações da tríade Kaingang (mundo humano, mundo natural e mundo sobrenatural). As interações tecidas entre os mundos ou universos da cosmovisão Kaingang são oxigenadas pelas experiências vivenciadas no passado e no presente, por certo, ressignificam-se num terceiro tempo (futuro) e adquirem novos

²⁹ A teoria dos sítios desenvolvida por Zaoual propõe uma teoria que apresenta novos rumos para a economia não-violenta. O sítio é profundamente discutido pelo autor, e, em poucas palavras é “[...] uma maneira de repensar os ‘lugares’ em sua especificidade, levando em conta os sistemas de representação dos atores. [...] os sítios não são espaços geométricos euclidianos e vazios de sentido. [...] De modo essencial, cada sítio é uma entidade imaterial que impregna o conjunto da vida em dado meio. Ele possui um tipo de *caixa preta* feita de crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes, ritualizadas. Ao lado desse aspecto feito de mitos e ritos, o sítio possui também uma *caixa conceitual*, que contém seus conhecimentos empíricos e/ou teóricos, de fato, um saber social acumulado durante sua trajetória. Enfim, os atores em dada situação operam com uma *caixa de ferramentas* que contém saber-fazer, técnicas e modelos de ação próprios ao contexto. O todo é estruturado sob forma de um conjunto integrado, singular e aberto aos múltiplos ambientes (local, regional e mundial).” ZAOUAL, op.cit., p. 31 e 32.

³⁰ Segundo o sociólogo José de Souza Martins a noção de frente de expansão e frente pioneira se refere às formas de pensar a diversidade histórica da fronteira brasileira. Os geógrafos no Brasil, a partir da década de 1940, sobretudo Pierre Monbeig e Léo Waibel, influenciados por Frederick J. Turner, passaram a utilizar a denominação *frente pioneira* bem como *zona de fronteira*. Por outro lado, os antropólogos brasileiros, a partir da década de 1950, passaram a caracterizar os deslocamentos de população civilizada e das atividades econômicas, sobretudo Darcy Ribeiro, como *frentes de expansão*. Assim, de um lado se considera o pioneiro empreendedor como aquele que povoa, civiliza e promove a expansão agrícola/cultivo da terra baseada nos pressupostos da concepção moderna de colonização e pela outra abordagem se enfatiza o impacto da população não indígena sobre a população indígena. Esses modos de ver a fronteira representam para Martins perspectivas desencontradas de ser e de viver no novo espaço. Martins indica que Roberto Cardoso de Oliveira apesar de ter substanciado o tema da *frente de expansão*, considera-a como *situação de contato*, estabelecida pelas relações interétnicas como *fricção étnica*. O desencontro entre geógrafos e antropólogos “[...] é produto de observações feitas em desiguais lugares sociais. [...]” MARTINS, José de S.. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n.1, mai. 1996. p. 30 Disponível em: <http://www.flch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol08n1/o%20tempo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

elementos de significado. Aqui, compete considerar tais concepções e a cosmovisão no contexto da transformação da paisagem em tempos de contato, confronto e da intervenção do indigenismo sobretudo do século XX.

O momento fulcral para a transformação da paisagem da TI Xapecó foi o século XX. E neste contexto, o período que discorre entre 1940/1941 até 1988, com o início da atuação de tutela da agência indigenista do governo brasileiro pelo SPI (instalação do PI Xapecó) que se prolonga com a FUNAI até 1988, ano que marca a promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil (CFB) e o encerramento das atividades da serraria e da administração da FUNAI, é emblemático.

A CFB promulgada em 1988 representa um momento singular para os povos indígenas no Brasil à medida que trouxe algumas inovações conceituais em relação às constituições anteriores e ao Estatuto do Índio de 1973. Assim, a CFB de 1988 abandona a perspectiva “assimilacionista” e de “aculturação” – nas quais o índio era concebido como categoria transitória e se integraria à sociedade nacional – que marcaram as constituições de 1934, 1937, 1946, 1967 e a Emenda Constitucional (Ato Institucional) n. 1 de 1969.³¹ Esta CFB estabelece um capítulo exclusivo aos índios além de outras referências ao longo da mesma, e, sobretudo no artigo 231 que reconhece “[...] sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”³² Em 1988 o órgão indigenista nacional, a FUNAI, deixa de “tutelar” e passa a colaborar e assistir os povos indígenas no Brasil. O indígena passa a ter direito a sua carteira de identidade, como todo brasileiro, bem como autonomia de ir e vir sem a obrigatoria chancela do órgão indigenista.

Para encerrar esta introdução e apresentar os caminhos percorridos na tese, o leitor encontrará seis capítulos que abordam as relações e as transformações da paisagem no contexto do modo de vida

³¹ SANTOS, Sílvio C. dos. *Os direitos dos indígenas no Brasil*. In: GRUPIONI, Luís Donisete B.; SILVA, Araci Lopes da. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004. p. 87-105.

³² BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Título VIII, Da Ordem Social, capítulo VIII, Dos Índios. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 22 ago 2011.

e *habitus* social Kaingang desde os encontros e desencontros do final do século XVIII até a contemporaneidade quando as instâncias da tradição Kaingang são afetadas pela atuação da proteção tutelar.

O primeiro capítulo “Tempo e espaço Kaingang no oeste catarinense: a Terra Indígena Xaçepó entre história e trajetória” considera os pressupostos teórico-metodológicos adotados para o entendimento da História Indígena, bem como discute e apresenta a configuração da espacialização e da territorialidade Kaingang no Brasil Meridional a partir da condição de mobilidade à noção de *situs*. Neste sentido, o capítulo aborda por meio do contexto histórico e da trajetória dos Kaingang as relações do povo com o espaço, ressaltando as categorias nativas e tecendo considerações sobre o que se nominou nesta tese de indigeneidade da paisagem.

O segundo e o terceiro capítulos abordam, respectivamente, as narrativas sobre os Kaingang e elaboradas por eles mesmos acerca da história e memória. Portanto, proporcionam compreender como os não indígenas descrevem os Kaingang bem como a concepção Kaingang de si mesmos. O segundo capítulo nominado “Encontros e desencontros no Brasil Meridional: os Kaingang e as descrições de cunho etnográfico” visa apresentar um conjunto complexo de narrativas de contato e conquista, narrativas de missionação e exploração, narrativas de etnografia e etnologia elaborados desde o final do século XVIII até o século XX. Assim, também tematiza as relações do povo Kaingang com o ambiente a partir da análise das narrativas de etnografia e etnologia. Em contraponto, o terceiro capítulo “Indigeneidade da paisagem: narrativas Kaingang da Terra Indígena Xaçepó” se dedica a compreender os meandros da indigeneidade da paisagem por meio da análise das narrativas Kaingang da TI Xaçepó. Este capítulo está permeado pela noção de tempo/espaço que emergiu nas vozes dos narradores: o “tempo dos antigos” e o “tempo de agora”. Dentre as questões centrais suscitadas nas narrativas mnemônicas apresenta-se a consciência da “transformação” da “vivência” e das mudanças no modo de vida e *habitus* social nas instâncias da “tradição” Kaingang.

O quarto capítulo “A paisagem da TI Xaçepó: caracterização da cobertura florestal” apresenta um conjunto de produtos em História Indígena e Ambiental com ênfase nos aspectos e nos elementos fitofisionômicos que compõem a TI. Com isso, destaca a constituição original da cobertura florestal, composta pela Floresta Estacional Semidecidual e principalmente pela Floresta Ombrófila Mista, e apresenta a perspectiva multi-temporal da cobertura florestal elaborada a

partir da classificação de imagens de satélite com o fito de evidenciar as transformações ambientais que ocorreram desde 1975 até 2008.

O quinto capítulo “As múltiplas faces da proteção tutelar: o indigenismo brasileiro” discute as políticas indigenistas brasileiras e a proteção tutelar dos órgãos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ao longo do século XX. Com isso, debate os rumos do indigenismo brasileiro considerando as diretrizes ideológicas e políticas do Estado brasileiro, aponta os meandros e desdobramentos da proteção tutelar na TI a partir da grilagem, esbulho e espoliação aos índios do “Chapecózinho”, ainda aborda a questão do desenvolvimento e do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, o processo de desmatamento e a exploração madeireira no oeste catarinense.

Por fim, o sexto capítulo “Mata, serra e renda: ‘A marcha para a emancipação econômica’ do Posto Indígena Xapecó” perscrutou as fontes documentais em que foram expostas as estratégias às avessas da proteção tutelar para promover as potencialidades do Posto, por meio da introdução das noções de “trabalho” e da exploração econômica. Este último capítulo mostra os caminhos escusos dos “negócios da madeira” e da instalação da “serraria no Posto”, expõem os contextos conturbados de atuação dos chefes de Posto,³³ que se envolveram em denúncias, irregularidades e exploração de pinheiros e madeiras, ainda, analisa o “novo” modelo de indigenismo que surgiu com os militares no poder entre 1964 e 1984 e a exploração do patrimônio indígena, os projetos desenvolvimentistas e o fim do desmatamento quando emergiu o protagonismo Kaingang às vésperas da CFB de 1988.

Além disso, a tese apresenta os Anexos A e B que são formulários semi-estruturados que nortearam as entrevistas com os Kaingang e com os não indígenas. Separadamente, também apresenta as referências bibliográficas, as fontes documentais³⁴ bem como as fontes orais utilizadas. Optou-se por colocar na forma de texto transcrito as narrativas orais dos entrevistados somente no decorrer dos capítulos, sendo que os arquivos de áudio digitais e transcritos integram o acervo do LABHIN. Ressalta-se que as narrativas orais aqui expostas não representam a totalidade de pessoas entrevistadas, sobretudo porque esta tese necessitou direcionar de forma pragmática os temas abordados, caso contrário, tornar-se-ia prolixa. Ademais, ocorreram conversas

³³ Alguns documentos se referem ao chefe de Posto como agentes encarregados do Posto, por sinal, os próprios chefes assinavam em muitos momentos comom agentes encarregados.

³⁴ Nas citações referentes aos documentos utilizados foi mantida a ortografia original.

informais com Kaingang e não indígenas, sendo que algumas pessoas não desejaram ser explicitamente identificados e nem expostas na tese, por outro lado, contribuíram para que a análise dos documentos pudesse ser desenvolvida e, certos assuntos, melhor delineados.

Convém ressaltar ao leitor que esta tese enquanto narrativa histórica não encerra interpretações sobre os Kaingang, pelo contrário, procurou contribuir para desvelar novas perspectivas acerca da história e trajetória deste povo ameríndio em terras meridionais e dedicou-se em suas mais de quinhentas páginas na tecitura de novas abordagens, inclusive, cotejando apresentar outras “lentes de visão” no contexto da Nova História Indígena por meio da perspectiva ambiental. Ademais, não se deseja que o leitor ao ler as descrições e as análises tecidas nesta narrativa histórica conclua que o tempo, a memória e a narrativa Kaingang no oeste catarinense foram tramados a partir da perspectiva da ruptura, do impacto, da desconstrução ou da ausência. Eis que quando a narrativa histórica desta tese aponta os caminhos sinuosos e contraditórios do indigenismo no sul do Brasil relampeja a performance e a resignificação Kaingang enquanto elementos íntimos e intrínsecos da memória, do devir e da indigeneidade da paisagem. A História e, especificamente, a História Indígena tem muito a contribuir para a promoção de novas interpretações acerca da historicidade dos povos sul ameríndios, não são apenas os documentos depositados em arquivos, muitas vezes concebidos como grandes relíquias dos historiadores, que falam e desvelam novos elementos de compreensão. A história narrada pelas memórias Kaingang, não de sujeitos, mas de agentes históricos, apresenta outras tonalidades para a compreensão analítica do historiador. Descolonizar as abordagens, desconstruir as certezas e possibilitar novas perspectivas temáticas foram de fato os esforços desta narrativa histórica.

Capítulo 1

1 TEMPO E ESPAÇO KAINGANG NO OESTE CATARINENSE: A TERRA INDÍGENA XAPECÓ ENTRE HISTÓRIA E TRAJETÓRIA

O protagonismo ameríndio emergiu na historiografia brasileira nas últimas décadas. Por sinal, o que mudou na escrita da história não foram os povos indígenas em si, suas trajetórias e vicissitudes, mas as perspectivas de problematização na tecitura de outras análises, abordagens, interpretações e compreensões acerca de sociedades narradas pela historiografia tradicional a partir da visão do “colonizador”. Descortinando estas perspectivas de problematização disciplinar, surgiu a “nova” história indígena, influenciada pela emergência de categorias nativas na etnologia indígena como possibilidades semânticas distintas do pensamento ocidental.³⁵ Levou-se algum tempo para a história ressaltar os indígenas como protagonistas de suas trajetórias, rompendo com a visão tradicional de povos extintos, em desaparecimento ou invisíveis nos cenários regionais. Porém, outros desafios se apresentam no fazer historiográfico contemporâneo, um destes concerne ao rompimento necessário e visceral com noções ocidentais adotadas nas análises narrativas dos historiadores com vistas a abordar perspectivas das sociedades ameríndias por meio de concepções próprias, utilizando categorias nativas.

Neste sentido, esse capítulo pretende esclarecer os pressupostos histórico-historiográficos aqui adotados no contexto da “nova” história indígena, evidenciar e discernir as categoriais nativas que influenciaram e permeiam este estudo, e, por conseguinte, abordar a história e a trajetória dos Kaingang, com vistas a ressaltar as relações sociais experienciadas por eles no âmbito da espacialização, da mobilidade nos sertões e campos meridionais, para se ter uma visão dos desdobramentos contemporâneos da territorialidade Kaingang no sul do Brasil.

³⁵ Para o historiador John M. Monteiro, a “nova história indígena” surgiu de uma conjuntura particular da antropologia e do indigenismo, por sinal, Monteiro acusa três elementos que explicam a emergência de uma nova escrita sobre os índios, de forma sucinta e pontual. Primeiro, eliminaram-se as idéias de declínio dos índios no Brasil; segundo, houve um grande avanço na proliferação de novas organizações indígenas e indigenistas em nosso país; terceiro, houve um “renovado diálogo entre a antropologia e a história”. MONTEIRO, John M. *O desafio da história indígena no Brasil*. In: GRUPIONI, L. D.; SILVA, A.L da. (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4 ed. SP: Global; Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004. p.223 – 226.

Os estudos sobre os povos Jê meridionais acusam que a espacialidade Kaingang se estendia desde São Paulo até o Rio Grande do Sul.³⁶ Os domínios das bacias hidrográficas dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai que integram a bacia hidrográfica Platina (rio da Prata) foram (com)partilhados com outros povos ameríndios ao longo de séculos.³⁷ Considerando a presença milenar Kaingang em terras meridionais, o povoamento não indígena e a colonização dos sertões da interlândia se refere a um momento recente no processo histórico. Entre a história e a trajetória dos Kaingang, e, especificamente, no oeste catarinense, pode-se dizer que houve ao longo do tempo constantes práticas e movimentos de (re)ordenamento do espaço, discernidos nos últimos duzentos e cinquenta anos como o tempo do “contato” ou dos “contatos” e seus desdobramentos.

No contexto das discussões sobre as relações entre sociedade e ambiente, o sociólogo Florestan Fernandes destacou que os Tupinambá apresentavam organização ecológica como fruto de “longa elaboração cultural”. Na sua compreensão, foi por meio do equipamento tecnológico, associado aos modelos sociais de exploração e consumo de recursos naturais que se constituía a organização ecológica dos Tupinambá.³⁸ Contudo, num tempo em que predominou a sociologia do contato, inclusive nos estudos de Fernandes, este tipo de abordagem acenava para diferentes perspectivas de análise.

A organização ecológica dos ameríndios está associada às suas formas de organização social. Os Kaingang apresentam vínculos estreitos entre suas práticas cotidianas de organização ecológica com a organização social do grupo, ambas pautadas numa elaboração cultural oriunda da relação no tempo-espaço, por outro lado, cada povo apresenta uma organização ecológica e social particular com variação e

³⁶ A presença Kaingang não é apanágio somente do Brasil, este povo também situava-se em Misiones, Argentina.

³⁷ Nas palavras de Schmitz “Populações das savanas do Brasil Central, do tronco linguístico Macro-Jê, se expandiram pelo planalto meridional provavelmente a partir do primeiro milênio antes de Cristo, ocupando um espaço menos povoado e adaptando seu tradicional modo de vida ao novo ambiente [...]” SCHMITZ, Pedro Ignácio. *O povoamento indígena no sul do Brasil*. In: FARIAS, Deisi S. E. de. (Org.) Maracajá: pré-história e arqueologia. Tubarão: Editora Unisul, 2005. p.41. URBAN, Greg. *A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas*. In: CUNHA, Manuela C. da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 90 e 91.

³⁸ FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. UnB, 1989. p. 295.

intensidade de acordo com seu(s) espaço(s) de circulação no(s) bioma(s) de intervenção e interação.³⁹

As práticas e relações sociais e simbólicas com o ambiente tecidas pelas sociedades estão norteadas pelas concepções nativas de tempo e de espaço a partir de suas visões de mundo. As concepções de tempo e espaço Kaingang evidenciam outras noções que a simplista associação e dependência ao estilo de vida nômade de caçador-coletor.⁴⁰ O espaço Kaingang compreende o *domus* ampliado que pauta-se na mobilidade bem como se expressa na noção de *homo situs*, dessa forma, o Kaingang espacializa-se do lócus central e doméstico de sociabilidade ao periférico dos lugares onde residem outros seres humanos e não humanos. O tempo Kaingang está relacionado com sua organização social, e dentre um dos momentos mais marcantes e importantes na sociedade consiste na realização da festa do *Kiki* ou *Kikikoi* ou da festa dos mortos. Tal festa celebrada de tempos em tempos, que poderia ser de 3 em 3 anos ou de ano em ano, segundo a antropóloga Juracilda Veiga, podia representar uma festa da abundância antes da chegada do inverno.⁴¹

O que se deseja evidenciar neste capítulo, e, sobretudo ao longo deste estudo, são as concepções de mundo Kaingang da mesma forma que apontar como as relações com os não indígenas, no espaço-tempo, acabaram por corroborar para transformações significativas na organização ecológica e social Kaingang. Para tanto, busca-se

³⁹ O espaço Kaingang foi “criado” – usando uma expressão de Milton Santos –, a medida que se estabeleceu a relação entre homem e natureza ou sociedade e ambiente. Santos esclarece que esta relação se funda a partir das técnicas, que são “[...] um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” As técnicas são uma medida de tempo, o tempo e seu uso, o espaço e seu uso, a materialidade e suas diversas marcas delinham a sociedade humana em seu processo histórico. O espaço é constituído de objetos técnicos que demonstram as diversas feições da sociedade acerca dos tempos. Nas concepções ocidentais acerca da noção de espaço este é representado como as formas de relações entre homem e natureza mais a vida que as anima, portanto, apresenta-se como uma construção horizontal. Ele é decorrência da intrusão da sociedade no que Milton Santos chama de formas-objetos, com isso, o espaço pode ser pensado como a “síntese provisória” entre o conteúdo social e as formas espaciais. Não existe uma relação apenas física quando a sociedade age sobre o espaço, a sociedade age sobre este como realidade social ou “[...] formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor.” SANTOS, Milton, op. cit., p.29 e 109.

⁴⁰ “Cada sociedade elabora a sua concepção de tempo e de espaço conforme a sua visão de mundo, a qual também orienta as suas práticas e relações sociais e simbólicas com a natureza e entre si.” TOMMASINO, Kimiyé. *Território e territorialidade Kaingang*. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (Org.). *Urí e Wáxi – Estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL, 2000. p.192.

⁴¹ VEIGA, op. cit., p.179 e 180.

caracterizar historicamente as relações estabelecidas pelos Kaingang do oeste catarinense com o ambiente (espaço/bioma), considerando a trajetória que veio a delimitar a Terra Indígena Xaçepó (TI Xaçepó) e as relações sócio-espaciais que imputaram aos atores sociais em estudo sua fixação na região na condição de *homo situs*.

O protagonismo Kaingang está estreitamente vinculado a interação com os campos e as florestas meridionais, no contexto da “indigeneidade da paisagem”,⁴² ou, conforme será melhor detalhado adiante, com o bioma Mata Atlântica e, especificamente, com a Floresta Ombrófila Mista. O domínio sobre determinados espaços e, a espacialização Kaingang propriamente dita, dependia das redes sociais, culturais, políticas e econômicas estabelecidas intra-grupal e intergrupal, mas sobretudo do saber e do conhecimento. A territorialidade Kaingang se constitui questão mais complexa do que parece, visto que a fixação *in situ* de grupos Kaingang nos campos do planalto meridional, e dos Kaingang na bacia do Chapecó-Chaçepozinho, imprimiu transformações no estilo de vida e no *habitus* social, impostas pelas intervenções da política indigenista brasileira, da atuação protecionista e integradora do SPI e da FUNAI, envolvidos no contexto do indigenismo brasileiro. Os Kaingang da Terra Indígena Xaçepó são herdeiros das várias formas de relações tecidas pelo tempo no espaço do oeste catarinense, porém, as relações emergidas a partir do século XIX e acirradas pela proteção tutelar ao longo do século XX, proporcionaram a transformação visceral no estilo de vida e impactaram o saber e o conhecimento.

1.1 Elementos para o entendimento da História Indígena

Se a história da TI Xaçepó parece se conformar com a história do Brasil foi porquanto muitas práticas sejam elas políticas, sociais, econômicas e culturais corroboram para isso. De uma visão um tanto quanto reducionista dos primeiros cronistas do Brasil colonial, pautada

⁴² A “indigeneidade da paisagem”, noção aqui adotada para a tese diz respeito ao contexto em que as paisagens “[...] mostram assinaturas humanas de transformações primárias do passado.”. Pressupõe-se que as florestas, as paisagens em si, não são como são simplesmente pelas transformações ambientais ocorridas no tempo/espaço, mas constituem-se como são por conta, sobretudo, da influência e da interferência dos povos indígenas naqueles espaços, naquelas paisagens. Segundo Balée a “Indigeneidade é o estado ou qualidade de ser indígena. No meu uso do termo, se refere às maneiras tradicionais de conhecimento do mundo próprias de tradições culturais de pequena escala cujos sujeitos têm sido historicamente os alvos humanos do colonialismo europeu e neo-europeu e, mais recentemente, da globalização econômica.” BALÉE, William, op. cit., p.09 e 10.

na dificuldade em perceber o sentido e o poder da organização social e cultural, dos mitos e ritos dessas sociedades “recém descobertas”, os ameríndios passaram de sujeitos que “[...] não têm Fé, nem Lei e nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente.” para ocupar seus devidos “lugares” na história e historiografia brasileira contemporânea.⁴³

Segundo o historiador John Monteiro existe um ponto em comum nos escritos quincentistas, consolidado e aprimorado pela historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) do século XIX, passando por Capistrano de Abreu, Florestan Fernandes, entre outros, e, alcançando Darcy Ribeiro em meados do século XX: certo pessimismo com que se encarava o futuro dos povos nativos (desaparecimento, extinção, depopulação, aculturação e assimilação, incorporação à sociedade nacional).⁴⁴ Pode-se dizer que esse pessimismo ou este ponto de ligação entre o Brasil colonial e republicano são perceptíveis nas políticas indigenistas e na proteção tutelar do SPI como também da FUNAI.

A presença indígena na formação do Brasil seiscentista acusava mais de mil e quinhentos povos falantes de mais de mil línguas, com estimativas um tanto quanto imprecisas oscilando entre cinco a dez milhões de indígenas. Embora estes números e a diversidade ameríndia tenham decrescido drasticamente em cinco séculos para pouco mais de 300 povos étnicos falantes de mais de 270 línguas distintas,⁴⁵ oriundos dos principais troncos linguísticos Tupi-Guarani, Macro-Jê, Aruak e Karib,⁴⁶ os lugares dos indígenas na história do Brasil são múltiplos e complexos e não se reduzem a crônica do desaparecimento, extinção e pessimismo.

Não há dúvida que o etnocentrismo europeu dificultou a compreensão dos signos e símbolos ameríndios bem como o diálogo com povos de culturas distintas, o mundo de descobrimento fundou na historiografia tradicional brasileira noções e concepções sobre a

⁴³ “Não tem Fé, nem Lei e nem Rei” é uma frase muito difundida a partir de Gandavo (1576). GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*. História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, 2008. p. 65.

⁴⁴ MONTEIRO, 2004, op. cit., p.222.

⁴⁵ GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Passado, presente e futuro. São Paulo: Ed. Contexto, 2012. p. 13.

⁴⁶ Existem línguas indígenas no Brasil que não se enquadram em nenhum desses troncos mencionados. URBAN, op. cit.; LUCIANO, Gersem dos S., Baniwa. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Brasília: MEC/SECADI/UNESC e Projeto Trilhas de Conhecimentos/ LACED/Museu Nacional, 2006.

humanidade dos ameríndios pautadas em bipolaridades, dicotomias e mitografias. Por muito tempo os indígenas foram descritos como povos sem história, sem memória, sem organização social e política,⁴⁷ e, em consequência disso, sem Estado.⁴⁸

A história indígena no Brasil feita inicialmente por cronistas, missionários, exploradores, administradores, militares, viajantes e naturalistas passou a se renovar e alcança pouco mais de um século e meio de escrita. A partir do último quartel do século XX, esta ganhou tectura através de pesquisas com fontes documentais, etnográficas e orais, e, neste sentido, a nova história indígena visa compreender e articular os processos históricos permeados pelo tempo e pelo espaço que vivenciaram os diversos povos. Os historiadores sabem que para além dos problemas de contato e das fricções étnicas,⁴⁹ existe uma constelação de possibilidades interpretativas sobre a história dos indígenas no Brasil.

Sem embargo, os indígenas brasileiros foram pensados *intelligentia* e pela historiografia tradicional como coadjuvantes na história do Brasil e muitas vezes apontados a partir de uma concepção generalizante. O antropólogo Darcy Ribeiro quando publicou *Os índios e a civilização* em 1970⁵⁰ elaborou um quadro pessimista que indicava o grau de integração dos grupos indígenas na sociedade brasileira. Para Ribeiro, o índio genérico surge da transfiguração étnica, da condição de índios tribais à de índios genéricos, e não do indígena ao brasileiro.⁵¹ O

⁴⁷ NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁴⁸ Pierre Clastres compreende que as “sociedades primitivas” foram julgadas como sociedades sem Estado, e em decorrência disso, sociedades “incompletas”. Tais julgamentos, opiniões ou mesmo juízos de valor representam uma das faces do etnocentrismo, a outra face se localiza na convicção de que a história correria num único sentido, baseada numa sucessão de etapas que principia com a “selvageria” e conduz à “civilização”. Atrás desse etnocentrismo contido nas formulações modernas está o evolucionismo. O que desafiava o colonizador ao deparar-se com os índios era não se desenvolverem “[...] sob a sombra protetora do Estado [...]” e não se dedicarem ao “trabalho”. O autor realiza considerável análise sobre a existência de sociedades “primitivas” sem Estado, e que o aparecimento do Estado possibilitou uma divisão tipológica entre selvagens e civilizados. Para maiores esclarecimentos consultar sua obra CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.211.

⁴⁹ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos*. 4 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996. p. 33.

⁵⁰ RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵¹ Ribeiro definiu os povos indígenas entre as categorias de “isolados”, em “contato intermitente”, em contato permanente”, “integrados” e ou “extintos”. Este quadro das etapas da integração indígena indica a condição de “índio genérico”, aquele que representa uma forma de

brasilianista David Treece destaca que os índios dentro do pensamento nacionalista brasileiro foram balizados pela mitologia integracionista, que invocava tanto a assimilação na sociedade quanto se inclinava a uma “[...] história pacífica da integração política, social e econômica.”⁵² Foi por meio dos conceitos de democracia racial e do luso-tropicalismo, bem como da ideologia neocolonialista, como a Marcha para o Oeste, ao mito de uma identidade indígena assimilada, que o índio se tornou a “[...] argamassa simbólica do processo de colaboração social e racial pelo qual foi sendo construída a nação.”⁵³

O etnólogo e antropólogo David Maybury-Lewis⁵⁴ foi categórico ao dizer que o direito a pertencer a um grupo étnico e ter uma identidade (etnicidade) foi negado muitas vezes aos ameríndios por suplantarem as identidades nacionais ou mesmo o ideal de igualdade e cidadania. A indianidade e suas especificidades foram muitas vezes suplantadas como obstáculo ao desenvolvimento dos estados nacionais.⁵⁵ Em países da América Latina onde a população indígena é maioria, os índios são sobretudo indivíduos e cidadãos que integram a nação democrática. Em países como o Brasil, onde o indígena é muitas vezes invisibilizado histórica e socialmente pela sociedade regional, estes representam um obstáculo ou devem confluir ao desenvolvimento.⁵⁶ A identidade étnica não ameaça fisicamente, mas se resume a um desafio ideológico.⁵⁷

Escritores, artistas e intelectuais celebraram em palavras as tradições e histórias dos povos indígenas mesmo sem nunca ter

acomodação entre a identidade étnica com a participação na vida social brasileira. *Ibid.*, p.254 – 293.

⁵² TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-Nação imperial*. São Paulo: Nankin, Edusp, 2008. p. 11.

⁵³ *Ibid.*, p. 12.

⁵⁴ MAYBURY-LEWIS, David. *Vivendo Leviatã: Grupos Étnicos e o Estado*. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro e Fortaleza, 83, 1985. p. 103- 118.

⁵⁵ Para Maybury-Lewis os exemplos da França (com seu estado-nação baseado na racionalidade, na organização dos pressupostos humanos, na cidadania para todos, portanto, igualdade) e da Alemanha (com o sentimento de uma identidade alemã unificadora) contribuíram para certo mal-estar em relação a afirmação da etnicidade. Ainda que o modelo alemão não tenha prevalecido, sobretudo após a segunda guerra mundial, e que o modelo francês seja mais recorrente devido seu apelo à democracia, ambos contribuíram para que os indígenas fossem pensados como povos aculturados e nacionalizados. *Ibid.*, p. 103- 118.

⁵⁶ A palavra “desenvolvimento” aqui está imbuída dos pressupostos nacionalistas e dos caminhos políticos, econômicos e sociais elencados para a promoção do modo de vida dos brasileiros.

⁵⁷ Nas palavras de Maybury-Lewis: “[...] não importa que as populações indígenas sejam grandes ou pequenas, que sejam ubíquas ou distantes, que vivam em países dominados por regimes de direita ou de esquerda, pois são exortadas ou forçadas a abandonar suas culturas em nome do desenvolvimento nacional”. *Ibid.*, p.110.

convivido numa aldeia, o Indianismo que emergiu no final do século XVIII e findou aproximadamente no último quartel do século XIX – considerado por muitos como o movimento mais influente antes do Modernismo –, foi mais uma faceta do integracionismo dos ameríndios à sociedade.⁵⁸

Desde os primeiros administradores até 1755 a política indigenista colonial teve nos projetos missionários – remodeladores da consciência e identidade indígena –, uma prática mediadora entre as comunidades indígenas e o Estado Imperial português. Mediação esta um tanto quanto conflituosa em virtude desta política nunca ter se definido claramente por parte da administração portuguesa e seus súditos na América. Existiu por mais de dois séculos e meio quadros de conflitos na relação índios/colonos, índios/padres evangelizadores, ainda entre padres/colonos, ou, sobretudo, entre índios/governo ou governo/religiosos.⁵⁹

A segunda metade do século XVIII foi o divisor de águas para a percepção política e cultural do índio, inaugurando assim, novos métodos de incorporação à sociedade colonial. A política básica do Diretório Pombalino (Diretório dos Índios) era assimilacionista, paulatinamente transformar o índio se consolidou nos esforços governamentais que se sucederam.⁶⁰ Marquês de Pombal baixou dois decretos que, primeiro, privou os jesuítas de exercerem seus poderes espirituais e políticos na Colônia, confiscando bens e expulsando a congregação de terras portuguesas em 1759, e, segundo, decretou as Leis de Liberdade, absolvendo os índios da legislação escravista e os liberando do regime de missões jesuíticas que passou a ser administrado por diretores leigos. O Diretório dos Índios foi implantado por decreto real no Brasil em 1758 e dissolvido em 1798, com seus 95 parágrafos, visava organizar e administrar os aldeamentos indígenas, transformando-os em vilas, ainda continuar dilatando a fé, porém, extinguir o gentilismo, introduzir práticas agrícolas e o comércio e, sobretudo, propagar a civilização dos índios. Nestes aldeamentos, o Diretório estabelecia que a língua deveria ser a portuguesa ainda que se

⁵⁸ Conforme Treece, “[...] o indianismo foi a viga mestra do projeto imperial de construção do Estado, o mais importante objeto de reflexão artística e política a exercitar a mente de sua elite intelectual por mais de meio século.” TREECE, op. cit., p. 13.

⁵⁹ BELLOTTO, Heloisa L. Política indigenista no Brasil Colonial (1570 – 1757). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 29, 1988. p. 49-60.

⁶⁰ ALMEIDA, Maria Regina C. de. *Metamorfozes indígenas*. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013. p.195 e 196.

poderia utilizar, em certa medida, a língua geral conhecida como Nheengatu.⁶¹

Tais pressupostos assimilacionistas da tutela fundados pelo Diretório mantiveram-se ao longo do século XIX e foram renovados pelo indigenismo brasileiro do período republicano brasileiro. Por outro lado, a existência dos aldeamentos indígenas, administrados pelas ordens ou por leigos, desde o período colonial ao imperial, esteve ancorada em certa subsistência oriunda de salários dos índios, venda de seus produtos, aforamento de suas terras ou da exploração de recursos naturais. A historiadora Maria Regina Celestino de Almeida esclarece que no final do século XVIII e início do XIX os rendimentos das aldeias provinham do “arrendamento” de terras indígenas.⁶² Os aforamentos, termo que se refere ao arrendamento de terras em tempos anteriores ao período republicano, serviram de base para a atuação de foreiros em conflitos regionais na expropriação de terras dos indígenas, sobretudo, a partir do Regulamento das Missões (1845) e da Lei de Terras (1850). Na segunda metade do século XIX consolidou-se o uso e posse de terras pautados na titulação e a destituição da condição identitária dos índios em muitos aldeamentos e regiões do Brasil, justificando o fim de aldeamentos e do direito a permanecerem em suas terras.⁶³

A Corte portuguesa no Brasil e, sobretudo, a independência e a formação do Estado Imperial, foram decisivos para os novos contornos da história indígena. Alguns povos em virtude de sua condição de “bárbaros” dos sertões foram combatidos e outros inclinados a serem “assimilados”. Ainda que a Carta Régia de 1798 extinguisse o Diretório dos Índios, muitas das diretrizes deste último permaneceram vigorando

⁶¹ A nova legislação, chamada de Diretório dos Índios ou Diretório Pombalino que passou a regular todas as atividades e a vida nos aldeamentos surgiu, em 1757, inicialmente para a região norte, por meio das ações do governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal. Ainda que o Diretório tenha trazido rupturas, algumas diretrizes básicas das legislações anteriores, como o Regimento das Missões de 1686, foram mantidas, houve continuidades como “[...] a divisão dos índios nas categorias de mansos e selvagens, a obrigação do trabalho compulsório para os aldeados, a condição de tutela a eles imposta que seria, então, exercida pelos Diretores, e a garantia das terras das aldeias para os índios.” ALMEIDA, Maria R. C. de, 2010, op. cit., p.109 e 110. FREIRE, C. A. R. e OLIVEIRA, J. P. de, op. cit., p. 70-72.

⁶² ALMEIDA, Maria R. C. de, 2013, op. cit., p.267 – 271.

⁶³ O livro organizado por João Pacheco de Oliveira *A presença indígena no Nordeste* apresenta capítulos que abordam a fabricação social da mistura bem como estudos de caso referentes a invisibilidade social e territorial de populações indígenas e aldeamentos. OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

até o Regulamento das Missões. A Guerra Justa aos Botocudos,⁶⁴ declarada por Carta Régia em 5 de novembro de 1808, assinada pelo príncipe regente D. João VI, acentuou a distinção entre índios mansos e índios selvagens estimulando a defesa dos aldeados e o combate aos inimigos.⁶⁵

Os *Apontamentos* de José Bonifácio de Andrada e Silva,⁶⁶ projeto apresentado na Assembleia Constituinte de 1823 e que não chegou sequer a ser mencionado na Constituição de 1824, se traduz num documento político para sistematicamente integrar os índios bravos. Andrada e Silva acreditava, como muitos outros intelectuais e políticos de sua época, que mesmo os índios sendo “[...] vagabundos, e dados a contínuas guerras, e roubos”, “[...] entregues naturalmente à preguiça”,⁶⁷ os índios bravos poderiam se tornar civilizados por meio de “constância e zelo” das práticas políticas.⁶⁸

A criação do IHGB em 1838 e o envolvimento de intelectuais corroboraram para unir esforços na construção de uma escrita da história da jovem “nação” brasileira. De fato, a questão indígena passou a ser alvo de uma historiografia nacional somente com Francisco Adolfo de Varnhagen e com Carl Friedrich Philippe von Martius em meados do século XIX. Aos poucos os índios passaram a ser sujeitos históricos na formação racial da identidade nacional, porém, tal visibilidade se apresentou por meio de um isolamento dos índios no pensamento brasileiro e de um pessimismo em relação ao passado e ao futuro. Conseqüentemente, estas noções de isolamento e pessimismo produziram desdobramentos na política indigenista do Império.⁶⁹

⁶⁴ Dentro da generalização “botocudos” encontram-se os Gês meridionais Kaingang e Xokleng, bem como outros povos do tronco-linguístico Macro-Gê.

⁶⁵ ALMEIDA, Maria R. C. de, 2010, op. cit., p.141-146.

⁶⁶ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*. _____. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 89-149.

⁶⁷ *Ibid.*, p.89 e 90.

⁶⁸ Nas palavras de José Bonifácio de Andrada e Silva: “[...] sem novas providências, e estabelecimentos fundados em justiça, e sã política, nunca poderemos conseguir a catequização e civilização desses selvagens. [...] Tenho pois mostrado pela razão, e pela experiência, que apesar de serem os índios bravos uma raça de homens inconsiderada, preguiçosa, e em grande parte de desagradecida e desumana para conosco, que reputam seus inimigos, são contudo capazes de civilização, logo que se adotam meios próprios, e que há constância e zelo verdadeiros na sua execução.” *Ibid.*, p.101 e 102.

⁶⁹ MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e os historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>>. Acesso em: junho de 2009.

O Visconde de Porto Seguro, mais conhecido por seus escritos como Varnhagen,⁷⁰ desenvolveu ampla e pioneira investigação em documentos do período colonial. Sua pena costumemente desqualificava os povos indígenas, conforme é possível perceber na célebre frase conhecida e citada por muitos historiadores em diferentes contextos, “[...] uma idéia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbarie e atrazo. De taes povos na infancia não há historia: há só ethnographia.”⁷¹ Varnhagen via os índios como objetos da ciência, ou como afirma John Monteiro, “fósseis vivos de uma época remota”, seres que ajudavam a alumiar as origens da história da humanidade.⁷² Desempenhou papel importante no IHGB, tinha a pretensão de escrever a “história do Brasil” e foi considerado por muitos, como aponta a historiadora Lília M. Schwarcz,⁷³ um dos primeiros historiadores brasileiros, mas também geógrafo, biógrafo e matemático.

O naturalista alemão Von Martius foi premiado no concurso promovido pelo IHGB em 1844 sobre “Como escrever a história do Brasil”,⁷⁴ alcançou o prêmio com a tese de uma história ancorada nas especificidades brasileiras inaugurada nesta monografia, qual seja, a

⁷⁰ Entre suas obras estão “História geral do Brasil” volume 1 e 2 escrita entre 1854 e 1857, “História das Lutas contra os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654” de 1871, “A questão da capital: marítima ou no interior?” de 1877 e a obras póstuma de 1816 “História da Independência do Brasil”.

⁷¹ E continua: “Nem a chronica de seu passado, se houvesse meio de nos ser transmittida, mereceria nossa attenção mais do que tratando-se da biographia de qualquer varão, ao depois afamado por seus feitos, os contos da meninice e primitiva ignorancia do ao depois heroe ou sábio.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Dos índios do Brazil em geral*. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. Tomo I. Rio de Janeiro. 1854. p.107-108. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01818710>. Acesso em: 18 de dezembro de 2011.

⁷² MONTEIRO, 2001, op. cit., p. 03.

⁷³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 106 e 107.

⁷⁴ Além da obra vencedora “Como se deve escrever a História do Brasil” de 1844, ainda publicou inúmeros outros livros, como *Reise in Brasilien* (Viagem pelo Brasil), escrita entre 1823 a 1831 com Spix e que seria o primeiro volume de mais dois que planejavam. Assim, Von Martius deu continuidade ao projeto e em 1839 começou revisar e organizar uma das maiores obras de botânica que se tem registro, *Flora brasiliensis*, que contou com a ajuda de 60 autores alemães e europeus da época, foi patrocinada pelo imperador Ferdinando I da Áustria, pelo rei Ludovico I da Baviera e pelo imperador Dom Pedro II do Brasil. Em 1840 saiu o primeiro dos 140 fascículos que foram somente finalizados em 1906, após a morte de Von Martius que ocorreu em 1868. O historiador ainda escreveu “A Fisionomia do reino Vegetal no Brasil” de 1843, *Der Naturell, die Krankheiten, das Arzthum und die Heilmittel der Urbewohner Brasiliens* (Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros) de 1844, entre outros.

“fábula das três raças” que se mesclam e fundam o Brasil.⁷⁵ Von Martius afirma que do encontro, da mescla, das relações mútuas e das mudanças das três raças, a de cor de cobre ou americana, com a branca ou caucasiana e com a preta ou etiópica, reagindo tanto indígenas quanto negros sobre a raça predominante, a do português, se constituiu a população brasileira.⁷⁶ Apesar do momento, manteve-se parcial em relação às teorias de decadência dos índios, acreditava que estes seriam capazes de alcançar os degraus da civilização à medida que fossem assimilados e aculturados pelo branco, pois os índios enquanto populações em breve deixariam de existir.⁷⁷

Alguns intelectuais e políticos pregavam a assimilação dos indígenas e outros a inexorável extinção destes no Brasil, neste contexto, a influência de Andrada e Silva foi fundamental, sua postura em relação aos índios bravos é percebida na política indigenista do Segundo Reinado bem como na escrita da história oficial do Brasil, assim, ainda que a política indigenista no século XIX oscilasse entre “[...] a possibilidade de assimilar os índios de forma humanitária ou combatê-los através da guerra justa [...]”, prevaleceu a primeira.⁷⁸ As disputas partidárias entre aqueles que defendiam a catequese e a civilização e os que advogavam o afastamento ou mesmo extermínio

⁷⁵ A “fábula das três raças” a partir de Von Martius se tornou a interpretação mais influente a partir do século XIX para pensar o indígena no bojo da história do Brasil. Por outro lado, a questão das raças se confundiu com o conceito de nação. MONTEIRO, 2001, op. cit., p. 171.

⁷⁶ Argumenta o historiador: “São porém estes elementos da natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular tres raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d’essas tres raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular. D’isso necessariamente se segue que o Portuguez, que, como descobridor, conquista e Senhor, poderosamente influi n’aquelle desenvolvimento [...] Tanto os indigenas, como os negros, reagiram sobre a raça predominante.” MARTIUS, Carl Friderich Phillip von. Como se deve escrever a História do Brazil. *Revista Trimestral de História e Geografia do Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB*, n. 24, Tomo VI, jan. 1845. p. 382. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>. Acesso em: 17 fev. 2011.

⁷⁷ Em 1838, em sua obra *O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil*, escreveu a conhecida citação: “[...] E não há dúvida: o americano está prestes a desaparecer. Outros povos viverão quando aqueles infelizes do Novo Mundo já dormirem o sono eterno.”; estes povos “vermelhos”, como acusa Von Martius, apresentam sua “[...] humanidade inteira a morrer diante dos olhos do mundo compassivo; nenhum brado dos pricipaes da philosophia, do christianismo é capaz de arredar a sua obstinada marcha para a dissolução certa e geral.” *Ibid.*, p. 65.

⁷⁸ ALMEIDA, Maria Regina C. de. *O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre a cultura histórica e política*. In: SOIHET, Rachel. et al. *Mitos, projetos e práticas políticas: memórias e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 217 e 218.

dos índios ganhava fôlego por meio da Revista Trimensal do IHGB. John Monteiro esclarece que se buscavam as origens da nacionalidade e, por outro lado, informações etnográficas de povos desaparecidos ou em processo de desaparecimento, indicando não haver consenso nos estudos sobre os indígenas.⁷⁹

As percepções e interpretações sobre o indígena durante o Império contribuíram para o fortalecimento do que John Monteiro chama de mitografias. Tais mitografias expressam a circulação e reapropriação de ideias e imagens distintas dos índios, elaboradas desde o período quinhentista, permitiam novas compreensões sobre os binômios “Tupi/Tapuia” e de outros pares de oposição, como “bravio/manso”, “bárbaro/policiado” ou “selvagem/civilizado”. Foi a partir de 1870 que a *sciencia* brasileira, inspirada nos modelos do positivismo, evolucionismo e darwinismo, popularizados enquanto justificativas teóricas da dominação imperialista, passou a se ocupar com a imagem de uma nação moderna, industriosa, civilizada e científica composta por indivíduos mestiços e que poderiam levar a degeneração social e coletiva.⁸⁰ Esse vai-vem de ideias e experiências é caracterizado pelas concepções oriundas do gabinete científico/político e do sertão. Neste sentido, a moderna política indigenista implantada no século XX foi impactada e influenciada pelas discussões oitocentistas baseadas nas experiências coloniais e/ou etnográficas.⁸¹

A história dos índios no Brasil, em grande parte até a década de 1980, resumia-se basicamente à crônica de sua extinção, pautados nos registros de guerras, epidemias, massacres e assassinatos atingindo populações nativas ao longo dos quinhentos anos, na qual o papel do indígena era o de vítima passiva ou de resistência. Sem embargo, em boa parte do século XX, os indígenas desempenharam papéis secundários, apareciam na história apenas nos momentos de conflitos ou como meros coadjuvantes, agindo em função de interesses alheios. Entre extinção, desaparecimento e invisibilidade, prevaleceu ao longo dos

⁷⁹ “Parece ter vencido a tendência estabelecida por Carl F. P. von Martius e seguida por Francisco Adolfo de Varnhagen, cujas teses sustentavam a idéia de que o processo de degeneração que levava os indígenas inexoravelmente rumo à extinção havia começado muito antes da chegada da civilização superior. Outros autores, entretanto, embora compartilhassem a perspectiva do desaparecimento fatal dos aborígenes, explicavam a destruição das populações indígenas em função de uma longa história de violência colonial e de políticas mal aplicadas ou mesmo mal intencionadas. A Revista, neste sentido, proporcionava uma espécie de barômetro através do qual se podia aferir a intensidade do debate indigenista da época.” MONTEIRO, 2001, op. cit., p. 147.

⁸⁰ SCHWARCZ, op. cit., p. 239 e 240.

⁸¹ MONTEIRO, 2001, op. cit., p.03.

novecentos a fábula das três raças fundada por Von Martius, seja nas obras dos culturalistas, folcloristas, sociólogos, antropólogos, como, sobretudo, nas narrativas dos historiadores.⁸²

Influenciada pelas singulares contribuições da etnologia indígena e da antropologia, a renovada história indígena ganhou, aos poucos, envergadura a partir do último quartel do século XX, e passou a se distanciar das mitografias e bipolaridade e da fábula das três raças que confluía para a formulação das ideias de plasticidade, hibridismo, caldeamento e mestiçagem.⁸³ A década de 1970 acusou uma nascente renovação nos estudos sobre os índios, aos poucos direcionou os holofotes da historiografia dos colonizadores para os colonizados. Certa resistência dos historiadores ao tema, considerado como alçada muitas vezes dos antropólogos, passou a se diluir e engendrar estudos profícuos.⁸⁴

A renovada história indígena não deixa de ser resultado da produção intelectual dos programas de pós-graduação no país e, principalmente, dos estudos em história cultural e etno-história, que abriram horizontes de fontes (vestígios materiais, arqueológicos, iconográficos, monumentais, tradição oral e memória, além dos já reconhecidos registros escritos) pautados no diálogo com outras disciplinas.⁸⁵ Significativo lembrar que se houve novas abordagens, sobretudo na história, sobre a questão ameríndia brasileira, foi também

⁸² A história e historiografia e as ciências humanas em geral conheceram obras que se consagraram clássicas no século XX acerca da sociedade brasileira. Neste conjunto de obras de cunho historiográfico destacam-se as escritas por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. Ainda que destes, somente Buarque de Hollanda e Prado Jr. sejam denominados de historiadores. Há outros intelectuais e suas obras que poderiam ser mencionados como leituras clássicas do século XX sobre a sociedade brasileira, sobretudo, relacionadas à antropologia.

⁸³ O termo plasticidade e hidribismo foram inaugurados por Gilberto Freyre, caldeamento por Darcy Ribeiro e a noção de mestiçagem utilizada por ambos e outros adeptos da fábula das três raças. FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – I. 43 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001; RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995; PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 23 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

⁸⁴ John Monteiro esclarece que até pouco tempo prevalecia entre os historiadores duas noções formuladas pelos pioneiros da historiografia nacional: a) de um lado se apresentavam historiadores que não possuíam ferramentas analíticas para o estudo dos indígenas, portanto, acabavam por invisibilizar estes sujeitos históricos os excluindo enquanto atores sociais, e; b) por outro lado, muitos pesquisadores caíam no mito do desaparecimento gradual das populações indígenas. MONTEIRO, 2001, op. cit., p.4.

⁸⁵ FERREIRA NETO, Edgar. *História e etnia*. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 470 e 471.

porque o movimento indígena nacional da década de 1970 contribuiu para o ressurgimento das discussões acerca da situação, da alteridade e dos direitos dos povos originários.⁸⁶ A historiografia meridional aos poucos se ocupou de refletir sobre a questão ameríndia no sul do Brasil, especificamente em Santa Catarina, a medida que as identidades regionais dos Guarani, Kaingang e Xokleng ganharam força de reivindicação. As abordagens historiográficas que grandemente se detiveram nas questões das missões jesuíticas ou das relações conflituosas emergidas no bojo da colonização e imigração européias. E passaram a visibilizar as especificidades históricas dos distintos povos ameríndios como atores sociais no processo de formação das identidades e territórios meridionais.⁸⁷

As contribuições da etnologia indígena, da mesma forma que da antropologia, foram fulcrais para que o historiador (re)elaborasse outra história na qual os atores sociais fossem os povos indígenas. Se para Varnhagen e seus consócios de IHGB o que marcou o limiar da história do Brasil foi a chegada dos portugueses, definindo os índios como representantes do passado, o próprio IHGB se incumbiu de criar uma seção de arqueologia e etnografia indígena para situar os trabalhos sobre os povos indígenas. Nas palavras do antropólogo Luís D. B. Grupioni, o Brasil, se constituiu num grande laboratório, sobretudo aos pesquisadores estrangeiros, que se direcionavam ao estudo da fauna, flora e de segmentos da população brasileira como os índios.⁸⁸ No bojo da etnografia indígena, aos poucos os estudos sobre as populações ameríndias existentes no Brasil ganharam vulto de pesquisa. Porém, as etnografias elaboradas no Brasil dos oitocentos consolidaram as mitografias e a bipolaridade Tupi *versus* Tapuia, mansos *versus* bravos, civilizados *versus* selvagens ou bárbaros.

Mas apesar de haver aqueles que confabulavam sobre a decadência dos povos indígenas no Brasil,⁸⁹ outros se embrenhavam em

⁸⁶ SANTOS, Sílvio C. dos, 2004, op. cit., p. 87 – 105.

⁸⁷ Existem consideráveis trabalhos acadêmicos que abordam os povos indígenas no sul do Brasil, e, especificamente, os povos que estão em Santa Catarina.

⁸⁸ GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p. 21.

⁸⁹ Na virada do século XIX para o XX, um dos nomes exponenciais da etnografia foi o de Hermann von Ihering, médico, professor e cientista, contribuiu sobremaneira para consolidar os binômios sobre os índios no Brasil. Como fundador e diretor do Museu Paulista escreveu muitos textos na Revista da instituição, sua pena costumemente delegava aos índios observações negativas, um tanto quanto reducionistas, evidenciando o extermínio dos índios e aos que ainda sobreviviam, sua eminente decadência. Em *A questão dos índios no Brasil* de

aldeias e aldeamentos indígenas e procuravam assim, se distanciar de pronunciamentos fatídicos e compreender quem eram os índios brasileiros. É neste contexto que o alemão Curt Unkel – conhecido como Curt Nimuendajú –,⁹⁰ por conta de sua trajetória de vida e estudos sobre os povos indígenas, passou a ser considerado por muitos como um dos primeiros e mais respeitados etnólogos do Brasil na primeira metade do século XX.⁹¹

Nimuendajú se dedicou aos estudos dos povos indígenas no Brasil, entre muitos de seus trabalhos, está o *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes* elaborado em 1944. Como importante instrumento de consulta aos pesquisadores, situa as sociedades indígenas

1911 afirma, “[...] Doceis e faceis de dominar uns, outros bravios, desconfiados e traiçoeiros, envolveram-se e foram envolvidos pelos conquistadores em desinteligências e luctas, em que os indígenas, como mais fracos, frequentemente succumbiam.” IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brazil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VIII, 1911. p. 112. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/ihering-1911-questao>. Acesso em: 31 mar. 2012.

⁹⁰ Curt Unkel chegou ao Brasil em 1903, foi contratado pelo SPI logo no início da fundação do órgão indigenista, recebeu o nome Nimuendajú numa cerimônia de batismo entre os Apapocúva-Guarani, assim, em 1922 se naturalizou brasileiro, abandonando seu sobrenome Unkel por Nimuendajú, nome Guarani que significa “o que estabeleceu sua morada”. NIMUENDAJÚ, Curt. *Etnografia e Indigenismo*. Sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. p. 09 e 10.

⁹¹ O antropólogo Marco Antonio Gonçalves na apresentação do livro *Etnologia e Indigenismo* de Curt Nimuendajú afirma tacitamente que o etnólogo tem obra ímpar em qualidade e quantidade de material etnográfico, dedicou sua vida inteira à pesquisa de campo, vivendo entre os índios, e, apesar de se considerar um leigo, por ser “[...] em suas palavras, pessoa ‘sem instrução universitária’, já havia percebido que a relação com o outro era uma poderosa fonte de conhecimento. Falar de Nimuendajú é falar de uma vida dedicada aos índios, à sua defesa no contexto de um país hostil à convivência de diferenças.” Ibid. Florestan Fernandes também considerou que Nimuendajú foi e continuará sendo a “[...] principal figura da etnologia brasileira, nesta primeira metade do século XX.” FERNANDES, Florestan. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. 2 ed. São Paulo: Global, 2009. p. 131. Ademais, Alfred Métraux, J. Mattoso Camara Jr, Julio Cezar Melatti, Roque de Barros Laraia e Marta Rosa Amoroso também ressaltaram a importância singular da atuação de Nimuendajú acerca dos estudos sobre os povos indígenas do Brasil. MÉTRAUX, Alfred. Curt Nimuendajú (1883-1946). *Journal de la société des américanistes*, v. 39, n. 1, 1950. p. 250-251. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/metraux_1950_curt. Acesso em: 10 set. 2012. MATTOSO JR, J. C. *A obra lingüística de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: Publicações avulsas do Museu Nacional, 1959. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/mattoso_1959_obra. Acesso em: 10 set. 2012. MELATTI, J.C. Curt Nimuendajú e os Jê. *Série Antropologia*, Brasília, n. 49, 1985. p. 2-22. Disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-nimuendaju.pdf>. Acesso em: 10 set. 2012. LARAIA, R. de B. A morte e as mortes de Curt Nimuendajú. *Série Antropologia*, n. 64, 1988. p. 02-09. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/laraia_1988_curt. Acesso em: 10 set. 2012. AMOROSO, Marta R. Nimuendajú às voltas com a história. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, n. 2, 2001. p. 173-186. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000200006. Acesso em: 10 set. 2012.

em diferentes épocas no território nacional da mesma forma que assinala a filiação linguística dos diversos povos.⁹² O mapa traduz em termos cartográficos uma característica importante sobre o papel do etnólogo, a vivência entre os povos indígenas, definitivamente, Nimuendajú viveu entre muitos povos, inclusive entre os Kaingang de São Paulo e Paraná. Sem essa experiência etnográfica seria muito difícil elaborar com tal propriedade o mapa etno-histórico.⁹³

Sua obra *Os Kaingang* (1913) referente à organização religiosa e social foi singular para os estudos acerca dos Kaingang. A principal contribuição refere-se à compreensão sobre o dualismo. Nimuendajú foi o primeiro etnólogo a esclarecer sobre as metades exogâmicas que dividem toda a organização social Kaingang: *Kamé* e *Kañerú*.⁹⁴ Num tempo em que já havia descrições significativas sobre os Kaingang elaboradas por Pierre Mabilde, Luiz de Cemitille, Alfredo d'Escragnolle Taunay, Telemaco Borba, Nimuendajú percebeu a complexidade da divisão em dois clãs em diversas instâncias da vida Kaingang.

À medida que foi recorrente na segunda metade do século XIX a elaboração de etnografias sobre os povos indígenas, no século XX se consolidou a etnologia. O antropólogo Herbert Baldus em 1937 esclarecia que etnologia era, literalmente, a ciência do povo ou dos povos, responsável por estudar “[...] as diversas modalidades de um povo e suas relações com as modalidades de outros povos.”⁹⁵ Para Baldus, etnografia e etnologia pertencem à ciência histórica, o etnógrafo recolhe os fatos, recolhe materiais que representam documentos, o etnólogo elabora-os e necessita dos documentos históricos para realizar o seu trabalho.⁹⁶ Baldus acusa que Von Martius foi o fundador da

⁹² Há trabalhos recentes que demonstram que a complexidade e diversidade étnica ameríndia em certas regiões do Brasil era maior do que o apontado por Curt Nimuendajú no referido mapa. Ver a dissertação de SANTOS, Rodrigo Martins dos. *O gê dos gerais – elementos de cartografia para a etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado*. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília/UnB, Brasília: 2013.

⁹³ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*. Editado em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

⁹⁴ A palavra *Kamé* e *Kañerú* aparecem escritas de diversas formas, dependendo do etnógrafo/etnólogo.

⁹⁵ BALDUS, Herbert. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979. p. 01.

⁹⁶ Para o antropólogo a diferença entre etnografia e etnologia consiste que a primeira se ocupa em descrever o povo enquanto a segunda “[...] procura compreender o povo na sua essência e conhecê-lo nas particularidades funcionais de sua cultura. [...] A etnografia tem por condição a estabilidade no momento da observação; a etnologia examina a dinâmica. [...]” Ibid., p.02.

etnografia brasileira enquanto Karl von den Steinen foi o responsável pelas primeiras e fundamentais obras da etnografia e etnologia brasileiras.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss em meados do século XX também definiu as diferenças entre a etnografia e a etnologia.⁹⁷ De forma semelhante a Baldus, afirma que a etnografia consiste na observação e análise de grupos humanos em suas particularidades, descrevendo com maior fidelidade possível a vida destes, por outro lado, a etnologia utiliza os documentos elaborados pelo etnógrafo de maneira comparativa. Atualmente, o termo etnologia é pouco usual, estando subentendido na antropologia social e cultural, porém, esse termo caiu em desuso principalmente nos países anglo-saxônicos.⁹⁸

A etnologia indígena ou mesmo a antropologia se inclinou gradativamente no século XX a abordar os povos indígenas nos contextos dos sistemas de parentesco, dualismo, fenômenos da aculturação (assimilação), situação de contato, fricção interétnica, integração, dominação e resistência, bem como a partir de novos horizontes conceituais, emergidos de “categorias nativas”, como a corporalidade, a pessoa, a cosmologia, as expressões ritualísticas, o tempo e o espaço, comumente categorias impregnadas de qualidade perspectiva, reconhecidas pelo perspectivismo ameríndio. Se na segunda metade do século XIX ao início do século XX o que chamava a atenção dos etnógrafos e etnólogos era a decadência, o extermínio e o modo de vida exótico e *sui generis* que experimentavam os índios no Brasil, exemplos de povos primitivos e pretéritos, novas abordagens ganharam força e passaram a analisar a temática indígena através de outros

⁹⁷ A despeito de etnografia, etnologia e antropologia serem termos empregados em convergente sentido, o etnólogo e sociólogo Georges Balandier esclarece que são campos bem distintos. Enquanto a etnografia se situa no campo da descrição e visa apresentar de forma mais completa e possível um grupo social, sendo considerada uma primeira fase de síntese e investigação, a etnologia coaduna com a segunda fase, que não exclui a observação direta, mas tende a síntese e não se contenta com poucos materiais coletados. A antropologia se encaminha para descobrir propriedades gerais que explicam e caracterizam a vida em sociedade e, nesse sentido, empenha-se em transcender a diversidade desvelada pela história e geografia. A antropologia cultural ou social, desenvolvida nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, respectivamente, representa para Balandier uma nova e terceira fase da investigação síntese e apóia-se nas aquisições da etnografia e da etnologia, mesmo assim, os termos antropologia cultural e social revelam orientações teóricas distintas. Assim, contemporaneamente, a etnologia indígena se dilui nos estudos em antropologia (cultural ou social). BALANDIER, Georges. *Etnografia, Etnologia, Antropologia*. In: GURVITH, Georges (Org.). *Tratado de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. v.1. p. 148-150.

⁹⁸ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Barcelona: Ediciones Paidós S.A., 1987. p. 50.

conceitos, embora algumas abordagens são fatalistas e outras desanimadoras.

Herbert Baldus foi um dos primeiros etnólogos a se dedicar à situação de contato, outros destacados nomes também elaboraram estudos relacionados à tal abordagem, como Charles Wagley e Eduardo Galvão. No que se refere às ideias de aculturação, o nome de Egon Schaden é exponencial, visto que em 1969 lançou o livro *Aculturação indígena*.⁹⁹ Na esteira dos estudos de contato (sociologia do contato), com ênfase na fricção interétnica, apresentam-se as pesquisas de Roberto Cardoso de Oliveira, Roque de Barros Laraia, Roberto da Matta, Júlio César Mellatti, Silvio Coelho dos Santos, entre outros.

Sobre a questão do dualismo um dos estudos de referência em etnologia indígena é a intitulada monografia de Curt Nimuendajú, *Os Apinayé*, de 1953. Na sequência destas abordagens em etnologia, apresentam-se os debates teóricos sobre o dualismo e as estruturas sociais de parentesco travados entre Claude Lévi-Strauss com Davi Maybury-Lewis.¹⁰⁰ Ainda nos anos de 1960 o Museu Nacional do Rio de Janeiro desenvolveu em parceria o Projeto *Harvard Central Brazil* sob a direção de David Maybury-Lewis (Harvard) e Roberto Cardoso de Oliveira (Museu Nacional). Este projeto envolveu pesquisadores brasileiros e norte-americanos nos estudos das sociedades Jê e Bororo e, procurou avançar nas análises teóricas elaboradas por Nimuendajú e Lévi-Strauss sobre o dualismo.

Em 1964 Roberto Cardoso de Oliveira lançou seu livro *O índio e o mundo dos brancos* e esclareceu que as relações interétnicas de contato ganham maior vigor se consideradas no contexto das fricções, por conseguinte, estas formas de percepção estão orientadas pela noção de situação de contato desenvolvida por Georges Balandier. Para o antropólogo Oliveira, pesquisas sobre o problema da fricção interétnica com um caráter basicamente sociológico não era novidade no Brasil, pois Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Fernando

⁹⁹ SCHADEN, Egon. *Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira, 1969.

¹⁰⁰ LÉVI-STRAUSS, Claude. Las estructuras sociales en el Brasil Central y Oriental; ¿Existen las organizaciones dualistas?. In: _____. *Antropología estructural*. Barcelona: Ediciones Paidós S.A., 1987. LÉVI-STRAUSS, Claude. On manipulated sociological model. *Bijdragen tot de Taal, Land en Volkenkunde*, Leiden, 116, n. 1, 1960. p. 45-54. Disponível em: <http://www.kitlv-journals.nl/index.php/btlv/article/viewFile/2315/3076>. Acesso em: 30 ago. 2011. MAYBURY-LEWIS, David. The analysis of dual organizations: a methodological critique. *Bijdragen tot de Taal, Land en Volkenkunde*, Leiden, 116, n. 1, 1960. p. 17-44. Disponível em: <http://kitlv.library.uu.nl/index.php/btlv/article/viewFile/2314/3075>. Acesso em: 30 ago. 2011.

Henrique Cardoso e Otávio Ianni já abordavam a perspectiva dialética de interpretação das relações inter-raciais. As teorias de aculturação fascinaram etnólogos e os circunscreveram a sua problemática. Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro por mais que se inclinassem nestas formulações sobre a questão da aculturação, demonstraram preocupação e insatisfação nos modelos de investigação do ponto de vista aculturativo. Segundo Oliveira, os próprios estudos desenvolvidos por Nimuendajú, Baldus e Schaden também apresentaram esta preocupação. Assim, na esteira das preocupações quanto ao destino das populações “tribais” da etnologia brasileira, Darcy Ribeiro desenvolve as ideias de integração enquanto estado e não processo.¹⁰¹

As condicionantes da integração acusam variáveis básicas para Ribeiro, com isso a economia extrativista, pastoril ou agrícola movida por interesses diversos na exploração do ambiente imputa compulsões distintas aos povos indígenas confrontados. As frentes extrativistas correspondem às penetrações exploratórias, seguidas em geral pela ocupação de base agrícola. Já as frentes de economia pastoril avançam em áreas inexploradas para o estabelecimento de novas pastagens aos rebanhos, enquanto que as frentes de expansão agrícola encaram o índio como obstáculo a sua expansão e, para desalojar tais populações, entram em conflitos. Por certo, são as frentes de expansão agrícola que provocam transformações drásticas na paisagem.¹⁰²

As frentes econômicas se configuram para Ribeiro como etapas sucessivas da penetração civilizadora e não apenas variantes econômicas, dessa forma, se enquadram nos graus de intensidade da

¹⁰¹ Oliveira acusa que Ribeiro não aprofundou os mecanismos de interação entre índios e brancos, o que o levou a ser mais descritivo que teórico em suas análises. OLIVEIRA, R. C. de, 1996, op. cit., p. 44 e 45. A preocupação de Ribeiro era quanto ao grau de integração na sociedade nacional e, ainda, a conservação ou perda da autonomia cultural e linguística dos povos indígenas. Neste sentido, o antropólogo estudou 230 casos de grupos indígenas entre 1900 e 1957 e estabeleceu categorias de análises para 1900 e para 1957. Assim, as situações de contato e de integração à sociedade nacional se configuraram num quadro dramático e pessimista. Os Kaingang do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ocupavam a situação de índios integrados em 1900 bem como em 1957, enquanto isso, os Kaingang de São Paulo em 1900 foram inseridos na categoria de índios isolados e em 1957 alcançam a situação de índios integrados. Porém, em face das inconstâncias históricas de contato, talvez seja um pouco precipitado discernir entre índios de São Paulo como isolados e os dos outros estados, sobretudo porquanto os índios do Paraná e Santa Catarina se encontravam em áreas não reservadas e sofrendo pressões das frentes de expansão econômica da mesma forma como os Kaingang de São Paulo. RIBEIRO, D., 1996, op. cit..

¹⁰² “[...] criam condições ecológicas novas em que o sistema adaptativo tribal se torna inoperante. E poucos anos, os índios se vêem obrigados a adotar novas formas de provimento da subsistência e envolvidos por uma população relativamente densa, a cujos modos de vida são compelidos a se acomodar para sobreviver.” RIBEIRO, D., 1996, op. cit., p. 273.

integração, o antropólogo pondera finalmente que os contatos com a civilização são responsáveis pela perda populacional de grupos, porém, a população indígena brasileira “[...] não está condenada ao desaparecimento enquanto contingente humano e que sua sobrevivência e seu incremento estão na dependência direta da assistência que lhe for assegurada.”¹⁰³ A assistência aqui defendida é a governamental do órgão indigenista, basta lembrar que Darcy Ribeiro integrou o SPI na Seção de Estudos, organizou e inaugurou o Museu do Índio em 1953, e, por fim, atuou como agente político nos círculos de poder a partir do final da década de 1950.

Em relação à abordagem de dominação e resistência na etnologia indígena talvez os melhores exemplos de estudos sejam os realizados pelo sociólogo Florestan Fernandes, que enfatizou para os Tupinambá a capacidade de insubordinação à dominação e de resistir por meio de diversas formas, sobretudo através da guerra. Quanto ao perspectivismo ameríndio este se enquadra como propulsor de novas interpretações sobre os povos indígenas, ancorado nos estudos sobre a cosmologia, a pessoa, o corpo e a corporalidade, o tempo, o espaço, as manifestações ritualísticas, e as outras formas de relações entre povos indígenas, natureza e meio ambiente. Na realidade, estas abordagens se distanciaram dos estudos desenvolvidos pelos etnólogos e antropólogos da sociologia do contato.

A emergência de novas contribuições para a etnologia indígena – quando surge o prenúncio do perspectivismo –, se apresentou no simpósio intitulado *Social Time and Social Space in Lowlands South American Societies* coordenado por Joanna Overing Kaplan, no XLII Congresso Internacional de Americanistas de 1976, em Paris,¹⁰⁴ bem como no Congresso seguinte que ocorreu no Rio de Janeiro em 1978.¹⁰⁵ Dessa forma, a década de 1970 se apresenta como um divisor de águas na etnologia porque aponta uma renovação de estudos e conceitos ampliando as abordagens e deixando de visionar os índios a partir do mundo dos brancos ou em comparação à sociedade nacional com ênfase nos aspectos negativos. Por ora, este movimento foi chamado de idealista pelos africanistas por não se preocupar com a profundidade genealógica, mas com a profundidade de tempo e espaço como

¹⁰³ Ibid., p. 290.

¹⁰⁴ Este congresso de 1976 comemora o centenário da sociedade dos americanistas.

¹⁰⁵ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, vol.2 n.2. Rio de Janeiro, out. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005. Acesso em: ago.2012.

categorias que poderiam ajudar a compreender melhor as sociedades indígenas enquanto conceitos nativos.¹⁰⁶

A etnologia, antropologia e a história indígena experimentaram renovações teórico-metodológicas sobretudo a partir da década de 1970 e 1980, a nova história indígena alcança gradativamente tecitura e os estudos sobre os Kaingang em história acompanham essa tendência.

1.2 Espacialização e territorialidade Kaingang no Brasil Meridional: da mobilidade ao *situs*¹⁰⁷

Muitos estudos sobre os Kaingang até recentemente se consubstanciavam em abordagens a partir da situação do contato, fricções interétnicas, confrontos, conflitos, (des)encontros com a sociedade nacional envolvente ou, ainda, da perspectiva da resistência, colaboracionismo, faccionalismo e integracionismo. Sendo os Kaingang sociedades de tradição Jê, ou, Tapuia, portanto, povos dos sertões, considerados desde os tempos coloniais pelas políticas indigenistas como “hostis” e “bravios”, não há dúvidas que estes estudos foram influenciados pela historiografia e etnografia tradicionais do século XIX que consolidaram as mitografias. Esta tese, assim como outros estudos acadêmicos recentes sobre os Kaingang, procura se distanciar destes pressupostos influenciados pela sociologia do contato e evidenciar algumas categorias nativas. As categorias nativas serão destacadas e discutidas no terceiro capítulo no contexto da narração mnemônica Kaingang.

Comumente nominados como Coroados, os Kaingang já foram descritos de diversas formas,¹⁰⁸ e, em muitos momentos, confundidos com outros povos ameríndios ou mesmo generalizados em um grande

¹⁰⁶ KAPLAN, Joanna Overing. Orientation for paper topics and comments; Social time and social space in lowlands South American societies. *Actes du XLII Congrès International des Américanistes*, Paris, 1977. p. 8-10 e p. 387-394.

¹⁰⁷ Optou-se, intencionalmente, por não realizar uma contextualização histórica mais profunda da grande região do oeste catarinense no contexto das relações de contatos e confrontos entre índios (Kaingang e outros) e não índios, bem como da instituição do modo de vida não indígena e a gradativa colonização, uma vez que essa descrição e análise histórica foi feita e apresentada no primeiro capítulo da tese de Clóvis A. Brighenti. BRIGHENTI, Clovis Antonio. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH/UFSC. Florianópolis, 2012.

¹⁰⁸ *Botocudos, Gualachos, Guaianás, Guanhanás, Guñanas, Guayanazes, Chiquis, Pinares, Camés, Votorões*, entre outros.

grupo “tribal”. Certa dificuldade de nomeação e identificação sociocultural e linguística dos indígenas brasileiros, sobretudo dos Kaingang, começou a se desfazer quando os relatos etnográficos e estudos em etnologia se tornaram uma prática no Brasil ao fim do século XIX e limiar do século XX.

Então, o que parece ser a resolução etnonímica sobre os Coroados/Kaingang pode significar simplificação de especificidades identitárias atribuída de forma exógena e sem necessário reconhecimento e autoidentificação. O termo *Kaingang* segundo Mansueto Val Floriana designava “homem”, “sujeito”, “índio Coroadado de São Paulo e do Paraná”.¹⁰⁹ A antropóloga Juracilda Veiga informa que Jules Henry que viveu entre os Xokleng (1932 e 1934) os denominava de *Kaingán*, relacionando-os como *tribes speaking Kaingáng dialects*, habitantes das terras altas do sudoeste da América do Sul,¹¹⁰ a grafia de Henry, *Kôinggëgn*, significava homem ou a autodenominação do povo. Assim, Veiga acusa que Borba propôs e difundiu tal termo *Caingang* como denominação genérica ou autodenominação “pós-contato”, sem atentar para as especificidades grupais que existiam, locais/regionais e de autorreconhecimento.

É possível que nem todos os grupos que foram identificados como Kaingang utilizassem esse termo como autodenominação.¹¹¹ Também é possível que nem toda região dialetal Kaingang, relacionada a um conjunto paisagístico (bioma/hidrografia), tivesse alguma expressão (única) de identificação étnica, pois o etnônimo pode ser compreendido como a presença do nomear, externalizar e separar (d) o sujeito. Os etnônimos pertencem à categoria do “eles” e não à categoria do “nós”, assim, os etnônimos ameríndios em sua maioria não representam autodesignações mas muitas vezes são oriundos da objetivação etnonímica sobre os outros.¹¹² De qualquer forma, o etnônimo Kaingang é reconhecido na contemporaneidade como autoidentificação por muitas comunidades especializadas nas bacias

¹⁰⁹ VAL FLORIANA, Mansueto Barcatta de. Dicionários Kaingang-Português e Português-Kaingang. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XII, 1920. p.25. Disponível em: <http://biblio.etnolingua.org/val-floriana-1920-dicionarios>. Acesso em: 31 mar. 2012.

¹¹⁰ Veiga se refere ao livro HENRY, Jules. *Jungle People*, a Kaingáng tribe of the highlands of Brazil. New York, Vintage Books, 1964. VEIGA, J., 2006, op. cit., p.89.

¹¹¹ A antropóloga afirma que Nimuendajú indicou em 1909 que uma mulher do Rio do Peixe (SP) os autoidentificava como Yakwã(n)dagtêye, assim, o termo têye significava comprido, enquanto que Yakwã(n), sem tradução literal, associava-se aos termos Akuen e A’we/Auwe, autodenominação dos Xerente e Xavante, Jê centrais. *Ibid.*, p. 88 e 89.

¹¹² VIVEIROS DE CASTRO, op. cit., p. 125 e 126.

hidrográficas dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, desde o Rio Grande do Sul até São Paulo.

Não existe ainda “uma explicação apropriada” sobre a complexidade demográfica, os processos de ocupação do espaço ao longo dos últimos três mil anos, bem como um padrão de assentamento e de redes de aliança regionais acerca da distribuição geográfica dos Jê meridionais.¹¹³ Por sinal, na década de 1940, Julian Steward da ecologia cultural da Universidade da Califórnia em Berkeley, lançou a organização dos sete volumes *Handbooh of South American Indians* onde se consolidou a conceituação de “povos marginais” a partir do determinismo ecológico e evolucionismo para as sociedades das terras baixas da América do Sul. Nestes volumes apresentou-se o contraste entre a riqueza da floresta e a pobreza da savana, aos moldes de terras altas *versus* terras baixas, portanto, a floresta *versus* o campo.¹¹⁴ Apesar de Steward e outros compreenderem naquele momento que os grupos Jê eram povos essencialmente caçadores-coletores de ambientes improdutivos por meio de uma tecnologia simples, os estudos posteriores de etnólogos, antropólogos e arqueólogos, sobretudo a partir do projeto Harvard Brasil Central/Museu Nacional¹¹⁵, romperam com tal visão reducionista por conta da organização social complexa que tais povos Jê apresentavam.¹¹⁶

¹¹³ Conforme o arqueólogo Francisco Noelli, faz-se necessário “[...] repensar a concepção dominante sobre a territorialidade e a demografia Jê do Sul, abandonando a imagem vigente de pequenos grupos geograficamente isolados”. NOELLI, Francisco Silva. *O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil*. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio T.; NOELLI, Francisco S. (Org.); Novas contribuições os estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: EDUEL, 2004. p.22.

¹¹⁴ Apesar dos limites teórico-metodológicos dos estudos no *Handbook*, há capítulos que trazem contribuição sobre os povos ameríndios brasileiros.

¹¹⁵ O Projeto *Harvard Central Brazil*, em parceria com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, se desenvolveu ao longo dos anos 1960, sob a direção de David Maybury-Lewis (Harvard) e Roberto Cardoso de Oliveira (Museu Nacional). Pesquisadores brasileiros e norte-americanos estudaram as sociedades Jê e Bororo, estimulados pelos trabalhos de Curt Nimuendajú e Levis-Strauss, com vistas a compreender como poderia sociedades portadoras de tecnologias simples estar dispostas em organizações sociais tão complexas. Porém, ainda que os Kaingang e os Xokleng pertençam as sociedades Jê, estes não foram estudados pelo projeto “[...] because we thought [...] that their way of life was extinc [...]” MAYBURY-LEWIS, David. (Org.) *Dialectical Societies: The Gê and Bororo Indians of Central Brazil*. Cambridge: Harvard University Press, 1979. p. 06.

¹¹⁶ Segundo Manuela Carneiro da Cunha foi Carl Friedrich Philipp von Martius quem batizou (com alguma imprecisão) a língua dos antigos Tapuias e Aimoras como “os Gê”. Tal denominação fora retirada do sufixo coletivo “yé” presente em palavras nas várias línguas e que poderia então ser traduzido por “as pessoas/gentes”. Os Gê eram comumente chamados de Tapuias, mesmo assim nem todos os ditos Tapuias são Gê. CUNHA, Manuela C. da. Les études Ge. *L’Homme*, XXXIII (2-4), avr.-déc. 1993. p. 81

Os Jê meridionais, Kaingang e Xokleng,¹¹⁷ apesar de pertencerem ao mesmo tronco-linguístico Macro-Jê, mesma família linguística Jê e apresentarem sítios e vestígios arqueológicos semelhantes no que concerne à forma e ao conteúdo, possuem parâmetros de distinção diferentes (étnico, língua e cultura).¹¹⁸ Estes teriam entrado em contato e “aparente integração social” com populações que habitavam o sul do Brasil há pelo menos 12 mil anos atrás, sem embargo, os migrantes ameríndios das “savanas do Brasil Central” integraram e/ou expulsaram as populações de tradição caçador-coletoras. Os povos Guarani, pertencentes ao tronco-linguístico Tupi-Guarani, também passaram a dividir o espaço com os Jê e outras populações caracterizadas como “caçadoras e coletoras” desde suas sucessivas penetrações no território sul a partir de 2.200 anos do presente, quando de sua diáspora das florestas amazônicas.¹¹⁹

A dialética espacial, pautada em redes e relações ecológicas, sociais, culturais, políticas e econômicas estabelecidas com o ambiente (biomas) e com outros povos ameríndios, circunscreveu a territorialidade Kaingang ao longo de séculos.¹²⁰ Na realidade, os arqueólogos e linguístas não sabem ao certo que razões motivaram esta migração ao sul, porém, estes grupos se instalaram em regiões de planalto semelhante ao hábitat original do planalto central brasileiro e impactaram diminutamente a paisagem do Brasil meridional se

¹¹⁷ A palavra Xokleng não corresponde ao atual etnônimo deste povo, que prefere se autodenominar como Laklânõ, porém, como se trata de uma terminologia muito difundida na documentação, mantém-se tal nomenclatura.

¹¹⁸ TEIXEIRA, Raquel. *As línguas indígenas no Brasil*. In: GRUPIONI, Luís D. B.; SILVA, Araci L. da. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004. p. 291-311; NOELLI, op. cit., p. 24 e 25.

¹¹⁹ De acordo com Pedro Ignácio Schmitz as populações de caçadores e coletores que viviam no sul do Brasil antes do estabelecimento dos cultivadores migrantes das savanas do Brasil Central e das florestas amazônicas “[...] desapareceram de nossa visão, sem sabermos, com precisão, o que foi feito deles.” Ainda para Schmitz, as “casas subterrâneas” do planalto meridional, que compreende desde São Paulo até a metade do Rio Grande do Sul, pertencem aos “antepassados dos índios Kaingang”. SCHMITZ, op. cit., p. 40 e 41. NOELLI, op. cit., p. 24.

¹²⁰ Segundo a linguísta Ursula Wiesemann as línguas Kaingang e Xokleng são distintas e estes povos Jê meridionais se separaram há algum tempo. Wiesemann em hipótese considera que os Xokleng se separaram dos Kaingang e rumaram para terras situadas atualmente em Santa Catarina, assim, da mesma forma “grupos” de Kaingang também foram paulatinamente se separando e rumando em direção ao sul, o que indica as diferenças dialetais entre os Kaingang. WIESEMANN, Ursula. Os dialetos da língua Kaingáng e o Xoklég. *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, Instituto de Antropologia Prof. Souza Marques, Rio de Janeiro, vol. III, p. 199-217, 1978. p. 215 e 216. Disponível em: http://biblio.wdfiles.com/local--files/wiesemann-1978-kaingang/wiesemann_1978_kaingang.pdf. Acesso em 10 out. 2011.

comparado aos anos de conquista dos sertões pelas frentes pioneiras e ao desenvolvimentismo do século XX.¹²¹

Porém, em torno de quatrocentos anos que os grupos de tradição Jê, assim como Guarani, são impactados pela presença não indígena em terras meridionais. As intervenções missionárias, primeiramente das reduções e, posteriormente das missões e, a atuação das bandeiras para apresamento e captura de “negros da terra” como mão-de-obra escrava em áreas de povoamento, foram vivenciadas em momentos distintos e cíclicos e afetaram a organização espacial dos povos originários.¹²² Aos Kaingang, as intervenções foram mais intensas com as tentativas de descobrimento, conquista e povoamento dos sertões pela Coroa portuguesa a partir do último quartel do século XVIII.¹²³ Da mobilidade ao *situs*, esse foi o movimento que alterou o *modus vivendi* e o *habitus* social, consequentemente interferiu na subsistência e autonomia com o espaço e o ecossistema. Mas esse processo que acabou por retirar os Kaingang de suas redes e relações envolvidas pela mobilidade espacial para a condição de *homo situs* não foi simples e imediato. Por certo, está relacionado com as políticas indigenistas do período colonial, principalmente pombalino, com os direcionamentos do Regulamento das Missões (1845), da Lei de Terras (1850) e com os princípios tutelares do período republicano materializados nas práticas de proteção e assistência do SPI e da FUNAI.

A mobilidade espacial faz parte da organização social e ecológica dos Kaingang. Esta constatação está pautada na história e trajetória Kaingang dos relatos etnográficos como também das narrativas orais concedidas para esta tese. Algumas narrativas orais fizeram constante referência a “liberdade” que os Kaingang tinham (no passado) para se deslocar no espaço/lugar, de uma floresta para outra, de uma aldeia para outra, sem se preocuparem com a “posse” ou “propriedade” da terra. Na entrevista realizada com a senhora Emiliana Pinheiro, a narradora esclarece que o modo de vida do índio estava ancorado na liberdade, “o índio é, ele é liberto né!”, mas que atualmente, em virtude da intervenção dos “brancos”, a territorialidade Kaingang se transformou, não é possível se deslocar no espaço/lugar, inclusive, dona Emiliana

¹²¹ URBAN, op. cit., p. 87-102.

¹²² MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. MONTEIRO, John Manuel. *Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI – XVII*. In: CUNHA, Manuela C. da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p.475 – 498.

¹²³ AMOROSO, Marta Rosa et al. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP Paribas, 2003.

questiona a condição de vida e moradia em sua comunidade quanto à posse da terra que deveria ser do índio:

Que nem agora, se a gente quer se mudar... agora deferença, porque agora a gente tem que comprar os pedaço de terra! A gente não se muda pro lugar que a gente quer! Que nem eu tô aqui nesse apertadinho né, podia escolher um lugar mais longe, pra poder criar galinha, mas não posso! Eu tenho que comprar e daí eu não posso, e a terra é nossa! Diz que é nossa! Diz que é nossa! Mas mais quem manda é o branco! O branco vem e planta tudo por aí! E a gente fica oh!¹²⁴

As memórias Kaingang indicam que em “tempos passados” (*va'ix*,¹²⁵ *vāsÿ*¹²⁶) havia uma mobilidade distinta dos “tempos atuais” (*o'ri*,¹²⁷ *ũri*¹²⁸), por sinal, a posse da terra instituída enquanto garantia jurídica pelo Estado brasileiro sobretudo a partir da Lei de Terras de 1850 não se relaciona em nenhum aspecto com a noção de território e territorialidade para os Kaingang. A territorialidade Kaingang não se expressa e não se traduz pelo *utis possidetis*.¹²⁹ Ainda que a noção de território se apresente com um caráter de “relações de poder”, conforme

¹²⁴ PINHEIRO, Emiliana. 94 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Paiol de Barro, TI Xaçecó. Transcrição Carina S. de Almeida. 10 de maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

¹²⁵ *Va'ix*: há muito tempo. VAL FLORIANA, 1920, op. cit., p. 201.

¹²⁶ *Vāsÿ*: faz tempo. WIESEMANN, Ursula. *Dicionário. Português/Português – Kaingang/Português*. 2ª ed. Curitiba: Ed. Evangélica Esperança, 2002. p. 94. Disponível em: <http://www-01.sil.org/AMERICAS/BRASIL/publcns/dictgram/KGDict.pdf>. Acesso em: 16 out.2013.

¹²⁷ *O'ri*: hoje, agora. VAL FLORIANA, 1920, op. cit., p. 155.

¹²⁸ *Ūri*: agora, hoje. WIESEMANN, 2002, op. cit., p. 91.

¹²⁹ A Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas do Império, mais conhecida como “Lei de Terras”, em diversos artigos e incisos esclarece que a posse está associada ao “cultivo” e “moradia”, assim, o artigo 5º afirma “Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo possessor, ou de quem o represente [...]” sob a indicação de algumas regras. Dessa forma, ainda que existam exceções e casos específicos, o artigo 6º reforça que para haver posse é necessário haver cultura efetiva e morada habitual: “Não se haverá por princípio da cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derribadas ou queimas de matos ou campos, levantamentos de ranchos e outros actos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura efectiva e morada habitual exigidas no artigo antecedente.”, o que só vem a reforçar a compreensão do *utis possidetis*.” BRASIL, Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: out 2013.

esclarecem os geógrafos,¹³⁰ nas sociedades Kaingang e luso-brasileira este termo não navega no mesmo sentido. Muitas narrativas Kaingang acusam a mobilidade como experiência referente a um parente (ancestral) que nasceu, cresceu, casou ou viveu fora do Chapecó-Chapecozinho, evidenciando os vínculos familiares estreitos com outras terras e grupos indígenas Kaingang. Os narradores acusam relações de mobilidade e vínculos familiares (parentes e afins) principalmente entre Chapecó-Chapecozinho com os Kaingang de Nonoai no Rio Grande do Sul e de Manguairinha no Paraná.

A mobilidade espacial é ressaltada por vários pesquisadores, ainda que estes não utilizem exatamente esta noção como elemento central de análise. Sobretudo são os historiadores que fazem referência às relações de contato entre grupos, “hordas” ou “tribos” e toldos Kaingang com aldeamentos, a sociedade luso-brasileira e seus respectivos governos provinciais.¹³¹ Por certo, a maior parte destes estudos históricos se centraliza no século XIX porquanto este período se qualifica pelas intensas relações entre índios e não índios nos sertões da interlândia meridional. Destacam-se nos oitocentos as negociações, o colaboracionismo e o faccionalismo Kaingang emergidos de conflitos entre lideranças Kaingang ou entre índios e não índios.

No século XIX ocorreram constantes deslocamentos no espaço (lugares, regiões, entre bacias hidrográficas, entre campos e florestas) por grupos de Kaingang em virtude de fatores endógenos, mas também exógenos, como a implementação de aldeamentos indígenas e o povoamento luso-brasileiro.¹³² Pierre Mabilde considera que muitos

¹³⁰ O geógrafo Rogério Haesbaert esclarece que a noção de território tem conotação material e simbólica e, em qualquer acepção, está estreitamente vinculado ao “poder”. HAESBAERT, Rogério. Da territorialização a multiterritorialidade. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2314>. Acesso em: set 2013.

¹³¹ O Catálogo do Paraná provincial (1853 – 1870), realizado pelo Arquivo Público do Paraná explica que Toldo é: “Denominação utilizada, entre 1853 e 1870, para aldeia ou assentamento de índios que, geralmente, não estavam sob influência da Igreja Católica e ou da administração pública provincial. Índios de alguns toldos mantinham contatos esporádicos com indivíduos dos aldeamentos, povoações e fazendas do Paraná para aquisição de utensílios e tecidos.” ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná Provincial: 1853 - 1870*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007. p.26. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/catalogo_indigena_L.pdf. Acesso em: 12 mai 2011.

¹³² Há considerável volume de dissertações, teses e artigos sobre os Kaingang e sobre as situações de contato, descobrimento e povoamento dos campos e sertões meridionais, inclusive com diferentes abordagens, porém, me refiro àqueles que estudam prioritariamente os séculos XVIII e, sobretudo, o XIX.

Kaingang procuravam os aldeamentos para se resguardar dos ataques e perseguições em relação ao rompimento com a liderança de seu grupo de origem,¹³³ o engenheiro naturalizado brasileiro narra também que em uma de suas “excursões pelas matas” encontrou vinte e três “tribos de coroados”, em número de 304 pessoas, subordinadas a um “cacique” principal e fazendo guerra de extermínio contra um grupo dissidente que era perseguido e vagava pelo sertão,¹³⁴ neste sentido, alguns pesquisadores embasados em tais descrições caracterizaram os Kaingang como colaboracionistas e faccionalistas. Por outro lado, o que fundamenta o *modus vivendi* Kaingang é a organização social conjugada com a espacial e não exatamente o colaboracionismo e faccionalismo, visto que estes são fatores decorrentes. A mobilidade espacial não se resume à subsistência, nomadismo ou seminomadismo, existem outras perspectivas que as fundamenta.¹³⁵

A mobilidade espacial Kaingang no século XX e, na contemporaneidade, também se expressa na recorrente prática da transferência de indígenas para outras áreas e terras em virtude de acontecimentos e/ou desavenças incididas entre índios dentro das terras Kaingang. A resolução dos fatos é feita pelas lideranças ou pela liderança principal, geralmente o “cacique” procura julgar e imputar uma penalidade na própria terra, de acordo com os pressupostos locais do código de postura,¹³⁶ ou ainda, afastar o indígena da terra de forma temporária, ou, em casos mais complicados, definitivamente. Ainda que não se saiba da existência de um código de postura escrito na TI Xapecó, as lideranças políticas indígenas locais aplicam a penalidade

¹³³ MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. 1836 – 1866. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 45 – 47.

¹³⁴ Mabilde se refere ao cacique Braga. *Ibid.*, p.42 e 43.

¹³⁵ Alguns pesquisadores sejam (etno)historiadores, antropólogos, arqueólogos, caracterizam os Kaingang como nômades, outros, como seminômades, e há ainda aqueles que preferem utilizar a expressão sazonais. Poderia-se apontar uma listagem relacionando autores e pesquisas com as abordagens das noções de nômade, seminômade ou sazonal para os Jê e, especificamente, os Kaingang, porém, a lista não é pequena e este não constitui objetivo deste capítulo. As noções de nômade e seminômade são polissêmicas, navegam de sentido na escrita do pensamento ocidental moderno e estão impregnadas por (pre)conceitos construídos no decorrer de suas trajetórias, dessa forma, utiliza-se a noção de mobilidade espacial mais fluida e que considera a perspectiva Kaingang de paisagem.

¹³⁶ Na TI Palmas, Ricardo Cid Fernandes identificou um “Código de ética e penal” para o ano de 1997, que esclarece os casos e suas respectivas penas a serem imputadas. FERNANDES, Ricardo Cid. *Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina/PPGAS-UFSC, 1998.

em indivíduos que excedam a conduta moral e ética da comunidade, atualmente, ocorre a prática de amarrar e até algemar num tronco de árvore ou mesmo transferir o indivíduo. Em tempos passados, a punição era autorizada e, em alguns casos, executada pelo agente encarregado do Posto (SPI/FUNAI) que utilizava além da transferência, ainda, as práticas escusas e violentas para impor a ordem, disciplina e controle social, como o caso do “tronco”, da “cadeia” e do “boi preto”.¹³⁷

A territorialidade Kaingang compreende diversos fatores intervenientes, sobretudo mobilidade e organização social, por sinal, a escolha do local de residência denota conhecimento. Dentre as formas próprias Kaingang de territorialidade, a paisagem é discernida por elementos distintos e complementares de composição, ou seja, combinando estes elementos se qualifica e caracteriza a paisagem ou aqueles elementos que a compõe. Assim, destacam-se alguns elementos, como *ère*, *e'ê*, *arê*, *rê* (campo, capim),¹³⁸ *nen*, *nem* (mata virgem),¹³⁹ *goio*, *gôio*, *engoio*, *engôio* (água, rio),¹⁴⁰ *krin* (monte),¹⁴¹ *ga* (terra, chão, barro),¹⁴² *emá* (povoação, cidade, vila, mundo),¹⁴³ *v'are* (pouso).¹⁴⁴

¹³⁷ Conforme foi evidenciado no Relatório Figueiredo de 1968, em alguns documentos e narrativas orais Kaingang, havia em tempos de SPI e FUNAI formas de “punição” imputadas aos Kaingang como o suplício no “tronco”, o cárcere privado na “cadeia” e ainda a “cela de táboas” e o “boi preto”, estes últimos se referem a uma pequena “caixa” fechada sem a entrada de luz onde o “preso” era devidamente enfiado em pé e sem poder se mexer. Tais práticas de controle social aplicadas pelos agentes encarregados do Posto Indígena (chefe de Posto) serviam de exemplo disciplinar e contavam, em certa medida, com a convivência de algumas lideranças indígenas. Essa questão está exposta no último capítulo.

¹³⁸ VAL FLORIANA, 1920, op. cit., p.14.

¹³⁹ Ibid., p. 142.

¹⁴⁰ Ibid., p. 87, 98 e 99.

¹⁴¹ Ibid., p. 64.

¹⁴² Ibid., p. 96.

¹⁴³ Ibid., p. 83.

¹⁴⁴ Ibid., p. 203.

Quadro 1: Ordenação da paisagem Kaingang segundo Haverroth, 1997

NOMENCLATURA KAINGANG	ELEMENTO DA/NA PAISAGEM (RELAÇÃO/DESCRIÇÃO)	
Re	Local de campina, campo ou pasto, como também, capim, grama ou erva	
Ēgòho	Locais em estágios intermediários de regeneração, com predominância de vassouras dos gêneros <i>Baccharis</i> e <i>Dodonaea</i> ou o vassourão das espécies Asteraceae.	Capoeira (etimologia Tupi: <i>kaapoer</i> , matas de nova aparição), capoeirinha, capoeirão.
Nën	Qualquer mato, qualquer planta ou a mata no sentido mais amplo. Floresta ou formação florística maior.	
	<i>Nën kusa</i> : mata virgem, mata fechada, vegetação mais densa e alta.	
Òrè	Banhado, lugares próximos aos córregos e certas nascentes, lugares mais baixos, mas podem aparecer em espaços de maior altitude na forma de reentrância. Açudes ou lagoas construídas.	Planta <i>vënh-kagta</i> (remédio) no òrè: <i>Këg-fun</i> (sete sangrias); Planta <i>jën</i> (comida): <i>fjnh</i> (tipo de caraguatá da família Bromeliaceae).
	<i>Òrè-mâg</i> : banhado grande; barro, (solo com alta umidade).	
Goj	Rio ou água. Tipo de vegetação está associado ao goj específico e pode variar de função da localização. Rio maior, menor, córrego ou lugar onde corre água.	
Ēkrè	Lugar da plantação ou roça. Designa planta enquanto vegetal que foi cultivado ou vegetais que são plantados.	
Kute	Capão. Área de vegetação mais densa situada num contexto descampado. Aproxima-se de mata secundária.	
Fâg kòrn	Lugar com muito pinheiro ou pinhalão; <i>Fâg</i> : pé de pinheiro.	

Fonte: HAVERROTH, Moacir. *Kaingang, um estudo etnobotânico: o uso e a classificação das plantas na Área Indígena Xapecó (oeste de SC)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, 1997. p. 90 – 92.

Kimiye Tommasino esclarece que o espaço “físico” para os Kaingang é constituído pela combinação de quatro elementos da paisagem: *krin*, *rê*, *nen* e *goio*, sendo nas regiões de campo onde se estabeleciam as aldeias fixas (*emá* ou *emã*) articuladas com pousos ou

acampamentos provisórios (*wãre* ou *v'are*).¹⁴⁵ O meio ambiente tem suas especificidades, portanto, cada elemento da paisagem expressa formas de compreensão e representação do povo. Para Moacir Haverroth, a ordenação da paisagem é realizada conforme suas características, para os Kaingang há uma associação entre tipo de ambiente e recursos disponíveis ou ainda quais os elementos (objetos) naturais que apresentam, com isso, a referência aos locais se realiza a partir do recurso ou elemento (objeto) a ser localizado.¹⁴⁶ Haverroth esclarece termos e seus sentidos e elementos paisagísticos que contribuem para ressaltar a indigeneidade da paisagem.

Tommasino informa que preferencialmente as aldeias fixas Kaingang eram estabelecidas em espaços de campos, porém, a paisagem da região da bacia do Chapecó-Chapecozinho é composta predominantemente por florestas e matas densas. Considerando a mobilidade espacial como fator interveniente da organização social e ecológica, ainda, os contextos da trajetória e da história dos Kaingang da Terra Indígena Xaçepó, é certo afirmar que a região da bacia Chapecó-Chapecozinho integra a territorialidade Kaingang, representa território tradicional, mas não exatamente o local principal da organização ecológica e social Kaingang em tempos pretéritos. Reafirma-se então que a territorialidade Kaingang é composta por várias paisagens, sendo a bacia do Chapecó um conjunto paisagístico integrante da espacialidade e territorialidade Kaingang.

As descrições de Henrich Manizer sobre os Kaingang de São Paulo reafirmam que no início do século XX os territórios Kaingang eram preferencialmente os de menor contato com os nacionais, territórios de florestas e matas densas, sobretudo, em virtude das frentes de expansão e pioneiras. Os Kaingang evitavam espacializar por lugares descobertos, como os campos em virtude dos contatos com os não indígenas e transitar por grandes rios locais tradicionalmente ocupados pelos Guarani: “Os Kaingang permaneceram exclusivamente nas densas

¹⁴⁵ TOMMASINO, Kimiye. *A ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi*. In: MEDRI, Moacyr E. *et al.* A Bacia do Rio Tibagi. Londrina: M.E. Medri, 2002. p. 85.

¹⁴⁶ “Um determinado remédio ‘dá no mato virgem’ ou ‘dá no banhado’ e assim por diante. A ordenação do espaço se dá em função do que ele representa em termos de seres e características físicas, havendo uma relação entre ambos.” HAVERROTH, Moacir. *Kaingang, um estudo etnobotânico: o uso e a classificação das plantas na Área Indígena Xaçepó (oeste de SC)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, 1997. p. 90.

florestas. Eles evitam cuidadosamente os lugares descobertos (campos) e a proximidade dos grandes rios.”¹⁴⁷

Os relatos etnográficos indicam que o *habitus* social Kaingang se expressa em territórios amplos, por meio de paisagens compostas pela conjugação de rios e águas, matas e florestas, pastagens e campos, montes e serras e pela articulação entre o *emá* ou *emã* e o *v'are* ou *wãre*.¹⁴⁸ A organização social e ecológica Kaingang está pautada na conjugação de elementos da paisagem, Mabilde sugere que os Coroados costumavam estabelecer “alojamento permanente” em um território esparso, sob domínio de um “cacique” que dizia onde “cada tribo” deveria se estabelecer nas “matas de pinheiros”.¹⁴⁹ O engenheiro afirma que muitas vezes a distância entre o alojamento principal (do cacique) e os outros não podia ser percorrida em ida e volta no mesmo dia, ademais, a procura por “frutas, água e lenha” geralmente realizada pelas mulheres era feita longe dos “ranchos” ou alojamentos permanentes, o próprio nascimento dos filhos era realizado pela parturiente longe da moradia dos parentes nas “extremidades do alojamento”, em “ranchos isolados” e próximo de um rio ou arroio de “águas correntosas” e frias, onde os raios do sol não penetravam e a mãe banhava a si e ao recém-nascido.¹⁵⁰

Por sinal, Mabilde destaca que o território Kaingang era “repartido” e “dividido” entre as “tribos” a partir dos “pinheirais”. Cada grupo dentro de uma sociedade Kaingang, coordenado por uma liderança subordinada ao cacique principal, tinha sua territorialidade definida pela “marcação dos pinheiros”, assim, a casca de um pinheiro era cortada com um “machado de pedra” ao longo da árvore verticalmente. As marcas eram variadas e podiam ser inclusive coloridas na cor vermelha, o pinhão, dos respectivos pinheirais, sustentavam os grupos e deviam ser respeitados, em caso de “invasão”, ressalvo as conciliações, havia “guerra de extermínio” “sanguinolentas”:

O território do pinheiral, compreendido entre duas marcas, pertence, exclusivamente, à tribo que nele habita por ordem do cacique principal e nesse território é que todos os indivíduos daquela tribo apanham o pinhão para o seu sustento. A invasão

¹⁴⁷ MANIZER, Henrich H. *Os Kaingang de São Paulo*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006. p. 14.

¹⁴⁸ Os relatos etnográficos principais aqui referenciados são os elaborados por Mabilde, Cemittle, Taunay, Keller, Ambrosetti, Borba e Manizer.

¹⁴⁹ MABILDE, op. cit., p. 44.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 48, 52 e 70.

de outra tribo, para esse fim, é motivo para uma guerra de extermínio, para a qual são convocadas todas as demais tribos.¹⁵¹

No século XIX muitas são as descrições como de Taunay que procuravam qualificar os Kaingang como gentes que ocupavam “superfícies enormes”, com “hábitos nômade” e de “simples vagabundagem”,¹⁵² ou, ainda, como Mabilde, que os concebia como belicosos, “selvagens” e de “caráter feroz e sanguinário”.¹⁵³ Desde então, os Kaingang foram paulatinamente associados ao nomadismo/seminomadismo ou mesmo a uma migração sazonal como forma oposta ao desenvolvimento civilizacional ocidental pautado no sedentarismo e na agricultura que originou as “grandes civilizações”. Borba afirmou que os Kaingang não tinham “habitação permanente”, suas moradias eram construídas com dimensões grandes, de 25 a 30 metros de extensão, em local que apresentava caça e mel abundantes,¹⁵⁴ mas, à medida que ia “rareando os meios naturais de sua subsistência”, deslocavam-se todos os anos a procura de outro local.¹⁵⁵ Ainda hoje a prática da agricultura, sobretudo intensiva e tecnológica, representa aos estados nacionais sinônimo de desenvolvimento.

No caso do sul do Brasil, civilizar significava fixar e sedentarizar, assim, as políticas indigenistas encontraram primeiramente nos

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 127.

¹⁵² Nas palavras de Taunay: “[...] Vagava pelas ruas de Curitiba uma turma semi-nua dessa gente, reclamando ferramentas, roupas, dinheiro, etc., e lamentando-se de haverem sido maltratados por brasileiros e despojados de terras que lhes pertenciam. Procedi a varios interrogatorios e vi que as suas queixas eram vagas, obscuras e sem objectivos determinado, porquanto as taes posses, segundo pretendiam, ocupavam superficies enormes, para poderem contentar os seus habitos nomades e de simples vagabundagem. Depois de ter, a muito custo aliás, conseguido um começo de vocabulario, mandei-lhes dar alguma roupa e varios instrumentos aratorios, e fil-os partir para a cidade de Ponta Grossa, donde deviam seguir para o rio dos Patos e o Ivahy.[...]” TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. Os índios Caingangues (Coroados de Guarapuava). Monografia acompanhada de um vocabulário do dialeto de que usam. *Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro (IHGB)*, Rio de Janeiro, 1888. p. 254. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/taunay_1888_caingangues. Acesso em: 11 out. 2011.

¹⁵³ MABILDE, op. cit., p. 205 e 206.

¹⁵⁴ Não há consenso sobre a forma da casa ou da residência das sociedades Kaingang, alguns relatos mais antigos sugerem grandes casas que abrigavam considerável número de pessoas, por outro lado, os relatos etnográficos do século XX descrevem casas menores e mais simples. Ver D’ANGELIS, Wilmar da R.; VEIGA, Juracilda. Habitação e acampamentos Kaingang hoje e no passado. *Cadernos do CEOM*, n. 18. Chapecó: Unochapecó/Argos, 2003. p. 213-242.

¹⁵⁵ Ver BORBA, Telemaco M. *Actualidade Indígena* (Paraná, Brazil). Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. p. 08. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/borba_1908_atualidade. Acesso em: 30 abr. 2010.

aldeamentos indígenas uma fixação *in situ* que convinha aos propósitos governamentais de descobrimento e consequente ocupação dos campos da interlândia meridional.¹⁵⁶ Pierre Mabilde escreveu que não bastava aldear em lugares ermos e distantes, o engenheiro tinha a convicção que a única forma de civilizar os Coroados ou Kaingang era retirando estes “selvagens” das matas e brenhas e os aproximando da sociedade nacional.¹⁵⁷ Os lugares ermos, distantes, envolvidos por florestas, sem povoamento não indígena foram denominados de “vazio demográfico”, mas a construção desse espaço “desabitado” serviu de subterfúgio à ocupação das terras de domínio dos Kaingang, desde o século XVIII ao XX.¹⁵⁸ Por conseguinte, a reserva de terras e áreas aos indígenas Kaingang realizadas pelos governos provinciais de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no início do século XX corroborou para definitivamente fixar este povo, consolidando o “confinamento” no espaço e rompendo com a mobilidade espacial.

1.3 Indigeneidade da Paisagem

Os Kaingang se espacializavam tradicionalmente pelos territórios das bacias hidrográficas dos rios Tietê, Feio, Aguapeí e Paranapanema em São Paulo, ainda nos territórios das bacias dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu no Paraná e nos territórios de influência das bacias hidrográficas entre os rios Iguaçu e Uruguai em Santa Catarina.¹⁵⁹ Consequentemente, conforme esclarece o historiador Luis Fernando Laroque, acabaram por avançar pelos territórios das bacias dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio em Misiones, na Argentina, e pelos

¹⁵⁶ Ver MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.

¹⁵⁷ MABILDE, op. cit., p. 205 – 207.

¹⁵⁸ O historiador Mota esclarece em muitos de seus estudos as situações de contato no decorrer do século XIX e a construção do vazio demográfico como subterfúgio à ocupação das terras de domínio dos Kaingang. MOTA, Lúcio Tadeu. *A guerra dos índios Kaingang*. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924). Maringá: Ed. UEM, 1994. MOTA, 2000, op. cit., p.81 – 189. MOTA, L. T. *Os territórios Kaingang entre os rios Goio-Covó (Iguaçu) e Goioaint (Uruguai) no Paraná e Santa Catarina no século XIX*. In. NÖTZOLD, A. L. V., ROSA, H. A., e BRINGMANN, S. F. (Org). *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Palotti, 2012.

¹⁵⁹ O rio Chapecozinho tem sua confluência no rio Chapecó, que por sua vez, integra a bacia hidrográfica do rio Uruguai. LAROQUE, Luis Fernando. *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889 – 1930)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, PPGH/UNISINOS. São Leopoldo, 2006.

territórios das bacias dos rios Sinos, Caí, Taquari, Jacuí e Uruguai no Rio Grande do Sul. Por sinal, são as referências de ocupação associadas à região, ou seja, às bacias hidrográficas, que possibilitou a linguísta Ursula Wiesemann elaborar o mapa dos dialetos da língua Kaingang no sul do Brasil.¹⁶⁰

Mas estes “campos” discernidos no Mapa 1, espaços de encontros e desencontros, tinham etnônimos ameríndios, por sinal denominações na língua Kaingang. Os Campos *Inhohô* (*Inhoó*) no mapa eram conhecidos também em português como São Jerônimo, os Campos Paiquere ou Mourão em Kaingang como *Pahy-ke-rê*, os Campos de Chagu chamados de *Min-krin-ia-rê*, os Campos de Guarapuava como *Koran-bang-rê*, os Campos de Palmas eram *Krei-bang-rê*, o rio Chapecó, bacia associada aos Kaingang da TI Xaçepó, com suas florestas, separa os Campos de Xanxerê e o Campo Erê, denominados respectivamente como *Xanxa-rê* e *Kampo-rê*.¹⁶¹

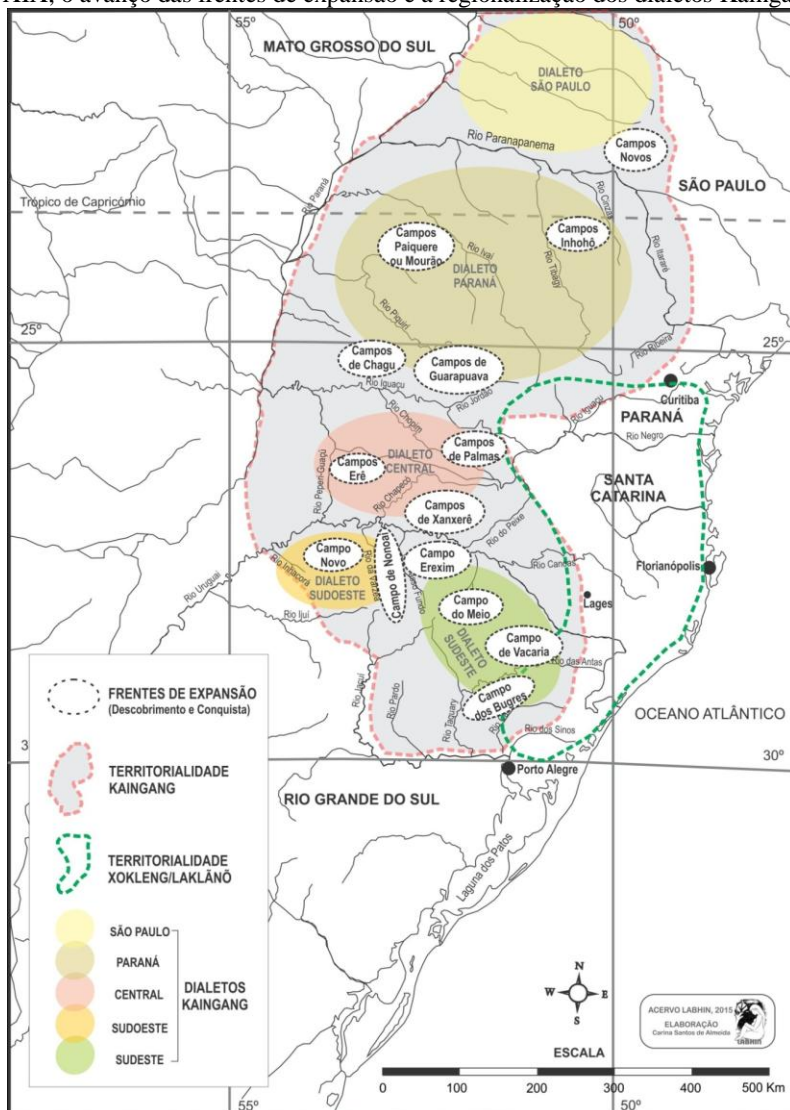
O nome do rio Chapecó vem da língua Kaingang, conforme é possível visualizar no Quadro 2, assim, esclareceu Telemaco Borba, *Xaçepó* ou *Xâembetkó* significava: “*Xá*, salto, caxoeira, *Embetskó*, um modo de caçar ratos á noite com fachos.”¹⁶² A denominação “Xaçepó” para a TI tem na sua etimologia a indigeneidade da paisagem Kaingang. A toponímia Kaingang é complexa, em geral, associa dois elementos ou mais para nomear lugares, conforme é possível verificar na tabela mencionada para as palavras *Xanxerê*, *Xaçepó*, Campo *Erê*, *Goioem* e *Xopin*. A TI Xaçepó recebeu seu nome por se situar na bacia hidrográfica do rio Chapecó, porém, muitos lugares, sejam campos, rios, locais e regiões não mantiveram seus nomes na língua Kaingang e receberam nomação em português ou mesmo em Guarani. O Quadro 2 está estreitamente vinculado ao Mapa 1 na medida em que ressalta tanto a indigeneidade da paisagem como a substituição toponímica dos etnônimos Kaingang para o português.

¹⁶⁰ A delimitação de dialetos Kaingang regionais nem sempre expressa os intercâmbios sócio-culturais no tempo e no espaço, mas essa interveniente deve ser considerada. WIESEMANN, 1978, op. cit.; WIESEMANN, 2002, op. cit..

¹⁶¹ MOTA, 2000, op. cit., p. 86; MOTA, 2012, op. cit., p. 234.

¹⁶² BORBA, 1908, op. cit., p. 117.

Mapa 1: Brasil Meridional com os domínios territoriais Kaingang no século XIX, o avanço das frentes de expansão e a regionalização dos dialetos Kaingang



Fonte: Elaborado e adaptado por Carina S. de Almeida a partir de LAROQUE, op. cit., p. 37 e 38; WIESEMANN, 1978, op. cit., p. 199 e 200; SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973. p. 36. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Quadro 2: Indigeneidade da paisagem e toponímia na língua kaingang e no português

TOPÔNIMO KAINGANG	TOPÔNIMO PORTUGUÊS	DESCRIÇÃO DA PAISAGEM (TOPÔNIMOS)
<i>Campo-rê</i> Campo da pulga.	Campo Erê (SC).	<i>Campo</i> : pulga; <i>Rê</i> : Campo.
<i>Côranbang-rê</i> Campo do claro grande ou clareira grande.	Campos de Guarapuava (PR)	<i>Coran</i> : dia ou claro; <i>Bang</i> : grande; <i>Rê</i> : campo.
<i>Creie-bang-rê</i> "Dizem que lhe pozeram este nome porque alli tinha um grande pilão, ou talvez monjolo, feito por um índio chamado – <i>Nharaburo</i> , Broto de milho." Campo do pilão grande.	Campos de Palmas (PR).	<i>Crêiê</i> : pilão; <i>Bang</i> : grande; <i>Rê</i> : campo.
<i>Goioãint</i> "Quando pela primeira vez os Kainganges quiseram passar o Uruguai, mandaram seos exploradores margeal-o: não encontrando vao, disseram á volta: Goioaint, rio ou agoa invadeável. Dahi lhe ficou o nome que os nossos alteraram em: Goioen e Goioene." Água invadeável.	Goioem; rio Uruguai (SC/RS).	<i>Goio</i> : água; <i>Aint</i> : invadeável.
<i>Xáembetkó</i> "Pela semelhança que lhes pareceo, (aos Kainganges) ter as pescarias de <i>casquados</i> , á noite neste rio com a dos ratos, lhe puzeram este nome, que os nossos alterarm ou abreviaram."	Xapecó; rio Xapecó (SC).	<i>Xá</i> : salto, cachoeira; <i>Embetkó</i> : modo de caçar ratos á noite com fachos.
<i>Xaxarê</i> Campo da cascavel.	Xanxerê (município/SC); Campos de Xanxerê.	<i>Xaxá</i> : cobra, cascavel; <i>Rê</i> : campo.

<p><i>Xongú</i> “Contam que, os que iam adiante, na sahida deste campo, mataram um tigre, cortaram-lhe a cabeça, espetaram-n’a em um pão, e o fincaram no caminho, os que vinham atraz viam aabela e diziam – <i>Mincrinia</i> – Tigre, cabeça, caminho: Dahi proveio ao campo seo nome que foi substituido pelo de Xongú que alteraram em Xagú.” Campo da cabeça do tigre no caminho.</p>	<p>Xagú ou Campo de Chagú (Laranjeiras/PR).</p>	<p><i>Xongú</i>: nome de pequeno arbusto espinhoso que ocorre nestes campos <i>Mincrinariê</i> <i>Mim</i>: tigre; <i>Crin</i>: cabeça; <i>lá</i> (abreviação de <i>iapri</i>): caminho; <i>Rê</i>: campo.</p>
<p><i>Xupin</i> “Contam os Kaingangues que em uma de suas excursões, os que iam na vanguarda vadearam ainda de dia o Xopim e acamparam; os que vinham na retaguarda chegaram á noite, preperaram um facho e principiaram a vadear o rio, cujo vão é ruim, cahindo o que levava o facho, gritou: Xupim!!! Apagou fogo. Desta circunstancia lhe ficou o nome.” Apagou fogo.</p>	<p>Xopim; rio Chopin (SC?).</p>	<p><i>Xu</i>: o ruído que produz fogo ao apagar-se na água; <i>Pin</i>: fogo.</p>

Fonte: BORBA, 1908, op. cit., p. 117 e 118.

Mapa 2: Espacialização dos povos indígenas meridionais (SP, PR, SC e RS), com destaque para o povo Kaingang, reelaborado a partir de Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes de Curt Nimuendajú, 1944



Fonte: Elaborado por Carina S. de Almeida. Acervo LABHIN/UFSC, 2015. ALMEIDA, Carina S. de. *Tempo e Narrativa: os Kaingáng na etnografia e etnologia e as relações entre homem e natureza. Contribuições para a etno-história e história indígena*. In. NÖTZOLD, A. L. V., ROSA, H. A., e BRINGMANN, S. F. (Org). *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Palotti, 2012. p.319 – 345.

O mapa *Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes* de Nimuendajú (1944) apresenta a complexidade étnica e a territorialidade dos povos indígenas no Brasil. No caso meridional, o etnólogo destacou a presença dos Kaingang, Botocudos (Xokleng) e Guarani (associados aos Carijó) com a indicação de mobilidade e influência pelo território. A imprecisão dos nomes das populações ameríndias, bem a ausência da presença de povos nas cartas corográficas e mapas históricos produzidos até o século XX não significa a inexistência dos mesmos ou a confirmação do vazio demográfico. As crônicas e tratados descritivos sobre o “gentio” do Brasil colonial e imperial e as cartas e mapas muitas vezes confundiam ou generalizavam povos indígenas, acusam o desconhecimento sobre os espaços de circulação ameríndia e de suas dinâmicas de mobilidade espacial.

O Mapa 2 representa um recorte e reelaboração do mapa Etno-histórico de Nimuendajú. Demonstra a espacialização dos povos indígenas na região sul do Brasil com destaque para o território de abrangência do povo Kaingang, bem como evidencia as áreas de contatos na porção meridional brasileira. Apesar destas fronteiras se apresentarem em certa medida definidas no mapa de Nimuendajú, havia inconstâncias que às delegavam aspectos mutáveis, territórios compartilhados e disputados no tempo e no espaço. Os Kaingang e os Xokleng chegaram a viver próximos ao litoral, em espaços interfluviais e em terras do planalto meridional como apontam os estudos arqueológicos, quando foram expulsos de certas áreas em meio ao processo de conquista territorial dos Guarani. Noelli destaca que os sítios arqueológicos dos Jê meridionais se apresentam, em geral, em locais de topografia mais elevada bem como nas encostas e a certa distância dos cursos d’água. Como os Guarani conquistaram e dominaram as principais bacias de toda a região sul até os séculos XVII e XVIII, foi com certo esvaziamento destes últimos pelo território sul, propiciado pela destruição das reduções e missões jesuíticas, extermínio, escravização e epidemias, que os Kaingang experimentaram a partir do século XVII a descompressão demográfica e a expansão gradativa de suas terras por todo o planalto meridional, tornando-se o grupo predominante nos séculos XVIII e XIX.¹⁶³

Os povos de tradição Jê foram pensados, sobretudo pelos adeptos da ecologia cultural, como povos marginais, caçadores-coletores de ambientes improdutivos com a utilização de tecnologias simples, ou

¹⁶³ NOELLI, 2004, op. cit., p. 31.

seja, enquadrados numa visão reducionista, compreensão essa felizmente superada. As palavras *nômade*, *seminômade* e *sedentário* encobrem explicações e simplificam a complexidade social dos povos. Tommasino esclarece que a mobilidade Kaingang no interior do território com suas características específicas aponta para “um tipo de territorialidade própria dos Kaingang”, questionando a classificação de povo nômade.¹⁶⁴

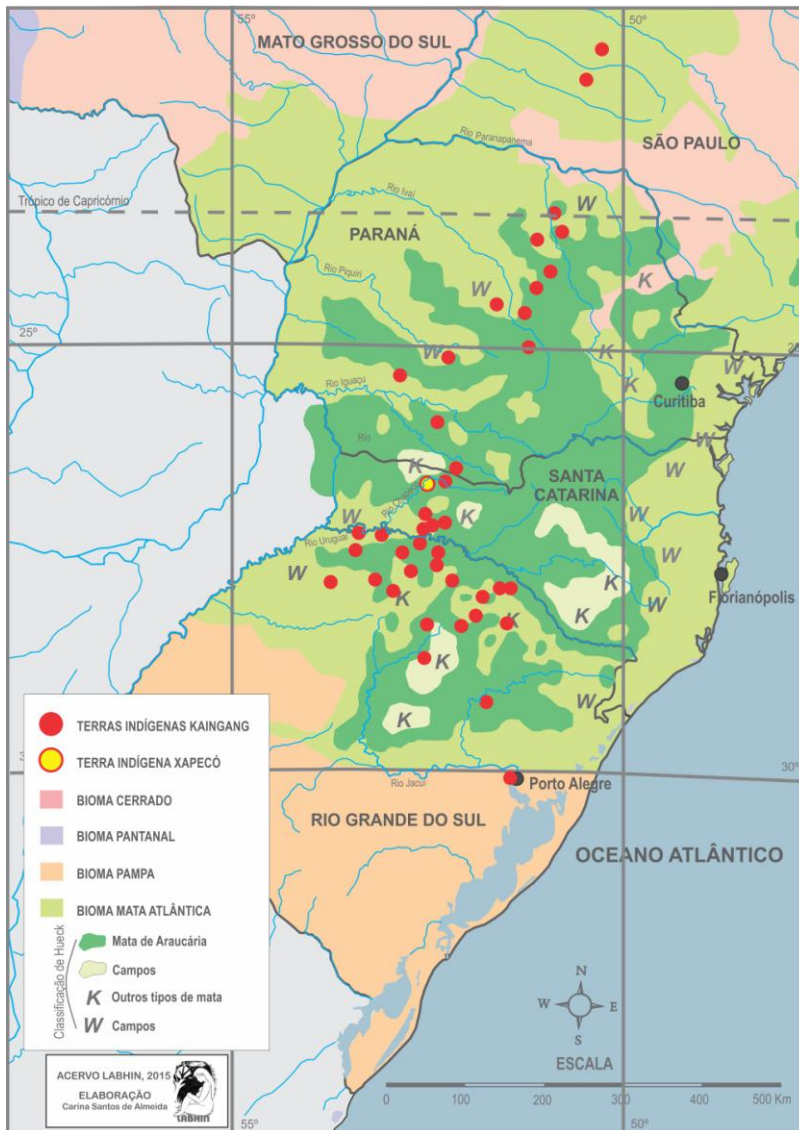
Os Kaingang se especializavam principalmente por áreas de predominância da Floresta Ombrófila Mista, que também é nominada de Floresta de Araucária ou dos Pinhais ou, ainda, como Floresta Subcaducifólia Subtropical com *Araucaria angustifólia*, que apresentam campos e incidem nos três Estados sulinos. Os Xokleng também transitavam por esta floresta e, ademais, dividiam e disputaram as áreas de escarpa do planalto meridional, nas calhas e vales de rios com os Guarani. Ao longo dos constantes contatos, conflitos, epidemias, escravizações, reduções e missões jesuíticas, os Guarani foram se mobilizando pela interlândia meridional, ora penetrando, ora recuando, outras vezes disputando e partilhando as áreas de circulação com os Kaingang e os Xokleng, vindo a se situarem sobretudo próximos ao litoral. O Mapa 3 situa territorialmente as atuais TIs Kaingang no Bioma Mata Atlântica e, mais especificamente, no contexto da Mata de Araucária, campos e outros tipos de mata.

Os povos Kaingang, Xokleng e Guarani meridionais circulavam em território caracterizado pelo bioma Mata Atlântica com características fitogeográficas e florestais heterogêneas, que abarca praticamente todo o sul do Brasil, conforme o mapa elaborado a partir do IBGE (Mapa 4). A ação antrópica ameríndia – ao longo das migrações e manejo do solo, alianças, conflitos e disputas por territórios, advindas das relações socioculturais e econômicas estabelecidas pelos vários grupos indígenas que habitavam o Brasil Meridional, – possibilitou alterações nos domínios da paisagem e a dispersão de espécies da flora e da fauna. Contudo, foram os contatos, expedições de conquistas, aldeamentos e a imigração europeia do século XIX e XX, implementados ao longo do povoamento e ocupação civilizatória no Brasil meridional, que impactaram estes domínios alterando drasticamente a paisagem. Da mesma forma que a paisagem foi impactada pela ação antrópica civilizatória, o *habitus* social e o *modus*

¹⁶⁴ TOMMASINO, Kimiye. Os Kaingáng e a construção do tempo atual. *Anais XXª Reunião da ABA, Associação de Antropologia, Salvador/BA, GT Estudos Interdisciplinares dos Jê do Sul*, 14 a 18 de abril de 1996. p.10.

vivendi, a cosmologia e a mitologia, bem como as representações socioculturais que advém da relação com o ecossistema Mata Atlântica foram transformados, tanto para os Kaingang, quanto para os Xokleng e os Guarani.

Mapa 3: Localização das Terras Indígenas Kaingang no bioma Mata Atlântica e no contexto da Floresta de Araucária



Fonte: Elaborado por Carina S. de Almeida a partir de Mapa de Biomas/IBGE (2004) e HUECK, Kurt. *As florestas da América do Sul*. Ecologia, composição e importância econômica. São Paulo: Ed. Polígono e Ed. UnB, 1972. p.213. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Mapa 4: Grandes biomas brasileiros



Fonte: Elaborado e adaptado por Carina S. de Almeida a partir de Mapa de Biomas/IBGE (2004). Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

A compreensão da paisagem pelos Kaingang é variada e complexa, diferente dos pressupostos ocidentais, os elementos do ecossistema são interdependentes em virtude do manejo ambiental associado à subsistência e à organização social. O antropólogo Anthony Seeger afirma que a cultura e a organização dos povos Jê setentrionais e centrais são “caracterizadas por um dualismo fundamental”, Curt Nimuendajú no início do século XX assinalou o dualismo Kaingang como eixo norteador da organização social bem como dos domínios da mitologia e da cosmologia. Seeger acusa que os domínios opostos da natureza e da cultura que atuam mutuamente um sobre o outro são

características dominantes da cosmologia dos Jê setentrionais.¹⁶⁵ Em certa medida, pode-se considerar o mesmo para os Kaingang, seu dualismo é oposto e complementar, as metades *Kamé* e *Kañerú* representam o mito fundador da sociedade, os domínios da natureza e da cultura se inserem no contexto do dualismo Kaingang, sendo também opostos e complementares de relações recíprocas e hierárquicas.¹⁶⁶

Os estudos antropológicos elaborados a partir da década de 1990 trouxeram elementos circunstâncias para a noção da indigeneidade da paisagem e territorialidade Kaingang. Existem intersecções interpretativas e analíticas entre pesquisadores sobre a compreensão do espaço e do tempo no contexto da organização social Kaingang.¹⁶⁷ Estas intersecções se referem à existência de planos, mundos, universos ou níveis de relações nos domínios do espaço-tempo entre humanos, não humanos (sobrenatural) e natureza. As cosmologias ameríndias não separam a cultura, grandemente relacionada aos humanos, da natureza, lugar de outros seres que compõe o mundo. A paisagem é mais ampla que a dialética homem e natureza, ainda que exista paralelos comparativos, complementares e até hierárquicos. Por sinal, as paisagens serem encontro de pessoas e lugares, implica no que o antropólogo William Balée chama de “noção especializada de tempo, história e comportamento humano no meio ambiente”.¹⁶⁸

¹⁶⁵ SEEGER, Anthony. *Os índios e nós*. Estudos sobre sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Campis Ltda, 1970. p. 107.

¹⁶⁶ VEIGA, 2000, op. cit., p. 123 e 124.

¹⁶⁷ Há inúmeros pesquisadores com estudos fundamentais sobre a questão da organização social dos Kaingang. Gostaria de destacar, sobretudo, os estudos de Kimiye Tommasino, Rogério Rosa, Juracilda Veiga e Ricardo Cid Fernandes, sendo que os estudos de Fernandes são mais direcionados aos contextos sócio-políticos Kaingang.

¹⁶⁸ BALÉE, op. cit., p. 11.

Quadro 3: Domínios Kaingang no Espaço-Tempo

AUTOR	TEMPO E ESPAÇO KAINGANG	INSTÂNCIAS DO TEMPO E DO ESPAÇO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL			
JURACILDA VEIGA		Mundo dos vivos	D o m i n i o s	Centralidade da sociabilidade Casas e roças Cemitérios (1ª morada dos mortos) Mudança da aldeia dos vivos para a aldeia dos mortos Dissociação entre espírito e o corpo Lugar dos outros seres vivos como animais e plantas Floresta é o lugar da ambigüidade: nela coabita o perigo e a cura	
		Mundo dos mortos			
		Mundo dos não-Humanos			
		1º Tempo do mundo		Cosmologia	
2º Tempo do mundo		Alteridade			
3º Tempo do mundo		Identidade			
ROGÉRIO R. G. DA ROSA		Vertical (Planos)	Alto Médio Baixo	Casa Espaço limpo Floresta virgem	
		Horizontal (Domínios)			
		1º Nível			Subterrâneo ou embaixo da terra
		2º Nível	Terra	Domínio(s): possuem fronteiras e são atravessados pelos humanos e não-humanos	Casa Espaço limpo Floresta virgem
		3º Nível	Mundo do alto		Céu Fäg Kawã Kailã
KIMIYE TOMMASINO	Território Kaingang	Codificado e Classificado	Universos	Humano Natural Sobrenatural	Cada ambiente é habitado por seres naturais e sobrenaturais; Florestas e matas: lugar dos animais, vegetais e seres sobrenaturais.

Fonte: Elaborado por Carina Santos de Almeida a partir de VEIGA, 2000, op. cit.; ROSA, Rogério R. G. da. *Os Kujã são diferentes: um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da Terra Indígena Votouro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGAS/UFRGS. Porto Alegre, 2005; TOMMASINO, K. *Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi*. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio T.; NOELLI, Francisco S. (Org.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL, 2004.

A paisagem Kaingang não separa humanos e ambiente, por outro lado, converge diferentes atores num mesmo cenário, neste sentido, a indigeneidade são maneiras próprias e tradicionais de conhecimento sobre o mundo (Quadro 3). O antropólogo Rogério Rosa distingue três níveis sobrepostos relacionados ao espaço Kaingang no contexto do território xamânico, o nível subterrâneo ou embaixo da terra (domínio “nügme”), o nível terra (domínios “casa”, “espaço limpo” e “floresta virgem”) e o nível mundo do alto (domínio “céu” e “fäg kawã” ou “kailã”).¹⁶⁹

¹⁶⁹ ROSA, Rogério R. G. da. *Os Kujã são diferentes: um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da Terra Indígena Votouro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-

A antropóloga Juracilda Veiga esclarece que existem dois planos que abarcam as representações simbólicas e a vida Kaingang, o primeiro plano descrito como horizontal, referente ao espaço, articula o mundo dos vivos, mundo dos mortos e mundo dos não humanos com o plano vertical, referente ao tempo. Assim, há neste segundo plano três tempos do mundo Kaingang, o dos mitos e rituais das origens e primórdios, o tempo dos mortos, festas e rituais como do *Kiki* e o tempo do ritual da purificação em relação à morte.

Para a antropóloga Kimiye Tommasino é impossível discorrer sobre os Kaingang sem considerar a tríade dos universos humano, natural e sobrenatural, estes se interpenetravam e, em consequência disso, influenciavam-se reciprocamente. Juracilda Veiga define estes tempos Kaingang na tríade mundo dos vivos, dos mortos e dos não-humanos. Tais concepções sobre os Kaingang foram objeto de estudos em etnologia indígena. Tommasino nomeia as relações nos domínios Kaingang do espaço-tempo entre os universos humano, natural e sobrenatural que não possuem fronteiras definidas, mas se interpenetram e influenciam reciprocamente. Em termos comparativos acerca dos domínios Kaingang no espaço/tempo, no quadro 3, apresenta-se um esquema a partir dos estudos especializados sobre os Kaingang.

As instâncias que regem as relações espaço/tempo na organização social Kaingang circulam entre mundos, planos ou universos distintos. O ambiente é habitado por diferentes seres, sejam humanos, não humanos ou sobrenaturais, suas relações ocorrem do centro da sociabilidade – casa e roça –, em direção à floresta virgem, lugar da ambigüidade do perigo e da cura, conforme pontua Veiga, e do mundo do alto, passando pelo mundo da terra ao mundo subterrâneo, conforme destaca Rosa. Nimuendajú no início do século XX foi o primeiro etnólogo/etnógrafo a descrever a concepção dual de universo pautada nas metades exogâmicas *Kañerú* e *Kamé* como lei fundamental para os Kaingang, referindo-se ao mito de origem do povo. Mais que isso, Nimuendajú informa que são estes irmãos ancestrais que povoaram a terra e fizeram todas as plantas e os animais: “[...] Como foram estes dois irmãos que fizeram todas as plantas e animais, e que povoaram a terra com os seus descendentes, não há nada neste mundo fora da terra, dos céus, da água e do fogo, que não pertença ou ao clã *Kañerú* ou o de *Kamé*. [...]”¹⁷⁰ O princípio dual de universo que rege a organização

Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGAS/UFRGS. Porto Alegre, 2005 p. 158 – 169.

¹⁷⁰ NIMUENDAJÚ, op. cit., p. 59.

social Kaingang, rege também todas as instâncias do conhecimento, da ecologia humana e da indigeneidade da paisagem.

Capítulo II

2 ENCONTROS E DESENCONTOS NO BRASIL MERIDIONAL: OS KAINGANG E AS DESCRIÇÕES DE CUNHO ETNOGRÁFICO

Os Kaingang vivenciaram situações de contato e neste sentido suas relações com o ambiente foram alteradas. Acusados muitas vezes por agentes tutelares, bem como pela sociedade regional – interessada em suas terras –, de não serem mais índios em virtude de uma pretensa desfiguração étnica germinada na miscigenação e no caboclisto, essa injusta generalização visou promover a destituição da alteridade indígena e da identidade Kaingang. Em certa medida, os Kaingang foram se distanciando de seu modo de vida dito tradicional a partir do século XVIII e XIX em virtude dos contatos, todavia, estas situações de contato permitiram a transfiguração da sociedade e a paulatina transformação da organização social, cultural e econômica para experimentar outras formas de (sobre)vivência. As adaptações, as transformações e as mudanças das sociedades são condizentes com suas experiências no tempo e no espaço e sempre fizeram parte da história da humanidade. Apesar dos contatos e experiências contribuírem para a transformação do *habitus* social e do *modus vivendi*, este povo não deixou de ser reconhecido e de se reconhecer como Kaingang.

A penetração inconstante no território Kaingang já ocorria desde os tempos das reduções e missões jesuíticas, da mesma forma que desde as incursões das bandeiras para o apresamento e a manutenção da força de trabalho para povoações, vilas, fazendas e lavouras das regiões costeiras. As narrativas mais substanciais oriundas do contato com os Kaingang foram escritas somente a partir da segunda metade do século XIX, e, sobretudo, na virada do oitocentos para o novecentos. Certa ausência de narrativas e de fontes escritas que retratam as formas de organização social, cultural e econômica anteriores ao século XIX dificultam os estudos realizados por historiadores e outros pesquisadores acerca do modo de vida e *habitus* social Kaingang. No mínimo, há uma constelação de possibilidades de interpretações e documentos a serem desvelados em pesquisas no contexto da história indígena.

As narrativas de memória das situações de contato elaboradas inicialmente por militares e religiosos em expedições aos sertões do oeste meridional relatam os desafios da expansão pela interlândia

brasileira por regiões consideradas como vazios demográficos em espaço de fronteira e territórios de domínio de “tribos hostis” ou índios “bravios”. Instaladas as colônias militares, ultrapassados os conflitos e confrontos sangrentos com os Coroados pelos domínios destes sertões, consolidaram-se as estratégias de colaboração e subordinação, de forma gradativa, cresceram consideravelmente as narrativas sobre os indígenas dos aldeamentos instalados no século XIX pelas províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Foi com certo “tom etnográfico” que surgiram as primeiras narrativas de memória sobre os Coroado ainda no século XVIII e XIX. Nas notícias de descobrimento e conquista de Afonso Botelho, nos apontamentos de Mabilde, na missão do capuchinho Luiz de Cemitille e do padre Chagas Lima, nas palavras do Visconde de Taunay, na experiência do sertanista e diretor de aldeamento Telemaco Borba, enfim, estas são as narrativas mais antigas que se teve acesso acerca dos Kaingang. O século XX apresentou outras narrativas de contato, encaminhando-se de uma etnografia pautada na reafirmação e reprodução das observações pontuadas pelos escritos anteriores para uma etnologia que promoveu consideráveis análises sobre o *habitus* social e o *modus vivendi*. Assim, nomes conhecidos como de Curt Nimuendajú, Alfred Métraux, Herbert Baldus, Claude Lévi-Strauss e Egon Schaden alargaram o conhecimento que se tinha sobre os Kaingang e permitiram perceber que as relações entre sociedade e ambiente extrapolam a existência do mundo humano, penetram no mundo natural e sobrenatural, mundos estes situados nas instâncias da cosmologia e da mitologia. Entre a sociedade Kaingang e a natureza existem conexões mais profundas do que as simples observações etnográficas do século XVIII e XIX permitem alcançar.

Neste ensejo, abordaram-se as etnografias dos séculos XVIII, XIX e XX e as etnologias desenvolvidas por reconhecidos etnólogos no Brasil.¹⁷¹ Verificaram-se as relações entre sociedade e ambiente com vistas a destacar o papel que ocupavam no contexto da organização social, cultural e econômica Kaingang, considerando que estas representam o saber e o conhecimento. À medida que o poder tutelar se impôs como subterfúgio à existência Kaingang, a paisagem da TI Xaçepé conectada aos pressupostos das políticas indigenistas e ao

¹⁷¹ Ressalta-se que a história do povo Kaingang a partir destas narrativas de contato, conquista, missão, exploração, etnografia e etnologia já foram abordadas e analisadas em estudos anteriores.

indigenismo brasileiro foi modificada, transformando e impactando as relações entre sociedade e ambiente.

Este capítulo incursiona as narrativas etnográficas mais significativas sobre os Kaingang e aborda as análises etnológicas do século XX. Assim, enfatiza as relações entre sociedade e ambiente, com vistas a compreender as aproximações e os distanciamentos do povo Kaingang com a natureza.

2.1 Narrativas de contato e conquista

Os primeiros registros de notícias de descobrimento e conquista dos campos e sertões ao sudoeste de São Paulo, em território do Coroadó, referentes ao século XVIII e XIX, representam o princípio de contato que marcou e transformou o modo de vida deste povo. Estas notícias são as primeiras narrativas que realizam comentários substanciais sobre os Coroadó ou Kaingang, de fato, até o limiar do século XX havia no Brasil muita dificuldade em se nominar os grupos indígenas, inclusive de situar os troncos macro-linguísticos, sobretudo os que não se enquadravam no Tupi. Os Kaingang foram referenciados em outros registros sobre os índios das capitâneas meridionais em meio aos relatos das missões jesuíticas, porém, não com o etnônimo Coroadó.¹⁷² Neste contexto, a primeira descrição que realiza comentários sobre os Coroadó dos sertões do oeste meridional foi a *Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no governo do General Dom Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão, conforme as ordens de Sua Majestade*, elaborada por Afonso Botelho de S. Paio¹⁷³ e Sousa, no ano de 1774.¹⁷⁴

¹⁷² Os Kaingang são reconhecidos na documentação colonial relativa aos indígenas aldeados nas Missões Jesuíticas de Guará devido a suas características tribais e não pelo nome Coroadó ou Kaingang.

¹⁷³ Nesta obra o sobrenome aparece grafado como “S. Paio”, porém, em outros escritos é grafado como Sampaio.

¹⁷⁴ É neste contexto de espraiamento de fronteiras da Coroa Portuguesa no Brasil que se processou a conquista e descobrimento dos sertões de Guarapuava. O português Afonso Botelho de Sampaio e Sousa era primo de D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, governador e capitão-general da Capitania de São Paulo, nomeado pelo rei D. José I em 1765. Assim, acompanhando Mourão, se tornou ajudante das ordens do governador como alferes, tenente-coronel e coronel de infantaria da Praça de Santos e comandou as expedições de entradas aos sertões de Guarapuava, que iam desde o rio Tibagy e Ivaí até o rio Paraná, fazendo limite com Iguacú (Rio Grande do Registro). Iniciou as expedições em 20 de junho de 1769 até a retirada em 1773 devido aos ataques dos Kaingang.

Dessas expedições de contato e confronto sugeriram imagens. Estas referidas imagens foram, provavelmente, elaboradas por Joaquim José de Miranda, após seu retorno da expedição de Afonso Botelho à Capitania de São Paulo, do Morgado de Mateus. De forma geral, as quarenta pranchas pintadas em guache e aquarela, por encomenda, conforme afirma Nicolau Sevcenko, representam cenas do contato entre os expedicionários luso-brasileiros aos campos e sertões de Guarapuava com os índios Kaingang, muitas vezes associados nas estampas, ao pinhão, alimento fundamental das populações ameríndias dos campos gerais meridionais (Figura 1). De acordo com Sevcenko, Miranda talvez estivesse aqui no Brasil em treinamento cartográfico, e suas pranchas, fossem produto de encomenda do governo de Pombal destinado aos arquivos secretos e com certa natureza sigilosa.¹⁷⁵

GARCEZ FILHO, João Moreira. *Notas biográficas sobre Afonso Botelho de Sampaio e Sousa*. In: AMOROSO, Marta Rosa et al. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP Paribas, 2003. p. 24 e 25.

¹⁷⁵ Na compreensão de Sevcenko, “O que o Ciclo de Miranda fixou contudo, é de um valor ético excepcional. Talvez seja o primeiro documento, e por certo um dos únicos no seu período, a consagrar o projeto indigenista igualitário de Pombal, subvertendo a mais flagrante perversidade do colonialismo, a preponderância do colonizador sobre as terras e as pessoas colonizadas.” SEVCENKO, Nicolau. *O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino*. In: AMOROSO, Marta Rosa et al. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP Paribas, 2003. p. 23.

Figura 1: Primeiros contatos entre a décima expedição de conquista dos campos de Guarapuava comandada por Afonso Botelho e os Coroados, elaborado por Joaquim José de Miranda, século XVIII



Fonte: Estampa 6, “hum indio com 5 filhos tirando pinhão do Lago, chega a vêlo o Tenente Cascaes com os 5 Cavaleiros, que hião descobri o campo.” In: AMOROSO, 2003, op. cit., p. 58.

Por outro lado, no entendimento das historiadoras Ana Maria de Moraes Belluzzo e Valéria Piccoli, as cenas elaboradas sob encomenda para retratar as expedições, não se prestaram a ilustrar imediatamente a *Notícia* de Afonso Botelho,¹⁷⁶ visto que esta obra está envolta em incertezas, pois não se tem o histórico das quarenta pranchas. Sabe-se apenas que apareceu no mercado de arte atribuído a Miranda num catálogo de leilão em New York, no ano de 1985, onde as estampas são

¹⁷⁶ “[...] As imagens parecem ter sido feitas com o propósito de demonstrar e convencer D. Maria I de que os índios é que tinham sido vilões da história.” D. Maria I assumiu o trono da Coroa Portuguesa após o falecimento do rei D. José I, consequentemente, Pombal foi destituído do poder. BELLUZZO, Ana Maria de Moraes; PICCOLI, Valéria. *Desenho e conquista territorial*. In: AMOROSO, Marta Rosa et AL. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP Paribas, 2003. p. 49.

postas como presumivelmente perdidas há mais de 200 anos.¹⁷⁷ As historiadoras também acusam que a obra em seu conjunto revela constâncias, sua sequência é estruturada em cinco módulos e expressam uma narrativa de história.¹⁷⁸

A partir de 1757 os índios no Brasil estavam sob a regência do Diretório dos Índios. O Diretório Pombalino, como é conhecido, manteve as diretrizes básicas das legislações anteriores, no caso o Regimento das Missões de 1686, assim, os índios eram considerados em duas categorias, mansos ou selvagens. Com isso, o discurso entre barbárie e civilização se reforçou. Aos índios aldeados convinha o trabalho compulsório e, na condição de tutelados exercida pelos diretores de aldeamentos, tinham a garantia das terras das aldeias, ademais, o projeto pombalino baseado na proposta assimilacionista dos índios passou a transformar as terras das aldeias em vilas e freguesias.¹⁷⁹ Aos índios “selvagens”, “bravios” e “hostis” cabia primeiro atrair e aldear, civilizar e assimilar, ou, por conseguinte, a guerra justa, ponto um tanto quanto controverso na legislação do Brasil colonial,¹⁸⁰ mas que foi reforçado no século XIX com a Carta Régia de D. João VI de 1809.¹⁸¹

Os contatos, alianças e conflitos entre índios e portugueses na capitania de São Paulo ocorriam desde o século XVI. Os colonos de São Paulo e de outras vilas vizinhas assaltaram centenas de aldeias indígenas

¹⁷⁷ Este conjunto e obra atribuído à Joaquim José de Miranda atualmente pertence a Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo.

¹⁷⁸ Embora “[...] o desenho seja registrado como de autoria de José Joaquim de Miranda, seu vigoroso colorido, em tinta à base de água, apresenta diferenças de tratamento e acabamento, procedentes de várias mãos. Pode-se notar a encarnação das figuras de índios ora vermelhos, ora brancos.” BELLUZZO e PICCOLI, op. cit., p. 51.

¹⁷⁹ ALMEIDA, M. R. C. de, 2010, op. cit., p. 107 – 133.

¹⁸⁰ PERRONE-MOISÉS, op. cit., p. 115 – 132.

¹⁸¹ “Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar. Sendo-me presente o quasi total abandono, em que se acham os campos geraes da Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaqum no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos comprehendidos nos limites dessa Capitania e infestados pelos indios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários [...] debaixo das justas e humanas leis que regem os meus povos, e até mostrando a experiencia quanto inutil é o systema de guerra defensiva: sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os effeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar ordenar-vos: Em primeiro logar que logo desde o momento em que receberdes esta minha Carta Regia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes barbaros Indios: que deveis organizar em corpos aquelles Milicianos de Coritiba e do resto da Capitania de S. Paulo que voluntariamente quizerem armar-se contra elles [...] O que assim tereis entendido e fareis executar como nesta vos ordeno. Escripita no Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1808. PRINCIPE.” FREIRE e OLIVEIRA, op. cit., p. 99, 100 e 102.

ao longo do século XVII, trazendo os índios para os “serviços obrigatórios” ou escravização. As expedições ao interior geraram uma crescente mão-de-obra indígena no planalto paulista e dessa forma se articulou a produção e o transporte de excedentes agrícolas, sobretudo, no circuito mercantil meridional. Por sinal, o motivo base das expedições e penetrações dos sertões era captura de mão-de-obra para os empreendimentos agrícolas dos paulistas.¹⁸²

Por outro lado, com a nova administração a partir de 1755, a Coroa Portuguesa introduziu significativas mudanças na política indigenista, os índios considerados muralhas dos sertões passaram a ser compreendidos como da alçada da administração portuguesa, o controle sobre a colônia, por meio da demarcação de fronteiras veio a ser uma prioridade do período pombalino. Basta considerar que o Tratado de Madri de 1750 delimitava no papel os limites e fronteiras entre Portugal e Espanha. Era necessário o povoamento do sul, era necessário a defesa militar, era necessário a organização do exército, assim como também incrementar a produção agrícola.¹⁸³ É neste contexto que se realizou as tentativas de ocupação dos campos de Guarapuava principiadas com o tenente-coronel Afonso Botelho e pelo capitão Paulo Chaves. Várias expedições foram empreendidas, porém, não se efetivou no século XVIII o intento devido à resistência Kaingang. Conforme o historiador Lúcio T. Mota informa, novas tentativas ressurgiram em 1809 e 1810 e aos poucos se consolidou a conquista dos campos.¹⁸⁴

¹⁸² MONTEIRO, 1994, op. cit., p. 57.

¹⁸³ BELLUZZO e PICCOLI, op. cit., p. 44.

¹⁸⁴ “[...] quarenta anos após as malogradas tentativas de expedições dos anos 70 do século XVIII, o império está disposto a conquistar os territórios Kaingang. [...] sob um frio rigoroso, a grande expedição de Diogo Pinto chega ao lugar denominado Atalaia, no centro dos campos de Guarapuava; [...] No dia 20 de agosto de 1810, dois meses após a chegada da expedição, os Kaingang fazem uma grande ofensiva contra o acampamento de Atalaia.” MOTA, 1994, op. cit., p. 77.

Figura 2: Ataque dos Coroado aos expedicionários do capitão Carneiro, da décima bandeira de Afonso Botelho, elaborado por Joaquim José de Miranda, século XVIII



Fonte: Estampa 36, “o Capitão Carneiro, que passou alem do rio com outros Camaradas, ficando estes mortos, veyo fogindo.” In: AMOROSO, 2003, op. cit., p. 88.

As Figuras 2 e 3 representam o momento crucial do contato ao confronto entre Kaingang e a expedição comandada por Afonso Botelho. Garcez Filho informa que Afonso Botelho comandou pessoalmente a 10ª expedição em 1771 e a 11ª realizada em 1773, sendo que os “Campos de Guarapuava” foram descobertos na sexta bandeira de expedição. Retratam a 10ª bandeira que contou com cento e cinquenta homens nos sertões do rio Tibagy a partir de novembro de 1771, contudo, a expedição “[...] acabou tragicamente porquanto os índios, que habilmente haviam sido bem tratados e muito presenteados pela tropa incursora, atacaram-na depois, de surpresa.”¹⁸⁵ Garcez acusa que Botelho pretendeu se vingar, e dessa forma, empreendeu em 1773

¹⁸⁵ GARCEZ FILHO, op. cit., p.25.

uma última bandeira, porém, não conseguiu efetivar o domínio daqueles campos. Vindo este território a ser definitivamente controlado pela Corte Portuguesa em 1809 e 1810.

Figura 3: Recolhendo os mortos no campo onde os expedicionários foram atacados pelos Coroado, elaborado por Joaquim José de Miranda, século XVIII



Fonte: Estampa 38, “manda o Tenente Coronel e o Tenente Candido Xavier com huma partida de gente de cavalo procurar os Camaradas mortos, e o Padre Cappelão para confeçar hum, e metendo-se estes nas redes, conduzirão-se ao abarracamento, para se lhes dar Sepultura; não aparecem já Indios no Campo, e só alguns muito ao longe que vão metendo nos mattos.” In: AMOROSO, 2003, op. cit., p. 90.

As cercanias destes campos paulatinamente se transformaram em fazendas de criação de gado dando abertura ao que Mota denominou de “[...] expansão da frente pastoril para os campos de Palmas habitados por outros Kaingang e por aqueles que tinham abandonado os campos de Guarapuava.”¹⁸⁶ Por outro lado, aos poucos os debates sobre a questão dos índios passou a integrar a agenda de alguns políticos como

¹⁸⁶ MOTA, 1994, op. cit., p. 78.

Andrada e Silva bem como daqueles que fundaram e se envolveram com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Dessa forma, elaboraram-se consideráveis memórias, apontamentos, descrições etnográficas e da língua dos Kaingang. Inclusive o botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire em suas viagens pelo interior de São Paulo e Paraná por volta de 1820 faz inúmeras referências aos índios Coroado como bugres selvagens, bárbaros e temíveis pelas gentes que habitam os povoados dos campos gerais.¹⁸⁷

A expulsão jesuítica no século XVIII não significou o fim da catequese, por outro lado, ela se renovou no século XIX com a atuação dos missionários capuchinhos como também pela ação de outras congregações. As expedições de conquista contavam com o auxílio da missionação de padres. O Regulamento das Missões de 1845 no incipiente Segundo Reinado articulou duas forças para promover o controle das fronteiras internas e externas, haja vista que os índios se situam nestes espaços, associou religiosos aos militares, assim, as colônias militares eram instaladas em meio ao desbravamento e conquista. Os missionários atuavam ao lado dos militares na função de pacificadores dos índios bravos, hostis ou selvagens.

Em 1845 foi aberto um caminho de tropas entre Palmas e Cruz Alta no Rio Grande do Sul. O historiador Alceu Werlang esclarece que esta estrada possibilitava encurtar a distância e baratear o preço do gado e muares que se direcionavam do Rio Grande do Sul à Sorocaba, com isso, a abertura do caminho seguiu a rota “[...] de Palmas cruzava os rios Chapecó e Chapecozinho, passando pela Campina de Xanxerê, Serra do Tigre, Passo Ferreira, Passo do Carneiro (Passo Bormann) e, atravessando o rio Uruguai em Goi En, rumava em direção a Nonoai e Vila Cruz Alta no Rio Grande do Sul.”¹⁸⁸ Os campos de Palmas, que se situam atualmente em sua maior parte no Estado de Santa Catarina, foram ocupados a partir de 1836 e 1838. Em seguida, passaram a ser ocupados os campos do Erê, e, em decorrência, foi implantada em 14 de março de 1882 a Colônia Militar de Chapecó, atual cidade de Xanxerê.

¹⁸⁷ O viajante que conheceu o coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que se incumbia da abertura de nova estrada em direção ao sul, através dos campos de Guarapuava, e dessa forma, tomou conhecimento das expedições de conquista dos sertões meridionais manifestou que: “Um homem de génio — o marquês de Pombal —, que, continuamente, tinha a atenção fixa no Brasil, julgou que seria útil a esse país a criação de estabelecimentos nas zonas mais afastadas da província de São Paulo, facilitando as comunicações da mesma província com o Paraguai e impedindo as usurpações dos espanhóis.” SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Provincia Cisplatina e missões do Paraguai*. São Paulo: Martins Livreiro, 1940. p. 283.

¹⁸⁸ WERLANG, op. cit., p. 24.

Na interlândia destes campos atuou às diversas hordas de Kaingang comandadas pelos caciques Vitorino Condá, Viry, Vaitom.¹⁸⁹ A TI Xapecó se situa nestes antigos campos de Palmas, limites entre a Província do Paraná (1853) e do Rio Grande do Sul.¹⁹⁰

2.2 Narrativas de missionaço e exploraço

Neste conjunto de obras publicadas, é necessário fazer diferenciações, a *Notícia* da conquista de Afonso Botelho de 1774, carregada pelas investidas luso-brasileiras nos campos de Guarapuava e Tibagy representa uma primeira narrativa de escrita envolta na situação de contato e conquista, já as obras do padre Chagas Lima e do frei Cemitille, são narrativas de missionaço, por outro lado, as obras de Keller, Nascimento e Quadros, são observações de exploradores, homens que vinham com a chancela do governo imperial para (re)conhecer os aspectos geográficos, minerais, da flora e fauna bem como os grupos de “selvagens” que habitavam tais campos do oeste de São Paulo e Paraná. Estas descrições de exploraço são breves e apresentam pouca densidade de informações acerca da organização social, cosmologia, mitologia dos Kaingang, a destarte disso, tais oferecem indícios sócio-culturais que se evidenciam nas etnografias elaboradas posteriormente.

Em relação à missionaço em aldeamentos destes sertões meridionais se apresenta a narrativa do padre Francisco Chagas Lima, provavelmente escrita em 1827, mas publicada em 1842, bem como a do frei capuchinho italiano Luiz de Cemitille, publicada no ano de 1888, mas que provavelmente oriunda da catequese no Aldeamento de São Jerônimo desde 1865.¹⁹¹ Chagas Lima foi capelão da Real Expedição de conquista e descobrimento de Guarapuava em 1809, tendo sido

¹⁸⁹ MOTA, 1994, op. cit., p. 139 – 142.

¹⁹⁰ O Paraná se desmembrou da Província de São Paulo em 1853, nas palavras do historiador Ruy C. Wachowicz “Em 1853, a quinta comarca de São Paulo foi elevada à categoria de Província. A onomástica da nova unidade da federação brasileira foi tirada justamente do grande rio que a banha a ocidente: Paraná. A jovem província não possuía na época potencial humano e financeiro, para sequer tentar colonizar os sertões ocidentais. [...]”. WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste-paranaense*. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982. p. 13.

¹⁹¹ D’ANGELIS, Wilmar da R.. O primeiro século de registro da língua Kaingáng (1842-1950): valor e uso da documentação etnográfica. *Anais 3º Encontro Macro-Jê*, Brasília, LALI-UnB, 3-6 dez. 2003. Disponível em: <http://www.portalKaingáng.org/Primeiros100anos.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.

missionário em Guarapuava possivelmente até o ano de 1827 quando se retirou da missão. Elaborou *Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava*, publicada em 1842 pela Revista do IHGB.¹⁹² As notícias de conquista e descobrimento dos sertões de Guarapuava e Tibagy por Afonso Botelho e as memórias do padre Chagas Lima, estão encetadas num contexto de desbravamento de fronteiras e dos sertões, bem como de catequização na interlândia brasileira.

As narrativas desenvolvidas a partir da segunda metade do século XIX enfatizam, umas com maior propriedade que outras, os aspectos sociais e culturais dos Kaingang. A narrativa do capuchinho Luiz de Cemitille publicada na monografia *Os índios Caingangs (Coroados de Guarapuava)* de Alfredo d'Escagnolle Taunay, em 1888, destaca os costumes, a religião e os dialetos observados pelo frei no contato com os índios.¹⁹³ Em 1852 a Revista do IHGB publicou *Vocabulário da Língua Bugre*, mas sem autoria. O linguísta Wilmar D'Angelis acredita que este vocabulário é Kaingang e foi elaborado pelo padre Chagas Lima.¹⁹⁴

A partir da segunda metade do século XIX se apresentam registros consideráveis sobre os Kaingang, como *Noções sobre os indígenas da Província do Paraná* do alemão Franz Keller, oferecido a Majestade Imperial D. Pedro II em 1867, como resultado das observações de exploração, em nome do governo imperial, sobre os principais rios de tal Província. Nestas noções, Keller manteve contato com índios Guarani, Botocudo e Coroados, estes últimos ele afirma que se “[...] dão hoje o nome de Caên-gan [...]”.¹⁹⁵ Keller caracteriza o

¹⁹² LIMA, Francisco das Chagas. *Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava. Revista Trimesal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo IV, n. 13, 1842. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/lima_1842_memoria. Acesso em: 15 dez. 2011. p. 43-64.

¹⁹³ CEMITILLE, Luiz de. *Memória sobre os índios caingangs e camés (coroados)*. 1882. In: TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Os índios Cainganges (Coroados de Guarapuava)*. Monografia acompanhada de um vocabulário do dialeto de que usam. *Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/taunay_1888_cainganges. Acesso em: 11 out. 2011.

¹⁹⁴ Na compreensão do linguísta é curioso que se desconheça sua autoria, bem como a origem da aldeia ou aldeamento, argumenta ter sido escrito por um missionário, e como os freis italianos Luiz de Cemitille e Timotheo de Castel-Nuovo chegaram depois de 1850, não foram seus autores: “[...] únicas missões entre os Kaingang na primeira metade do século XIX foram, de fato, a do Padre Francisco das Chagas Lima, capelão da Real Expedição de conquista de Guarapuava (que atuou ali, entre 1812 e 1827), e a efêmera presença jesuítica junto aos Kaingang do norte do Rio Grande do Sul entre 1848 e 1850.” D'ANGELIS, 2003, op. cit., p. 06.

¹⁹⁵ No conjunto de narrativas existentes até então, Franz Keller é o primeiro a referenciar os Coroados pelo seu etnônimo e auto-denominação: Caên-gan ou Kaingang. KELLER, Franz.

Coroado como franco, atrevido, um povo eminentemente guerreiro, comumente as mulheres e os homens trazem, acima do tornozelo, a perna envolta de corda do cipó Imbé, a fim de se protegerem das picadas das cobras. O explorador observa que suas armas são “[...] acabadas com um capricho extraordinário [...]”¹⁹⁶, sendo que o “luxo principal” e que apreciam muitos consiste no maior número de fios no pescoço, com contas na forma de miçangas de vidro branco pequenas.

De acordo com D’Angelis, Reinhold F. Hensel esteve no Rio Grande do Sul como zoólogo da Academia de Ciências de Berlim, e viajou pela Colônia Militar de Caseros (RS) em 1865, tendo recolhido um pequeno vocabulário que lançou em *Die Coroados der Brasilianischen Provinz Rio Grande do Sul* no ano de 1869.¹⁹⁷ Em 1886, José Francisco Thomaz do Nascimento publica sua *Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e as relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares*, na Revista do IHGB. Nesta viagem o autor manteve estreito contato com os Coroados, afirma ter ajudado com vestimentas, alimentação e utensílios gerais alguns grupos que encontrou pelo caminho, da mesma forma, recebeu apoio para suas incursões no território devido ao auxílio que teria prestado ao chefe capitão Coroado Nhon-Nhon, nome que significava minhoca, verme que se cria em terra lodosa. O chefe capitão Coroado possuía vinte e quatro anos, se apresentava bem figurado, inteligente e era casado com uma “rapariga” de dezessete a dezoito anos. Estes Coroados não falavam português, então o “viajante” se utilizou de intérprete para a comunicação. A narrativa destaca as picadas de estradas que foram abertas nos sertões de Guarapuava, pelos rios que ele nomeia de Pequiry, Chagú e Paraná. Nas palavras de Nascimento, o grupo chega a uma região chamada Pary, nesta, caracterizada por pedras soltas arrumadas na forma de ângulo obtuso, há corredeiras superficiais, onde os Coroados encurralam os peixes que aprisionam em tecidos de taquara, isso lhes permitem comer com abundância. O mencionado “viajante” comenta que não gostam e possuem inimizade com os Guarani e por certo os caracterizam como valentes e destros em armas.¹⁹⁸

Noções sobre os indígenas da Província do Paraná (1867). *Boletim do Museu do Índio/FUNAI*, Antropologia, Rio de Janeiro, n.1, 1974, p. 15.

¹⁹⁶ Ibid., p. 16.

¹⁹⁷ D’ANGELIS, 2003, op. cit., p. 07.

¹⁹⁸ NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares. *Revista Trimensal do Instituto*

Um detalhe importante sobre a viagem de Nascimento é que o autor não se encontrava numa simples exploração e abertura de estradas como infere o texto. No Decreto Imperial n. 9.261, 16 de agosto de 1884, há a concessão requerida por Nascimento para explorar chumbo, ouro, sal gema e outros minerais nos terrenos “volutos” entre o rio Iguaçu, com limites norte deste ao de Tibagy e campos de Guarapuava até o rio Paraná, com a anuência do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assinada pelo imperador D. Pedro II.¹⁹⁹ Anos antes, o mesmo “viajante” a quem se pode caracterizar como explorador circulava por Santa Catarina em busca também de minérios, etc.²⁰⁰

No ano de 1892, outro trabalho de exploração é publicado na Revista do IHGB, *Memoria sobre os trabalhos de exploração e observação efetuada pela secção da comissão militar encarregada da linha telegráfica de Uberaba a Cuiabá, de fevereiro a junho de 1889*, elaborado pelo tenente-coronel Francisco R. Ewerton Quadros, chefe responsável por uma seção da comissão militar encarregada da construção da linha telegráfica de Uberaba à Cuiabá. Quadros auxiliou os engenheiros da Companhia Sorocabana na exploração e construção de uma linha telegráfica de Botucatu até a foz do Tibagy no rio Paranapanema, determinando posições geográficas e condições climáticas, como também a constituição geológica e mineralógica, ainda esclarecendo sobre a flora e a fauna e os “[...] uzos, costumes e filiações das tribus indígenas d’esses sertões.”²⁰¹

Historico Geographico e Ethnographico do Brazil, Rio de Janeiro, Tomo XLIX, 1886. p. 274. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/nascimento_1886_viagem. Acesso em: 30 jun. 2011.

¹⁹⁹ DECRETO, n. 9.261, de 16 de agosto de 1884. Concede permissão a José Francisco Thomaz do Nascimento para explorar mineraes na Provincia do Paraná. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=59183&norma=75040>. Acesso em: 01 set. 2012.

²⁰⁰ DECRETO, n. 7.760, de 14 de julho de 1880. Concede permissão a Diogo Duarte Silva da Luz e José Francisco Thomaz do Nascimento para explorarem carvão de pedra e outros mineraes na Provincia de Santa Catharina. Palácio do Rio de Janeiro, 14 de Julho de 1880. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=60065&norma=7593>. Acesso em: 01 set. 2012.

²⁰¹ QUADROS, Francisco R. Ewerton. Memoria sobre os trabalhos de exploração e observação efetuada pela secção da comissão militar encarregada da linha telegráfica de Uberaba a Cuiabá, de fevereiro a junho de 1889. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, 1892. p. 233. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/quadros_1892_memoria Acesso em: 10 set. 2012.

O explorador observa que à medida que os campos vão sendo povoados os “selvagens” se direcionam as florestas.²⁰² Sua *Memória* destaca o solo, os minerais, a riquíssima flora (vegetais), exuberância de vida e merecedora de digna atenção “[...] do naturalista pela variedade de suas espécies.”²⁰³ dessa forma, afirma terem dividido as plantas em duas classes: a que o homem cultivava para alimentação e as silvestres.²⁰⁴ Relaciona os animais, assim como os vegetais, não distingue quais são exóticos dos que são nativos. Quadros acusa que à medida que avança no sertão, o número de animais e espécies cresce, na categoria de felinos reconheceram o tigre negro, espécie que acusa ser raríssima, ainda a onça pintada canguçu, a onça de malhas grandes, a onça suçuarana vermelha de cara rajada, a parda e a jaguatirica, além dos gatos do mato preto e pintado ou mourisco.²⁰⁵

O tenente-coronel em sua descrição sobre o homem que vive nestas regiões de São Paulo ao Paraná destaca os de origem mineira, italiana e os três grupos distintos de “selvagens” que conheceu: “Caiuás, Coroados e Xavantes”.²⁰⁶ Vê o Coroado como laborioso e ambicioso, afirma que os homens andam nú e as mulheres com uma tanga ou faixa de embira trançada de cipó imbé. Informação que coincide com outras narrativas. Em breves comentários sobre as crenças, comenta que os Coroado e os Caiuá crêem “[...] na existencia de forças superiores á natureza humana, e que as almas dos seus mortos vão viver em outras regiões da terra. Nem uns nem outros adoram ídolos.”²⁰⁷ Adiante, destaca a poligamia entre os Coroado e que a constituição da família obedece leis rigorosas: “[...] quando um Coroado da sua irman para mulher de outro, contrae o compromisso de despozar as filhas, que provenham d’esse matrimonio, e passa desde o nascimento de uma d’ellas a trabalhar para os seus futuros sogros.”. Continua Quadros: “[...] Não são ali permitidos os enlaces entre irmãos nem entre primos, que também são considerados irmãos, como os tios são também considerados paes.” Em ambas as passagens é possível inferir as metades exógamas ou o dualismo tribal, que caracteriza a sociedade

²⁰² Ibid., p. 241.

²⁰³ Ibid., p. 243.

²⁰⁴ Nesta ilustrada divisão se evidencia o que Keith Thomas destacou em relação às separações utilitárias realizadas pelo homem para classificar a natureza. THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

²⁰⁵ QUADROS, op. cit., p. 246.

²⁰⁶ Ibid., p. 249.

²⁰⁷ Ibid., p. 252.

Kaingang e as de tradição Jê. Se o homem Kaingang dá sua irmã para outro e dessa forma se compromete a casar com as filhas desse matrimônio, na concepção do dualismo Kaingang, como este outro homem provavelmente não integra a sua metade exógama de parentesco, sendo o pai quem transmite aos filhos sua herança clânica, este Coroado poderia casar por conta desta pertencer ao outro clã e não ser parente. Nas sociedades Kaingang, o homem nubente deve servir aos sogros, conforme foi observado por Quadros. Isso se refere à questão da uxorilocalidade ou matrilocalidade, concepções observadas e discernidas pelos etnólogos no século XX.

O militar informa que os exploradores das brenhas dos sertões de São Paulo trataram os Coroados com “crueldade selvagem”, isso foi responsável por estes “pobres” não terem adentrado a “nossa civilização”. A partir da narrativa de um velho dessa “raça” e morador de Jatháí, Quadros esclarece como os Coroados deixaram o hábito de rasparem a cabeça em forma de coroa, ainda, enfatiza os confrontos que ocorreram com este grupo que seria originário das Missões e, menciona, os conflitos que ocorreram em Guarapuava e Palmas.²⁰⁸ Ao longo de sua *Memória*, o tenente-coronel concedeu maior destaque para os Coroados, por sinal, pouco ou quase sequer caracteriza os Caiuá e, menos ainda, os Xavante. Por fim, apresenta um vocabulário comparado entre a língua portuguesa, Guarani, Caiuá, Coroados e Xavante. Neste vocabulário, apresenta-se uma curiosidade, o tenente-coronel acusa que a expressão “índio do mato” no vocábulo relativo à língua dos Coroados se pronuncia como “Caíngang”.²⁰⁹ A exploração comandada por Quadros pelos campos e sertões de São Paulo gerou uma planta que ele apresenta no seu texto.

De fato, foram as etnografias que objetivaram descrever e apresentar os Coroados ou os Kaingang, com menor ou maior profundidade, abordando além de descrições e aspectos gerais da situação de contato, ainda a organização social, usos e costumes, mitologia, cosmologia e vocábulos linguísticos. Pode-se qualificar em quatro as formas de abordagem sobre os Kaingang em relação à produção escrita dos séculos XVIII, XIX e XX. Àquelas oriundas do contato e conquista (notícia), da missão, da exploração e da etnografia. Neste contexto, acrescenta-se a ao conjunto de produção derivado da etnografia, com contornos mais rebuscados e analíticos, os estudos em etnologia. Assim, a produção elaborada por agentes

²⁰⁸ Ibid., p. 253.

²⁰⁹ Ibid., p. 257.

militares, missionários, viajantes, exploradores, administradores, intelectuais, políticos e por reconhecidos etnólogos do século XX, como as feitas por Curt Nimuendajú, Herbert Baldus, Alfred Métraux e Egon Schaden, constituem fontes documentais singulares para as pesquisas em história indígena e etno-história acerca dos Kaingang. Neste sentido, procura-se aqui perscrutar as contribuições etnográficas mais relevantes aos estudos do povo, compreender o contexto em que foram elaboradas, perceber a circularidade de informações que influenciou as discussões acerca dos Kaingang ao seu tempo e, ressaltar a descrença no futuro deste povo dispostas nas narrativas.

2.3 Narrativas de etnografia e etnologia

As narrativas etnográficas estão condicionadas ao tempo da experiência, mas até mesmo os documentos tão preciosos aos historiadores estão imbricados no seu tempo. Para além dos quinhentos anos de encontros e desencontros, aproximações e distanciamentos entre índios e não índios, alguns saberes persistem em residir na memória dos povos originários, certos conhecimentos, muitas vezes não ditos ao historiador, mas ao antropólogo e etnólogo, encontram-se nas práticas e no cotidiano dos povos, principalmente quando se referem às relações com o mundo natural e sobrenatural, com o ambiente e o ecossistema. As incipientes história e etnografia brasileiras do século XIX se desdobraram em (d)escrever sobre tribos do litoral e tribos do sertão, tribos maleáveis e tribos selvagens e, por fim, índios já extintos e índios decadentes, (re)afirmando a bipolaridade que se apresentava em escritos anteriores. Essas mitografias evidenciam o aspecto ambíguo das imagens construídas dos índios. Von Martius, autor da fábula das três raças,²¹⁰ acreditava que do português, os indígenas e os negros reagiram à raça predominante e desse encontro e mescla surgiu a população brasileira.²¹¹ Os Coroados são identificados como Tapuia, tribo do sertão, tribo de selvagens, índios bravos, por consequência, índios decadentes dentro da mitografia Tupi/Tapuia. Von Ihering talvez tenha sido o maior expoente e consolidador dos binômios e mitografias na passagem do século XIX

²¹⁰ Mitografias e a fábula das três raças são expressões cunhadas pelo historiador John Monteiro. MONTEIRO, 2001, op. cit..

²¹¹ MARTIUS, op. cit..

para o XX, suas palavras expressam ares de pessimismo e desconsideração aos contextos sócio-culturais ameríndios.²¹²

Entre as narrativas de cunho etnográfico e etnológico aqui analisadas estão àquelas que se dedicaram prioritariamente aos Coroado/Kaingang, se enquadram como trabalhos etnográficos oriundos de alguma experiência, visita e/ou vivência com o povo, apresentam certa densidade de informações e análises relativas ao cotidiano, usos e costumes, religiosidade, entre outros e que representam mais que breves citações, notas, notícias ou descrições acerca da temática e do povo.

A partir destas lentes, foram elencados dois conjuntos de obras etnográficas acerca dos Kaingang. Num primeiro conjunto estão a intitulada monografia de 1888 que acompanha um vocabulário do dialeto *Os índios Caingangs* de Alfredo d'Escagnolle Taunay e que por sinal apresenta os costumes, religião e dialetos do frei capuchinho Luiz de Cemitille; o trabalho desenvolvido por Juan B. Ambrosetti em 1895 com os Kaingang residentes na Argentina, *Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones), com un vocabulário*;²¹³ a singular obra de 1908 *Actualidade Indígena* de Telemaco Borba que reúne um conjunto de textos publicados anteriormente;²¹⁴ o livro *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul: 1836 – 1866* de Pierre Mabilde, publicado em 1983 e originalmente em 1897 e 1899 no Anuário do Estado do Rio Grande do Sul²¹⁵ e os escritos do etnólogo russo Henrich Henrikhovitch Manizer,

²¹² IHERING, 1911, op. cit..

²¹³ Ambrosetti também escreveu em 1896 outro texto *Materiales para el estudio de las lenguas del grupo* onde destaca frases do vocabulário Kaingang. AMBROSETTI, Juan B. Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones), com un vocabulario. *Revista del Jardín Zoológico*, Buenos Aires, tomo II, 10, 1895. p. 305-387. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/ambrosetti_1895_kaingangues. Acesso em: 6 mai. 2010.

²¹⁴ Esta obra reúne *Breve Notícia sobre os índios Caingangs* originalmente de 1883, *Die Caingangs-Indianer in der brasilianischen Provinz Paraná* de 1886 e *Observações sobre os indígenas do Paraná* de 1904.

²¹⁵ Os trabalhos *Subsídios para o estudo dos Kaingangues do Paraná* de 1910, elaborado por Ermelino A. de Leão e, *Os caingangues de Palmas*, elaborado por Dr. Loureiro Fernandes em 1941, representam uma revisão histórica e etnográfica pautada nos já mencionados trabalhos do padre Chagas Lima, do frei capuchinho Luiz de Cemitille e, sobretudo, nos trabalhos de Telemaco Borba. No caso da monografia de Fernandes, o autor referencia as análises do etnólogo Herbert Baldus, inclusive apresenta na mesma revista fotografias dos Kaingang do Toldo de Lontras. Ambos os trabalhos de cunho monográfico, compilam informações sobre os Kaingang por temáticas a partir das mencionadas obras anteriores. Tanto Leão quanto Fernandes contribuíam com o Museu Paranaense, inclusive foram diretores do Museu. Por conta de utilizarem fontes secundárias sobre os Kaingang, ainda que tenham conhecido e até convivido com estes índios, suas narrativas não serão escrutinadas aqui como fontes por excelência em etnografia. LEÃO, Ermelino A. de. Subsídios para o estudo dos Kaingangues do

membro de uma expedição russa que circulou pela América, e, especificamente por terras Kaingang de São Paulo em 1914 e 1915, publicados postumamente, na segunda década do século XX, como *Os Kaingang de São Paulo*.

O segundo conjunto de obras em etnografia elaborados por etnólogos apresenta *Os Kaingang*, escrita em 1913 por Curt Nimuendajú; o trabalho sobre etnografia brasileira que discute entre os muitos ensaios *O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas*, publicado em 1937 por Herbert Baldus; as considerações elaboradas por Alfred Métraux em *The Caingangs* para o livro de Julian Steward *Handbook of South American Indians*, publicado em 1946; as breves considerações realizadas por Claude Lévi-Strauss sobre os Kaingang do Paraná, publicado em Tristes Trópicos em 1955; e, por fim, o relato *A origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingáng* de 1953 e o estudo sobre *A representação do dualismo Kaingáng no mito heróico tribal* de 1959, ambos de Egon Schaden.

Todavia, as referências aos Kaingang não se traduzem às obras pontuadas anteriormente, há ainda outras que contribuem para o estudo sobre este povo, dessa forma, destacam-se: *Le parler des Caingangs* de Lucien Adam de 1902, apresentado no Congresso Internacional de Americanistas em Paris no ano de 1900, com destaque para as concordâncias lexicais;²¹⁶ o conjunto de trabalhos *A civilização prehistorica do Brazil meridional* de 1895, *El hombre prehistórico del Brasil* de 1903, *Os guayanás e os Caingangs de São Paulo* de 1904, *Ethnologia do Brasil Meridional* de 1906, *A questão dos índios no Brazil* de 1911 e *A ethnographia do Brasil Meridional* de 1912, elaborados por Hermann Von Ihering e que, de forma mais genérica, comentam sobre os Kaingang;²¹⁷ o trabalho *Os índios Guayanãs* de

Paraná. *Segundo Congresso Brasileiro de Geografia*, Curitiba, 1910. FERNANDES, Loureiro. Os caingangs de Palmas. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v.1, jun.1941.

²¹⁶ ADAM, Lucien. *Le parler des Caingangs. Congrès International des Américanistes*, Paris, 1902. Disponível em: Permalink: http://biblio.etnolinguistica.org/adam_1902_le_parler. Acesso em: 23 nov. 2010.

²¹⁷ IHERING, Hermann von. A civilização prehistorica do Brazil meridional. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. I, 1895. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/ihering-1895-civilisacao>. Acesso em: 31 mar. 2012. IHERING, Hermann von. El hombre prehistórico del Brasil. *Historia Revista Bi-Mensual*, Buenos Aires, n.1, tomo 1, 1903. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/ihering_1903_hombre. Acesso em: 30 abr. 2010. IHERING, Hermann von. Os Guayanãs e Caingangs de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v.VI, 1904. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/ihering_1904_guayanas. Acesso em: 30 abr. 2010. IHERING, Hermann von. A ethnologia do Brazil meridional. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, São Paulo, v. XI, 1906. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/ihering-1906-ethnologia>. Acesso em: 12 out. 2011. IHERING,

Benigno F. Martinez de 1904;²¹⁸ os textos em alemão *Die Indianer des Obern Paraná: II. Die Indianer der Coroados-Grupp* de F. Vogt publicado em 1904 e *Die Corôados im südlichen Brasilien* de Gustav Von Koenigswald de 1908;²¹⁹ ademais *Notas sobre uma visita a acampamentos de indios Caingangs* elaborado em 1918 pelo médico sanitarista Dr. Geraldo H. de Paula Souza, onde apresenta considerações sobre uma semana de estadia no ano de 1916 entre os Kaingang de São Paulo, missão comandada pelo Dr. Horta Barbosa, junto a Comissão de Proteção aos Índios (SPI), com fotografias anexadas ao fim;²²⁰ os materiais linguísticos produzidos pelo frei capuchinho Mansueto B. de Val Florianana com *Uma critica ao vocabulario da lingua dos kaingang do Visconde de Taunay* e *Ensaio de grammatica Kainjgang* de 1918 e o destacado *Diccionarios Kainjgang-Portuguez e Portuguez-Kainjgang* de 1920;²²¹ como também os *Apuntes sobre el idioma Caingangue de los Botocudos de Sta. Catarina, Brasil* realizado por Wanda Hanke em

Hermann von. A ethnographia do Brazil meridional. *Actas del Congreso Internacional de Americanistas*, Buenos Aires, 1912. Disponível em: http://biblio.etnolingustica.org/ihering_1912_a_ethnographia. Acesso em: 31 mar. 2012. IHERING, 1911, op. cit..

²¹⁸ MARTINEZ, Benigno F. Os indios Guayanãs. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VI, 1904. Disponível em: http://biblio.etnolingustica.org/martinez_1904_guayanans. Acesso em: 30 abr. 2010.

²¹⁹ VOGT, F. Die Indianer des Obern Paraná: II. Die Indianer der Coroados-Gruppe. *Mitteilungen der Anthropologischen Gessellschaft*, Wien, 34, 4, 1904. Disponível em: http://biblio.etnolingustica.org/vogt_1904_die_indianer. Acesso em: 6 mai. 2010. KOENIGSWALD, Gustav von. Die Corôados im südlichen Brasilien. *Globus*, v. 94, 1908. Disponível em: <http://biblio.etnolingustica.org/koenigswald-1908-coroados>. Acesso em: 11 out. 2011.

²²⁰ O Dr. Geraldo H. de Paula Souza foi um dos pioneiros no desenvolvimento da Saúde Pública no Brasil e internacionalmente. SOUZA, Geraldo H. de Paula. Notas sobre uma visita a acampamentos de indios Caingangs. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XX, 1918. Disponível em: <http://biblio.etnolingustica.org/souza-1918-caingangs>. Acesso em: 11 out. 2011.

²²¹ VAL FLORIANA, Mansueto Barcatta de. Uma critica ao "Vocabulario da lingua dos Kainjgang" do Visconde de Taunay. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, tomo X, 1918. Disponível em: <http://biblio.etnolingustica.org/val-floriana-1918-critica>. Acesso em: 31 mar. 2012. VAL FLORIANA, Frei Mansueto Barcatta de. Ensaio de grammatica Kainjgang. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, tomo X, 1918. Disponível em: <http://biblio.etnolingustica.org/val-floriana-1918-ensaio>. Acesso em: 19 set. 2012. VAL FLORIANA, Mansueto Barcatta de. Diccionarios Kainjgang-Portuguez e Portuguez-Kainjgang. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XII, 1920. Disponível em: <http://biblio.etnolingustica.org/val-floriana-1920-diccionarios>. Acesso em: 31 mar. 2012.

1947.²²² De modo sucinto, este é o cenário da produção acerca dos Kaingang.

A narrativa de Pierre Mabilde *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul: 1836 – 1866* impõe desafios metodológicos para os historiadores, sobretudo porque são apontamentos elaborados não a partir de diários de campo como fazem os etnólogos e antropólogos, mas de memórias de vida marcadas, segundo as organizadoras do livro póstumo publicado, pela condição de ter sido prisioneiro de selvagens e pelos contatos estabelecidos ao longo da experiência profissional como agrimensor de Colônias no Planalto Médio do Rio Grande do Sul.²²³ Sem embargo, estas memórias estão imersas no contexto oitocentista, quando o Brasil ainda se apresentava como um mundo novo e exótico aos olhos de naturalistas e viajantes europeus.²²⁴

A narrativa do engenheiro e agrimensor Mabilde contrapõe as noções de “estado de natureza” e de “estado de cultura”, confrontando a “natureza selvagem dos indígenas” e a “condição de civilidade”. As noções de natureza parecem estar associadas ao contexto de vida “selvagem” encontrado no sul do Brasil, bem como a uma paisagem a ser desbravada e florestas a serem desmatadas. As aberturas de colônias, o povoamento das “matas da província” e os aldeamentos indígenas se revelaram como tentativas de civilização dos espaços ermos. O belga

²²² HANKE, Wanda. Apuntes sobre el idioma Caingangue de los Botocudos de Sta. Catarina, Brasil. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. 6, 1947. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/hanke_1947_apuntes. Acesso em: 23 nov. 2010.

²²³ Conforme narram as bisnetas de Pierre Mabilde – May Mabilde Lague e Eivlys Mabilde Grant, em uma breve biografia anexada ao livro que compilaram sobre os “apontamentos” elaborados pelo avô –, o engenheiro nasceu em 1806 na Bélgica e faleceu em 1892 no Rio Grande do Sul, migrou para o Brasil em 1833 e neste mesmo ano, se deslocou para a Província mais ao sul com vistas a trabalhar num estudo sobre a barra de Rio Grande. Com qualificação profissional passou a prestar serviços ao governo provincial rio-grandense, desempenhou algumas funções em cargos públicos, se naturalizou brasileiro em 1848. MABILDE, op. cit.

²²⁴ Segundo o historiador e apresentador Guilhermino Cesar e as organizadoras do livro, Mabilde viveu como “prisioneiro” dos coroados entre os anos de 1836 e 1838, tendo elaborado os “apontamentos” na forma de um texto com 63 notas entre os anos de 1836 a 1866. O livro apresenta-se disposto em 25 capítulos que foram publicados em duas partes, postumamente, e pela primeira vez em 1897 e 1899 no Anuario do Estado do Rio Grande do Sul. Nos apontamentos em nenhum momento Mabilde descreveu o sequestro que sofreu ou mesmo se colocou na condição de cativo. Como bem destacou o linguista D’Angelis, o sequestro de Mabilde está envolto em preconceito e mistificação, se algum sequestro ocorreu, teria sido entre 1860 e 1866, mas, isso não se confirma na documentação do período. D’ANGELIS, Wilmar da R.. Mabilde e seus “apontamentos” sobre os coroados selvagens: tentando separar informação de mistificação e preconceitos. *Anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Goiânia, 11 a 14 jun., 2006. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Wilmar.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2009.

acreditava que os Coroado gozavam de um “costume da vida selvática” que era preferível a eles que a vida civilizada imposta pelos não indígenas, mesmo assim, admitia que aos poucos se desenvolveria as “faculdades do homem” para melhorar a “[...] condição física e moral, num povo no estado de barbárie.”²²⁵

Por meio de “empenho” e “humanidade”, bem como da sociedade, catequese, o “paternal Governo” conseguiria conquistar e civilizar os selvagens coroados. O “grande dever de humanidade” que se impôs, seria o de retirar os coroados das “matas da província”, das “brenhas” e “lugares ermos de nossa civilização”, que contribuíam somente para a “conservação” dos “vícios” e “má índole”, por conseguinte, estabelecer os coroados “longe das matas” envolvidos no “gosto pelo trabalho” possibilitaria esquecerem seu “primitivo estado”.²²⁶ Longe da “natureza” das matas, florestas, lugares ermos e sertão, a civilização conseguiria se impor “aos vícios” dos coroados, evitando seu “caráter feroz e sanguinário”. O narrador dos *Apontamentos* estava convencido de que os Coroado não poderiam continuar levando a vida “selvática” que tinham, isso porque iriam se autodestruir por meio de guerras intestinais. Neste esforço de analisar a “vida selvática dos coroados”, Mabilde claramente se posiciona na defesa da cultura em detrimento da natureza, diga-se de passagem, uma natureza concebida como selvática.

Alfredo d’Escragnolle Taunay, sócio honorário do IHGB, afirma ser, junto com o missionário Luiz de Cemitille e Telemaco Borba, um dos primeiros a chamarem os Coroado pelo etnônimo Caingangs.²²⁷ Em uma visita a cidade de Guarapuava no ano de 1886 ouviu pela primeira vez da “[...] boca de um índio mais ladino a palavra caingang [...]”²²⁸ e que este se mostrou desgostoso ao ser chamado de Coroado. Sua

²²⁵ “Sendo difícil de conseguir-se (ainda que muito progressivamente) o desenvolvimento das faculdades do homem, com o fim de melhorar sua condição física e moral, num povo no estado de barbárie – verdadeira escala entre o estado do selvagem e o do civilizado – fácil será compreender-se quanto deve ser difícil conseguir-se isso de um povo selvagem, nas condições dos nossos indígenas coroados, com o seu caráter tão excepcional!” MABILDE, op. cit., p. 191 e 192.

²²⁶ “[...] quartelões especiais, em cidades ou povoações onde existam arsenais de guerra e de marinha, estaleiros de construções navais, fábricas, oficinas e, finalmente estabelecimentos industriais, a cujo trabalho variado e menos penoso aqueles indígenas se aplicariam com mais gosto do que ao da lavoura. [...] Criariam, cada vez mais, o gosto pelo trabalho e viveriam satisfeitos, esquecendo seu primitivo estado” Ibid., p. 205.

²²⁷ Conforme foi informado anteriormente, Franz Keller, explorador alemão informou em seu relatório ao governo imperial de 1867 que os Coroados se dão o nome de *Ca-ên-gagn*. KELLER, op. cit.

²²⁸ TAUNAY, op. cit., p. 255.

monografia faz referência aos trabalhos anteriores de Cemitille, Borba e do padre Chagas Lima. Cita numa primeira parte o trabalho do capuchinho Luiz de Cemitille – referente ao Aldeamento de São Jerônimo –, no qual afirma ter corrigido os lapsos de estilo. Taunay foi presidente das Províncias de Santa Catarina e Paraná, assim como militar, político, escritor e intelectual influente no Segundo Reinado, descreveu a exploração e conquista dos campos de Guarapuava a partir do padre Chagas Lima, indicando inclusive que os índios que povoavam estes campos dividiam-se nas tribos Camés, Votorões, Dorins e Xocrens e menciona ainda outra tribo chamada Tavéns. O Visconde alerta que o padre Chagas Lima se confundiu em dizer que o idioma dos aborígenes dos campos de Guarapuava é o Guarani.²²⁹

Taunay não se ocupou com a cosmologia e a mitologia, mas com eixos temáticos. O tom civilizatório estava presente na sua narrativa. Chegou a dizer que a língua ou dialeto Kaingang era “[...] mais ou menos doce e tem certa harmonia [...]”,²³⁰ mas admitiu noutro momento ser esta uma “pobre língua”. Apresentando o mesmo estilo de discurso que pairava no último quartel do século XIX, pautado na ideia de civilização, Taunay descreve os Kaingang como povo com “hábitos nômades”, de “simples vagabundagem” e “inclinados ao latrocínio”. A maior dificuldade para a catequese e a civilização dos Kaingang estaria baseada na facilidade que estes encontram em se sustentarem nas matas.²³¹

Taunay sequer mencionou o dualismo ou a exogamia Kaingang e descreveu com pouca profundidade os aspectos concernentes a estes temas. A *Memória sobre os índios caingangs e camés (coroados)* de Cemitille publicada, segundo Taunay, em um Catálogo de 1882, esclarece que estes índios se apelidam de *Caingang-pé* (índio legítimo) e *Caingang-venheré* (índio de cabelo cortado) e são chamados pelos brasileiros de “coroados” devido ao costume de cortarem os cabelos à maneira dos frades franciscanos.²³² Por certo, tal característica perpassa boa parte dos escritos sobre os Kaingang, Auguste Saint-Hilaire em viagem realizada aos campos da Comarca de Curitiba em 1820 explica: “Os paulistas davam aos bugres das proximidades de Jaguariaíba o nome de *coroados*, porque, diziam, costumavam fazer no alto da cabeça

²²⁹ Idem.

²³⁰ Ibid., p. 274.

²³¹ “Offerece-lhes a natureza com mão liberal tudo de que necessitam: abundam as florestas em fructa e caça e os rios em peixe; em qualquer parte emfim acham com que matar a fome e, tendo elles a barriga cheia, por cousa mais alguma appetecem.” Ibid., p. 265.

²³² CEMITILLE, op. cit., p. 256.

uma espécie de tonsura, ou *coroa*.²³³ Mabilde informou que apesar de ter perguntado, não conseguiu descobrir porque cortam os cabelos daquela maneira.²³⁴ Ademais, acusa, assim como Cemitille, que os Kaingang arrancam os cabelos de todas as partes do corpo, e que as mulheres fazem o mesmo, apesar de manterem no meio da rodilha uma porção de cabelo comprido que fazem uma trança.²³⁵ A Figura 4, dentre os Kaingang, apresenta dois índios com a tonsura em forma de coroa que lhes confere a denominação de Coroado.

Figura 4: Abarracamento dos homens de Afonso Botelho nos campos de Guarapuava em contato com os Coroado, elaborado por Joaquim José de Miranda, século XVIII



Fonte: Estampa 37, “chega o cappitão Carneiro ao rio de fronte do abarracamento, e retirão-se fogindo os Indios, antes que elle possa dar parte ao Tenente Coronel do perigo de que escapou, e da morte dos camaradas.” In: AMOROSO, 2003, op. cit., p. 89.

²³³ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Comarca de Curitiba*. São Paulo: Companhia Editorial, 1964. p. 46.

²³⁴ Nas suas palavras os “[...] coroados têm o cabelo muito preto, fino, liso, luzente e muito abundante; mas tonsuram-no de maneira a figurar como uma rondilha de cabelo enfiada numa cabeça calva, sendo o cabelo cortado como o de uma escova, horizontalmente, à altura de meia testa. [...]” MABILDE, op. cit., p. 26.

²³⁵ Comenta “[...] Essa originalidade de adorno na cabeça – e a falta total de cabelo no rosto – dá ao indígena um ar estúpido e desvairado. [...]”. Ibid., p. 27.

Cemitille observou, assim como fez Auguste de Saint-Hilaire, que os Kaingang vivem em cabanas cobertas por folhas de palmeira situadas quase sempre em locais mais altos, como colinas, a distância de duzentos a trezentos metros de cursos d'água. Essa observação em certo sentido conflui sobre estudos arqueológicos sobre os Jê no sul do Brasil.²³⁶ Observou que os Kaingang são “[...] francos, alegres e conversadores [...]” e que possuem “grande paixão” por miçangas, sobretudo as brancas, como também acusou o alemão Franz Keller. Nas palavras do frei, “[...] Quando organizam suas festas e danças, servem as missangas de enfeite ás mulheres, que as têm em grande estimação, trazendo-as a tiracollo, quantas possam ajuntar. Quem lhes dá alguma cousa como presente não fica sem retribuição.”²³⁷ O missionário destaca a poligamia, que ocorre grandemente por conta do homem se destacar na guerra ou na caça, este se nomeia de *Tremani*, que significa valente e forte, em virtude disso, pode ter mais de três mulheres. Ademais, também observou como o explorador Quadros, que o genro, em relação ao casamento, costuma servir o sogro.²³⁸

Quanto à vestimenta, Cemitille não distingue dos escritos anteriores, acusa que os homens andam nu e que as mulheres com suas tangas, eram responsáveis pela “[...] industria no tecido de um panno grosso feito com as fibras de ortiga grande (uáfê) [...]”.²³⁹ As mulheres cobrem as “[...] partes que o pudor femenino manda esconder; quanto aos homens, andam inteiramente nus. [...]”;²⁴⁰ outros tecidos são realizados com grande delicadeza e recebem desenhos de diversos traços

²³⁶ Os arqueólogos Pedro Ignacio Schmitz e Mirian Carbonera esclarecem que as aldeias das populações associadas aos Kaingang e Xokleng diferem substancialmente dos assentamentos Guaraní que se localizavam nos vales dos rios. Os Jês meridionais costumavam residir em locais de maior altitude, em geral, distantes dos cursos d'água e mais frios, assim, suas casas tinham o piso rebaixado, conhecidas como “buracos de bugre”, ou conforme a terminologia correta, casas subterrâneas. Tais casas “[...] Não eram meros buracos, mas construções que exigiam conhecimento e ação coletiva.”, ademais, “[...] aparecem nas terras altas de Santa Catarina no século VII ou VIII, mas se tornam numerosas a partir do século XII de nossa era. [...] Casas subterrâneas perduram no oeste catarinense, e também no planalto do Rio Grande do Sul, até meados do século XIX, [...] mas seus prováveis descendentes, que são os índios Kaingang e Xokleng, têm pouca memória dessas estruturas.” CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio (Org.). *Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, 2011. p. 91.

²³⁷ CEMITILLE, op. cit., p. 259.

²³⁸ *Ibid.*, p. 260.

²³⁹ *Ibid.*, p. 261.

²⁴⁰ *Idem*, p. 261.

em vermelho.²⁴¹ Por sinal, a Figura 5 ilustra claramente no século XVIII o uso da tanga e os vestidos que eram oferecidos às mulheres Kaingang para esconder a sua nudez. Assim como mencionou o tenente-coronel Francisco R. Ewerton Quadros em sua exploração pelos campos e sertões, como foi apontado pelo frei Cemitille, Telemaco Borba ao comentar o vestuário dos Kaingang, também destaca que as mulheres cobrem o corpo da cintura para baixo:

[...] andam cobertas, da cintura para baixo até os joelhos, com uma tanga de um tecido feito por ellas com fibras extrahidas da ortiga grande; os homens andam nús, mas teem, quasi todos, uns grandes mantos, curú-cuxa, feitos também com fibras de ortiga, com os quaes dançam em suas festas e cobrem-se nas noites frias.²⁴²

Telemaco Borba afirma ter vivido com os “selvagens do Paraná” mais de vinte anos. Atuou como sertanista, diretor de aldeamentos, em São Pedro de Alcântara – à margem esquerda do rio Tibagi, nas localidades da Colônia Militares do Jataí próximas a Londrina –, e em Paranapanema (Guarani) e acabou, por fim, fundando o Toldo de Barreiros (Queimadas). Afirma ser o primeiro a dar aos Coroados o nome genérico de “Kaingângues”, assim, distingue-os em três grupos, Camés, Cayurucrés e Kaingângues. Comumente diferencia os Kaingang dos Guarani e se dedica, diferentemente dos outros trabalhos sobre os Kaingang até então, a retratar a sociedade com seus usos e costumes e destaca uma lenda ou mito dos Kaingang. Borba afirma que o cacique Araxó lhe disse sobre a lenda ou mito: “[...] que a ouviu da mãe da mãe de sua mãe, tendo esta ouvido-a de seus progenitores, bem como a história da formação de sua tribo.”²⁴³

²⁴¹ “[...] tecem outros com mais delizadeza, deitos com as mesmas fibras, dando-lhes ordinariamente de seis a sete palmos de comprimento, bem trabalhados, e sobre elles desenhm com tinta vermelha diversos traços que, segundo me contou o cacique, representavam facões, machados e flechas, embora não pudesse eu achar a menor semelhança com taes objectos.” Id.

²⁴² BORBA, 1908, op. cit., p. 07.

²⁴³ BORBA, Telemaco M. Observações sobre os indigenas do Estado do Paraná. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Typographia do Diario Official, v.VI, 1904, p. 61. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/borba_1904_observacoes>. Acesso em: 30 abr. 2010.

Figura 5: Vestimenta das mulheres Coroado em momento de contato, elaborado por Joaquim José de Miranda, século XVIII



Fonte: Estampas 3 e 4, respectivamente, “3... huma India como propriamente costumão andar, com sua tanga.”, “4... a mesma India que se vestio com vestidos, que se lhe fizerão, ficando muito contente, e satisfeita.” In: AMOROSO, 2003, op. cit., p. 56.

Não há dúvidas, *Actualidade Indígena* de Telemaco Borba se configura numa das mais importantes obras sobre cosmologia e mitologia do povo Kaingang. O sertanista reúne vários textos escritos em diferentes épocas sobre seus estudos aborígenes no Estado do Paraná. Lembra ter convivido com indígenas do Paraná desde 1863 e que estes tendem, nas suas palavras, “[...] em breve, desaparecer [...]”.²⁴⁴ Por ora, afirma que seus patrícios julgam os índios ociosos e desnecessários, mas mesmo assim, garante, “[...] sob nossa palavra de homem velho, que escrevemos só a verdade, sem nada inventar. Tibagy, Novembro de 1901”.²⁴⁵ Nesta obra, realizou um histórico sobre o contato entre os Kaingang com tropeiros e viajantes da estrada que

²⁴⁴ BORBA, 1908, op. cit., p. 04.

²⁴⁵ Idem.

ligava a região de Castro e Guarapuava ao noroeste do Rio Grande do Sul, cita os nomes dos caciques Viry e Condá, ainda os aldeamentos de São Jerônimo e São Pedro de Alcântara, sendo que do primeiro rendeu a civilização promulgada pelo capuchinho Cemitille.

Para Borba, o aldeamento de S. Pedro de Alcântara, coordenado pelo frei Timotheo de Castel-Nuovo, deixou os Kaingang desgostosos e por conta disso, vagam os índios pacificamente pelos vales dos rios Tibagy e Ivahy.²⁴⁶ Apesar dos aldeamentos não terem alcançado grande sucesso, afirma que os índios que não se tornaram “mansos” e “industriosos”, pelo menos não realizam mais assaltos, apenas vagam pelo sertão do Piquiri abaixo, Ivahy e Iguassú.²⁴⁷ Com isso, se dedicou também a falar do vestuário, do sistema social, das crenças sobrenaturais, nos sentidos (olfato, visão, audição), nas habitações, nos utensílios, nas armas, nas caçadas, na alimentação, nos casamentos, nos partos, na medicina e enterros, nos instrumentos musicais, na hospitalidade, no modo de preparar suas bebidas fermentadas, nas roças, enfeites e ornatos, nos jogos e divertimentos, no caráter moral e na língua.²⁴⁸

A descrição de Telemaco a partir do cacique Arakchó é singular. Referindo ao ano de 1886, a obra apresenta ainda cantos para quando fazem enterramentos e apresenta certa contribuição sobre a língua, vocabulários, conjugação de verbos, entre outros. Justifica que nesta obra, *Actualidade Indígena*, suas referências aos Kaingang oriundas da convivência “[...] em seu estado selvagem pelo espaço de mais de vinte anos, observando seus costumes, linguagem, lendas e narrativas.”²⁴⁹ Trata-se de uma obra fundamental aos pesquisadores sobre o povo Kaingang.

As obras de Ambrosetti são também referências aos estudos Kaingang. *Los indios Kainganges de San Pedro (Misiones) – com un vocabulário* de 1895 é uma das poucas que apresenta fotografias e que trata de grupos que se situam na margem esquerda do rio Paraná. Na compreensão de Ambrosetti, os índios Kaingang na Argentina são

²⁴⁶ Telemaco Borba apesar de ter dirigido o Aldeamento de São Pedro de Alcântara, não menciona sua atuação neste, apenas afirma que os índios Kaingang “[...] desgostosos do procedimento de especulação que com elles tem o frei Timotheo de Castel-nuovo, de lá tem se retirado [...]” Ibid., p. 06.

²⁴⁷ Numa síntese de descrição sobre estes últimos não domesticados, diz “[...] são de cor baça e feições grosseiras e feias.” Ibid., p. 07.

²⁴⁸ Repetiu integralmente seu trabalho *Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná* de 1904 sobre as lendas e mitos, a dança e o canto.

²⁴⁹ Ibid., p. 128.

chamados de *Tupí*, provavelmente uma referência aos índios temíveis e que não são Guaraní do tempo de dominação jesuítica. O naturalista, arqueólogo e antropólogo argentino fundou o Museu Etnográfico de Buenos Aires em 1904, que abriga uma considerável coleção de peças sobre arqueologia e etnografia da Argentina. O cientista acusa que os Kaingang provavelmente adentraram o território de Misiones cruzando o rio Uruguai pelo lado de Palmas ou pelo lado do Rio Grande do Sul. Este grupo, que nunca foi numeroso, tinha morada fixa em San Pedro, numa campina chamada *Fracrân*, nome que corresponde ao cacique que os governava.

Os Kaingang de Ambrosetti circulam pelo seu território em meio às florestas de Araucária para buscar os alimentos, assim como para fazer o *parí*²⁵⁰ (Figura 6), quanto para coletar mel, frutas como o pinhão e ainda caçar animais como o veado, catetos e o tigre, além de coati e macacos, ainda fazem roçados de milho (*maiz*) e abóbora (*zapallo*). O cientista narrou um ataque sangrento imputado pelos *Tupís* ou Kaingang ao grupo armado do capitão Jacinto Galeano em 1840, esse conflito foi responsável por demonstrar a existência não mais despercebida destes grupos. Ambrosetti teve contato com o grupo de Maidana, que sobrevivia no Ato Paraná, no vale do rio Paranay. Este grupo foi levado ao governador de Corrientes em Posadas pelo brasileiro chamado Frutuoso Moraes Dutra, recebendo roupas e ajuda no ano de 1875. Nas palavras de Ambrosetti, esse foi o encontro do grupo de Maidana com a civilização, se estabeleceram nos pinhais de San Pedro, conforme é possível visualizar na Figura 7.²⁵¹

A narrativa de Ambrosetti também salientou o antigo caráter que chama de “selvagem” de arrancarem os pelos do corpo. Acusou que noutros tempos também faziam a tonsura da cabeça como os padres franciscanos.²⁵² Ao longo do texto usa expressões como índio mestiço, caboclos, índio puro, comenta que estes Kaingang são alegres, comunicativos e curiosos, e possuem os sentidos muito apurados. Ainda se dedica a comentar as atitudes artísticas, acusa-os de ser atrasados na música e de envolverem-se os em seus “bailes” no consumo de bebidas

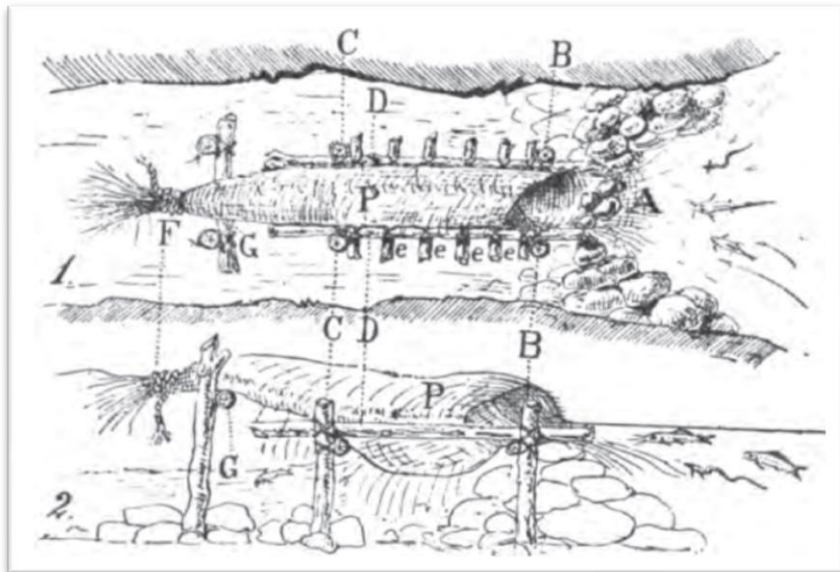
²⁵⁰ *Parí* é um cesto submergino n'água e destinado a recolher os peixes, ver Figura 6. AMBROSETTI, op. cit., p. 307.

²⁵¹ “[...] em donde aún viven, echando lãs bases de la actual aldeã que, como dije en alguna parte, se halla colocada como una Providencia que el viajero encuentra em su peregrinacion por la selva virgen.” Ibid., p. 312.

²⁵² Afirma que “La resistencia al dolor es grande, fenómeno que se observa commmente en todos los Indios, y que casi es un carácter de selvajismo.” Ibid., p. 316.

alcoólicas, embriagando-se.²⁵³ O cientista argentino em muitos momentos citou Telemaco Borba, inclusive para comparar com os índios que descrevia.

Figura 6: *Parí*, cesto submergido na água



Fonte: AMBROSETTI, op. cit., p. 339.

²⁵³ “La música kaingángues es muy primitiva: los instrumentos que emplean tambien lo son, como las flautas y trompetas de caña tacuara [...] El canto tambien es sencillo, lo suficiente para poder bailar de un modo cadencioso y monótono.” Ibid., p. 318.

Figura 7: Vista de San Pedro e seus pinhais de *Araucaria brasiliensis*



Fonte: AMBROSETTI, op. cit., p. 313.

No caso do mito fundador do povo, Ambrosetti recorreu a Borba, “Segun su mito, estas palabras fueron las mismas que oyó KADJURUKRÉ, que es el fundador de su nacion, de este modo: [...] Dados del sr. BORBA.”²⁵⁴ Comentou ainda sobre usos e costumes, a hospitalidade, e, sobre as mulheres, quando em seu “estado selvagem” apresentam pouca moral em virtude do hábito de fugirem com outros homens. Observou também, como outras narrativas aqui perscrutadas, o fato das parturientes logo que terminam a operação, irem-se se lavar junto com o recém nascido. Descreveu as habitações, os alimentos, e as bebidas alcoólicas, que nomina de *Kiki*, *Góio kupri* (água blanca) e *Góio fã* (água fuerte).²⁵⁵ Ademais, tematizou o fogo, os trajes, o que ele chama de indústria da elaboração dos tecidos, a agricultura, a pesca, a

²⁵⁴ Ibid., p. 319.

²⁵⁵ Estas observações de Ambrosetti parecem terem sido influenciadas pelas observações de Telemaco Borba. Acerca do *Kiki* narra Ambrosetti: “El *Kiki* lo hacen de miel de abejas, del modo siguiente: toman una batea grande de madera en la que echan agua, á ésta la calientan á fuerza de echarle piedras candentes, luego retiran éstas y vuelcan en el agua la miel, tapando en seguinda la batea con hojas de Pindó y palos atravesados, dejando el liquido fermentar durante três dias, pasados los cuales está listo el *Kiki* que es un liquido incoloro y lo bastante alcohólico para emborracharlos lastimosamente.” Ibid., p. 330.

guerra, a medicina e suas enfermidades, destacou o modo de enterrar e suas práticas funerárias que se assemelham ao modo Kaingang de realizar as festas com a bebida *Kiki* ou *Góio fá*.²⁵⁶

É interessante, pois Ambrosetti comentou a narrativa do cacique Arakshó contada por Borba quanto ao mito de origem. Encerrou sua “curiosidad científica” com um vocabulário dividido em verbos, substantivos, adjetivos, advérbios, expressões, números (até cinco), nome de animais e vegetais, entre outros. Num tom fatalista, afirmou que os Kaingang de San Pedro em Misiones estão perto de desaparecerem dentro de muito pouco tempo devido à tuberculose, mas também “[...] mezclados entre la poblacion yerbatera da aquellas regiones.”²⁵⁷

Por sinal, outra importante descrição etnográfica foi a desenvolvido por Henrich Henrikhovitch Manizer, que, entre dezembro de 1914 e janeiro de 1915, participou de uma expedição russa no Brasil junto a “Inspetoria de Índios de São Paulo” (SPI) onde esteve em contato direto com os Kaingang de São Paulo. As observações de Manizer são circunstanciais aos estudos sobre este povo, além de se dedicar a descrição do modo de vida, habitação, vestimenta, ornamentos, alimentação, casamento, doenças, funerais, a festa do *Kiki*, Manizer deu atenção às crenças e relações de sociabilidade baseadas num “[...] conhecimento detalhado de sua própria interpretação do sentido dos seus atos.”²⁵⁸ Nestas observações, o cientista russo que faleceu no *front* de batalha da Primeira Guerra Mundial, ainda apresenta alguns desenhos de cunho próprio e que caracterizam os aspectos do cotidiano Kaingang.

Após ter percorrido as narrativas etnográficas mais significativas acerca dos Kaingang, discorre-se pelos caminhos da etnologia. Existem distinções circunstâncias na forma narrativa e analítica entre as etnografias e os estudos em etnologia. Ainda que a narrativa de Curt Nimuendajú se enquadre como descrições etnográficas, por conta de sua trajetória de vida e estudos descritivos elaborados sobre os povos

²⁵⁶ Em relação a religião, superstições e mitos comentou que os Kaingang acreditam num ente maior chamado *Tupén* e num outro mundo nomeado como *Uái kupri*, por conseguinte, menciona que crêem em entes maus na terra, como os fantasmas, visões, como no fantasma do bosque chamado *Caapora*. Neste momento, a narrativa de Ambrosetti se assemelha muito a descrição de Telemaco Borba sobre a crença natural dos Kaingang, sobretudo porque Borba também menciona Tupen como ente bom e a alma *caecopri* que vive na terra e pode se apossar da alma dos recém nascidos. BORBA, 1908, op. cit., p. 07 e 08.

²⁵⁷ AMBROSETTI, op. cit., p. 384.

²⁵⁸ MANIZER, op. cit., p. 55.

indígenas, este autor é considerado por muitos como um dos primeiros e mais respeitados etnólogos do Brasil da primeira metade do século XX.²⁵⁹

Os estudos etnológicos sobre os Kaingang consideraram, conforme foi mencionado anteriormente, os trabalhos *Os Kaingang* (1913) de Curt Nimuendajú; *O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas* (1937) de Herbert Baldus; o capítulo *The Caingang* de Alfred Métraux (1946); o texto *Paraná* (1955) de Claude Lévi-Strauss; e os textos *A origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingáng* (1953) e *A representação do dualismo Kaingáng no mito heróico tribal* (1959) de Egon Schaden.

O estudo *Os Kaingang* escrito em 1913 provém do convívio de Curt Nimuendajú com os Kaingang de São Paulo entre os anos de 1910 a 1912. O etnólogo se dedicou a comentar a organização religiosa e social, assim, mencionou o padre Chagas Lima quem dividiu os Kaingang em *Cames* e *Votorons*, pertencentes à mesma língua dos Dorins e Xocrens. Para Nimuendajú, o nome Dorins faz referência a um chefe chamado Dorí enquanto que Xokrê alude aos bandos mais afastados e selvagens da nação. Possivelmente, os Xocrens do padre Chagas seriam os Botocudos ou Aweikoma que se localizavam na divisa do Paraná com Santa Catarina, visto que furavam o beijo e eram considerados inimigos dos outros (Kaingang), assim, possivelmente refere-se aos Xokleng/Laklãnõ.²⁶⁰

As diversas denominações provenientes das muitas descrições referentes aos Coroados ou Kaingang tornam nebulosa a compreensão sobre o dualismo e dificultam o discernimento acerca da organização social. Nimuendajú esclarece que Borba acusa a divisão dos Kaingang em *Cagurucrês*, *Cames* e *Caingangues*. O etnólogo conhece *Cagurucrês*

²⁵⁹ Reproduzo aqui as palavras do antropólogo Marco Antonio Gonçalves na apresentação do livro *Etnologia e Indigenismo: sobre os Kaingáng, os Ofaié-Xavante e o índios do Pará* de Curt Nimuendajú, este “[...] É autor de uma obra ímpar no que se refere à qualidade e à quantidade do material etnográfico levantado numa vida inteira dedicado à pesquisa de campo. Viveu a maior parte de sua vida entre os índios, numa época em que o trabalho de campo ainda não alcançara o lugar que veio a ocupar na etnologia. Nimuendajú, que se considerava um leigo, isto é, em suas palavras, pessoa ‘sem instrução universitária’, já havia percebido que a relação com o outro era uma poderosa fonte de conhecimento. Falar de Nimuendajú é falar de uma vida dedicada aos índios, à sua defesa no contexto de um país hostil à convivência de diferenças. [...]”. NIMUENDAJÚ, op. cit., p. 09 e 10.

²⁶⁰ Na bibliografia histórica acerca do povo Xokleng estes eram denominados de Botocudos, porém, na contemporaneidade, utilizam o etnônimo Laklãnõ. NÖTZOLD, Ana Lúcia V.; ROSA, Helena A. (Org.). *História e cultura Xokleng Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ*. Florianópolis: Pandion, 2011. v. 3. p. 16.

como *Kañerú*, que se compara a denominação de valor igual *Kamé*, compondo as metades exogâmicas, enquanto *Kaingángue*, *Kaingýgn*, *Kaióngýgn* corresponde a toda a nação que os brasileiros chamam de Coroados.²⁶¹ Assim, a exogamia “[...] foi estabelecida como lei fundamental logo no princípio (se referindo ao mito de origem) e nos toldos do Yvaí cumpre-se esta ali rigorosamente até hoje, apesar da convivência com os nacionais que os índios lá tem.”²⁶² Apesar de Telemaco Borba referenciar os grupos, Nimuendajú acredita que este não entendeu bem a divisão em dois clãs, pois divide os Kaingang em três.

Culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas foi escrito por Herbert Baldus a partir de uma visita ao Toldo das Lontras (PR) entre maio e junho de 1933. Apresenta considerável estudo sobre a organização social e religiosa Kaingang e se dedica ao culto dos mortos conhecido como *Kiki*, assim, este estudo complexo analisa a sociedade Kaingang. Reconhecido etnólogo, segue as análises de Curt Nimuendajú, esclarece sobre as denominações “tribais” e reafirma e explica que a sociedade Kaingang é dividida em duas metades exogamas e patrilineares. Cada metade *Kamé* e *Kadnyerú* se subdivide em dois grupos.²⁶³

Assim, toda a “horda” de Kaingang se divide em duas metades, *Kadnyerú* e *Kamé*. Tanto filhos quanto filhas pertencem à linhagem do pai, metades exogamas e patrilineares, sendo que cada metade está subdividida em dois grupos com caracterização social diferente, identificados pela pintura no rosto. Os grupos de uma metade se chamam *Votôro* e *Kadnyerú*, e da outra *Aniky* e *Kamé*: “[...] Entre os Kaingang de Palmas o pai determina, quando pinta o filho ou a filha pela primeira vez, a qual dos dois grupos da sua ‘metade’ deve pertencer para sempre; e fá-lo com a intenção de igualar numericamente [...]”.²⁶⁴ Segundo o etnólogo, não foi possível averiguar sobre a origem da divisão e dos grupos dentro das metades, portanto, essas divisões na formação dos grupos podem se ajustar à “[...] antigas camadas sociais

²⁶¹ A palavra *Kamé* pode aparecer escrita como *Camés*, com ou sem acento, bem como a palavra *Kañerú* pode aparecer grafada como *Cagurucréd*, *Kadnyerú*, entre outras formas, dependendo do etnógrafo/etnólogo.

²⁶² NIMUENDAJÚ, op. cit., p. 60.

²⁶³ “[...] dois grupos, de caracterização social diferente. As designações *Kadnyerú*, *Kamé* e *Votôro*, usadas, às vezes, na literatura, como nomes de tribos, são denominações de três destes quatro grupos; o quarto grupo é chamado *Aniky*. Os grupos existem em cada horda de Kaingang. As supostas tribos Gê: *Kadnyerú*, *Kamé* e *Votôro*, não são senão hordas de Kaingang.” BALDUS, op. cit., p. 08.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 18.

ou mesmo étnicas.”²⁶⁵ Sabe-se que existe prestígio social relacionado aos grupos, sendo que “[...] os Votôro valem mais do que os Kadnyerú, e os Aniky mais do que os Kamé; ‘eles tem mais força’, explicaram-me.”²⁶⁶ A ideia de “valer mais” ou possuir “mais força” está relacionada com os papéis que estes grupos desempenhavam no contexto das práticas ritualísticas.

Entre os Kaingang do Yvaí, visitados por Nimuendajú, àqueles que pertencem ao clã se tratam como *rengré* (irmão) e àqueles que pertencem ao clã diferente são chamados de *Iambré* (genro, cunhado, sobrinho). Existe fora do dualismo *Kamé* e *Kañerú* outras classes, algumas superiores e outras inferiores aos clãs, mas não são exatamente classes sociais, se diferem de acordo com as funções que desempenham nos enterros, danças e outros atos xamânicos. A diferença ou identidade de classe não impede o casamento como ocorre com os clãs, em que o indivíduo pode casar somente com a metade oposta e complementar. Baldus afirma que os membros de um clã somente podem casar com os de outro. Com isso, Nimuendajú cita como classe ou identidade os *paí*, *péñe*, *vodôro* e *iantky-by*, porém, em tempos pretéritos havia ainda outras classes ou identidade. Todavia, Nimuendajú não cita os grupos que integram a organização social Kaingang como o faz Baldus em *Votôro* e *Kadnyerú* e *Aniky* e *Kamé*, parece que, em meio ao contexto de clãs e classes, os nomes citados por Nimuendajú vão de encontro aos grupos descritos por Baldus, *Votôro* – *vodôro*, *Aniky* – *iantky-by*. Presume-se dessa forma, que a organização social Kaingang varia em informações conforme o narrador e o *situs* de onde se fala.

The Caingang elaborado por Alfred Métraux apesar de ser qualificado como significativo estudo sobre os Jê meridionais, e por conta disso, integrar a obra internacional *Handbook of South American Indians* de Julian Steward (1946), o etnólogo suíço ainda que atualizado com a bibliografia sobre os Jê realiza um trabalho de cunho revisionista.²⁶⁷ Este estudo sintetizou características e informações acerca dos Kaingang e dos Xokleng e, em certos momentos, por exemplo, quando descreve os Kaingang de Santa Catarina, chama os Xokleng que vagueavam pelas florestas do rio Timbó até as florestas da

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ MÉTRAUX, Alfred. *The Caingang*. In: STEWARD, Julian H. (Org.). *Handbook of South American Indians. The marginal tribes*. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. Washington: Government Publishing Office, 1946. v.1. Disponível em: <http://www.etnolingüística.org/hsai>. Acesso em: 18 out. 2012.

Serra do Mar, e do rio Negro até o rio Uruguai, de Kaingang de Santa Catarina.²⁶⁸

Afirma Métraux que os Kaingang de Santa Catarina são chamados de Botocudos ou Aweikoma, porém, quando parte para a descrição de cultura, atividades de subsistência, caça, coleta, pesca, alimentação, habitações, vestuário e ornamentos, transportes e manufaturas, organização social e política, ritos fúnebres, guerra, religião e mitologia, entre outros aspectos destacados, generaliza todos os Kaingang nestas descrições. Ou seja, confunde Xokleng/Laklãõ como se fosse Kaingang. Em muitos momentos ao longo de seu texto, refere-se aos Aweikoma-Kaingang e, nestes, é possível discernir a quem ele se refere, no caso, aos Xokleng/Laklãõ.²⁶⁹ A destarte desta generalização, o etnólogo percebe que apesar dos Kaingang serem tratados por muitos como *Votoro*, *Kamé*, *Cayurukré*, *Dorin*, *Taven*, simplesmente estas denominações “[...] The names Votoro, Kame, and Cayurukre, given to Caingang groups of Guarapuava and Palmas, are simply appellations of moiety or class subdivisions and not, as it has been long believed independent bands or subtribes [...]”²⁷⁰ No decorrer do texto e em poucos momentos, Métraux expõe a fonte sobre o que descreve, isso permite inferir que o etnólogo não está preocupado em “quem disse” ou “de onde disse”, mas com a “informação” ou com o “fato em si”. A preocupação do etnólogo era reunir dados, informações e descrições até então fragmentadas em notícias e monografias sobre o povo Kaingang. Se a sua narrativa foi pautada em experiências de vivência entre os Kaingang, isso não está posto no teor de suas descrições.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss realizou breves considerações acerca dos Kaingang do Paraná, por certo, também os associou à Araucária, afirmou que as coníferas da grande floresta úmida se erguem ao céu num movimento contrário aos pinheiros europeus e, essas bandejas hexagonais, encantariam Baudelaire. A observada “virgem e solene paisagem” era majestosa e apresentava ordenamento inexplicável de um “uso imemorial”, de fato, nestas terras de silêncio e abandono, Lévi-Strauss entrou em contato com os “selvagens” no contexto de uma visita do SPI nas margens do rio Tibagy.²⁷¹ Para desencantamento e

²⁶⁸ Ibid., p. 449.

²⁶⁹ “[...] When the Aweikoma-Caingang killed a tapir they stewed "tapir grass" on it and placated its soul with friendly words lest it prevent other tapirs from being caught. [...]” Ibid., p. 452.

²⁷⁰ Ibid., p. 446 e 447.

²⁷¹ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 143.

“grande decepção” do antropólogo, os Kaingang não eram inteiramente “índios verdadeiros” e, menos ainda, os esperados “selvagens” meridionais.²⁷² Lévi-Strauss conheceu a “reserva São Jerônimo”, onde viviam aproximadamente 450 índios reunidos em vários povoados. Visitou as casas, observou as formas técnicas de vida, a preparação dos alimentos, percebeu que cultivavam pouco a terra enquanto que a caça, a pesca e a coleta eram ocupações essenciais. Contudo, sua narrativa não imergiu no universo cosmológico e mitológico, o antropólogo, não se debruçou acerca das representações sociais, as poucas palavras delegadas aos Kaingang parece ter servido de exemplo de povo que, em virtude da “franja pioneira”, dos contatos, acabou por se revestir de uma identidade que não rememorava os “selvagens” de outrora e menos ainda “índios verdadeiros.”²⁷³

Egon Schaden publicou *A origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingang* na Revista de Antropologia de São Paulo em 1953, da qual era diretor, em virtude de seu contato por alguns dias em julho de 1947 com os Kaingang do sertão paranaense próximo ao Baixo Iguaçu. Suas breves considerações foram tecidas principalmente a partir de seu “informante”, um velho chamado João Coelho, que se nominava entre os Kaingang de Xê, neto do afamado chefe Krin-Tã, da Campina do Cretã, entre os rios Chopin e Iguaçu. Por outro lado, suas análises e reflexões sobre o povo aparecem vivamente em *A representação do dualismo Kaingang no mito heróico tribal*, publicado em 1959.

Admitiu Schaden que não “[...]” possuímos, até o presente, nenhum estudo monográfico sobre a cultura dos Kaingang, mas somente observações esparsas em relatórios de missionários e sertanistas e em alguns poucos trabalhos de caráter científico.”²⁷⁴ Sua afirmação faz uma crítica aos poucos estudos consistentes sobre os Kaingang. O etnólogo se ocupou com a circularidade de informações sobre os Kaingang, conhecedor dos estudos realizados anteriormente, percebeu as incompreensões nas denominações em virtude da escassez de

²⁷² “[...] Mas, ao privarem de sua poesia a imagem ingênua que o etnólogo principiante forma de suas experiências futuras, davam-me uma lição de prudência e objetividade. Se encontrei-os menos intactos do que esperava, iria descobri-los mais secretos do que sua aparência poderia deixar supor. Eles ilustram plenamente essa situação sociológica que tende a se tornar exclusiva para o observador da segunda metade do século XX, de “primitivos” a quem a civilização foi imposta d modo brutal e pelos quais, uma vez vencido o perigo que supostamente representavam, em seguida nos desinteressamos.”Ibid., p. 144.

²⁷³ Ibid., p. 145 – 149.

²⁷⁴ SCHADEN, Egon. *A representação do dualismo Kaingang no mito heróico tribal*. In: SCHADEN, Egon. *A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil. Ensaio etno-sociológico*. Brasília: MEC/Serviço de Documentação, 1959. p. 103.

informação. Chegou a comentar que não “[...] sabemos até que ponto se deve admitir uma diferença cultural entre as várias hordas de Kaingang [...]”,²⁷⁵ pois certa confusão sobre as denominações tem origem nas lutas constantes entre as várias hordas que “[...] em parte devem ser atribuídas à oposição entre índios aldeados e não-aldeados.”²⁷⁶ Inspirado nos trabalhos de Nimuendajú e Baldus, Schaden confirma que os Kaingang se dividem em duas metades exógamas e patrilineares, porém, concorda com Baldus, de que cada uma está dividida em dois grupos: “[...] As designações Kadnyerú, Kamé e Votoro, usadas às vezes, na literatura, como nomes de tribos, são as denominações de três destes quatro grupos; o quarto é chamado Aniky.”²⁷⁷

As notícias incoerentes e contraditórias sobre a organização social conduz a um problema que para Schaden implica na existência de hostilidades entre as hordas indicando ausência de coesão tribal. Mabilde já chamava a atenção para a possibilidade dos Kaingang se destruírem em meio às guerras intestinais. Para Schaden este problema está relacionado com alguns elementos, como a tribo estar dividida em hordas, haver hostilidade entre hordas, ocorrer o rapto de mulheres, haver a prática da exogamia, existir uma divisão das metades em grupos aos quais se dão os mesmos nomes aplicados às hordas e, ainda, pela existência de diferentes grupos na mesma horda. Enfim, sua hipótese explicativa, afirma que esses elementos fazem parte de um “[...] estado de transição, ou, pelo menos, de ligação entre o rapto de mulheres e a instituição da exogamia [...]” na sociedade Kaingang.²⁷⁸ Presume-se desta interpretação, que Schaden chama de ousada, que os Kaingang, no momento que entraram em contato intermitente, e, posteriormente, em contato permanente com os não indígenas, no contexto das expedições de descobrimento e com a consolidação dos aldeamentos nos sertões

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Ibid., p. 104.

²⁷⁷ Egon Schaden afirma numa nota de rodapé da respectiva obra que estas divisões e subdivisões são pontuadas por Herbert Baldus e confirmadas por Loureiro Fernandes em sua obra *Os Caingangues de Palmas* de 1941. Convém destacar que a obra de Fernandes foi escrita enquanto diretor do Museu Paranaense. Fernandes visitou alguns Toldos do Paraná, e se propõe, neste estudo, a elaborar uma resenha histórica sobre os “atuais Caingangues de Palmas”. O diretor do Museu cita algumas falas de índios com quem manteve contato, mas sustenta sua “resenha histórica” na circularidade de informações oriundas de trabalhos desenvolvidos até então sobre os Kaingang, sobretudo nos de Cemitille, Borba e Baldus. Dessa forma, há certa dificuldade em saber quando a narrativa se refere às suas observações de campo, junto aos Kaingang, ou quando são de outros autores. Por conta disso, este trabalho não foi inserido para análise de etnografia e etnologia sobre os Kaingang. Ibid., p. 105.

²⁷⁸ Ibid., p. 106.

meridionais do Brasil, passaram por processos de transição e ressignificação sociocultural, alterando seu modo de vida e, conseqüentemente, a organização social. Se esse processo de transição foi em decorrência dos contatos ou já estavam emergindo autonomamente entre os grupos de Kaingang, não há como saber.²⁷⁹

Curt Nimuendajú, ao procurar compreender a organização social bem como sua divisão em metades narra o surgimento deste povo relacionado à terra. Os primeiros teriam saído de um buraco do chão, e neste contexto, teriam a cor da terra.²⁸⁰ Herbert Baldus afirma que a tradição Kaingang alude aos primeiros homens que saíram da terra, assim, para o etnólogo, os antigos Kaingang, como todos os “povos primitivos”, ocuparam-se com sua origem e a organização do mundo.²⁸¹ Porém, o etnólogo não menciona a explicação detalhada como fez Nimuendajú e Schaden sobre a origem do povo Kaingang, sua narrativa se detém aos hábitos, costumes e ao culto dos mortos. Sem embargo, o etnólogo Baldus comenta as pinturas ou marcas tribais do povo, feitas com pedaço de madeira de araucária carbonizada, assim, pintam de preto seus rostos conforme sua metade e grupo. Os *Votôro* pintam pequenos círculos no meio da testa e outro na bochecha, os *Kadnyerú* tem nos mesmos lugares um ponto grosso, enquanto que os *Aniky* tem do lado de cada olho dois riscos curtos paralelos, ainda dois riscos verticais e paralelos no meio da bochecha e um curto risco horizontal ao lado dos cantos da boca. Já os *Kamé* apresentam apenas um risco vertical em cada bochecha.²⁸² Para Nimuendajú,²⁸³ nos toldos do Yvaí a

²⁷⁹ Telemaco Borba narra em sua *Atualidade Indígena* de 1908 sobre as rixas internas entre os Kaingang: “[...] Os Kaingângues, a não serem dois pequenos grupos, um de Guarapuava e outro em Palmas, chefiados, este por Virí e aquele por Condá, nunca tiveram boa camaradagem, e, menos ainda amizade com os brancos; e, mesmo essa união, foi devida á guerra que os outros Kaingângues faziam áquelles dois chefes, por motivo de rixas particulares. BORBA, 1908, op. cit., p. 131.

²⁸⁰ “[...] Sairam em dois grupos, chefiados por dois irmãos por nome *Kañerú* e *Kamé*, sendo que aquele saiu primeiro. [...] Dizem que *Kañerú* e a sua gente toda eram de corpo fino, peludo, pés pequenos, ligeiros tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. *Kamé* e os seus companheiros, ao contrário, eram de corpo grosso, pés grandes, e vagarosos nos seus movimentos e resoluções. [...] O que pertence ao clã *Kañerú* é malhado, o que pertence ao clã *Kamé* é riscado.” NIMUENDAJÚ, op. cit., p. 58 e 59.

²⁸¹ Nas palavras de Baldus: “[...] A tradição dos Kaingang diz, além disso, que no princípio, tudo, menos os homens, já estavam na terra. Os Kaingang foram os primeiros homens. Eles eram macacos, mas não bugios; eram menores e mais pretos do que estes. Bugio eram os negros.” BALDUS, op. cit., p. 28.

²⁸² *Ibid.*, p. 19.

²⁸³ NIMUENDAJÚ, op. cit., p. 63.

pintura no corpo é feita com pó de carvão de canela (*Kamé*) ou pinheiro (*Kañerú*), mel e água.

Em *A origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingang*, Egon Schaden comenta que o velho Xê lhe narrou sobre a origem de sua gente e sobre as metades exogâmicas destacando a inundação e a emergência do povo do interior da terra.²⁸⁴ Em muitos relatos etnográficos, a cosmologia Kaingang, assim como a judaico-cristã, esteve baseada num Dilúvio, conforme destacou primeiramente Telemaco Borba em *Actualidade Indígena*.²⁸⁵ Por conseguinte, Schaden destacou sobre o dilúvio universal, narrado pelo seu informante, o velho X :

X  contou-me também o mito do dilúvio universal: Muitos  ndios morreram na grande enchente que houve por êstes sertões. Escapou somente um casal de irmãos, pequenos ainda. Eram do grupo dos Kamé. O casalzinho foi nadando, foi nadando até a uma serra muito alta, que se chama Krim-Takr . Os dois subiram ao alto da enchente, desceram ao chão. Casaram-se então os dois, o irmão com a irmã, e os índios tornaram a aumentar. Fizeram fogo, pois já conheciam o cipó que d  fogo. Depois de aumentar o número dos filhos, o casal, antes de morrer, restabeleceu a divisão em dois grupos: os Kamé, que são mais fortes, e os Kanher , que são menos fortes. Dividiram-nos para arranjar os casamentos entre êles. Depois de aumentarem mais, os índios restauraram também a divisão em

²⁸⁴ “Os primeiros Kaingang foram Filt n e o ‘iambr ’ [cunhado] dele. Viveram muito, muito tempo antes da grande chuva que provocou a inunda o de todo o mundo. Filt n era o chefe dos Kanher  e o outro dos Kamé. Vieram do interior da terra. O chão tremeu e houve um estouro. Enxergaram a claridade e saíram de dentro da terra. A princípio eram dois grupos somente, mas ao chegarem   superfície da terra fizeram também a divisão em Votôro e Venhiky, por causa das festas que iam realizar.” SCHADEN, Egon. *A origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingáng*. *Revista de Antropologia*, São Paulo v.1, n. 2, dez. 1953. p. 140.

²⁸⁵ Em tempos idos, houve uma grande inunda o que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados. S  o cume da serra Crinjijimb  emergia das agoas. Os Caingangues, Cayurucr s e Camés nadavam em dire o a Ella levando na boca achas de lenha acendidas. Os Cayurucr s e Camés cansados, afogaram-se; suas almas foram morar no centro da serra. Os Caingangues e alguns poucos Curutons, alcançaram a custo o cume de Crinjijimb , onde ficaram, uns no solo, e outros, por exigüidade de local, seguros aos galhos das árvores; e ali passaram muitos dias sem que as  goras baixassem e sem comer, já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a   agoa que se retirava lentamente. [...]” BORBA, 1908, op. cit., p. 20.

Votôro e Vanhiký. Os Votôro têm a fôrça dos Kanherú e os Vanhiký a dos Kamé.²⁸⁶

Assim, Egon Schaden está convencido de que a questão central da elaboração cultural dos Kaingang é a vida religiosa, situada no culto aos mortos e na organização da comunidade em grupos de parentesco. Para Baldus a “vida sedentária” faculta o culto aos mortos que se constitui na base e expressão mais forte da cultura espiritual dos Kaingang. Na concepção de Schaden o mito tribal é ao mesmo tempo o mito heróico, a dualidade *Kayurukré-Kamé* que divide a tribo em clãs (metades exógamas) se sustenta no mito dos irmãos ancestrais. Por outro lado, afirma que os Kaingang não explicam a criação do mundo, apenas que os primeiros homens saíram da terra, mas destaca que o mito tribal está relacionado com alguns “acidentes geográficos do Brasil meridional” como a Serra do Mar.²⁸⁷ Para o antropólogo e etnólogo é “[...] indiscutível o papel da mitologia dos Kaingang como expressão e justificação e importantes elementos da vida social.”²⁸⁸

2.4 O povo Kaingang e as relações com o ambiente nas narrativas de etnografia e etnologia

As relações entre sociedade e ambiente descritas nas etnografias, ou, mais especificamente, entre homem e natureza, constituem formas de balizar as aproximações tecidas pelos Kaingang com o território e a territorialidade. Considerando que o ambiente e/ou natureza apresentam papel significativo nas narrativas etnográficas e nas análises em etnologia acerca da cosmologia e da mitologia Kaingang, em que pese à complexa existência dos universos humano, natural e sobrenatural se complementando e interpenetrando nas descrições, as relações estabelecidas pelo povo com o território e territorialidade fundamentaram o *habitus* social, haja vista que desde o nascimento até a morte a analogia e a afinidade com o espaço e seus elementos marcaram a trajetória histórica.

Se a “[...] ‘civilização humana’ era uma expressão virtualmente sinônima na conquista da natureza [...]” como destaca Keith Thomas,²⁸⁹

²⁸⁶ SCHADEN, 1953, op. cit., p. 140.

²⁸⁷ Id., 1959, p. 111.

²⁸⁸ Ibid., 1959, p. 112.

²⁸⁹ THOMAS, op. cit., p. 33.

assim como o “[...] controle sobre a natureza era o ideal conscientemente proclamado dos primeiros cientistas modernos”,²⁹⁰ a autoridade humana sobre o mundo natural não se apresenta da mesma forma entre os Kaingang. Ao percorrer as análises em etnologia Kaingang é perceptível que entre homem e terra existe certa unicidade na explicação mítica, os Kaingang nasceram de um buraco do chão, por isso possuem a cor da terra. Herbert Baldus cita as palavras de um chefe Kaingang de Palmas, chamado Koikang, que dizia: “[...] A terra pariu-nos e come-nos”.²⁹¹

As narrativas mitológicas e cosmológicas fazem parte da percepção de si, do grupo, do mundo e de alteridade, na acepção de Aracy Lopes da Silva, os mitos se articulam à vida, aos rituais, à história, à filosofia própria do grupo com categorias de pensamento específicas sobre a pessoa humana, o cosmos, o espaço e o tempo, por outro lado, as cosmologias “são teorias do mundo”, situam o local que o povo ocupa no cenário total e revelam a interdependência e a reciprocidade em relação ao “outro” (natureza, inimigos, mortos, espíritos).²⁹² Os Kaingang associam o seu nascer e sua cor à terra, outros povos ameríndios, como os amazônicos, relatam seus mitos e cosmologias de origem do povo e do mundo a partir das águas (rios, oceanos) e/ou mesmo de animais (Cobra Grande).²⁹³

Curt Nimuendajú, no mito de origem Kaingang remete aos dois irmãos *Kañerú* e *Kamé* que povoaram a terra com seus descendentes e fizeram todas as plantas e animais. Portanto, a explicação mitológica de origem do homem Kaingang, ancorada nas metades (dualismo), serve também para denominar o mundo natural e sobrenatural: “[...] Como foram estes dois irmãos que fizeram todas as plantas e animais, e que povoaram a terra com os seus descendentes, não há nada neste mundo fora da terra, dos céus, da água e do fogo, que não pertença ou ao clã *Kañerú* ou o de *Kamé*. [...]”.²⁹⁴

Baldus afirma que os Kaingang comumente utilizam a palavra “alma” para falar da vida dos homens depois da morte. Na compreensão do etnólogo, tanto a cultura espiritual como a cultura material nasceram

²⁹⁰ Ibid., p. 37 e 38.

²⁹¹ BALDUS, op. cit., p. 21.

²⁹² SILVA, Aracy Lopes da. *Mitos e cosmologias indígenas no Brasil*: breve introdução. In: GRUPIONI, L. D. (Org.). *Índios no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000. p. 75.

²⁹³ Ver VIDAL, Lux. *A Cobra Grande*. Uma introdução à cosmologia dos Povos Indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque, Amapá. 2 ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2009.

²⁹⁴ NIMUENDAJÚ, op. cit., p. 59.

da necessidade de defesa contra as ameaças do meio: “[...] naquela, as necessidades do corpo; nestas, as necessidades da alma; numa, o medo da fome, da sede, das intempéries e dos vizinhos inimigos; noutra, o medo do incompreensível.”²⁹⁵ Assim se evidencia a corporalidade Kaingang, pautada no mundo humano, natural e sobrenatural.²⁹⁶ Ademais, o etnólogo parece se preocupar em sua narrativa com a situação social e organizacional dos Kaingang de Lontras em Palmas (PR). Descreve que não mais dormem no chão como outrora, mas como se vestem, do que se alimentam, como são bons flecheiros e hábeis em preparar armadilhas, destaca também certa crise em relação ao setor da erva-mate, da qual estava baseado o sustento Kaingang.

Talvez influenciado pelas palavras dos seus narradores, Baldus escreve “[...] ‘Se ninguém nos ajuda, temos de voltar à nossa vida antiga.’ Mas mesmo tal saída já lhes é impossível; e, por isso, essa declaração dos Kaingang não é senão um grito de desespero.”²⁹⁷ Dessa forma, num tom fatalista, profetisa: “[...] Os habitantes do Toldo das Lontras e arredores estão fadados a extinguir-se.”²⁹⁸ Tais palavras grafadas em 1937 permitem compreender que o olhar do etnólogo estava imerso em um contexto de pessimismo e desalento em relação aos povos indígenas. Pessimismo esse que também se apresentou nos trabalhos de Borba, no já citado Ihering, da mesma forma como entre outros intelectuais do final do século XIX e princípio do século XX, ancorados na crença da extinção e do desaparecimento dos índios no Brasil.

Egon Schaden, na esteira de Nimuendajú, destaca que os Kaingang tem uma visão de mundo ancorada no caráter de um genuíno dualismo, por certo, dividem todo o mundo social e a natureza nos seus dois clãs: “[...] A divisão em clãs é o fio vermelho que se estende por toda a vida social e religiosa dessa tribo”.²⁹⁹ *Kamé* e *Kañerú* representa para Nimuendajú o “[...] fio vermelho que passa por toda a vida social e religiosa desta nação.”³⁰⁰ Assim, sobre os heróis criadores, na mitologia

²⁹⁵ BALDUS, op. cit., p. 21 e 22.

²⁹⁶ Em sua tese *Cosmologia e práticas rituais Kaingáng*, defendida em 2000, a antropóloga Juracilda Veiga analisa o mundo dos vivos, o mundo dos mortos e o mundo dos não-humanos. Por ora, pode-se pensar o mundo dos vivos como o mundo humano, o mundo dos não-humanos como o mundo natural e o mundo dos mortos como o mundo sobrenatural. VEIGA, 2000, op. cit..

²⁹⁷ BALDUS, op. cit., p. 15.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ SCHADEN, 1959, op. cit., p. 110.

³⁰⁰ NIMUENDAJÚ, op. cit., p. 60.

Kaingang, enquanto “[...] Kayurukrê cria certo número de animais, Kamé se põe a fazer outros para combater os do companheiro”.³⁰¹ Existe uma complementaridade neste dualismo.

As significativas transformações das sociedades ocidentalizadas ao longo do período moderno permitem inferir o quão difícil foi e é desemaranhar o que se pensava sobre as plantas e os animais daquilo que as sociedades entendiam de si mesmas. Paulatinamente, animais e plantas passaram a ser maleáveis à civilização humana, e esta última, sinônimo de conquista da natureza. Assumiu-se uma polaridade entre homem e animal, e neste contexto, elaborou-se a convicção de que o homem e a humanidade eram formas de vida mais elaboradas. Forjou-se uma diferença qualitativa entre o homem – belo e perfeito – e os seres brutos. A sociedade ocidental, permeada pelo processo civilizador bem descrito por Norbert Elias, passou a evitar os impulsos animais, estabeleceu delineadas fronteiras e apartou-se de associações animais indesejáveis, como estalar os lábios como um cavalo, engolir a comida sem mastigar e lambe o prato como um felino. O mesmo se pode dizer quanto aparência física, o homem não deveria ter o cabelo indevidamente longo, “[...] ‘Os bichos são mais peludos que o homem’ escrevia Bacon, ‘e os homens selvagens mais que os civilizados’”.³⁰²

A nudez também foi compreendida como forma de bestialidade, a vestimenta bem como o ato de cozinhar eram atributos exclusivos da humanidade. Aos poucos foram tecidas as regras de conduta e expressão corporal, desaprovando-se as relações de proximidade com os animais. É neste contexto que os agricultores colocaram os animais para fora de suas casas, censurando as relações de proximidade com os animais.³⁰³ Assim se forma o conceito de animalidade, existiam os seres humanos inferiores. Thomas esclarece que a cultura era vista como necessária ao homem, capaz de distinguir entre homem, sub-humano e semi-animal, assim, se domesticavam plantas e animais. A relação com os animais proporcionava uma reserva inesgotável de significados simbólicos, utilizar a expressão “animal” para xingar alguém passou a fazer parte do discurso cotidiano, com isso, o homem que não evidenciasse qualidades seria considerado sub-humano ou semi-animal. Entre os séculos XVII e

³⁰¹ SCHADEN, 1959, op. cit., p. 113.

³⁰² THOMAS, op. cit., p. 51.

³⁰³ De acordo com Thomas, foi a partir do período moderno que a maior parte dos agricultores colocaram os animais para fora de suas casas. *Ibid.*, p. 53.

XVIII, muitos discursos sobre a “natureza animal dos negros” evidenciava sua sexualidade animalesca e brutal.

Não é mera coincidência o desenvolvimento de um sistema de classificação na história natural para os animais e a vegetação a partir do período moderno. Os estudos científicos da modernidade minaram e/ou suplantaram os conhecimentos antigos que se tinham sobre o mundo natural, ainda assim, os primeiros zoólogos modernos herdaram de Aristóteles a prática de classificação em estrutura anatômica, *habitat* e modo de reprodução. As plantas foram estudadas, sobretudo, por meio de seus usos humanos, distinguindo-se pelo cheiro, gosto, comestibilidade e, principalmente, em virtude de seu valor medicinal, nas palavras de Thomas, não é por acaso que “[...] praticamente todos os primeiros botânicos foram médicos ou boticários, preocupados com os usos e ‘virtudes’ das plantas.”³⁰⁴ É neste contexto que o Novo Mundo se abriu diante dos olhos dos naturalistas como um mundo repleto de “jardins medicinais”.

A efervescência das ciências naturais mobilizou para a terra *brasilis* viajantes e naturalistas. O Brasil se colocou como um verdadeiro laboratório *in natura* ou mesmo como um gabinete de curiosidades, seja por abrigar uma biodiversidade em sua faunística e florística, quanto por apresentar à Europa seres tão distintos e exóticos como são as sociedades indígenas. O interesse em nossa natureza não domesticada e selvagem explicaria porque tantas plantas americanas e brasileiras foram nomeadas e patenteadas por cientistas estrangeiros. Os animais, assim como as plantas, também foram alvo de uma classificação antropocêntrica. Entre 1500 a 1800 foram separados em três categorias binárias, comestíveis e não-comestíveis, ferozes e mansos (selvagem e domesticado) e, por fim, em úteis e inúteis (para os homens). Criou-se um consenso de que era proibido matar animais indispensáveis ao trabalho. Havia uma tendência muito antiga em encontrar qualidades humanas socialmente relevantes nos animais. No que se refere à classificação das plantas, foi o sueco Lineu quem desenvolveu um sistema em 1735 capaz de considerar número, situação e proporção dos elementos de frutificação, estames e pistilos. O sistema lineano que passou a vigorar na Inglaterra do século XVIII associava padrões naturais às tendências antropomórficas, o “reino vegetal” estava dividido em “tribos” e “nações”, as gramíneas em “plebéias”, os lírios

³⁰⁴ Ibid., p. 73.

em “patricios”, as turfeiras em “servos”, os gladiolos em “escravos” e os fungos em “vagabundos”.³⁰⁵

Por consequência, aos poucos se substituiu a descrição das plantas por utilidade, abundância, dimensão, cheiro e cor para classificá-las na disposição e na forma das partes da flor e da raiz. Com isso, no final do século XVIII a botânica deixava de ser apenas um ramo da medicina.³⁰⁶ A zoologia, apesar da influência de Aristóteles, começou a dar mais atenção a anatomia interna dos animais, a categoria selvagem e manso chegou a ser abandonada, assim, no século XIX o modo de classificação lineano deu lugar a outra dinâmica na ciência biológica, a conhecida descendência como critério essencial. Aos poucos a taxonomia neutra substituiu os métodos de classificação antropocêntricos e de cunho popular. A nomenclatura lineana aumentou o abismo entre os modos popular e erudito de ver o mundo da natureza com a introdução de uma nova terminologia latina. Lineu indicou que cada planta deveria ter dois nomes latinos, um indicando o gênero e o outro a espécie.³⁰⁷

Uma das plantas mais exuberantes da flora dos campos meridionais brasileiros, significativa nas práticas sociais e culturais do povo Kaingang, a conífera *Araucaria angustifolia* Bert. (O.) Kuntze 1898, é também conhecida como pinheiro-do-Paraná, pinheiro-brasileiro, entre tantos outros nomes regionais que recebe. Ela pertence à classe *Coniferopsida*, da ordem *Coniferae* e à família *Araucariaceae*. Dos três gêneros que compõem a família moderna, a Araucária é mais diversificada e abundante, estando subdivida em quatro seções, sendo que *A. angustifolia* juntamente com a *A. araucana* representam as espécies que pertencem à seção exclusiva da América do Sul *Columbea* (ou *Araucaria*).³⁰⁸ O nome Araucária deriva de Arauco, região do Chile, sendo que seu nome específico em latim angustifolia vem de *angustus*, que significa estreito e pontudo enquanto que *folium* provém de folha.³⁰⁹ Portanto, seguindo a classificação de Lineu para o pinheiro: *Araucaria* é o gênero, enquanto que *angustifolia* é sua espécie.

³⁰⁵ Ibid., p. 92.

³⁰⁶ Ibid., p. 93.

³⁰⁷ Ibid., p. 93, 120 e 121.

³⁰⁸ DUTRA, Tânia Lindner; STRANZ, Anamaria. *História das Araucariaceae: a contribuição dos fósseis para o entendimento das adaptações modernas da família no Hemisfério Sul, com vistas a seu manejo e conservação*. In RONCHI, L. H.; COELHO, O. G. W. (Org.). *Tecnologia, diagnóstico e planejamento ambiental*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003. p. 293-351.

³⁰⁹ CARVALHO, Paulo E. R. Pinheiro-do-Paraná. *Circular técnica 60*, EMBRAPA, nov. 2002. Disponível em:

Figura 8: Os Coroado ao lado do rio e debaixo das Araucárias são recebidos no abarracamento luso-brasileiro, elaborado por Joaquim José de Miranda, século XVIII



Fonte: Estampas 28, “aparecem os Índios defronte do abarracamento, chegam ao rio e vão passando, recebe-os o Tenente Coronel, e os mais Camaradas com muito gosto.” In: AMOROSO, 2003, op. cit., p. 80.

Na Figura 8 os índios Coroado estão sob as Araucárias, espécie grandemente associada a eles. Os Kaingang situavam-se, e, ainda que reduzidos em TIs, situam-se nos mesmos espaços em que incide a conífera. O fruto da Araucária, o pinhão, é considerado uma das bases alimentares do povo, ademais, sua madeira foi muito utilizada em várias instâncias da vida, bem como na elaboração de bebidas fundamentais no contexto das práticas ritualísticas.

Ao longo do período moderno o dito progresso da humanidade ocorreu no sentido floresta para o campo, somente “[...] se retirando das florestas os homens seriam levados à civilidade”.³¹⁰ Não parece casual e nem apenas de cunho econômico e religioso que os povos indígenas

<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/304455/1/CT0060.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.

³¹⁰ THOMAS, op. cit., p. 276.

fossem constantemente encaminhados à força ou atraídos dos matos, florestas e brenhas dos sertões brasileiros para os aldeamentos dispostos nas proximidades das vilas, cidades e povoados luso-brasileiros. O processo de povoamento do oeste catarinense seguiu esta lógica acusada por Thomas num movimento da floresta à civilização. Os modelos de desenvolvimento construídos pelos estados nacionais europeus para a dominação da natureza inspiraram o povoamento das fronteiras dos sertões do sul do Brasil. A introdução de colonos europeus, provenientes da imigração transatlântica, poderia transformar áreas de florestas em campos domesticados e agricultáveis. Nada mais compatível com esta lógica do que colocar imigrantes de tradição europeia para domesticar os sertões meridionais. Cabia aos índios, nesse contexto, aldear-se e perder gradativamente a mobilidade pelas diversas florestas. Não é mera coincidência que as terras indígenas brasileiras –, sobretudo àquelas situadas em contextos regionais onde a floresta virou madeira e dinheiro –, foram alvo de interesse e cobiça da sociedade regional devido ao seu potencial bioenergético e econômico.

Se as matas eram concebidas como obstáculo ao progresso humano, o reflorestamento ordenado e organizado era considerado como domesticação. No mundo contemporâneo, o filósofo Philippe Descola esclarece que a sensibilidade em relação aos animais encaminha-se na direção de protegê-los, outorgando direitos e estendendo a esta classe de seres os princípios jurídicos que regem as pessoas, mas isso não significa que se tenha superado a separação moderna entre natureza e sociedade.³¹¹ O dualismo moderno ocidental que distribui em dois domínios a sociedade, humanos e não-humanos, não se apresenta com o mesmo sentido para os povos ameríndios. As cosmologias amazônicas, segundo Descola, estabelecem diferença de grau entre homens, animais e plantas. No caso dos Achuar da Amazônia equatoriana as plantas e animais possuem alma como os homens, portanto consciência reflexiva e intencionalidade.

Nimuendajú afirma que por ter um caráter “belicoso e violento”, o povo Kaingang simpatiza com animais carnívoros, aves de rapina e peixes vorazes, sobretudo com o jaguar. Assim, as duas metades se identificam com o jaguar, *Kañerú* é parente do jaguar *acanguçú*, de malhas miúdas, *Kamé* é do jaguar *fagnareté*, de malhas grandes. Por outro lado, os Guarani, tem no jaguar a verdadeira “personificação do

³¹¹ DESCOLA, Philippe. Estrutura ou Sentimento: A Relação com o Animal na Amazônia. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1998. p. 25.

mal”, da “força bruta e estúpida”.³¹² Continua o etnólogo: “[...] O jaguar é Kaingang, forte, valente, e os Kaingang são jaguares. [...]”,³¹³ assim, “Os jaguares têm o seu dono no mato *migtán* (*mi* = jaguar, *g* = conjugação, *tán* = dono). É um ente daqueles invisíveis e imortais que só os rezadores e sonhadores enxergam e visitam nos seus sonhos. Dizem que ele é bem alvo e bonito e que ele aparece às vezes como gente [...]”.³¹⁴

Na concepção Kaingang sobre o ambiente aparece tanto os seres naturais quanto os sobrenaturais, nas matas vivem os seres animais, vegetais e sobrenaturais. No mundo visível encontra-se também o mundo invisível: “[...] na concepção Kaingang, a natureza não é inerte ou neutra”.³¹⁵ Nimuendajú narra que na natureza e na sociedade todos os elementos são classificados como pertencentes aos clãs, assim, o temperamento, os traços físicos ou as pintas indicam as marcas tribais. No contexto religioso e dos feiticeiros somente se extraem materiais da natureza, animais e vegetais, quando estes se relacionam ao clã e pinta, isso ocorre na caça e na guerra também. É preciso observar essa divisão:

[...] O Kaingang reconhece estas pintas tanto no couro dos animais como nas penas dos passarinhos, como também na casca, nas folhas, ou na madeira das plantas. Das duas qualidades da onça pintada, o acanguçu é *Kañerú*, o fagnareté é *Kamé*. A piava é *Kañerú*, por isso ela vai também adiante na piracema. O dourado é *Kamé*. O pinheiro é *Kañerú*, o cedro é *Kamé* etc.³¹⁶

Tal analogia entre sociedade e natureza permite suscitar a hipótese de que a corporalidade Kaingang realiza uma introspecção das diferenças ecológicas, de organização social e cosmológica no contexto dos mundos humano, natural e sobrenatural.³¹⁷ A natureza não se

³¹² NIMUENDAJÚ, op. cit., p. 71 e 72.

³¹³ NIMUENDAJÚ, op. cit., p. 72.

³¹⁴ NIMUENDAJÚ, op. cit., p. 73. De acordo com Crépeau os Kaingáng distinguem os “saberes guiados” dos “saberes não-guiados”; os primeiros correspondem às práticas do xamã *kujã*, com auxílio de não humanos, assistidos por um animal-auxiliar. O segundo grupo se refere ao curandeiro que é auxiliado pelos santos do panteão do catolicismo popular regional. A antropóloga Kimiye Tommasino explica que nessa concepção, o indivíduo Kaingang adquire as qualidades do *yangré*, espírito animal e guia do *kujã*, assim, ele é constitutivo da pessoa. CRÉPEAU, op. cit., p. 118. TOMMASINO, 2004, op. cit., p. 155.

³¹⁵ TOMMASINO, 2004, op. cit., p. 160.

³¹⁶ NIMUENDAJÚ, op. cit., p. 59.

³¹⁷ De acordo com Seeger, da Matta e Viveiros de Castro para as sociedades Jê, Xinguana e Tukano o lugar da corporalidade pode ser inflectido para as diferenças ecológicas, de

apresentou da mesma forma para europeus e ameríndios, haja vista que as sociedades ocidentais europeias demonstraram dificuldades para compreender o homem como integrante ou elemento que compõe a natureza. Sem embargo, os indígenas já foram pensados em seu “estado de natureza” como “bons selvagens”, habitantes de florestas distantes, autóctones, “silvícolas”, “bravios” e “gentios” a serem “civilizados”, “aculturados” e “assimilados”, detentores de uma natureza personificada. Natureza e sociedade, corpo e alma “[...] não correspondem a substantivos, entidades auto-subsistentes ou províncias ontológicas, mas a pronomes ou perspectivas fenomenológicas”.³¹⁸

Schaden quando descreve a partir de Baldus o *veingréinyã*, uma grande festa anual que se realiza na época em que o milho está verde e os pinhões amadurecendo – conhecida e descrita por outros etnólogos como o culto aos mortos: *Kiki-koia* –, ele sublinha o papel importante que desempenha a dança, mas sobretudo as relações com os animais:

[...] Antigamente, diz o mito, eram monótonas as festas dos Kaingáng, pois estes não sabiam cantar nem dançar. [...] Só depois de algumas luas Kayuruké descobriu que o seu mestre era o tamanduá-mirim; quis matá-lo com o seu cacête, quando o animal, pondo-se de pé, começou a cantar as modas que êles haviam aprendido.³¹⁹

Assim, Schaden pondera que o animal apresenta-se como genuíno herói civilizador:

[...] Essa parte do mito nos leva novamente à consideração de outro problema: a relação entre os homens e o mundo dos animais. Aqui o tamanduá aparece como genuíno herói civilizador, mais ou menos como o veado, que na mitologia bakairi figura como mestre de Keri, a quem ensina a extração do veneno da mandioca.³²⁰

No *veingréinyã*, a coletividade se manifesta contra a ameaça do poder sobrenatural do defunto. Schaden talvez tenha sido um dos primeiros antropólogos a reconhecer que as relações entre homem e

organização social e cosmológicas. SEEGER, A.; DA MATTA, R.; VIVEIROS DE CASTRO, E. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, 1979. p. 12.

³¹⁸ VIVEIROS DE CASTRO, op. cit., p. 132.

³¹⁹ SCHADEN, 1959, op. cit., p. 14 e 115.

³²⁰ *Ibid.*, p. 115.

natureza para os Kaingang não obedecem a mesma lógica ocidental. Suas palavras indicam que houve em algum momento da narrativa mitológica uma diferenciação, isso explica, por exemplo, porque homens andam no chão e macacos nas árvores.³²¹

O culto aos mortos dos Kaingang foi a discussão central na análise de Baldus, porém, as etnografias anteriores já o haviam mencionado. Cemitille usa a expressão “festa dos mortos”, e explica como era a preparação, comenta que costumavam preparar uma bebida embriagante chamada *Aquiqui* “[...] pouco agradável ao paladar da gente civilizada [...]”,³²² a partir do milho e do pinhão, assim, preparam

[...] as bebidas destinadas a essa festa mettem o milho e o pinhão juntamente com agua em grandes panellas de barro, e perto do fogo os moem com os dentes para mais depressa fazel-os fermentar; depois misturam o caldo do milho com mel, formando por este processo uma bebida embriagante [...]³²³

O capuchinho ainda comenta que o enterro acontece depois de oito dias, a partir de um sinal de busina, reúnem-se na cabana dos parentes do falecido, e com o corpo pintado de preto, entram em silêncio, sentam-se numa roda que se estende de um lado ao outro da cabana em frente ao fogo, na forma de duas fileiras face a face. As mulheres com a função de chorar, sentam-se atrás dos homens quando o cacique entoa uma “cantiga monótona”, os homens oferecem comida e *aquiqui* aos convidados. Assim, cantam e dançam entorno do fogo, formando nas palavras do frei, uma “cena” “animada” e “pitoresca”,

[...] uma scena animada e pitoresca o movimento dos corpos acompanhando com as mudanças dos passos de certeza admiravel [...] continuam com este folguedo até acabar-se o *aquiqui*, o que geralmente não passa de cinco a seis horas; durante este briquedo alguns delles ficam

³²¹ “Um certo sentimento de parentesco ou afinidade com o mundo animal exprime-se também na crença [...] de que os primeiros Kaingáng eram homens e macacos a um tempo: daqueles que durante o dilúvio se refugiaram sôbre a terra, no cume *Krinjjimbé*, descendem os Kaingáng, os que se haviam agarrado às árvores continuaram como macacos. Não se pode dizer que os homens descendam dos macacos, ou vice-versa; o dilúvio aparece tão somente como fator de diferenciação dos avoengos intermediários, i é, a um tempo ‘homens’ e ‘animais’: é pelo fato de os homens viverem sobre o chão e os simios sôbre as árvores que se estabelece a distinção primordial entre uns e outros.[...]”. Ibid., p. 116.

³²² CEMITILLE, op. cit., p. 263.

³²³ Idem.

embriagados e lançam o *aquiqui* ao fogo; mas estes são amarrados para não fazerem dano aos mais, e quando acontece que alguma mulher fica neste estado, serve de caçoadas a todos, até crianças. Dessa maneira acaba a dança, e todos suados e sujos de cinzas e fumaça procuram o rio para se lavarem e dissiparem os vapores do aquiqui.³²⁴

Cemitille, como também observou Baldus, comenta que as festas dos mortos ocorre geralmente “[...] no tempo do milho verde [...]”³²⁵ quando mandam convidar outros caciques para participar e dessa forma, pintam-se e se enfeitam com penas. O frei destaca certa disposição para a domesticação de bichos e aves silvestres, sendo que o cão realmente é o animal predileto que lhes serve de companheiros em viagens e como auxiliar na caça.³²⁶ Porém, nas palavras do frei, os Kaingang não repartem sua caça morta com os cães, nem os ossos, isso para que estes estejam sempre estimulados e não se tornem preguiçosos:

[...] Gostam muito de facões, machados, tesouras ou qualquer ferro cortante; mas sobretudo mostram o maior empenho em obter cachorros; com estes caçam, mas depois da caça morta não repartem com os cães, nem mesmo os ossos, dependurando-os ou enterrando-os, para que não se tornem preguiçosos; por isso sempre andam estes magros e prestes a morrer de fome; entretanto quando lhe morre algum cão, lamentam e choram como si lhes tivesse morrido algum parente.³²⁷

³²⁴ Ibid., p. 264.

³²⁵ Ibid., p. 265.

³²⁶ Ibid., p. 258.

³²⁷ Ibid., p. 260.

Figura 9: O contato nos campos de Guarapuava entre os Coroados e alguns expedicionários da décima bandeira comandada por Afonso Botelho, elaborada por Joaquim José de Miranda, século XVIII



Fonte: Estampa 31, “cassadores encontrando os Índios no campo, e conversando com elles.” In: AMOROSO, 2003, op. cit., p. 83.

Por outro lado, o etnólogo Alfred Métraux sem mencionar quem é a sua fonte de informação, acusa que os Kaingang “[...] They never give them the bones of game animals to gnaw, taking great precaution lest the game be offended.”³²⁸ A Figura 9 apresenta na compreensão de Belluzzo e Piccoli uma cena de caçada no contexto europeu. Não há dúvida quanto à introdução de certas espécies exóticas no Brasil, com o povoamento veio também à biota portátil, e o cachorro é uma destas espécies. O que parece ter ocorrido é que assim como os europeus grandemente utilizavam o cão para auxílio na caça, os índios, seja por perceber tal prática, também empregaram a mesma função à espécie. Métraux explica que para treinar o faro dos cães, os Kaingang “[...] expunham à fumaça da pele queimada do animal que desejavam

³²⁸ MÉTRAUX, 1946, op. cit., p. 451.

caçar.”³²⁹ Telemaco Borba também observou a utilização dos cães nas caçadas, o sertanista informa que num grupo de dez a vinte indivíduos e [...] grande quantidade de cães, quase sempre magros; seguem o rastro da caça até della se approximarem; quando esta os percebe, soltam os cães e com grande alaridos acompanham-os até alcançal-as e matal-as. Se é caça grossa, anta (oyoro), tiram-lhe as entranhas, dão o sangue aos cães e deixam-a dentro d’agua [...].³³⁰

Na realidade, os cães vieram a integrar a vida doméstica Kaingang assim como outros animais já o faziam. Henrich Manizer destaca que no cotidiano, os animais domesticados que “pululavam” pelas casas eram “[...] todas as espécies possíveis de papagaios, quatis, macacos, saracuras, e mesmo pica-paus.”³³¹ Os Kaingang apresentavam “muita afeição” pelos animais domésticos, dando-lhes comida e água adoçada com mel para beber, nas palavras do expedicionário russo que faleceu de febre tifóide na frente ocidental da Primeira Guerra Mundial, os Kaingang circulavam com tais animais pendurados no pescoço, ombro ou na cabeça dos donos em todos os momentos, sendo que as mulheres e as crianças tinham predileção aos macacos e quatis.

O conhecimento acerca do panteão faunístico e florístico da Mata Atlântica, desenvolvido ao longo de três mil anos de espacialização no sul do Brasil, integra o saber ecológico dos Kaingang, nas matas, nos capões, nos campos, nos banhados, lagos e proximidades dos rios, enfim, os rastros no chão e na vegetação, os cheiros, os indícios dos nichos de *habitat* e alimentação, a própria cadeia ecológica alimentar, indicam conforme ressalta Alain Corbin, que a paisagem pode ser apreendida e esquadrihada de diversas maneiras, para além da percepção visual, perspectiva ou espectral. Talvez seja neste contexto do entendimento do historiador que Telemaco Borba, assim como Juan Ambrosetti – por certo influenciado por Borba –, destacou em sua narrativa que os sentidos dos Kaingang são sensíveis e extraordinários. Nas palavras de Borba,

Teem a vista, o olfato e o ouvido de uma sensibilidade e delicadeza extraordinarias; enchergam à grande distancia, e lhes é cousa facilima o seguir pelo matto o rastro da caça, do

³²⁹ MÉTRAUX, 1979, op. cit., p.13.

³³⁰ BORBA, 1908, op. cit., p. 10.

³³¹ MANIZER, op. cit., p.17 e 18.

inimigo ou dos de sua gente. O seo olfato fez-lhe conhecer com certeza e distinguir a aproximação das cobras e outros animaes nocivos. Ouvem e distinguem, à distancia, o pizar macio e traíçoero do tigre.³³²

As análises em que Schaden relaciona os Kaingang com o mundo natural foram tecidas, principalmente, a partir dos trabalhos de Nimuendajú, Borba e Baldus. Por sua vez, Borba em *Actualidade Indígena* narra como os Kaingang aprenderam a dançar:

[...] *Cayurucré* que se sempre procurava descobrir quem seriam seos mestres de canto e dança, andando caçando, depois com um Tamandoá-mirim, (*Cacrekin*). Levantando o seo cacete para matal-o, o Tamandoá ficou de pé e principiou a cantar e danças as modas que elles tinham aprendido, Então conheceu *Cayurucré* que este tinha sido o seo mestre de canto e dança. Depois de dançar, o Tamandoá disse a *Cayurucré*: dá-me Téo cacete que eo quero examinal-o para te dizer a que sexo pertencerá o filho que tua mulher logo te dará. Deo-lh'ó *Cayurucré*, e elle depois de dançar disse: - eu fico com o cacete, Téo filho é homem.³³³

Essa passagem narrativa inspirou Schaden nas análises sobre as relações entre homem e natureza. As narrativas elaboradas por diferentes observadores e estudiosos sobre os Kaingang descrevem não somente o ambiente que circunda o *situs*, mas apresentam concepções diferenciadas da interação homem e natureza, sociedade e ambiente. É impossível discorrer sobre os Kaingang sem considerar o mundo humano, o mundo natural e o mundo sobrenatural. Essa interação pode ser indicada por muitos como utilitarista, mas deve-se considerar que cada grupo social tem autonomia e estabelece suas relações com o *situs*, com o espaço, de acordo com suas representações simbólicas de mundo. O rompimento destas relações foi concretizado pelas práticas tutelares e políticas indigenistas desenvolvidas pelo indigenismo brasileiro ao longo do século XX. Emergiram novas relações, as transformações da

³³² BORBA, 1908, op. cit., p. 08.

³³³ Ibid., p. 25.

ecologia humana impuseram a tecitura de outras sociabilidades no contexto do modo de vida e do *habitus* social Kaingang.

Capítulo III

3 INDIGENEIDADE DA PAISAGEM: NARRATIVAS KAINGANG DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ

Os encontros e desencontros no Brasil Meridional estão pautados nas narrativas de contato por meio da conquista, da missionação, da exploração, mas também pelas narrativas de etnografia e de etnologia. Por outro lado, as narrativas Kaingang de memória da Terra Indígena Xapecó se sustentam nas lembranças e nas reminiscências. O tempo das narrativas de cunho etnográfico – apresentadas no segundo capítulo – e o tempo das narrativas de memória Kaingang, que serão aqui apresentadas, alcançam mais de um século e permitem relacionar e comparar as memórias daqueles que observaram e escreveram sobre o outro com as narrativas daqueles que falam de si mesmos e identificam-se como Kaingang. O tempo vivido e o tempo universal repousam no tempo histórico, portanto, a história revela sua capacidade criadora de refiguração do tempo pela invenção e uso de certos instrumentos de pensamento, como o calendário, a transmissão geracional e o triplo reino dos predecessores, contemporâneos e sucessores, embora a história ainda recorra ao arquivo com seus documentos e rastros.³³⁴ Existe assim o tempo privado, o tempo público e o tempo anônimo. O tempo anônimo é o ponto mediano ou de articulação entre tempo fenomenológico e tempo cósmico. No tempo anônimo da experiência se localiza o mundo social cotidiano.³³⁵

Ademais, a gênese do anonimato está orientada pela tríade presente, passado e futuro, “[...] característica da relação interpessoal direta, a tríade do reino dos *contemporâneos*, do reino dos *predecessores* e do reino dos *sucessores*.”³³⁶ que por ora possibilita a mediação entre o tempo privado e o tempo público. A memória dos predecessores ou do mundo dos predecessores se refere ao antes do nascimento, assim, entre memória e passado histórico ou, tempo dos mortos, existe um recobrimento que ajuda na constituição de um tempo

³³⁴ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: São Paulo, 1997. v. 3. p. 179 e 180.

³³⁵ “Ora, a ampliação progressiva da esfera das relações interpessoais diretas para as relações anônimas toca todas as relações temporais ente passado, presente e futuro. Com efeito, a relação direta do eu ao tu e ao nós é desde o começo temporalmente estruturada: somos orientados, como agentes e pacientes da ação, para o passado rememorado, para o presente vivido e para o futuro antecipado da conduto da outro.” *Ibid.*, p. 191.

³³⁶ *Idem*.

anônimo, situado no meio do tempo privado e do tempo público.³³⁷ Aqui a fronteira que separa o passado histórico da memória individual apresenta a sua porosidade, como se a memória do antepassado estivesse em intersecção parcial com a memória de seus descendentes. Mas o discurso do historiador está embasado na morte e no que se refere ao “[...] lugar dos mortos na escrita da história. [...]”³³⁸ Lugar esse que se pretende ultrapassar em virtude da significação ambígua da morte para a história, a substituição dos mortos pelos vivos, assim a “[...] idéia de geração lembra com insistência que a história é a história dos mortais. [...]”³³⁹ Mas conclui que a história não pode ser eliminada do campo de atenção do historiador “[...] sob pena de fazer a história perder a sua qualidade histórica [...]”³⁴⁰

É neste contexto que as narrativas Kaingang da TI Xapecó podem ser suscitadas. Os contemporâneos indígenas são testemunhas da representação dos mortos, correspondentes dos ausentes da história, assombrando o presente histórico. Essa é a vertente simbólica da ideia de conexão entre o reino dos contemporâneos, predecessores e sucessores: existe um rastro entre antepassados e sucessores, circunscritos nas memórias narradas pelos vivos. Para Paul Ricoeur a noção de memória coletiva é uma noção difícil porquanto está desprovida de qualquer noção própria, mas a sua rejeição seria também o “[...] suicídio da história. [...]”³⁴¹ O rastro nada mais é do que aquilo que o senso comum explica.³⁴²

São essas instâncias de memória acerca do tempo histórico bem como as instâncias de memória da paisagem narradas pelos contemporâneos sobre seus predecessores, considerando seus sucessores, que serão aqui expostas, ponderando também que guardam o esquecimento e por ora o silêncio e suas significações. As reminiscências da experiência dos narradores Kaingang se referem não somente às suas próprias trajetórias no curso do tempo histórico, mas as experiências que foram delegadas pelas memórias dos mortos, repassadas pela experiência geracional ou tradição Kaingang. Ainda que

³³⁷ Explica claramente o filósofo, “[...] O exemplo canônico a esse respeito é o das narrativas escolhidas da boca dos antepassados: meu avô pode ter-me contando, na minha juventude, acontecimentos acerca de seres que não pude conhecer. [...]” Ibid., p. 193.

³³⁸ Ibid., p. 194.

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ Ibid., p. 195.

³⁴¹ Ibid., p. 199.

³⁴² “[...] há rastro porque *antes* um homem, um animal passou por aí; uma coisa agiu [...] o vestígio, a marca *indicam* o passado da passagem, a anterioridade do arranhão, do entalhe, sem *mostrar*, sem fazer aparecer, *aquilo* que passou por ali [...]” Ibid., p. 200.

sem a plena consciência dos vivos, as reminiscências emergem e irrompem nas narrativas sobre tempos pretéritos, mas significativos.

Dessa forma, se apresentam as narrativas Kaingang que atravessaram décadas e que representam os vínculos com as referências do tempo passado. Os narradores demonstram em seus percursos de vida a nostalgia, os anseios pessoais e coletivos, as tristezas e as alegrias, mas todas as narrativas confluem para o devir e suas implicações e desafios para as novas gerações. As narrativas situam no passado às referências de identidade, por outro lado, consideram que a transformação do modo de ser Kaingang está relacionado com as mudanças que ocorreram na TI Xapecó ao longo do século XX, principalmente as mudanças imputadas pelos “brancos” por intermédio do indigenismo brasileiro.

A memória da paisagem narrada pelos próprios Kaingang apresenta-se como o melhor exemplo de transfiguração e ressignificação das relações, ainda que os Kaingang fortaleçam a identidade, as práticas tutelares imputaram novos modos de vida. As narrativas de memória registradas para esta pesquisa por meio dos pressupostos teórico-metodológicos da História Oral permitem compreender a nostalgia e o saudosismo de um tempo que após ser ultrapassado e alterado não pode mais ser alcançado. Com a transformação das relações entre sociedade e ambiente, os saberes e os conhecimentos são supridos pela intervenção das práticas de assistência do Estado, inclusive, podem vir a não ser mais recorrentes e quicá elementos principais no contexto de vida Kaingang, sendo suplantados pelas novas formas de (sobre)vivência.

3.1 A tecitura das narrativas

As narrativas Kaingang analisadas foram registradas em campo ao longo dos anos 2011, 2012 e 2013 e estão norteadas pelos pressupostos teórico-metodológicos da História Oral.³⁴³ A pesquisa de

³⁴³ A História Oral, enquanto teoria e metodologia, permite no desenvolvimento da pesquisa a compreensão e a análise das narrativas Kaingang. Estabelece as ligações entre a história, a memória e a narrativa, haja vista que não considera somente as informações expostas enquanto relato, mas que busca compreender a narrativa enquanto construção localizada nos sujeitos e que ganha diversos contornos conforme a forma de narrar. Àquele que se comunica oralmente pode ser compreendido como narrador, orador, colaborador, depoente, testemunha, entrevistado, relator, enfim, independente da nomenclatura que se opte, filiada a um ou outro percurso intelectual, a trajetória da comunicação se constrói por meio de uma narrativa situada no presente a partir de memórias, lembranças, reminiscências, silêncios e esquecimentos propositais, intencionais ou não objetivados sobre o passado. Vários autores fundamentam esta pesquisa no que concerne aos pressupostos teórico-metodológicos, como: MEIHY, José Carlos

campo desenvolvida com a equipe do Laboratório de História Indígena/LABHIN/UFSC, coordenado pela professora Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold, foi construída desde as primeiras saídas de campo a TI Xaçecó no ano de 2010. O desenvolvimento da pesquisa somente foi possível mediante a apresentação da proposta de estudo e sua devida autorização na TI Xaçecó pelas lideranças da comunidade, na qual o cacique representa a maior autoridade. Ademais, a apresentação dessa proposta contou com a presença dos professores da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê, local onde o LABHIN/UFSC realiza diversos estudos de pesquisa e extensão no âmbito da educação escolar indígena, história e cultura Kaingang há mais de quinze anos.

Perscrutar a TI Xaçecó, com o “arquivo dos pés”, com o auxílio de todos os sentidos a partir da percepção da paisagem, foi o ponto inicial para conhecer os sujeitos dessa pesquisa e os elementos que compõe a paisagem da TI.³⁴⁴ Ambas as fontes, oral e documental, promovem a dialética do conhecimento acerca da memória da paisagem. Suas relações e seus entrecruzamentos possibilitam o diálogo das instâncias da narrativa oral com a narrativa documental.

José Carlos Sebe B. Meihy assim como Fabíola Holanda, entre outros, preferem utilizar o termo “colaborador”.³⁴⁵ Muitos são os estudiosos que trabalham com a oralidade e que se utilizam do termo “entrevista”, “entrevistado”, “entrevistador”, às vezes até “informante”, como faz Paul Thompson quando se direciona à “voz do passado”.³⁴⁶ Da mesma forma fazem Sônia Maria de Freitas,³⁴⁷ Marieta de Moraes Ferreira, Janaína Amado,³⁴⁸ Verena Alberti,³⁴⁹ entre outros, que diversas

Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007. PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997. FREITAS, Sônia Maria. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

³⁴⁴ A expressão “arquivo dos pés” foi cunhada pelo historiador Simon Schama. SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 33 e 34.

³⁴⁵ MEIHY, op. cit., p. 53. HOLANDA, Fabíola. Construção de narrativas em história oral: em busca dos narradores plenos. *Oralidades*, São Paulo, v. 6, jul./dez. 2009. p. 16. Disponível em: http://oralid.vitis.uspnet.usp.br/images/stories/edicoes/06/06_linha_e_ponto.pdf. Acesso em 25 set. 2012.

³⁴⁶ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 254 – 278.

³⁴⁷ FREITAS, op. cit..

³⁴⁸ FERREIRA e AMADO, op. cit., p. 12 – 25.

³⁴⁹ ALBERTI, 2005, op. cit.; ALBERTI, 2004, op. cit..

vezes se referem ao “entrevistado” e a “entrevista”. Ademais, as ciências humanas e sociais em geral quando trabalham com a oralidade referenciam-se às noções de “entrevistado”, “entrevista individual”, “entrevista grupal”, “entrevista narrativa” num contexto de pesquisa qualitativa.³⁵⁰ Por outro, a escolha aqui de nominar àquele que se expressa, se comunica oralmente como “narrador”,³⁵¹ ainda que num sentido de entrevista, tem inspiração em Walter Benjamin.³⁵²

Há basicamente três gêneros em História Oral: a história oral de vida, a história oral temática e a tradição oral.³⁵³ Optou-se por desenvolver a história oral temática que tem um foco central de narrativa, em geral, se baseia na existência de um questionário ou roteiro base que estabelece critérios de abordagem de temas,³⁵⁴ esclarece as situações conflitantes, polêmicas e contraditórias, visto que a história oral temática não abrange necessariamente a totalidade da existência do narrador.³⁵⁵ Na passagem do oral para o escrito, estabelece-se a questão da transcrição, textualização e transcrição. Optou-se nesta tese por utilizar a textualização, que permite eliminar palavras e expressões sem sentido semântico com vistas a facilitar a compreensão do contexto (texto) narrativo, bem como transformar a palavra oral numa palavra escrita sem perder a originalidade e identidade do narrador.³⁵⁶

As narrativas orais Kaingang de história, memória e paisagem da TI Xapecó estão situadas tanto nas lembranças como nas reminiscências individuais, embora, pautadas nas referências coletivas. Os narradores são reconhecidos na comunidade pela sua atuação, experiência e

³⁵⁰ BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

³⁵¹ Outros historiadores utilizam o termo narrador e narrativa, como, por exemplo, Antonio Torres Montenegro. MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 49-52.

³⁵² O pensador alemão da Escola de Frankfurt via a arte de narrar como a capacidade de intercambiar experiências. A experiência seria fonte recorrente do narrador, aquela que passa de pessoa à pessoa, de geração à geração, e que se inscreve a partir de estilos de vida no decorrer dos séculos. Estilos estes ligados a dois grupos, a do narrador viajante, com muitas coisas para contar, e o narrador que apesar de nunca ter saído do seu lugar conta suas histórias e tradições. As palavras desalentadoras de Benjamin indicam que a experiência, a arte de narrar, está em baixa, e “[...] tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo. [...]”. BENJAMIN, Walter. *O narrador*. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. v.1. p. 198.

³⁵³ FREITAS, op. cit.; MEIHY e HOLANDA, op. cit.; MEIHY, op. cit..

³⁵⁴ Anexo A “Formulário semi-estruturado das entrevistas com indígenas Kaingang” e Anexo B “Formulário semi-estruturado das entrevistas com não indígenas”.

³⁵⁵ MEIHY e HOLANDA, op. cit., p. 38. FREITAS, op. cit., p. 21.

³⁵⁶ MEIHY e HOLANDA, op. cit., p. 136.

trajetória de vida; seus relatos de oralidade acerca do passado apresentam fortes vínculos identitários com a terra e/ou com a comunidade Kaingang situada entre os rios Chapecó e Chapecozinho. Os narradores possuem idades variadas, desde o narrador mais jovem com pouco mais de trinta anos até a narradora mais velha com mais de noventa anos. No bojo destas narrativas, dez são de narradores homens e quatro de mulheres, isso implica em diferentes lembranças, as mulheres por sinal apresentam mais recorrência ao tema família e filhos, enquanto os homens se direcionam à questão das práticas de subsistência.

As narrativas evidenciam em muitos momentos certa mudança que a comunidade Kaingang experienciou na segunda metade do século XX. O *habitus* social e o *modus vivendi*, na compreensão dos narradores, sofreu transformações desde o tempo de infância ao tempo contemporâneo, suas recordações indicam certa nostalgia e consciência acerca destas transformações. Ainda que as questões suscitadas e indagadas aos narradores tenham sido norteadas pelos mesmos temas, com poucas variações visto que se considerou a trajetória de vida e a experiência pessoal, os percursos narrativos foram distintos ou mesmo situam diferentes caminhos de sentido, explicações, ora acusando distanciamento e desconhecimento, ora esquecimento ou silêncio. Por vezes, se optou por não interromper o narrador ou a narradora ainda que a fala se encaminhasse por questões não suscitadas, deixando que este ou esta manifestasse lembranças e reminiscências que emergiam ou irrompiam.

Os narradores foram convidados à narrar a partir da intervenção de outro membro da comunidade, que na maioria dos casos, participou da entrevista, sendo inclusive interpelado para o ato da rememoração. Assim, participaram, acompanharam ou indicaram conversas e entrevistas os professores Kaingang Ana Paula Narsizo, Arnaldo Alves de Assis, Claudemir Pinheiro *Kurã kág*, Dalgir Pacífico, Getúlio Narsizo *Tójfã*, Gilmar Mendes dos Santos e João Maria Pinheiro. Isso se justifica por conta de que a pesquisadora não conhecia os narradores e nem compartilha a identidade Kaingang. Portanto, eis aqui um dos desafios metodológicos e que implica diretamente na relação de confiança e confiabilidade. Em muitos momentos das narrativas as questões suscitadas para a rememoração não eram devidamente abordadas pelo narrador ou se distanciavam das indagações, embora o narrador se esforçasse em apresentar a sua compreensão e opinião acerca de muitas outras questões. Não há dúvida de que os Kaingang apresentaram tons narrativos diferentes e da mesma forma despertaram

interesses distintos pelo que foi abordado. Certos temas inferidos foram melhor lembrados que outros, o que não significa dizer que o narrador desconhecesse tal questão, apenas que não desejou comentar, não se lembra mais, ou, talvez, não devesse manifestar-se a pesquisadora.

As narrativas apresentadas não encerram a discussão acerca da temática, uma vez que residem em torno de cinco mil indígenas situados em distintas aldeias. Contudo, não se preocupou com a quantidade de narrativas e nem com certo número de narradores referentes a cada aldeia. Buscou-se encontrar àqueles narradores que desejassem manifestar lembranças e reminiscências a partir de suas trajetórias e experiências de vida. Dessa forma, a pesquisa encaminhou-se pelo caráter qualitativo em detrimento do quantitativo.

As narrativas indígenas aqui enunciadas foram articuladas de forma conjunta, conforme alguns temas emergiram nos relatos de memória. Ademais, as entrevistas foram gravadas e transcritas considerando os pressupostos teórico-metodológicos da História Oral, foram autorizadas oralmente no contexto da gravação, em virtude de alguns dos narradores serem analfabetos e a autorização por escrito representar um registro inconveniente e incompreensível de sentido, podendo inclusive constranger. Boa parte das transcrições foram feitas sem qualquer auxílio de programa. Contudo, no ano de 2014 fui apresentada e aprendi a utilizar o programa ELAN (*Eudico Linguistic Annotator*, versão 4.7.1).³⁵⁷ De fato, este programa facilitou a transcrição visto que permitiu fazer anotações em diversas “trilhas” conectadas ao áudio.

Entre as narradoras entrevistadas estão as senhoras Maria Librantina Campos, Emiliana Pinheiro, Jurema da Silva e Lurdes Gonçalves da Silva. A senhora Emiliana Pinheiro, é Kaingang, atualmente reside na Aldeia Paiol de Barro, é aposentada e nasceu em 3 de janeiro de 1918, portanto, é a narradora mais velha que foi entrevistada.³⁵⁸ A senhora Librantina, como geralmente é conhecida, é Kaingang e irmã de dona Emiliana, nasceu na Aldeia Jacu em 20 de agosto de 1955, atualmente nominada de Aldeia Sede da TI Xapecó. Dona Librantina é aposentada, reconhecida como artesã e inclusive ministrou aulas de artesanato na EIEB Cacique Vanhkrê, na Aldeia

³⁵⁷ Agradeço as minhas colegas lingüistas Elissandra Barros da Silva e Galsama Mara Ferreira dos Santos por apresentar e ensinarem-me a trabalhar com o ELAN.

³⁵⁸ PINHEIRO, E., *Entrevista*, op. cit.

Sede.³⁵⁹ A senhora Jurema da Silva é Kaingang e mãe do professor Claudemir Pinheiro, também entrevistado, ela nasceu em 21 de outubro de 1954 e atualmente reside na Aldeia Olaria da TI Xaçecó.³⁶⁰ Lurdes Gonçalves da Silva é Kaingang e sobrinha de outro narrador, o senhor Antônio Gonçalves da Silva. Dona Lurdes reside na Aldeia Sede da TI Xaçecó, nasceu em 21 de abril de 1972 e manifestou ser missionária evangélica.³⁶¹

Os narradores homens entrevistados foram os senhores Albérico Paliano, Antônio Gonçalves da Silva, Cesário Pacífico, Claudemir Pinheiro *Kurã kág*, Ernesto Belino, Getúlio Narsizo *Tójjã*, Marins Veloso dos Santos, Miguel Alípio, Noé Rodrigues e Pedro Alves de Assis *Kresó*. O senhor Albérico Paliano é Kaingang, trabalhou na serraria do Posto, nasceu em Mangueirinha em 10 de dezembro de 1951 e reside na Aldeia Sede da TI Xaçecó.³⁶² Seu Antônio Gonçalves da Silva é Kaingang, nasceu em 18 de novembro de 1943 e reside na Aldeia Sede da TI Xaçecó.³⁶³ Seu Cesário Pacífico é Kaingang e funcionário da FUNAI, nasceu em 20 de janeiro de 1953, residente na Aldeia Sede da TI Xaçecó e foi entrevistado em dois momentos.³⁶⁴ Seu Claudemir Pinheiro é Kaingang e professor, filho de dona Jurema da Silva, é graduado na primeira turma do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC, nasceu em 20 de

³⁵⁹ CAMPOS, Maria Librantina. 56 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição Carina S. de Almeida. 03 de maio de 2011. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

³⁶⁰ SILVA, Jurema. 59 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Olaria, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Alexandre L. Rauber. 20 de novembro de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

³⁶¹ SILVA, Lurdes Gonçalves da. 41 anos; SILVA, Antônio Gonçalves da. 70 anos; *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Carina S. de Almeida. 22 de novembro de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

³⁶² PALIANO, Albérico. 61 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição Carina S. de Almeida. 30 de agosto de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

³⁶³ SILVA, Antônio Gonçalves da. 70 anos; SILVA, Lurdes Gonçalves da. 41 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Carina S. de Almeida. 22 de novembro de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

³⁶⁴ PACÍFICO, Cesário. 58 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição Carina S. de Almeida. 15 de junho de 2011. Acervo LABHIN/UFSC, 2015. PACÍFICO, Cesário. 60 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Carina S. de Almeida. 26 de julho de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

fevereiro de 1976 e reside na Aldeia Olaria da TI Xaçecó.³⁶⁵ Seu Ernesto Belino é Kaingang, conhecido como Neco, nasceu em 24 de junho de 1932 e reside na Aldeia Sede da TI Xaçecó, atualmente é aposentado e trabalhou na serraria do Posto.³⁶⁶ A entrevista do seu Neco, enquanto transcorria, recebeu a presença de seu Noé Rodrigues e foi intermediada por outro narrador, Getúlio Narsizo, que também foi entrevistado. Seu Getúlio Narsizo é professor Kaingang, graduado no curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC e nasceu em 27 de julho de 1979 na Aldeia Sede da TI Xaçecó.³⁶⁷ Seu Noé Rodrigues é Kaingang, reside na Aldeia Sede da TI Xaçecó e foi entrevistado posteriormente sozinho.³⁶⁸ O senhor Marins Veloso dos Santos é o narrador mais velho, é Guarani e sua mãe era Kaingang, reside na Aldeia Olaria na TI Xaçecó, nasceu em 23 de julho de 1923 e foi entrevistado por intermédio de seu filho, o professor e aluno formando da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC, Gilmar Mendes dos Santos, que se considera Kaingang.³⁶⁹ Seu Miguel Alípio é Kaingang, liderança indígena, reside na Aldeia Sede da TI Xaçecó e nasceu em 29 de setembro de 1933.³⁷⁰ E seu Pedro Alves de Assis *Kresó* é Kaingang, professor, nasceu em 29 de junho de 1965 e reside na Aldeia Sede da TI Xaçecó.³⁷¹

³⁶⁵ PINHEIRO, Claudemir. 40 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, Florianópolis, SC. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Alexandre L. Rauber. 27 de outubro de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

³⁶⁶ BELINO, Ernesto. 79 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, com a presença do professor Getúlio Narciso e do seu Noé Rodrigues, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição Carina S. de Almeida. 14 de junho de 2011. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

³⁶⁷ NARSIZO, Getúlio. 32 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, Florianópolis, SC. Transcrição Carina S. de Almeida. 26 de novembro de 2011. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

³⁶⁸ RODRIGUES, Noé. 89 anos. *Entrevista concedida a Sandor F. Bringmann, Carina S. de Almeida e Luana M. da Silva*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição Sandor F. Bringmann. 09 de maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

³⁶⁹ SANTOS, Marins Veloso dos. 90 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, com a intermediação e presença do seu filho professor Gilmar Mendes dos Santos, Aldeia Olaria, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Alexandre L. Rauber. 25 de junho de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

³⁷⁰ ALÍPIO, Miguel. 79 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann. 31 de agosto de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

³⁷¹ KRESÓ, Pedro Alves de Assis. 48 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Alexandre L. Rauber. 25 de maio de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

3.2 Narrativas de história, memória e paisagem

A transformação do estilo de vida é uma das questões centrais ressaltadas pelos entrevistados Kaingang ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Com exemplos distintos, evidenciam como suas vidas e sua terra desde o passado até hoje estão diferentes. O eixo condutor da rememoração narrativa consiste na analogia de “dois tempos”. Primeiramente, apresenta-se o “tempo dos antigos” ou o “antigamente”. Esse tempo não tem necessariamente data fixa, está localizado no passado e se refere ao que os narradores nominam de “tradição Kaingang”.³⁷² Explicam como era o modo de vida e o contexto do *habitus* social, muitas vezes, em tons de saudosismo, algumas vezes, com o sentimento de distanciamento. Por outro lado, as narrativas também se deparam com o “tempo presente” ou o “agora”. Sem desqualificar esse “agora”, os Kaingang expressam que tudo está “mudado”, sobretudo, no que concerne a tradição. Numa relação de significado e significante, as memórias dos narradores articulam, avaliam e ressignificam o tempo passado representado pela tradição Kaingang, estilo de vida do passado, com o tempo presente, constituído pela juventude, pela educação, pela escola, pela autonomia política indígena e pelo estreito contato com os não índios.

Enquanto categoria nativa, as narrativas ressaltam que o “mato” era o local onde se pautava o cotidiano e o estilo de vida, seja por meio da caça ou coleta de plantas e frutos para alimentação, seja para a elaboração de remédio, o “remédio do mato”. Nas reminiscências dos narradores, transparece a relação entre o “mato” e a “saúde”. A floresta ou, simplesmente o mato, representa o *situs* da fortaleza, da força, da liberdade, da jovialidade, da autonomia e da “natureza” do Kaingang.³⁷³ Mas este “mato” conforme explicam está escasso, ou, está “acabando” na TI Xapecó, o que os obriga a mudar o seu modo de vida. O fim do mato foi relacionado com a atuação dos não índios, do SPI e da FUNAI dentro da “reserva”.³⁷⁴ Conforme percebe-se nas narrativas, foi a proteção tutelar que impôs novos estilos de vida, que permitiu a

³⁷² Cesário Pacífico usou a expressão “regime dos antigos” para explicar o passado, o antigamente. PACÍFICO, C., *Entrevista*, 26 de julho de 2013, op. cit..

³⁷³ Alguns narradores usaram essa expressão “natureza” quando se referiam à saúde, ao corpo, ao modo de ser do Kaingang.

³⁷⁴ A expressão “reserva” faz referência a TI Xapecó.

entrada de não índios no Posto e que promoveu a noção de “trabalho” e a “dependência” em relação a assistência.

Neste sentido, este capítulo procura apresentar as narrativas Kaingang enquanto memórias marcadas por dois tempos: antigamente e agora. Ao analisar esse passado e esse presente, bem como os processos experienciados no tempo e no espaço, a partir de categorias nativas, os narradores estão refletindo sobre a “indigeneidade da paisagem”, sobre as práticas Kaingang na TI Xaçecó. Para tanto, foram selecionados, relacionados e articulados alguns aspectos norteadores das falas dos narradores sobre história, memória e paisagem a partir dos seguintes temas: a) O tempo dos “antigos” e o tempo de “agora”: modo de vida e *habitus* social; b) Proteção tutelar e os chefes de Posto; e, c) “Era um pinhalão!” Mato, “mato virgem”, tematizada em “Remédios do mato” e Cevando o bicho, derrubando o mato e outras histórias.

3.2.1 O tempo dos “antigos” e o tempo de “agora”: modo de vida e *habitus* social

Antigamente e hoje. Palavras que marcam o tempo dos “antigos” e o tempo de “agora”. Recorrentes nas narrativas Kaingang, estas expressões ressaltam os distintos modos de vida do passado e do presente. Por sinal, em muitos momentos confrontam o modo de ser “tradicional” com o modo de ser “contemporâneo”, onde os elementos considerados da tradição Kaingang pouco são vivenciados. A tradição Kaingang é rememorada com respeito e saudosismo, afirmam que naqueles tempos o Kaingang era mais forte, tinha longevidade, não ficava doente e não dependia da assistência. Naquela época, inclusive, falavam o “idioma” Kaingang.

Um dos aspectos mais recorrente nos argumentos que visa mostrar as diferenças e transformações experienciadas pelos narradores consiste na questão das práticas alimentares. A alimentação do passado é distinta da alimentação atual na TI Xaçecó. A alimentação do passado era forte e saudável na concepção dos narradores.³⁷⁵ Hoje, os Kaingang

³⁷⁵ Para maior compreensão sobre as expressões “forte” e “fraco” na vida e alimentação Kaingang, ver: OLIVEIRA, Philippe H. de A.. *Comida forte e comida fraca: alimentação e fabricação dos corpos entre os Kaingáng da Terra Indígena Xaçecó* (Santa Catarina, Brasil). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Florianópolis, 2009.

não fazem mais comidas tradicionais e não encontram os alimentos no ambiente ou no mato.

A senhora Maria Librantina afirma que hoje não “[...] é como era antigamente, é tudo mudado! Desde as nossas comidas!”.³⁷⁶ Sua narrativa sobre infância recorda que a alimentação tinha como base o mato, onde se encontrava a carne de caça de tatu, veado, cotia, raposa, nas suas palavras até o bicho do mato era remédio:

Nós comia, não comia carne de mercado, quando o pai não criava, ele ia no mato buscar! Caçava o tatu, o veado, a cotia, uma raposa, fazia pra nós, pra nós era uma festa! E isso aí eu tava falando com a menina da minha vizinha ali, muitas vezes até a carne do próprio do bicho do mato era remédio pra... dependendo da doença que a criança tá!³⁷⁷

Ao rememorar o passado, a artesã avalia que havia muita “pobreza”, apesar de que essa expressão é relativizada pela própria narradora quando argumenta que o estilo de vida se assemelhava ao de passarinho. Dona Librantina afirma que naquela época não havia “mercado” e os Kaingang viviam do “nosso angó”, viviam daquilo que plantavam, dependiam da época da maturação de certos frutos, bem como da coleta de folhas do mato, por isso a vida do Kaingang era como do passarinho. A narradora em certo sentido acusa que apesar da vida ser difícil e de “pobreza”, o Kaingang foi comparado ao passarinho por ser livre, autônomo, desprendido de certas responsabilidades contemporâneas:

[...] naquela época era muita pobreza assim! Na verdade era pobreza e não era pobreza porque assim a gente não vivia das coisas do mercado né, a gente plantava e vivia do que a gente fazia! Então daí pra nós assim nossa vida era uma vida assim como é que vou di.... tipo um passarinho! Chegava a época de fruta nós... a piaçada ia pro mato juntar fruta e vinha de lá e já trazia as folhas de mato pra comer né, os nossos angó né, chegava a mãe fazia nós comia e nós ia brincar. Nossa vida era assim!³⁷⁸

³⁷⁶ CAMPOS, M. L., *Entrevista*, op. cit..

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ Idem.

Seu Albérico Paliano informa que ele e sua esposa se criaram comendo canjica, feijão, quirera,³⁷⁹ avalia que hoje, na própria família, se forem cozinhar uma quirera, seus filhos não comeriam, pois preferem arroz e massa. Afirma que um ou outro come a “banana có” e os “brotos do mato”. Naquela época tinha caça, “[...] tinha tatu, paca, veado, tateto, só que hoje já não né tanto. Os bicho do mato, tá muito pouco, tá longe pra ir caçar! Hoje é poucos que caçam né, muito pouco, mas na época tinha!” Nas suas palavras: “[...] era assim que funcionava a vida do índio. Hoje tá mudado né. Hoje mudou bastante né!”³⁸⁰

A vida do índio mudou. O narrador Miguel Alípio esclarece que os costumes alimentares integram a tradição Kaingang e que praticamente não se encontra mais caça ou bicho do mato na reserva:

[...] a nossa tradição era isso, né! Caça, tatu, veado, porco do mato. Era tudo quanto era bichinho do mato, caçava. Hoje, sei lá né. Hoje, em todos causo, a gente mora na cidade aí, não posso dizer pra vocês que existe ainda caça aí, né. Tem algum bichinho pros fundo, pra lá, algum tatu, algum perdido, um veado, tem ali. Mas é muito difícil [...].³⁸¹

Seu Miguel recorda que cresceu vivendo de caça e pesca, e que: “Hoje ninguém quase não pesca mais. Né? Hoje ninguém caça mais.” Avalia que a cada ano as coisas vão mudando: “Então, veja bem como mudou as coisas depois. E cada ano vai mudando, né! Hoje não vamos longe, mudou até o tempo das pessoas que viviam nas matas, né, comendo fruta, como eu tô dizendo, melando. A tradição deles era aquilo, né, não ficava doente.”³⁸² Neste mesmo sentido, seu Noé afirma que “aquele tempo era mior” e que “Hoje em dia o índio tá...tá...tá ruim de viver.” Ao explicar porque “naquele tempo” era melhor, seu Noé acusa que os índios plantavam para se alimentar e que hoje “vive só no comprado, aquele que não planta né? Tem muitos que não gostam quase de plantar. Naquele tempo os índio plantavam, tudo que era coisa. Hoje é difícil cruzar numa casa que tenha um pé de milho plantado mesmo.”³⁸³ A narrativa ressalta que atualmente existe grande dependência de muitos indígenas em relação ao alimento comprado e

³⁷⁹ “Quirera” é um alimento a base de milho consumido com carne do mato.

³⁸⁰ PALIANO, A., *Entrevista*, op. cit...

³⁸¹ ALÍPIO, M., *Entrevista*, op. cit..

³⁸² Idem.

³⁸³ RODRIGUES, N., *Entrevista*, op. cit..

que a prática do roçado e do plantar, pertence ao passado para muitos índios.

Dona Emiliana afirma que apesar do índio estar pautado em certo sentido de liberdade, isso não é mais possível no presente. Se o índio se mobilizava de lugar, hoje os princípios mudaram, se desejar um “pedaço de terra”, tem que comprar, ademais, não pode se “mudar” pra onde quer como outrora. A narradora realiza neste ponto da rememoração uma apreciação interessante e crítica, expressa que precisa morar “apertadinho” e que não tem terra pra poder “criar galinha”, mas aí ela explica, “[...] a terra é nossa! Diz que é nossa! Diz que é nossa!”. Na sua avaliação, fica evidente que a liberdade do índio de se situar como desejasse no território, por meio de sua territorialidade, foi cerceada pelo branco, ele quem “manda” e quem “planta” “no lugar” ou na “comunidade da gente”, os índios para não se “incomodar” com o branco, “dava o lugar e deixava”, e com isso “volteava” a área.

Como o índio é, ele é liberto né! Que nem agora, se a gente quer se mudar... agora deferença, porque agora a gente tem que comprar os pedaço de terra! A gente não se muda pro lugar que a gente quer! Que nem eu tô aqui nesse apertadinho né, podia escolher um lugar mais longe, pra poder criar galinha, mas não posso! Eu tenho que comprar e daí eu não posso, e a terra é nossa! Diz que é nossa! Diz que é nossa! Mas mais quem manda é o branco! O branco vem e planta tudo por aí! E a gente fica oh...[...] não! Não tinha! Quando entrava um branco na comunidade da gente, agora a gente diz comunidade, daquela vez dizia o meu lugar! Quando entrava um branco lá e se apossava e fazia casa nós oh... dava o lugar e deixava! Pra não se incomodar! É assim que nós voltiamo essa área!³⁸⁴

O índio era “o dono da terra” ou “da área indígena”, tinha a liberdade de “cortar uma árvore”, “furar uma abelha”. Dona Emiliana não utiliza a palavra autonomia, mas seu tom narrativo parece caminhar para afirmar que o índio era autônomo, auto-suficiente e independente, podia realizar suas práticas sem cerceamento. Hoje, a paisagem da TI Xapecó está diferente, não há mais mel “nem pra remédio”. A narradora comenta sobre o “veneno” que está presente na terra, é passado nos

³⁸⁴ PINHEIRO, E., *Entrevista*, op. cit.

“pedacinhos de mato” e com a ação do “vento”, “mata tudo os bichinhos”. Quanto ao mato, além de ter sido derrubado, ainda foi envenenado. Nas palavras de dona Emiliana:

Kaingang é ser a virtude da terra né! Ele é o dono da terra! Da área indígena! Era uma vez! Era dono da terra, a gente mandava né! Queria ir no mato cortar uma árvore lá pra... furar uma abelha, não tinha ninguém que impedisse! E quando foi no tempo do Nereu ele não deixava cortar! Não deixa cortar uma árvore, era uma vida que terminava, assim ele explicava pra nós!

[...] só aquela! Tirava os favos e guardava, e daí tampava de novo pra eles fazerem de novo ali! Era assim! O café nosso era a guarapa, água doce, de mel! Me criei nesse tipo! Hoje não tem nem pra remédio! Não tem mais, terminou, tudo!

[...] veneno! Derrubaram tudo! Derrubaram tudo o mato! Aonde tem os pedacinhos de mato aí envenenaram, passam veneno aqui, o vento vai lá e mata tudo os bichinhos!³⁸⁵

Outras narrativas também mencionaram os “venenos” como um dos fatores intervenientes na qualidade de vida que se tem atualmente na TI, contribuindo inclusive para o desenvolvimento de doenças. Na realidade, a expressão “veneno” faz referência aos agrotóxicos que são dispensados nas lavouras. Assim, dona Lurdes, seu Cesário, professor Pedro *Kresó*, professor Claudemir, dona Maria Librantina, professor Gilmar, seu Ernesto, seu Noé e seu Getúlio manifestaram críticas aos “venenos” empregados pelos não índios nas lavouras arrendadas na terra no contexto do “sistema de parceria”.³⁸⁶ Noutros tempos plantavam de tudo, não havia “esse negócio de lavoura”, se referindo às lavouras de parceria que são praticadas na terra atualmente, “Nós plantávamos de tudo, não é que nem agora que tem que, esse negócio de lavoura!”. Seu Ernesto acusa que antigamente quando plantavam, não se “vencia colher” o feijão, e que hoje o plantio está baseado nos insumos agrícolas

³⁸⁵ *Idem.*

³⁸⁶ O “sistema de parceria” consiste em arrendar a terra sendo seu pagamento acordado em porcentagem sobre a colheita. Essa questão será evidenciada nos últimos capítulos quando se discute a questão da terra, do arrendamento, da agropecuária, do esbulho, da intrusão e da exploração da madeira.

(“venenos”) para alcançar produtividade, “[...] precisa tudo que é coisa pra punha na planta pra dar [...]”.³⁸⁷

Dona Lurdes afirma que estes “venenos” contaminam a água e causam “doençarada”. Seu Cesário explicou que a terra hoje tem “veneno”, sendo que quando chove, a água se mistura com o “veneno” e corre para o rio, provocando a morte dos “bichinhos da água” ou dos peixes. O professor Claudemir explicou que as lavouras com agrotóxicos contaminam as águas e “intoxicam” o ar que possibilita doenças nas crianças e na comunidade, nas palavras do professor, há “muita transformação” e “no passado não era assim”. Neste mesmo sentido, o professor Pedro *Kresó* afirma que o “veneno” e toda a poluição adentraram nas terras indígenas. O professor Gilmar, ao intermediar e acompanhar a entrevista realizada com o seu pai, o senhor Marins dos Santos, informa que o “veneno” ou os agrotóxicos estão próximos das lavouras e das plantas do mato, assim sendo, certas plantas tradicionais na alimentação, já não são mais encontradas e quando o são, como no caso do “fuá”, apresentam as folhinhas enrugadas, sinal de contaminação, sem poder ser consumida.³⁸⁸

Enquanto isso, seu Ernesto numa roda de conversa, com a presença de seu Noé Rodrigues e de seu Getúlio Narsizo quem intermediou a entrevista, afirma que o “veneno que tá terminando com certas coisas”, interfere na saúde, pois “de primeiro nós matávamos um porco pra comer, é, de dois anos” e “agora com 45 dias” o porco é carneado, o que torna essa “carne fraca”.³⁸⁹

Daí hoje já a água incomoda nós por causa dos venenos, que daí o povo de fora passam muito veneno dentro da reserva, e nós não gostamos disso, porque aí mistura a água! Daí não tem como você tomar, e por isso que vem essas doençarada pra nós, e uma vez não vinha doençarada pra nós! Daí não tem mais nem abelha, ir pro mato, que naquela época não criava abelha, nós deixava se criar no mato, no nativo!³⁹⁰

Já tem veneno a terra né! e daí com a chuva ela enxagua né! Daí cai a água lá no rio, ela já não faz bem lá pros bichinhos d'água né! E os bichinhos

³⁸⁷ BELINO, E., *Entrevista*, op. cit..

³⁸⁸ SANTOS, M., *Entrevista*, op. cit..

³⁸⁹ BELINO, E., *Entrevista*, op. cit..

³⁹⁰ SILVA, L., *Entrevista*, op. cit..

são fracos né, morrem! Então agora, não existe muito esse negócio de peixe!³⁹¹

[...] estão enchendo as lavouras com agrotóxicos, intoxicando nossas águas, intoxicando nosso ar. Queira ou não queira, o ar leva longe o veneno, leva para as comunidades, onde as comunidades e onde as crianças vão ficar doentes. As crianças vão ficar mais doentes com tudo isso, no passado não era assim. Sim, tem muita transformação, então hoje as crianças estão bem mais frágeis, estão mais doentes, são mais fracos.³⁹²

Né, o veneno que tá terminando com certas coisas... é o veneno né! Uma coisa, que no meu pensar até sobre a saúde, eu desconfio que é o veneno também né! Porque, olha, uma vez, eu tô dizendo pra vocês, olha aqui, esses novos não vão alcançar o que nós alcançamos! Na idade né! Por causa do quê?! Porque de primeiro nós matávamos um porco, pra comer, é, de dois anos, pra carrear o porco né, e agora com 45 dias né, uma carne fraca já digo né!³⁹³

Ao realizar a analogia dos tempos, emergiu a expressão espontânea nas falas de alguns narradores Kaingang: os “índios puros” e os “mais civilizados”. Quando o narrador usa essas expressões ele está demarcando a diferença entre o Kaingang que fala a língua, convive a partir dos costumes dos antigos, crê nos saberes transmitidos geracionalmente e, àquele que não é falante de Kaingang, depende da assistência da proteção tutelar e do estilo de vida dos não índios. Perpassa claramente nas narrativas que o índio deixa de ser “puro” quando se relaciona com os “brancos”, quando ele passa a viver como os não índios.

Na relação com o não índio, seu Miguel afirma que há o lado positivo e o lado negativo, sendo que a tradição estaria acabando por conta dos índios estarem se envolvendo cada vez mais com o “outro”: “É bom, uma parte é bom. Só que daí a tradição cai. Já ele vai aprendendo mais pro lado do outro, da parte dele já não faz, ele faz de

³⁹¹ PACÍFICO, C., *Entrevista*, 26 de julho de 2013, op. cit..

³⁹² PINHEIRO, C., *Entrevista*, op. cit..

³⁹³ BELINO, E., *Entrevista*, op. cit..

outra parte, né. [...] Então cada dia mais tá mudando. Tá mudando. E nossa tradição tá chegando o momento que tá acabando.”³⁹⁴ Dona Emiliania afirma que havia muitos conflitos na terra, que os “brancos são sem vergonha” e que costumeiramente invadiam as terras dos índios: “Os índios não gostavam dos brancos sabe! Os brancos são sem vergonha! Onde tem um lugarzinho eles entram! Invade! A gente fala, muitas vezes a gente é murrinha! Por causa do que é da gente! Era assim!”³⁹⁵ Para seu Albérico, o “índio puro” não se preocupava com “capital” ou com o “ter as coisas”, aliás, o próprio “trabalhar numa firma” estava distante dos objetivos do Kaingang. Contudo, os “mais civilizados” querem ter as coisas:

Os índios mais puro! Hoje já não, porque hoje a maioria já tá mais civilizado, então eles já querem ter as coisas, assim, já. E o índio puro, digo eu, ele não liga ter as coisas sabe! Ele não liga pra capital, essas coisas... ele tendo, fazendo seu artesanato, tendo o... dia-a-dia ali, já come, é assim o índio Kaingang! Pra ele não interessa trabalhar, o índio puro mesmo entra numa firma assim é muito difícil!³⁹⁶

Existe na caracterização do “índio puro” a relação com a língua, com a fala Kaingang. Seu Ernesto Belino afirma que os “índios puros” falavam somente o Kaingang, “[...] eu já digo, o índio puro, ele sabia falar só o Kaingang”. O narrador percebe um fator que caracteriza boa parte da juventude na terra, a interrupção geracional da transmissão da língua materna enquanto suporte hereditário e identitário, uma vez que atualmente os pais falam o Kaingang, mas seus filhos não: “[...] os pais que sabem falar Kaingang e as crianças nenhuma falam.” Ao comparar o Xapecó com outras terras indígenas, seu Miguel avalia que existem poucos “índios puros” e falantes de Kaingang, este montante, considerado pouco, chegaria perto de cem casos de “índio puro” que “falam mesmo e entende a tradição”. No contexto da expressão “fala e entende a tradição”, o narrador remete-nos a inferir que a língua se apresenta como um fator exponencial da cultura Kaingang:

A diferença que tem com o nossa aqui, do TI Xapecó! É, então é aí tá, aí que é o problema! Se nós dividir os índios pro um lado, ela vai dar em

³⁹⁴ ALÍPIO, M., *Entrevista*, op. cit..

³⁹⁵ PINHEIRO, E., *Entrevista*, op. cit..

³⁹⁶ PALIANO, A., *Entrevista*, op. cit..

torno de... olha, pelo menos 100 casos de índio puro mesmo que falam mesmo e entende a tradição, é pouco, né! E agora, como é que nós vamos fazer?! Bom... Vamos deixar quieto né, (risos)! Vamos arrumar outro lugar!³⁹⁷

Dona Emiliana informou que seu pai não era “índio puro”, mas que era filho de uma “índia pura”, assim, teria apreendido o “sistema do índio” com a mãe: “E meu pai não era índio puro! Como é que ele pegou o sistema do índio?! Por causa que a mãe dele era índia pura né!, e o pai dele era branco!”. Neste sentido, parece que os narradores encaminham-se para distinguir exatamente o que pertence a tradição, ao sistema e ao modo de vida Kaingang, considerado como “puro”. Em certa medida, essa categorização apresenta seu essencialismo quando deixa de mostrar a reatualização constante da cultura, suas porosidades e influências na sociedade Kaingang.

O ontem e o hoje, o passado e o presente, o antigo e o agora. Todas estas expressões de confrontação ou, no mínimo, de comparação, possibilitam perceber certas rupturas na transmissão geracional dos saberes indígenas ao mesmo tempo em que as ressignificações estabelecidas pelos narradores explicam as transformações vivenciadas por eles, suas famílias e pela comunidade da TI Xaçecó. Apresenta-se assim, outro aspecto fundamental nas análises narrativas, as mudanças no modo de vida e no *habitus* social que reatualizam a identidade Kaingang.

O “índio tá mudando”.³⁹⁸ Essa parece ser assertiva consensual entre os narradores e apresenta certo essencialismo. Contudo, as transformações no modo de vida e no *habitus* social se processam ao longo do tempo, ao longo de décadas e também por influência de diversos fatores, mas esse processo ocorre com todas as sociedades. Seu Albérico Paliano acusa que “entrou muito branco” na reserva e com seu “outro jeito de viver” influenciou a comunidade e influencia os índios. Para o narrador, existem “índios que hoje já não querem ser mais índios”, e argumenta frente a esta constatação, “é errado né, eu acho que é errado, que o índio tem que ser índio!”. O índio quando estava pautado na “tradição”, a comida do mato “cortava tudo que é doença que ia chegar, e hoje, muitas doenças, muitos remédios é próprio veneno pro índio né.” Na avaliação de seu Albérico o modo de vida mudou:

³⁹⁷ ALÍPIO, M., *Entrevista*, op. cit.

³⁹⁸ PALIANO, A., *Entrevista*, op. cit..

É, muda, mudou por causa que dentro das reservas, entrou muito branco, e os índios começaram a ter influência com o branco né. Então daí mudou, porque o branco já tem outro, outro jeito de viver, e hoje o índio tá mudando! Tem índio que tá deixando, tem índios que hoje já não querem ser mais índio né! (silêncio) E é errado né, eu acho que é errado, que o índio tem que ser índio! Ele tem que ter a sua tradição, ele tem que ter os seus, assim, a sua alimentação, que na época nem doença existia né! O índio comia broto do mato aí e cortava tudo que é doença que ia chegar, e hoje, muitas doenças, muitos remédio é próprio veneno pro índio né.³⁹⁹

“Como que nós vamos fazer?! Nós temos que viver por aí!” Essa frase de seu Miguel Alípio expressa a impossibilidade de retornar ao modo de vida dos tempos dos antigos. As suas lembranças de quando “era piaçote” exemplificam as diferenças do modo de vida em relação ao hoje. No passado o Kaingang “vivia mais tranquilo do que agora”, pois não “vivia doente”. Dormia-se sem coberta próximo do fogo, comia-se uma “carninha assada” e frutas, bebia-se água nas fontes, tomava-se banho no rio inclusive em dias frios de geada que tava “branqueando o sapato”, porém, ressalta, não usavam sapato e viviam de “pé no chão” e apenas com uma “manguinha de camisa”. Suas memórias esclarecem que ao retornar do banho de rio na manhã fria: “Nosso pai dizia, não fiquem no calor do fogo, pode pegar alguma coisa pra vocês, uma doença, alguma coisa. Ficava lá brincando, lá fora até que o sol saía.” Essa era, nas suas palavras, “uma vida boa”, ou ainda, “uma cultura melhor” se comparada ao hoje. Para seu Alípio, hoje “diferençou o negócio”, vieram mudanças ou a “vivência de sacrifício”, naquela época, o narrador classifica os Kaingang como “uns índio selvagem” e que este tipo de índio somente existe hoje no Mato Grosso, conforme se vê na televisão. Existe certo essencialismo na narrativa de seu Alípio à medida que distingue o índio como um ser “selvagem”. Ao destacar que vê estes índios “selvagens” na televisão, o narrador manifesta a influência desta mídia inclusive no que se refere a sua compreensão sobre a identidade de seu próprio povo.

Nós dormia onde quer aí ó, como diz os causo, sem coberta, só fazia um foguinho lá, pra clarear,

³⁹⁹ PALIANO, A., *Entrevista*, op. cit..

pronto. Né? Vivia duma carinha assada no fogo, e hoje já não, hoje mudou as coisas, né. Então nós vivia mais tranqüilo do que agora. Nós não vivia pro hospital, não vivia doente. A vida era tranqüila, né. Achava uma madeira aí que tinha fruta, comia aquela fruta...bebia...águas, bebia daquelas fonte, águas boa, bem gelada, que não tinha sujeira nenhuma. E hoje já não, hoje nós tomamos água encanada, tudo aí né. Olha, eu lembro que quando eu era piazote, meu pai levantava era 4 hora da madrugada, nós tinha bastante criação. Ele dizia, piazada, levante e vão tomar banho lá no lajeado, lá no rio. Geadada, em mês de maio, que aquilo tava branqueando o sapato, não usava, né. Era de pé no chão, de manguinha de camisa, hoje nós não, Deus o livre, pegamos um friozinho de tarde, nós temo que ta de blusa, uma jaqueta, uma meia, uma coisa ou outra, né, pra poder ter aquele sustento na vida. Agora aquela época não. Nós pegava e saía num rio, que nem a casa do vizinho lá em cima assim, pegava e entrava naquele lajeado, tirava roupa, tomar banho, das 4 horas em diante. Aquilo já era um alimento pra vida da pessoa, né. Tomava aquele banho naquela água fria, vinha pisando geada. Nosso pai dizia, não fiquem no calor do fogo, pode pegar alguma coisa pra vocês, uma doença, alguma coisa. Ficava lá brincando, lá fora até que o sol saía. Então tinha uma vida boa, uma cultura melhor que nós temos hoje. Então, é como eu tô dizendo, hoje nós, mudou, diferencou o negócio, né. Como que nós vamos fazer?! Nós temos que viver por aí! É, porque veio uma mudança diferente, né. Então é o causo que, é como eu tô dizendo, hoje nós estamos numa vivência de sacrificio. Né. Uma vivência de sacrificio. E na época que nós tava, como diz o causo, como nós fumo, uns índio selvagem, porque nós consideramos que nós era uns índio selvagem, que selvagem só encontra em Mato Grosso. Né, lá ainda existe os selvagens, né, que não conhece gente, não conhece uma roupa, vive, a pessoa, não adianta como diz os causo, nem

levar uma roupa lá que ele não vai vestir. Assim, como a gente assiste na televisão.⁴⁰⁰

Seu Cesário Pacífico conta que os antigos, como sua mãe e seus avós, alcançaram mais de cem anos de idade, e que ele e todos os que vivem das novas práticas de vida, sem os alimentos do mato, não vão alcançar essa idade. O narrador trás um elemento novo e acusa que as pessoas mudaram em virtude da comida ser fraca, portanto, a comida forte é o alimento do mato enquanto a comida dos não índios e as formas de alimentação atuais enfraquecem a natureza ou a saúde do índio:

Dava uma guarapa boa, é um alimento deles né, que nem eu tava dizendo pra eles: meu avô, minha avó, minha mãe, faleceram tudo com cento e poucos anos, cento e quinze a avó, cento e dez, a minha mãe com cem, nós não alcançamos isso aí não né. E daí nós agora então mudemos, que as nossas comidas é fraca, a natureza nossa não alcança né, então tem que alcançar, por causa que a guarapa era do mato.⁴⁰¹

Em suas recordações pueris, dona Maria Librantina elucida que o “serviço” nas lavouras e roçados era ensinado pelo pai e encarado como uma “brincadeira”, “Tudo serviço que o pai ensinava nós levava tudo na brincadeira!”, ademais, tudo que se comia era plantado, “[...] pra comer! Plantava... plantava milho, feijão, muita moranga, abóbora, melancia, cana de caixa pra nós chupar, batata, mandioca, de tudo! [...] Eu sei muita coisa! Só que a gente não tem... é, não tem mais isso mais!”. A narradora destaca que na roça de couve havia “piolho”, um bichinho que frequentemente furava as folhas da couve, e que sua mãe utilizava “cinza de roda do fogo” para colocar por cima e evitar a ação. Recorda que os pés de couve eram grandes e grossos ao ponto de poder se esconder no meio deles, as folhas eram “coisa mais linda!”, enquanto hoje “eles” usam “veneno” para passar.

A mãe plantava couve na beirada do terrero assim quando vinha aquelas ruguinhas pra furar as folhas da couve, ou o piolho eles diziam aquele bichinho, aqueles que vinham nas folhas, a mãe pegava a cinza de roda do fogo assim, no balaio ia

⁴⁰⁰ ALÍPIO, M., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁰¹ PACÍFICO, C., *Entrevista*, 15 de junho de 2011, op. cit..

lá e largava por cima! Mas olha, dava pra se esconder no meio daqueles pés de couve, grosso aqueles pés de couve! Assim, mais em roda, mas folha, coisa mais linda! E hoje se vem uma ruga num pé de salada eles já corre... lá não sei aonde lá pra pegar veneno pra passar! Por isso que digo, as coisas hoje até a saúde das crianças é só por causa do veneno! Pras crianças muitas vezes, até certo tipo de doença que a gente... na época a gente não conhecia!⁴⁰²

As lembranças de dona Maria Librantina demonstram mudanças em muitos aspectos do cotidiano, como no caso do dormir e do frio, pois em tempos de infância, seu pai fazia-lhes camas para dormir no chão com folhas de palmeira, dispostas no chão, próximas à roda de fogo, com um ou outro pano, “[...] e tinha, eu digo, tinha uma saúde!”, por outro lado, hoje se não há coberta ela “passa frio!”. Foi depois de ter seus filhos e experienciado que o “sofrimento ensina a pessoa a viver!”, que a artesã começou a “lidar com o artesanato!”.

Hoje meu Deus, se você tem uma coberta... eu até mesmo tenho uma coberta eu passo frio! E na época não tinha... até mesmo, eu criei meus filhos assim! Não tinha... não tinha coberta, não tinha forro, eu, aparecia uma roupa pra mim trocar, um calçado pra mim calçar, depois de adulta e daí... por isso que eu digo, o sofrimento ensina a pessoa a viver! Ensina a pessoa a trabalhar, pra fazer alguma coisa... quando eu vim pra cá, eu comecei a lidar com artesanato!⁴⁰³

Dona Librantina confidenciou inclusive sentimentos profundos sobre a sua história de vida, precisamente, sobre a sua infância junto aos pais. “Na época do... do meu crescimento junto com os meus pais, eu tive uma vida muito... eu nunca tive carinho de pai. Eu nunca tive carinho de mãe!” Para esclarecer este sentimento, revelou que foi “desprezada” pelos pais em virtude de ser “filha de outro”, filha de branco, do “véio Carbonaro”. Suas irmãs tinham o “cabelo liso mesmo” e, como a narradora tinha o “cabelo bem encaracolado! Bem crespinho!”, sua irmã mais velha costumava cortar seus cabelos “pra não

⁴⁰² CAMPOS, M. L., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁰³ Idem.

deixar o pai judiar muito da mãe”, o que de fato em suas palavras não adiantava.

O pai dois dias antes do pai morrer ele me deu uma surra! Porque ele tinha que eu não era filha dele! Eles bebiam demais né! O pai e a mãe bebiam demais! Daí eu creio que de certo a mãe esqueceu de chavear a porta né, e... e o bicho pegou daí! Eu penso que é assim! O meu tio contava, que meu pai não era quem me criou, que meu pai era outro! Então eu tinha meu cabelo bem encaracolado! Bem crespinho! E essa minha irmã mais velha pra não deixar o pai judia muito da mãe começou a cortar meu cabelo! Deixar bem curtinho pra tirar os cachos e as outras meninas tudo eram de cabelos lisos! Cabelo liso mesmo! Aí, a Martina cortava para que eu pudesse ter o cabelo liso. E eu tinha o cabelo tudo em cacheado, tudo, tudo, e daí elas começaram a atorar meu cabelo pra não deixar o pai judiar muito da mãe. Mas não adiantava, o pai olha, o que o pai judiava da mãe por causa de mim... é triste até de se lembrar! [...] os dentes da mãe ele quebrou tudo, a soco! De tanto que ele tinha raiva de mim! Ele tinha raiva de mim e cobrava nela!⁴⁰⁴

Essa sua narração pode ser relacionada com suas considerações sobre a invasão dos brancos, que em muitas passagens narrativas, parecia ser um dos motivos das mudanças que os Kaingang passaram nestas últimas décadas.

[...] é.. nós vivia, como agora aposentado vive, não trabalha, não... plantava batata, mandioca, feijão, era o que eles plantavam. Fazia braço, roçava capoeira, mato, devassavam em roda de onde eles moravam né... Era assim, e nós vivia de caça...⁴⁰⁵

Dona Emiliana⁴⁰⁶ afirma que nos tempos antigos os Kaingang viviam de caça, roçado e não trabalhavam como “agora o aposentado

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ PINHEIRO, E., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁰⁶ Emiliana Pinheiro é irmã de dona Maria Librantina Campos. Essa informação em nenhum momento das entrevistas foi dita. Na realidade, os indígenas costumam ser muito discretos em relação ao parentesco.

vive”, o plantar, o fazer roça e o pescar, eram práticas cotidianas onde se assentava o modo de vida Kaingang.

3.2.2 Proteção tutelar e os chefes de Posto

A atuação da proteção tutelar marcou as transformações do modo de vida e do *habitus* social Kaingang. Muitos narradores recordam os nomes dos chefes do PI Xapecó e de suas práticas tutelares. Os narradores comentaram que os chefes de Posto “mandavam” mais que o cacique e o *kujã* na terra, dona Lurdes afirma inclusive que eles “mandavam mais do que os indígenas aqui”.⁴⁰⁷ Dentre os chefes citados em tempos de SPI, estão os nomes de Wismar Costa Lima e de Nereu Moreira da Costa.⁴⁰⁸

Apesar da administração de Wismar ter sido breve e alcançado apenas um ano à frente do Posto (meados de 1948 até meados de 1949), o encarregado foi caracterizado como um chefe “ruim” em virtude de praticar a “punição no tronco”⁴⁰⁹ e recordado por conta do caso do Toldo Imbú.⁴¹⁰ Dona Emiliana afirmou que Wismar foi um chefe “carrasco” para os índios, pois “ele ponhava no tronco”.⁴¹¹ Seu Miguel Alípio recorda que este chefe foi “muito ruim” pros índios e pra comunidade, visto que foi o “único chefe” que “maltratou” os índios.⁴¹²

O agente Nereu, por outro lado, não foi qualificado como “ruim” ou “carrasco”, pelo contrário, seu Alípio recorda que “ele foi bom pros índios aí, ele ajudou bastante os índios” enquanto que seu Albérico afirma que Nereu “só administrava sabe”, não se intrometia no modo de vida dos Kaingang, deixava-os viver do que jeito que “queriam” e procurava “agradar” aos índios: “os índios viviam do jeito que eles queriam. Aquele que plantava, plantava, aquele que não plantava vivia de artesanato, ele era boa gente, e daí o índio que vinha no posto por ali, ele agradava, ele era boa gente!” Seu Albérico é parente do cacique José

⁴⁰⁷ A relação hierárquica assimétrica será exposta no capítulo VI.

⁴⁰⁸ Wismar Costa Lima atuou como chefe de Posto entre meados de 1948 até meados de 1949, enquanto que Nereu Costa Lima foi o chefe de Posto que mais tempo permaneceu no Xapecó, entre meados de 1949 e o início do ano de 1964. As gestões destes agentes encarregados de Posto e de outros serão abordadas nos capítulos V e VI, principalmente no capítulo VI.

⁴⁰⁹ A questão da “punição no tronco” se insere no contexto da disciplina, controle de poder e autoridade no PI Xapecó e será mencionada no último capítulo.

⁴¹⁰ Este caso se refere ao esbulho de terras e será citado mais adiante.

⁴¹¹ PINHEIRO, E., *Entrevista*, op. cit..

⁴¹² ALÍPIO, M., *Entrevista*, op. cit..

Domingos Paliano,⁴¹³ e informa que seu tio “Zé Domingos” foi “funcionário” de Nereu no Posto “ele era funcionário dele né!”, recorda inclusive que Domingos cuidava de dois chiqueirões de porco na Aldeia Sede e que sua família veio embora de Mangueirinha para o Xaçepó logo após a vinda de Zé Domingos: “[...] trabalhava pra ele, cuidava dois chiqueirão de porco aí pra ele, aí na sede na época né. Daí aí que nós viemos embora de Mangueirinha. Primeiro veio o Zé Domingos, depois vinha eu com a minha mãe! E daí que nós fiquemos aí, morando.”⁴¹⁴

Segundo seu Noé, o agente Nereu questionava os índios que circulavam pela terra durante os dias da semana, pois na compreensão do chefe, todos deveriam estar “trabalhando”: “Ele era, já digo, uma boa pessoa, ele queria ver a pessoa trabalhar né.” Conta que uma vez foi questionado por Nereu por estar circulando na terra: “[...] então, ele chamava a gente de cabo: ‘Ah meu cabo, passeando dia de semana?’ Digo não senhor, eu não tô passeando, e eu era um piá.” Seu Noé esclarece que tinha uns 15 anos e que o chefe continuou, “Pois é, ‘Hoje não é dia de passear!’ diz. Mas eu não vou passear, eu vou ir trabalhar! ‘Mas sem foice?’ Mas minha foice tá lá, porque no mais eu tô indo e o senhor também tá descendo pra lá... digo eu tô indo trabalhar!”⁴¹⁵

Os narradores acusam que foi Nereu quem começou a exploração da madeira na terra, seu Antonio diz que o “[...] que ele começou a fazer de errado foi cortar a madeira, começou.” Por sinal, seu Noé recorda que o chefe Nereu gostava de “ver roça” e não mato: “Não, aquele capão pode cortar, eu quero ver roça, não quero ver mato de pé!”⁴¹⁶ Para seu Albérico, foi na época de Nereu que os brancos começaram a se inserir “[...] digamos assim, você vinha, falava com ele, queria 10 alqueire de terra arrendado, ele te arrendava! Daqueles 10 alqueire ali, tirava, digamos hoje, 100 sacos de milho, e dava 10 saco de milho pra ele [...] ali ele recebia renda de milho, feijão, arroz, trigo.” Por outro lado seu Albérico afirma que Nereu não durou muito após a instalação da serraria

⁴¹³ O cacique José Domingos Paliano, mais conhecido como Zé Domingos, é uma figura interessante e controversa na história da TI Xaçepó. Ao mesmo tempo em que contribuiu para a destituição das relações assimétricas entre o chefe de Posto e as lideranças indígenas, expulsando o encarregado Posto João Franklin Mäder, Zé Domingos acabou se envolvendo nos meandros da exploração madeireira econômica da terra e foi expulso pelos Kaingang posteriormente. Maiores detalhes sobre a emergência como cacique e seus envoltimentos com a proteção tutelar serão abordados no capítulo VI.

⁴¹⁴ PALIANO, A., *Entrevista*, op. cit..

⁴¹⁵ BELINO, E., *Entrevista*, op. cit..

⁴¹⁶ Idem.

do Posto, “[...] foi no tempo dele. Aí logo que ele construiu a serraria ali, já logo ele saiu! Aí já logo acabou o SPI! E aí entrou a Funai.”

Seu Cesário Pacífico que trabalhou na serraria informa que o órgão SPI foi o principal responsável pela extração de madeira, “[...] o SPI que gastou mais as madeiras né.”, por outro lado, acusa que inicialmente havia somente uma serra sendo o trabalho realizado com mais “calma”, quando então “nós montemos a fita, a fita, ela trabalhava mais ligeiro né!”.⁴¹⁷ A “fita” mencionada se refere a serrafita ou uma serra mais moderna e potente na serragem das toras de madeira, então, com essa tecnologia foi possível serrar em trinta dias, as vezes em vinte e oito, “dois mil dúzias de madeira”. Seu Pacífico afirma que “[...] nós derrubávamos uns quinze a vinte pinheiros por dia, pra dar pra dois caminhões, né, que trazia as cargas aqui da serraria”.

Nós derrubávamos uns quinze a vinte pinheiros por dia, pra dar pra dois caminhões, né, que trazia as cargas aqui da serraria. Vai uns dez quinze, madeira, madeira de lei que dizemos assim, madeira de lei, cedro, cabriúva, grápia, canjerana, canela desses grossas né, dá madeira amarela. Então tudo tinha que marcar toco né, quanto foi tirado. Na verdade é uma contagem né. Só que daí depois quando..., daí depois do... SPI, do... que a FUNAI veio, daí passou para a Funai, daí a Funai administrou. E o SPI parou. Mas, na verdade o que, o que devastou mais o mato foi o SPI. A FUNAI já estava administrando diferente né.

Tinha uma serraria que era serrado só com uma serra, então daí, era mais fácil de trabalhar, mais... com calma né, mas quando nós montemos a fita, a fita, ela trabalhava mais ligeiro né, dentro de um, trinta dias fazia as vezes dois mil, dois mil dúzias, a fita né, então você vê que vai pinheiro né! Dois mil dúzias de madeira, as vezes até com vinte e oito dias...É, uma vez com vinte e oito dias já estava pronto, dois mil dúzias.⁴¹⁸

O senhor Ernesto Belino também trabalhou na serraria, a destarte disso, pouco comentou sobre seu trabalho. Por certo, afirmou que o dono da serraria era o Nereu, referindo-se ao chefe de Posto no tempo do SPI, “[...] eu trabalhei na serraria! O dono era o Nereu!”. Seu Ernesto

⁴¹⁷ PACÍFICO, C., *Entrevista*, 15 de junho de 2011, op. cit..

⁴¹⁸ *Idem*.

esclarece que trabalhava na “circular” destocando a tora de madeira. Quando o narrador foi questionado sobre o destino dessa madeira, ele disse: “Agora não posso contar né! (*risadas*) Agora não sei pra onde foi a madeira!”. O narrador afirma que havia muito pinheiro na terra, “Tinha pinheiro aí que dava mais de metro de grossura!” e em consequência da extração, acusa “E daí, foi terminando o pinhal e aí!”.

O chefe do Posto Nereu é associado ao desmatamento, dona Emiliana afirma que “Nereu, quando ele veio, ele abriu margem pra cortar as madeira! Daí os brancos começaram a entrar!”, continua a narrativa, “[...] é, os pinheiros. Os pinheiros foi primeiro, e daí foi indo, foi desmatando! [...] Agora nós não mandamos em nada!” Em suas lembranças, dona Emiliana recorda que quase não havia brancos na TI Xaçecó, e que estes teriam entrado no tempo do encarregado Nereu, que permaneceu, conforme é possível verificar nos documentos do período, na direção do Posto de 1949 até 1964, “[...] quase não tinha branco! Não tinha branco! Quando começou a entrar o branco foi no tempo do Wismar! Ele que deu a ordem pra eles entrar... não, não é! Foi no tempo do Nereu!”. Na sua compreensão o índio, o Kaingang, era “liberto”, não tinha “parada” fixa, se mobilizava constantemente no território conforme a necessidade, que podia estar associada a relação com um chefe de Posto, “não tinha futuro! Conforme o chefe judiava a gente saía!”, ou ainda com as ameaças do mato, como o “bicho do mato”, “tigre” ou mesmo com o “lobisomem”. É interessante, dona Emiliana relata que quando era um bebê de colo uma família de “negros” acampou próxima a casa deles e que havia um homem considerado “lobisomem”, a investida deste último teria promovido a mudança de moradia em direção a sede do Posto na Aldeia Jacu.

[...] bicho, bicho do mato! Tigre! Era mato, tô dizendo, mato! Tinha medo! Era lobisomem que queria comer as crianças lá! É, como que digo, aí de lá veio uns negros, não sei da onde e daí se acamparam pra baixo de nossa casa, naquela sanga lá que desce, daí de lá tinha um homem que era lobisomem! Diz que... e daí começou a perseguir as crianças, a casa era mal feita, as tábua ali, ainda um dia a mãe viu o bicho sentado em cima do pai, olhando o pai pra comer eu que era novinha e tava dormindo no meio deles, que não tinha um berço separado, dormia tudo no braço, daí a mãe pro canto, o pai pra beirada, o fogo assim, o bicho veio de lá em cima do pai pra negaciar minha cabeça! Daí a mãe viu e cutucou o

pai, e por causa daquilo, levantaram e saíram no outro dia, deixaram tudo, plantavam bastante fumo, daí viemos pro Posto. Daí, ficamos ali no Posto, ali eu me criei um pouco ali, dali viemos pro Banhado Grande, não conhece o Banhado Grande? É lá mesmo, tem um banhado grande, do Banhado Grande viemos pra Água Branca, pra Costa Seca, dá Costa Seca nós viemos pra Água Branca...⁴¹⁹

O agente Nereu foi associado também a imposição do “trabalho” e a “punição”. Dona Emiliana é taxativa quanto a isso, informa que não tinha “criança brincando”, tinha que “ir pra roça” para “aprender a plantar” e “não andar roubando”. Seu Antônio rememora que o chefe de Posto dava “serviço” pros índios, mas ele não “obrigava”, na realidade “foi bom por causa que até a gente aprendeu a fazer certos serviços!”. Na compreensão de seu Antonio, antigamente a “indiada não sabia trabalhar, e a gente se criou sem pai, assim se rolando!”, o narrador esclarece que em virtude disso aprendeu a “trabalhar em qualquer serviço, então daí não se aperta.”⁴²⁰

[...] ele tratava, ele fazia nós trabalhar! Criança de nove anos podia levantar ia pra roça! Não se via criança brincando! Jogando bola que nem é agora que tem bastante brinquedo né! Tinha aula e era obrigado a ir na aula, mas tinha que depois da aula ir pra roça! Tinha que aprender a plantar, pra ver quanto custava, pra quando desse a planta ele comer, pra ele não andar roubando! O Nereu fazia assim!⁴²¹

O agente Nereu, nas palavras dos narradores, foi responsável na TI Xaçecó pela construção da “cadeia”. Seu Cesário recorda que foi o agente Nereu quem construiu a “cadeia” na terra⁴²² enquanto dona Emiliana reforça, no tempo do Nereu “tinha cadeia”, foi ele quem “mandou fazer a cadeia de pedra. Era pedra ferro.” Seu Albérico relembra que foi no seu tempo de criança que veio a conhecer o “tronco”, inclusive, naquela época ainda “não existia cadeia!” O suplício no “tronco” consiste numa prática violenta como disciplina e punição

⁴¹⁹ PINHEIRO, E., *Entrevista*, op. cit..

⁴²⁰ SILVA, A. e SILVA, L., *Entrevista*, op. cit..

⁴²¹ PINHEIRO, E., *Entrevista*, op. cit..

⁴²² PACÍFICO, C., *Entrevista*, 26 de julho de 2013, op. cit..

executada pelo agente da proteção tutelar em muitos Postos Indígenas do sul do Brasil. A punição no “tronco” ocorria na TI Xapecó a partir das ordens do chefe de Posto e com a complacência das lideranças indígenas que se envolviam na condição de milícias da Polícia Indígena e subordinavam-se ao chefe de Posto, inclusive executando a punição.⁴²³

As narrativas não são consensuais sobre quem instituiu a prática do castigo no “tronco”. Alguns narradores acusam que Wismar praticava o suplício, outros afirmam que era Nereu. No capítulo VI analisam-se os documentos referentes ao PI Xapecó e informações sobre a atuação de cada um dos chefes de Posto bem como as acusações de violência que pesaram sobre suas práticas tutelares. Neste sentido, é possível afirmar que a prática do “tronco” não era exclusividade da atuação tutelar dos chefes de Posto Wismar e Nereu, uma vez que outros nomes são revelados.

Os narradores expõem que a prática do “tronco” é controversa, pois tinha seu lado “ruim” e seu lado “bom”. Seu Antonio avalia que o “tronco” em certo sentido era “positivo”, uma vez que punia àquele que “merecia”, afinal, ia pro tronco quem “fazia mal serviço, matava, machuca bem outro”.⁴²⁴ Por outro lado, o “tronco era muito ruim”, pois a pessoa gritava de dor, na explicação de dona Lurdes, quanto mais o índio “se mexe, mais vai apertando”.⁴²⁵ Esta punição compreendida como “castigo”, na prática consistia basicamente em fincar duas varas no chão, colocando os pés do índio entre as varas e, consequentemente, ia se apertando as varas na parte superior. Seu Antonio explica:

Era duas varas fincadas no chão assim e mandava o índio enfiar o pé ali dentro e apertava em cima. Duas varas grossas. Chegava a gritar! Era pra executar né, a turma, pra judiar né! Era pra judiar! [...] Daí ficava lá gritando no tronco, até que... todo mundo via! Ninguém fazia nada, que daí, de certo tinham medo, de certo. Mas no meu ver, dava dó, mas o que ia fazer?! Eu era pequeno né!⁴²⁶

Dona Emiliana explica da mesma forma o castigo, consiste em “[...] dois paus fincados no chão e abertos em cima, daí a gente era preso

⁴²³ O tema da “Polícia Indígena” é comentado no último capítulo.

⁴²⁴ SILVA, A. e SILVA, L., *Entrevista*, op. cit..

⁴²⁵ Idem.

⁴²⁶ Idem.

e botava a perna aqui e era apertado em cima! É, e apertava em cima lá!”⁴²⁷ Nas palavras de seu Marins,

o tronco é um buraco só no chão, um meio metro assim, e aí eles colocam dois paus juntos assim, fincado os dois no mesmo buraco, daí o índio vem. Tem o outro chefinho que ele abre assim, então abre a madeira e põe o pé lá no meio, e vem o outro lá, o outro chefinho da liderança e aperta né!⁴²⁸

Recorda seu Marins que “saiu gente aleijda daqui”, o finado índio “Florencinho” “quebrou” o tornozelo nessa punição, ademais, afirma que ele naquele tempo era “bobo” e chegava perto do punido, “sentava e olhava eles e começava a chorar também junto com eles”.⁴²⁹

Quando era “piá”, seu Albérico recorda de um acontecimento relacionado ao “tronco”. Ele estava saindo com sua mãe do baile de casamento de Pedro Macota, quando ocorreu uma briga envolvendo o finado João Nercio e outro índio. Naquela época o pai do “Bastãozinho”, chamado “Sóca”, era “cabo” e havia mandado “prender” eles em virtude da briga ocorrida, assim, “ponharam no tronco” lá próximo da casa do cabo. Contudo, lembra que “outros índios” vieram e soltaram estes e como consequência, “pegaram o cabo” e enfiaram ele no “tronco”, sendo que “quebrou as duas pernas dele!”. Segue a história,

[...] aconteceu muito acidente de quebra de perna de índios. Tem aqui o pai do Bastãozinho, o Sóca ali, o pai dele. Nós tava num baile do casamento desse Pedro Macóta, era numa escola veia que tinha ali bem onde que tinha a enfermaria velha. De manhã cedo o sol tava alto e nós tava saindo do baile, eu e minha mãe, eu era piá, mas minha mãe tava no baile, e brigaram o pai desse... o Valdecir, que eles dizem o Macaco, o finado João Nercio, brigaram com esse... eles eram rapaz sabe, eles eram jovem né, e brigaram. E vai o pai do Bastãozinho e, ele era cabo na época, mandou prender, e foram lá e prenderam eles, prenderam eles e trouxeram... e daí, trouxeram ali na casa do cabo ali, que fica logo do outro lado do rio ali e

⁴²⁷ PINHEIRO, E., *Entrevista*, op. cit..

⁴²⁸ SANTOS, M., *Entrevista*, op. cit..

⁴²⁹ Idem.

ponharam no tronco, e veio outros índios ali e soltaram eles e pegaram o cabo e enfiaram ali no tronco, quebrou as duas pernas dele! Arrocharam demais, transpassou aqueles paus assim.⁴³⁰

A narração de seu Albérico é clara, o carrasco executor da punição no tronco era alguém da liderança indígena, ou seja, o executor integrava a polícia indígena. Todavia, quem delegava o poder de punir à essa milícia era o chefe encarregado do Posto. Aliás, quem criou essa estratégia assimétrica e hierárquica de poder nos Postos Indígenas do sul do Brasil foram os agentes da proteção tutelar situados nas unidades locais: os chefes de Posto. Contudo, quem executava a prática de “ponhar” no “tronco” era a liderança, podia ser o cabo, o major, o capitão.

Nas memórias de seu Marins a liderança “naquele tempo” era “bandida”. Argumenta que “eles eram todos bandidos bem dizer”, isso porque “judiavam mesmo”, “quebravam as pernas dos índios”. A polícia indígena era constituída dos cabos, do major, inclusive no “passado” seu Marins não conhecia o “tal de cacique” como hoje existe, “naquele tempo não, naquele tempo era o major” o chefe dos índios.⁴³¹ Segundo seu Cesário quem “administrava o cacique” era o chefe de Posto, na realidade, o narrador esclarece que eles “não diziam cacique, diziam major” e que ainda existia o coronel, o tenente, o cabo da polícia indígena.⁴³² Em certo sentido, seu Cesário compreende que quando havia esse “controle” e a administração do chefe de Posto tudo “funcionava melhor”, pois os índios “sabiam trabalhar tudo bonito né, agora?!”.⁴³³ A percepção de que “naquele tempo” tudo funcionava melhor é um sentimento manifestado por vários narradores, argumentam que havia menos brigas, pois poderiam ser punidos, visto que todos respeitavam o chefe de Posto e, conseqüentemente, as lideranças.

João Franklin Mäder foi outro nome de chefe de Posto que emergiu nas lembranças dos narradores. Este chefe foi lembrado comumente pelo envolvimento em dois momentos que marcaram a trajetória de sua administração, a questão da intrusão/desintrusão dos brancos na terra do Xapecó e por ter sido deposto pelos indígenas quando o cacique Zé Domingos assumiu a autonomia política do Posto.

⁴³⁰ PALIANO, A., *Entrevista*, op. cit..

⁴³¹ SANTOS, M., *Entrevista*, op. cit..

⁴³² PACÍFICO, C., *Entrevista*, 26 de julho de 2013, op. cit..

⁴³³ Idem.

A maioria dos narradores acusa que ele era “muito bom” e costumava ajudar, “ajudou bastante”.⁴³⁴ Dona Jurema recorda que naquele tempo era muito difícil a vida e que seu Mäder ajudava os índios que pediam apoio:

[...] olha era difícil [...] as vezes a gente passava necessidade das coisas né, que era difícil né, a gente podia chegar nele falava com ele, e arrumava as coisas para a gente, quando não dava dinheiro para a gente, ele ia a busca das coisas que precisa, ele tirava alimento da casa dele mesmo, para manter quem estava precisando.”⁴³⁵

Seu Albérico, sobrinho de Zé Domingos, recorda que Mäder foi um chefe “enérgico”, “ruim pros índios” e “duro”, argumenta que ele era “militar” e que costumava “judiar”. A destarte disso, afirma que para muitos, Mäder foi “gente boa”, inclusive lhe “deu serviço na serraria”. O narrador explica a situação da deposição e ao ser questionado se presenciou tal acontecimento, afirma ter estado presente na noite do movimento indígena de expulsão do chefe. Recorda também que Mäder circulava pela terra armado com uma pistola 765 na cintura e que na fatídica expulsão chegou a dar um tiro com uma espingarda winchester que passou 20 centímetros para cima da cabeça de um índio que se encontrava no Posto,

Daí os índios resolveram tirar ele, ele era muito duro! Tava! Tava, assisti a tirada dele! Os índios atropelaram ele! [...] ele andava armado! Ele não tirava uma 765 da cinta! [...] nesse dia que ele foi expulso, ele deu um tiro de Winchester [...] pegou na porta da cozinha lá, aí tinha um índio entrando de lá pra cá, pegou um tanto assim pra cima da cabeça do índio, uns 20 centímetros pra cima da cabeça. Se ele baixa 20 centímetros, tinha...⁴³⁶

A expulsão de Mäder marcou um novo período nas formas de relações entre a comunidade e a proteção tutelar. Momento singular para os índios do Xapecó, a partir de então a subordinação das lideranças frente aos chefes de Posto fora eliminada e tais lideranças passaram a envolver-se diretamente na condução das práticas de assistência

⁴³⁴ SILVA, J., *Entrevista*, op. cit..

⁴³⁵ Idem.

⁴³⁶ PALIANO, A., *Entrevista*, op. cit..

promovidas pela agência indigenista.⁴³⁷ O professor Pedro *Kresó* recorda que tinha na época 10 ou 11 anos de idade e que não chegou a presenciar a destituição de Mäder, mas que até então os “indígenas eram mandados ou manipulados pelo chefe branco, pelo chefe não indígena” e que foi “a partir do Zé Domingos” que começou a “mudança” na terra.⁴³⁸ Levou décadas para as relações assimétricas de poder entre o chefe de Posto e os Kaingang se desfazerem. Tais vivências, confrontos, subordinação e insubordinação, punições e castigos, imposição do “trabalho”, influências e intromissões por parte da proteção tutelar e seus representantes na TI Xapecó deixaram marcas profundas nos modos de vida e no *habitus* social. Porém, o que mais impactou a “tradição” Kaingang foram as conseqüências para a relação Kaingang e meio ambiente oriundas das intervenções dos não índios na exploração das florestas e seu paulatino desmatamento.

3.2.3 “Era um pinhalão!” Mato, “mato virgem”

O “mato virgem” é o local paradigmático do perigo e das práticas xamânicas do *kujã*. Este é o lugar da iniciação, lugar das relações com o animal-auxiliar e o lugar da coleta dos elementos vegetais e minerais que servem para a cura das pessoas: os “remédios do mato”. Do centro à periferia, os Kaingang circulavam do local de moradia (casa), de rituais e festas (centro da aldeia), de morte (cemitério) e da prática agrícola aos mais distantes. Em detrimento da limitação do espaço centro e periferia, as relações com o ambiente e o ecossistema são afetadas.⁴³⁹ O processo de povoamento dos campos do oeste meridional impôs aos Kaingang uma transformação, bem como (re)organização social das práticas que a sustentavam. Os estudos em etnologia elaborados por Juracilda Veiga, Kimiye Tommasino, Ricardo Cid Fernandes, Ledson K. de Almeida, Robert R. Crépeau, Rogério Rosa, Sérgio Batista bem como pelos etno-historiadores, como Ana Lúcia Vulfe Nötzold entre outros, apontam ainda em muitas terras indígenas Kaingang a persistência da cosmologia, mitologia e de práticas ritualísticas como bases fundamentais que regiam a organização social.

O xamã é denominado pelos Kaingang de *kujã* e é orientado pelos saberes “guiados” e “não-guiados” (guia). Saberes “guiados” são

⁴³⁷ Estas questões serão tematizadas no último capítulo.

⁴³⁸ KRESÓ, P., *Entrevista*, op. cit..

⁴³⁹ CRÉPEAU, *Entrevista*, op. cit., p. 123.

àqueles referentes às práticas assistidas pelos auxiliares não-humanos, bem como pelo animal-auxiliar ou o *iangré*; os saberes “não-guiados” se referem ao curandeiro que é auxiliado pelos santos do panteão relacionado ao catolicismo popular. Desde os mitos de origem até a prática xamânica, o espaço estava permeado pelas relações duais. Robert Crépeau destaca que o dualismo Kaingang se caracteriza por ser concêntrico baseado em contrastes horizontais centro/periferia e casa/limpo/floresta. Centro é o espaço da vida doméstica e a periferia composta pelos elementos do entorno. Por outro lado, é o “mato virgem” que circunscreve a casa e o ambiente denominado de “limpo”, ou seja, espaço destinado às roças.⁴⁴⁰

A palavra “mato” ou “mata”, no sentido mais completo e complexo, integra a vida Kaingang. Esse mato consiste num ecossistema onde se situam espécies florísticas e faunísticas, bem como, pode ser distinto como o lócus da convivência e da circulação de humanos e não humanos. Em contraponto, o Kaingang raramente utiliza a expressão “floresta”. O mato é fundamental para o Kaingang, integra o seu modo de ser Kaingang. As narrativas evidenciam que sem o mato, o modo de vida e o *habitus* social Kaingang se transforma, torna-se dependente da assistência dos não índios. No mato há pinhão, brotos, folhas, ervas, caça, mel, fontes d’água, remédio, perigo, além dos elementos xamânicos, ritualísticos e mitológicos, entre outros. Os narradores contam que antigamente o Kaingang era forte, consumia comida do mato, alimentava-se dos bichos do mato, cevava os animais na caça, ainda, bebia água limpa e sem “veneno”. Explicam que o mato fornecia o alimento, mas também os remédios para a cura. Em certa medida, o mato constitui a fortaleza ou a natureza física e espiritual dos Kaingang, o mato faz parte da corporalidade Kaingang visto que a “maioria dos alimentos eram remédios para teu corpo.”⁴⁴¹

O tempo verbal da expressão “era um pinhalão!” se refere ao passado. Seu Cesário Pacífico acusa que está tudo mudado, não existia “essas lavouras”, no seu tempo de infância “era só mato”, “era um pinhalão, mato, tudo, tudo!”, inclusive havia poucos moradores na Aldeia Sede, assim, todos habitavam no “meio do mato”, pois “eles furavam o lugar” para fazer moradia, por conta disso, até “tigre” tinha,

⁴⁴⁰ Segundo Crépeau, o espaço ao redor da casa é denominado de “limpo”, sendo essencialmente designado pela agricultura, portanto, opondo-se ao mato, local da floresta. *Ibid.*, p.117 e 118.

⁴⁴¹ PINHEIRO, C., *Entrevista*, op. cit..

Agora tá mudado, mas no meu tempo de pequeno, da infância, que né, quando a gente era criança, que diz né, não existia nada aí, essas lavouras aí, essas lavouras aqui, era só mato, que nem como fosse aqui pinheiro, era um pinhalão mato, tudo, tudo! Tinha só os carrera, os que faziam pra aí onde tinha uns três quatro casais que moravam dali, outro lugar tinha outro, mais uns três quatro que moravam no meio da mata, eles furavam o lugar, faziam a casa, faziam os seus, moradia, ali né, então não existia nada nada aqui, era mato, tinha até tigre ainda por aqui neste lugar aqui.⁴⁴²

Os não indígenas costumemente quando se referem a “floresta virgem”, compreendem-na como um espaço sem a ação humana, onde a natureza apresenta-se intacta, um mundo natural selvagem intocado e intocável. Concebem-na habitada por vários seres e espécies, contudo, por ser “virgem”, o homem não se insere e ainda não interferiu neste local. Mas isso não passa de um neomito, conforme explica Antonio Diegues, pois atualmente, não existem espaços intocados pelo homem.⁴⁴³ Quando os Kaingang falam no “mato virgem” eles não estão se referindo, conforme fazem os não índios, a um espaço em que a ação humana não chegou, pelo contrário, estão se incluindo como um dos seres que circulam no mato, na natureza. O sentido na realidade faz referência à existência de um local onde os “brancos” não desmataram, onde a ação humana não descaracterizou o lugar, isso sim, é o mato virgem. Quando o mato está virgem, existe água limpa e todas as espécies faunísticas e florísticas com as quais os Kaingang mantêm relações há muito tempo.

3.2.3.1 “Remédios do mato”

O “remédio do mato” enquanto categoria nativa consiste num dos elementos da tradição Kaingang que emergiu nas memórias dos narradores, dessa forma, integra as instâncias do saber e do conhecimento do povo. Essa noção dentro da tradição pode ser definida como “indigeneidade da paisagem”, ou, saberes do povo adquiridos ao

⁴⁴² PACÍFICO, C., *Entrevista*, 15 de junho de 2011, op. cit..

⁴⁴³ DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

longo do tempo e transmitidos geracionalmente por meio das relações entre homem e ambiente, entre os Kaingang e o “mato”.

Não foram somente os narradores mais idosos que lembram sobre o “remédio do mato”, os mais jovens como seu Getúlio Narsizo destacam essa prática. Assim, seu Narsizo indica que sempre havia na roça, na horta das famílias, plantas que eram destinadas como “remédio do mato”,

[...] E também, no mato não tinha carro, não tinha nada pra levar né... que nem eu e meus irmãos... a gente nasceu todos em casa, e a minha mãe e a minha avó fazia remédio do mato pra minha mãe se lavar e... pra minha mãe quando nascemos, no terceiro dia já tava lavando roupa... não precisava esperar muito tempo né...⁴⁴⁴

Seu Albérico Paliano afirma que ainda hoje o “remédio do mato” é utilizado conforme a doença. Ao ser questionado como se procede, o narrador afirma “[...] nós mesmo fazemos né! Cozinha aí, numa chaleira aí e toma.”⁴⁴⁵ Todos os narradores afirmam que faziam e ainda fazem remédio do mato. Assim como informou seu Narsizo, seu Albérico explica que além de coletar no mato o remédio, a sua família tem a planta cultivada na horta, “[...] se vai no mato e cata, aquilo que a gente conhece e sabe que é bom né, sim, e daí, a mulher planta muito remédio na horta também né, então a gente toma bastante nativo né.” Perguntado sobre o que comia do “mato”, seu Albérico comenta de brotos do mato, conhecidos como samambaia preta, urtiga, fuá, fala na banana do mato, chamada có, e explica que hoje os brotos quase não são encontrados: “Banana có e os broto do mato, hoje é muito pouco né! Os índios derrubam né!”⁴⁴⁶

Seu Ernesto Belino também utiliza e faz “remédio do mato”. Explica que chegou a usar remédio para “pressão” fornecido pelo postinho de saúde, porém, não lhe fez bem, então melhorou só usando “remédio do mato”. Afirma ter aprendido a usar os “remédios do mato” com os mais velhos, pois antigamente não havia os remédios do postinho:

[...] o remédio já digo, assim dá, do postinho, eu usei uns dias, por causa da pressão, mas não me fez bem! Daí eu parei! Parei. Comecei a fazer

⁴⁴⁴ NARSIZO, G., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁴⁵ PALIANO, A., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁴⁶ Idem.

remédio do mato né! E sarei né! Sim, já digo, a gente, que dê primeiro não tinha essas de remédio assim [...] era só do mato né, então, eu aprendi com os mais velhos do que eu né! [...] eu usei muito remédio! Então, eu fico doente aí, pego, já digo, até gripe, quando eu vejo que tá querendo me dar uma gripe, eu já faço um remédio!⁴⁴⁷

O narrador acredita também que o modo de vida Kaingang possibilitava às crianças a não ficarem doente, seja por conta do estilo de casa, estar em contato com a terra, visto que a casa era de chão batido, ou mesmo conforme o tipo de comida,

Dê primeiro, já digo, agora de mudou muito, de primeiro o índio, já digo, as vezes nascia uma criança, eles colocavam ali um dia, depois era assim, ninguém tinha casa de assoalho já digo, era casa de chão... já ficava caminhando, se arrastando, nunca ficava doente também né, e agora essas comidas que já vem...⁴⁴⁸

Recorda dona Maria Librantina que há certo passarinho pequeno, chamado surucuá, que era utilizado para a cura da “tosse comprida”. Esse animal se buscava no mato, fazia um “leite de sopa daquele passarinho” e dava para a criança como remédio,

[...] um passarinho assim, bem pequenininho. Matava o surucuá e fazia de lá já, empenadinho né, chegava partia e dava uma lavadinha e jogava na panela! E a panela era no gancho assim, assim pro bichinho! Não existia, hoje que a gente come no prato, é! Eu ponhava na panela inteiro, ponhava aipo e deixava ferver! Chegava a ficar branco tipo um leite a sopa daquele passarinho, e daí tirava de lá e deixava amornar e dava pra criança era remédio!⁴⁴⁹

Estas transformações de vida, segundo a narradora, estão relacionadas com a “invasão” do branco na TI Xaçecó e que os índios hoje “não tem mais força” ou “voz ativa” para impedir tal invasão.

⁴⁴⁷ BELINO, E., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ CAMPOS, M. L., *Entrevista*, op. cit..

Só que hoje... nem bicho do mato tem mais porque nem mato não tem! O branco invadiu a nossa terra e... ta acabando! Né. Nós índios não temos mais força de dizer não pro branco! Daí eles estão invadindo cada vez mais e nós estamos ficando, como eu to falando, nós estamos ficando num ladinho do lado! Nós não temos mais a força aquela voz ativa de dizer não e parar por aqui né!⁴⁵⁰

Dona Maria Librantina acusa que “Ihh, eu tenho tanta coisa que se a gente ia contar mesmo, olha, não conta tudo, como eu digo!”.⁴⁵¹ Essa frase mostra que as lembranças podem emergir e até irromper e, que, a experiência de vida pode ser rememorada pela comparação entre passado e presente. A artesã afirma que não há mais bicho do mato pelo fato de não haver mais mato, e isso estaria relacionado a “invasão” do branco. Em outros exemplos sobre o “remédio do mato” ou sobre o “mato” como possibilidade de remédio, a narradora destaca que se procurava água no “centro do mato” para dar às crianças e que hoje, quando estas têm uma febre se procura o médico. Parece haver na narrativa o reconhecimento de que os saberes que se tinham não são mais recorrentes, ademais, até para “quebradura” o mato era recorrente.

Ou senão se a criança ainda tava... que tava bem espertinho, só tava tossindo, eles pegavam, a mãe pegava por nas costas ia... caminhar com ele nas costas, e se atracava no mato e pegava uma colher e ia lá...dentro do mato, bem no centro do mato, tinha as lagoa e daí chegava lá e dava três colheres de água da lagoa pra criança e enterrava a colher lá e vinha embora! Era o remédio! Sarava! Hoje dá uma febre na criança, primeiro o médico né. [...] Ninguém faz mais, ah, assim, remédio pra quebradura, criança caía e quebrava o braço, ninguém ia pro médico, mandar engessar, mandar bater raio X. Ali cada um arrumava, um ia dar uma apertada, outro vinha e dava outra apertada, e curava assim! Aí daí no mato, tirava um cipó, queimava aquele cipó, moía bem, com o

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ Id.

martelo, fazia aquele carvão, e põe um pouquinho de banha e... passava no... braço!⁴⁵²

A narradora mais velha, Dona Emiliana, conta que o “remédio do mato” era responsável pela cura das crianças, pois não havia vacina, recorda que na sua infância foi “curada com remédio do mato”:

[...] daí os índios pegavam o remédio do mato pra ponha na gente, não tinha vacina! Eu fui curada com remédio do mato! Lava tudo a gente, corpo inteiro, na água corrente, antes do sol nascer! Tava lá já a paçoca de remédio pra lavar a gente... toda a criançada! Daí faziam tipo um barraco assim, agora nós dizemos barraco né, eu não sei o que era aquilo lá, tipo uma casinha...⁴⁵³

O mato parece ser o lugar da abundância e o lugar de cura. Na compreensão de dona Librantina, o “matão”, de onde se trazia o cesto cheio e “rangendo” de jabuticaba, não existe mais, ou não “tem mais”, argumenta que “hoje se você quer comer uma coisa dessas tem que comprar no supermercado!”. As crianças da TI Xapecó conhecem as frutas, mas desconhecem a planta, “[...] eu digo, tem muitas frutas que hoje que nem as crianças sabem que jeito que dá, no pau, que tipo de madeira é que dá aquela fruta pra comer!”. A fala da artesã destaca novamente que não há mais esse modo de vida ou essa “nossa natureza” e acusa o branco como um dos responsáveis pelas mudanças: “E não tem! Que nem eu tava dizendo, o branco chegou e foi apertando e foi apertando e foi acabando com as nossas coisas, com a nossa natureza!” Librantina compreende que hoje as roças e lavouras são feitas a partir do uso do “veneno” algo que não era feito no tempo de infância, no passado o roçado era na enxada e depois da queimada, sem uso de “venenos”,

[...] no meu tempo não tinha essas coisas! Não era passado veneno nas lavouras pra limpar o milho! Era... se era muito a samambaia era cortado com foíce! Se o mato era baixinho era capinado! E hoje se não é com veneno... hum, ninguém limpa a roça! Já não existe mais, nem pra plantar! O pai quando era pra plantar trigo, o pai semeava, queimava, roçava e queimava e daí jogava o trigo,

⁴⁵² Id.

⁴⁵³ PINHEIRO, E., *Entrevista*, op. cit..

na queimada! E daí mandava nós que fosse com a enxada daí cobri!⁴⁵⁴

Dona Jurema recorda que “[...] antigamente tinha que tomar erva do mato”, no passado todos da comunidade “[...] vivia assim com o remédio caseiro, com ervas, tomava muito as ervas do mato”, mas isso mudou, com a chegada do postinho de saúde, passaram a ser atendidos pelas “enfermeiras”.⁴⁵⁵ Ao explicar um remédio para acabar com a febre, dona Jurema diz que pegava o “milhomem” e cozinhava com alho “[...] para tirar aquela febre, as crianças tinham, o Claudemir era pequeno ainda nessa época, deu em tudo nós, deu em mim, no pai dos piá.” Ao refletir sobre aqueles tempos, compreende que naquela época a vida era assim, mas que na atualidade, só tomam remédio do posto ou da farmácia, pois o remédio “caseiro” não tem muito significado para os contemporâneos: “[...] uma vez era assim né, hoje em dia é, nasceram, vai pouco tempo e só toma o remédio do posto [...] assim nas farmácias né, e daí esse remédio caseiro, não significa muito para eles mais.”⁴⁵⁶

O professor Gilmar explica que seu pai, o narrador Marins, já teve “[...] três início de derrame, e o pessoal não acredita, não pode ter resistido, pode, porque ele sempre conta que quando era pequeno o meu finado avô, pai dele, tinha muito remédio do mato, essas coisas para ele tomar e ficar forte.”, neste momento, seu Marins complementa: “Tomava remédio do mato!”⁴⁵⁷

Os antigos tinham “os remédios matreiros deles” para “sobreviver”. Argumenta seu Miguel que “qualquer madeira pra eles era um remédio”, esses “remédios antigos, do passado” permitia que o índio tivesse uma “cultura mais reforçada” ou uma “vivência boa”. Hoje, o narrador percebe que qualquer “doencinha tá lá no hospital” e “tamos fazendo uma consulta”. Quando pequeno de “piazinho” dormiam no sereno debaixo de uma árvore acompanhados dos pais, por conta de ter uma “cultura boa”, tinham saúde, e hoje, se fizerem isso é “capaz de dar um negócio lá e morrer”.⁴⁵⁸

Eles tinham os remédios matreiros deles. Pra sobreviver, ter na vida deles, aqueles remédios antigos, passado, qualquer madeira pra eles era um remédio. E hoje já não. Né? Hoje, qualquer

⁴⁵⁴ CAMPOS, M. L., *Entrevista*, op. cit.

⁴⁵⁵ SILVA, J., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁵⁶ Idem.

⁴⁵⁷ SANTOS, M., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁵⁸ ALÍPIO, M., *Entrevista*, op. cit..

coisinha que nós temos, uma doencinha tá lá no hospital. Já tamos fazendo uma consulta. Tudo quanto é coisa que acontece no corpo da pessoa, já temos que tá lá fora. Né? E aqueles tempos atrás não. O índio tinha uma cultura mais reforçada, ele tinha uma cultura, uma vivência boa. Né? Eu calculo assim, que nessas mudanças, que no passado, eu lembro, do tempo que eu era piazinho, né, nós saía, meu pai dizia assim quando era por esse tempo de agosto, setembro, que é um tempo calor: “Não vamos dormir dentro do nosso ranchinho, nós vamos fazer fogo debaixo daquela árvore.” Ficava no sereno, sereno pegava as crianças, os de mais idade. Então ele vivia numa cultura boa, não é. Não tinha. E hoje, se nós ir dormir debaixo de uma árvore dessa, é capaz de dar um negócio lá e morrer.⁴⁵⁹

Dona Lurdes e seu Antonio convidaram para circular pela sua moradia e conhecer a horta que cultivam nas redondezas da casa (Foto 1). Foram mostrando várias plantas, frutas, brotos, ervas, árvores que servem de “remédio do mato”, foram explicando o uso de algumas e para quê serviam: “Muito importante, as plantas, as folhas são remédios.”⁴⁶⁰ Segundo eles, as plantas ajudam na cura de doenças do corpo como também doenças do espírito. “Conhece a alfavaca?” A pergunta de dona Lurdes veio para poder explicar que esta planta é utilizada para curar o espírito e afastar os mortos dos vivos que vão “ficando assombrado”. Explica:

[...] por exemplo, o vô falece!” “Eles (os netos) são agarrado muito com o vô né, não ficam sem o vô. Daí o vô falece, eles ficam triste, abatido e a guia do vô vem rodear eles, a guia do vô vem rodear eles. Daí, porque ele foi com dó de deixar eles. Daí a gente lava eles com remédio pra que ele não consiga levar eles! O espirítinho deles! Eles vão ficando aniquiladinho, e vão ficando doente, e daí aparece pra criança o guia do vô! A criança vê, então vai ficando doente, vai ficando assombrado. O que a gente faz, lava com alfavaca toda a tarde, e a gente leva lá no rio! Daí a gente

⁴⁵⁹ Idem.

⁴⁶⁰ SILVA, L. e SILVA, A., *Entrevista*, op. cit..

leva lá no rio e banha e só com alfavaca e põe na cabecinha da criança e banha eles pra eles dormirem, e eles dormem! Daí aquele cheirinho, o guia do vô não vem sobre aquele cheirinho!⁴⁶¹

Assim, a narradora trouxe vários exemplos sobre a questão das doenças do espírito que interferem na vida e podem levar à morte. Esclarece seu Antonio que cada um tem seu “guia”, “Isso aí, é como o espírito assim da gente, né, mas tem lá outra pessoa que acompanha a gente”. Complementa, esse guia tem o papel de nos orientar: “É, ele orienta, se a gente tem que fazer uma viagem, ele quem vai fazer os humanos fazer, quer fazer um serviço, qual que é o remedinho?!”⁴⁶² Os homens (os Kaingang) tem um guia, que lhes orienta inclusive pela escolha dos remédios do mato que devem promover a cura: “O poder dele é bastante né!”⁴⁶³ Na compreensão de dona Lurdes, tem coisas que o médico não cura, não sabe, pois pertencem ao “sobrenatural”:

Não foi preciso ir pro médico, esse o médico não cura, daí, é porque isso aí é coisa sobrenatural, e é coisas assim que... As vezes você tá bem desacorçoado, dor no corpo, as vezes é uma gripe, eu não tô me sentindo bem, não tô entendendo o que eu tenho, as vezes é um parente teu que faleceu e ele tá com dó de você, e tá te rodeando, ele quer tirar você do sofrimento! Daí você não tá entendendo, porque você não tem aquela sabedoria que nós temos aqui no mato!⁴⁶⁴

⁴⁶¹ Idem.

⁴⁶² SILVA, A. e SILVA, L., *Entrevista*, op. cit.

⁴⁶³ Idem.

⁴⁶⁴ SILVA, L. e SILVA, A., *Entrevista*, op. cit..

Foto 1: Antonio Gonçalves da Silva e Lurdes Gonçalves da Silva mostrando a “banana có”



Fonte: Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Os “remédios do mato” curam o corpo e o espírito e tem o poder de agir no mundo humano e no mundo sobrenatural. Sempre quando indagados, os narradores afirmam que aprenderam a fazer “remédio do mato” com os mais velhos, dona Emiliana comenta que seus avôs lhe ensinaram tudo, inclusive a fazer parto, pois numa emergência, realizou o parto de sua mãe.⁴⁶⁵ Apesar dos narradores acenarem positivamente que ainda hoje utilizam os “remédios do mato”, eles também percebem que as crianças e a juventude não se adéquam ao sistema de antigamente. As comidas do mato como também os “remédios” de antigamente não são mais recorrentes aos mais jovens. Para dona Maria Librantina, o “remédio” de antigamente poderia ser “capaz de matar uma criança”, pois esta não tem “organismo” e não é acostumada a suportar a ação dos “remédios do mato”:

Por isso que eu digo, hoje, a criança dá febre e eles correm lá no postinho, muitas vezes são até mal atendido porque.... Ao invés de procurar os remédios de antigamente, mas... se tem que fazer um remédio pra uma criança agora você é capaz de matar! Já não tão mais, o organismo não tá acostumado com os remédios assim do mato!⁴⁶⁶

Existe uma relação entre os “remédios do mato”, a mata (natureza) e o trabalho do *kujã*. O professor Claudemir explica que

⁴⁶⁵ PINHEIRO, E., *Entrevista*, op. cit.

⁴⁶⁶ CAMPOS, M. L., *Entrevista*, op. cit.

desde pequeno costumava acompanhar sua avó nos trabalhos de cura, ela sabia fazer “remédio do mato” e recebia instruções de tratamento por meio do guia dela. Assim, quando tinha 7 anos, os guias mandaram um recado para ele: “[...] os guias na verdade disseram que tua vó tá ficando velha e você tá ficando grande, e você vai seguir o trabalho dela daqui uns tempos e vai ter que se preparar.” Contudo, o narrador explica que não levou a sério aquela mensagem: “[...] como eu era criança, a gente não levou a sério, eu não levei a sério nada de nada que ela falou, mas eu fiquei lá”. Num posterior e mais recente momento, uma tia “curandeira” de seu Claudemir lhe falou “[...] Eu tenho um recado pra te dar. Eu disse, que recado?” Continuou o narrador: “Ela disse que você sabe que você tem um propósito.” Finaliza, “Você foi escolhido para fazer esse trabalho e você tem que fazer, senão daqui um tempo você vai...”. Aos poucos, seu Claudemir percebeu que deveria se preparar para ser *kujã*, afirma que todos os curandeiros da “aldeia” vem falar com ele e que seu tio recebeu uma mensagem de um “passarinho”: “O passarinho veio me contar, ele disse, meu filho, o passarinho veio me contar, veio me dar um recado, que você tem que fazer um trabalho para ele, que você não está fazendo!”⁴⁶⁷

O narrador Claudemir esclarece que é orientado pelo espírito *gatãñ*, que pode ser compreendido como o espírito da natureza, nas suas palavras: “É o espírito da natureza, ele é o dono de todas as coisas!” Quando foi questionado sobre como sabe quais ervas, quais plantas e animais podem ser utilizados nas curas, o narrador explicou que é necessário “conversar lá no mato”. A orientação do *kujã* é feita no mato, assim, justifica “[...] tem que ir no mato, você tem que conversar com a natureza, aí quando você menos espera...”. Numa analogia, diz que o trabalho do curandeiro, do benzedor, do *kujã* “Não é como na escola que vai para escrever, aprender, falar bem a gramática por exemplo.”⁴⁶⁸ Nesta comparação o narrador está distinguindo a noção “saber” da noção “conhecimento” considerando que o saber constitui elemento da tradição Kaingang e suas formas de aquisição estão relacionadas com as práticas xamânicas enquanto o conhecimento tem sua aquisição pautada no processo de aprendizagem. O *kujã* é na realidade o que se convencionou a chamar de “pajé”, na compreensão do professor Pedro *Kresó*, o papel dessas pessoas é de “tentar ajudar”, assim, os *kujã* tem “conhecimento das ervas medicinais”, estão “aí ainda com suas curas, conhecimentos, seus mitos e suas lendas, o próprio *kujã*, que é o pajé,

⁴⁶⁷ PINHEIRO, C., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁶⁸ Idem.

que faz o remédio, benzimentos, então tem uma imensidade de conhecimento eu diria né.”⁴⁶⁹

3.2.3.2 Cevando o bicho, derrubando o mato e outras histórias

Havia na TI Xapecó muito mato, “mato virgem”. Segundo a maioria dos narradores não era necessário ir longe para poder caçar, havia abundância de pinheiros, de pinhão e, conseqüentemente, abundância de animais. O “mato virgem” ou o “pinhalão” expressivo que caracterizava a terra resguardava não somente os remédios do mato e a majestosa Araucária, como também um conjunto considerável de “caça”. Recordam os narradores que “[...] tinha tatu, paca, veado, tateto”,⁴⁷⁰ mas que “hoje já não tanto né”.⁴⁷¹ O desabafo de seu Albérico prossegue, “[...] os bicho do mato, tá muito pouco, tá longe pra ir caçar, hoje é poucos que caçam né, muito pouco, mas na época tinha!” Antigamente, nos tempos dos antigos não precisavam ir longe para “caçar”. As matas concentradas de pinheiros e outros substratos arbustivos inferiores mantinham o ecossistema equilibrado. Naquela época era “fartura!” Ao ser questionado por que havia fartura, seu Albérico considera, “Por que era... tinha muito mato né! E o bicho se cria! Hoje, hoje não tem mato.” O mato, o mato virgem, o pinhalão são sinônimos de fartura e abundância. Um tempo de abundância alimentar, um tempo em que se podia viver de “comida do mato”, um tempo que podia viver da “comida indígena”.⁴⁷² Na sua associação, quando há mato, os bichos se criam.

Seu Albérico informa que havia comido “carne de tatu” naquela semana, pois seu vizinho lhe trouxe um pedaço. Ao ser indagado sobre quem seria o caçador da terra que ainda encontrava certas caças naquelas redondezas, seu Albérico informou, seu “Neco”. Seu Neco ou Ernesto Belino apresentou ao longo da sua narrativa grande conhecimento sobre a fauna e a flora da TI Xapecó, esclareceu que é um caçador habilidoso e que nem sempre precisa de cachorro para realizar a caça do tatu, e se o cachorro não for “bom assim”, “eu logro ele né!”.

⁴⁶⁹ KRESÓ, P., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁷⁰ PALIANO, A., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁷¹ Idem.

⁴⁷² Id.

Neste sentido, seu Getúlio Narsizo complementou afirmando: “[...] faz ceva bastante né Neco! Ele, a vida dele é aí.”⁴⁷³

Eu, eu tenho aí um cachorro aí pra cuidar a casa né, cuida das galinhas aí, mas eu, pra caçar, eu saio sem cachorro. Tá ele aí que conta. Eu caço tatu, mas eu que acho, se for um cachorro bom assim, se não eu logro ele né!⁴⁷⁴

Seu Ernesto esclarece que atualmente come somente a carne de tatu, “A çaça que eu como é só tatu [...]”, mas que tem outras carnes que são boa, como a da paca, “[...] é mesmo que estar comendo a carne de um leitão, é!”⁴⁷⁵ A narrativa demonstrou certa nostalgia em relação aos tempos passados, inclusive compreende que “[...] de primeiro era melhor de viver”, isso em virtude de que naquele tempo a “indiarada” era mais unida, parece que naquela época “[...] era mais índio né!”, se referindo ao modo de ser das pessoas.

Eu... se voltasse os tempos passados, eu, pra mim, era melhor, mas não volta mais, cada vez vai alcando mais!

[...] porque de primeiro era melhor de viver por causa que, eu já digo, bem como a indiada era tudo unido né, faziam uma festinha aí mas tavam tudo alegre, agora a bebida não faltava né, e tomava mesmo, mas tomavam de, de cair mas não tomava os outros né, tudo. Mas chegou um tempo que olha, agora tá ele aí que conta, de repente tem, faz uma festinha aí, tem um grupinho lá, outro lá, cruza perto dele e não dá boa coisa. Se não já digo a mesma, era mais índio né! [...] eu não sei, de mudou demais, então...⁴⁷⁶

Esclareceu também que “[...] era muito melhor de viver, porque, já digo, naquele tempo, não tinha cacique!”. Seu Ernesto neste momento está se referindo as desavenças que existem hoje na TI, pois o capitão exercia o controle e isso na sua concepção não ocorria naquele tempo. Ao ser questionado sobre o mato, seu Neco disse que “era bonito”, “aí era um pinhalão!”, e que na região do posto da TI Xapecó, seu “finado” pai costumava “matar um veado ali pra nós comer!”, utilizando apenas

⁴⁷³ BELINO, E., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁷⁴ Idem.

⁴⁷⁵ Id.

⁴⁷⁶ Id.

um tiro de espingarda. Onde hoje existem lavouras na sede do Posto, havia “tigre” naqueles tempos, “[...] tinha até aqui pra trás, agora é tudo lavoura né, tinha tigre ali também né!”, o tigre ou o leãozinho como as vezes é referenciado, foi chamado pelo narrador de “canhoto”, “nós chamamos o canhoto, o leãozinho...”. Seu Getúlio explicou que os caçadores chamam o tigre ou o leão de canhoto porque “[...] é gato né, gato bate com a canhota!”.⁴⁷⁷

Toda a narrativa de seu Ernesto evidenciou o profundo saber sobre caçadas e a “astúcia” que o caçador Kaingang tem que ter, explicou como se caça passarinho com o “virote”, para não machucar a carne, ainda, mostrou o “pito” (Foto 2), uma armadilha que fazem para pegar o tatu e mostrou o “mundéu” para pegar tanto tatu, paca, cotia, depois, contou como matou uma jaguatirica apenas com o “bodoque”.⁴⁷⁸

Numa agradável tarde de conversa entre caçadores, seu Getúlio suscita a história da jaguatirica com seu Ernesto e seu Noé: “Um bichinho que não tem mais Neco, não sei se o seu Noé se lembra, mas não existe mais, eu não vi, faz tempo que eu não vejo, quando nós morava aqui que tinha bastante mato, tinha bastante, é a jaguatirica né! Ela foi embora!” Seu Noé complementa, “[...] eu vi só no dia em que eu me mudei ali, eu vi uma vez.”⁴⁷⁹ Seu Ernesto sem titubear afirma: “Eu matei!” Neste instante a curiosidade emergiu e o narrador se pôs a contar a história de como matou uma jaguatirica com o bodoque, “Isso faz... nem sei se o vizinho ali não tem o couro! Eu subi ali pra cima com bodoque (*risadas*). Daí tava lá em cima num pinheiro, assim, tava me olhando, aí eu peguei aquele bodoque. Há, tinha um pinheiro caído. Aí dei com o bodoque bem no meio da testa, derrubei ela!”⁴⁸⁰ Quando foi perguntado quanto tempo fazia que essa jaguatirica havia sido morta, seu Getúlio e seu Ernesto afirmaram que fazia uns quatro meses. Assim, seu Getúlio prosseguiu e disse que atualmente tem pouca jaguatirica: “É, mas tem pouco né Neco, tem pouco, uma vez tinha bastante né!”⁴⁸¹

⁴⁷⁷ Id.

⁴⁷⁸ Id.

⁴⁷⁹ Id.

⁴⁸⁰ Id.

⁴⁸¹ Id.

Foto 2: Ernesto Belino ao lado de Noé Rodrigues com armadilha “pito” para “pegar tatu”



Fonte: Acervo LABHIN, 2011.

Em seguida, seu Getúlio disse ao seu Ernesto: “Neco, conta aquela história pra eles darem um pouco de risada, aquela história que se foi caçar veado de flecha, que ele pulou, te pegou!” De fato essa história é curiosa, cômica e se assemelha às histórias de caçador. Narra seu Ernesto:

Há! Ali pra atrás ainda, tinha um pinhalão ali. É, eu uma vez quase morei ali, caiu um galho de pinheiro em cima de mim. Eu ainda tem o sinal, oh! Pegou mal e mal assim na minha cabeça um galho que quebrou em cima, um dia de chuva, pegou assim. Eu não vi nada! Daí que pegou aqui também! Só tinha pinhalão aí! Daí, nós... eu era piazotinho, tinha 12 anos. Eu, via uma corrida de cachorro e já saía, vou matar esse veado né! É, daí

eu tinha umas flechinhas assim. Como eu tava contanto aí, tinha flecha de ponta, com fisga né, daí que não sai daí, e tinha o virote também, daí eu sei que corri lá na espera, tinha dois esperador, deram uns tiros no veado lá, tava caçando com winchester né!

Responde seu Getúlio: “Erraram!”. Continua seu Ernesto:

É, daí subiu pra cima assim e eu corri. Eu sabia onde ele cruzava, e eu, de certo ansiado, né, digo: mas eu vou matar ele! Daí, em vez de ficar esperando onde ele saía, não, cheguei onde ele vinha, pela carrera dele né. Eu fui, eu digo: já encontro ele né! Daí eu (*risadas*) cheguei num pinheirão, pinheirão grosso assim! É, daí eu não pude passar ali, eu fiquei olhando por cima e peguei a flecha assim, ia atirar e ele vinha vindo. Daí vinha um guaipequinha pequenininho assim, vinha atrás dele, e eu coloquei a minha flecha por cima do pinheiro pra mim atirar e não deu tempo! Não é que ele veio de lá e se jogou por cima do pinheiro! Foi uma mão aqui e outra aqui! (*risadas*) Daí, eu abracei ele né. Caí de costas e ele ficou quieto! (*risadas*).

Comenta seu Getúlio: “E abraçado com o veado!” (*risadas*). Continua seu Ernesto: “E daí aquela cachorrinha tava mordendo ele, aí ele deu um berro. Os outros que vieram! Vieram ali e eu... tiraram o veado de cima de mim! (*risadas*) E eles ainda queriam me surrar ainda! Mas que tal se o veado mete os pés, se não vai te destripar tudo! Argumenta seu Getúlio: “Ele corta!” Prossegue seu Ernesto: “Daí eles queria me surrar, peguei e sai! Quebrou tudo as minhas flechas! (*risadas*). Pois é, e daí não me deram nem um pedaço também, eu fui pra casa!”⁴⁸² Seu Ernesto afirma ter saído triste depois do acontecido, pois apesar de ter pego o veado, ou o *kembé*, não ganhou um pedaço sequer da carne do bicho.

O cachorro era utilizado nas caçadas, pois ajudava a localizar, cercar e pegar os bichos. Seu Marins informou que ia caçar com seu finado pai e um cachorro “bem pequenino” e “tigreiro”, chamado “negrinho”. Recorda de terem caçado um “tigre” de uns 80 kg. Por certo, o “tigre” foi chamado por outros narradores de “leão”. Explica o

⁴⁸² Id.

narrador que “aquele tempo os velhos eram tudo valentões, não tinham medo de andar pelo mato.” Seu pai caçou o respectivo “tigre” com uma “xerenga velha”, ou, uma faca.

Me lembrei até caçava com o velho de meu pai, caçava, meu pai tinha um, hamava negrinho, um cachorro, bem pequenininho, era tigreiro, era tigreiro ele, quando nós saia podia contar que ele barrava até bicho bravo, é. E já fomos indo, para dentro do mato naquele tempo, já estou contando de tempo para cá, que eu era pequenininho né. O finado meu avô dizia, para o meu pai né, filho fica lá em cima agora, e segura o cachorrinho [...] eu vou roçar de baixo dessa madeira que tá o bicho, parece que é bicho bravo, vamos chegando até lá. E aí o meu pai disse assim, será que é um bicho bravo mesmo. É um tigre, um tigre! E daí é tigre, *ming* em Kaingang. E daí, nós fomos indo, aí o pai disse você ata o cachorrinho aí, não vai soltar enquanto eu vou pegar o meu facão velho, uma xerenga velha que eu tinha na cinta, aquele tempo os velhos eram tudo valentões, não tinham medo de andar pelo mato. Há é, ‘você que esta aí bicho velho, hoje vamos ver quem tem é mais ligeiro na munheca, quero ver se você é bom na munheca como eu’. O finado do meu pai dizia né! Daí gritou para mim, não vai soltar o cachorro aí piá, não pode. Arrancou daquela xerenga dele, facão velho, começou roçar em baixo daquele pau, o pau se chama guareperê. Só que era baixinho e cheio de galhos e aquele bicho pulou para cima assim. O pai disse, era um tigre mesmo, um tigre, vai ficar aí piá! Tiigre né. Enfrentava o tigre, eles eram do mato também, matreiros velhos, e daí uma horas eu vi que ele, escutei um barulho na madeira. Fincou o facão na madeira para fazer o tigre embrabar, assim, se ele pular em mim, eu quero matar ele. Daí eu tava quieto olhando, o pai já tinha roçado chão, ele só deu uma negada no corpo assim e arrancou daquele facão e deu na cabeça dele, do tigre né, matou o tigre. E disse para mim, e agora vamos esperar ele morrer. Você vai lá em casa e busca teu vô lá, para me ajudar a levar esse bicho grande para casa. Devia pesar uns 80 kg eu acho, grande né! Esse tigre do mato. Os

bichos são grandão que nem um boi de grandão [...].⁴⁸³

As armadilhas como o “pito” para caçar tatu eram antigamente de madeira, taquara. Explica seu Getúlio que é necessário ter paciência para pegar o tatu, pois este bicho “fica até quatro dias na toca”, seu Ernesto explica que por mais que o tatu seja esperto, “quando aperta a fome e a cede ele se obriga a sair” e é neste momento que o “pito” estará esperando o tatu. Um caçador astuto precisava contar com técnicas. Seu Getúlio informa que seu Ernesto costuma fazer “bastante armadilha”, por exemplo, o mundéu serve, segundo seu Ernesto, para pegar paca, mas também tatu e cotia. Seu Getúlio e seu Ernesto explicaram que havia muitos tipos de tatu que hoje não existem mais, aliás, atualmente existem apenas 3 tipos, o “virá”, o “poca” e o “cambucida”, o “pardo não tem”. O cambucica é o mais pequenino dos três, com a “canelinha seca”.⁴⁸⁴

A caça é uma prática masculina, as narradoras mulheres quando comentam de caça, estão se referindo a comida, ao pai ou outro familiar que ia pro mato executar a ação. Dona Emiliana disse que eles viviam, antigamente, “[...] de roçado e caça e o nosso doce era de mel de abelha!” Na descrição da narradora, havia vários tipos de abelha, pois havia mato, “[...] mel de abelha, tinha bastante, pois era mato, tinha bastante, bastante tinha jetéi, tinha mirim, tinha irapoá, tinha a manduri, tinha a outra.” Por sinal, relembra assim como seu Ernesto que as armas indígenas eram de flecha, mas que seu pai quando ia caçar, costumava usar o mundéu: “As nossas armas era a flecha! Não vê que o dia em que o pai caçava de mundéu, de laço, era só coisa do mato! Mundéu é madeira! O laço é de soga de guambé! Armava as armadilha lá! O bicho ia comer, ficava no laço lá, puxava, pra cima e pendurava, era assim!”⁴⁸⁵

Na avaliação de seu Cesário, o tatu ainda existe na terra para caçar, o quati é possível ser encontrado “ali embaixo”, se referindo ao rio Jacu, quanto ao “passarinho”, acusa que “[...] gostávamos de caçar passarinho” e que “ainda tem bastante, pra nós caçar”, pois se “vai aí no mato aí já acha”, contudo, “não temos é flecha agora”, pois se assim o fizesse “era capaz de errar tudo os passarinhos (*risadas*)!”. A caça com flecha não é mais usual, sequer os mais jovens caçam ou consomem este tipo de carne. Nas palavras de seu Getúlio, havia bastante na terra

⁴⁸³ SANTOS, M., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁸⁴ BELINO, E., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁸⁵ PINHEIRO, E., *Entrevista*, op. cit..

indígena “tatu, tinha quati, muito quati, tinha bastante, é uma carne boa! A lebre vem por último, veado tinha bastante, tinha esse passarinhos né, nambu, tinha bastante jacu, tinha nambu, uru-uru a gente nem vê mais, acho que nem existe [...].” Recorda que havia um animal que hoje não se vê mais, o “surucuá”, segundo ele, “[...] nós comia parecido com a garça, tinha bastante, aí tem os patos silvestres [...]”. O melhor período do dia para caçar era “bem de manhã e bem de tarde”, visto que,

[...] as aves principalmente, de tarde quando começava a refrescar. Quando tá quente o sol elas não... geralmente elas vão mais pro meio do mato né, mais fresco. Aí quando vem a tarde elas vem pra tomar água pra voltar, ou de manhã cedo, que daí elas amanhecem com sede. Tatu também, pra caçar, você procura, nós procuramos onde tem os córregos de água, de noite tipo, pelas 8 ou 9 horas da noite, daí a gente larga o cachorro né, localiza, que daí ele vai tomar água, o dia todo ele passa dentro da toca e a noite ele caminha.⁴⁸⁶

Ao ser questionado sobre as dificuldades e facilidades de caçar e pescar, seu Getúlio argumenta que no Xaçecó atualmente “[...] a gente não vê umas espécies... peixes também. Tem algumas espécies que a gente não encontra mais fácil como tinha antes, por causa da construção das barragens.” A pesca na TI Xaçecó está comprometida pelas barragens construídas. Seu Narsizo esclarece que o peixe não consegue passar pela barragem, não consegue subir o rio e isso compromete a piracema,

[...] eu conheço o Xaçecó que é a minha área e a gente não vê umas espécies que... peixes também. Tem algumas espécies que a gente não encontra mais fácil como tinha antes, por causa da construção das barragens.

Foi pelos anos 80, acho que eu, quando nasci já tinha barragem, eles construíram a primeira ali já [...] o peixe por exemplo, ele não consegue passar na barragem, ele chega até a barragem e acaba né, aí conforme já tem uma barragem próxima da outra, ele não consegue subir, daí não aumenta, não dá reprodução né. Ele chega ali e volta, e daí nos meios do rio não dá peixe, só tira, só tira e não coloca. Na piracema ele sobe o rio, ele vai

⁴⁸⁶ NARSIZO, G., *Entrevista*, op. cit..

subindo, e aí ele chega na barragem e tem que voltar não tem e aí acabou algumas espécies de peixes.⁴⁸⁷

Na compreensão do narrador havia muitas espécies de peixe no Chapecó Grande e no Chapecozinho, inclusive o “surubi”. Seu Narsizo ressaltou a importância da aprendizagem com os mais velhos e que o ensinar atualmente está prejudicado. Ele exemplifica que não é possível ensinar o mais jovem sem ele poder ver, como diferenciar a cobra venenosa da não venenosa, ou ainda, saber encontrar o remédio para o veneno da cobra no mato que não existe mais.

É, não tem como ensinar o jovem, a criança se ele não vê né, como é que vai mostrar?! Então! Tipo, se tu vai ensinar a diferença de cobra, porque tem a cobra venenosa e tem a que não é, aí como é que você vai ensinar?! Tem que ter a cobra viva né! E aí tem o mato também, que daí o remédio pra cobra ele é parecido já com ela, como é que você vai ensinar, se não tem a cobra pra mostrar, e se não tem mato também!⁴⁸⁸

Explica Narsizo que os mais velhos ensinavam os jovens e que não existe o nome “bisavô” entre eles, na realidade, acusa que as gerações são discernidas em pai, pai véio, vô, vovô véio:

[...] o vô já sabia tudo, já. O vô já sabia o que tinha que fazer né! Meu vô morreu com cento e... o meu bisavô né! Eu falo vô mas na sociedade branca é bisavô. Pra nós é vô, é pai, velhos e avô. Nós não temos bisavô! É pai e avô! Só os dois né! Aí vai ficando, pai véio, vô e vai indo, vovô véio e vai aumentando né. É essa diferença, tu não fala meu bisavô, não vejo ninguém falar, principalmente os mais velhos! Fala pai véio, pai, aí tem o pai véio, aí tem o avô e tem o vovô véio! São quatro gerações, de vô, de pai né! Esses quatro! E ele sabia tudo né! Ensinava, meu pai também sabe muita coisa nesse sentido.⁴⁸⁹

⁴⁸⁷ Idem.

⁴⁸⁸ Id.

⁴⁸⁹ Id.

Seu Cesário acusa que o mato era abundante e em conseqüência disso, havia muitos animais para caçar e para pescar nos rios. Era muito comum no “mato virgem” vir juntar pinhão, contudo, por ter muito mato, tinha que “se cuidar porque o leão tava por ali”. De fato, o “mato virgem” era perigoso:

Eles caçavam tudo por aqui, não carecia ir longe, caçava, tinha mato, mato virgem. Juntava o pinhão por aqui, tudo por aqui era pinheiro. Eu vi ainda quando comecei a vir na aula, que eu morava no Banhado Grande, nós vinha juntar pinhão por aqui, aqui era mato, tinha um morador só aqui tinha, só um morador, mais no mais era só mato. Juntava pinhão em qualquer lugar, mas tinha que se cuidar porque o leão tava por ali né, por aqui tudo, era perigoso, era mato mesmo, mato virgem que tinha...⁴⁹⁰

Como artesã, dona Maria Librantina narra que atualmente está difícil para adquirir matéria prima, “Não tem mais mato! E o cipó só dá dentro do mato!”. Na sua compreensão não deveria ser assim. “Não deveria ser difícil né, porque o mato que tinha né, também por aqui era farto, só que agora!”. Sua narrativa em diversos momentos retorna à questão do “branco” que em sucintas palavras, não ajuda os índios e entrou na TI Xapecó com a intenção de “estragar tudo que o índio tem!” ou mesmo para “se aproveitar do que o índio tem!”. O índio seria uma “pessoa assim muito humilde” e por conta disso o branco se aproveitou.

Porque assim o branco ele entra dentro da área, que nem foi feito aqui, ele não entra com a intenção de ajudar o índio! Penso eu né! Ele entra com intenção de de... estragar tudo que o índio tem! Entra pra se aproveitar do que o índio tem! E o índio é uma pessoa assim muito humilde né, muito assim, uma pessoa assim que tenta ajudar as pessoas. E daí naquilo o branco chega e vai... e foi aonde que, no final hoje nós estamos no que estamos aí! Olha se a gente falar pra você que o branco entra aqui dentro, assim, que ele entra com a intenção de ajudar o índio, eu minto! Porque duvido o branco que entra aqui dentro assim pra dizer “não eu vou ajudar você, você vai ter o que você quer!” Duvido, se você dá um ladinho ele

⁴⁹⁰ PACÍFICO, C., *Entrevista*, 15 de junho de 2011, op. cit.

chega nem, qualquer coisa de bom ele tira de você! Muito até das leis, é como eu tô falando, através das chefias veio os brancos e daí como você vai falar?! Você vai mexer com... com as autoridades do lugar né, e quem vai ser prejudicado vai ser você!⁴⁹¹

Seu Cesário Pacífico trabalhou na serraria que foi instalada pelo SPI no início da década de 1960, porém, o narrador começou a trabalhar no tempo da FUNAI, em 1972, sem carteira assinada, realizando serviços sem vínculo empregatício, dessa forma, tinha no momento da entrevista, vinte e quatro anos de carteira assinada e ao completar os vinte e cinco iria se aposentar.

Eu já não tinha mais pai, não tinha mais pai, tinha só mãe, daí, eu entrei, na época, trabalhemos no serviço terceiros, carteira... não tinha carteira, não tinha identidade, não tinha nada, não tinha documento nenhum, mal apenas tinha só o registro do posto, né, era registrado no posto né, esse negócio de registro fora não conhecia nada, daí, começamos a trabalhar ali, eu entrei em 72, mas lá, na época daí, tinha aquele tal de serviço de terceiros né, recebia pagamento por folha.⁴⁹²

O narrador esclarece que as derrubadas de pinheiros e mato realizadas em tempos passados possibilitou a diminuição de muitas espécies de árvores, de pinhão e de frutas, na sua descrição, entravam no mato com uma “marretinha” e marcavam o toco do pinheiro para controle da extração.

O primeiro que administrou a nossa serraria que nós estávamos derrubando pinheiro, esse é o órgão, esse é o administrou, é, é o primeiro que administrou, a nossa serraria, é o SPI. Eles entravam no mato com uma marretinha, tem um, um martelinho, eles martelavam perto no toco do pinheiro, pra marcar ali né [...]

Mas aí trabalhei, derrubei tudo esses pinheiros, só deixemos esse aqui pra amostra, mas esse resto aí pra baixo, onde que tem tudo assim, era tudo pinhalão, derrubemos tudo, pinhão, pra acha

⁴⁹¹ CAMPOS, M. L., *Entrevista*, op. cit.

⁴⁹² PACÍFICO, C., *Entrevista*, 15 de junho de 2011, op. cit..

pinhão é só aqui. E aqueles plantio lá vocês viram (plantio de pinhão)?! É, lá eles não tem pinhão, lá tá, porque tem gente que cuida lá pra não derrubar já tão dessa grossura, tá quase dando pra aproveitar, mas eles já, tem gente que cuida né, pra não derrubar pra fazer a tábuas. Então vai terminando né as nossas frutas.⁴⁹³

Ao derrubar o mato seu Cesário Pacífico esclarece, “[...] a gente ficava meio pensando porque ia derrubar, né, se era nosso, pra nós comer a fruta, só que é, ah, vamos dizer assim, nós tinha que derrubar, nós era mandado né, peão [...]”. Apesar da consciência da ação, o narrador comenta que a madeira servia para fazer casas aos índios e também pagar “os peão, pagar nós”. A serraria tinha uma estrutura consolidada, com “tratorito”, caminhão carregando as toras, uma serrafita, enfim, extraíam “madeira boa” como de grápia, cabriúva, canjerana, espécies que o narrador acusa não ter mais, contudo, foi interdita quando a “federal veio e trancou, parou”, a “Polícia Federal” “descobriu” que estavam “devastando mesmo”.⁴⁹⁴

Mas a gente ficava meio pensando porque que ia derrubar, né, se era nosso, pra nós comer a fruta, só que é, a, vamos dizer assim, nós tinha que derrubar, nós era mandado né, peão, e daí o gerente, e daí, pra pegar madeira, pra fazer as casas também, como foi feito umas casas com aquela lá, a tal das madeiras né. Daí vendia as madeiras pra pagar os peão, pagar nós, daí vendiam as madeiras pra fazer a cobertura, daí ponha, a telha por cima né, vendiam também, daí vendiam pra arrumar o dinheiro pra pagar pra nós que tava trabalhando, tinha tratorito, tinha caminhão, dois caminhão carregando tora, tivemos uma serrafita, aí com o tempo a federal fechou, mas aí tinha só essa bolinha aí, federal veio e trancou, parou. Mas não tem mais aí, aí pra baixo nesse matão não tem, grápia, a cabriúva que é madeira dura né, cedro que dá madeira boa, vermelha né, tal de canjarana (*canjerana*), outro tipo, tem bem o tipo do cedro, dá uma madeira

⁴⁹³ Idem.

⁴⁹⁴ Apesar do narrador não dizer a data da interdição da serraria, os documentos acusam que foi no final da década de 1980, em 1988. Este tema e suas implicações para a TI Xaçecó serão abordados no último capítulo.

bem vermelha, derrubemos tudo, e sabendo que era nossa também, mas nós era mandado, era peão né, tinha que derrubar, e nós tava ganhando também né, era mandado, aí quando a federal descobriu bem que nós tava devastando mesmo, lá pra baixo já não tinha mais. A Polícia Federal de Chapecó que veio aqui, mas esses que vieram fechar eram de Florianópolis, Polícia Federal.⁴⁹⁵

O professor Gilmar afirma que o “desmatamento” se deu por “causa do SPI que entrou com o povo branco”. Lembra que montaram uma serraria e “foram derrubando”, o SPI foi extinto, mas a FUNAI continuou contribuindo para que “houvesse essa desmatação”. Seu Gilmar chegou a trabalhar “um pouco” na serraria, e afirma “[...] eu vejo assim, do passado para hoje, a gente teve muita perda”. Seu Marins é categórico, seu “Mäder da FUNAI estava intrusado com os brancos aqui também, aí foi que um ajudou o outro e foram terminando, tirando a riqueza da reserva né, hoje está terminado, hoje não se vê mais.” O narrador Guarani recorda que numa região da terra indígena chamada “Pinheiro Marcado” tinha “pinheiro grande lá”, “pinheiro muito grosso lá” que chegava a “8 metros de grossura”.⁴⁹⁶

A avaliação de seu Gilmar é crítica, diz que no que concerne a “boa vivência”, “alimentação”, todos “perdemos muito”. Na “época” havia muito pinhão e a caça ainda existia, “[...] então eu digo que nós perdemos dos tempos do meu pai, da experiência da vida dele”. Justifica que “[...] perdemos porque a caça já não existe mais, é difícil [...]”. Exemplifica que seu filho de 14 anos não teve a oportunidade de conhecer estas comidas e alimentação, “hoje só na história”, ademais, acredita que “[...] em termos de cultura para nós foi uma perda muito grande.”⁴⁹⁷ Sobre a mudança da paisagem, Dona Jurema lembra que primeiramente “tiravam” o pinheiro, posteriormente, “[...] começaram a tirar essas madeiras, tinha essas canelas né, umas madeiras comuns.” A narradora afirma que “[...] naquela época aqui era um mato só [...]” e que aos poucos “foram tirando, tirando para fazer lavoura de soja”.⁴⁹⁸

Muitos narradores trabalharam na serraria do Posto, se não como funcionários do SPI ou FUNAI, pelo menos nas lidas da extração de árvores, de tocos, no transporte, enfim, na condição de “peão” destacada

⁴⁹⁵ PACÍFICO, C., *Entrevista*, 15 de junho de 2011, op. cit..

⁴⁹⁶ SANTOS, M., *Entrevista*, op. cit..

⁴⁹⁷ Idem.

⁴⁹⁸ SILVA, J., *Entrevista*, op. cit..

por seu Cesário Pacífico. Seu Miguel recorda que “[...] levantava cedo de manhã aí e só via estouro de pinheiro” e que a Araucária era cortada com a “serra americana”. No pouco tempo que ajudou de “peão”, por volta de 6 anos, afirma que comumente “[...] destocava, cortava os tocos com machado, tampava os buracos pros caminhão entrar e pegar nos estaleiros as madeiras [...]”. Afirma, enquanto liderança, que chegou um momento que “começamos a pensar”, perceberam que a “madeira tava se terminando” e que “tavam fazendo devassa dentro da reserva!”. Compreenderam que o “[...] chefe do Posto não tirava uma tábuia pra fazer uma casa!” Seu Miguel considerou esta extração como algo errado, disse: “[...] chegou o momento que o índio foi crescendo, crescendo, e foi enxergando essas coisas erradas!”. A partir disso, as lideranças e todos “enxergaram” que estavam “perdendo a nossa tradição”, ou ainda, “perdendo a nossa mata”, os Kaingang se mobilizaram para a proibição da extração de madeira e decidiram “Vamos embargar, né!”⁴⁹⁹.

Aí fumo enxergando as coisas. Começamos a falar com os índios mais velhos, nós tamos perdendo a nossa tradição! Nós tamos perdendo a nossa mata! Tão destruindo a nossa mata! Vamos embargar, né! Então se é pra nós... nós mesmo que podiam tirar essa madeira pra fazer uma casinha boa, que tamos mal agasalhado. Então, vamos pensar o que fazer, mas quando nós fumo abrir os olhos, como diz o causo, hoje existe pinheiro pra... a mata mais forte que tem é lá pra baixo né! Hoje aí ó! Não existe nada mais de madeira! E pensemos assim também! Proibimos esse.... do SPI...⁵⁰⁰

Seu Miguel participou da articulação da comunidade para o embargo do “Projeto Serraria” da FUNAI nos anos 1980. Como liderança, viajou até Brasília para se reunir com o presidente da FUNAI e denunciar que havia gente “[...] fazendo a devastação aqui dentro da reserva dos pinhal, madeira de lei e tudo que tinha aí óh [...]”. O narrador recorda que foi até Brasília “[...] porque lá somente se entra índios puro, pra conversar!” e o atual cacique na época, “Zé Domingos”, não era considerado “índio puro”. Em decorrência, “De fato foi resolvido tudo os problema [...]”, ou seja, a serraria da FUNAI foi devidamente embargada em 1988 pela Polícia Federal. Contudo,

⁴⁹⁹ ALÍPIO, M., *Entrevista*, op. cit..

⁵⁰⁰ Idem.

ocorreram mudanças internas posteriores no cacicado, e que desde então, ele saiu da condição de liderança Kaingang: “Só que daí depois deu as mudança, deu aquelas mudança do... Zé Domingo que eu trabalhava, né, nós, cada qual. Zé Domingo pegaram e transferiram. Eu não fui transferido, fiquei aqui, né, morando igual na mesma coisa.” Acusa que o novo cacique naquela época “[...] entrou e vendeu tudo, consumiu com tudo, né!”⁵⁰¹

Todos os narradores Kaingang entrevistados são falantes da língua Kaingang, inclusive seu Marins que é Guarani. A despeito das narrativas percorrem caminhos distintos, enfatizando lembranças pessoais e familiares, os narradores demonstram que certos conhecimentos do povo hoje não são mais praticados como outrora, ou até mesmo, são desconhecidos pelas gerações mais jovens, indicando elementos de ruptura e ressignificação de saberes na transmissão geracional. Seu Ernesto destacou que os índios mais jovens fazem farra quando o mais velho fala o Kaingang, o “[...] próprio índio faz farra do outro, às vezes o outro índio vai falar Kaingang, o outro faz farra porque não sabe, os mais novos não sabem nada!”⁵⁰² Seu Narsizo complementou que hoje na escola EIEB Cacique Vanhrê se procura ensinar o Kaingang, mas é “[...] um trabalho bem demorado, que acontece, não é muito fácil não, sabe a gente tem tentado fazer o que pode, mas é difícil viu, é difícil porque, que nem eles estão contando, os velhos, eles foram massacrados né... foram massacrados, foram obrigados a deixar de falar...”⁵⁰³ Para seu Ernesto, muitos pais falam o Kaingang, mas os filhos não, para seu Narsizo, isto está estreitamente relacionado com uma “[...] herança já psicológica né, porque eles foram massacrados psicologicamente né!”.

Os narradores Kaingang apresentaram uma singular preocupação com o devir e com a continuidade da “tradição”, descreveram as transformações, as dificuldades e os desafios do presente e para o futuro do povo da TI Xapecó. Após perscrutar as narrativas orais, ficou evidente que o modo de ser Kaingang está intimamente ligado ao “mato”, ao “mato virgem”, ao “pinhalão”, e que existe um conjunto de elementos que constituem estes espaços. O “mato virgem” constitui um espaço da “vivência” em seus mais diversos e complexos aspectos da vida. Atualmente, com a intervenção dos “brancos”, do órgão indigenista e suas práticas de tutela, processo este caracterizado por

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² BELINO, E., *Entrevista*, op. cit..

⁵⁰³ NARSIZO, G., *Entrevista*, op. cit..

dona Maria Librantina como “invasão”, os Kaingang encontram dificuldades para manter o *habitus* social no cotidiano, por sinal, apresentam-se obstáculos para delegar às novas gerações os saberes tradicionais do passado, constituintes da tradição. Essa questão consiste num dos desafios do tempo presente e futuro aos Kaingang da TI Xapecó, por outro lado, aponta formas de ressignificação do saber e do conhecimento praticadas no Xapecó.

Capítulo IV

4 A PAISAGEM DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ: CARACTERIZAÇÃO DA COBERTURA FLORESTAL

Na perspectiva do mundo de tradição ocidental, parece que tudo aquilo que se encaminha para o processo civilizador⁵⁰⁴ conduz para a formulação de fronteiras entre sociedade e ambiente ou entre homem e natureza. Ao rumar para a construção do espaço ao seu tempo por meio do povoamento e colonização, as sociedades ocidentais fundaram dicotomias e enfrentamentos nas trajetórias históricas. Foi por conta de diversos fatores associados ao dito desenvolvimento da civilização que emergiu no final do século XIX e se consolidou no século XX o ambientalismo, ou, ainda, certo apelo ecológico. Contraditoriamente ao movimento de separação do homem em relação à natureza no período moderno, apoiado por vezes na ciência, Keith Thomas afirma que o homem foi destronado. A ilusão antropocêntrica começou a ruir quando astrônomos, botânicos, zoólogos, geólogos, entre outros, abandonaram a cronologia bíblica e assumiram um novo pensamento onde o mundo não existe somente para o homem.⁵⁰⁵ O conflito crescente entre as novas sensibilidades frente ao mundo natural e os fundamentos materiais da sociedade moderna, que alcançou considerável conforto material no período moderno, não alcançou ainda hoje resolução.⁵⁰⁶

⁵⁰⁴ O conceito de civilização para Norbert Elias aponta para as transformações da sociedade europeia em relação à corporalidade, sobretudo a partir do século XVI. O sociólogo percebe a civilização enquanto um processo permeado de caráter funcional. Naquele momento, este conceito procurou indicar como as pessoas deveriam se comportar em sociedade, por meio das posturas, gestos, vestuário, expressões faciais, entre outras. Ao longo do período moderno as atitudes das sociedades europeias foram se transformando e aumentando a distância entre as expressões corporais ditas bárbaras e incivilizadas daquelas adequadas ao homem civilizado, mas essa transformação, como bem esclarece Elias, não foi imediata ou apenas adotada pelas sociedades de corte. Com o passar dos séculos o processo civilizador possibilitou a concreta mudança de comportamento no Ocidente. Ademais, há nas sociedades do século XX um desconforto quando as pessoas discutem ou mencionam abertamente suas funções corporais, inclinando-se ao juízo de valor destas atitudes como bárbaro ou incivilizado. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v.1. p. 66.

⁵⁰⁵ THOMAS, op. cit., p. 235.

⁵⁰⁶ “Uma combinação de compromisso e ocultamento impediu até agora que tal conflito fosse amplamente resolvido. É possível afirmar ser essa uma das contradições sobre as quais assenta a civilização moderna. Sobre as suas consequências finais, tudo o que podemos é especular.” Ibidem, p. 428.

A preocupação ambiental é recente se considerarmos a trajetória da humanidade. Os elementos que compõem a paisagem, ou, que integram a natureza, estão dispostos no planeta terra muito antes do surgimento de nossos ancestrais hominídeos. Todavia, somente no século XX foi possível analisar cientificamente os impactos das práticas humanas para os ecossistemas e biomas. A imensidão da interlândia brasileira, composta pela conjugação de campos, matas e florestas imponentes, descrita por muitos viajantes que circularam em diferentes tempos pelos sertões do Brasil, já não se apresenta mais tão extensa, hostil, selvagem e desprovida de domínio e povoamento como outrora. As fronteiras e os limites do Estado-Nação atualmente estão estabelecidos e consolidados.

À medida que o espaço passou a ser explorado pelo homem, seja para uso agro-pastoril, quanto para a edificação de cidades, de forma intensa e específica, a transformação da paisagem se tornou resultado da ação antrópica. O historiador Warren Dean esclarece que a história chegou tarde para registrar os encontros entre homem e vida selvagem. Quando Colombo aportou na costa antilhana da América, mais de dez mil anos das relações entre sociedade e ambiente haviam transformado incomensuravelmente a paisagem. O novo mundo americano representou para os europeus um encontro com a natureza mais pura nos trópicos, mas no caso brasileiro, quinhentos anos de história foram suficientes para transformar drasticamente a paisagem, fato que não ocorreu na mesma medida com a ação antrópica ameríndia há milênios instalada desde a interlândia até a costa brasileira.⁵⁰⁷

Independentemente da sociedade podem existir diferentes construções de categorias para os elementos que compõem o espaço, elaborações mentais que não excluem a inter-relação e a interpenetração dos elementos. O caso Kaingang ilustra essa outra forma de elaborar categoriais e como pode ocorrer a interpenetração das mesmas, na descrição do etnólogo Herbert Baldus “[...] A tradição dos Kaingang diz, além disso, que, no princípio, tudo, menos os homens, já estavam na terra. Os Kaingang foram os primeiros homens. Eles eram macacos, mas não bugios; eram menores e mais pretos do que estes. Bugio eram os negros.”⁵⁰⁸ Os Kaingang teriam sido macacos antes de serem Kaingang. É evidente que trata-se do recurso do mito. A mitologia e suas fronteiras ultrapassam explicações científicas, situam-se no espaço filosófico.

⁵⁰⁷ DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 23.

⁵⁰⁸ BALDUS, op. cit., p. 28.

Neste capítulo apresentam-se os pressupostos ambientais adotados e os produtos desenvolvidos para a análise da paisagem da Terra Indígena Xaçecó. Dessa forma, considerou-se a perspectiva ambiental na História, o contexto contemporâneo das Terras Indígenas Kaingang no sul do Brasil, com destaque para a constituição da TI Xaçecó, ainda, descreveu-se os elementos da Mata Atlântica que compõem a paisagem da TI Xaçecó e, por conseguinte, realizou-se a caracterização fitogeográfica com ênfase na perspectiva multi-temporal da cobertura vegetal, com indicativos de desmatamentos, que promoveram a transformação da paisagem e do modo de vida Kaingang.

4.1 A perspectiva ambiental na História

Historicizar as relações entre sociedade e ambiente não parece tarefa fácil, mas neste final do século XX a perspectiva ambiental adquiriu tecitura na história enquanto método de análise articulado com pressupostos teóricos ligados à história natural e à história social.⁵⁰⁹ Este novo campo de estudos na história, denominado de história ambiental, não emergiu como um esforço isolado dos historiadores para promover renovações teórico-metodológicas na disciplina. A ideia de História Ambiental surgiu na década de 1970 no contexto de conferências sobre a crise global e dos movimentos ambientalistas, nas palavras de Worster “Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.”⁵¹⁰ Para o historiador José Augusto Drummond a emergência de um ambientalismo complexo e multissetorial a partir de 1970 repercutiu nos diferentes campos do saber, inclusive na História.⁵¹¹

A perspectiva ambiental na História propõe encarar a paisagem ao redor como uma espécie de documento histórico. Donald Worster, um dos historiadores engajados neste campo de estudos, esclarece que foi nos EUA que emergiram as bases para a História Ambiental, assim,

⁵⁰⁹ O historiador Donald Worster afirma que, “Os estudiosos começaram a desenterrar camadas longamente submersas, as vidas e os pensamentos das pessoas comuns, e tentaram reconceituar a história ‘de baixo para cima’. Precisamos descer, ir mais fundo, diziam eles, até atingirmos as camadas ocultas da classe, do gênero, da raça e da casta.” WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 198.

⁵¹⁰ *Ibidem*, p. 199.

⁵¹¹ DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 177 – 197.

cita como precursor Roderick Nash. A inspiração para este novo campo de estudos foi a escola historiográfica norte-americana voltada ao estudo da fronteira e do oeste, sendo que um dos maiores exemplos é Frederick Jackson Turner. Por outro lado, os historiadores da Escola dos *Annales*, como Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, já se mostravam atentos à relação entre sociedade, paisagem e ambiente. No ano de 1974 foi publicada a edição da Revista *Annales* dedicada a *Histoire et environnement*. Worster afirma que a História Ambiental tem a incumbência de “[...] tratar do papel e do lugar da natureza na vida humana.”⁵¹² A natureza se refere ao mundo não criado pelo homem, o mundo não-humano, e, neste sentido, o ambiente social enquanto cenário da interação dos homens e das sociedades, se refere ao mundo engendrado pelo homem com sua materialidade. Dessa forma, parece que a natureza, por não ser uma construção do homem, está excluída do ambiente social, que opera quase que como uma segunda natureza. Para Worster isso é ao mesmo tempo arbitrário e verdadeiro, porquanto há forças que operam no mundo que são espontâneas e auto-gestadas, da mesma forma que existe uma distinção entre natureza e artefato.⁵¹³

A História Ambiental é “[...] parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido.”⁵¹⁴ Nesse sentido, refuta a premissa de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, como se a espécie humana fosse “supra-natural” e as consequências ecológicas das ações pretéritas pudessem ser ignoradas. Os historiadores ambientais não podem ser inocentes em relação a intervenção humana no planeta. A partir da concepção dialética, em que pese a compreensão de que tudo muda, inclusive o homem e a natureza, Pádua sugere que os historiadores reflitam sobre três mudanças, a primeira se refere a ação humana produtora de impacto sobre o mundo natural; a segunda, considera a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo, e uma terceira, seria ver a natureza como uma história construída e reconstruída ao longo do tempo.⁵¹⁵ A natureza

⁵¹² WORSTER, op. cit., p. 201.

⁵¹³ “Cada vez mais, à medida que a vontade humana deixa as suas marcas na floresta, nos patrimônios genéticos, no gelo da calota polar, pode parecer que não há diferença entre ‘natureza’ e ‘artefato’. Não obstante, vale a pena conservar essa distinção, pois ela nos lembra que há forças diferentes operando no mundo e que nem todas elas nascem dos humanos; algumas delas são espontâneas e auto-geradas. O ambiente construído expressa a cultura.”
Idem.

⁵¹⁴ *Ibidem*, p. 199.

⁵¹⁵ PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Revista Estudos Avançados* [online], v. 23, n. 68, 2010. p. 81 – 101.

sempre esteve como uma das categorias centrais no pensamento humano, muitos pensadores procuravam compreender de que forma a natureza influenciava a história humana, contudo, atualmente, em virtude da emergência da perspectiva ambiental, se faz o contrário, ou seja, saber como a história humana, a ação e práticas das sociedades, modificaram a natureza, o ambiente.

A abordagem ambiental não se restringe às transformações urbano-industriais, é possível perceber na trajetória histórica os aspectos ambientais envolvidos nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais. Donald Worster explica que a história ambiental opera em três níveis de pesquisa, sempre com o auxílio de outras disciplinas e se utilizando de métodos específicos para a análise, o primeiro entendimento é a natureza propriamente dita, imbuída de seus aspectos orgânicos e inorgânicos, como se organizou e funcionou no passado; o segundo nível procura compreender o domínio sócio-econômico e sua interação com o ambiente e o terceiro nível se refere à interação mais intangível e exclusivamente humana, como estruturas de significação e o diálogo entre homem e sociedade com a natureza.⁵¹⁶

A agenda de discussões acerca das relações entre homem e ambiente não é apanágio da História, outras áreas de pesquisas se debruçam sobre essa perspectiva, como a economia ecológica, o direito ambiental, a engenharia ambiental, a sociologia ambiental, entre outras. Worster destaca o papel da antropologia em suas reflexões ecológicas, dessa forma, afirma que a antropologia se inclinou, desde o século XIX, na compreensão das relações entre cultura e natureza, por sinal, os estudos de Julian Steward, influenciados por John Benett, Marshall Sahlins, Betty Meggers, Clifford Geertz, entre outros, corroborou para consideráveis compreensões no âmbito da ecologia cultural, procurando perceber em que medida as relações sociais moldavam os aspectos da cultura.⁵¹⁷ Na compreensão de Worster os historiadores e geógrafos em geral foram mais descritivos do que analíticos nos estudos ambientais e preocuparam-se mais com os lugares do que com as épocas, assim, são semelhantes numa tendência de perder de vista a relação primordial homem-natureza.⁵¹⁸ Os historiadores na verdade, às vezes parecem ser absorvidos pelo oceano de temas.

⁵¹⁶ WORSTER, op. cit., p. 202.

⁵¹⁷ Ibid., p. 208 e 209.

⁵¹⁸ “Os geógrafos se deliciaram com uma boa paisagem, tanto quanto os historiadores com uma boa estória.” Ibid., p. 214.

Questão circunstancial apontada pelo historiador Willian Cronon são as diferentes formas narrativas que podem ser construídas sobre a paisagem. Na sua percepção, autores competentes e que estudam o mesmo tema e consultam as mesmas fontes podem narrar histórias distintas. As histórias como representações da mudança ambiental não são produtos da invenção dos historiadores, outrossim, a mudança ambiental ocorre há muito tempo, mas somente no século XX é que os historiadores desenvolveram narrativas, aproximaram-se de outras áreas do conhecimento, incorporaram métodos de pesquisa e passaram a abordar e refletir sobre o homem e tais mudanças.⁵¹⁹

O historiador Sérgio Buarque de Holanda, sensível às relações entre homem e ambiente, comentou que é necessário estar atento na análise histórica para as “[...] influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade [...]”,⁵²⁰ ademais, ressalta que o fazer historiográfico não pode perder de vista a presença “[...] no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à sua herança cultural.”⁵²¹ Holanda percebeu que no caso brasileiro, as influências que transformaram os modos de vida da sociedade luso-brasileira foram a incorporação das práticas e dos conhecimentos apreendidos com os povos indígenas, originados das situações de contato, pela experiência e caminhos nas matas, sertões e campos.

No sul do Brasil se avolumam histórias regionais sobre o pioneirismo da imigração europeia e seus descendentes que desbravaram os sertões, derrubaram as matas e as florestas, ergueram suas benfeitorias e cultivaram suas lavouras. O geógrafo alemão Leo Waibel quando esteve no Brasil em meados do século XX constatou três tipos de utilização do solo – excluindo a ação dos ameríndios e suas formas de manejo do solo e ecologia incompreensíveis para o olhar europeu, – a grande lavoura, o pastoreio e a pequena lavoura. Na sua compreensão, os sistemas agrícolas influem no tipo de habitação, de povoamento, bem como no estilo de vida da população. Assim, enquanto geógrafo que “[...] pela observação da paisagem cultural, pode

⁵¹⁹ CRONON, William. *Un lugar para relatos: naturaleza, historia y narrativa*. In: PALACIO, Germán; ULLOA, Astrid. *Repensando la naturaleza. Encuentros y desencuentros disciplinarios em torno a lo ambiental*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia-Sede Leticia; Instituto Amazónico de Investigaciones Imani; Instituto Colombiano de Antropología e Historia; Colciencias, 2002.

⁵²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 55.

⁵²¹ Idem.

dar grande contribuição ao estudo dos sistemas agrícolas.”,⁵²² percorreu as regiões de colonização europeia dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e se surpreendeu com a constatação de que os colonos alemães próximos a Blumenau empregavam um sistema primitivo de agricultura que transmitia mais a impressão de “[...] haver uma devastação e destruição do que cuidado e trabalho, conforme sugerem as palavras cultura e lavoura.”⁵²³ Na realidade, a surpresa para Waibel foi que tais colonos aplicavam um sistema de cultivo que ele havia conhecido quando esteve na América Central onde era elaborado pelos índios. Por certo, o geógrafo que desconhecia completamente os povos indígenas no Brasil acredita que isso seja um exemplo de caboclicização de dezenas de milhares de europeus no sul do Brasil.⁵²⁴

Desde que a questão ambiental passou a ser uma condicionante nos estudos em história, outras interpretações foram elaboradas sobre os mesmos temas e a partir das mesmas fontes, como sugeria Cronon sobre o fazer historiográfico. Este é o caso dos estudos de Warren Dean sobre a história e a devastação da Mata Atlântica. Numa espécie de inversão de objeto, o historiador Dean procurou mostrar não os caminhos e fronteiras percorridos pelos sertanistas ou ainda a formação de núcleos coloniais em virtude dos desafios de sobrevivência e adaptação aos sertões, mas a relação entre a floresta e o homem. A partir da história florestal, da história da exploração e da destruição, Dean demonstrou como o homem reduziu o mundo natural à paisagem com contornos domesticados e moldados para se ajustarem ao uso ou a estética da sociedade, ou ainda, como o homem transformou o mundo natural em espaço.⁵²⁵ O historiador acredita que a grande dificuldade do homem reside no seu olhar que visiona sempre os recursos atraentes e as potencialidades à ambição humana, quando se depara com a floresta.

⁵²² WAIBEL, Leo. O que aprendi no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 12, n. 3, jul./set. 1950, p. 422.

⁵²³ *Ibidem*, p. 423.

⁵²⁴ “[...] Aí estavam, sobre as encostas íngremes, as mesmas pequenas roças irregulares espalhadas no meio das grandes manchas de capoeira, tal como eu tinha observado na paisagem cultural dos índios da América Central [...]. Êste sistema é aplicado por todos os colonos europeus do sul do Brasil, sem exceção, quando penetram pela primeira vez na mata. Êles o adotaram naturalmente dos índios e usavam outrora como instrumento de trabalho a cavadeira e a enxada. Não se empregava o arado. [...] Nas regiões remotas e sobretudo nas de relevo acidentado, êste sistema tornou-se uma situação permanente e, conforme demonstrei no trabalho acima mencionado, levou à caboclicização dezenas de milhares de europeus no sul do Brasil.” *Idem*.

⁵²⁵ “[...] O mundo natural, simplificado, em desacordo com os desejos humanos mas em resposta a seus atos, converte-se em uma enorme macega cosmopolita de luto.” DEAN, *op. cit.*, p. 24.

A Mata Atlântica no Brasil, ambiente ao sul de circulação do povo Kaingang e ainda de muitos outros povos indígenas, que se prolonga(va) por quase toda a costa brasileira, se apresentou ao europeu como um lugar inóspito. Sua fauna, recheada de carrapatos, pernilongos, mosquitos, mamíferos, lagartas urticantes, zumbidos dos insetos, chão sombrio, pássaros taciturnos e todos estes elementos e muitos outros do mundo natural da Mata Atlântica assediam os homens e oferecem poucas atrações estéticas.⁵²⁶ Não é mera coincidência que para a colonização se concretizar fosse necessário devastar a Mata Atlântica, a primeira porta fechada, mas de acesso ao Brasil de proporções continentais. Dean é categórico, o homem de tradição moderna ocidental não mora na Mata Atlântica, ao menos que esteja em desespero. Por outro lado, o morador da espécie humana que mora nestas florestas – qual seja, os índios –, em geral vivem nas proximidades dos cursos d'água ou pelos campos, e, quando, se instalam na própria floresta, abrem clareira de terra batida com vistas a observar tudo que se aproxima.⁵²⁷ Medo, espanto, temor inexplicável, a Mata Atlântica é o sublime.⁵²⁸

Custa-se a imaginar um “[...] único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior.”⁵²⁹ *O mito moderno da natureza intocada*, título da obra do cientista social Antonio Carlos Santana Diegues, representa a percepção que emergiu a partir de meados do século XIX nos EUA, sobretudo após a criação das áreas, parques e reservas naturais, e que, pautada numa visão preservacionista, confere ao homem o papel destruidor da natureza. Nesta lógica, se a sociedade criar ilhas de conservação ambiental, com paisagens idílicas, de grande beleza cênica, distantes das práticas do homem e sem a interação da sociedade, a não ser como espectadora, seria possível engendrar uma natureza intocada. Conforme acusa Diegues: “A existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável faz parte, portanto, desses neomitos. [...]”⁵³⁰

⁵²⁶ “A floresta não é nenhum vale de idílios pastoris, de dríades, ninfas e elfos brincalhões.”
Ibidem, p. 29.

⁵²⁷ “[...] Para viver no meio da floresta, os moradores da floresta necessariamente a derrubam.”
Ibid., p. 30.

⁵²⁸ “Seu fascínio e o nosso poderiam ser mais difíceis de brotar em um ambiente inofensivo: ‘O prazer com o sublime sempre nasce do medo’. Assim deve ser se quisermos apreciar a Mata Atlântica.” Idem.

⁵²⁹ SCHAMA, op. cit., p. 17.

⁵³⁰ DIEGUES, op. cit., p. 10.

A natureza nunca foi intocada, antes da colonização brasileira, milhões de indivíduos da espécie humana sobreviviam, circulavam, migravam, disputavam, guerreavam e negociavam os domínios e os usos do território com outros povos de tradição distinta. Acreditar que, os povos indígenas não modificaram os biomas é um neomito, da mesma forma, pensar que as terras indígenas devam ser redutos de preservação ambiental e, como crítica, acusar os povos indígenas de seguirem a lógica e os pressupostos de exploração que a sociedade de tradição moderna ocidental imputou aos mesmos, é uma grande contradição. A partir dos muitos estudos promovidos sobre os modos tradicionais de vida, sobretudo no que tange aos povos indígenas, sabe-se que seus sistemas de apropriação dos recursos naturais foram desarticulados frente à grilagem de posseiros e à cobiça dos não índios.

4.2 Terras Indígenas Kaingang no sul do Brasil: a Terra Indígena Xaçepó

Na Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988, o artigo 231 garante aos povos indígenas “[...] os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.⁵³¹ A terra indígena enquanto processo de identificação, reconhecimento, demarcação e homologação, constitui-se num conceito político-jurídico recente se comparado ao contexto histórico. Por outro lado, foi a partir da Lei n. 6.001, 10 de dezembro de 1973, Estatuto do Índio, que “terra indígena” se consolidou enquanto uma categoria jurídica.⁵³² A demarcação de terras indígenas não se constitui em um processo simples no Brasil. Os impactos das frentes de expansão, ocupação e colonização são incomensuráveis sobre a trajetória histórica das populações indígenas, não basta demarcar, colocar marcos e placas ou rever os limites das terras indígenas, visto

⁵³¹ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988), op. cit..

⁵³² BRASIL, Lei n. 6.001, 10 de dezembro de 1973. Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 10 dez 2013. OLIVEIRA, João Pacheco de. *Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das Terras Indígenas*. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1998. p. 15 – 42.

que a noção de território, territorialidade e de terra são completamente distintas.⁵³³

O território indígena faz referência às relações e representações entre determinada sociedade e sua territorialidade, sua espacialização e mobilidade. Muitas sociedades ameríndias não associam necessariamente mobilidade espacial ao território, a mobilidade pode exceder o território e não se “limita” a este. Esta noção para os indígenas adquire um contexto polissêmico e alcança outras instâncias, a territorialidade Kaingang se refere tanto à mobilidade, negociações, intercâmbios, sociabilidades, contatos, guerras, subsistência, quanto aos domínios dos mundos, universos, planos e ao xamanismo, mitologia e cosmologia.

O território não apresenta aos Kaingang a mesma noção semântica ou explicação cunhada pela tradição ocidental,⁵³⁴ é complexo e difícil definir com precisão seus lugares de intervenção espacial e mobilidade, visto que suas relações no espaço-tempo, enquanto territorialidade, são fluídas e intercambiáveis, dependem das interações entre humanos, não humanos e natureza. As frentes de expansão e as restrições de acesso ao território, impostas pelo contato, transformaram e reduziram a noção de território da condição fluída e intercambiável para a simples categoria “terra indígena”, dessa forma, capitaneada pelo Estado, emergiu a nova concepção de propriedade e posse. Atualmente, não se tem territórios Kaingang, mas terras indígenas Kaingang identificadas, delimitadas, declaradas, homologadas, regularizadas, e tantas outras em processo análogo. Existem diversas lógicas espaciais em tempos iguais e/ou distintos.

A conduta territorial dos povos é parte imanente da expressão dos grupos humanos, as terras indígenas existentes no Brasil não condizem com a territorialidade histórica dos povos indígenas. A territorialidade tem suas particularidades, vincula-se ao contexto coletivo e num engajamento do grupo para ocupar, utilizar e controlar, como, também, identificar-se com certo ambiente bio-físico ou bioma, paulatinamente, território se converte no que Paul Little chama de *homeland*. Mas se a noção de território é polissêmica, a territorialidade se pauta na multiplicidade de expressões, por sinal, na existência da diversidade de

⁵³³ GALLOIS, Dominique T. *Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?* In: RICARDO, Fany (Org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza. O desafio das sobreposições territoriais*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004. p. 37 – 41.

⁵³⁴ A geografia se dedica ao estudo do território e considera este a partir das relações de poder, material e simbólica, expressas numa base territorial. HAESBAERT, op. cit..

territórios. As relações entre um povo com o seu respectivo território pode ser nomeada na concepção de Little como “cosmografia” porquanto inclui saberes ambientais, ideologias e identidades.⁵³⁵ As terras indígenas podem representar a cosmografia ou a territorialidade do povo, porém, sempre parcialmente, a medida que na contemporaneidade não conseguem exercer o papel de outrora nas sociabilidades, em virtude dos impactos dos contatos e das políticas indigenistas.

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, segundo a CFB (1988), são consideradas bens (propriedades) da união, na condição de inalienáveis e indisponíveis, sendo que os direitos sobre elas são imprescritíveis. Nesta condição, a comunidade indígena tem a posse permanente, o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes, podendo ser utilizada para atividades produtivas. Desde o Estatuto do Índio (1973), as condições fundiárias das Terras Indígenas no Brasil estão pautadas em “terras (tradicionalmente) ocupadas”, garantidas também pela Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 231, “terras (áreas) reservadas” e “terras domaniais”.⁵³⁶ Para além destas condições, o Estatuto do Índio esclarece e distingue as “terras (áreas) reservadas” em: a) Terras ocupadas pelos índios;⁵³⁷ b) Reserva Indígena; c) Parque Indígena; d) Colônia Agrícola Indígena e; e) Território Federal Indígena.⁵³⁸ Todas estas condições fundiárias estão sob a posse da união e se apresentam inalienáveis e indisponíveis enquanto estiverem ocupadas por indígenas. Destinadas à posse e ocupação pelos índios como meio de subsistência e usufruto, devem respeitar as restrições legais de cada categoria. As “terras domaniais” ou Terras de Domínio Indígena, de propriedade plena comunitária ou individual, são alienáveis e disponíveis para o arrendamento, porém, nesta condição, segue os termos da legislação civil brasileira.⁵³⁹

Segundo o Estatuto do Índio, o Decreto n. 76.999, 8 de Janeiro de 1976 e o Decreto n. 1.775, 8 de janeiro de 1996, que dispõem sobre o

⁵³⁵ “A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.” LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, 322. Brasília, 2002. p. 04. Disponível em: http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf. Acesso em: 11 set 2013.

⁵³⁶ BRASIL, Lei n. 6.001, op. cit.. BRIGHENTI, Clovis A. (Org.) *Vamos demarcar nossa terra*. Caderno de Estudo 2. CIMI/Florianópolis e Comissão Guarani Nhemonguetá, jul. 2010.

⁵³⁷ BRASIL, Lei n. 6.001, op. cit., Capítulo II, Das Terras Ocupadas.

⁵³⁸ BRASIL, Lei n. 6.001, op. cit., Capítulo III, Das Áreas Reservadas.

⁵³⁹ BRASIL, Lei n. 6.001, op. cit., Capítulo IV, Das Terras de Domínio Indígena.

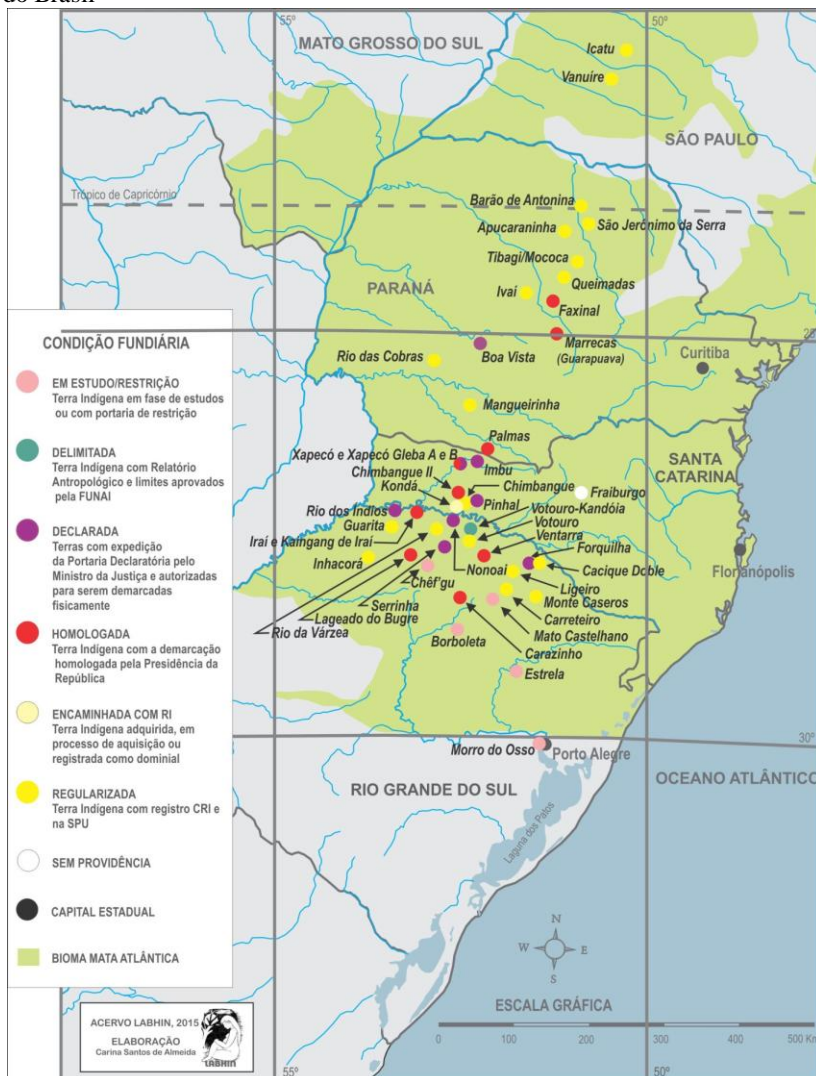
procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências, o processo de demarcação das Terras Indígenas no Brasil está pautado nas seguintes instâncias consideradas no quadro a seguir:

Quadro 4: Processo de demarcação das Terras Indígenas no Brasil

ETAPAS DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SOBRE A DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL	
Identificação	Terras em estudo: a) Estudo antropológico de identificação; b) Levantamento fundiário: realizar estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação;
Delimitação	a) Aprovação do Relatório Circunstanciado pela FUNAI; b) Publicação no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada pela FUNAI, junto com o Memorial Descritivo e Mapa da área; c) Manifestação/Contestação; d) Encaminhamento ao Ministro de Estado da Justiça, com pareceres e provas;
Declaração	Declarado (mediante Portaria) os limites da Terra Indígena e determinada a sua demarcação;
Demarcação	Procedimento posto em prática e seguido pela expedição do decreto;
Homologação	Publicação do Decreto de Homologação;
Regularização	Registro em Cartório Imobiliário da comarca correspondente e na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério da Fazenda pela FUNAI.

Fonte: BRASIL, Lei n. 6.001, op. cit.. BRASIL, Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm. Acesso em: 10 jun 2014. BRASIL, Decreto n. 76.999, de 8 de Janeiro de 1976. Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76999-8-janeiro-1976-425608-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jun 2014.

Mapa 5: Localização e condição fundiária das Terras Indígenas Kaingang no sul do Brasil



Fonte: Elaborado por Carina S. de Almeida a partir da localização das Terras Indígenas Kaingang no Brasil da FUNAI e IBGE (2007) e do ISA (2014). Acervo LAHIN/UFSC, 2015.

O Mapa 5 apresenta mais de quarenta Terras Indígenas Kaingang, seus respectivos nomes, localização nos estados meridionais e, ainda informa, a condição fundiária, tendo como referência as informações disponibilizadas pela FUNAI e IBGE (2007) e pelo Instituto Sócio-Ambiental (ISA, 2014). O mapa elenca cores que identificam as terras nas categorias de “EM ESTUDO/RESTRICÇÃO” (rosa), com o montante de 5 Terras Indígenas em fase de estudo ou com portaria de restrição, “DELIMITADA” (verde escuro), com uma Terra Indígena com Relatório Antropológico e limites aprovados pela FUNAI, “DECLARADA” (roxo), com um total de 8 Terras com expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos de georreferenciamento, “HOMOLOGADA” (vermelho), com um total de 9 Terras Indígenas com a demarcação homologada pela Presidência da República, “ENCAMINHADA COM RI”, Reserva Indígena (areia), uma Terra Indígena adquirida, em processo de aquisição ou registrada como dominial, “REGULARIZADA” (amarelo), um total de dezenove Terras Indígenas com registro no Cartório de Registro de Imóveis (CRI) e na Secretaria de Patrimônio da União (SPU), uma terra “SEM PROVIDÊNCIA” (branco) e ainda situa sobre o território o “BIOMA MATA ATLÂNTICA” (verde).

Atualmente, a maioria das Terras Indígenas Kaingang se encontra regularizada, com registro no Cartório de Registro de Imóveis (CRI) e na Secretaria de Patrimônio da União (SPU), porém, essa maioria não atinge metade do conjunto. Algumas terras estão em fase de estudo e com portaria de restrição, outras, delimitadas com relatório antropológico e limites aprovados pela FUNAI, há também aquelas que se encontram declaradas e com limites reconhecidos pelo Ministério da Justiça. Existe uma terra na condição de sem providência e outra encaminhada com Reserva Indígena (RI) e adquirida por meio de processo de aquisição ou registro como dominial. Outra parcela, ainda que reduzida das terras indígenas, mas representativa, apresenta-se com decreto de homologação pela Presidência da República. Este é o caso da TI Xapecó que alcançou essa condição com o Decreto n. 297, 29 de outubro de 1991, assinado pelo então presidente Fernando Collor de Melo. As Glebas A e B do Xapecó, denominadas Pinhalzinho e Canhadão, respectivamente, estão declaradas, com limites definidos, mas aguardam os procedimentos finais de demarcação para a homologação.

Uma parcela das Terras Indígenas Kaingang apresenta décadas de existência, e, algumas, mais de cem anos, como é o caso da TI Xaçepó. Em geral, as terras Kaingang, ao seu tempo e modo, vivenciaram os processos de luta por autonomia, de reconhecimento e consolidação do direito à terra e de sobrevivência da comunidade. Este processo de autonomia, como no caso da TI Xaçepó, não se desenvolveu sem conflito, esbulho, espoliação e grilagem de terras ao longo do século XX, inclusive, com a anuência dos governos estaduais e o auxílio de funcionários/dirigentes do órgão tutelar.⁵⁴⁰ Para o historiador Leandro Mendes Rocha a grilagem das TIs ocorre onde há frentes pioneiras agindo, terras ameaçadas pelas frentes de expansão. No caso do oeste catarinense, as frentes de expansão agiram entre 1930 a 1970, esse processo perverso se manifestou em tensões e conflitos que envolveram posseiros, intrusos, grandes proprietários rurais e indígenas, confluindo para a expulsão e a compressão dos índios em suas terras tradicionais.⁵⁴¹ O historiador Clovis Antonio Brighenti discute esse processo das frentes de expansão e pioneira em relação aos Kaingang, bem como de espoliação, esbulho, grilagem aos Kaingang do Chapecozinho. Por sinal, Brighenti esclarece a questão do intrusamento na TI Xaçepó e ressalta que, apesar da expropriação de parcela da TI Xaçepó ter se concretizado, o movimento indígena na década de 1970 conseguiu conter o esbulho e garantir uma parcela da reserva de 1902.⁵⁴²

O século XX imprimiu novas feições de desenvolvimento ao oeste catarinense, sobretudo após a resolução da questão do Contestado em 1916. Se antes estes sertões eram redutos de colônias militares, circundadas pelos ditos caboclos, fazendeiros, índios e “bugres”, foi com a consolidação das políticas de colonização promovidas pelo governo de Santa Catarina que o oeste passou a ser ocupado no módulo

⁵⁴⁰ ALMEIDA, Carina S. de; NÖTZOLD, Ana Lúcia V.. A luta pela terra em território Kaingang: os conflitos na Terra Indígena Xaçepó (SC/Brasil) ao longo do século XX. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 279-303, dez. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/issue/current/showToc>. Acesso em: 06 de outubro de 2012.

⁵⁴¹ [...] de expropriação do trabalhador rural brasileiro fez com que ocorressem constantes tensões e conflitos envolvendo posseiros, índios e grandes proprietários rurais. Essas lutas desenvolveram-se de forma crescente a partir da década de 1950, quando a expansão do capital no campo provoca novos conflitos, agora entre as grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros, de um lado, e, de outro, posseiros e índios. Nessa luta, a violência é uma constante. O Brasil foi, progressivamente, ao longo do século XX, alcançado por frentes de expansão que causaram a expulsão ou a compressão dos índios em parcela de seus territórios tradicionais. ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil: 1930 – 1967*. Goiânia: Ed. UFG, 2003. p. 150.

⁵⁴² BRIGHENTI, 2012, op. cit..

rural de pequenas propriedades familiares. Os sertões do oeste catarinense não estavam desocupados como pode inferir certa apologética história regional sobre a fundação dos municípios por pioneiros e desbravadores imigrantes. As notícias do descobrimento dos campos de Guarapuava, dos campos de Tibagy e dos campos de Palmas acusam no século XVIII e XIX, terras da então Província de São Paulo, a presença de “gentio” com “costumes de barbaridade” que embrenhados nas matas se impunham como entrave à conquista deste vasto território por parte da coroa portuguesa no Brasil meridional.⁵⁴³

O historiador Lúcio Mota esclarece que certa construção do vazio demográfico na escrita das histórias regionais contribuiu para a consolidação de uma apologia da colonização. Os índios reagiram e resistiram permanentemente às vilas e fazendas que erigiam em seus campos, aos viajantes, tropeiros, comerciantes e aventureiros que atravessavam suas matas e campinas, assim como à guarda nacional e provincial e às “tribos colaboracionistas” que os perseguiram.⁵⁴⁴ A construção do vazio demográfico foi uma forma de ocultar os contatos étnicos e os conflitos entre índios e brancos no sul do Brasil, como também justificativa para a promoção da colonização do território oeste tanto do Paraná, de Santa Catarina como do noroeste do Rio Grande do Sul. Por outro lado, no início do século XX o Governador do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, reservou algumas terras para “tribus de índios coroados”, consolidando territorialmente a presença indígena Kaingang que se fazia sentir nas proximidades de rios, municípios e vilas dos sertões. Assim, o Decreto n. 6 (5 de julho de 1900) reservou terras devolutas referentes aos Aldeamentos de São Pedro de Alcantara e São Jerônimo, o Decreto n. 6 (31 de julho de 1901) reservou as terras de Rio das Cobras, o Decreto n. 8 (9 de setembro de 1901) reservou as terras de Apucarana, o Decreto n. 64 (2 de março de 1903) as terras de

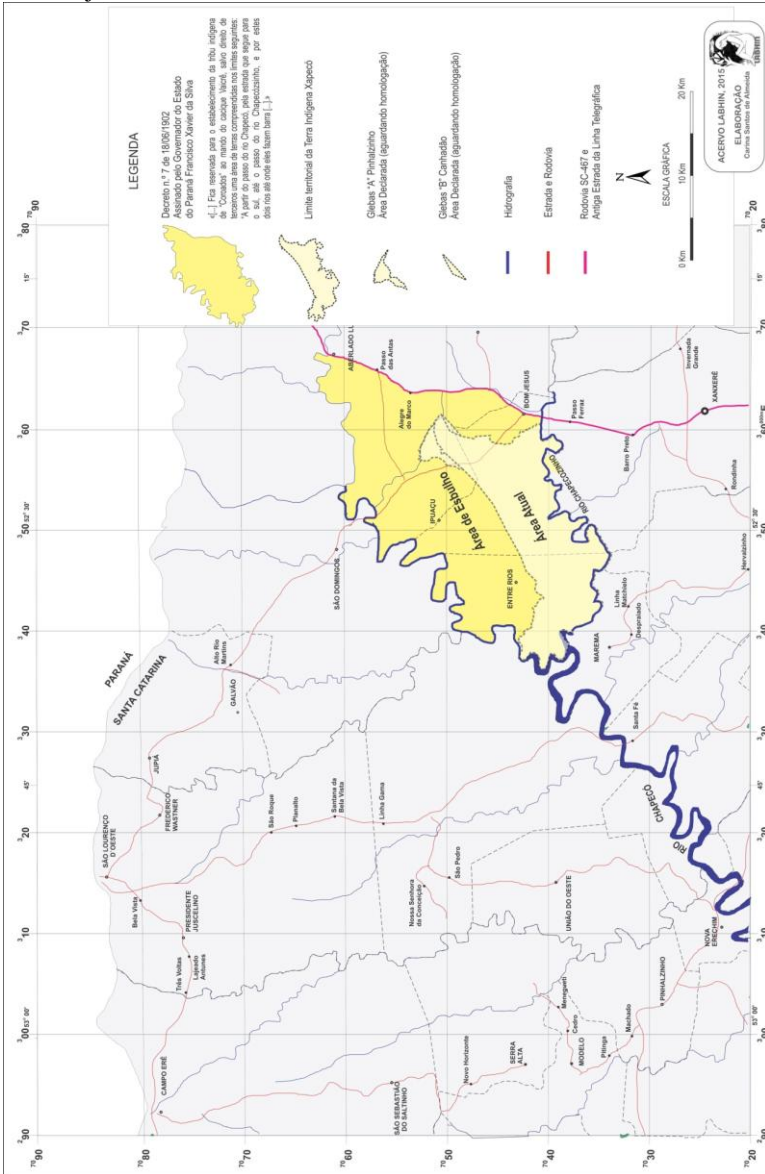
⁵⁴³ LIMA, op. cit.; SOUSA, Afonso Botelho de S. Paio e. Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no governo do General Dom Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão, conforme as ordens de Sua Majestade. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 76, 1956. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_076_1956.pdf. Acesso em: 30 jun. 2011.

⁵⁴⁴ “Os choques contra os brancos, tribos inimigas e colaboracionistas foram uma constante na vida Kaingang desde o século XVIII. Nessa relação conflituosa, criaram técnicas de combate, refinaram táticas de luta, aperfeiçoaram formas de atacar e de manter o inimigo sobre pressão, enfim, desenvolveram técnicas de guerra, de guerrilhas, de emboscadas e ataques capaz de fazer frente a um inimigo muito superior a eles.” MOTA, 1994, op. cit., p. 06.

Mangueirinha, o Decreto n. 7 (18 de junho de 1902) as terras de Xapecó (Mapa 6), entre outras terras reservadas neste período.⁵⁴⁵

⁵⁴⁵ Estes decretos promulgados pelo Estado do Paraná foram consultados em cópia no Acervo Documental da Fundação Nacional do Índio/FUNAI em Paranaguá, sob responsabilidade da Coordenação Técnica Local/CTL/FUNAI. Tais documentos, ainda que cópias de originais, não estão catalogados e nem organizados.

Mapa 6: Terra Indígena Xaçepó, evolução das delimitações desde o Decreto n. 7, 18 de junho de 1902



Fonte: Elaborado por Carina S. de Almeida. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Considerando que estes decretos foram promulgados no incipiente século XX, cabe perceber que nas entrelinhas desta garantia de terras aos índios Coroado por parte do governo do Paraná, se apresentam questões convenientes. De acordo com a mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva ao Congresso Legislativo, na 1ª sessão da 6ª Legislatura, em 1º de fevereiro de 1902, o governo do Paraná estava preocupado com a expedição de títulos de terras e com a colonização, bem como mandava demarcar terras devolutas em vários municípios do oeste, como Rio Negro, no Vale do Rio Ivahy e no município de Guarapuava, a fim de vender tais lotes para “pequenos lavradores”. Esta mesma mensagem reforça a atenção à catequese dos índios com distribuição de “instrumentos de lavoura e utensílios [...] mantendo-os na posse de suas terras em que se acham estabelecidos” da mesma forma que continua a reforçar a reserva de terras aos índios,

É assim que reservou um tracto de terras devolutas no município de Tibagy e dous no município de Guarapuava para as tribus indígenas que estão occupando com cultura effectiva e morada habitual, com a área sufficiente para o desenvolvimento dos seus trabalhos agrícolas e de outras tribus que n’elles queiram se estabelecer.⁵⁴⁶

O historiador Paulo Pinheiro Machado destacou que desde o período colonial, Santa Catarina e São Paulo disputavam, e, posteriormente, Santa Catarina e Paraná (quando a partir de 1853 a Província do Paraná se tornou autônoma de São Paulo), a jurisdição do planalto serrano e os sertões situados ao oeste; os conflitos de limites entre as províncias se intensificam no período imperial e alcançam a República sem solução satisfatória.⁵⁴⁷ A promulgação da Lei de Terras de 1850 (Lei n.º 601, 18 de setembro de 1850) e sua regulamentação em 1854 (Decreto n.º 1.318, 30 de janeiro de 1854) buscava discernir terras públicas e particulares e estabelecia a compra como meio de acesso à terra; tais normativas contribuíram para que as províncias se inclinassem gradativamente ao controle de seus territórios. A Constituição de 1891 delegou aos estados a prerrogativa de legislar sobre terras e colonização,

⁵⁴⁶ MENSAGEM, do Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva ao Congresso Legislativo, na 1ª sessão da 6ª Legislatura, em 1 de fevereiro de 1902, Governo do Estado do Paraná. Acervo Documental da Fundação Nacional do Índio/FUNAI em Paranaguá, sob responsabilidade da Coordenação Técnica Local/CTL/FUNAI.

⁵⁴⁷ MACHADO, op. cit., p. 124.

na compreensão do historiador Pinheiro Machado, “A definição de uma política estadual de terras ocorreu ainda na década de 1890 e tinha como objetivo atuar em duas ‘frentes’: a) regularização definitiva de antigas posses; b) venda de terras públicas para estímulo da pecuária e da lavoura.”⁵⁴⁸

Ademais, as denúncias de ataques e massacres aos grupos indígenas em terras de Santa Catarina e Paraná, cada vez mais correntes nos jornais e notícias, fizeram colocar na pauta das discussões nacionais o tratamento que se deveria dar aos índios no Brasil. Os decretos sobre a criação das “reservas de terras aos indígenas” citados anteriormente convinhavam ao Paraná na questão dos limites com Santa Catarina, estratégicos por sinal, visavam mostrar que o governo estava agindo para amenizar os embates entre índios e brancos da mesma forma que reforçava o poder sobre o território oeste reivindicado por Santa Catarina. Os decretos não representam gesto de humanismo e sensibilidade frente à questão indígena. O Congresso Legislativo do Estado do Paraná publicou a Lei n. 853, 22 de março de 1909, de responsabilidade da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, com onze artigos a fim de demarcar outras áreas de terras reservadas aos índios do Paraná por decreto executivo, bem como estabelecer diretrizes políticas para o tratamento da questão indígena. Tal lei além de intencionar novas demarcações de terras aos índios Botocudo (Xokleng/Laklãnõ) ainda versava sobre a promoção da educação dos índios em suas aldeias, incumbia o governo de regulamentar os serviços nos novos aldeamentos que pudessem “[...] afeiçoar os índios aos trabalhos da terra [...]” (Artigo 6º) e por fim, afirmava que o governo deveria respeitar “[...] os princípios de humanidade e civilização [...]” impedindo “[...] o massacre de nossos selvícolas, responsabilizando as autoridades que se tornarem indiferentes às transgressões da lei de proteção.” (Artigo 9º).⁵⁴⁹

Mas tais garantias legitimadas por decretos não inviabilizaram os esbulhos e a ganância sobre as terras indígenas. A grilagem ocorreu pelo fato de muitas das terras indígenas não estarem devidamente legalizadas e sem titulação em escritura, assim, sendo tratadas como devolutas, podiam ser alienadas, porém, esse processo ocorria por meio de métodos

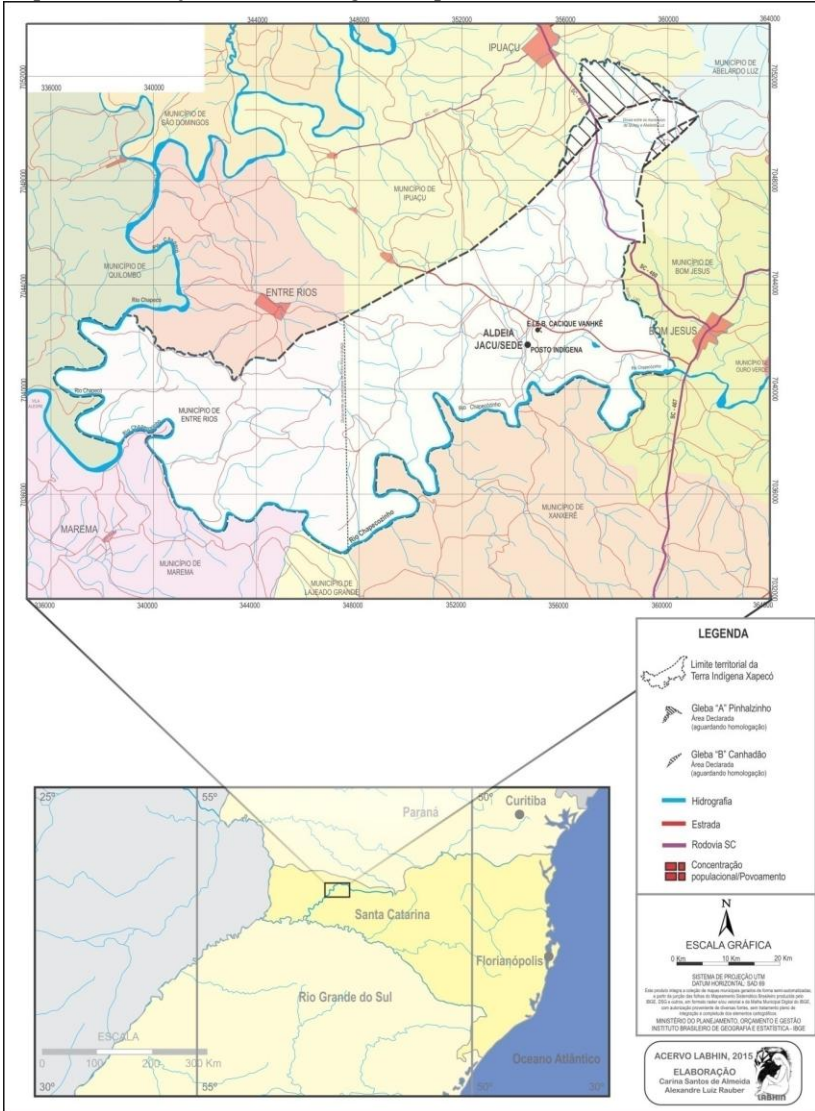
⁵⁴⁸ *Ibidem*, p. 138.

⁵⁴⁹ PARANÁ, Lei n. 853 em 22 de março de 1909. Acervo Documental da Fundação Nacional do Índio/FUNAI em Paranaguá, Coordenação Técnica Local da/CTL/FUNAI.

fraudulentos e pela ação ou omissão do Estado brasileiro.⁵⁵⁰ Cabe ressaltar novamente que o governo não compreendia a forma de espacialização Kaingang em parcelas extensas de terras como espaços fundamentais para o modo de vida ameríndio, cabendo o vulgar ditado para estes casos, “muita terra para pouco índio!”.

⁵⁵⁰ “Quando o Estado intervém, geralmente só o faz depois que se instalam conflitos envolvendo os índios e os elementos das frentes de expansão. Nos casos em que as inúmeras barreiras jurídico-políticas e administrativas são vencidas, o Estado estabelece uma área de terra para a posse e o usufruto da comunidade indígena, as chamadas reservas indígenas.” ROCHA, op. cit., p. 151.

Mapa 7: Localização da Terra Indígena Xaçecó e suas localidades limítrofes



Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e por Carina S. de Almeida a partir de base cartográfica IBGE, 2011. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

A TI Xaçecó está localizada na porção noroeste do Estado de Santa Catarina – situada dentro dos limites municipais de Ipuacu, Entre Rios e, uma pequena parte em Abelardo Luz, sendo circunvizinha dos municípios de Marema, Xanxerê, Quilombo, Lajeado Grande e Bom Jesus. Conforme é possível perceber no Mapa 7, a TI Xaçecó está inserida na bacia hidrográfica do rio Chapecó (limites oeste), ao sul está limitada pela confluência do afluente, rio Chapecozinho, e ao norte e parte do leste, por limites “secos”.

A TI Xaçecó possui atualmente 15.623,95 ha, conforme o Decreto n. 7, 18 de junho de 1902, alcançava quase 50 mil ha de terras, contudo, a expropriação encontrou significativas brechas na seguinte ressalva, “[...] Fica reservada para o estabelecimento da tribo indígena de ‘Coroados’ ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros [...]”.⁵⁵¹ Tal resguardo aos “direitos de terceiros” permitiu que os Kaingang do Xaçecó sofressem pressões territoriais, usurpação e expropriação de grande parcela de suas terras por grileiros e posseiros com a anuência governamental ao longo dos noventa e dois, restando na contemporaneidade cerca de 30% do território de 1902.

A demarcação da TI Xaçecó pela FUNAI somente se concretizou com a homologação em 1991, até então, era composta por duas glebas contínuas, sendo a primeira denominada “Posto Indígena Dr. Selistre de Campos”, “adquirida legalmente” em 2 de outubro de 1965 do Instituto de Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina/IRASC, e a segunda gleba, denominada “Pinhalzinho” tendo sido adquirida do “Comércio e Indústria Saulle Pacioncelli”.⁵⁵² O mapa de localização da TI Xaçecó no oeste catarinense – Mapa 7 –, situa as duas áreas nominadas Pinhalzinho e Canhadão, que totalizam 660 ha e foram declaradas em 19 de abril de 2007, portaria n.º792, 20 de abril de 2007. Segundo o Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo e Mapa elaborado pela antropóloga Juracilda Veiga em 2003, as terras indígenas de Xaçecó sofreram “[...] muitas pressões e diversas tentativas de esbulho direto e indireto, com ou sem a participação de autoridades, durante a maior parte do século XX.”⁵⁵³

⁵⁵¹ PROCESSO, 2221/1997, folha 002, Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

⁵⁵² PROCESSO, 1240/1989, Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Processo acessado na Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

⁵⁵³ VEIGA, Juracilda. Resumo do Relatório de Identificação e delimitação, memorial descritivo e mapa. Encaminhado a AER/FUNAI em 05/09/2003. Sem paginação. Acervo do CEOM.

Tais glebas aguardam homologação do governo federal para que possam ser devidamente (re)ocupadas e (re)apropriadas pelos indígenas da TI Xaçecó. Contudo, o impasse judicial reside em Pinhalzinho na realocação de 12 famílias de agricultores, totalizando 48 pessoas assentadas, com títulos concedidos pela União Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, datados de 1972/1974, e em Canhadão, onde residem 29 famílias de agricultores, com aproximadamente 180 pessoas, cujas cadeias nominais se originaram na Fazenda do Marco e Fazenda Alegre do Marco por meio de títulos outorgados em 1898 e que foram desmembrados e comercializados ao longo do século XX.⁵⁵⁴

A homologação da TI Xaçecó tardiamente reconheceu a autonomia da comunidade Kaingang e seus direitos inalienáveis de parte de sua terra tradicional. Entre 1902 e 1991 a TI teve reduzida seu território de aproximadamente 50 mil ha para pouco mais de 15 mil ha, o que qualifica a expropriação, esbulho e grilagem de terras ao longo deste século por parte de posseiros que procuravam garantir tais glebas através da “alegação” de propriedade, contatos políticos e negociações veladas com o Governo do Estado de Santa Catarina e o órgão indigenista. A seguir, passa-se a compreender e analisar os elementos que compõem a TI Xaçecó, bem como, visualizar por meio de produtos, as transformações na cobertura florestal e no uso do solo processadas nos últimos cinquenta anos.

4.3 A paisagem da Terra Indígena Xaçecó

A paisagem que predomina atualmente no oeste catarinense pouco lembra o bioma Mata Atlântica, a TI Xaçecó ainda que apresente remanescentes florestais, acompanhou o processo de exploração da cobertura florestal e o desflorestamento ao longo do século XX. A cobertura vegetal do oeste catarinense e da TI Xaçecó está longe de sua constituição original e profundamente alterada em virtude da ação antrópica associada ao desmatamento e a agricultura intensiva que nas últimas décadas se direcionou ao agronegócio. A economia regional está baseada em lavouras de monocultivo temporárias, principalmente do

⁵⁵⁴ PROCESSO, 08001 007576/2005, Ministério da Justiça – Consultoria Jurídica, assunto Ampliação Área Indígena Chapecó/SC, 24 novembro de 2005. Processo acessado na Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

soja que se consolidou na região sul sobretudo a partir de 1970 impulsionada pelos mercados nacional e internacional favoráveis, políticas agrícolas de incentivo ao complexo agroindustrial nacional e desenvolvimento, com emprego crescente de tecnologias de produção, e na cadeia produtiva da avicultura e suinocultura.⁵⁵⁵

A transformação da paisagem da TI Xapecó acompanhou mudanças de conjuntura ao nível regional e nacional no século XX. Os fatores intervenientes, articulados e que ao seu modo corroboraram para o paulatino desflorestamento, arrendamento de terras e adoção de práticas agropecuárias exógenas, foram diversos. Ao nível regional, primeiramente ocorreu a ocupação das terras circundantes que despertou o interesse de grileiros e posseiros, inclusive, a expropriação e o intrusamento das terras Kaingang. Posteriormente, se consolidou a ocupação regional nos moldes da pequena produção agrícola familiar, o arrendamento e o sistema de parceria das terras dos Kaingang do Chapecozinho para inverno (pecuária) e lavouras temporárias. Esse processo de pequenas propriedades agrícolas familiares está intrinsecamente relacionado ao esgotamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul, ocorrendo uma migração para o oeste de Santa Catarina entre as décadas de 1920 e 1930, e com intensidade, após a Segunda Guerra Mundial também para o sul/sudoeste do Paraná, em busca de terras mais baratas e férteis com densas florestas.

A demanda regional por madeira era crescente, visto que esta servia de bioenergia e atendia ao setor moveleiro, paulatinamente com a comercialização e exportação, a madeira disponível foi rareando nas cercanias, o que despertou o interesse sobre as terras férteis e densamente florestadas dos índios. Articulada ao contexto nacional pode-se apontar a atuação da agência indigenista por meio da intervenção dos agentes do Posto Indígena Xapecó como um dos fatores circunstanciais na transformação da paisagem da TI. Os órgãos indigenistas (SPI e FUNAI) promoveram o arrendamento, adotaram práticas agrícolas ocidentais (extensiva e intensiva), introduziram e estimularam nova dieta alimentar a partir de culturas temporárias até então desconhecidas aos Kaingang, como o arroz, o trigo e o soja, visando inclusive transformar os índios em agricultores e, ainda, incitaram a criação/domesticação de animais que não faziam parte do ecossistema local. Os agentes indigenistas imputaram projetos desenvolvimentistas, exploraram a vegetação e as florestas, implantaram

⁵⁵⁵ BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura*. Trigo e soja. Petrópolis/Ljuí: Editora Vozes, 1988. p. 77 e 78.

serrarias, criaram editais para corte de pinheiros e madeiras de lei, e por fim, viabilizaram diversas práticas para a geração da renda indígena.

Antes mesmo do soja fazer parte das lavouras temporárias regionais, o cultivo foi introduzido por um agente do Posto em 1952, ano que marca, segundo Brum, a introdução e evolução da produção do soja no Brasil. Da década de 1950 até a contemporaneidade, a cultura do soja cresceu de uma produção modesta de 77 toneladas (1952) para 81 milhões de toneladas (safra 2012/2013).⁵⁵⁶ A mesorregião Oeste Catarinense produziu mais de 500 mil toneladas de soja em 2012, montante que representa metade da produção catarinense que alcançou mais de 1 milhão de toneladas, por sinal, a microrregião de Xanxerê, onde está inserida a TI Xaçepó, é responsável por 255 mil toneladas de soja, ou seja, um quarto da produção total do Estado de Santa Catarina.⁵⁵⁷ Essa crescente especialização em lavouras temporárias como soja, trigo, milho, entre outros, transformou o oeste catarinense e a região que circunda a TI Xaçepó em lavouras intensivas com parques e pulverizados capões de florestas.

4.3.1 Os elementos que compõe a paisagem: a Mata Atlântica e a ação antrópica

A paisagem da TI Xaçepó apresenta vegetação densa nas aldeias próximas ao rio Chapecó e seu afluente, o rio Chapecozinho, sobretudo na região de confluência, mas em grande parte, apresenta áreas de ação antrópica com cultivo, com desflorestamento, pastagens e vegetação secundária em estágio de regeneração. No que se refere à ação antrópica com cultivo, destaca-se as lavouras de monocultura como o soja, referenciado no “sistema de parceria” entre alguns indígenas e agricultores do entorno.

A Mata Atlântica, bioma no qual a TI Xaçepó está inserida, tem um conjunto fisionômico heterogêneo de florestas. Apresenta particularidades na composição florística e no porte de floresta, de acordo com a região. Assim, é possível distinguir padrões texturais de florestas diferentes.⁵⁵⁸ Aziz Nacib Ab’Sáber elaborou um conjunto de domínios morfoclimáticos para o Brasil na década de 1960,

⁵⁵⁶ Idem.

⁵⁵⁷ Banco de Dados Agregados, SIDRA/IBGE, 2012.

⁵⁵⁸ ROSS, Jurandy L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. p. 137.

considerando as especificidades regionais. Neste mesmo sentido, o geógrafo Jurandyr Ross, posteriormente definiu os grandes domínios de vegetação, domínios morfoclimáticos e de fitogeografia do Brasil. O Quadro 5 proporciona a situação dos domínios morfoclimáticos estabelecidos pelos mencionados estudiosos.

De acordo com Ab'Sáber e seu mapa de domínios morfoclimáticos é possível associar os Kaingang predominantemente aos Planaltos Subtropicais com Araucárias, e para Ross, aos Planaltos de Araucária e Mata Subtropical. Os biomas podem ser pensados como unidades biogeográficas e como indica Ross, são macrounidades baseadas num tripé, a relação entre vegetação, clima e solo. Outrossim, e de forma simplificadora, os biomas podem ser agrupados em Florestas, Savanas e Cerrados, Campos, Tundra e Deserto.⁵⁵⁹

⁵⁵⁹ “[...] são identificados como a comunidade madura ou associação de espécies dominantes numa determinada condição climática vigente. Os biomas mundiais são regiões homogêneas onde interagem vários fatores, mas nas quais a relação entre vegetação, climas e solos tem influência principal. Por essa razão a descrição dessas macrounidades sempre faz referência a esse tripé.” Ibidem, p. 138.

Quadro 5: Domínios morfoclimáticos do Brasil segundo Nacib Ab'Saber e Jurandyr Ross

AZIZ NACIB AB'SABER ⁵⁶⁰	JURANDYR ROSS ⁵⁶¹
Domínio Amazônico (Terras baixas florestadas)	Terras Baixas e Florestadas da Amazônia
Domínio do Cerrado (Chapadões tropicais interiores com cerrados e florestas-galerias)	Chapadões Cobertos por Cerrados e Penetrados por Floresta de Galeria (Cerrados)
Domínio do Mar de Morros (Áreas mamelonares tropicais atlânticas florestadas)	Florestas costeiras (Matas Atlânticas)
Domínio das Caatingas (Depressões intermontanas e interplanálticas semi-áridas)	Depressões Interplanálticas Semi-Áridas no Nordeste (Caatingas)
Domínio da Araucária (Planaltos subtropicais com araucárias)	Planaltos de Araucária e Mata Subtropical
Domínio das Pradarias (Coxilhas subtropicais com pradarias mistas)	Região Gaúcha das coxilhas com Pradarias Mistas (Campos Sulinos ou Pampa)
	Pantanal Mato-Grossense (Pantanal)

Fonte: Elaborado a partir de JATOBÁ, Lucivânio. LINS, Rachel C.. *Introdução à Geomorfologia*. 5 ed. Recife: Bagaço, 2008. p. 192. ROSS, op. cit., p. 158 – 187.

Conforme é possível perceber no Mapa 8, elaborado a partir do *Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina* do geógrafo Roberto M. Klein, 1978, e que apresenta a cobertura original para a região da TI Xaçecó, nas aldeias próximas da confluência do rio Chapecozinho com o rio Chapecó na TI Xaçecó, predominava a Floresta Subtropical da Bacia do Uruguai, com a incidência de espécimes florestais de grápia (*Apuleia leiocarpa*), guajuvira (*Patagonula americana*), angico (*Parapiptadenia rigida*), cedro (*Cedrela fissilis*), louro (*Cordia trichotoma*) e canelas (*Ocotea spp.*, *Nectandra spp.*).⁵⁶² Todo o restante

⁵⁶⁰ Ibid., p. 158 – 187.

⁵⁶¹ JATOBÁ, Lucivânio. LINS, Rachel C.. *Introdução à Geomorfologia*. 5 ed. Recife: Bagaço, 2008. p. 192.

⁵⁶² KLEIN, Roberto M. *Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Ilustrada Catarinense, V Parte. Itajaí/Florianópolis: Herbário Barbosa Rodrigues/HBR,

da TI Xapecó era composto pela Floresta de Araucária do extremo oeste, com submato, onde predominavam também angico (*Parapiptadenia rígida*), grápia (*Apuleia leiocarpa*), guajuvira (*Patagonula americana*) e canelas (*Nectandra spp*).

O que Klein nomeia de Floresta Subtropical da Bacia do Uruguai, “mata branca”, é conhecida também como Floresta Estacional Semidecidual. Já a Floresta Ombrófila Mista o geógrafo identifica como Floresta de Araucária ou dos Pinhais, ou, simplesmente, “mata preta”. Conforme esclarece o biólogo João de Deus Medeiros, 85% do território catarinense estava coberto pela Mata Atlântica e, neste limiar de século XXI, restam 17,46% da área original.⁵⁶³

Na análise do geógrafo Klein, a Floresta de Araucária do extremo oeste apresentava os pinhais densos na região de Xanxerê, Abelardo Luz, São Domingos e alguns outros municípios circundantes a TI Xaçepó,⁵⁶⁴ pois no contexto geral regional os pinheiros surgem como “árvores emergentes” na “mata branca”. Para Klein, os colonizadores costumavam denominar a Floresta Subtropical do Rio Uruguai de “mata branca”, em oposição à “mata preta” que se refere aos pinhais.⁵⁶⁵ O geógrafo argumenta que as árvores destas florestas produzem madeiras com considerável valor econômico.

De fato, a TI Xaçepó sob a administração do órgão indigenista SPI teve em suas terras instalada uma serraria que atendia as madeiras que circundavam a terra e, que por fim, comercializavam o produto manufaturado. Ademais, antes mesmo de haver uma serraria, a atividade extrativista direcionava madeira para serrarias e madeiras nos arredores da TI. A FUNAI, quando assumiu a tutela se incumbiu de acirrar a extração da cobertura florestal por meio de editais públicos e contratos. O antropólogo agente do SPI Ney Land esclarece sobre a vegetação no Relatório do Posto de 5 de junho de 1964 que parte das terras são aproveitadas com lavouras temporárias e pastagens, sendo que havia “áreas improdutivas” onde se destacava um grande pinheiral:

[...] com lavouras temporárias, pastagens naturais e áreas improdutivas. Essas áreas possuem ainda um grande pinheiral com dois tipos de coníferas e

⁵⁶³ MEDEIROS, João de Deus. *Santa Catarina*. In: CAMPANILI, Maura; PROCHNOW, Miriam. (Org.). *Mata Atlântica: uma rede pela floresta*. Brasília: RMA, 2006. p. 45. Disponível em: www.apremavi.org.br/download.php?codigoArquivo=93. Acesso em: 29 set. 2012.

⁵⁶⁴ A TI Xaçepó atualmente situa-se nos municípios de Entre Rios, Ipuacú e Abelardo Luz, porém, em 1978, quando Klein elaborou o mapa fitogeográfico e suas análises sobre a vegetação para a região, os municípios de Entre Rios e Ipuacú integravam o território municipal de Xaxim e Abelardo Luz e Xanxerê, respectivamente.

⁵⁶⁵ “[...] ‘mata branca’ em oposição à ‘mata preta’, onde há a ocorrência de pinhais. A ‘mata branca’ é caracterizada pela completa ausência do pinheiro, e formada por estrutura distinta, podendo ser agrupada em 4 sinusias a saber: a 1ª sinusia descontínua das árvores altas e emergentes; a 2ª sinusia bastante densa das árvores; a 3ª sinusia das arvoretas e finalmente a 4ª sinusia dos arbustos.” KLEIN, op. cit., p. 19.

com pequenos bosques de mata arbustiva. Considerada como a maior reserva de pinheiros do Estado de Santa Catarina. – Soubemos que três grupos disputam a tentativa de invasão das terras: um grupo dono de serraria em Xanxerê, o Prefeito de Chapecó e um outro grupo de madeireiros do Estado.⁵⁶⁶

A área improdutiva da TI Xaçepó resguarda, na compreensão do agente indigenista, a maior reserva de pinheiros do Estado de Santa Catarina em 1964, ao mencionar um “grande pinheiral com dois tipos de coníferas e pequenos bosques de mata arbustiva”, provavelmente, Land está se referindo a *Araucaria angustifolia* e ao pinheiro-bravo, conhecido como *Podocarpus lambertii* Klotz.,⁵⁶⁷ ambas espécies de grande importância madeireira e, como acusa sem delongas o agente, pinheiral disputado por grupos regionais devido ao seu valor de produção madeireira (monetário). O grande pinheiral “improdutivo” aos olhos do indigenista não se apresenta da mesma forma para os Kaingang. Na realidade, os Kaingang não definiam o ambiente como produtivo e improdutivo, este tipo de associação está relacionado com o “valor” ou capacidade “produtiva” que as sociedades de tradição ocidental delegam aos conteúdos ou objetos que compõe a paisagem (ambiente), assim, poderia-se perguntar: quanto vale um grande pinheiral? Ou ainda: é possível quantificar monetariamente elementos que compõe o ambiente?

Em relação ao conjunto fisionômico da vegetação nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a cobertura vegetal tem poucas características tropicais, por certo, sobrepuja áreas com características subtropicais. Por conta das condições de umidade que se apresentam nestes estados, as florestas encontram possibilidades propícias ao desenvolvimento. Conforme pontua Maria Therezinha Alves Alonso, a vegetação original na região meridional brasileira está bastante alterada, seja na composição florística como em seus limites, o

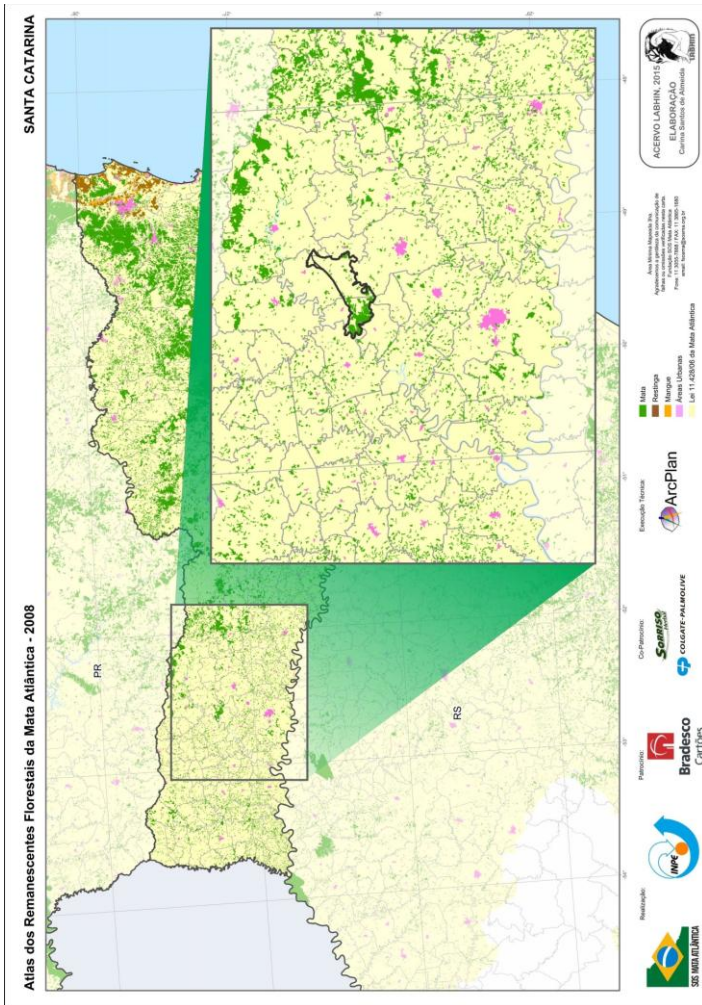
⁵⁶⁶ RELATÓRIO, Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, elaborado por Ney Land, de 05 de junho de 1964. Documento 0576 ao 0582/00771 ao 00780, Microfilme 322. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁵⁶⁷ Sobre o pinheiro-bravo ou *Podocarpus lambertii* ver CARVALHO, Paulo E. R. Pinheiro-bravo. *Podocarpus lambertii*. *Circular técnica* 95, EMBRAPA, dez. 2004. Disponível em: <http://www.cnpf.embrapa.br/publica/circtec/edicoes/circ-tec95.pdf>. Acesso em: oez. 2013.

que deflagra uma dificuldade para a reconstituição da cobertura original em quantidade e qualidade.⁵⁶⁸

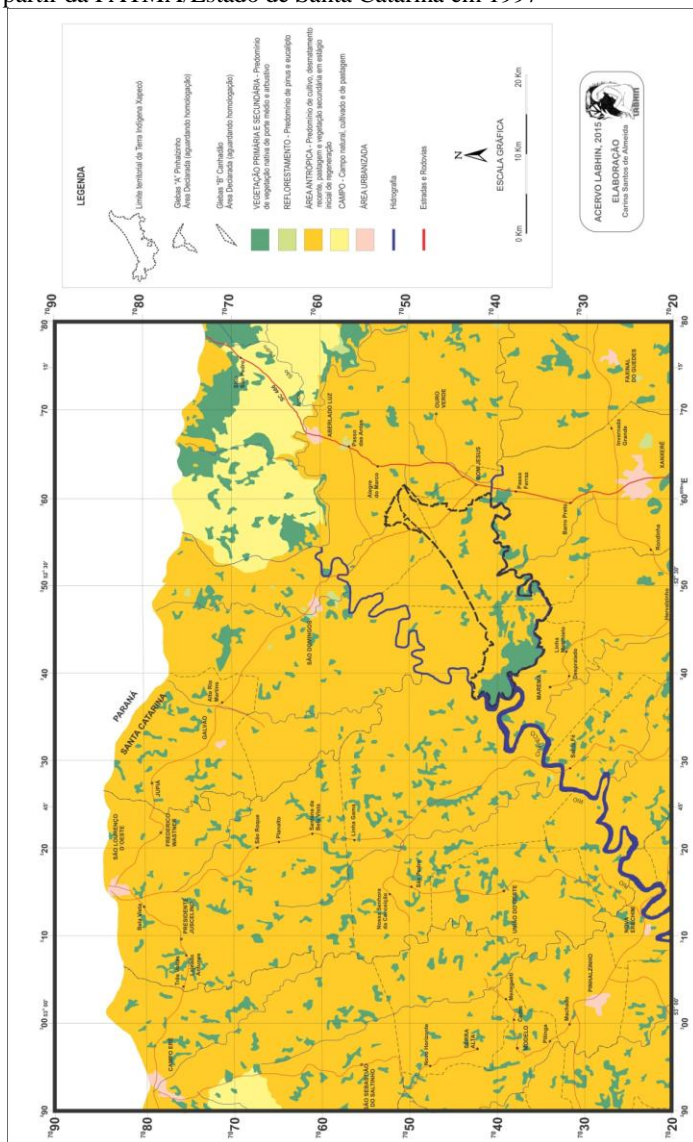
⁵⁶⁸ A geógrafa esclarece sete tipos de formações vegetais para a região: 1) Floresta Perenifólia Higrófila Costeira; 2) Floresta Subcadocifólia Tropical; 3) Floresta Subcadocifólia Subtropical; 4) Floresta Subcadocifólia Subtropical com Araucária; 5) Campo; 6) Cerrado; e, 7) Vegetação Litorânea. ALONSO, Maria Therezinha Alves. *Vegetação*. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria Técnica. Geografia do Brasil: Região Sul. Rio de Janeiro: SERGRAF/IBGE, 1977. v. 5. p. 81 e 82.

Mapa 9: Região da Terra Indígena Xaçecó, reelaborado a partir de Remanescentes Florestais para o Estado de Santa Catarina, Fundação SOS Mata Atlântica de 2008



Fonte: Elaborado por Carina S. de Almeida a partir de Fundação SOS Mata Atlântica (2008). Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Mapa 10: Cobertura vegetal da região da Terra Indígena Xaçepó, reelaborado a partir da FATMA/Estado de Santa Catarina em 1997



Fonte: Elaborado por Carina S. de Almeida a partir de Cobertura Vegetal FATMA/Estado de Santa Catarina, 1997. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Para visualizar estas modificações na paisagem, ou, especificamente, no contexto da cobertura original e ação antrópica, apresenta-se o Mapa 9, reelaborado a partir dos *Remanescentes Florestais para o Estado de Santa Catarina*, 2008, com recorte para o oeste catarinense e em perspectiva para a grande região que circunda a TI Xaçecó. O Mapa 10 foi reelaborado a partir do *Mapa de Cobertura Vegetal* desenvolvido pela Fundação do Meio Ambiente, FATMA/Estado de Santa Catarina, 1997 e, como já foi mencionado, evidencia em laranja as áreas antrópicas com predomínio de cultivo, sobretudo do soja, intercalado com pastagem, o que se configura desmatamento recente. A cor laranja ainda pode evidenciar vegetação secundária em estágio inicial de regeneração. A cor verde, que se apresenta no mapa, acusa vegetação primária e secundária com predomínio de vegetação nativa de porte médio e arbustivo. Nota-se que a TI Xaçecó apresenta considerável vegetação a sudoeste se comparada ao contexto regional em que está inserida.⁵⁶⁹

No caso da TI Xaçecó, esta vegetação secundária/primária se situa em grande parte na confluência do rio Chapecozinho com o rio Chapecó, região esta que o geógrafo Klein identifica com a Floresta Subtropical (“mata branca”) e que costumeiramente se localiza ao longo do rio Uruguai e seus afluentes, com ausência da *Araucaria angustifolia* ou pinheiro. É interessante destacar que a vegetação primária do território catarinense é dividida por Klein em seis distintas formações vegetais, conforme Quadro 6, enquanto o biólogo Medeiros sintetiza a cobertura florestal de Santa Catarina em Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Densa e Floresta Estacional Semidecidual.⁵⁷⁰

⁵⁶⁹ Convém considerar a ressalva de que as Florestas estão em constante processo de transformação em virtude das mudanças ambientais promovidas pelos fenômenos da natureza ou pela ação do homem. Não existe uma floresta virgem ou uma natureza intocada. Ao longo das formações, as florestas sofrem a ação das intempéries bem como antrópica. Os ecossistemas não devem ser concebidos como estáticos ou à mercê da ação humana, visto que existem dinâmicas próprias e interdependentes.

⁵⁷⁰ MEDEIROS, op. cit., p. 45.

Quadro 6: Formações vegetais primárias do território catarinense segundo Klein

FORMAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
I. Vegetação Litorânea	Ao longo do litoral Atlântico, se desdobra em diversos agrupamentos e associações vegetais muito características
II. Floresta Pluvial	Na costa Atlântica, se configura como uma das formações mais importantes do Estado
III. Floresta Nebular	Presente ao longo dos "aparados" da Serra Geral e da Serra do Mar
IV. Floresta de Araucária ou dos Pinhais ("mata preta") ⁵⁷¹	Cobre grande parte do Planalto, assim como grande parte do sul do Brasil, fornece a maior riqueza em madeira
V. Campos	Imprimem aspecto característico e próprio ao Planalto
VI. Floresta Subtropical ("mata branca")	Ao longo do Rio Uruguai e seus afluentes, imprimem aspecto típico a região de sua ocorrência.

Fonte: KLEIN, op. cit., p. 01.

As Fotos 3 e 4 apresentam as características fisionômicas da Floresta Subtropical da Bacia do Rio Uruguai ou Floresta Estacional Semidecidual, são fotografias realizadas na Aldeia Limeira no ano de 2011 quando a equipe de pesquisa do LABHIN/UFSC se encontrava em campo na TI Xaçecó. As Fotos 5 e 6, ambas da Aldeia Sede, denominada em muitos documentos como Aldeia Jacu, evidenciam as características fisionômicas da Floresta de Araucária ou Floresta Ombrófila Mista. Ambas as fotografias da Aldeia Sede foram realizadas em momentos distintos, a primeira do ano de 1947, depositada no acervo do Museu do Índio, mostra a densa predominância da *Araucaria angustifolia* como estrato superior, composta por submata, conforme é possível notar ao fundo das benfeitorias, enquanto que a fotografia de 2011 se refere aos remanescentes florestais existentes na TI Xaçecó.

⁵⁷¹ A tese de Miguel Carvalho apresenta boa síntese sobre a dinâmica das Florestas de Araucária ou dos Pinhais. CARVALHO, Miguel M. X. de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH/UFSC, Florianópolis, 2010.

Na sequência dos produtos elaborados para a caracterização da paisagem da TI Xapecó se apresenta o Mapa 11 ou o mapa de declividade, com inclinações no relevo em graus, classes de declividade 0 a 3°, 3 a 6°, 6 a 12°, 12 a 25° e 25 a 45°. Esse mapa evidencia as variações da região com inclinação no relevo e indica que quanto maior for a declividade em graus, maior será a variação do relevo. As maiores declividades situadas no mapa apresentam encostas de morros e terrenos com menor potencial para pastagens e lavouras extensivas e intensivas, conforme a tradição ocidental está acostumada a desenvolver, pois dificulta a ação do homem no uso e manejo do solo com máquinas e implementos agrícolas (arar a terra) e inibe a circulação de animais, sobretudo de médio porte, enquanto que por outro lado favorece a permanência de formações florestais.

Foto 3: Características fisionômicas da formação da Floresta Estacional Semidecidual ou Floresta Subtropical Bacia do Uruguai, na Aldeia Limeira na Terra Indígena Xaçepó, 2011



Fonte: Acervo LABHIN/UFSC, 2011.

Foto 4: Características fisionômicas da formação da Floresta Estacional Semidecidual ou Floresta Subtropical Bacia do Uruguai, na Aldeia Limeira na Terra Indígena Xaçepó, 2011



Fonte: Acervo LABHIN/UFSC, 2011.

Foto 5: Características fisionômicas da formação da Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária (Pinhais), na Aldeia Sede da Terra Indígena Xapecó, 1947



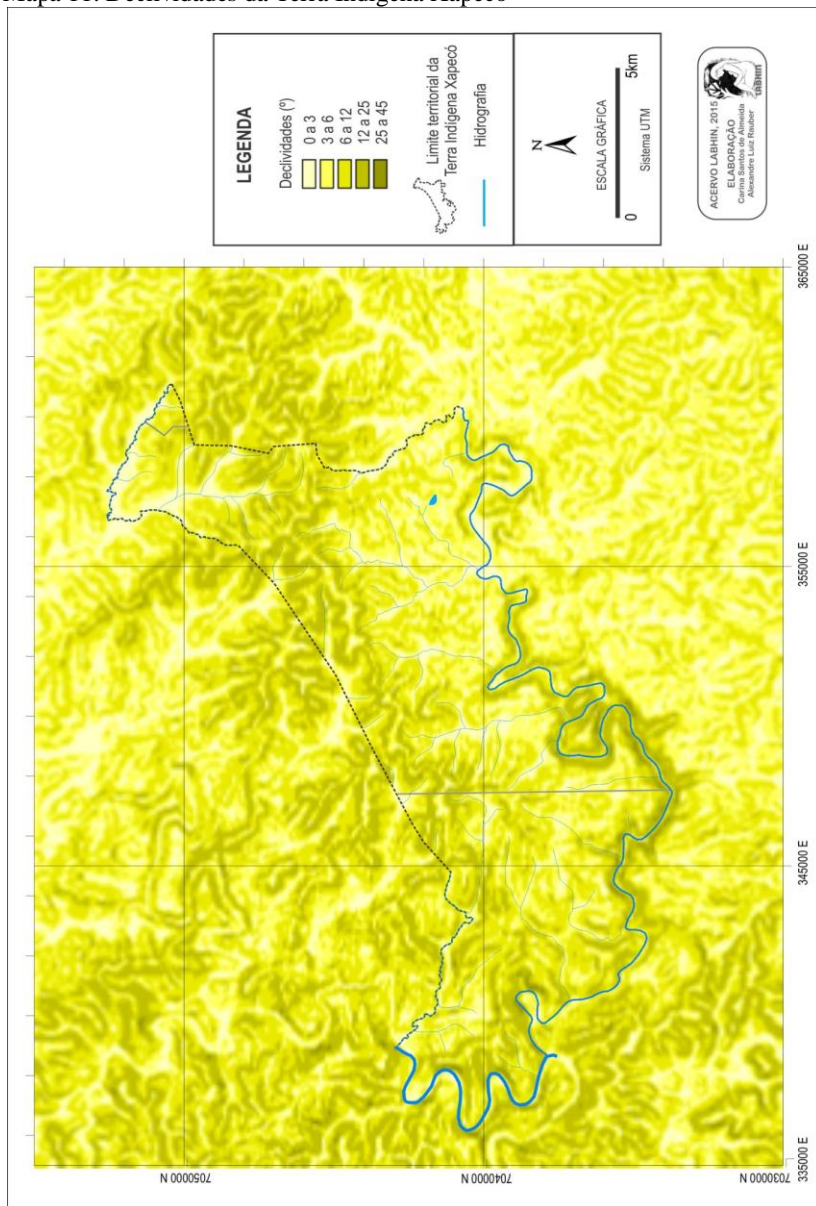
Fonte: FORTHMANN, Heinz. Setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos, BR MI SPI DA SE, IR7 11302 – 11608, fotografia SPI11424, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Foto 6: Características fisionômicas da formação da Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária (Pinhais), na Aldeia Sede da Terra Indígena Xapecó, 2011



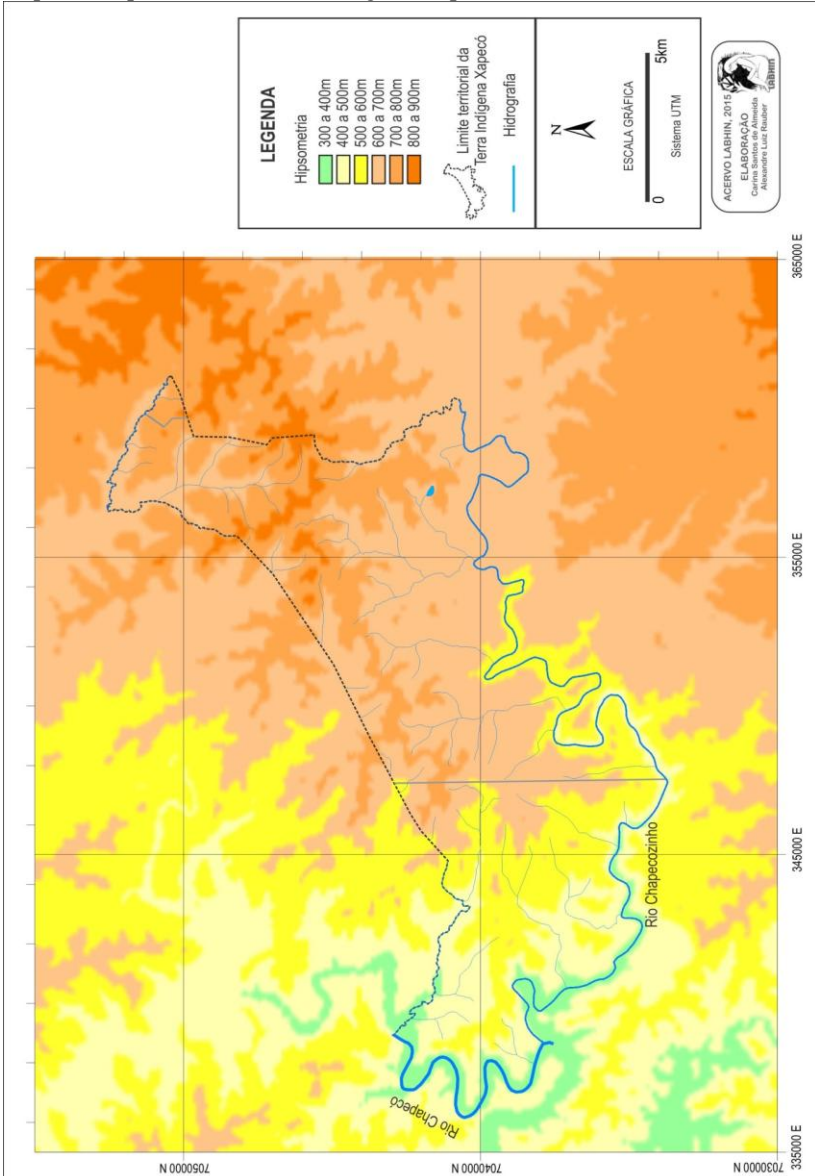
Fonte: Acervo LABHIN/UFSC, 2011.

Mapa 11: Declividades da Terra Indígena Xapecó



Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e finalizado por Carina S. de Almeida, 2011. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Mapa 12: Hipsometria da Terra Indígena Xapecó



Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e finalizado por Carina S. de Almeida, 2011. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

O historiador Keith Thomas afirma que a aradura amplamente difundida no mundo contemporâneo trouxe simetria à natureza, a prática de plantar não representava apenas um modo eficiente de aproveitar o espaço escasso, mas um meio agradável de “[...] impor ordem humana ao mundo natural desordenado. [...]”,⁵⁷² a paisagem domesticada, habitada e produtiva, representou a beleza e fertilidade. O espaço rural brasileiro, sobretudo a agropecuária ao longo do século XX, seguiu o modelo ocidental de uso (exploração) do solo, mecanização somente é possível em terras planas ou levemente planas, em virtude da combinação de solo exposto com inclinações de terreno ser propício a erosão e deslizamento do solo com a ação das chuvas. Assim, os terrenos mais visados para a agricultura e pecuária foram os campo ou planaltos de terras levemente onduladas. O uso intensivo do solo não combina com altas declividades, fragilizando a estabilidade da terra (desflorestamento e extração vegetação) e causando processos erosivos.

Por conseguinte, O Mapa 12 apresenta a hipsometria ou a altimetria do relevo, assim, estão classificadas em 300 a 400m, 400 a 500m, de 500 a 600m, de 600 a 700m, de 700 a 800m e de 800 a 900m. A menor altitude que se tem na TI Xaçepó é de 300 metros acima do nível do mar e, a maior altitude, alcança 900 metros acima do nível do mar. As cores hipsométricas variam do verde claro (menor altitude) ao vermelho (maior altitude), isso indica que os lugares com maior altitude na TI se encontram ao nordeste, em direção às cidades de Bom Jesus, Ipuacú e Abelardo Luz, bem como as de menor altitude, na confluência do afluente Chapecozinho com o rio Chapecó. O mapa hipsométrico possibilita perceber quais são as localidades no interior da Terra Indígena que podem apresentar maior incidência de geada devido à altitude, o que inviabiliza a prática de certas culturas agrícolas sensíveis ao frio, bem como apresenta os limites de abrangência e desenvolvimento das formações florestais e o comportamento do sistema hidrográfico da área.

A Floresta Subtropical (“mata branca”) denominada por Klein ou, como o IBGE nomina, a Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifólia), se situa na TI Xaçepó em altitudes inferiores a 500 metros, sendo distinta por faixas altimétricas pelo IBGE.⁵⁷³ No

⁵⁷² THOMAS, op. cit., p. 362.

⁵⁷³ O Manual do IBGE esclarece que a composição florística da Floresta Estacional Semidecidual apresenta quatro formações diferentes: a) Aluvial: “[...] está sempre presente nos terraços mais antigos das calhas dos rios.”; b) Terras baixas: “[...] ocorre entre 5 e 100 m de altitude entre os 4° de latitude Norte e os 16° de latitude Sul, de 5 a 50m quando localizados nas latitudes de 16° a 24° Sul e de 5 a 30 m nas latitudes de 24° a 32° Sul.”; c) Submontana:

mapa hipsométrico da TI Xaçecó as cores verde, amarelo claro e amarelo forte que marcam atitudes de 300 a 500 metros, são também onde ocorre a incidência da Floresta Estacional Semidecidual (“mata branca”). Esta floresta, que penetra profundamente os vales dos afluentes do Rio Uruguai se encontra na avaliação do biólogo Medeiros praticamente extinta em virtude do que ele chama de “fatores históricos de pressão” da exploração madeireira e agricultura, ademais, coaduna a ameaça dos grandes projetos de aproveitamento hidráulico.⁵⁷⁴ Na análise multi-temporal da cobertura florestal da TI Xaçecó que será apresentada a seguir, percebe-se que é exatamente a Floresta Estacional Semidecidual que está melhor constituída e preservada.

Conforme indica o Mapa 12, são as áreas acima de 500 metros de altitude que apresentavam em sua formação original a Floresta Ombrófila Mista ou a Floresta de Araucária. De acordo com o *Manual técnico da vegetação brasileira* do IBGE, os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina apresentavam quase que inteiramente no planalto acima de 500 metros de altitude esta floresta e, atualmente, esta formação pode ser vista em poucas reservas particulares, Terras Indígenas e no Parque Nacional do Iguaçu.⁵⁷⁵

4.4 A perspectiva multi-temporal da cobertura florestal da TI Xaçecó

O IBGE acusa que no norte de Santa Catarina e no sul do Paraná a Floresta Ombrófila Mista Montana⁵⁷⁶ associava o “pinheiro-do-

“[...] situa-se numa faixa altimétrica que varia de 100 a 600 m de acordo com a latitude de 4° Norte até 16° Sul, de 50 a 500 m entre 16° até os 24° de latitude Sul e de 30 a 400 m após os 24° de latitude Sul.”; d) Montana: “[...] situa-se na faixa altimétrica que varia de 600 a 2 000 m de altitude entre o 4° de latitude Norte e 16° de latitude Sul, de 500 a 1 500 m entre 16° e 24° de latitude Sul e de 400 a 1 000 m entre 24° e 32° de latitude Sul.”. MANUAL TÉCNICO DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA. *Série Manuais Técnicos em Geociências*, n. 1. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. p. 22. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ManuaisdeGeociencias/Manual%20Tecnico%20da%20Vegetacao%20Brasileira%20n.1.pdf>. Acesso em: 29 set. 2012.

⁵⁷⁴ MEDEIROS, op. cit., p. 46.

⁵⁷⁵ MANUAL TÉCNICO DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA, op. cit., p. 21.

⁵⁷⁶ O Manual do IBGE esclarece que a composição florística da Floresta Ombrófila Mista apresenta quatro formações diferentes: a) Aluvial: “[...] em terrações antigos situados ao longo dos flúvios.”; b) Submontana: “[...] de 50 até mais ou menos 400 m de altitude.”; c) Montana:

paraná” ou a *Araucária angustifolia* com a Imbuia (*Ocotea porosa*) e que em virtude das grandes lavouras de soja e trigo, na década de 1980 já não apresentava expressão fitogeográfica e econômica. Para o biólogo Medeiros, esta formação constitui um sistema regional complexo e variável com diversas espécies sendo algumas endêmicas; no caso da Araucária, esta corresponde a mais de 40% dos indivíduos arbóreos da formação, porém, em alguns lugares, esta floresta era interrompida por manchas de campos naturais remanescentes das alterações climáticas do Quaternário (Era Geológica).⁵⁷⁷

O naturalista Auguste de Saint-Hilaire quando realizou suas viagens pelo Brasil Meridional ficou encantado com o porte, a elegância e a cor escura e majestosa da árvore que o botânico chamou de “*Araucaria Brasiliensis*”. Saint-Hilaire percebeu que era uma árvore mais que imponente, mas importante no contexto das comunidades dos Campos Gerais do sul, de onde os índios extraíam seus frutos desde tempos imemoriais, e que além de ser utilizada na carpintaria e marcenaria, poderia servir também como madeira de base naval.⁵⁷⁸ As narrativas orais Kaingang evidenciam que o “pinhalão” e o “mato” estão presentes na memória da paisagem da TI Xaçepó. Por certo, recordam os narradores que suas terras eram cobertas pelo “pinhalão”, que proporcionava o alimento e, ainda abundante mato ou “mato virgem”, recorrente às práticas sociais, como a elaboração do “remédio do mato”.

A maior parte do oeste catarinense apresenta uma situação alarmante frente ao grau de fragmentação e degradação florestal, conforme indica Medeiros, à medida que os fragmentos remanescentes estão isolados, progride o processo de empobrecimento e degradação. Para o biólogo foi a “[...] excessiva e irracional exploração madeireira das espécies arbóreas [...]” da Floresta Ombrófila Mista que

[...] de 400 até mais ou menos 1 000 m de altitude.”; d) Alto-montana: “[...] quando situadas a mais de 1 000 m de altitude.”. Ibidem, p. 20.

⁵⁷⁷ MEDEIROS, op. cit., p. 46.

⁵⁷⁸ Afirma o botânico: “É a *Araucaria Brasiliensis*, alta, imóvel, elegante e majestosa, que mais contribui para dar aos Campos Gerais uma feição característica. [...]” e “A araucária não só ornamenta os Campos Gerais, como ainda é uma árvore muito útil aos habitantes da região. A sua madeira, de raros veios cor de vinho, pode ser empregada na carpintaria e na marcenaria, e, conquanto mais dura, mais compacta e mais pesada que o pinho da Rússia ou da Noruega, certo será eficientemente aproveitada na mastreação de navios desde que se estabeleçam fáceis meios de comunicação entre os Campos Gerais e o litoral. As suas sementes, mais ou menos de meio dedo de tamanho, apesar de não serem esfarentas como a castanha, têm o sabor que lembra o desta e são até mais deliciosas. Em épocas imemoriais, contribuíram elas para a subsistência dos índios, que as denominavam *ibá*, a fruta, ou a fruta por excelência[...].” SAINT-HILAIRE, 1964, op. cit., p. 11 e 12.

possibilitaram alterações estruturais, redução da dimensão e a substituição pelas pastagens e reflorestamentos homogêneos de espécies exóticas.⁵⁷⁹

A perspectiva multi-temporal da cobertura florestal da TI Xaçecó realizada para os anos de 1975, 1985, 1995 e 2008, a partir da classificação da mata em imagens de satélite, coaduna com a avaliação de que a Floresta Ombrófila Mista esteja degradada no contexto regional do oeste catarinense. A mata na TI Xaçecó alcançou 6.665,64 ha em 1975, o que corresponde a uma cobertura florestal total de 40,93%. Para o ano de 1985, ou seja, uma década posterior, a terra apresentou regeneração de sua cobertura florestal com 7.256,70 ha ou 44,56%. A partir de então, a cobertura florestal apresentou tendência de redução, alcançou 6.676,74 para 1995, com 41% e outra diminuição para 6.095,09 ha para o ano de 2008, com 36,22%. A Tabela 1 esclarece os dados e apresenta a oscilação, aumento e redução, ao longo das décadas.

⁵⁷⁹ MEDEIROS, op. cit., p. 49.

Tabela 1: Perspectiva multi-temporal da cobertura florestal da Terra Indígena Xaçepó e Glebas A e B entre 1975 e 2008

ANO	SATÉLITE	HA	REDUÇÃO/ AUMENTO DA COBERTURA FLORESTAL	(%)	REDUÇÃO/ AUMENTO DA COBERTURA FLORESTAL
			Base no decênio anterior (ha)		Base no decênio anterior (%)
1975	LandSat – MSS, 08/11/1975, resolução 80m	6.665, 64	---	40, 93	---
1985	LandSat – TM5, 01/03/1985, resolução 30m	7.256, 70	+ 591,06	44, 56	+ 3,63
1995	LandSat – TM5, 30/04/1995, resolução 30m	6.676, 74	- 579,96	41, 00	- 3,56
2008	Cbers – HRC, 30/05/2008, resolução 2,5m	6.095, 09	- 581,65	36, 22	- 4,78
TOTAL	---	16.28 3,95		---	---

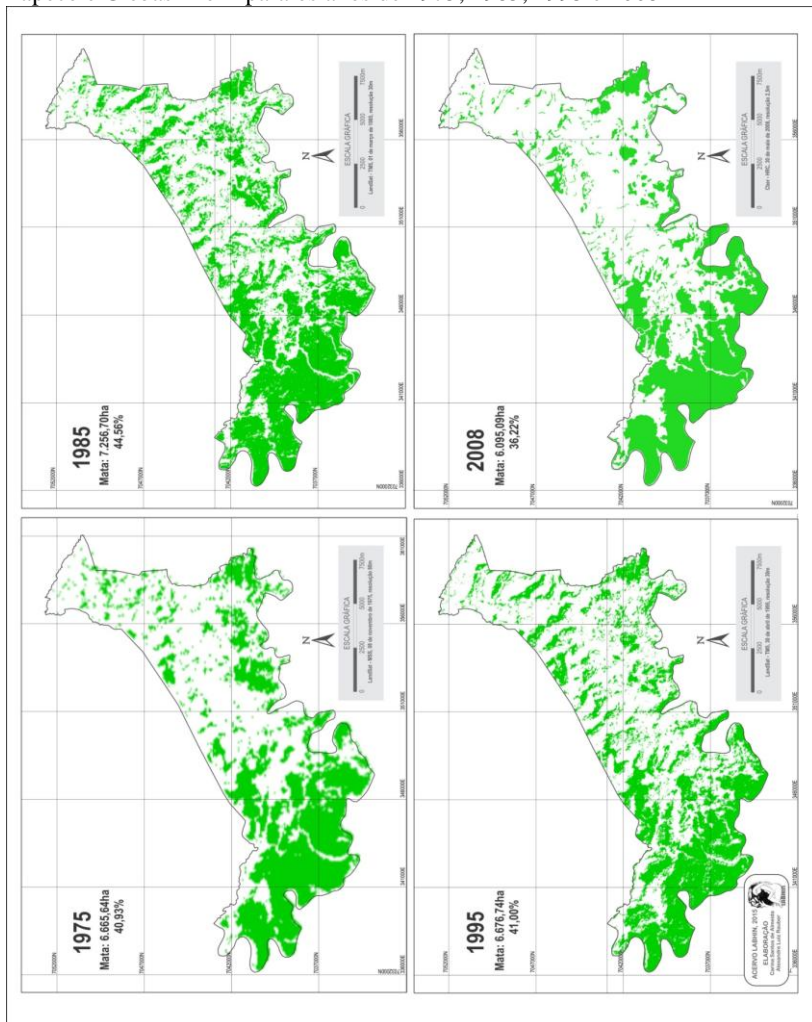
Fonte: Elaborado pela autora a partir de classificação multi-temporal para a TI Xaçepó, anos de 1975, 1985, 1995 e 2008.

Um elemento importante para ser compreendido sobre a cobertura florestal para o ano de 1975, quando apresentava um total de 40,93%, é que não se tem a quantidade representativa da cobertura antes desta data. Sabe-se apenas, conforme apontou o geógrafo Klein, que na região onde a TI Xaçepó está inserida, a Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária) e a Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Subtropical) representavam uma cobertura florestal originalmente densa, portanto, encobriam praticamente toda a área total da TI. Então, ainda que a cobertura florestal da TI Xaçepó não alcançasse 100% do total, certamente sua representatividade chegava a quase isso. Nesse sentido, a ação antrópica alterou circunstancialmente a fitogeografia da TI Xaçepó

antes do ano de 1975.⁵⁸⁰ O Mapa 13 apresenta a perspectiva multi-temporal, com a classificação das imagens de satélite para os anos de 1975, 1985, 1995 e 2008. Assim sendo, é precedido pelos Mapas 14, 15, 16 e 17 que são as composições em falsa cor de bandas espectrais de imagens de satélite utilizadas na classificação que geraram o Mapa 13.

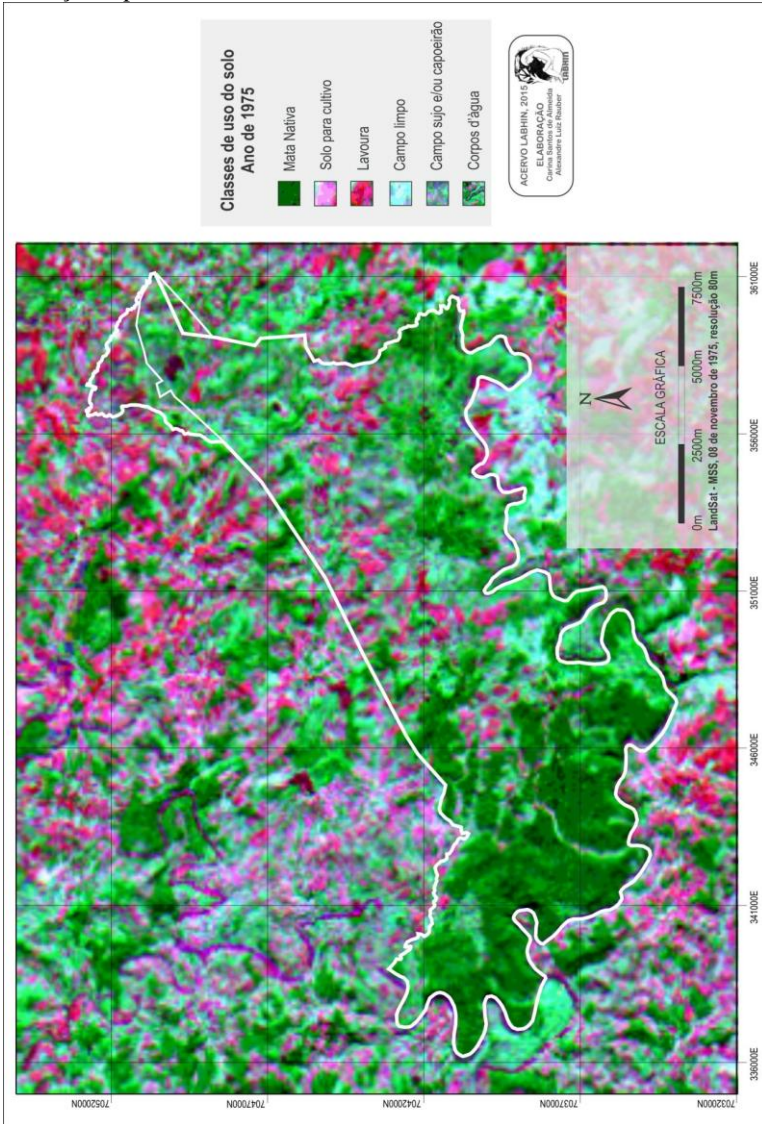
⁵⁸⁰ Não há imagens de satélite disponíveis pelo INPE da área de estudo para serem incluídas nesta interpretação multi-temporal antes de 1975.

Mapa 13: Perspectiva multi-temporal da cobertura florestal da Terra Indígena Xaçpecó e Glebas A e B para os anos de 1975, 1985, 1995 e 2008



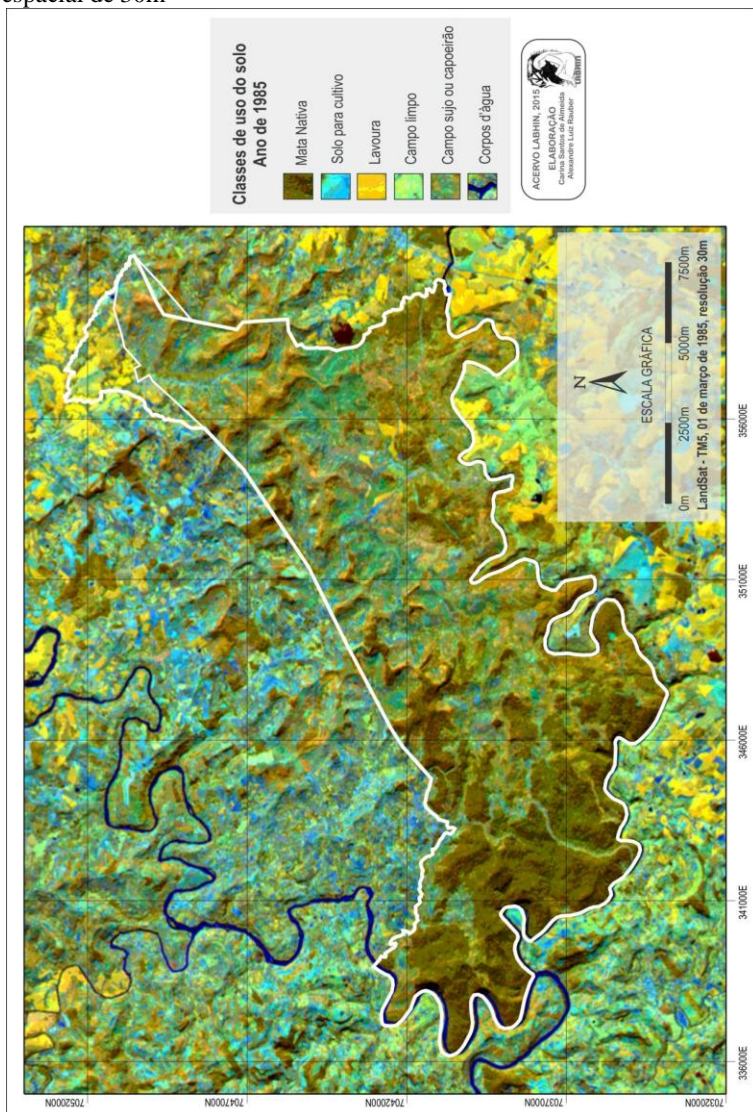
Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e por Carina S. de Almeida a partir das imagens de satélites LandSat – MSS, 08 de novembro de 1975 com resolução espacial de 80m, LandSat – TM5, 01 de março 1985 com resolução espacial de 30m, LandSat – TM5, 30 de abril de 1995 com resolução espacial de 30m e Cbers – HRC, 30 maio de 2008 com resolução espacial de 2,5m, todas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Mapa 14: Imagem de satélite LandSat – MSS, 08 de novembro de 1975, com resolução espacial de 80m



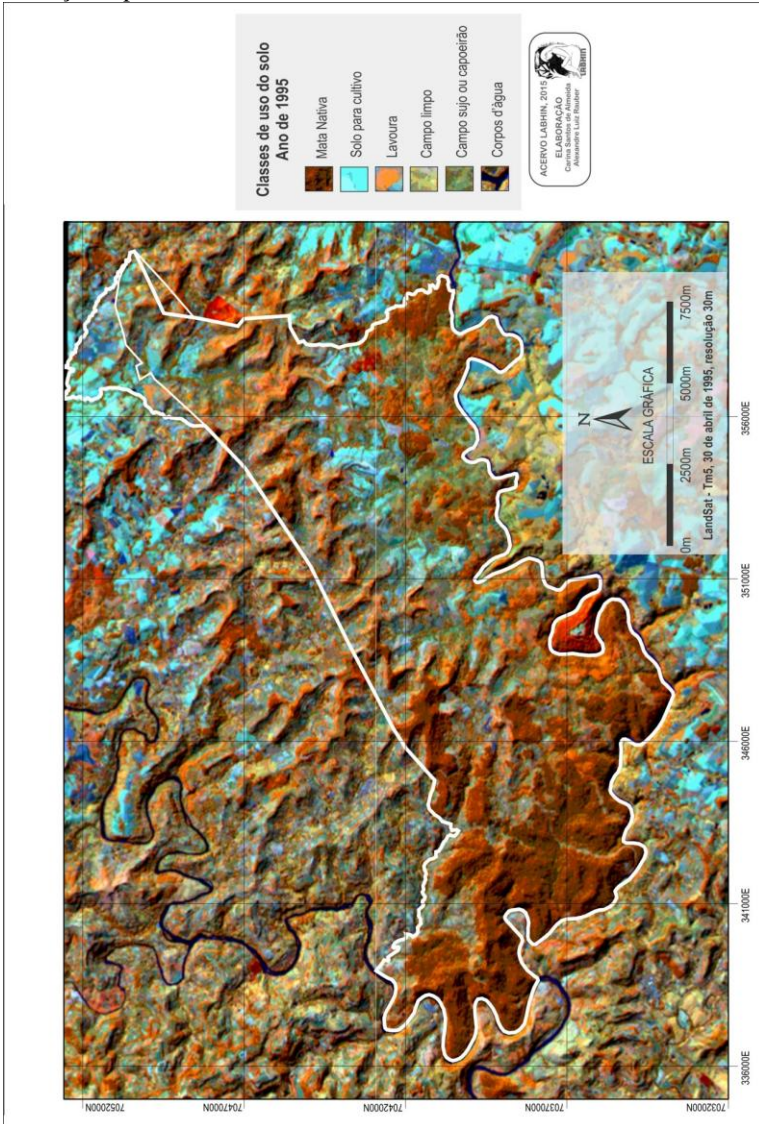
Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e por Carina S. de Almeida a partir da imagem de satélite LandSat – MSS, 08 de novembro de 1975, com resolução espacial de 80m, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Mapa 15: Imagem de satélite LandSat – TM5, 01 de março 1985, com resolução espacial de 30m



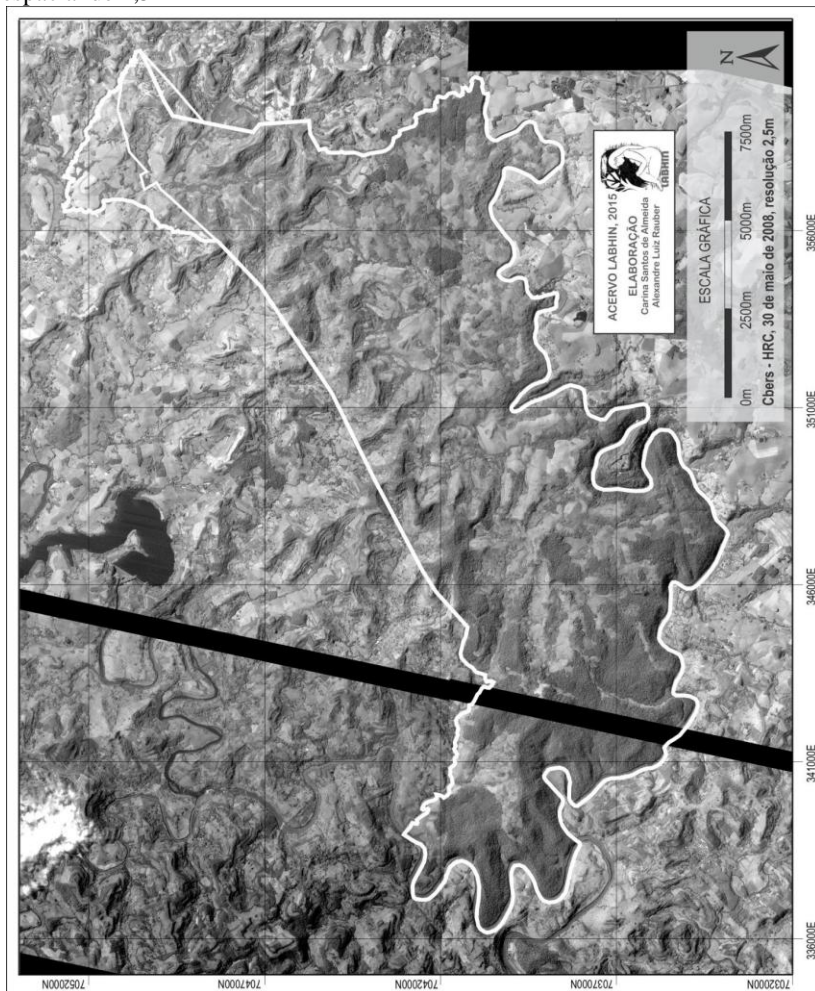
Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e por Carina S. de Almeida a partir da imagem de satélite LandSat – TM5, 01 de março 1985, com resolução espacial de 30m, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Mapa 16: Imagem de satélite LandSat – TM5, 30 de abril de 1995, com resolução espacial de 30m



Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e por Carina S. de Almeida a partir da imagem de satélite LandSat LandSat – TM5, 30 de abril de 1995, com resolução espacial de 30m, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Mapa 17: Imagem de satélite Cbers – HRC, 30 de maio de 2008, com resolução espacial de 2,5m



Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e Carina S. de Almeida a partir da imagem de satélite Cbers – HRC, 30 de maio de 2008, com resolução espacial de 2,5m, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Considerou-se para fins de análise multi-temporal o conjunto de 16.283,95 ha, oriundos da soma de 15.623,95 ha da TI Xaçecó mais os 660 ha das Glebas A e B. Em pouco mais de quatro décadas (1975 a 2008) houve uma redução total de 4,71% da cobertura florestal, porém, entre 1985 e 2008, pouco mais de duas décadas, a cobertura passou de 44,56% para 36,22%, apresentado uma redução significativa de 8,34%.

A perspectiva multi-temporal (Mapa 13) evidencia onde a cobertura florestal está presente na TI bem como onde sofreu redução e praticamente inexistente. Em todos os mapas produzidos para esta análise observa-se que a área com Floresta Subtropical ou Floresta Estacional Semidecidual é a que se mantém mais constituída, sobretudo na confluência do rio Chapecozinho com o rio Chapecó. Esta floresta está situada em altitudes de 300 até 500 m, da porção sudoeste da TI e apresenta as maiores declividades da TI. Por outro lado, a Floresta de Araucária ou a Floresta Ombrófila Mista foi a que teve maior redução de área, por se apresentar em altitudes entre 500 até 900m com relevo e declividade menos acentuados, sua degradação gerou espaços para roçados, pastagens e para as mencionadas lavouras de parceria ou arrendamentos de áreas da TI a terceiros. Há que se considerar também que em virtude da sede do PI Xaçecó estar situada dentro desta floresta, na direção centro ao nordeste, a paisagem da Floresta Ombrófila Mista foi a mais recorrente pela ação antrópica enquanto espaço central da administração da agência indigenista.

O Mapa 14 de 1975, o Mapa 15 de 1985 e o Mapa 16 de 1995 são imagens de satélite capazes de indicar, em falsa cor de bandas espectrais, os usos do solo presentes na TI Xaçecó. A imagem de 1975 apresenta resolução espacial de 80 metros, enquanto as imagens de 1985 e 1995 possuem 30 metros de resolução espacial, o que permite maior detalhamento da paisagem na classificação. Nestas três imagens as classes do uso do solo são: mata nativa, solo para cultivo, lavoura, campo limpo, campo sujo ou capoeirão e corpos d'água. A imagem de 2008 (Mapa 17) apresenta melhor resolução espacial de 2,5 metros e apesar de ser pancromática, sua qualidade (pixel) permite visualizar com detalhamento as classes de uso do solo em tons de cinza claro ao escuro, sendo o claro indicativo de solo para cultivo, lavoura ou campo limpo e o cinza escuro a mata nativa. Nesta mesma imagem é possível localizar a Barragem Quebra Queixo no rio Chapecó enquanto na imagem de 1995 esta ainda não existia.

A transformação da paisagem da TI Xaçecó contou com a conjugação de diversos fatores intervenientes. Nos próximos capítulos

procurar-se-á indicar e descrever os meandros da atuação da agência indigenista que direta e indiretamente contribuíram para a redução da cobertura florestal. O arrendamento ou sistema de parceria e a extração de madeiras foram os fatores mais decisivos na transformação da paisagem, contudo, cabe salientar que tais fatores estão associados às práticas intervencionistas do poder tutelar do SPI e da FUNAI nas terras indígenas no sul do Brasil. A conjuntura econômica e política brasileira centrada no nacional-desenvolvimentismo e a expansão e/ou retração da atividade agrícola na região do oeste catarinense e no país também contribuíram para a transformação da paisagem da TI.

Capítulo V

5 AS MÚLTIPLAS FACES DA PROTEÇÃO TUTELAR: O INDIGENISMO BRASILEIRO

A proteção tutelar da agência, as políticas indigenistas bem como as políticas econômicas de desenvolvimento adotadas no Brasil em boa parte do século XX se esforçaram em transformar os índios em trabalhadores nacionais. Por sinal, percebe-se tanto na política quanto na prática indigenista da “assistência” aos ameríndios o viés “assimilacionista” e “integracionista”, ora latente, ora subjacente. O indigenismo brasileiro pautado na proteção fraternal fundado por Marechal Cândido Rondon paulatinamente confluiu para a inserção das terras indígenas aos contextos regionais de desenvolvimento econômico de cunho capitalista. À medida que foram criados os Postos Indígenas na interlândia brasileira e concretizada a garantia de posse das terras aos índios, a agência imputava um conjunto de práticas tutelares que visasse promover “ensinamentos úteis” às comunidades. Desde a consolidação da educação escolar até a aplicabilidade de planos, programas e projetos de desenvolvimento, a proteção tutelar objetivava para os Postos Indígenas e aos índios, num cenário presente e futuro, alcançar a autonomia econômica e a independência em relação à tutela como se percorresse um caminho evolutivo.

Na trajetória dos Postos Indígenas imperou tanto a inserção aos modelos econômicos adotados pelos governos brasileiros, direcionando as políticas indigenistas para a promoção da renda e do patrimônio indígena, quanto à inserção nas cadeias produtivas que exerciam pressão sobre as terras indígenas em virtude dos recursos naturais. Sem embargo, este capítulo procura evidenciar que os rumos do indigenismo brasileiro foram ressignificados com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, sobretudo após 1940 em tempos de Estado-Novo, quando o indigenismo foi se distanciando da noção fraternal para acompanhar a lógica econômica capitalista.

O próprio desenvolvimentismo brasileiro não passaria despercebido do cotidiano dos Postos Indígenas uma vez que estes não são corpos exógenos e desconectados dos processos históricos do desenvolvimento brasileiro. As inspetorias regionais, seus agentes e encarregados conseguiram gradativamente envolver os índios nas práticas econômicas regionais. As terras dos Kaingang do Chapecozinho foram objeto de desejo e cobiça da sociedade regional, seja para servir

ao arrendamento, aos intrusos, grileiros e posseiros, ao sistema de parceria, como também na condição de reservas naturais para a exploração dos recursos florestais existentes pela indústria da madeira. A fim de compreender os processos vivenciados na Terra Indígena Xaçupé entre 1930 a 1980 é fundamental associar as práticas de proteção tutelar e políticas indigenistas aos contextos regional e nacional de desenvolvimento promulgados pelos contínuos governos. Por outro lado, se a agência indigenista do SPI promoveu as primeiras experiências de cunho econômico capitalista nas terras dos Kaingang, definitivamente foi a FUNAI quem conseguiu aprofundar e consolidar tais práticas reverberando na complexa fórmula: Índio + Produção e Produtividade = Integração Nacional e Desenvolvimento do Brasil.

De 1940 até o final dos anos 1950 as práticas e as políticas indigenistas seguiram um contínuo movimento pautado na consolidação e na promoção dos Postos Indígenas pelo Brasil afora. Todavia, a década de 1960 foi o palco na história brasileira de momentos de insegurança política com a queda da democracia e a instalação do governo ditatorial dos militares. Para o indigenismo brasileiro os anos sessenta desvelaram cenários de instabilidade na agência, denúncias contra seus funcionários e a instituição de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI)⁵⁸¹ e da Comissão de Investigação⁵⁸² entre 1962 a 1967 para averiguar desde genocídios e diversas formas de violência praticados contra os povos indígenas, ainda a conivência dos agentes indigenistas nos esbulhos de terras indígenas, na exploração dos recursos naturais e na péssima condução e gestão dos Postos Indígenas.

Por fim, a fatídica década revelou o esgotamento do modelo de indigenismo que havia fugido ao controle da agência e do Estado. Apesar das tentativas dos governos e do próprio SPI em resolver os problemas que emergiam, inclusive reformulando suas políticas e regimentos, os militares acabaram num movimento de cima para baixo, extinguindo a agência do SPI e fundando a FUNAI como baluarte de um “novo indigenismo”, que de novo em seus princípios não apresentou nada. Estes cenários de condução dos rumos do indigenismo brasileiro a partir de 1930 até 1980 encontram respaldo na associação às políticas econômicas adotadas pelos governos brasileiros com vistas à

⁵⁸¹ BRASIL, Resolução n. 1 de 1963, Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI responsável pelas conclusões aprovadas pelo Projeto de Resolução n. 65, Diário do Congresso Nacional (Seção I), Ano XIX – n. 174, quarta-feira, 23 de setembro de 1964. BRASIL, Resolução n. 142 de 1965, Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI. Conclusões publicadas pelo Diário do Congresso Nacional (Seção I), Ano XX – n. 97, quarta-feira, 14 de julho de 1965.

⁵⁸² Esta Comissão de Investigação (CI) gerou em 1968 o Relatório Figueiredo.

modernização dos setores tradicionais da economia e sobretudo nos setores de base para a industrialização. Os índios no sul do Brasil, confinados em seus Postos Indígenas contribuíram, não exatamente na condição voluntária, para o desenvolvimento econômico das regiões onde estavam inseridos.

5.1 As políticas indigenistas brasileiras no advento do século XX

O advento do período republicano brasileiro trouxe renovações importantes nas políticas indigenistas e na forma de abordar e conceber os povos indígenas. Até então o que regia o tratamento aos “silvícolas” era o Regulamento das Missões de 1845, este tinha a incumbência de orientar a fundação de aldeamentos na interlândia brasileira. Desde o Diretório dos Índios, o governo intensificou a instalação de colônias militares em regiões consideradas de fronteira e/ou “vazio demográfico” com o intuito de promover a defesa e o controle do território. Por conseguinte, pacificavam-se os índios, atraindo grupos aos aldeamentos e disponibilizavam-se os sertões para a ocupação e povoamento sistemático. A “catequese e civilização” dos índios no Império foram, assim como nos tempos da Colônia, promovidas pelos missionários, porém, considerados como funcionários do governo e ao lado dos militares, exerciam a função de pacificadores. Os aldeamentos missionários e as colônias militares se confundiam em suas atribuições bélicas e civilizatórias. Noutro sentido, pairava entre políticos e intelectuais do segundo reinado a predominância das teorias raciais e discriminatórias, sendo que todos estes concordavam com a inferioridade dos índios.⁵⁸³

As propostas “assimilacionistas” no Brasil ganharam força no século XIX. De forma crescente desde Marquês de Pombal, direcionou-se o tratamento aos índios no contexto da formação e integração à sociedade luso-brasileira e/ou nacional. Sem lugar certo nas políticas brasileiras até então, os índios foram inseridos a partir de 1861 na esfera do Ministério da Agricultura e Obras Públicas, acenando para a predisposição consolidada no século XX em atender os povos indígenas como uma questão de terras e/ou agrária.⁵⁸⁴ No século XIX, paulatinamente, os índios deixaram de ser um “problema de guerra”

⁵⁸³ ALMEIDA, M. R. C. de, 2010, op. cit...

⁵⁸⁴ CUNHA, Manuela C. da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 223.

para virarem um “problema de administração de querelas”. É neste contexto que o antropólogo Mércio Pereira Gomes compreende que o “índio virou caboclo”, com exceção daqueles que se mantiveram autônomos e distantes dos interesses de expansão.⁵⁸⁵

Os índios enquanto populações dos sertões, sujeitos à convivência pacífica e envolvidos pelo pacto de regras deveriam servir ao país, essa é a condição de “caboclo”. De fato foi o destino de muitos povos que experimentaram esse processo candente de forma a desaparecerem ou perderem parte de seu patrimônio cultural e imaterial, como a língua, a religião, os rituais, os saberes ancestrais e o conhecimento, entre outros. Gomes coloca que o termo “caboclo” significa originalmente “filho de índio com branco ou negro”, visto como termo pejorativo foi motivo de proibição no Diretório dos Índios de Pombal. A expressão “caboclo” passou a ser delegada aos índios “dominados de guerra” e que aceitavam as condições de sujeição impostas, passando a viver próximos às vilas e povoamentos. Gradativamente, Gomes afirma que a palavra se estendeu para outros habitantes rurais não índios, em geral, pobres, moradores e agregados de fazendas, “[...] ainda hoje, nas regiões de antiga colonização e baixo desenvolvimento econômico, os índios são chamados de caboclos, ou ‘índios’ mansos.”⁵⁸⁶

Essa condição apontada pelo antropólogo Gomes se transforma, o índio se desvira caboclo. Isso por conta da recusa à marginalidade social, com esforço da afirmação da identidade étnica e de acordo com a emergência de sua posição social no bojo das políticas indigenistas.⁵⁸⁷ A questão indígena não estava entre os temas que cogitavam as diversas forças sociais que emergiram com a República. De acordo com o antropólogo Darcy Ribeiro os primeiros vinte anos da República se

⁵⁸⁵ “A passagem para uma convivência pacífica se dá por uma espécie de pacto no qual os índios sobreviventes aceitam as regras derivadas das relações de servidão. A eles é permitida a manutenção de parte do seu patrimônio histórico e é facultativo o conhecimento parcial e a experiência mínima dos desenvolvimentos da sociedade brasileira.” GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1991. p. 60.

⁵⁸⁶ Idem.

⁵⁸⁷ “Do Nordeste ao Sul, regiões colonizadas há muito tempo, até o Centro-Oeste e Norte, cujas frentes pioneiras são subsidiadas pelo Estado brasileiro, numa intensidade quase inusitada na história das relações interétnicas no país, os povos indígenas, em diferentes graus de aculturação ou ‘caboclamento’, reagem na defesa de seu patrimônio territorial e cultural. [...] Entre outros, como os Kiriri, os Truká, os Kaingang etc., é de recuperação do terreno parcialmente perdido, seu acervo cultural, inclusive, pelos tempos de pactuação com a realidade anterior.” Ibidem, p. 61 e 62.

apresentaram como frentes de luta contra os índios em meio à abertura de estradas e ferrovias. Os conflitos entre índios e brancos no sul do Brasil tomaram contornos de genocídio deflagrado nos jornais e notícias. As populações das zonas pioneiras exigiam medidas de proteção em relação aos “ataques” dos índios hostis e arredios, por ora, agiam de forma autônoma em sua própria defesa. Nas palavras de Ribeiro, “[...] o índio era uma fera indomada que detinha a terra virgem, era o inimigo imediato que o pioneiro precisava imaginar feroz e inumano, a fim de justificar, a seus próprios olhos, a própria ferocidade.”⁵⁸⁸

Tais enfrentamentos no Brasil meridional promoveram debates sobre a questão indígena entre políticos e intelectuais. Uns adeptos da defesa do projeto de nação assumido pelo Brasil, a ocupação da interlândia por meio da colonização/imigração europeia como forma de alavancar o povoamento e a agricultura no país. Outros estarecidos com o extermínio de grupos indígenas invisibilizados pelos governos estaduais e municipais. Dentre estes intelectuais estava Hermann von Ihering que comumente delegava aos índios observações negativas e, por certo, reducionistas, evidenciando o iminente extermínio dos índios e aos que ainda sobreviviam, sua fadada decadência. Todavia, outros intelectuais se mostraram sensíveis às evidências e denúncias de genocídio.

Uma das obras mais significativas sobre estes enfrentamentos é o livro *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng* de 1973, do cientista social e antropólogo Silvio Coelho dos Santos. Esta obra além de situar a história do extermínio, o contato, a integração e a pacificação deste povo em 1914 com a criação de um posto de atração, elucida a origem e atuação dos “bugreiros”. Santos explica que os bugreiros surgiram inicialmente como um grupo chamado “batedores do mato” vinculado à Companhia de Pedestres.

A Companhia de Pedestres foi criada pelo governo provincial por meio da Lei n. 28, 24 de abril de 1836, organizada e instalada inicialmente em Itajaí e São Francisco passou a ter maior abrangência de atuação, apesar disso, junto a incumbência de “[...] dar segurança às povoações e colônias que se instalavam no sertão, surgia a consciência de que a medida pouco adiantava.”⁵⁸⁹ Em decorrência da “deficiência” da Companhia extinta em 1879 se formou um grupo de “batedores do mato” em Blumenau, chefiados por Frederico Deeke, com o propósito

⁵⁸⁸ RIBEIRO, 1996, op. cit., p. 148 e 149.

⁵⁸⁹ SANTOS, S. C. dos, 1973, op. cit., p. 67.

de tomar “[...] atitudes necessárias a pacificar [...]”,⁵⁹⁰ embora, vinculada a Companhia de Pedestres, porém, mais dinâmica. Outros grupos de batedores do mato foram organizados,⁵⁹¹ o acirramento de guerras entre indígenas e brancos permitiu ao governo provincial de Santa Catarina lançar mão das tropas de bugreiros⁵⁹² para resolver estes embates, assim, estes grupos passaram a ser pagos e requisitados pelos colonos imigrantes europeus, administradores das colônias e pelo próprio governo para realizar expedições de afugentamento. Contudo, o afugentar índios de regiões transformou-se em verdadeiros massacres em tons genocidas.

A defesa das zonas pioneiras se materializou no sul do Brasil nas “correrias de bugreiros”. A historiadora Luisa T. Wittmann esclarece que os bugreiros eram exímios conhecedores do mato e de seus habitantes, estes bandos eram compostos em maioria por caboclos armados, contratados pelas agências colonizadoras, governos e imigrantes europeus. Incumbidos de localizar bugres para destruir aldeamentos, capturar e, em muitos casos, exterminar os ditos hostis e arredios que ameaçavam o sucesso da colonização europeia. A ação dos

⁵⁹⁰ *Ibidem*, p. 70.

⁵⁹¹ “Numa última experiência, o governo ainda criou os batedores do mato, como forma reorganizada da companhia de pedestres destinada a atender aos reclamos das colônias. Entretanto, somente em Blumenau os batedores realizaram algumas missões objetivando a atrair os indígenas. Nos demais lugares, os batedores eram organizados com essa denominação apenas para fazer jus aos recursos governamentais necessários à manutenção dos homens que se enfiavam no sertão para aniquilar com os indígenas que encontrassem. Quando se extinguiu a companhia de pedestres, e com ela os grupos de ‘batedores’, ninguém tratou de continuar a camuflar as reais atividades desses grupos. As palavras ‘bugreiros’, ‘caçadores de índios’, ‘tropas’, ‘montarias’, imediatamente começam a aparecer nos documentos oficiais e oficiosos e nas notícias dos jornais de então. [...] O governo tinha conhecimento, também, que os moradores dos locais ameaçados pela presença dos indígenas, costumavam se organizar em grupos para fazer incursões contra os silvícolas.” *Ibid.*, p. 79.

⁵⁹² “As tropas de bugreiros compunham-se, em regra, com 8 a 15 homens. a maioria deles era aparentada entre si. Atuavam sob a ação constante de um líder, que tinha sobre o grupo pleno poder de decisão. As referências que logramos obter sobre essas tropas indicam que a quase totalidade era formada por caboclos, conhecedores profundos da vida do sertão. Ao formar o grupo, o líder não tratava apenas de prestar serviços às colônias e seus habitantes. Também viajantes, tropeiros e agrimensores utilizavam constantemente essas tropas para sua proteção quando necessitavam atravessar ou permanecer em territórios onde a presença indígena era freqüente. Os bugreiros se integravam assim ao contexto vigente, oferecendo segurança a quem desejava. Quando os bugreiros eram chamados por colonos, pelos administradores das colônias ou pelo governo para realizarem expedições de afugentamento do selvagem, eles se preparavam verdadeiramente para uma expedição de guerra.” *Ibid.*, p. 83.

bugreiros era justificada para fornecer “[...] segurança aos colonos e garantir o desenvolvimento da colonização”.⁵⁹³

A polêmica acerca do tratamento aos indígenas nas terras meridionais atravessou o Oceano Atlântico e se apresentou no XVI Congresso Internacional de Americanistas em Viena, no ano de 1908, na voz de Albert Vojtěch Frič. Dessa forma, estava exposta ao nível mundial a falta de políticas de proteção aos índios no Brasil, bem como a inoperância do tratamento delegado aos silvícolas e os confrontos e mortes entre índios e imigrantes. No fervor destas discussões nacionais, Hermann von Ihering elaborou o trabalho *A questão dos índios no Brasil* em 1911 como forma de defender suas posturas e, ao mesmo tempo, manifestar discordância sobre a forma de tutela instaurada a partir do recém criado órgão de proteção aos índios, o SPILTN.⁵⁹⁴ Ihering acreditava que os bugreiros apenas reagiam aos índios “bravios”⁵⁹⁵ e que Frič, em sua participação no Congresso de Americanistas, fez um protesto exagerado, baseado em “fantasias” ou “mentiras de caçador”.⁵⁹⁶ Para o fundador do Museu Paulista o que se mostrava no Brasil era um “[...] estado de completa anarquia actual das luctas dos selvicolas com a população neo-brasileira e com os colonos recém estabelecidos”.⁵⁹⁷ Para Ihering faltava coragem às autoridades federais e estaduais frente aos jornais, e por conta disso, abandonavam o sertanejo, “[...] só o selvagem escapa aos dictames da justiça e devasta propriedades, e trucida os seus inermes habitantes.”⁵⁹⁸

A partir destas discussões, duas correntes se posicionam em meio à consciência do “problema indígena”. A primeira, de cunho religioso, defendia a catequização católica como a única forma de resolução.⁵⁹⁹ A

⁵⁹³ WITTMANN, Luisa T.. *O vapor e o botoque*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. p. 49.

⁵⁹⁴ A sigla SPILTN refere-se a Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, que posteriormente passou para Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

⁵⁹⁵ “Primitivamente não escapava vivo ninguém, mas afinal prevaleceu o costume de se pouparem as creanças e parte das mulheres, que se distribuem pelos membros da expedição, e provavelmente cedidas por dinheiro. Alguns jornaes têm descripto as ‘dadas’ com exagero.” IHERING, 1911, op. cit., p. 130.

⁵⁹⁶ “Fricz afirma que os bugreiros enfeitam as suas espingardas com os dentes dos índios por elles mortos e que vendem aos fazendeiros orelhas seccas de índios por preço de dúzia. São phanlacias ou mentiras de caçador, acceitas ingenuamente pelo viajante. [...] Um dos valentes bugreiros daquelle Estado, ao voltar para casa, encontrou-a destruída, e trucidada toda a familia. Comprehende-se depois disto ter-se elle transformado de pacifico agricultor no mais implacável inimigo dos bugres.” Idem.

⁵⁹⁷ Ibidem, p. 128.

⁵⁹⁸ Idem.

⁵⁹⁹ Capitançada pelo Von Ihering.

segunda, de cunho leigo, via na proteção exercida pela assistência do Estado a alternativa para uma solução satisfatória que as missões e aldeamentos religiosos nunca conseguiram alcançar. Foi assim que em meio a uma República da “ordem e do progresso”, coube aos positivistas a adoção de uma nova política indigenista pautada na experiência de Marechal Cândido Rondon. Com seus vinte anos de percursos nos sertões do Mato Grosso, Rondon pôs em prática as ideias de Auguste Comte no terreno militar do Exército Brasileiro, quando da instalação das linhas telegráficas em territórios de índios considerados hostis e nunca contatados. Entre a catequese e a proteção, foi a postura de Rondon que prevaleceu: a proteção aos índios. Ihering fez duras críticas ao Marechal bem como ao modelo de proteção aos índios adotados pela República brasileira. Mesmo assim, a política indigenista de proteção fraternal se consolidou e permaneceu na prática de tutela até a Constituição Federal Brasileira de 1988, quando os índios passaram a ser reconhecidos como autônomos e capazes de gestar suas terras e territórios.

5.1.1 A proteção tutelar do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)

O poder tutelar para o antropólogo Antonio Carlos de Souza e Lima representa o poder de um Estado Nacional que não considera a capacidade dos povos indígenas em se reconhecerem na sua territorialidade, não admite as especificidades de identidade étnica, tradições e costumes, rotula populações e procura inserir estas num sistema de atribuições positivas e negativas. À medida em que o poder tutelar dá acesso aos direitos básicos como à terra, impõe a assistência como forma de justificar a incapacidade dos indígenas de serem atores políticos de suas próprias trajetórias. As terras indígenas apesar de serem reconhecidas pela administração pública como de usufruto dos índios, pautadas no sistema estatizado de controle, representam finalidade disciplinar no acesso às terras e na utilização das mesmas, encaminhando-se para a construção de um modelo fundiário de abrangência nacional.⁶⁰⁰

⁶⁰⁰ “[...] o melhor produto da dinâmica tutelar seria, talvez, a figura das reservas indígenas, i.é., porções de terras reconhecidas pela administração pública através de seus diversos aparelhos como sendo de posse de índios e atribuídas, por meios jurídicos, para o estabelecimento e a manutenção de povos indígenas específicos. Territórios definidos às custas de um processo de alienação de dinâmicas internas às comunidades étnicas nativas compõem parte de um sistema estatizado de controle e apropriação fundiária que se procura construir como de abrangência

Em meio aos debates, discordâncias, inconstâncias e divergências nas formas de abordagem e tratamento aos índios no Brasil, fundou-se uma política indigenista voltada à proteção e à assistência conhecida como Serviço de Proteção os Índios (SPI) em 1910. O órgão indigenista nacional previa a organização de núcleos de atração de índios “hostis” e “arredios” e concedia terras onde índios residiam e praticavam “hábitos sedentários”. Com poder centralizado e federal, instituiu-se uma mudança circunstancial em relação ao século XIX, deslocou-se da esfera provincial e estadual as atribuições de coordenar, administrar e gerir os aldeamentos indígenas e as transferiu ao governo nacional.⁶⁰¹

Rondon dirigiu o órgão indigenista por muitos anos, todavia, mesmo não tendo permanecido sempre à frente do SPI, o sertanista influenciou e inspirou as ações da tutela por décadas. O SPI tinha por finalidade:

- a) prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribus, em estado nomade ou promiscuamente com civilizados;
- b) estabelecer em zonas férteis, dotadas de condições de saubridade, de mananciaes ou cursos de água e meios faceis e regulares de comunicação, centros agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionaes que satisfaçam as exigencias do presente regulamento.⁶⁰²

O indigenismo do SPI esteve primeiramente vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), contudo, ao longo de sua trajetória oscilou entre ministérios, evidenciando certa inconstância em situar os povos indígenas bem como as políticas

nacional. Sua finalidade é disciplinar o acesso e utilização das terras, ao mesmo tempo mediando sua mercantilização, aplicando-lhe sistemas de registro e cadastramento (procedimento que não se impõe sem conflitos entre os inúmeros aparelhos de poder estatizados), às diversas unidades sociais surgidas historicamente da(s) conquista(s).” LIMA, Antonio C. de S.. *Um grande cerco de paz*. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 76.

⁶⁰¹ “SPI foi produto do positivismo e do liberalismo, embora motivado pela emoção nacional. [...] Os índios autônomos, chamados de arredios, seriam ‘pacificados’, caso fossem bravios, à custa, se necessário, do próprio sacrifício dos servidores do órgão, que nunca deveria usar de força ou de armas.” GOMES, 1991, op. cit., p. 85.

⁶⁰² DECRETO n. 8.072, de 20 de Junho de 1910. Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes. Documento Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes. DECRETO n. 9.214 de 15 de dezembro de 1911, Rio de Janeiro, 1926, p.03, documento 4019, Microfilme 1 A, Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

específicas. O órgão integrou o referido ministério de 1910 até 1930, quando iniciou a gestão do político e militar Getúlio Vargas, assim, dentre 1930 a 1934 o órgão de proteção tutelar passou ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Não obstante, entre 1934 e 1939, período de fundação e afirmação de políticas nacionalistas e integracionistas e da implantação do Estado Novo (1937 – 1945), o SPI associou-se ao Ministério da Guerra (MG), subordinado à Inspetoria Especial de Fronteiras e, a partir de 1936, ao Estado Maior do Exército. Neste momento há uma retomada das questões indígenas vinculadas às noções de território, fronteira e segurança, como em alguns momentos históricos do período colonial e imperial, apesar de haver outra tônica de associação. No final de 1939 o órgão retornou ao Ministério da Agricultura passando a contar com a ajuda do órgão assessor e normativo do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), criado pelo Decreto n. 1.794, 22 de novembro de 1939.⁶⁰³ Desde então, o SPI manteve-se ligado ao Ministério da Agricultura até sua extinção em 1967,⁶⁰⁴ quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio/FUNAI e passou a situar-se no recém instituído Ministério do Interior (MINTER).

Essa trajetória por ministérios evidencia a incerta condição do lugar do índio nas políticas indigenistas bem como a dificuldade em situar os ameríndios no contexto da sociedade brasileira. Por vezes, estes foram veementemente inclinados ao campesinato, como se houvesse a incumbência obrigatória de associar terra com a prática da agricultura em virtude de espacializarem-se por milhares de hectares nos sertões brasileiros. Noutros momentos, os índios foram pensados como trabalhadores inseridos na cadeia produtiva da indústria e comércio por meio da extração de recursos naturais (madeira, serraria, erva-mate, entre outros), promovendo a partir da ocupação de esparsos espaços a exploração e a produtividade do que havia em suas terras. Ademais, vale ressaltar também que os ameríndios na história brasileira sempre foram concebidos como agentes sociais estratégicos na garantia do território pelo governo brasileiro, associá-los ao Ministério da Guerra (MG) não significa prática do acaso.

O SPI apresenta claramente os índios como um estrato social transitório a medida que passariam a categoria de trabalhadores nacionais.⁶⁰⁵ De cunho disciplinar, a tarefa do órgão era transformar de

⁶⁰³ LIMA, A., op. cit.

⁶⁰⁴ Neste mesmo ano também foi extinto o CNPI.

⁶⁰⁵ LIMA, A., op. cit., p. 120.

forma gradiente os transitórios índios em trabalhadores agrícolas, nas palavras de Lima “O ‘destino final’ da população indígena seria, pois, o mercado de trabalho rural, sob a rubrica de *trabalhador nacional*.”⁶⁰⁶ O SPI não conteve o avanço às terras indígenas, não contribuiu para a garantia das mesmas em prol do dito desenvolvimento regional, e conforme esclarece o antropólogo Gomes para São Paulo e Paraná, poder-se-ia acrescentar, Santa Catarina, o SPI “[...] serviu apenas como ‘pacificador’ de índios arredios, após o que as terras eram loteadas pelos interessados.”⁶⁰⁷

5.1.2 A derradeira do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o surgimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

O SPI foi extinto em 1967 num contexto de denúncias que se estenderam ao longo da década. A acusação de corrupção do órgão representa uma das facetas menos aviltantes das denúncias uma vez que pesava sobre a agência revelações acerca das diversas formas de violência delegadas aos povos indígenas, como conivência na invasão de terras e na disseminação de epidemias, maus tratos, genocídio, práticas de tortura e espancamento, coerção e controle social, trabalho compulsório ou escravidão e ações disciplinares praticadas pelos agentes encarregados nos Postos Indígenas. Enfim, uma lista extensa de ações vexatórias: assim surge a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A criação da “nova” agência coadunou com a apresentação do Relatório Figueiredo em 1968, este expõe memórias e testemunhos da proteção tutelar às avessas.⁶⁰⁸ As páginas do Relatório desvelam episódios de violência física e simbólica, condensam com detalhamento mais de sete mil páginas⁶⁰⁹ em relatórios, atas, depoimentos, descrições, fotografias, entre outros documentos e, dessa forma, permitem duvidar dos avanços em termos de direitos humanos conquistados após a

⁶⁰⁶ *Ibidem*, p. 126.

⁶⁰⁷ GOMES, 1991, op. cit., p. 87.

⁶⁰⁸ O Relatório Figueiredo se trata de mais um conjunto de fontes documentais consultadas para esta tese. BRASIL, Relatório Figueiredo de 1968. 30 volumes.

⁶⁰⁹ Esse conjunto documental foi coletado e organizado pelo pesquisador Marcelo Zelic do grupo “Tortura Nunca Mais” de São Paulo. Zelic coordena o Armazém Memória, encontrou esta documentação não identificada no acervo do Museu do Índio e a disponibilizou em meados de 2013.

Segunda Guerra Mundial.⁶¹⁰ Este Relatório originou-se de certa ação moralizante por parte dos militares frente às constantes notícias nacionais e internacionais do indigenismo brasileiro. O ministro-general Afonso Augusto de Albuquerque Lima nomeou o procurador Jader Figueiredo Correia para presidir uma Comissão de Investigação (CI) instalada em 3 de novembro de 1967, Portaria n. 239, com o objetivo de apurar as irregularidades apontadas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) anteriores.⁶¹¹ A FUNAI surgiu antes mesmo do Relatório Figueiredo ser entregue ao governo do General Artur da Costa e Silva em 1968,⁶¹² ironicamente, a “nova” agência nasceu com a promessa de moralização que na prática nunca ocorreu, visto que, dentre os acusados por crimes e irregularidades no Relatório, poucos foram punidos com demissão e sequer foram indiciados judicialmente pelas violências imputadas aos índios. Aliás, era prática da agência deslocar entre postos e inspetorias funcionários do órgão quando denúncias, irregularidades e acusações diversas alcançavam escalões superiores do SPI e do Estado.

Apesar de ter a incumbência de construir um novo modelo de indigenismo no Brasil baseado na segurança e no desenvolvimento, pautada como o SPI na necessidade de integração do índio à sociedade nacional, fazendo prevalecer o estímulo à mudança (aculturação),⁶¹³ o modelo “assistencialista” adotado pela FUNAI, da mesma forma como o SPI que envolvia a criação da dependência entre os índios, o apadrinhamento e a cooptação de lideranças, promoveu visceralmente a “geração de renda” e a gestão quase que empresarial do “patrimônio indígena” por meio de projetos desenvolvimentistas. Ambos os órgãos, cada um ao seu tempo, procurou contatar os grupos indígenas com presentes e tornar essa prática numa necessidade, gerando dependência e

⁶¹⁰ ALMEIDA, Carina S. de; NÖTZOLD, Ana Lúcia V.. A proteção tutelar às avessas: o Relatório Figueiredo e a violência contra o Povo Kaingang. *Anais do XV Encontro Estadual de História 1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado*, 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis. Disponível em:

http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1404569912_ARQUIVO_APROTECAOTUTELARASAVESSASORelatorioFigueiredoeaviolenciacontraopovoKaingang.pdf.

Acesso em: 30 out 2014.

⁶¹¹ BRASIL, Resolução n. 1 de 1963, Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI responsável pelas conclusões aprovadas pelo Projeto de Resolução n. 65, Diário do Congresso Nacional (Seção I), Ano XIX – n. 174, quarta-feira, 23 de setembro de 1964. BRASIL, Resolução n. 142 de 1965, Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI. Conclusões publicadas pelo Diário do Congresso Nacional (Seção I), Ano XX – n. 97, quarta-feira, 14 de julho de 1965.

⁶¹² Diário Oficial em 10 de setembro de 1968.

⁶¹³ FREIRE e OLIVEIRA, op. cit., p. 131 e 132.

demanda.⁶¹⁴ Por outro, a tutela destes órgãos, atuou na administração do patrimônio existente nos Postos Indígenas e agenciou amplamente o financiamento de projetos com base na geração de renda a partir das potencialidades naturais das terras dos índios.

Na prática, as Inspetorias Regionais (IR) do SPI se tornaram Delegacias Regionais (DR) da FUNAI, cabendo a estas a gestão e a promoção do patrimônio indígena dos postos. Na região sul do Brasil, especificamente sob coordenação da IR7 ou da 4ª DR, os Postos Indígenas receberam a implantação de projetos agrícolas (trigo e soja principalmente), de extração florestal (serraria) e reflorestamento, e, sob os auspícios da integração, se tornaram referência de modelo de desenvolvimento econômico, produção e produtividade implantados pela FUNAI no Brasil.⁶¹⁵

A FUNAI vinculada ao Ministério do Interior (MINTER) foi fundada pela Lei n. 5.371, de 05 dezembro de 1967. O MINTER, criado em meio à reforma ministerial do governo Costa e Silva em 1967, permaneceu atuando enquanto ministério até o ano de 1985. Esse ministério tinha como pressuposto a expansão das fronteiras econômicas, ocupação dos espaços e a integração nacional. Parecia que a FUNAI dos militares estava imbuída de rever os equívocos do indigenismo brasileiro, porém, este novo órgão veio definitivamente para resolver a questão indígena ao seu modo, ou seja, “[...] transformar os índios em brasileiros, integrá-los à nação e assimilá-los culturalmente ao seu povo.”⁶¹⁶ O novo modelo de indigenismo inaugurado pela regência dos militares experimentou características próprias, assim como fases diferentes ao longo dos vinte anos do regime militar.⁶¹⁷

Apesar de toda a experiência colonial, imperial e republicana, onde as práticas em relação aos índios oscilaram em medidas de

⁶¹⁴ POZZOBON, Jorge. O lumpem-indigenismo do estado brasileiro. *Journal de la Société des Américanistes*. p. 283. Tome 85, 1999. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jsa_0037-9174_1999_num_85_1_1738. Acesso em: 10 jan 2012.

⁶¹⁵ “Era preciso demarcar as terras indígenas, contatar os povos autônomos, dar educação formal, cuidar da saúde, viabilizar a economia indígena para entrar no mercado, e fazer o próprio órgão auto-suficiente a partir das rendas auferidas internamente. Nenhuma dessas metas foi alcançada integralmente, em alguns casos, felizmente.” GOMES, 1991, op. cit., p. 89.

⁶¹⁶ *Idem*.

⁶¹⁷ HECK, Egon D. *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares 1967 a 1985*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. São Paulo: 1996.p. 74 – 101.

controle militar, político, social e jurídico, o Brasil continua na concepção de Gomes a “[...] manter um padrão de relacionamento de colonialismo interno. Os índios são vistos como homens ‘relativamente capazes’, como culturas inferiores e como sociedades políticas inviáveis.”⁶¹⁸ O positivismo do SPI minimamente conseguiu conferir reconhecimento aos povos indígenas como parte da história brasileira, mas não possibilitou aos índios serem povos amplamente livres e autônomos, ademais, os regimes militares e os governos que se sucederam de Vargas a Figueiredo não acabaram com as especificidades indígenas e esforçaram-se em transformá-los em legítimos brasileiros.

Os meandros da atuação do indigenismo brasileiro, sobretudo concernente ao SPI e à FUNAI, são abordados no contexto da TI Xaçecó quando se desdobram as ações da administração local com ênfase na integração à sociedade nacional, por meio dos projetos governamentais de cunho nacional-desenvolvimentista, desde a instalação do Posto Indígena na TI Xaçecó em 1941 até a Constituição Federal Brasileira de 1988. Convém destacar que a atuação dos órgãos tutelares visou os mananciais de riquezas das terras expressos em potencialidades agrícola, pecuária e de extrativismo mineral e florestal explorando direta e indiretamente com a justificativa de benefícios aos nativos e por meio do trabalho dos próprios índios.⁶¹⁹ O que deveria então pressupor a extirpação de qualquer condição de miserabilidade e pobreza em muitas terras indígenas, não se apresentou na prática.

5.2 Os meandros e desdobramentos da proteção tutelar na Terra Indígena Xaçecó

As terras indígenas no Brasil não são espaços exógenos desconectados do processo de desenvolvimento adotado pelo país. Pelo contrário, o poder tutelar exercido pelo SPI e pela FUNAI se incumbiu de inserir os postos indígenas na lógica da produção e da produtividade ganhando contornos de exploração capitalista. O aparelho tutelar brasileiro é o principal responsável pela inserção nas cadeias produtivas regionais e pela transformação social, cultural e ambiental das terras e territórios indígenas.

De acordo com o Censo do IBGE de 2010 a TI Xaçecó apresenta uma população total de 4.563 habitantes, deste montante, 3.935

⁶¹⁸ GOMES, 1991, op. cit., p. 99.

⁶¹⁹ LIMA, A., op. cit., p. 76.

indivíduos se declararam indígenas, 614 habitantes não se declararam, mas se consideram indígenas e, ainda, 13 habitantes não se declararam e não se consideram indígenas. Destarte, os dados sobre população indígena no Brasil não apresentam números fidedignos, segundo o historiador Clovis A. Brighenti, a partir dos dados da FUNASA (2010) e do CIMI (2011), a TI Xaçecó possui uma população de 5.105 pessoas.⁶²⁰ Outrossim, o IBGE especifica que a TI Xaçecó Glebas A e B (Canhadão e Pinhalzinho) apresentam uma população de 85 habitantes que se declararam indígenas. Nesse conjunto, a TI Xaçecó e as Glebas A e B alcançam 4.648 habitantes que se consideram indígenas nas estatísticas do Instituto.⁶²¹ Há no interior desta TI um grupo de Guarani que se situa no interior da terra.

O Mapa 18 apresenta a localização das dezesseis aldeias que compõe a TI Xaçecó em 2014, quais sejam: Limeira Kaingang/Guarani, Guarani, Matão, Paiol de Barro, João Veloso, Fazenda São José, Barro Preto, Manduri, Água Branca, Samburá, Sede/Jacu, Olaria, Serrano, Serro Doce, Pinhalzinho e Campos Oliveira. O mapa ainda situa a Sede do Posto Indígena bem como a principal escola de educação básica chamada EIEB Cacique Vanhkrê, ambos localizados na Aldeia Sede/Jacu.

A TI Xaçecó se constitui na maior terra indígena em termos territoriais e demográficos de Santa Catarina. Enquanto etnia, os Kaingang representam o terceiro maior grupo indígena brasileiro, alcançando 37.470 indivíduos segundo o Censo IBGE 2010,⁶²² sendo os Tikúna o maior grupo em população no Brasil com 46.045 indivíduos, seguidos pelos Guarani-Kaiowá com 43.401 indivíduos. Contudo, conforme já foi exemplificado, estes dados de população indígena são relativos.

A disparidade socioeconômica está presente na TI Xaçecó. Aqueles indígenas que conseguem acessar trabalho temporário e/ou permanente nos municípios circundantes à TI, na cadeia produtiva agropecuária, ou nos setores da indústria e de serviços, possuem condições de acesso aos bens de consumo. O mesmo ocorre com os

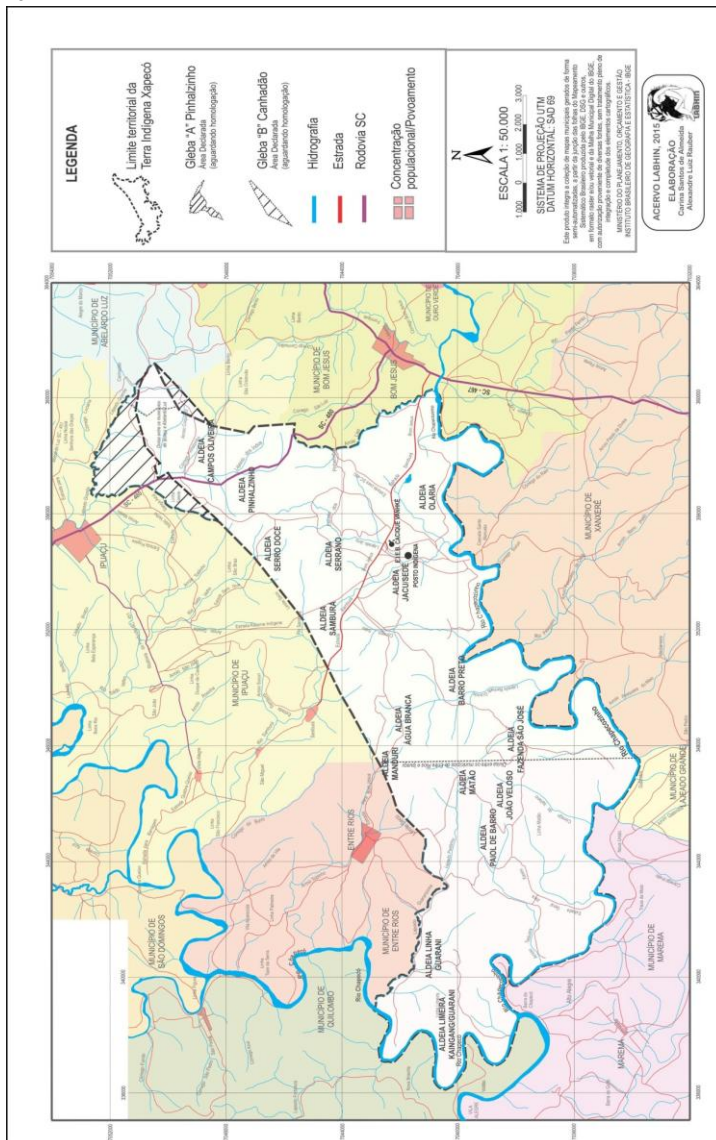
⁶²⁰ BRIGHENTI, Clovis A. *Povos Indígenas em Santa Catarina*. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia V.; ROSA, Helena A.; BRINGMANN, Sandor F. (Org). *Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012. p. 37 – 65.

⁶²¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE, Censo 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_gerais_indigenas/default_uf_pdf.shtm. Acesso em: 07 out. 2012.

⁶²² IBGE, Censo 2010.

professores indígenas que atuam nas escolas da TI, ainda que muitos na condição de contratados. Por outro lado, existem as práticas de subsistência consolidadas ao longo do século XX e que ainda permanecem como alternativas de geração de renda na TI Xaçecó. Um delas consiste no sistema de “parceria”, compreendida como a cedência de áreas de terra para a produção agropecuária em troca de parte da produção obtida naquele ano/período. Outra prática se refere ao sistema de “arrendamento”, na realidade, representa uma herança deixada pelos agentes indigenistas dos postos aos índios. Ambas as práticas de subsistência caracterizam-se como as principais rendas para muitas famílias da TI Xaçecó e inclusive para as lideranças.

Mapa 18: Localização das aldeias que compõe a Terra Indígena Xaçepé em 2014



Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e Carina S. de Almeida a partir de base cartográfica IBGE (2011). Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

O arrendamento de terras indígenas desde a fundação do SPI nunca foi legal, segundo a legislação e o regimento, porém, por meio de subterfúgios, foi uma prática exercida pelos agentes funcionários do SPI e da FUNAI nos postos indígenas pelo Brasil. O Decreto Federal n. 9.214, 15 de dezembro de 1911, no Capítulo II *Das Terras ocupadas por índios*, Artigo 7º diz: “Os índios não poderão arrendar, alienar ou gravar com onus reaes as terras que lhes forem entregues pelo Governo Federal.”⁶²³ O Estatuto do Índio promulgado pela Lei n. 6.001, 19 de dezembro de 1973, no Título III *Das terras dos índios*, capítulo I *Das disposições gerais*, no Artigo 18º, afirma: “As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.”⁶²⁴ Porém, neste mesmo Estatuto há a seguinte ressalva no Título VII *Disposições gerais*, Artigo 60º, inciso 3º: “Em caráter excepcional e a juízo exclusivo do dirigente do órgão de assistência ao índio, será permitida a continuação, por prazo razoável, dos efeitos dos contratos de arrendamento em vigor da data desta Lei, desde que a sua extinção acarrete graves conseqüências sociais.”⁶²⁵ O arrendamento era algo corrente nos postos.

O sistema de arrendamento na TI Xaçepó não é apanágio das últimas décadas, no documento *A questão das terras dos índios do Chapecó*, de 31 de dezembro de 1923, escrito pelo inspetor do SPI de Curitiba, é descrito o seguinte: “[...] um contracto de arrendamento da invernoada pertencente ao terreno dos índios, para fazer roça no terreno de agricultura e ter animais etc., pelo preço de 80\$000 por anno [...]”. Este contrato foi acordado entre os índios Manoel Venancio, João Narciso e Polidoro Venancio com João Roberto Plens, referente ao ano de 1917.⁶²⁶ A prática de arrendamento já ocorria nas terras do Xaçepó no início do século XX, mas se consolidou definitivamente enquanto uma prática sobretudo após o Posto Indígena do SPI ser instalado em 1940/1941, conforme é possível verificar em vários recibos de arrendamento consultados no Museu do Índio (MI), a exemplo da Figura 10 que segue.

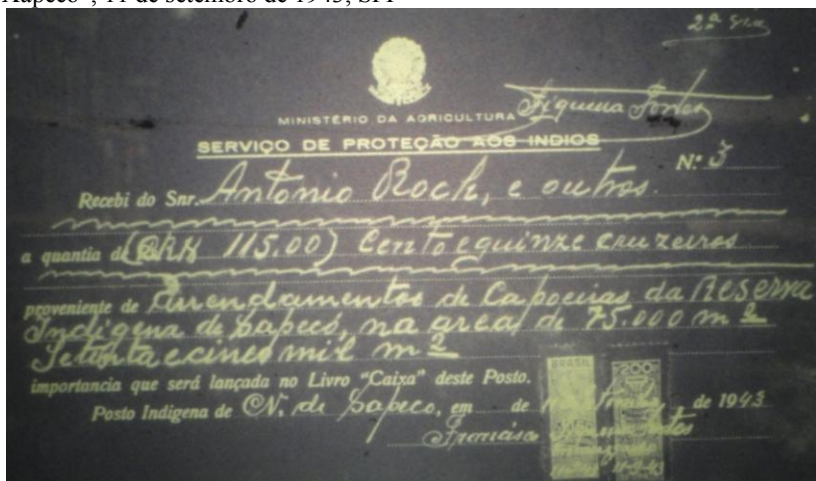
⁶²³ DECRETO, n. 9.214, op. cit..

⁶²⁴ BRASIL, Lei n. 6.001, op. cit..

⁶²⁵ Idem.

⁶²⁶ DOCUMENTO, *A questão das terras dos índios do Chapecó* de 31 de dezembro de 1923, p.07. Planilha 702, Microfilme 064, Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Figura 10: Recibo de arrendamento de capoeiras da “Reserva Indígena de Xaçecó”, 11 de setembro de 1943, SPI



Fonte: RECIBO, Arrendamento de capoeiras da Reserva Indígena de Xaçecó, de 11 de setembro de 1943, assinado pelo chefe do Posto Indígena do SPI, Francisco Siqueira Fortes. Planilha 702, Microfilme 064, Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Em tempos de FUNAI, esse sistema de arrendamento é mencionado nos relatórios financeiros da “renda indígena”, conforme documentos consultados no arquivo da FUNAI/Paranaguá, referente a região sul do Brasil.⁶²⁷ O arrendamento de capoeiras para roças, lavouras e pastagens enquanto prática representa uma das formas de atuação da agência indigenista e é responsável também pela extração da cobertura florestal.

A TI Xaçecó no contexto de sua existência já passou por várias denominações. Já foi chamada de Reserva desde o decreto de criação em 1902 até 1938, período anterior ao gerenciamento do SPI, assim, era território reconhecido como Grande Xaçecó, constituída pelos Toldos Jacú, Imbu (Umbú), Banhado Grande e Pinhalzinho. Conforme acusa o Relatório de 5 de junho de 1964 o PI Xaçecó foi fundado em 1938 quando o diretor do SPI era o Cel. Vicente de Paula Teixeira da Fonseca Vasconcellos, sendo que o primeiro funcionário foi Leodônio Rodrigues

⁶²⁷ A atuação tutelar indigenista do SPI e da FUNAI serão tematizados com maior propriedade e detalhes documentais no capítulo seguinte.

de Quadros.⁶²⁸ Silvio Coelho dos Santos acusa a instalação do Posto Indígena Xaçecó em 1941,⁶²⁹ ainda que desde 1938 o SPI estivesse planejando assumir a administração da terra, ela somente foi concretizada em 1941, data de referência nos documentos (relatórios, recenseamentos, inventários de bens móveis e semoventes e folhas de pagamento) disponíveis no acervo do MI.

Dessa forma, em 1941 a TI Xaçecó passou a ser chamada de Posto de Assistência, Educação e Nacionalização Xaçecó e, em alguns documentos da década de 1940, como Fazenda Nacional do Posto Indígena Xaçecó e, ainda posteriormente, como Posto Indígena de (X)Chapecó. A partir de 1960 passou a se denominar Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, em homenagem ao juiz Antonio Selistre de Campos, que assumiu a Comarca de Passo dos Índios em 1931, atual município de Chapecó, e que faleceu em 1957.

Figura 11: Selistre de Campos com indígenas Kaingang no PI Xaçecó



Fonte: JORNAL, Porantim, “Antonio Selistre de Campos, Um defensor dos Kaingang”, janeiro/fevereiro de 1983, página 6.

⁶²⁸ RELATÓRIO, Sobre o Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, elaborado por Ney Land, 05 de junho de 1964. Documento 0576 ao 0582/00771 ao 00780. Microfilme 322. DOCUMENTO, Folha de pagamento do pessoa de serviço na Inspetoria do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), Posto de Assistência, Educação e Nacionalização Xaçecó, jan. a jun. de 1941, encarregado Leodônio Rodrigues de Quadros, 24 de julho de 1941. Microfilme 064, Planilha 702. Acervo Documental do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁶²⁹ SANTOS, Silvio Coelho dos. *A integração do índio na sociedade regional*. A função dos postos indígenas em Santa Catarina. Santa Catarina: Ed. UFSC, 1970. p. 61.

Selistre de Campos (Figura 11) atuou na defesa dos indígenas do “Chapecosinho” por meio da intervenção judicial e com denúncias na imprensa local sobre os esbulhos e expropriações que este povo sofreu por parte de posseiros e grileiros.⁶³⁰ Tal denominação, Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, se manteve até a consolidação das reformas na política indigenista em 1969. A partir de então e até 1988, a TI Xapecó passou a ser chamada de Posto Indígena Xapecó, quando após a nova CFB, passou a ser referida como Área Indígena Xapecó ou Terra Indígena Xapecó.

Apesar de Leodônio Rodrigues de Quadros ser o primeiro agente encarregado pelo Posto Indígena Xapecó, foi Francisco Siqueira Fortes quem em 1942 assumiu as incumbências da atuação indigenista. Alguns narradores entrevistados conheceram ou ouviram falar do mesmo, chamam-no comumente de “Chico Fortes”. Como uma das tarefas dos agentes e encarregados dos postos, Fortes realizou os recenseamentos dos índios em dezembro de 1942 e em dezembro de 1944, porém, nem todo o ano que esteve à frente do PI Xapecó apresentou recenseamentos ou mesmo relatórios anuais, o que em geral era prática de responsabilidade dos chefes de postos. A ausência documental implica em várias hipóteses, como: que se tenha perdido os respectivos dados quando houve deslocamentos destas documentações; que não tenham sido elaborados; ou ainda que estejam armazenados em algum outro local não acessado. Convém destacar que em 1963 foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) presidida pelo deputado federal do Partido Social Democrático (PSD) Valério Magalhães. De acordo com Leandro Mendes Rocha a CPI investigou crimes e delitos: “1. O roubo do patrimônio indígena; 2. A prática de homicídio; 3. Desvio de verbas; 4. Falsificação de documentos, principalmente de recibos contábeis.” Há suspeitas de um incêndio criminal nos arquivos da agência⁶³¹ que poderia ter eliminado documentos dos postos indígenas.

No acervo do MI encontrou-se um recenseamento referente ao ano de 1938, com o nome dos indígenas em português e “do mato” ou

⁶³⁰ Artigos de Antonio Selistre de Campos no livro: *Cadernos do CEOM. A voz de Chapecó*: artigos de Antonio Selistre de Campos: 1939 – 1957. Chapecó: Argos, 2004.

⁶³¹ “Existem numerosas provas materiais contra o SPI. Há fortes suspeitas quanto à possível origem criminal de um incêndio, ocorrido nos arquivos daquela agência estatal no início dos anos 60, provavelmente objetivando destruir documentos que pudessem provar os crimes cometidos pelos seus funcionários, acusados de todos os tipos de delitos e outras desordens administrativas.” ROCHA, op. cit., p. 60.

na língua Kaingang. Este significativo recenseamento não possui assinatura do responsável,⁶³² mas ele acusa um total de 343 índios, distinguidos por gênero, estado civil, idade, ainda plantação e criações desenvolvidas pelos respectivos índios, e o local de residência nos Toldos Banhado Grande, Pinhalzinho e Imbú.⁶³³ Quanto às criações, aparecem cavalos, éguas, vacas, bois, novilhas, caprinos, porcos, aves e abelhas; em relação às plantações, tem-se milho, feijão e trigo, e ainda produção de cana, mas nem todos os índios produziam ou tinham criações conforme acusa o recenseamento.⁶³⁴

Conforme é possível verificar na Tabela 2 em uma década, de 1938 até 1948, a população do PI Xapecó aumentou consideravelmente de 343 para 890 indígenas. Em 1948 o agente encarregado, Wismar da Costa Lima acusa residir no posto 754 índios Kaingang e 136 índios Guarani. Esta mesma tabela situa os índios por Toldos, estes nomes ainda hoje representam aldeias e localidades no contexto da TI Xapecó, e outros como o caso do Toldo Figura, Toldo Imbú ou Umbú, Toldo Toldinho, Toldo Excesso do Marco, e provavelmente parte do Toldo Divisa Alegre do Marco estão fora dos limites atuais da terra, são lugares de terra grilada.

⁶³² O que foi possível perceber é que a letra dos escritos não corresponde a grafia do primeiro agente e encarregado do PI Xapecó Francisco Siqueira Fortes.

⁶³³ Em outros documentos aparece escrito Umbú.

⁶³⁴ RECENSEAMENTO, dos índios do Banhado Grande, Pinhalzinho e Imbú de janeiro de 1938. Planilha 702, Microfilme 064, Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Tabela 2: Recenseamento da população indígena total e residente nos toldos para os anos de 1938, 1942, 1944 e 1948

TOLDOS	POPULAÇÃO INDÍGENA			
	Jan 1938	Nov 1942	Nov 1944	Set 1948
Banhado Grande	105	85	113	166
Pinhalzinho	147	170	152	146
Umbú/Imbú	91	133	118	
Jacú/Campina Jacutinga	---	122	249	273
Água Santa	---	36	9	---
Serra Doce (Serro Doce)	---	33	5	19
Formigas	---	19	10	
Samburá	---	34	28	38
Toldinho	---	14	32	12
Lageado Guarani	---	31	89	110
Irani	---	---	40	---
Divisa Alegre do Marco	---	6	---	
Figura	---	---	---	26
Excesso do Marco	---	---	---	100
TOTAL	343	683	845	890

Fonte: RECENSEAMENTO, dos índios do Banhado Grande, Pinhalzinho e Imbú de janeiro de 1938. Planilha 702, Microfilme 064; Documento de 1 de dezembro de 1942, Planilha 702, Microfilme 064; Documento de novembro de 1944 Planilha 702, Microfilme 064; e, Documento de 30 de setembro de 1948, Planilha 703, Microfilme 064. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

No relatório anual de 1 de dezembro de 1945, o PI Xaçecó conta com três escolas, a escola da Sede do Posto, com 74 índios e 22 não índios matriculados, a escola Pinhalzinho com 49 índios matriculados e 14 não índios e, por fim, a escola de Banhado Grande com 10 índios e 6 não índios matriculados. Ao considerar que o posto tem para o ano de 1944 uma população de 845 índios, e que no montante para 1945 apresenta um total de 133 índios matriculados, isso representa 15,7% da população frequentando a escola. Certamente estes 15,7% se referem à parcela de crianças e jovens da terra em processo de alfabetização.

O linguísta Wilmar D'Angelis informa que em 1890 (Tabela 3), ano do primeiro censo do período republicano, chamado Recenseamento

Geral do Brasil, havia na Comarca de Palmas, território que pertencia ao Estado do Paraná, um total de 9.601 habitantes, sendo 4.759 brancos, 2.074 índios, 2.099 mestiços e 669 negros.⁶³⁵

Tabela 3: Recenseamento geral do Brasil da comarca de Palmas para o ano de 1890

DISTRITO	POPULAÇÃO	
	Indígena	Mestiça
Palmas	164	377
Palmas do Sul	369	292
Boa Vista	138	210
Campo Erê	149	17
Mangueirinha	233	290
Chopim (Colônia Militar)	126	147
Passo do Carneiro	245	119
Xanxerê (Colônia Militar)	151	182
União da Vitória	499	465
TOTAL	2.074	2.099

Fonte: D'ANGELIS, Wilmar da R.. Para uma história do oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*, CEOM 20 anos de memória e história no oeste de Santa Catarina, edição comemorativa, n.23, 2006. p. 310. D'ANGELIS, Wilmar da R.; FÓKÂE, Vicente F.. *Toldo Imbú*, Cadernos do CEOM, Série Documento. Chapecó: UNOESC, 1994. p. 30.

Boa Vista é o atual município de Clevelândia (PR), Chopim, região de influência do atual município de Chopinzinho (PR), Passo do Carneiro se situa no município de Chapecó (SC), Mangueirinha (PR), União da Vitória (PR), Campo Erê (SC), Xanxerê (SC) e Palmas (PR) apresentam o mesmo nome para o município contemporaneamente, assim, o linguísta acredita que Palmas do Sul seja a antiga Coletoria da Província do Paraná, na altura da Estrada para o sul, hoje, situada na cidade de Abelardo Luz (SC): terras que compreendem os índios do Chapecó Grande e do Imbú. Tais informações fornecidas pelo linguísta acerca do contingente de indígenas que viviam próximos aos campos de Palmas, bem como na confluência do Chapecozinho com o Chapecó, sugestionam que havia uma significativa parcela de população indígena

⁶³⁵ D'ANGELIS, Wilmar da R.. Para uma história do oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*, CEOM 20 anos de memória e história no oeste de Santa Catarina, edição comemorativa, n.23, 2006. p. 310.

e descendentes (mestiços) para a região no final do século XIX e no incipiente século XX.

Em relatório do Posto Indígena Dr. Selistre de Campos de 5 de junho de 1964, o relator Ney Land ao caracterizar a população que vive na área indígena afirma tacitamente que a mesma “[...] é composta em sua maioria quasi que absolutamente, de mestiços.”⁶³⁶ Para o agente viviam apenas 161 Kaingang e 54 Guarani na terra, enquanto que haviam 728 mestiços, 23 brancos e 6 negros. Portanto, o total da população da TI Xaçecó para o ano de 1964 é de 972 indivíduos, ou seja, se comparado com a população existente na terra no censo de 1948, quando apresentava 890 indivíduos, pressupõe-se que em dezesseis anos a população da terra teve um crescimento demográfico mínimo, quase irrelevante. Neste mesmo relatório, o agente do SPI afirma que no corrente ano de 1964 aconteceram 100 nascimentos e entre 50 a 60 falecimentos. Assim, ao conferir a taxa de crescimento vegetativo para a TI Xaçecó, considerando que falecem 60 pessoas e nascem 100, temos 4,11%.⁶³⁷ Dessa forma, as estatísticas de 1948 e de 1964 não parecem se encaixar ou houve crescimento vegetativo zero ou negativo entre estas datas dos censos (Tabela 4).

⁶³⁶ RELATÓRIO, Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, de 05 de junho de 1964. Documento 00776. Microfilme 322. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁶³⁷ O cálculo foi desenvolvido da seguinte forma: $Cv = \frac{Nn - No}{No} \times 100$

Tabela 4: População do Posto Indígena Dr. Selistre de Campos em 1964

FAIXA ETÁRIA		POPULAÇÃO					Sub-Total Por Gênero
		Kaingang	Guarani	Mestiço	Branco	Negro	
50 anos em diante	Homens	11	5	44	1	---	61
	Mulheres	9	3	23	---	---	35
21 a 49 anos	Homens	23	8	140	3	1	175
	Mulheres	27	5	74	3	1	110
10 a 20 anos	Homens	21	9	63	4	---	97
	Mulheres	22	8	85	3	1	119
0 a 9 anos	Homens	23	9	167	4	2	205
	Mulheres	25	7	132	5	1	170
SUB-TOTAL		161	54	728	23	6	
TOTAL DA POPULAÇÃO							972

Fonte: RELATÓRIO, Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, de 05 de junho de 1964. Documento 00771 ou 00573 ao 00778 ou 00580. Microfilme 322. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Mas há outra questão que se impõe neste censo: afinal, quais foram as categorias de classificação empregadas pelo agente para classificar a população da terra como índios e mestiços? O agente afirma que “[...] A classificação dado como mestiços, inclui aquelas pessoas que, aparentemente, não possuem caracteres indígenas.”⁶³⁸ Parece estar superestimado o número de mestiços e subestimado o número de índios, isso converge, em seu relatório, para desqualificar a condição de indígena ou para confluir às ideias de aculturação e assimilação, e por ora, às de integração à sociedade nacional. Convém lembrar que os índios foram considerados pela imprensa, políticos e intelectuais durante parte do século XX como população em decadência quantitativa e qualitativa (condição de índio), como caboclos e como povo em processo de aculturação, inclusive por muitos etnólogos que estudaram a situação de contato. Outrossim, havia desde a década de 1950 até certa altura da década de 1970 um pessimismo frente ao futuro das

⁶³⁸ RELATÓRIO, Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, de 05 de junho de 1964. Documento 00777 ou 00579. Microfilme 322. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

populações indígenas, seja por conta das epidemias e doenças que assolavam a população ameríndia, principalmente nas regiões do centro-oeste e norte do país, e no caso do sul brasileiro, pelo envolvimento dos índios nas sociedades regionais confluindo para a integração e consequente descaracterização da condição de “índio puro”.⁶³⁹

Há algumas questões que devem ser consideradas: a) a TI Xapecó representou um entrave regional ao modelo de desenvolvimento durante parte do século XX, a medida que resguardou terras e suas florestas para índios enquanto as mesmas poderiam ser destinadas à produção de madeira e à produção agropecuária; b) a TI Xapecó contribuiu para o modelo de desenvolvimento regional a medida que resguardou e possibilitou a exploração das terras e florestas dos índios quando o modelo de exploração florestal já havia se esgotado nas cercanias da TI. Enfim, com significativa vegetação nativa se comparada ao propulsor desmatamento circundante que limpava terrenos para a colonização – convém lembrar que circundavam a terra duas empresas colonizadoras, Bertaso Maia e Cia e Lunardi e Irmão –,⁶⁴⁰ a posse da terra dos Kaingang do Chapecó e Chapecozinho, apesar do decreto de 1902, carecia de registro e título competente de posse que delegasse devido controle efetivo do território aos índios. Dessa forma, na década de 1920 emergiu uma das primeiras tentativas de esbulho “legal” de terras indígenas no “Chapecósinho” que irei abordar ainda neste capítulo.⁶⁴¹

5.2.1 Os rumos do indigenismo brasileiro a partir de 1940

No início da década de 1940, momento da instalação do Posto Indígena Xapecó, o SPI experimentou reformulações circunstanciais na agência encetando novos pressupostos de indigenismo tutelar no que se refere ao “patrimônio indígena” e à “emancipação econômica das tribos”. O órgão voltou a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura, conforme o Decreto-Lei n. 1.736, de 03/11/1939 e passou a compartilhar da responsabilidade pelas questões indígenas com o CNPI.

⁶³⁹ GOMES, 1991, op. cit.; RIBEIRO, 1996, op. cit..

⁶⁴⁰ Figura 13 e Mapa 20 serão apresentados ainda neste capítulo. PLANTA, Terreno Reservado para Índio no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço de Proteção aos Índios, de 1937. Microfilme 379, Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁶⁴¹ Chama-se aqui de “legal” por conta de que já haviam posseiros que residiam nestas terras em território Kaingang sem a titulação registrada em cartório desde o momento do decreto da terra por parte do governo do Estado do Paraná em 1902.

Por sinal, o Brasil vivenciava naquele momento a consolidação do Estado Novo de Getúlio Vargas enquanto principiava a Segunda Guerra Mundial. Paulatinamente, o SPI se inclinou à inserir os índios em atividades “úteis” no contexto da “Marcha para o Oeste”, possibilitando a integração dos índios em práticas concebidas como “civilizadas”, como as relacionadas às atividades agropecuárias.⁶⁴²

O Regimento do SPI, Decreto n. 10.652, de 16 de Outubro de 1942, ao mesmo tempo em que reafirmou a proteção e assistência da agência, acenando com a ajuda do Estado na garantia da posse das terras dos “silvícolas”, acabava por consolidar a necessidade de “[...] dar ao índio ensinamentos uteis, procurando despertar nele os sentimentos nobres [...]”.⁶⁴³ Tais sentimentos nobres dizem respeito e coadunam ao modo de vida dos não indígenas concebidos como “civilizados”. O Regimento procurou, por meio da tutela, zelar “[...] pela preservação, conservação e *desenvolvimento de seu patrimônio*;⁶⁴⁴ e envidar “[...] esforços por melhorar as condições materiais da vida indígena, *despertando o gosto do índio para a agricultura e indústrias rurais*”.⁶⁴⁵ Nos objetivos destes excertos, sobretudo ao que foi destacado em itálico, é que se assentam as políticas indigenistas no pós 1940. Desconsiderar o conhecimento nativo e promover ações intervenientes no modo de vida ameríndio consideradas “úteis” ao Estado brasileiro. Foram práticas impostas, perseguidas e em parte alcançadas pelos chefes encarregados de postos e pela Inspetoria Regional Sul.

A agência indigenista a partir da década de 1940 até a sua dissolução como integrante do Ministério da Agricultura (MA) em 1967, visou crescente e paulatinamente fazer florescer a economia da auto-subsistência (“*emancipação econômica das tribos*”) nos postos por

⁶⁴² “[...] – que o problema da proteção aos índios se acha intimamente ligado à *questão de colonização* (sic), pois se trata, no ponto de vista material, de orientar e interessar os indígenas no *cultivo do solo* (sic), para que se *tornem úteis* (sic) ao país e possam *colaborar com as populações civilizadas* (sic) que se dedicam às atividades agrícolas; [...]” BRASIL, Decreto-Lei n. 1.736, de 03/11/1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1736-3-novembro-1939-411705-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 jul 2014.

⁶⁴³ BRASIL, Decreto n. 10.652, de 16 de Outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Ministério da Agricultura. Capítulo 1, Da finalidade, item h. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul 2014.

⁶⁴⁴ BRASIL, Decreto n. 10.652, de 16 de Outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Ministério da Agricultura. Capítulo 1, Da finalidade, item j.

⁶⁴⁵ As palavras em itálico são destaque da autora. BRASIL, Decreto n. 10.652, de 16 de Outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Ministério da Agricultura. Capítulo 1, Da finalidade, item l.

meio da exploração das potencialidades das terras de posse dos índios. As potencialidades se referem ao estímulo constante à agricultura e a “[...] *exploração* das riquezas naturais, das indústrias extrativas ou de quaisquer outras fontes de rendimento, relacionadas com o *patrimônio indígena* ou dele provenientes no sentido de assegurar, quando oportuno, a *emancipação econômica das tribos*,”⁶⁴⁶ A criação dos postos indígenas buscou “[...] atrair o índio e *fixá-lo* pela *cultura sistemática da terra* e estabelecimento das indústrias rudimentares mais necessárias.”⁶⁴⁷ Os índios não foram tratados pelo órgão como homens do campo, camponeses ou campesinos nos moldes dos outros grupos sociais brasileiros – e nem desejariam ser –, os idealizadores (Estado) do regimento e o próprio regimento evidenciam a consciência destas distinções. Convém ressaltar que a “sistemática” fixação na terra eliminava definitivamente o nomadismo à medida que garantia o surgimento da cultura/cultivo da terra, transformando os índios em agricultores inseridos na nascente lógica da apropriação econômica do espaço alicerçado pela exploração das potencialidades agrícolas e extrativistas.

Os renovados anseios da agência foram se delineando a partir de Getúlio Vargas, o país ganhou novos contornos políticos e econômicos com o início da Era Vargas. Não obstante, a partir do Estado Novo e com o decreto do novo regimento em 1942, o SPI promoveu práticas de ação com inclinação “desenvolvimentista” nos postos do sul do Brasil, como no PI Xapecó. Agenciou a exploração das potencialidades das terras, seja na agricultura e pecuária, como também relacionadas ao extrativismo (cobertura florestal, madeira, erva-mate). Amparados pela proteção tutelar vigente e com o “esmero” dos encarregados dos postos os Kaingang foram envolvidos pelas práticas da agência, passaram a receber uma educação voltada para a agricultura com a formação dos Clubes Agrícolas⁶⁴⁸ e serviram de mão-de-obra na exploração das potencialidades “naturais” por meio dos programas e planos de

⁶⁴⁶ As palavras em itálico são destaque da autora. BRASIL, Decreto n. 10.652, de 16 de Outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Ministério da Agricultura. Capítulo 1, Da finalidade, item m.

⁶⁴⁷ BRASIL, Decreto n. 10.652, de 16 de Outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Ministério da Agricultura. Capítulo 1, Da finalidade, item p.

⁶⁴⁸ A respeito dos Clubes Agrícolas Escolares, consultar: BRINGMANN, Sandor F. *O Programa Educacional do SPI e os Clubes Agrícolas Escolares: a experiência entre os Kaingang do RS e de SC (1941-1967)*. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia V.; ROSA, Helena A.; BRINGMANN, Sandor F. (Org). *Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012. p. 123 – 148.

atividades agropecuária e de extração florestal. A agência indigenista não apresentava orçamento sólido e significativo e isso serviu como justificativa para cada vez mais o órgão promover e explorar as potencialidades das terras indígenas.

Em duas décadas, de 1942 a 1963, os Regimentos do SPI mantiveram praticamente a mesma estrutura interna, indicando certa continuidade conjuntural na agência desde a era Vargas.⁶⁴⁹ Os gestores da 7ª Inspeção Regional (IR7) entre 1941 até 1967 foram Paulino de Almeida, Lourival da Mota Cabral, Dival José de Souza, Alísio de Carvalho, Sebastião Lucena da Silva e João Alves Ribas. Dentre estes nomes, destaca-se o inspetor Sebastião Lucena da Silva que atuou como chefe do Posto Indígena Xapecó entre 06 de fevereiro de 1964 até 19 de junho de 1965, quando foi afastado por denúncias que o acusam de facilitar os corte de pinheiros.⁶⁵⁰

De acordo com Lima e Souza, em 1932 a IR7 gerenciava 7 postos indígenas. Entre 1932 e 1945 foram criados mais postos, alcançando o conjunto de 16 unidades locais, dentre elas o Posto Indígena Xapecó fundado na passagem do ano de 1940 para 1941. Entre 1944 e 1960, conforme apresenta o Quadro 1, foi criado apenas um Posto Indígena na IR7, alcançando o montante de 17 Postos. Isso evidencia que a maior expansão da proteção e assistência tutelar se deu no período da Era Vargas e, especificamente, do Estado Novo. Neste momento houve uma maior demanda pelo gerenciamento e controle dos índios e suas terras na região sul do Brasil. Na IR7, a grande maioria dos PIs era de “Assistência, Nacionalização e Educação” (PIN), sendo que havia um Posto de “Tratamento” (PIT), um Posto de “Atração” (PIA) e um Posto de “Criação” (PIC). De fato essa expansão da agência e o espraiamento dos tentáculos da proteção fraternal não se resumem a um movimento lateral, pois está em consonância com a Marcha para o Oeste e com o propulsor povoamento maciço dos sertões.⁶⁵¹ O Quadro 7 procura mostrar também os nomes dos Postos no ano de 1944 e seus respectivos nomes substituídos a partir da década de 1960, que muitas vezes confundem e dificultam a associação e perspectiva temporal sobre os mesmos.

⁶⁴⁹ LIMA, A., op. cit.; BRASIL, Decreto n.10.652, de 16 de Outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura; BRASIL. Decreto n. 52.668, de 11 de outubro de 1963. Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

⁶⁵⁰ No próximo capítulo o caso do sr. Sebastião Lucena da Silva será devidamente exposto.

⁶⁵¹ LIMA, A., op. cit., p. 346.

Quadro 7: Lista com os nomes dos Postos Indígenas subordinados à 7ª Inspetoria Regional (IR7) do Serviço de Proteção aos Índios/SPI

Postos Indígenas subordinados a 7ª Inspetoria Regional (IR7) do SPI		
	1944	1960
1	PIN Laranjinha	PI Cel. José Carvalho
2	PIN Apucarana	PI Dr. Francisco Xavier
3	PIN Barão de Antonina	PI São Jerônimo
4	PIN Queimadas	PI Cel. Telêmaco Borba
5	PIN Faxinal	PI Dr. Carlos Cavalcante
6	PIN Ivaí	PI Cacique Gregório Kaaikchot
7	PIT Boa Vista	PI Boa Vista
8	PIN Rio das Cobras	PI Interventor Manoel Ribas
9	PIC Criação Mangueirinha	PI Cacique Capanema
10	PIN Fioravante Esperança	PI Palmas
11	PIN Xapecó	PI Dr. Selistre de Campos
12	PIA Duque de Caxias	PI Ibirama/Eduardo Hoerhan
13	PIN Nonoai	PI Nonoai
14	PIN Guarita	PI Guarita
15	PIN Ligeiro	PI Paulino de Almeida
16	PIN Cacique Doble	PI Cacique Doble
17	---	PI Dr. José Maria de Paula (PI Guarapuava)

Fonte: LIMA, A., op. cit.; RELATÓRIO, IR7, de 1949, Microfilme 342; RELATÓRIO, IR7, de 1957. Microfilme 341. Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro; RELATÓRIO. 4ª Delegacia Regional da FUNAI, 1972. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

Conforme as atribuições dos Postos Indígenas expressas no Artigo 12 do Regimento de 1942 e posteriormente suprimidas no Regimento de 1963, destacam-se as competências de “atrair”, “conservar e respeitar”, “tutelar”, “não permitir violência”, “garantir a posse das terras”, “fiscalizar”, “informar”, “executar as instruções da IR”, “zelar pelo patrimônio”, “proceder na demarcação”, ainda “manter escolas”, “dar ensinamentos úteis”, “incutir a idéia de que faz parte da nação brasileira”, “prestar assistência sanitária”, “conduzir o índio ao trabalho por meios persuasivos”, “combater o nomadismo e fixar as tribos, despertando o gosto do índio para a agricultura e indústrias rurais e assegurando, pelo incremento das mesmas e da pecuária, uma base sólida à vida econômica do índio”, “manter trabalho e instituições de lavoura e pecuária” como forma de “evoluir socialmente”, “envidar

esforços para melhorar as condições materiais da vida indígena”, “incentivar a construção de casas para o índio, empregando-o, persuasivamente, nesse mister” e por conseguinte, “manter o índio da fronteira dentro do nosso território”.⁶⁵²

Suprimidas estas competências do Regimento de 1963, o que se destaca é uma seção dedicada ao “Patrimônio Indígena”. O Artigo 9º rememora e reafirma algumas competências já atribuídas ao SPI em Regimentos anteriores, mas procura relacionar o que compete ao Patrimônio Indígena com o CNPI, demonstrando que este último órgão aparentemente apresentava certa envergadura na condução das políticas indigenistas:

I - *executar os planos e programas* elaborados pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios, relativos à *defesa do patrimônio indígena*;

II - sugerir as *providências de emergência* a serem tomadas para defesa dos índios, no âmbito de sua alçada, *em face de ocorrências adversas que ponham em risco interesses financeiros e patrimoniais indígenas*;

III - coletar dados elucidativos eventualmente úteis à melhor execução dos trabalhos realizados pelas unidades regionais do SPI, referentes à defesa do patrimônio indígena;

IV - Manter cadastro sobre a situação das terras em que se encontram índios;

V - propor a organização de cooperativas e reembolsáveis, quando conveniente;

VI - Manter atualizada a *escrituração dos recursos indígenas, elaborando balancetes trimestrais e balanço anual*, para encaminhamento ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios;

VII - *opinar sobre a fixação de taxas, tarifas e fôros, promovendo a respectiva cobrança e arrecadação*;

VIII - *Fiscalizar o emprêgo das rendas do patrimônio indígena*;

IX - efetuar o *levantamento e registro de todos os Postos que produzam renda proveniente de*

⁶⁵² BRASIL, Decreto n. 10.652, de 16 de Outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), do Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul 2014

lavoura, criação, indústria extrativa ou exploração do subsolo, bem como o de outros proventos oriundos de fontes diversas e que constituam o patrimônio do índio;

X *promover*, em colaboração com os órgãos próprios e de acôrdo com orientação emanada do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, a *exploração das riquezas naturais das indústrias extrativas ou de quaisquer outras fontes de rendimento relacionadas com o patrimônio indígena* ou dêle provenientes, no sentido de assegurar, quando oportuno, a *emancipação econômica das Tribos*;

XI - *organizar o inventário do patrimônio indígena*.⁶⁵³

Para haver a “integração” dos índios à sociedade nacional no sul do Brasil em tempos de SPI, a agência impôs o envolvimento das comunidades indígenas na educação escolar, a partir da instalação de escolas nas aldeias, mas também incentivou e promoveu as práticas agrícolas e a criação de animais conforme informam os historiadores Ana Lúcia Vulfe Nötzold e Sandor F. Bringmann sobre o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo para os Kaingang no sul do Brasil.⁶⁵⁴ Desde o primeiro Regimento do SPI, Decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910, já estava previsto a criação de escolas e a instalação de centros agrícolas como importantes ações para o desenvolvimento das povoações indígenas em Postos do SPI. Porém, foi a partir de Getúlio Vargas que se instalaram escolas nos Postos Indígenas pelo Brasil.

Se a década de 1940 representou um divisor de águas no indigenismo brasileiro, a década de 1960 significou o colapso e o enterro do indigenismo fraternal de Rondon. As práticas tutelares da FUNAI iniciaram sob o signo da desconfiança, da vigilância e segurança e do nacionalismo exacerbado. Os anos sessenta foram marcados pela instabilidade política, insegurança nos rumos da democracia e pelos

⁶⁵³ BRASIL. Decreto n. 52.668, de 11 de outubro de 1963. Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm Acesso em: 10 jul 2014.

⁶⁵⁴ NÖTZOLD, Ana L. V.; BRINGMANN, Sandor F. O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 5 n. 10, Dezembro de 2013. p. 147 – 166. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.OServicodeProtecaoaosIndios.pdf. Acesso em: 10 out. 2014.

episódios que imporiam uma ditadura militar ao longo de duas décadas. Inclusive, transcorridos 50 anos após o fatídico golpe militar de 1964, pouco se analisou e discutiu na contemporaneidade acerca dos caminhos sinuosos da proteção tutelar e de suas estratégias de controle social e violência contra os povos indígenas impetrados pelo indigenismo brasileiro. Contudo, há uma historiografia clássica sobre o contexto da instauração da ditadura militar e os enfrentamentos que se sucederam. Contudo, existem lacunas nos estudos historiográficos que visam compreender as relações entre índios, indigenismo e ditadura militar. A maior parte dos poucos estudos que existem não pertencem ao *métier* da história.

Nas vésperas do golpe militar de 64 estava em cena discussões sobre o futuro do indigenismo brasileiro, conforme já mencionado anteriormente. As denúncias se avolumavam e acenavam como um alerta vermelho sobre os novos tempos que se aproximavam. Conseqüente, ao assumir o poder e tentar coibir a corrupção no indigenismo brasileiro, os militares contra-atacaram os potentados locais e regionais que cometiam ingerências políticas no órgão indigenista e que ameaçavam a hegemonia centralizadora do governo ditatorial – uma moralização às avessas. Apesar de se propor a combater os desvios de verbas da renda indígena e com isso moralizar o indigenismo, a FUNAI absorveu a estrutura do antigo órgão e inclusive manteve muitos servidores do SPI no seu quadro funcional. Os militares, diferentemente dos tempos anteriores, investiram substancialmente nos postos indígenas e agenciaram projetos de grandes impactos para alcançar de forma ágil a integração nacional e a modernização do país. Sem delongas sobre estes grandes projetos, um exemplo complexo foi a construção do sistema rodoviário brasileiro nos anos 1970 que possibilitou impactos no *habitus* social e na integridade física de diversos povos indígenas.⁶⁵⁵

A FUNAI dos anos 1970 paulatinamente se distanciou daquela que herdara os aspectos mais fraternais e ao mesmo tempo contraditórios da política indigenista do órgão precedente. Mas isso se deve em parte aos direcionamentos político-econômicos do país com a chegada ao poder do governo Emílio G. Médici em 30 de outubro de 1969 até 15 de março de 1974. Os “anos de chumbo” e os anos do “milagre econômico”, faces simultâneas e complementares da mesma moeda, sucederam os tempos do Ato Institucional n.º 5 do governo

⁶⁵⁵ Dentre alguns exemplos de impactos e ameaças às sociedades indígenas, pode-se citar o caso dos Panará (Kren-a-karore), referente ao traçado da rodovia Cuiabá-Santarém que trouxe doenças e violência a este povo. POZZOBON, op. cit., p. 283 – 284.

Costa e Silva e inauguraram um novo indigenismo de inspiração e sustentação na doutrina da segurança nacional.⁶⁵⁶ Na trajetória dos militares entre 1964 a 1985 este novo modelo de indigenismo pode ser qualificado pela forte intervenção do Estado na questão indígena por meio da militarização pautada na segurança e na informação.⁶⁵⁷

O “novo” Regimento do indigenismo brasileiro, Lei n. 5.371, de 5 de dezembro de 1967,⁶⁵⁸ que institui a FUNAI, apresentou-se mais enxuto e sem detalhamentos sobre os rumos das políticas indigenistas. Este promoveu a ressignificação de princípios do SPI e complementou direcionamentos que acenavam aos novos tempos. O Artigo 3º sobre o “Patrimônio Indígena” afirma que a Fundação seria responsável pela “administração” da renda do patrimônio indígena e esclarecia que os objetivos pautavam-se em: “I - emancipação econômica das tribos; II - acréscimo do patrimônio rentável; III - custeio dos serviços de assistência ao índio.” Não é novidade a questão da “emancipação econômica das tribos”, conforme mencionado anteriormente, tanto no Regimento do SPI de 1942 (Artigo 1º, item m) quanto no Regimento de 1963 (Do capítulo II, Da sessão do Patrimônio Indígena). Nem mesmo o “custeio” à assistência é novidade, visto que as justificativas para a exploração das potencialidades das terras dos índios já previa a renda indígena como forma de subsistência aos postos em virtude do baixo orçamento do SPI. A despeito disso, a novidade consiste na expressão “acréscimo do patrimônio rentável”. Essa expressão indica os caminhos que a FUNAI seguiria, quais sejam, de incentivos ao crescimento do patrimônio tornando-o cada vez mais rentável economicamente.

No ano de 1971 o governo Médici lançou o novo Regimento da FUNAI, Decreto n. 68.377, de 19 de Março de 1971.⁶⁵⁹ Mais específico e detalhado contendo seis capítulos, este Regimento se dedicou a normatizar principalmente a hierarquia administrativa e atribuir competências. Por outro lado, o Regimento dos anos “do milagre econômico” dedicou dois capítulos sobre a questão financeira e o

⁶⁵⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

⁶⁵⁷ HECK, op. cit..

⁶⁵⁸ BRASIL, Lei n. 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5371-5-dezembro-1967-359060-retificacao-32030-pl.html>. Acesso em: 10 jan 2013.

⁶⁵⁹ BRASIL, Decreto n. 68.377, de 19 de Março de 1971. Da nova redação aos Estatutos da Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68377-19-marco-1971-410377-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jan 2013.

patrimônio indígena, “Do regime Financeiro e da Fiscalização” (Capítulo IV) e “Da Gestão do Patrimônio Indígena” (Capítulo V). Esse direcionamento do Regimento indica que a vigilância e o controle sobre a Fundação e o patrimônio estão normatizados e devidamente controlados por balanços patrimonial, econômico, financeiro, de receitas e despesas estimadas e realizadas.

O Regimento da FUNAI de 1967, em seu Artigo 12, afirma que cabia à Fundação “elaborar e propor ao Poder Executivo Anteprojeto de Lei, a ser encaminhado ao Congresso, sobre o Estatuto Legal do Índio Brasileiro”. De fato, em 1973 seria então lançada a Lei n.6.001, de 19 de dezembro de 1973, mais conhecida como Estatuto do Índio. Composto por 68 artigos, o Estatuto veio como força de lei para “regularizar a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (Artigo 1º). O Estatuto foi inspirado na Convenção n.107, Populações Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1957, aprovada e ratificada pelo Brasil em 1965 e promulgada como Lei pelo Decreto n.58.824, de 14 de julho de 1966. Em seu conteúdo, os princípios e as definições do Estatuto do Índio respondem às acusações externas de violação dos direitos dos índios. Por sinal, assim como a Convenção n.107 da OIT, substituída pela Convenção n.169 em 1989, o Estatuto do Índio procurou ressaltar a garantia de proteção e sobretudo de integração dos índios.

Os direitos dos povos indígenas assegurados pelo Estatuto deveriam ser respeitados pela União, Estados e municípios bem como pelos órgãos responsáveis pela “tutela” aos índios. Dessa forma, tais direitos se referem a fazer dos povos indígenas, comunidades coesas e integradas à comunhão nacional por meio de assistências direcionadas, programas e projetos “tendentes a beneficiar as comunidades indígenas”. Estes “programas e projetos” se inserem no contexto do “milagre econômico” brasileiro e de forma compulsória impeliam às comunidades de diversos Postos Indígenas ao trabalho na lavoura e pecuária, na extração de recursos naturais (desmatamento), entre outros. O Estatuto em seu Artigo 4º estabelecia três conjuntos de características que classificavam os índios brasileiros como:

I – “Isolados” – “Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional”;

II – “Em vias de integração” – “Quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento”;

III – “Integrados” – “Quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.”

Juridicamente, o Estatuto do Índio ainda se constitui como instrumento de lei, porém, após a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, muitos dos artigos do Estatuto se confrontam e contradizem as atuais diretrizes políticas e jurídicas dos povos indígenas, sobretudo no que se refere à tutela que não existe mais e à autonomia dos povos. Neste sentido, em 1991 principiou o processo de revisão no Congresso Nacional do Estatuto do Índio, porém, o novo texto do Estatuto das Sociedades Indígenas apesar de ter sido aprovado como Projeto de Lei em 1994 foi questionado e com as mudanças governamentais do governo Fernando Henrique Cardoso acabou paralisado. A conjuntura atual das diretrizes nacionais no que tange ao Executivo e Legislativo para atender e garantir os direitos dos povos indígenas não apresenta esforços para atualizar o obsoleto Estatuto do Índio e, pelo contrário, prevê inclusive retrocessos ao questionar e refutar os direitos constitucionais conquistados pelos povos indígenas em 1988 via Projeto de Emenda Constitucional (PEC).

Posteriormente à Lei n. 6.001, foi instituído o Decreto n. 76.999, de 8 de Janeiro de 1976, pelo governo de Ernesto Geisel. Este decreto “Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências”, visou, portanto, especificar com maiores detalhes o processo de demarcação, visto que o Estatuto não chegou a fazê-lo, apesar das garantias. Somente a partir da saída dos militares do poder em 1985 foi que outros rumos conduziram as políticas indigenistas. Neste contexto ganha destaque a CFB de 1988 e a Convenção n.169 aprovada durante a 76ª Conferência da OIT em

Genebra em 1989⁶⁶⁰. A CFB de 1988 ainda que apresente de forma mais explicativa apenas o Artigo 231,⁶⁶¹ trouxe renovações significativas no que tange aos direitos dos povos indígenas em relação ao Estatuto do Índio e às Constituições anteriores.

Primeiramente, a Constituição não estabelece critérios de classificação da condição indígena, segundo, delega capacidade jurídica aos povos indígenas com plena autonomia e usufruto de suas terras tradicionalmente ocupadas, destituindo a condição de “tutela” que marcou até 1988 a condição de “incapazes” juridicamente, como se fossem eternos seres pueris sem capacidade de discernimento individual ou coletivo. Ademais, dentre os sete incisos da Constituição, as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas se apresentam inalienáveis e indisponíveis, sendo os direitos sobre elas imprescritíveis. Cabe aos índios o “usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes” e o aproveitamento dos recursos naturais e energéticos só podem ser efetivados mediante autorização pelo Congresso Nacional e pela consulta às comunidades.

A Constituição assegura que não há possibilidades de remoção ou transferência de comunidades indígenas ou a destituição de autonomia jurídica sobre seus territórios, portanto, terra indígena demarcada e homologada pela presidência da República é irrevogável. A OIT 169 juntamente com a CFB de 1988 constituem-se como instrumentos de lei que reconhecem juridicamente a autonomia dos povos indígenas em detrimento da “tutela assimilacionista” que marcou o indigenismo e a atuação das agências indigenistas no Brasil até 1988.

Em meio às inconstâncias da agência indigenista e da própria política brasileira no pós 1940, o modelo de desenvolvimento econômico do Brasil envolveu nitidamente o indigenismo brasileiro.

⁶⁶⁰ Composta por 44 artigos, a Convenção esclarece o gozo pleno dos direitos humanos (sociais, econômicos e culturais) e liberdades fundamentais sem obstáculos e sem discriminação, reconhece e visa proteger os valores, as práticas (sociais, culturais, religiosas e espirituais) e as instituições dos povos indígenas e tribais tanto coletiva quanto individualmente. Dentre muitos direitos resguardados pela Convenção, se destacam àqueles referentes ao reconhecimento da autonomia em seus territórios tradicionais com vistas à garantir a proteção efetiva de propriedade e posse respeitando os direitos destes povos no que se refere a utilização, administração e conservação dos recursos naturais existentes em suas terras. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/OIT. Convenção n. 169. Sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/513>. Acesso em 25 jul 2013.

⁶⁶¹ Reconhece “[...] aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”.

Existia um descompasso entre o modo de vida dos índios e as intenções e práticas governamentais. De qualquer forma, o destino das populações indígenas já estava posto nas diretrizes do Regimento do SPI e nas políticas indigenistas adotadas pelos militares, assim se constituiu, às avessas, a integração dos índios aos modelos de desenvolvimento(tismo) do Brasil. A tutela da proteção e assistência aos índios se encaminhou cada vez mais para a administração do patrimônio indígena existente nos Postos com vistas a promover o financiamento de planos e programas da renda indígena e posteriormente, dos projetos de desenvolvimento comunitário em tempos de FUNAI. Na prática, couberam às agências indigenistas (SPI ou FUNAI) a gestão e a promoção do patrimônio indígena dos Postos. Aos índios, coube a negação destes processos e a emergência do movimento indígena no Brasil e no sul, tão bem apontado pelo historiador Clovis A. Brighenti em sua tese de doutorado.⁶⁶²

5.3 Grilagem, esbulho e espoliação aos índios do “Chapecósinho”

De acordo com um dos poucos documentos acessados e que retrata os conflitos, esbulhos, espoliações e grilagem da TI Xaçecó no período em que estava sob administração e tutela do governo do Estado de Santa Catarina, chamado *A questão das terras dos índios do Chapecó* de 31 de dezembro de 1923,⁶⁶³ o inspetor da 7ª Inspeção Regional do SPI de Curitiba, José Maria de Paula, descreve a denúncia efetuada pelo capitão cacique Kaingang Crispim Chaves e pelo cacique João Alípio a respeito da ação de posse de Eleutério Lemos – que além de realizar plantações, extração de erva-mate e construção de casa neste terreno – intitulava-se proprietário da fazenda “Chapecósinho” ao lado de José da Silva Carvalho, procurador dos herdeiros de José Joaquim Gonçalves, que outrora também se intitulou proprietário daquelas terras. Os herdeiros deste último alegavam que eram os donos das terras do “Chapecósinho” por conta de uma hipoteca de 1859, quando Francisco Manoel de Moraes deu como garantia parte das terras de matas e faxinais pelo empréstimo de 200 mil réis que deveriam ser pagos em “um mês”. Contudo, tal hipoteca nunca foi executada e nenhuma titulação comprova que tais terras pertenciam aos autores do litígio.

⁶⁶² BRIGHENTI, 2012, op. cit..

⁶⁶³ DOCUMENTO, *A questão das terras dos índios do Chapecó* de 31 de dezembro de 1923. Planilha 702, Microfilme 064, Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Os índios Kaingang afirmam, segundo o documento, que vêm sendo perturbados em seus trabalhos e na vida por Eleutério Lemos e coagidos por José da Silva Carvalho que declarava embargar os serviços dos índios naquele terreno e os intimava a arrendarem tais terras. O referido inspetor afirma no documento ter enviado um telegrama em 28 de maio de 1923 ao então governador do Estado de Santa Catarina, naquele momento, Antônio Pereira da Silva e Oliveira, procedido por Hercílio Luz, solicitando auxílio, e garante em palavras suas, o que coaduna com os princípios e diretrizes do SPI, que tais índios “[...] vivem pacificamente e labutam desde tempos muito remotos.”⁶⁶⁴ Em 12 de agosto de 1923, o inspetor afirma ter recebido um telegrama do cacique de Toldo Jacú, Crispim Chaves, que o informava que Eleutério Lemos invadira as terras para medi-las com agrimensor e o auxílio do delegado de polícia. O inspetor afirma aguardar retorno do governo do Estado para que “[...] esses pobres índios não fossem esbulhados dos terrenos, pela ganancia de aventureiros audaciosos.”⁶⁶⁵

Por outro lado, o impasse se evidenciou quando João Roberto Plens “invadiu” as terras de tais “titulares” por conta de arrendamento realizado a partir de um contrato feito com três indígenas do “Chapecósinho” em 1917 para fazer roça, criar animais, devastar matos, extrair madeiras e erva-mate. Os autores da ação de medição e posse por meio do Comissário de Terras e com o respaldo do Delegado de Polícia de Xanxerê buscavam “expulsar” de tais terras tanto o arrendatário José Roberto Plens quanto os indígenas do “Chapecósinho”. Neste contexto, surgiu outro representante dos herdeiros e dono de madeireira no Rio Grande do Sul, Alberto Berthier de Almeida,⁶⁶⁶ reivindicando tais terras. O inspetor do SPI demonstra claramente neste documento que tem conhecimento do Decreto da reserva de terras em 1902 e dos direitos de terceiros mencionados no mesmo, porém, em virtude de não se comprovar a titulação ou o usucapião destas terras, mostra-se preocupado com os possíveis conflitos entre índios e não índios no momento da medição destas terras e argumenta em defesa dos indígenas do “Chapecósinho”:

⁶⁶⁴ DOCUMENTO, A questão das terras dos índios do Chapecó de 31 de dezembro de 1923, p.02. Planilha 702, Microfilme 064, Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁶⁶⁵ DOCUMENTO, A questão das terras dos índios do Chapecó de 31 de dezembro de 1923, p.02. Planilha 702, Microfilme 064, Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁶⁶⁶ Em alguns documentos o sobrenome Berthier aparece escrito sem o “h”, Bertier.

A reserva dessas terras aos índios, em virtude do citado Decreto nº 7, ressalva, de facto, direitos de terceiros, mas é bem de ver quando estes sejam líquidos e não passíveis de contestação, como no caso presente.

As terras que o Estado do Paraná reservou aos índios, pelo citado Decreto nº7 de 18 de junho de 1902, eram, de facto, devolutas, ao tempo dessa reserva, visto como ninguém tinha obtido titulo de propriedade particular, pelos processos regulares admitidos em Lei, taes como: legitimação, compra ao Estado ou declaração de usocapião pela autoridade competente e pela forma legal.

E neste ultimo caso, se alguém ali pode allegar em seu favor o direito de usocapião, é inegável que este compete aos índios, que ali se estabeleceram e vivem em suas moradas e cultivando aquellas terras, desde tempos muito remoto e que se podem qualificar de imemoriaes; por quanto, contestavelmente, foram elles os primeiros habitantes daquellas terras.

Penso, portanto, Snr. Director, que, á vista do exposto, prevalece in-totum o direito dos indios a essa área, que esses Snrs pretendem medir summariamente, nem o indispensavel processo de legitimação, apoiando apenas o seu pretendido direito nas mencionadas, sentença e accordam, fundados por sua vez em provas e documentos, a meu ver, nullos de pleno direito.

As providencias que no momento podiam ser tomadas pela Inspectoria no sentido de evitar o conflicto, certo e eminente, entre aqueller índios e as turmas dos agremensores, por occasião do inicio da medição, já o foram pela acção do emissário desta Inspectoria, Snr. Ismael Martins, que ali em tempo o devidamente, attendeu esse caso; senquie que esta Inspectoria com verdadeiro sacrificio, pois não tem verba orçamentária para essas despezas, tem empregado todos os esforços possíveis, afim de defender e salvaguardar os interesses e direitos dos indios nessa questão.

Entendo, também indispensáveis o exame e revisão, por parte deste Serviço dos processo de legitimação das fazendas do “Marco ou

Pinheirinho” e “Alegre do Marco” que, segundo informa o Snr. Ismael, ali disseram-lhe, acharem-se dentro da área reservada para os índios pelo citado decreto nº 7 de 18 de dezembro de 1902, embora affirme o mencionado Snr. Comissário de Terras do 8º Districto, que a fazenda “Alegre do Marco” já foi legitimada em 1893.

[...]

*Cumpre-me lembrar-vos a necessidade de ser estabelecido, com a possível brevidade, um posto ou sub-posto deste Serviço naquella região,*⁶⁶⁷ afim de que possa ser normalizada a situação daquelles índios, não só quanto ao seu regimen de vida e de trabalho como também quanto as suas relações com os nacionaes seus visinhos e os que ali já se acham estabelecidos; sobre cuja permanencia naquellas terras, essa Directoria decidirá, em vista das informações do citado relatório do Snr. Ismael Martins.⁶⁶⁸

Nota-se que neste documento de 1923 o inspetor manifesta a necessidade de instalação de um posto ou sub-posto do SPI na TI Xaçecó, o que se efetivou apenas em 1941. As medições foram interrompidas, o que naquele momento significou apenas mais um tempo para novos atos de esbulho. O inspetor ressalva que as terras do “Chaçecósinho” tinham muitos pretendidos proprietários e que em virtude da ganância de aventureiros desalmados e da inconsciência do Governo, os índios são reduzidos a miséria, ao temor das violências, perseguidos e abandonam suas terras, plantações e criações. Transcrevo o desfecho do documento com as impressões do inspetor:

De fato, em começo de Dezembro, para aquella região seguio o mencionado Inspetor, tendo se entendido com os caciques Crispim Chaves e Alípio e tendo providenciado no sentido de serem respeitados os direitos e interesses dos índios, que então estavam intimados para se retirarem do terreno por um Snr. Fidencio de Mello, um dos muitos pretendidos proprietários daquellas terras.

⁶⁶⁷ Grifo para ressaltar a respectiva frase.

⁶⁶⁸ DOCUMENTO, A questão das terras dos índios do Chapecó de 31 de dezembro de 1923, p.10, 11 e 12. Planilha 702, Microfilme 064, Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Do que verificou o mencionado Inspetor naquella região, resulta a convicção plena que, de fatos, os índios ali são perseguidos não só com consentimento mas até com a comparticipação ostensiva da autoridade policial; sendo evidente o intuito de fazel-os abandonar, pelo temor das violências, como já quase todos vão abandonando, não só o terreno, como ainda plantações e criação que possuem, ficando assim espoliados e roubados não só nas terras que em direito lhes pertencem como até nos fructos de seu trabalho de tantos annos, reduzidos a miseria pela ganancia de aventureiros desalmados e pela inconsciência dum Governo que, a cumpri o seu dever, fasendo Justiça, prefere galardoar apanigoados políticos com terras, arrancadas pelo terror e pela violência aos pobres índios, cujos clamores, embora reforçados desasombradamente por esta Inspetoria, ainda não encontraram acho nesse Justiça. A cuja sombra se está praticando o mais revoltante dos esbulhos.

Vou, entretando, apellar para a Justiça Federal, dirigindo ao Snr. Procurador da República, na secção de S. Catharina, uma representação, devidamente documentada, afim de que aquella autoridade providencie no sentido de cessarem essas perseguições dos pobres índios e que haja alguma garantia para as suas vidas e propriedades. Inspetoria em Curitiba, 31 de Dezembro de 1923, José Maria de Paula, Inspetor.⁶⁶⁹

As pressões de posseiros e a grilagem da terra prosseguiram após estes conflitos de 1923, Berthier de Almeida, qualificado por Silvio Coelho dos Santos como um rico comerciante do Rio Grande do Sul que expandira seus interesses para a região oeste de Santa Catarina, com a alegação de possuir uma gleba de terras (dentro da TI Xapecó, adquirida pela compra) se manteve até meados do século XX reivindicando, por meio do governo estadual e com a conivência do SPI, em alguns momentos, a possessão das terras do Chapecozinho. Santos afirma que os interesses de Berthier se efetivaram com a autorização judicial para

⁶⁶⁹ DOCUMENTO, A questão das terras dos índios do Chapecó de 31 de dezembro de 1923, p.13. Planilha 702, Microfilme 064, Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

medir 3 mil alqueires de terras, ou 7.260 ha, dentro da área reservada aos índios que somavam 50 mil ha.⁶⁷⁰

Para o juiz Antonio Selistre de Campos, o desfecho de 1923 que proporcionou a medição das terras com a chancela do Governador do Estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, em 1º de dezembro de 1927, apesar de não ter originado título de propriedade para os autores da ação, também não significou o desinteresse e a desistência da posseção do “Chapécósinho”.⁶⁷¹ Os interesses sobre as terras indígenas se justificam com a progressiva valorização da terra e, sobretudo, em virtude do potencial madeireiro.

As terras tinham pouco valor, a indústria da madeira estava em crise e alguns anos passaram, mas este panorama pouco depois transformou-se: uma colônia de 10 alqueires, que valia 2.000 cruzeiros, hoje custa 15.000, um milhão de m² custa Cr\$60,000,00; um pinheiro, que se comprava por três ou quatro cruzeiros, hoje custa 80.⁶⁷²

É necessário considerar que até o Decreto n.5.484, de 27 de Junho de 1928 que “*Regula a situação dos índios nascidos no território nacional*”,⁶⁷³ as terras ocupadas pelos índios, conseqüentemente, sem titulação, eram compreendidas como devolutas e de posse dos Estados, estando à mercê da prática de usucapião, da grilagem e da ação de posseiros. Em 1928 as terras pertencentes aos Estados passam ao domínio da União, mas foi a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, a partir do Artigo 129: “Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem, permanentemente

⁶⁷⁰ SANTOS, Silvio C. dos. *Indigenismo e expansão capitalista: faces da agonia Kaingang*. Trabalho apresentado como requisito ao concurso de professor titular em Antropologia na UFSC, 1979. p. 27 – 29.

⁶⁷¹ CAMPOS, Antonio S. de. O Serviço de Proteção aos Índios passa a ser de perseguição aos índios de Chapécósinho. *A Voz de Chapécó*, ano II, 24 out.1948, n. 206. Chapécó, Santa Catarina. *Cadernos do CEOM*. A voz de Chapécó: artigos de Antonio Selistre de Campos: 1939 – 1957. Chapécó: Argos, 2004. p. 61 – 63.

⁶⁷² CAMPOS, 2004, p. 62.

⁶⁷³ BRASIL, Decreto n. 5.484, de 27 de Junho de 1928. *Regula a situação dos índios nascidos no território nacional*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html> Acesso em: 10 jul 2014.

localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.”⁶⁷⁴ que a situação dos índios em terras devolutas deixou a inconstância legal. A posse dos índios “poderia” ser respeitada e legitimada legalmente.

De acordo com o documento de 18 de dezembro de 1933, redigido pelo escriturário Guimorvan de Araújo Winckler, fez-se uma audiência pública e preparatória para a demarcação das terras, por intermediação do engenheiro Luiz Paulo Dinis Carneiro, representante da capital da República.⁶⁷⁵ Nesta audiência encontravam-se as partes interessadas nas terras do “Chapecósinho”, o Sr. Alberto Berthier de Almeida, o Sr. Epaminondas Ribas, o Sr. Antonio Rebolho e procurador do Sr. Fidêncio de Souza Melo Filho, o Sr. Major dos índios Francisco Patrício, o Sr. Capitão dos índios Domingo Jacinto, o Sr. Tenente dos índios do Toldo Jacú Pedro Inácio e o Sr. Tenente dos índios do Toldo Banhado Grande Alfredo Fernandes.

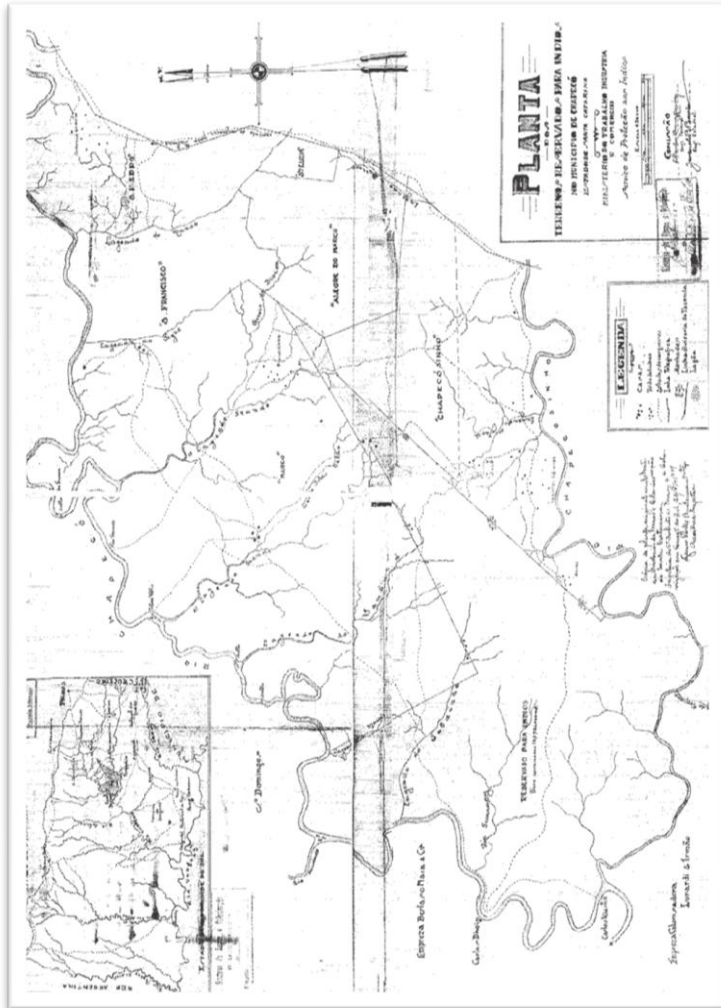
Ainda hoje na TI Xaçecó existe entre os Kaingang as funções de capitão e major. A concessão destas “patentes” aos líderes indígenas tornou-se uma prática corrente pelos governos provinciais do Brasil meridional ao longo do século XIX, visto que o acordo com grupos de índios possibilitava que se consolidassem as frentes de povoamento nos campos e fronteiras ao oeste. A aliança com grupos indígenas permitia a instalação de aldeamentos para a civilização, como também o auxílio bélico em relações aos grupos “selvagens”, “hostis” e “bravios” que confrontavam em território.⁶⁷⁶

⁶⁷⁴ BRASIL, Decreto Legislativo n. 6, de 1935, de 16 de julho de 1934. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm Acesso em: 10 jul 2014.

⁶⁷⁵ DOCUMENTO, Audiência Pública de 18 de dezembro de 1933, Fundo Antonio Selistre de Campos, CEOM, Chapecó.

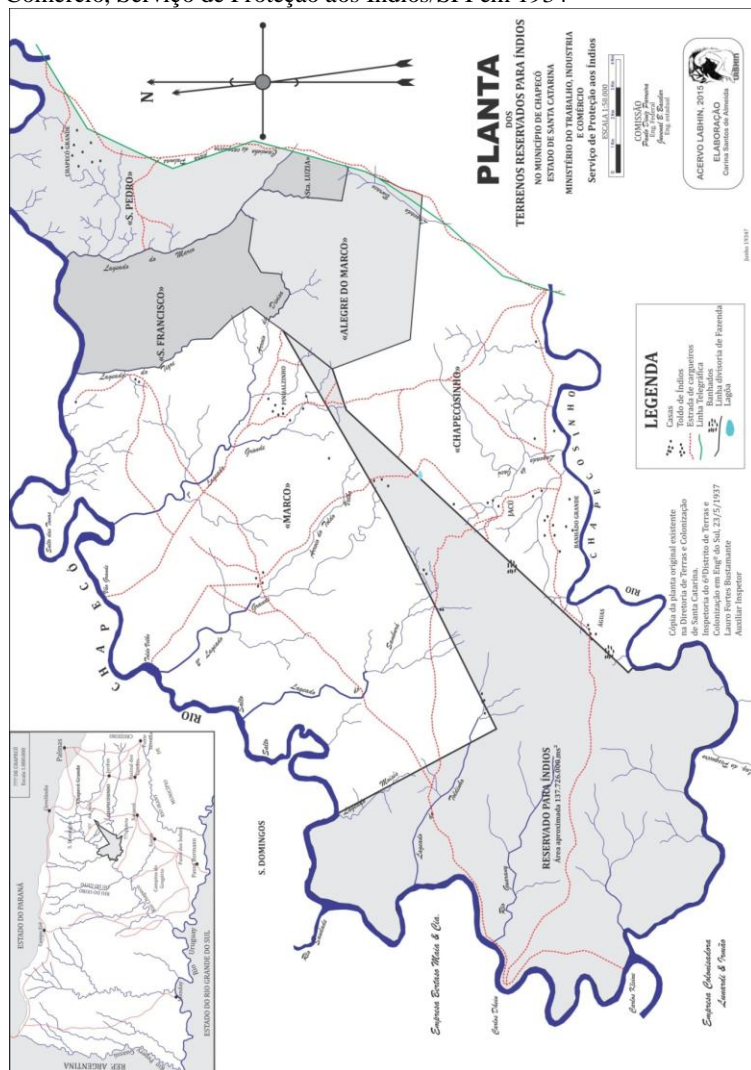
⁶⁷⁶ O ofício do Capitão Comandante do destacamento de Palmas, região na qual as terras dos índios do Xaçecó estão inseridas, Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira ao Presidente da Província de São Paulo evidencia o descrito: “No dia 20 de Outubro p.p. chegou o índio Vitorino que lhe dei o posto de Capitão em nome do Ilmo Sr. Presidente desta Província, e ele nomeou ao índio Virí Tenente, o Mathias Alferes, e Manoel Sargento de sua companhia, que se compõe de 16 a 20 armas [...] Me dizem os índios querem armas de fogo, e munição, assim como ferramentas para trabalhar.” Palmas, 02 de novembro de 1840, Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo. Caixa 230, pacote I, Documento 44, Ordem 1025. Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo.

Figura 12: Planta dos terrenos reservados para os índios, no município de Chapecó (SC), elaborada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço de Proteção aos Índios/SPI em 1934



Fonte: PLANTA, Terreno Reservado para os Índios, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço de Proteção aos Índios em 1934, Microfilme 379. Fundo SPI, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Mapa 19: Reelaboração da Planta dos terrenos reservados para os índios, no município de Chapecó (SC) elaborada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço de Proteção aos Índios/SPI em 1934



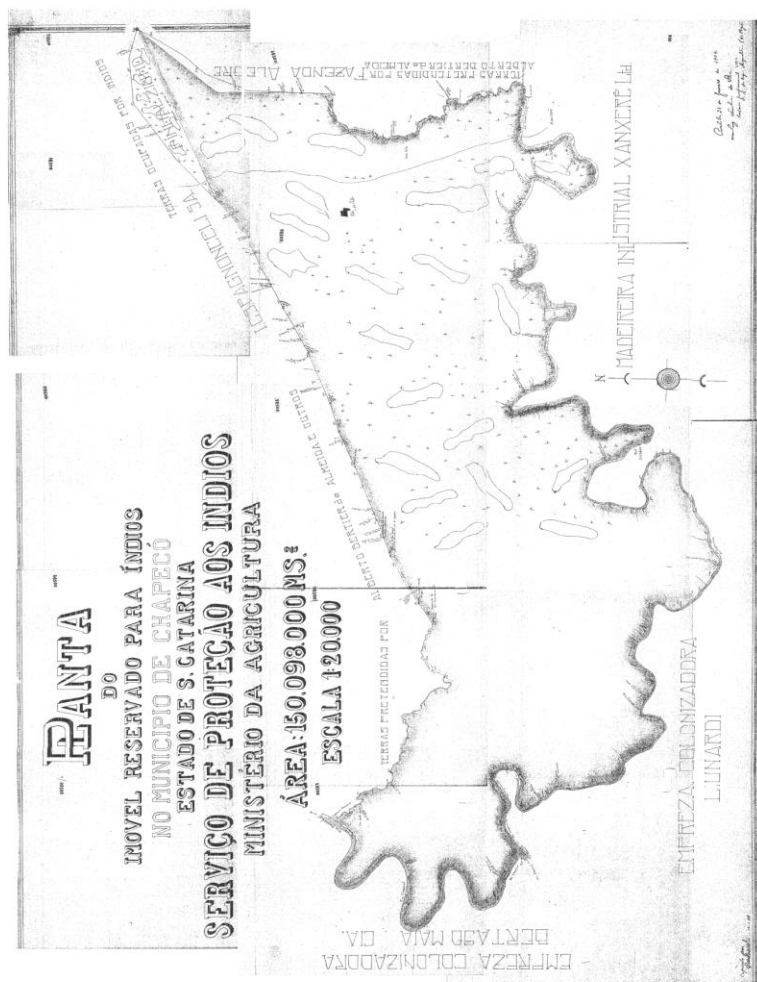
Fonte: Reelaborado por Carina S. de Almeida a partir de PLANTA, Terreno Reservado para os Índios, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço de Proteção aos Índios em 1934, Microfilme 379. Fundo SPI, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Segundo um documento escrito pelo juiz Antonio Selistre de Campos – num “modesto trabalho de recapitulação histórica” sobre a espoliação a que estavam sofrendo os indígenas do “Chapecósinho” –, na mencionada audiência pública redigida pelo escrivão Guimorvan de Araújo Winckler, apesar dos indígenas envolvidos terem aceitado que as partes interessadas requeressem a titulação de terras no “Chapecósinho”, tal acordo não foi aceito pela maioria dos índios aldeados, tendo dois índios, João Albino e Pedro Luiz, procurado o juiz de Direito da Comarca de Xanxerê para questionar se deveriam retirar-se ou tinham direito a permanecerem em suas terras. Tal juiz lhes confirmou que somente sairiam se assim desejassem, neste sentido, os dois representantes dos índios do “Chapecósinho” retornaram aos seus Toldos Jacú e Banhado Grande, reuniram todos os índios aldeados de todos os Toldos e depuseram as autoridades indígenas que haviam concordado com tal resolução em audiência.⁶⁷⁷

Com a audiência pública realizada, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) mandou seguir com a medição das terras, assim, o dito engenheiro enviou o mapa e o memorial. A Figura 12 apresenta a “Planta dos terrenos reservados para os índios”, com a medição e delimitação das terras do “Chapecósinho” e do entorno, elaborado pelo respectivo ministério no ano de 1934. O Mapa 19 representa a reelaboração desta “Planta” e permite perceber melhor tais limites das terras do “Chapecósinho” e do entorno. Contudo, o SPI, subordinado a este ministério, não aceitou e contestou essa medição, permanecendo o caso sem solução. Assim, segundo Selistre de Campos, continuaram ocorrendo vários “incidentes” entre índios e não índios, mas os Kaingang permaneciam residindo no “Chapecósinho”.

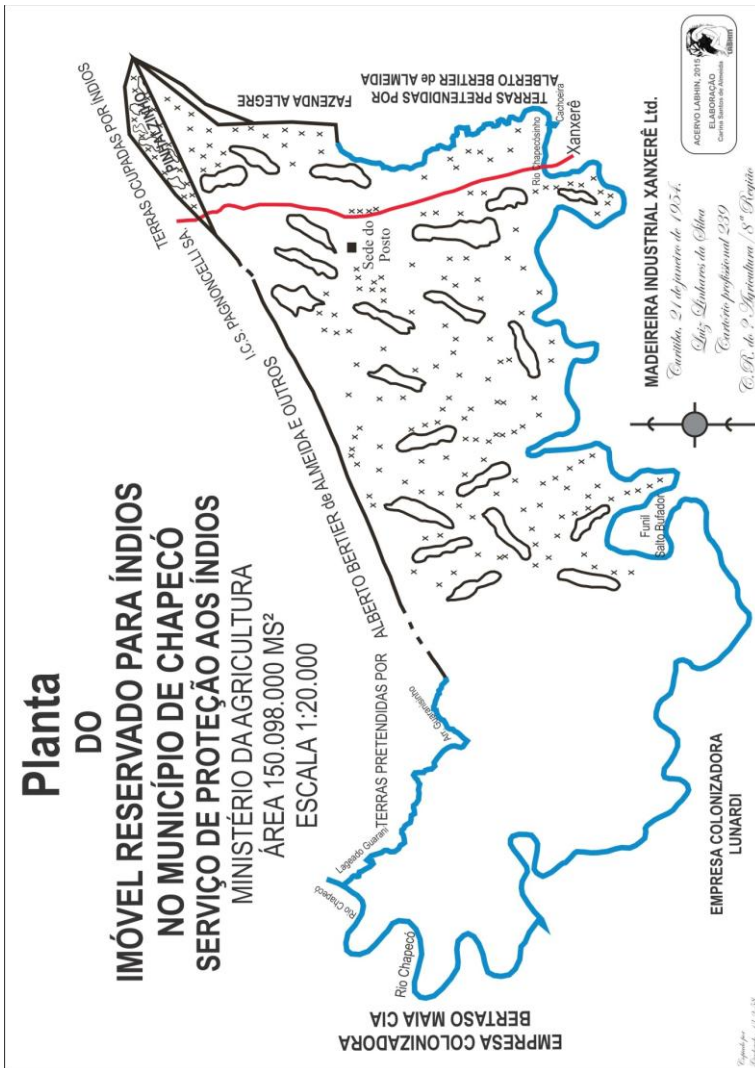
⁶⁷⁷ RELATO, Selistre de Campos, documento sem data, Fundo Antonio Selistre de Campos, CEOM, Chapecó.

Figura 13: Planta do imóvel reservado para os índios, estado de Santa Catarina, Serviço de Proteção aos Índios/SPI, Ministério da Agricultura, de 1954



Fonte: PLANTA, Imóvel Reservado para os Índios, Estado de Santa Catarina, Serviço de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura, de 21 de janeiro de 1954, Documento 00787 ou 00588 ao 00806 ou 00607, Microfilme 322. Fundo SPI, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Mapa 20: Reelaboração da planta do imóvel reservado para os índios, estado de Santa Catarina, Serviço de Proteção aos Índios/SPI, Ministério da Agricultura, de 1954



Fonte: Reelaborado por Carina S. de Almeida a partir de PLANTA, Imóvel Reservado para os Índios, Estado de Santa Catarina, Serviço de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura, de 21 de janeiro de 1954, Documento 00787 ou 00588 ao 00806 ou 00607, Microfilme 322. Fundo SPI, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Em 1948, por conta da valorização das terras e ressurgimento de interesse pelas partes no litígio, um funcionário do SPI chamado Cildo Meireles veio ao “Chapecósinho” estudar o “caso Berthier versus índios do Chapecósinho”, e juntamente com um consultor jurídico do Estado de Santa Catarina acordaram um “convênio”. Esse convênio ratificava a audiência de 1933 que garantia a posse de terceiros dentro da terra Kaingang. Tal convênio contou com a ajuda do agente encarregado do SPI no PI Xaçecó, Wismar da Costa Lima, que justificou sua ação com a seguinte narrativa:

[...] tenho procurado unicamente morigerar os hábitos perniciosos de nossos índios naquela região, onde campeia os maus vícios do célebre “Contestado”, e onde a melhor virtude é saber manejar um revolver. Enquanto permanecer neste Posto, embora com o risco da própria vida e de meus filhos, haverei, dignamente, de seguir o nóbre lema do S.P.I. e fazer do índio um elemento produtivo à si e a própria pátria.⁶⁷⁸

Para contestar este “convênio fantasma” conforme qualificou o juiz Selistre de Campos, alguns indigenistas locais solicitaram, dentre eles o mencionado juiz, ajuda ao vice-presidente da República Nereu Ramos, ainda ajuda da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e da Câmara dos Vereadores de Chapecó que interviram junto ao General Cândido Rondon, então presidente do CNPI, bem como ao então diretor do SPI Modesto Donatini Dias Cruz⁶⁷⁹ e, afora ajuda ao deputado estadual Cid Loures Ribas.⁶⁸⁰

De acordo com Selistre de Campos, coube ao inspetor substituto da IR7 do SPI, Deocleciano de Sousa, no decorrer da década de 1950, resolver o impasse entre Berthier e os Kaingang do Xaçecó. Assim, “Nenê”, como era conhecido o inspetor da IR7, procurou “[...] abrir mão de uma parte das terras reservadas aos Índios, em favor do Estado de Santa Catarina, para que seja expedido um Título de Propriedade a favor dos Índios, por intermédio do S.P.I.”, conforme narrou Selistre de

⁶⁷⁸ OFÍCIO, n. 24 enviado por Wismar Costa Lima ao Sr. Lourival da Mota Cabral, em 25 de maio de 1949, Diretor da 7ª Inspetoria Regional do S.P.I., Curitiba. Fundo SPI, Planilha 703, Microfilme 064, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁶⁷⁹ O diretor do SPI, Modesto Donatini Dias Cruz, visitou a TI Xaçecó no ano de 1947.

⁶⁸⁰ DOCUMENTO, Rápido Esforço Histórico de 13 de abril de 1952, Fundo Antonio Selistre de Campos, CEOM, Chapecó.

Campos.⁶⁸¹ Dessa resolução, provavelmente surgiu como resultado a “Planta do imóvel reservado para os índios do Estado de Santa Catarina”, Serviço de Proteção aos Índios, elaborada pelo Ministério da Agricultura, em 1954 (Figura 13). Ademais, o Mapa 20 representa uma reelaboração a partir desta “Planta” para promover a melhor visualização dos detalhes e informações contidas no documento original.

Desde a fundação do jornal *A voz de Chapecó*, em 1939, no qual participou até seu falecimento em 1957, o juiz Selistre de Campos sempre denunciou em jornais e procurou intervir na defesa dos que ele chamava de nossos “humildes silvícolas”.⁶⁸² Em uma carta enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina, Irineu Bornhausen, datada de 15 de janeiro de 1953,⁶⁸³ bem como em outra enviada ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), de 30 de janeiro de 1957,⁶⁸⁴ o juiz narrou a espoliação que os índios Kaingang estavam sofrendo, o processo de litígio e o interesse que as terras indígenas despertavam nos posseiros. Ainda que sua morte tenha ocorrido em 1957 e o retorno de suas cartas não tenha chegado, ou pelo menos não se sabe se foram respondidas, a luta pela terra Kaingang do “Chapecósinho” permaneceu.

O PI Xaçecó instalado em 1941 sob a tutela e pressupostos do SPI buscava a suficiência econômica por meio da emancipação e incorporação à sociedade brasileira. Para o SPI, a função educacional e orientadora dos índios não se baseava apenas em “[...] amar a bandeira e a cantar o hino [...]”, mas em ensinar trabalhos e ofícios “civilizados” bem como ajudar “[...] no estabelecimento econômico ligado a terra [...]”.⁶⁸⁵ De acordo com o Decreto n. 10.652, 16 de outubro de 1942, os fins do órgão eram:

⁶⁸¹ DOCUMENTO, Rápido Esforço Histórico de 13 de abril de 1952, Fundo Antonio Selistre de Campos, CEOM, Chapecó.

⁶⁸² CAMPOS, Antonio S. de. *A tragédia do Índio*. *A Voz de Chapecó*, ano VII, 3 jul. 1949, n. 242, Chapecó, Santa Catarina. Cadernos do CEOM, *A voz de Chapecó*: artigos de Antonio Selistre de Campos: 1939 – 1957. Chapecó: Argos, 2004. p. 78. CAMPOS, Antonio Selistre de. *Pinhalzinho*. *A Voz de Chapecó*, ano VIII, 2 out. 1949, n. 255, Cadernos do CEOM, *A voz de Chapecó*: artigos de Antonio Selistre de Campos: 1939 – 1957. Chapecó: Argos, 2004. p. 88.

⁶⁸³ DOCUMENTO, Exmo Sr. Irineu Bornhausen, D. Governador do Estado, 15 de janeiro de 1953, Chapecó. Fundo Antonio Selistre de Campos, CEOM, Chapecó.

⁶⁸⁴ DOCUMENTO, Exmo Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Digníssimo Presidente da República, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1957. Fundo Antonio Selistre de Campos, CEOM, Chapecó.

⁶⁸⁵ BOLETIM INTERNO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO. Ministério da Agricultura. Boletim n.10, 30 set. 1942. p. 01. Acervo bibliográfico e documental do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Promover em colaboração com os órgãos próprios, a exploração das riquezas naturais, das indústrias extrativas e quaisquer outras fontes de rendimento, relacionadas com o patrimônio indígena, ou dela proveniente, no sentido de assegurar, quando oportuno, a emancipação econômica das tribus.⁶⁸⁶

O chefe do posto indígena do SPI tinha como função, em todos os postos, manter os índios aldeados por meio de normatização e “proteção” e ainda ser responsável pela organização e promoção do trabalho agrícola e pecuário. Os postos indígenas no Brasil deveriam alcançar a auto-subsistência, o que significava além da produção de alimentos para o consumo dos aldeados, ainda o cultivo de roçados para o posto e comercialização regional. Neste contexto, aos poucos parte das terras dos indígenas passou a ser arrendada para “colonos” não indígenas ou ainda para posseiros que circundavam as terras do “Chapecosinho”.

A atuação do SPI nas terras do “Chapecosinho” se estendeu de 1941 até 1967, quando a FUNAI assumiu a coordenação das políticas públicas aos índios. Ao exemplo dos outros postos indígenas no sul do Brasil, o SPI na TI Xaçecó fundamentou suas políticas a partir da auto-subsistência – sobretudo por não ter recursos orçamentários para a promoção das terras indígenas – a partir da agricultura (plantação de trigo, milho, alfafa, feijão e, sobretudo soja) e arrendamento de terras a terceiros, da pecuária (com menor expressão) e da extração e comercialização dos recursos naturais (erva-mate, pinheiros e outras madeiras de lei). Estes foram os pilares da atuação indigenista do SPI na região sul, reformulados e solidificados pela FUNAI, atualmente, a “parceria” representa os resquícios dessa atuação das políticas indigenistas na TI Xaçecó, pois a extração e comercialização de recursos florestais foram embargados na década de 1980 pela Polícia Federal (PF).

O processo de titulação da TI Xaçecó foi completado em 1959 e seu devido registro de imóvel competente em 1965 (Figura 14 e 15). A certidão foi expedida pelo Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê em 3 de agosto de 1979 e mensurada em 15.009,900 ha. A demarcação

⁶⁸⁶ BOLETIM INTERNO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO. Ministério da Agricultura. Boletim n.30, 31 mai. 1944. p. 01. Acervo bibliográfico e documental do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

administrativa pela FUNAI somente foi homologada pelo Presidente da República pelo Decreto n. 297, 29 de outubro de 1991, porém, com um acréscimo no tamanho, passando de 15.009, 900 para 15.623,9581 ha. Assim, o Processo 1240 de 1989, consultado na Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação (DPT/DOC), Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília, afirma que a terra se origina de duas glebas contínuas, sendo a primeira adquirida legalmente em 02 de outubro de 1965 do Instituto de Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina (IRASC), por Cr\$ 500 cruzeiros (Figura 4 e 5), e, a segunda gleba, denominada “Pinhalzinho”, tendo sido adquirida do “Comércio e Indústria Saulle Pagiocelli”.

A Área Indígena Xapecó é composta por duas glebas contínuas, a primeira denominada Posto Indígena “Dr. SILVESTRE CAMPO” [*Dr. Selistre de Campos*] adquirida em 02 de outubro de 1965 do Instituto de Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina – IRASC, e a segunda então denominada de PINHALZINHO, adquirida do Comércio Indústria SAULLE PAGIOCELLI.

A terra em questão, é de domínio das comunidades Indígenas Kaingang e Guarani, assegurada aos silvícolas pelo Artigo 32 da Lei n.º 6.001 de 19 de dezembro de 1973, tem a superfície de 15.623,9581 ha [...] destina-se não só a preservar o habitat tradicional e permanente dos grupos Kaingang e Guarani como também garantir-lhes a subsistência, cuja posse está assegurada aos índios pelo art. 231 e parágrafos da Constituição Federal.⁶⁸⁷

⁶⁸⁷ PROCESSO, 1240/1989, Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Processo acessado na Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

Figura 14: Registro do imóvel das terras dos índios do “Posto Indígena Dr. Selistre de Campos”, processo no IRASC

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Cidadão *Norberto Brand* Presidente do Instituto de Reforma Agrária


Faço saber que tendo *Serviço de Proteção aos Índios* comprado do Estado uma área de terras de *1.50.098.000,00m²* ta milhões, noventa e oito mil mts. quadrados e perímetro total de *95.235,00* metros lineares (noventa e cinco mil, duzentos e trinta e cinco mts. lin.) situada no local denominado *Posto Indígena Dr. Selistre de Campos* Distrito de *Apucarana* e Município de *Apucarana* confrontando ao

NORTE - *Alberto Berthier de Almeida e outros, I.C.S. Agnoricelli 3/7 e Lag. Ybarani*

SUL - *Rio Chapecó, Cunha e Silva, Colômbia e Cunha e Silva, Indústria e Comércio Ltda.*

LESTE - *Alberto Berthier de Almeida e Fazenda Alegre*

OESTE - *Rio Chapecó, Cunha e Silva, Colômbia e Cunha e Silva*



ESTADO DE SANTA CATARINA

todo conforme consta da planta e memorial de medição e demarcação, ora arquivados no IRASC, recebida que foi a

Fonte: PROCESSO, 2221/1997, 1º volume, Fl. 040. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Processo acessado na Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

Figura 15: Cópia do registro do imóvel das terras dos índios do “Posto Indígena Dr. Selistre de Campos”, 16 de outubro de 1965, adquirida do IRASC

REP. DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Registro de Imóveis

Estado de Santa Catarina Comarca de Xanxerê

Chapeco
 Romeu Scirea
 Tabela e Oficial do Registro de Imóveis, Hipotecas e ônus da Comarca de Xanxerê, etc.

Proc. n.º 2221/97
 Fis. 042
 Rubrica [assinatura]

Maria R. Scirea
 Escrevente Juramentada

Certifico que às fls. 213 do livro n.º 3 D foi transcrita hoje, sob n.º 7.458, a Título Definitivo

do imóvel seguinte: consta: - UNA ÁREA de terras com 150.098.000 m2, com o perímetro total de 95.235 metros lineares, situada no local denominado Posto Indígena "Dr. Selistre de Campos", distrito e Município de Xanxerê, confrontando ao NORTE- Alberto Berthier de Almeida e outros, I.C.S. Pagnocelli S/A e Lageado Guarani, SUL- rio Chapecozinho, Emp. Colonizadora Lunardi e Madeiras Industrial Xanxerê Ltda., LESTE- Alberto Berthier de Almeida e Fazenda Alegre e OESTE- rio Chapeco, rio Chapecozinho e Emp. Colonizadora Lunardi, cujo título foi expedido em 2 de Outubro de 1.965, pela IRASC, sendo:-

TRANSMITENTE:- INSTITUTO DE REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 ADQUIRENTE:- SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, representando a tribo "Cairanguê"

Valôr:- Cr\$ 500 (quinhentos cruzeiras)
 CONDIÇÃO:- As do título
 R. ANTERIOR:- Não consta

Reconhecido em público e a firma
 [assinatura] Romeu Scirea
 do que dou fé
 Certifico, de [assinatura] de 1965
 Em [assinatura] de [assinatura]
 [assinatura]

O referido é verdade e dou fé

Xanxerê, 16 de Outubro de 1965

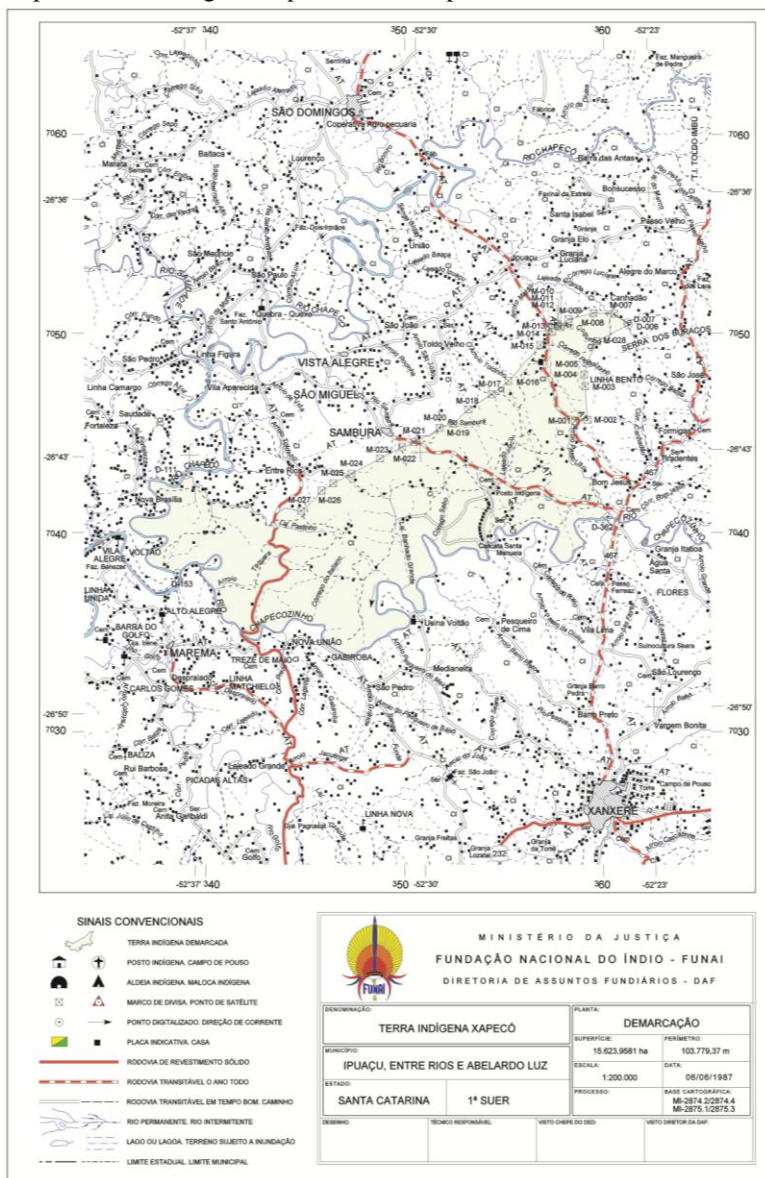
Firma Tabela e Oficial do Registro de Imóveis, Hipotecas e ônus da Comarca de Xanxerê, etc.
 RECONHECER NO TABELIONATO [assinatura] VEIGA
 A [assinatura] [assinatura] S. PAULO
 FIRMADO PENAFIL
 CUIDADOR, 66 - RIO
 FIRMADO [assinatura] [assinatura]
 Rua 3 de Dezembro, 64 - S. Paulo

Firma Tabela e Oficial do Registro de Imóveis, Hipotecas e ônus da Comarca de Xanxerê, etc.
 Rua Trejano, 35 - Fpolis

XAPECO - 49 DL

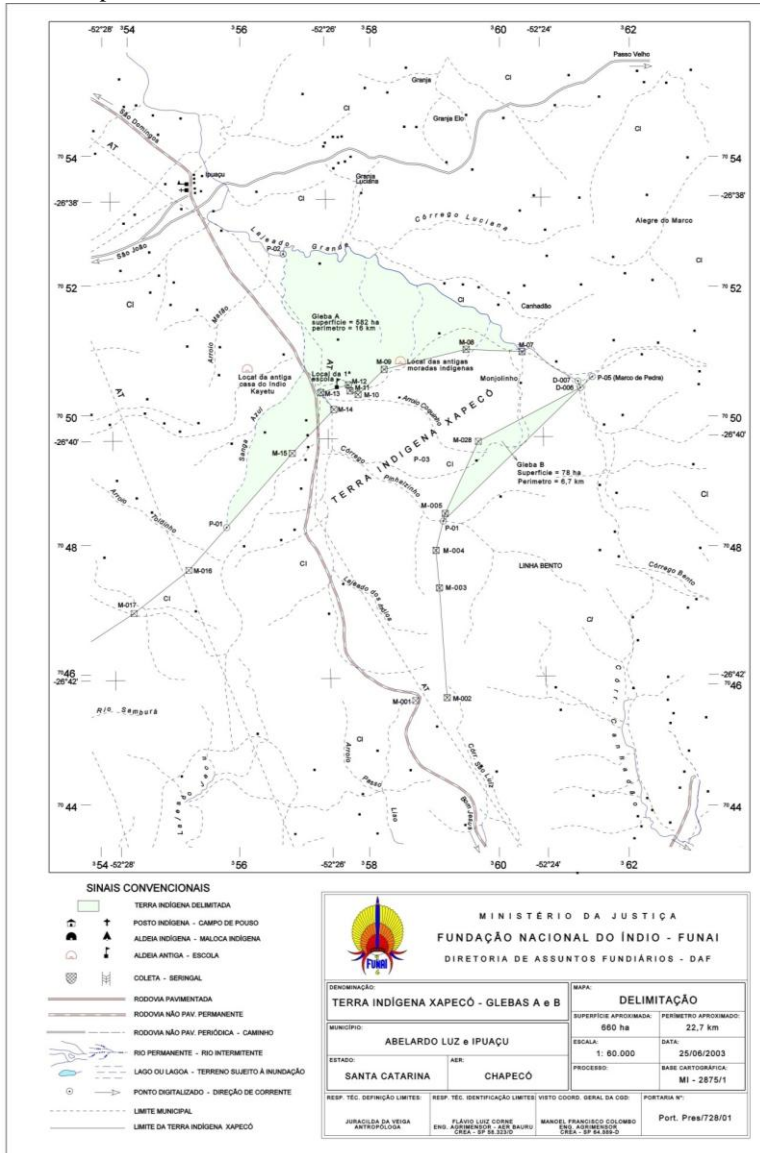
Fonte: PROCESSO, 2221/1997, 1º volume, Fl. 042. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Processo acessado na Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPI/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

Mapa 21: Terra Indígena Xapecó elaborado pela FUNAI em 1987



Fonte: Coordenação Geral de Gestão Estratégica/CGGE, FUNAI, Brasília. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Mapa 22: Terra Indígena Xaçepó Glebas A e B, Canhadão e Pinhalzinho, elaborado pela FUNAI em 2003



Fonte: Coordenação Geral de Gestão Estratégica/CGGE, FUNAI, Brasília. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Os Mapas 21 e 22 foram elaborados pela FUNAI e apresentam respectivamente a TI Xaçecó (1987) e as Glebas A e B, Canhadão e Pinhalzinho (2003). Ambos foram acessados na Coordenação Geral de Gestão Estratégica/CGGE/FUNAI, Brasília. A TI Xaçecó está homologada, porém, as Glebas A e B estão declaradas e aguardam a resolução e definitiva homologação.

A despeito da titulação e registro das terras Kaingang do Xaçecó ter se consolidado – e estes indígenas terem conseguido se manter em parte de seu território conquistado no início do século XX –, outros enfrentamentos surgiram no transcorrer dos noventa. Ainda que os Kaingang cultivassem lavouras, criassem animais e extraíssem erva-mate e madeiras de lei, os relatórios do PI Xaçecó muitas vezes descrevem a miséria e as péssimas condições de vida em que viviam os Kaingang. A permanência no território, somada às transformações no modo de vida e no *habitus* social como a obrigatoriedade da escolarização em língua portuguesa,⁶⁸⁸ a catequização,⁶⁸⁹ as novas formas de alimentação e o contato com doenças,⁶⁹⁰ o trabalho regular e

⁶⁸⁸ A educação e a língua portuguesa foram suportes para atingir a integração dos indígenas Kaingang, em 1937 foi fundada a primeira escola na TI Xaçecó, Escola Banhado Grande. SALVARO, Talita D.. *De geração em geração e o lápis na mão: o processo de revitalização da língua Kaingang na educação escolar indígena/Terra Indígena Xaçecó* – SC. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina/PPGH-UFSC. Florianópolis, 2009.

⁶⁸⁹ De acordo com Wilmar da R. D'Angelis a “conquista espiritual” dos Kaingang iniciou com uma antiga redução que atendeu aos Gualachos – um grupo Jê da família Kaingang –, Nuestra Señora de la Concepción de los Gualachos, na região do alto rio Piquiri e, posteriormente, com outra que atendeu aos Coroados nas margens do rio Tibagi (rios que se localizam no território do Estado do Paraná), denominada de Nuestra Señora de la Encarnación, no século XVII; e, talvez ainda, a de los Arcángeles. Por outro lado, com a expulsão da Ordem Jesuíta do Brasil na segunda metade do século XVIII, a ação missionária dos capuchinhos retomou a propagação da fé católica e catequização a partir do Decreto n. 426 (24/07/1845) que estabeleceu o “Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios”. No século XX, as relações religiosas se complexificam, sobretudo com a instalação da Igreja Batista na Terras Indígena Xaçecó no final de 1940 e início de 1950. De acordo com o estudo do antropólogo Ledson K. de Almeida, neste limiar de século XXI a Terra Indígena Xaçecó conta com a influência e atuação, além da Igreja Católica, das seguintes denominações não-católicas: Assembléia de Deus, Assembléia de Deus da Missão, Assembléia de Deus Pentecostal do Brasil, Batista, Cadeia da Prece, Deus é Amor, Quadrangular, Só o Senhor é Deus, Unidade de Jesus e Visão Missionária. D'ANGELIS, 2003, op. cit.; D'ANGELIS, 2006, op. cit., p. 269. ALMEIDA, Ledson K. de. *Análise antropológica das igrejas cristãs entre os Kaingang baseada na etnografia, na cosmologia e dualismo*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, PPGAS/UFSC. Florianópolis, 2004, p. 26-29.

⁶⁹⁰ A “comida do branco” ao longo do século XX foi substituindo a “comida antiga”, pensada como a “comida forte”, assim, a “comida fraca”, ou a comida atual, de influência não-indígena, muitas vezes é associada à susceptibilidade às doenças, em virtude de que para a constituição

normatizado nas lavouras extensas do posto permitiram que a lógica da sociedade “civilizada” transformasse o cotidiano Kaingang. Garantir o território certamente é condição *sine qua non* para a sobrevivência dos povos indígenas, porém, consentir o usufruto do espaço aos indígenas brasileiros garantidos pela CF de 1988, não significa dar condições sociais e culturais de vida aos povos indígenas no Brasil.

Apesar da década de 1940 ter inaugurado uma nova fase de tutela na TI Xapecó, esta veio a imprimir novas formas de exploração tanto dos indígenas quanto de suas terras. A inserção e a integração dos Kaingang da TI Xapecó à sociedade nacional em meados do século XX adquiriram outras performances. Se até o início deste século os indígenas foram impelidos a constituírem uma vida em aldeamentos de forma “civilizada” e, dessa forma, possibilitarem a ocupação das terras circundantes para a colonização, foi por meio de práticas de “integração” do órgão indigenista que estes indígenas se inseriram nos novos modelos de desenvolvimento nacional que ainda vigoram na contemporaneidade. Os índios no Brasil sempre foram ajustados pelas políticas indigenistas aos modelos e diretrizes de “progresso” e “desenvolvimento” promulgados pelos governos brasileiros.

A questão da integração, da aculturação e da assimilação indígena – temática de estudo de pesquisadores da história, da etnologia indígena e de outras áreas afins –, se tornou um grande dilema e objetivo a ser alcançado pelas políticas indigenistas brasileiras desde o Marquês de Pombal até a CFB de 1988. As práticas de intervenção conduziram os diferentes povos às novas formas de organização social, cultural e econômica. O SPI, a seu modo, buscou a aculturação e a assimilação do índio, com a FUNAI, o processo de integração à sociedade nacional alcançou seu ápice.

5.4 Os índios no Brasil: entre desenvolvimento e desmatamento

Nos auspícios da República a palavra de ordem foi o “progresso”. Tão logo vieram as transformações que delinearam os novos caminhos da economia nacional, a paisagem do Brasil também mudou, por sinal, em meio à Mata Atlântica, que parecia nunca acabar, surgiram povoações, vilas, lavouras, criações de gado, cidades e metrópoles interligados por trilhos e estradas. De forma sucinta, a sociedade

dos corpos, a “comida forte” (comida tradicional Kaingang) possibilitaria fortalecimento à saúde e a adequada fabricação dos corpos. OLIVEIRA, P., op. cit..

brasileira presenciou nos novecentos a derrocada da política do café-com-leite, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder central, a instalação de ditaduras e golpes de Estado, a defesa da industrialização, a implantação e consolidação de políticas intervencionistas pró-crescimento direcionadas a modernização da economia, bem como a disseminação de idéias nacionalistas e a adoção de políticas de desenvolvimentismo. Enquanto fenômeno histórico, foi a partir dos anos 1950 que o desenvolvimentismo brasileiro passou a se associar aos governos de Vargas e JK, contudo, os próprios militares ao tomar o poder mantiveram as políticas desenvolvimentistas. Na gênese do desenvolvimentismo estão experiências históricas que podem ser consideradas suas precursoras, como a defesa da industrialização, o intervencionismo pró-crescimento e o nacionalismo. Por sinal, o economista Paulo Cezar Dutra Fonseca afirma que as idéias de industrialização e intervencionismo pró-crescimento embora de forma fragmentária, estão presentes nos direcionamentos políticos e econômicos desde o Império, bem como o nacionalismo remonta ao período Colonial.⁶⁹¹

O historiador Caio Prado Jr. em seu clássico *História Econômica do Brasil* realizou uma análise crítico-marxista sobre as bases do desenvolvimento econômico brasileiro desde os tempos da condição de Colônia. Afirmou tacitamente que em 1930 não foi mais possível sustentar a economia bem como a vida do país dentro do antigo sistema produtivo tradicional, devido à “crise do nosso sistema colonial”: o país ingressava numa nova fase.⁶⁹² Para Prado Jr. o “modelo brasileiro de desenvolvimento” adotado a partir de Getúlio Vargas mantinha em suas raízes os “remanescentes do velho sistema da economia brasileira”: ajuste ao sistema internacional do capitalismo que se expressava na dependência e dificuldades atravessadas.

Certa aptidão econômica oriunda do modelo agrário-exportador não é apanágio do passado e da história do Brasil. Apesar desta inclinação, o país experimentou outros modelos de desenvolvimento sobretudo com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. O ano de 1930 representa o divisor de águas na história do Brasil visto que trouxe

⁶⁹¹ FONSECA, P. C. D.. Gênese e precursores do desenvolvimento no Brasil. *Revista Pesquisa & Debate*, PUC-SP, v.15, n.2 (26), p.225 – 256, 2004. Disponível em: http://www8.ufrgs.br/decon/publonline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Desenvolvimentismo.pdf. Acesso em: 02 out. 2014.

⁶⁹² PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 301

aceleração das mudanças sociais e políticas.⁶⁹³ A criação do MTIC como uma das primeiras medidas do governo Vargas já manifestava as diretrizes de desenvolvimento a partir de então.

A Era Vargas implantou um projeto de modernização pautado no nacionalismo e nos setores de base, assim, associava o nacional ao desenvolvimento de novas atividades econômicas como a industrial. Surge então o nacional-desenvolvimentismo. Ao vincular o interesse nacional ao desenvolvimento capitaneado pelo Estado, o nacional-desenvolvimentismo promulga a promoção de novas atividades econômicas, sobretudo as industriais com vistas à diversificação do mercado interno. O desenvolvimentismo se manteve na pauta das agendas governamentais desde Vargas até a “década perdida”, ou, até os anos de 1980, quando os militares saem do poder. Porém, há análises econômicas que acusam a presença deste modelo nas políticas econômicas brasileira da atualidade sob o título de “novo-desenvolvimentismo”.⁶⁹⁴

A dita “crise” econômica dos anos 1920 e 1930 foi a oportunidade para a mudança política, a retomada do projeto de industrialização do Brasil iniciada com o sistema republicano e a implementação de uma legislação trabalhista ainda hoje presente no país. O novo período (pós 1930) foi caracterizado pela definitiva transição de uma economia agroexportadora para uma economia urbano-industrial, caracterizada por Celso Furtado como o “deslocamento do eixo dinâmico”,⁶⁹⁵ quando se desenvolveu a industrialização por substituição de importações⁶⁹⁶ no contexto do chamado nacional-desenvolvimentismo.⁶⁹⁷ A industrialização alavancou o crescimento da economia brasileira e trouxe renovações singulares. Na

⁶⁹³ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

⁶⁹⁴ Para maior compreensão sobre o “novo-desenvolvimentismo” ver: FONSECA, P. C. D.; MOLLO, Maria de Lourdes R.. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Revista de Economia Política*, vol. 33, n. 2 (131), p. 222 – 239, abril-junho/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a02v33n2.pdf>. Acesso em: 02 out. 2014.

⁶⁹⁵ Para compreensão sobre o “deslocamento do eixo dinâmico” ver a obra: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 11 ed. São Paulo: nacional, 1971.

⁶⁹⁶ “A industrialização brasileira é conhecida como industrialização por substituição de importações porque passou a produzir internamente os produtos que antes o país importava.” SOUZA, Nilson A. de. *Economia brasileira contemporânea*. De Getúlio a Lula. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. p. 13. Para aprofundar conhecimentos sobre esta questão, ler TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

⁶⁹⁷ SOUZA, N., op. cit., p.01 – 20.

compreensão do economista Nilton Araújo de Souza, a industrialização contou com a implementação da indústria de base – que se dedica a produzir os meios de produção, como máquinas, equipamentos, insumos básicos e bens intermediários – e com a dinamização do mercado interno.⁶⁹⁸

Assim, os povos indígenas conheceram e vivenciaram neste século XX os resultados das práticas do positivismo da “proteção fraternal” e do “integracionismo harmonioso”, do liberalismo econômico agindo na macro e na micro-economia, do nacionalismo do Estado-Novo de Getúlio Vargas e, ainda, do modelo desenvolvimentista ancorado na crença do progresso da nação.⁶⁹⁹ De fato, o que marca este período brasileiro no pós 1940, do ponto de vista ideológico, mas também nas práticas governamentais, é o surgimento do nacional-desenvolvimentismo enquanto um “modelo” econômico capaz de conduzir o Brasil à modernidade.

Todavia, uma questão pertinente é o que representaram o desenvolvimento e as políticas indigenistas enquanto processo de “integração” dos povos indígenas, e, especificamente, no caso dos Kaingang, no contexto capitalista brasileiro. Sabe-se que as políticas indigenistas envolveram os índios na produção e na produtividade, transformando-os em trabalhadores nacionais. No caso do povo Kaingang esse direcionamento ao modelo capitalista foi mais latente que para os índios das regiões de fronteira do norte do país entre as décadas de 1940 e 1970 uma vez que os Kaingang sofreram pressão sobre suas terras em virtude das especializações econômicas regionais.⁷⁰⁰ O Estado por meio de sua agência instalou postos em territórios ameríndios, delimitou terras aos índios que não possuíam autonomia jurídica sobre seus territórios e efetivou o controle sobre as terras e postos visando às potencialidades naturais. Com a finalidade da promoção do patrimônio nos PIs, o governo promoveu no sul a exploração das terras, extraindo madeira ou concedendo a exploração e extração aos regionais não indígenas, arrendando as terras a terceiros, e, gradativamente, implantando lavouras de produtos diversos com a justificativa da

⁶⁹⁸ Pode-se citar como indústria de base a siderúrgica, como a Usina de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), mas também a Companhia Vale do Rio Doce (CNRD), responsável pelo fornecimento de minérios necessários à industrialização. *Ibidem*, p.15 e 16.

⁶⁹⁹ ROCHA, op. cit., p.48.

⁷⁰⁰ A questão da “especialização regional” consiste numa discussão realizada grandemente pelos clássicos da Teoria Econômica como Adam Smith, Karl Marx, Alfred Marshall, Joseph Schumpeter, Douglas North, entre outros.

necessidade de gestão e provimento do Posto e dos índios. Por conseguinte, à medida que a mata era extraída, a floresta cedeu lugar à introdução do plantio de trigo e de soja.

Deste modo, existem questões que inquietam na relação entre povos indígenas e o desenvolvimento. Afinal, que relação existe entre os índios e o desenvolvimento do Brasil no século XX? Em que medida as políticas indigenistas confluíram e corroboraram ou atravancaram o desenvolvimento do Brasil? E os índios, contribuíram para o desenvolvimento do país? Mas que desenvolvimento é este de fato? Que impactos o dito desenvolvimento do século XX trouxe para as sociedades indígenas? E o desenvolvimentismo, na prática, como entrou nas terras indígenas no sul do Brasil? Cabe afirmar que as respostas não parecem fáceis, visto que não se trata de “descolar” os povos indígenas do contexto brasileiro de desenvolvimento e de modernização da economia.

Os índios foram envolvidos na produção, produtividade, exploração dos recursos naturais e de suas terras antes mesmo dos militares golpearem o poder em 1964 e arquitetarem o “milagre econômico” com a instituição do desenvolvimentismo como “a bola da vez”. O desenvolvimento do país já havia envolvido os ameríndios na agenda das políticas governamentais via SPI. Getúlio Vargas, chamado por muitos de o “pai dos pobres”, pode ser considerado também o “integrador” dos índios com os novos direcionamentos que o SPI tomou a partir de 1930, e, sobretudo, após 1940. O Estado-Novo instituído de 1937 a 1945 se mostrou compromissado com o desenvolvimento e a integração nacional, e Vargas soube aproveitar “o valor simbólico dos aborígenes” para proclamar a necessidade da integração.⁷⁰¹ Inclusive, o Marechal Cândido Rondon foi nomeado por Vargas como diretor do CNPI, quando da criação do órgão em 1939 que tinha a incumbência de “promover a conscientização pública sobre a cultura indígena e a política estatal.”⁷⁰² Ademais, a “Marcha para o Oeste” na compreensão de Rondon encontrava nos confins do Brasil a principal grandeza do país: o índio. Essa pretensa atenção aos índios se concretizou em 1934 com o decreto de Vargas que instituiu o dia 19 de abril como

⁷⁰¹ Na compreensão de Seth Garfield o Estado Novo procurou heroicizar o índio, camuflando conflitos deflagrados ao longo da história do Brasil. GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.20, n.39, 2000. p.23. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882000000100002&script=sci_arttext. Acesso em: jul. 2014.

⁷⁰² *Ibidem*, p.17.

representação ao “Dia do Índio”, consagrando definitivamente no calendário nacional este elemento como ícone cultural.

Mas entre idas e vindas e a saída definitiva de Vargas do poder central em 1954, quem de fato sempre se manteve entre os promotores das políticas indigenistas foi Rondon.⁷⁰³ A década de 1960 foi conturbada em diversos aspectos, como no político e no econômico, a agência indigenista não foi exceção. Paulatinamente distante dos princípios idealistas de Rondon, a agência por meio de seus gestores do macro ao micro-poder, envolveu-se em escândalos e denúncias de variadas ordens, afastando-se dos objetivos de “proteção” e “assistência” do órgão. A morte e o sepultamento do SPI no tempo dos militares seria para fundar um “novo indigenismo” no Brasil que de “novo” se manteve apenas nas aparências.

O Brasil do período militar estava sustentado no binômio segurança e desenvolvimento. A FUNAI desde sua criação em 1967 até o período que esteve sob a regência dos militares foi comandada por estes ironicamente sob os auspícios da moralização que nas instâncias dos macro e micro-poderes nunca ocorreu. As ações implementadas pela agência no período militar se direcionavam à coalização de segurança por meio do controle das aldeias e terras indígenas, das comunidades e lideranças e, por fim, ao estabelecimento de projetos de desenvolvimento e integração (agricultura, pecuária, madeira, minérios, entre outros) que confluíssem para o desenvolvimento do país. Ressalta-se, desenvolvimento “do país” antes de qualquer outro.

É irônico também perceber que a presença do exército nas políticas indigenistas é uma constante desde o período republicano.⁷⁰⁴ Por outro lado, os militares do período do golpe instituem novas políticas indigenistas que se encaminham para uma integração acelerada do índio ao projeto econômico do Estado de segurança e desenvolvimento. Ao focar o caso da Terra Indígena Xapecó, reconhecesse que foi sob os auspícios das novas práticas indigenistas da

⁷⁰³ Existem outros nomes relevantes e que influenciaram de diversas formas as políticas indigenistas até 1964, como os diretores do SPI José Maria de Paula, Modesto Donatini Dias da Cruz, José Maria da Gama Macher, até Harald Schultz, Heinz Förthmann, Nilo de Oliveira Velloso, Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro, Herbert Baldus, Noel Nutels, entre outros. Para compreender a atuação gestores/intelectuais aqui citados, ver: FREIRE, Carlos A. da R. (Org.) *Memória do SPI*. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910 – 1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.

⁷⁰⁴ Isso, inclusive, sem considerar as políticas Pombalinas e a instalação de Colônias Militares pela interlândia brasileira ao longo do Segundo Reinado que envolveram diversas populações ameríndias.

FUNAI que esta terra se inseriu definitivamente no modelo econômico capitalista, de cunho desenvolvimentista, sob a fórmula: $I + P/P = INDB$.

$$\text{Índio} + \frac{\text{Produção}}{\text{Produtividade}} = \text{Integração Nacional e Desenvolvimento do Brasil}$$

Conforme já foi demonstrado no capítulo “A paisagem da Terra Indígena Xaçepó: caracterização da cobertura florestal”, a cobertura vegetal do oeste catarinense e da TI estão longe de sua constituição original. A referida cobertura florestal foi profundamente alterada em virtude da ação antrópica associada ao desmatamento para a indústria madeireira com a inserção da agricultura extensiva e intensiva, que nas últimas décadas se direcionou ao agronegócio. A economia regional atualmente está baseada em lavouras de monocultivo com emprego de tecnologias e na cadeia produtiva da avicultura e suinocultura. As lavouras de monocultura que predominam na TI são de soja, referenciado no sistema de parceria entre alguns indígenas e lideranças com agricultores do entorno. Mas o que de fato alterou a fitofisionomia tanto do oeste de Santa Catarina como também da TI Xaçepó, sem sombras de dúvida, foi a atuação da indústria da madeira ao longo do século XX. Ressalta-se que não foi somente o oeste catarinense que teve sua fitofisionomia alterada, parte do Rio Grande do Sul e boa parte do Paraná também foram desmatadas pela indústria madeireira.

5.4.1 Desenvolvimentismo em terras catarinenses: a “indústria da madeira”

Não é mera coincidência que a promoção da industrialização e da indústria de base tenham sido o mote das políticas Vargasistas e que as potencialidades das terras dos índios tenham se direcionado ao contexto capitalista na Era Vargas. A TI Xaçepó está inserida numa região do bioma Mata Atlântica. Em Santa Catarina, este bioma foi profundamente alterado pelas potencialidades extrativistas vislumbradas pela indústria da madeira seguida conseqüentemente pela agropecuária.

Os estudos em História Ambiental têm demonstrado que na trajetória do desmatamento da cobertura florestal no sul do Brasil, a atuação do “machado civilizador” do imigrante europeu foi singular

para moldar uma nova fitofisionomia.⁷⁰⁵ Porém, nas terras subtropicais o que de fato transformou a paisagem da floresta de araucária foi a indústria da madeira ao ganhar volume de produção e produtividade no século XX. A exportação da madeira e o consequente crescimento dessa indústria consolidaram-se no Brasil a partir dos noventa, com isso, a exploração do pinheiro Araucária difundiu-se no sul do país a partir do Estado do Paraná. Ainda que o mercado de exportação fosse regulado pela demanda internacional, que dependia das crises dos Estados Nacionais bem como das fatídicas guerras mundiais, oscilando na balança comercial, a madeira teve considerável impulso depois da década de 1940.

Getúlio Vargas se esmerou em promover as exportações e a indústria nacional, tinha convicção da necessidade das reformas institucionais, sobretudo no Ministério da Agricultura. Na prática, Vargas estimulou a policultura e fundou o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas (SIFA), por meio da criação de órgãos federais com o fito de instigar ramos específicos da economia, como o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto do Cacau, o Instituto do Sal, o Instituto do Mate e o Instituto do Pinho.⁷⁰⁶ No que se refere ao sul do Brasil, dois institutos atuaram para o fortalecimento destes setores econômicos regionais, o Instituto Nacional do Mate (INM) e o Instituto Nacional do Pinho (INP). Convém considerar que a extração e a exploração de ervamate bem como de madeira ganharam intensidade e volume de exportação no século XX, ambas as atividades econômicas agiram sobre a Floresta de Araucária ou Floresta Ombrófila Mista.

Alguns estudos historiográficos do último quartel do século XX no sul do Brasil se dedicaram a compreender a importância da indústria da madeira para o desenvolvimento regional no contexto econômico.⁷⁰⁷

⁷⁰⁵ DEAN, op. cit.; CORREA, Silvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. CARVALHO, M., op. cit.; BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGH/UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

⁷⁰⁶ BASTOS, Pedro P. Z.. Gestão macroeconômica, mudança institucional e revolução burguesa na era Vargas: quando a ortodoxia foi superada? *Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia*, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211758500-.pdf> Acesso em: 02 out 2014.

⁷⁰⁷ BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1917-1950)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH/UFSC, Florianópolis, 1991; EDUARDO, Rosemari Pozzi. *A madeira em Santa Catarina (1930-1974)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em

Noutro sentido, existe a crítica da historiografia contemporânea que ressalta a necessidade em romper com as perspectivas analíticas que visam estritamente os estudos do potencial econômico das florestas, indicando que tais ecossistemas não são espaços prioritariamente de exploração econômica.⁷⁰⁸ Por sinal, antes de qualquer exploração econômica capitalista sobre a Floresta de Araucária, a ação antrópica dos povos indígenas, como dos Kaingang, já marcava as feições da floresta há séculos.

Os estudos sobre o desmatamento da Floresta de Araucária comumente apontam três fatores antrópicos responsáveis pelo desflorestamento: a agropecuária, a indústria madeireira e a utilização da lenha para uso doméstico, ferrovias e uso industrial em geral, ainda que estes se sobreponham.⁷⁰⁹ Neste contexto, o historiador Miguel Carvalho acusa que o fator de maior impacto no desmatamento da Floresta de Araucária foram as atividades agropecuárias a partir das práticas agrícolas dos colonizadores.⁷¹⁰ A despeito disso, no caso da TI Xaçepó, pode-se afirmar a partir da análise documental e das entrevistas realizadas, que o fator de maior interveniência no desflorestamento das terras dos Kaingang no Chapecozinho foi a exploração madeireira promovida pelo SPI e FUNAI – sob a regência de diversas práticas tutelares e a partir da justificativa de promoção do “patrimônio indígena” e “emancipação econômica” –, com vistas a atender a demanda regional da indústria da madeira, procedida pela agropecuária pautada nos arrendamentos e no sistema de parceria.

Enquanto as Florestas de Araucária da região foram exploradas para as atividades agrícolas pelos colonizadores, as florestas da TI Xaçepó, sobretudo as de Araucária, mantiveram-se melhor constituídas, sendo inclusive, objeto de desejo de exploração pelos madeireiros e agricultores regionais. Por certo, a Araucária teve papel importante no cenário nacional da indústria da madeira, inclusive, seu aproveitamento

História da Universidade Federal do Paraná, PPGH/UFPR, Curitiba, 1974; LAVALLE, Aida Mansani. *A madeira na economia paranaense*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, PPGH/UFPR, Curitiba, 1974; entre outros.

⁷⁰⁸ CARVALHO, M., 2010, op. cit.; CARVALHO, Miguel M. X. de. Os fatores do desmatamento da floresta com Araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 32-52, ago. 2011; GERHARDT, Marcos. *A História Ambiental da erva-mate*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH/UFSC, Florianópolis, 2013. DEAN, 1996; entre outros.

⁷⁰⁹ CARVALHO, M., 2010, op. cit.; CARVALHO, M., 2011, op. cit..

⁷¹⁰ CARVALHO, M., 2011, op. cit..

econômico foi mais intenso em virtude do potencial de biomassa desta Floresta em comparação aos outros tipos integrantes da Mata Atlântica. Inclusive, o escasamento da Araucária devido à indústria da extração da madeira na década de 1960 aliado ao desenvolvimento tecnológico possibilitou o início do reflorestamento comercial no Brasil.⁷¹¹ Enquanto ao nível regional e nacional o pinheiro Araucária tornava-se escasso, os “pinhalão” dos Kaingang ou as reservas florestais da TI Xaçepó eram cobiçados, e sofriam a pressão das madeireiras e serrarias por serem verdadeiras fontes de madeira.

Dentre as políticas intervencionistas do Estado-Novo de Vargas para apoiar as “indústrias de base” apresenta-se a criação do INP pelo Decreto-lei n.3.124, de 19 de março de 1941, com o intuito de fundar um órgão federal. No entre guerras, momento em que os enfrentamentos foram constantes para os setores econômicos brasileiros, o INP se materializou como um órgão que deveria defender os interesses dos “produtores”, “industriais” e “exportadores de pinho” que situavam-se prioritariamente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.⁷¹² O instituto estabeleceu diretorias regionais para dar suporte à indústria da madeira, criou tributos (taxas) sobre o metro cúbico de pinho serrado, pinho beneficiado, toros de pinho e sobre outras espécies florestais. As atribuições do INP foram explicitamente direcionadas à promoção e ao fomento do “comércio no interior e exterior do país”, aos “meios de satisfazer os produtores, industriais e exportadores” a partir do crédito e financiamento, ainda, fixando “preços mínimos” e estabelecendo “quotas de produção e de exportação”. O INP deveria mais que organizar, deveria controlar o “registro obrigatório dos produtores, industriais e exportadores” com vistas a “regular a instalação de novas serrarias, fábricas de caixas e de beneficiamento de madeira” e “manter um serviço de estatística e informações”.⁷¹³

A criação do INP evidencia o protagonismo econômico que tinha o “pinho” ou a “Araucária” ao nível nacional e ao mesmo tempo “certa

⁷¹¹ “No entanto, a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) num momento crucial para a indústria madeireira sulina, em 1967, e a política de incentivos fiscais ao reflorestamento do governo militar determinaram o início da era dos grandes plantios de pinus e eucalipto no Brasil.” CARVALHO, M., 2010, op. cit., p. 104.

⁷¹² BRASIL, Decreto-lei n. 3.124, de 19 de março de 1941. Cria o Instituto Nacional do Pinho/INP. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3124.htm. Acesso em: 10 jul 2014.

⁷¹³ BRASIL, Decreto-lei n. 3.124, de 19 de março de 1941. Cria o Instituto Nacional do Pinho/INP. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3124.htm. Acesso em: 10 jul 2014.

influência” que a classe madeireira apresentava frente ao governo central. Se no passado econômico brasileiro outras regiões de Mata Atlântica haviam se pautado em *commodity* agrícolas como o açúcar, o cacau e o café, o sul do Brasil não conheceu qualquer *commodity* agrícola antes da Revolução Verde além da própria “floresta” compreendida pela exploração e exportação da *Araucaria angustifolia* e da *Ilex paraguariensis*, o pinho e a erva-mate, respectivamente.⁷¹⁴ Contudo, após a Revolução Verde, este cenário agrário-exportador do setor primário no sul do Brasil conheceu o incremento do soja, sendo inserido nas terras indígenas Kaingang pelo SPI a partir das décadas de 1950 e 1960 e, posteriormente estimulado, pelos projetos desenvolvimentistas da FUNAI em tempos de “milagre econômico”.

Em síntese, através do órgão INP, a indústria da madeira teria o respaldo governamental para a promoção dos interesses do setor e noutro sentido, poderia ser estimulada e observada não somente na produção, como também na produtividade. Convém considerar que controlar a produtividade da madeira era algo difícil até então, pois pressupunha estudos técnicos e pesquisas, além de registros locais. O estudo sobre a madeira em Santa Catarina entre 1930 a 1974 realizado pela historiadora Rosemari Pozzi Eduardo indica que a atividade madeireira iniciou no litoral e foi progressivamente avançado para o extremo-oeste. Contudo, apesar do INP ter os registros de serrarias que funcionavam no Estado até 1973, o número real não correspondia ao número registrado no órgão federal. Na compreensão da historiadora, a indústria madeireira escapava facilmente do controle fiscal em virtude de muitas estarem “isoladas na floresta” e atuando na “clandestinidade”: “Diante disto pode afirmar-se que jamais se soube ou se saberá o que foi realmente produzido em madeira no Brasil. Os dados que existem correspondem, no caso de Santa Catarina, quanto ao número de serrarias, 70 à 80% da realidade.”⁷¹⁵

⁷¹⁴ Nas palavras de Carvalho “Outra diferença fundamental em relação à região central da Mata Atlântica é que a região da araucária não teve no período anterior à Revolução Verde qualquer *commodity* agrícola comparável em importância ao café, ao cacau ou ao açúcar. A *commodity* do planalto sul - brasileiro foi a própria floresta, ou colocando de forma mais exata, algumas poucas espécies nativas. Entre elas se destacam a *Araucaria angustifolia* e a *Ilex paraguariensis*, a erva-mate, que desde meados do século XIX até a década de 1920 teve uma importância econômica e social maior do que a araucária no planalto. A grande diferença entre a extração da erva-mate e o corte de araucária é que a primeira atividade era feita em bases muito mais sustentáveis, menos agressivas a floresta. Na verdade, a exploração da erva e da araucária eram muitas vezes atividades complementares [...]”. CARVALHO, M., 2010, op. cit., p. 104.

⁷¹⁵ EDUARDO, op. cit., p.18.

A cadeia produtiva da madeira englobava: a) indústria da extração de madeira; b) a indústria do beneficiamento da madeira; c) a indústria de mobiliário; e, d) indústria de papel e celulose.⁷¹⁶ O beneficiamento geralmente associado à extração de madeira refere-se à produção especializada de “contraplacados, laminados, cabos de vassoura, caixas, tacos, esquadrias e toda a espécie de material para construção”.⁷¹⁷ Segundo Eduardo, em 1970, a região de Lages se destacava como a “mais especializada no beneficiamento de madeiras” de “pinho” e de “madeiras de lei”, por outro lado, o escoamento da produção destinava-se às “principais cidades do Vale do Itajaí” bem como para a capital Florianópolis. A produção era direcionada ao mercado nacional e internacional pelo porto de Itajaí, onde inúmeras empresas como a legeana “Indústria e Comércio de Madeiras Batistella S.A.” situavam-se. A indústria de mobiliário se dedicou à produção de móveis, inclusive atendia ao sub-setor “mais sofisticado”, enquanto a indústria de papel e celulose foi considerada por Eduardo mais dinâmica e em expansão naquele cenário econômico.⁷¹⁸

A indústria da madeira teve momentos de declínio e ascensão comercial frente aos mercados nacional e internacional na primeira metade do século XX. Para Eduardo a industrialização da madeira se desenvolveu vigorosamente na década de 1930, sendo que as exportações cresceram a partir de 1941.⁷¹⁹ Por outro lado, começava a aparecer certo descontentamento pela “devastação indiscriminada”, visto que havia gargalos na cadeia produtiva ligados ao escoamento via transportes e indicativos de esgotamento das reservas florestais. Às vésperas dos anos 1950 houve uma “super-produção” de madeira com altos estoques e conseqüentemente com os preços despencando tanto ao nível regional quanto ao nível nacional. Até a década de 1960 e 1970, a

⁷¹⁶ Na realidade, a Araucária constitui madeira significativa para diversos produtos e utilizações, conforme acusa Paulo E. R. Carvalho: “Madeira serrada e roliça: a madeira do pinheiro-do-paraná apresenta boas características físicas e mecânicas em relação à sua massa específica. sendo indicada para construções em geral, caixotaria. móveis. laminados e vários outros usos, entre os quais: tábuas para forro, ripas. caibros, fôrmas para concreto, palitos para fósforo. lápis. carpintaria comum, marcenaria. tanoaria. molduras, guarnições. compensado, mastros de navios. pranchões, postes, cabos de vassouras, tabuinhas para telhados, entre inúmeros usos (Mainieri & Chirnelo, 1989). O uso da madeira de pinho para tábua de ressonância dos pianos é praticamente insubstituível. O pinheiro-do-paraná sob a forma de madeira serrada e laminada foi, por um longo período, um dos produtos mais importantes na exportação brasileira.” CARVALHO, P., 2002, op. cit., p.09.

⁷¹⁷ EDUARDO, op. cit., p.20.

⁷¹⁸ Ibidem, p.10 e 11.

⁷¹⁹ Este período foi caracterizado como a segunda expansão do setor madeireiro, tanto ao nível de produção quanto de diversificação. Ibid., p.37.

indústria da madeira ainda fazia parte, junto ao setor alimentar e têxtil, dos principais e tradicionais setores da economia catarinense, porém, desde então houve considerável expansão e dinamismo na metalurgia, no metal-mecânico, na química e do papel, indicando a consolidação das indústrias de bens duráveis, intermediários e bens de capital no Brasil.⁷²⁰

De 1937 até 1972 o número de serrarias de “pinho e mista” e “madeiras de lei” cresceu singularmente em Santa Catarina, de 1.235 alcançou 3.985 estabelecimentos.⁷²¹ As “serrarias de pinho” em geral industrializavam os toros e transformavam em tábuas, pranchas e lâminas. Posteriormente, tais madeiras eram vendidas para exportadores que atuavam como “armazenadores” ou “remanufaturadores”. Estes exportadores negociavam com várias serrarias, por certo, compravam a produção, escolhiam a madeira, classificavam, secavam, vendiam e embarcavam a mesma para os mercados nacional e internacional.⁷²² Segundo Eduardo a classificação era feita conforme as regras do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que classifica em primeira, segunda e terceira qualidades a madeira extraída.⁷²³

Dentre os estados do sul do Brasil, o Rio Grande do Sul apresentou queda considerável na produção de serrados de madeira de pinho e de lei a partir de 1950 em virtude da intensa exploração de suas florestas. Este fator proporcionou a migração de madeireiros gaúchos para a exploração de florestas paranaenses e catarinenses.⁷²⁴ Por sinal, o sr. Alberto Berthier de Almeida, anteriormente mencionado, sujeito que procurou por diversos momentos e estratégias grilar parte das terras dos Kaingang do “Chapecósinho”, representa um destes madeireiros gaúchos que vislumbrou no oeste catarinense o potencial das florestas de Araucária exauridas em seu estado natal. A produção de serrados e do total de madeiras em Santa Catarina acompanhou o movimento do

⁷²⁰ Este período foi caracterizado como a segunda expansão do setor madeireiro, tanto ao nível de produção quanto de diversificação. “Embora o setor madeireiro esteja em decadência, devido não somente aos motivos já expostos, - mas também ao esgotamento das reservas florestais, o ramo de beneficiamento no que tange a indústria de mobiliário, e o ramo de derivados, no que respeita a indústria de papel, papelão e celulose, apresentam perspectivas de expansão.” *Ibid.*, p.39.

⁷²¹ *Ibid.*, p. 42.

⁷²² *Ibid.*, p. 46.

⁷²³ O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) criado 1967 tinha a função de “[...] formular a política florestal bem como orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis”. BRASIL, Decreto-Lei n. 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=3354>. Acesso em: 10 jul 2014. Art. 1º.

⁷²⁴ EDUARDO, op. cit., p. 47.

pinho, por sua vez, estes movimentos apresentam “dois períodos de expansão da produção madeireira”. O primeiro ocorreu a partir dos anos de 1948/49 até 1953/54, podendo ser estendido até 1959. O segundo impulso, conforme esclarece Eduardo, ocorreu a partir de 1966/67, sendo que até a publicação do seu estudo em 1974 ainda continuava “[...] a expansão, consistindo esta na exploração das últimas reservas de pinho que ainda existem nos Estados do Paraná e de Santa Catarina”.⁷²⁵ Pode-se claramente afirmar que as últimas reservas de pinho de Santa Catarina incluíam as terras dos índios do Chapecozinho.

Contudo, o IBDF teve dificuldades em controlar com maior presteza a produção madeireira. Inclusive o órgão estatal catarinense conseguia ter melhor controle sobre a respectiva produção que o IBDF. De todo modo, Eduardo deixa claro que houve uma “verdadeira devastação das reservas catarinenses” sem que pudesse haver qualquer contenção pelo órgão federal ou mesmo o reflorestamento das espécies nativas exploradas.⁷²⁶

Da mesma forma que na “produção de toros e serrados” a madeira que predominava na “produção dos industrializados” era o pinho. Segundo Eduardo, “90% da matéria-prima da indústria madeireira de Santa Catarina” era constituída de pinho.⁷²⁷ Por outro lado, a historiadora afirma que no período de 1930 até 1972 Santa Catarina se caracterizava no contexto da indústria da madeira como uma das maiores fornecedoras de madeira em toros e serrada aos “mercados interno e externo”, delegando às indústrias do Paraná e do Rio Grande do Sul sua madeira a fim de ser beneficiada e exportada.

Em sua tese de doutorado Carvalho apresenta uma tabela com a “produção oficial de coníferas serradas” entre 1905 a 1980, para São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasil. Santa Catarina desde 1919 até 1970 apresentou crescente e contínua produção, partindo de 156 mil m³ (cento e cinquenta e seis mil) para o patamar de 1.944 mil m³ (um milhão e novecentos e quarenta e quatro mil) em

⁷²⁵ “No período de 1955-65, em que a produção esteve praticamente estacionária, ocorreu vigilância mais séria do INP sobre a produção madeireira, com a proibição do registro de novas serrarias e a redução da produção autorizada. Esta proibição remontava aos anos 1948-49, a qual não conseguiu impedir a produção em grande escala até o ano de 1953, quando se registrou super produção na Região Sul.” *Ibidem*, p. 49.

⁷²⁶ “Santa Catarina superou, em certos períodos, as cotas de produção autorizada pelo IBDF, e que a produção constituiu-se numa verdadeira devastação das reservas catarinenses, sem que o próprio IBDF/tivesse condições de conter essa atividade, como também de promover a reposição das espécies exploradas.” *Ibid.*, p. 50.

⁷²⁷ *Ibid.*, p. 52.

1970. Os estados sulinos eram os maiores produtores de coníferas serradas no Brasil em 1970, sendo que a produção nacional alcançou o volume de 4.535 mil m³ (quatro milhões e quinhentos e trinta e cinco mil), contudo, estas coníferas neste momento se referem não somente a *Araucaria angustifolia* como também ao *Pinus iltiotis* que gradativamente passava a ser objeto de reflorestamento para a silvicultura. O historiador destaca que apesar destes dados oficiais do INP e do IBDF possibilitarem a análise da evolução da produção de coníferas serradas, infelizmente havia a produção clandestina que fugia das estatísticas. Ou seja, certamente estes dados são inferiores ao que de fato era extraído em madeira no sul do Brasil.⁷²⁸

Além do *boom* madeireiro baseado na Araucária entre 1910 e 1970, Carvalho destaca os dados de exportação de coníferas pelo Brasil como mais confiáveis em virtude do maior controle na saída da madeira pelos portos. Assim, os anos de maior exportação de coníferas serradas do Brasil ocorreram entre 1941 e 1970, tendo a década de 1941/50 alcançado o número total de exportação de 6.439.280 m³, a década de 1951/60 o volume total chegou a 9.487.420 m³ e atingido o patamar máximo nos anos de 1961/70 com um total de 10.451.274 m³. Carvalho mostra que entre 1971/80 a produção total caiu vertiginosamente para 4.180.000 m³, evidenciando o esgotamento das reservas florestais de Araucária.⁷²⁹ Por outro lado, o historiador faz uma ressalva circunstancial, a “destruição da floresta com Araucária” no sul do Brasil forneceu madeira constante para o crescimento de centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo e até de Brasília, não sendo possível separar os fatores intervenientes que influenciaram no processo de desmatamento para a promoção dos centros urbanos, do tão almejado crescimento da indústria de base e do desenvolvimento da economia regional e nacional.⁷³⁰ A partir destas contextualizações sobre o desenvolvimento brasileiro, o desenvolvimentismo, a indústria da extração da madeira e do desmatamento das florestas, encaminha-se a

⁷²⁸ CARVALHO, M., 2010, op. cit., p. 130.

⁷²⁹ “[...] uma porcentagem significativa da produção de araucária era destinada à exportação, tendência que prevaleceu desde a época da I Guerra Mundial até a década de 1970. Em 1921, 41% da produção foi exportado, em 1945, 30%, enquanto em 1970 decaiu para 20%, e após isso não houve mais recuperação nesse índice.” Ibidem, p.134.

⁷³⁰ “[...] 700 caminhões trabalharam transportando madeira de araucária para Brasília, somente para a Madeireira Battistella. Raramente pensamos nas fortes ligações que as cidades (e especialmente as grandes cidades) estabelecem com o meio ambiente, com consequências dramáticas para os ecossistemas.” Idem.

partir do próximo capítulo para compreender a atuação da proteção tutelar no desmatamento da Terra Indígena Xaçecó.

Capítulo VI

6 MATA, SERRA E RENDA: “A MARCHA PARA A EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA” DO POSTO INDÍGENA XAPECÓ

Este capítulo descreve e analisa a exploração dos recursos florestais e, neste contexto, as práticas de proteção tutelar desenvolvidas na TI Xaçecó pelas agências indigenistas do SPI e da FUNAI. Na realidade, fica perceptível que o indigenismo brasileiro visou de 1940 até a saída definitiva dos militares do poder direcionar os Postos Indígenas no sul do Brasil aos contextos socioeconômicos regionais. As agências indigenistas exploraram *in loco* as “potencialidades” econômicas dos Postos, possibilitaram a emergência de novos modos de vida e *habitus* social e interferiram profundamente na ecologia humana dos povos nativos. Sem recursos financeiros para promover a proteção tutelar, a assistência, a nacionalização e a integração dos índios à sociedade nacional, o órgão indigenista potencializou ao extremo a exploração dos recursos naturais das terras dos índios.

No caso do Posto Indígena Xaçecó, a geração de renda proveniente do patrimônio indígena estava alicerçada em três fontes principais. Primeiramente, o órgão indigenista promoveu o arrendamento de capoeiras (para extração de erva-mate) e de terras para o cultivo agrícola com a gradativa implantação do “sistema de parceria”, onde o arrendatário destinava parte de sua produção para o arrendador. Essa situação agravou-se com o tempo por diversos motivos e permitiu o processo estudado por Clovis A. Brighenti da “intrusão” das terras indígenas no sul do Brasil. Uma segunda prática de geração de renda consistia no desenvolvimento dos roçados do Posto, com a incipiente promoção do plantio de culturas exógenas (soja, trigo, arroz) por meio da agricultura e também pecuária com vistas a produção de alimentos para atender à comunidade bem como à comercialização do excedente. Este processo da agropecuária é apontado por Sandor F. Bringmann em sua tese. A terceira fonte de renda e que imputou profundas transformações em todos os aspectos da vida sociocultural e econômica dos Kaingang, não somente no PI Xaçecó, mas em quase todos os Postos Indígenas do sul do Brasil, foi a exploração dos recursos florestais, sobretudo, da madeira. O desflorestamento das terras dos índios Kaingang constituiu-se um processo gradual e capitalista, assim,

este capítulo dedica-se a descrever e analisar os meandros da exploração dos recursos florestais da TI Xaçecó até o esgotamento e devastação da Floresta Ombrófila Mista que ocorreu no final da década de 1970 e início dos anos 1980.

Convém reforçar que a exploração dos recursos naturais das terras indígenas como alternativa à geração de renda aos Postos permitiu ao longo do século XX a emergência de conflitos regionais e de relações assimétricas de poder, onde o chefe de Posto centralizava autoritariamente as decisões e selava em suas mãos a condução econômica do Posto. Mas estas histórias de tutela e emancipação econômica percorreram caminhos dramáticos de corrupção, irregularidades e violência física e simbólica. Os militares, não mais personificados na pessoa de Rondon e engajados no desenvolvimentismo no Brasil por meio do “milagre econômico”, transformaram o órgão indigenista numa agência burocrática e extremamente capitalista. O patrimônio indígena foi racionalizado e transformado em programas e projetos de desenvolvimento. Entre 1940 e 1988 o PI Xaçecó viu o “pinheiro” Araucária transformar-se no protagonista da emancipação econômica, contudo, os indígenas não se mantiveram calados e promoveram insurreições. Ao percorrer tais décadas fica evidente que o indigenismo dos tempos de Vargas e Rondon é muito distinto do indigenismo moralizante dos militares. Os anos oitenta com o crescente apelo ecológico e a formulação da nova CFB em 1988 presenciaram o colapso das práticas indigenistas fundadas pelos militares e passaram a ter no movimento indígena o respaldo para a formulação de um novo e atual modelo de indigenismo.

6.1 As potencialidades do Posto: “trabalho” e “despertar da economia”

Cinco anos após a criação do Posto Indígena Xaçecó o órgão indigenista atendia em 1946 o montante de 50 mil índios no Brasil, dispostos em 106 unidades locais especializadas por 15 estados e 6 territórios federais. Estes Postos se enquadravam em cinco categorias: a) Posto Indígena de Atração (PIA); b) Posto Indígena de Fronteira e Vigilância (PIF); c) Posto Indígena de Criação (PIC); d) Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento (PIT); e) Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN). O PI Xaçecó se ajusta ao último exemplo segundo as bases do indigenismo desenvolvidas *in loco* pela

atuação indigenista. Na concepção do CNPI foi na modalidade de PIN que o SPI intensificou “os trabalhos de incorporação dos índios” à sociedade nacional.⁷³¹

Por sinal, um Posto pautado na assistência, nacionalização e educação deveria primar pela dedicação ao “trabalho”, vencendo as “resistências do índio” e, por conseguinte, “induziria” a transformação da “vida material, social e mental” dos ameríndios.⁷³² O órgão indigenista acreditava que paulatinamente os índios nos Postos iriam ser “despertados para a economia” e, dessa forma, seriam envolvidos e seduzidos pelos labores da agricultura e da pecuária. O PIN possibilitaria aos índios aprender ler, escrever, ter vários ofícios, adquirir técnicas agrícolas, desenvolver pecuária, assim como piscicultura, apicultura, entre outros. Como consequência, os índios se aproximariam da “rigidez do civilizado”.⁷³³ O Posto Indígena era “[...] a célula mater onde o S.P.I. apóia tôda a sua ação civilisadora, e, por conseguinte, tôda a beneficiência oficial, em favor dos ameríndios brasileiros.” Entre conflitos e acomodações, a agência indigenista se colocava à caminho tanto da “assimilação”, como da “miscigenação” e “interculturalção”.⁷³⁴

No circular n. 19 de 13/01/1941, com “Instruções sobre alimento e roupa” do SPI, as orientações alertam para a inexistência de verba que “chegue para alimentar e vestir a todos os índios do Brasil, á custa do S.P.I.” O documento por sinal deixa claro a impossibilidade do órgão

⁷³¹ “[...] mais intensifica os trabalhos de incorporação dos índios. É nele que a população indígena entra em contato com as mais variadas técnicas, usos, costumes, e onde as influências tentadoras e sugestivas cedo levam aos índios um verdadeiro documentário experimental e ativo das possibilidades das técnicas, manufaturas e conquistas civilizadoras.” DOCUMENTO, Os Postos Indígenas do SPI, CNPI, Ministério da Agricultura, sem data, Microfilme 380, Documento 00925. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁷³² ⁷³² Idem.

⁷³³ “[...] valorização do trabalho, as aquisições das técnicas especializadas, a padronização dos valores em espécie e em moeda corrente no país, induzem, forçam e vencem, aos poucos, espontânea, involuntariamente, as resistências do índio, que se vai moldando, imbuindo, apreciando, desejando e realizando, com o próprio esforço, numa nova mentalidade, para um novo âmbito de atividades que transforma a vida material, social e mental do homem e dos grupos. [...] Os índios no P.I.N. do S.P.I. aprendem a ler, a escrever, a vários ofícios, as técnicas agrícolas, a pecuária, piscicultura, apicultura, etc. [...] Ora, sob o regime do P.I. o índio vai aos poucos se sobrecarregando dos labores pesados da agricultura e da pecuária, em horários que proporcionadamente vão se aproximando da rigidez do civilizado, mesmo porque aos índios, despertados para a economia, trabalhos pela imitação, sob o estímulo dos concorrentes, se afeiçoam a produzir cada vez mais, para terem e possuírem também, progressivamente mais.” Idem.

⁷³⁴ “[...] se iniciam a preparação para a assimilação para a miscegenação e para a interculturalção, com tôdas as suas imprevisíveis resultantes.” Idem.

sustentar os índios “por todo o tempo” e indica que não há verba que “baste a tão custosa e contraproducente assistência”. Ademais, alerta para alguns “inconvenientes” na assistência ao índio: “O índio perde a atividade, e não adquire a noção, normal e indispensável, do trabalho e comércio; incorpora-se á sociedade brasileira com a mentalidade de parasita e mendigo, como se vê frequentemente.” O documento assinado pelo diretor do SPI, o Cel. Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, ainda afirma que cada Posto tem a “obrigação” de “encaminhar os índios ao trabalho” e em virtude disso se “definirão as qualidades exigidas para um Encarregado de Posto”.⁷³⁵

É neste sentido que os “trabalhos” e a “rigidez do civilizado” adentraram o cotidiano do PI Xaçecó a partir do “despertar para a economia”. Os índios do “Chapecózinho” vivenciaram entre as décadas de 1940 e 1980 passagens instantâneas, breves e morosas de alguns agentes encarregados do Posto. Sem embargo, algumas gestões foram marcantes e conturbadas do início ao fim e outras extremamente confusas, obscuras, duvidosas, ambíguas, equivocadas e conflitantes. A documentação analisada sobre o período da atuação do SPI e da FUNAI evidencia que a proteção tutelar destes agentes não foi uniforme e escondia interesses e relações de poder do chefe, que vinha promover “ação civilizadora”, com as lideranças da comunidade.

A documentação transparece os “esforços” ou as práticas dos agentes do PI Xaçecó em consonância com o indigenismo brasileiro, qual seja, promover, paulatinamente a “emancipação econômica da tribo”, como já foi destacado no capítulo anterior. Tais agentes encarregados atuaram na “geração de renda” ao Posto e no envolvimento dos indígenas nas práticas elencadas como “potenciais de exploração econômica”, como se fosse consenso para os Kaingang os caminhos escolhidos pelo indigenismo rumo ao horizonte de “integração”. Sem embargo, tais práticas tutelares de inserção aos modelos de desenvolvimento (nacional-desenvolvimentismo) e de atuação não foram realizadas à revelia da comunidade. Em alguns momentos a comunidade “parecia” corroborar não somente como força de trabalho como também com a anuência da exploração sobre as potencialidades como se não percebesse de fato os caminhos que estavam sendo percorridos. Noutros momentos, singulares, marcantes e definidores dos rumos do indigenismo no Posto, a comunidade

⁷³⁵ CIRCULAR n.19, Instruções sobre alimento e roupa, do diretor Cel. Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, de 13 de janeiro de 1941. Microfilme 390, Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

confrontou e mobilizou-se contra a ação dos agentes, evidenciando a insatisfação com a exploração intensa das potencialidades, com as condições do confinamento e sua conseqüente realidade socioeconômica aviltante.

Em Relatório de 30/12/1949, elaborado pelo chefe da IR7, Lourival da Mota Cabral descreveu as condições dos Postos Indígenas e a atuação da Inspeção para levar a efeito as instruções recebidas pela diretoria.⁷³⁶ Num sub-item deste relatório, o inspetor apresenta o “Programa de trabalhos de 1949” que tem como pressuposto condensar as necessidades mais urgentes da IR7. Lourival comunica à diretoria do SPI o orçamento para a execução do programa, distinto em duas rubricas, a verba “auxílio aos índios” e a verba “orçamentária”. A verba “auxílio aos índios” previa a construção de casas, galpões, cercas, estradas e caminhos, bem como a aquisição de medicamentos, vestuário, material escolar, alimentos, sementes, ferramentas e transporte em geral e aquisição de animais de criação. A verba “orçamentária” presumia a compra de material permanente e de material de consumo. Assim, o orçamento geral para a execução do programa de trabalho sugerida consistia em Cr\$ 400.000,00 para a verba “Auxílio aos Índios” e Cr\$ 479.450,00 relativa a verba “Orçamentária”, totalizando Cr\$ 879.450,00. Todavia, os recursos solicitados não foram os recursos obtidos. A IR7 recebeu de “Auxílio aos Índios” o valor de Cr\$ 355.200,00 e de “Orçamento” o valor de Cr\$ 332.900,00, totalizando Cr\$ 668.100,00.

O déficit entre o valor solicitado e o valor recebido foi de Cr\$ 211.350,00. O inspetor afirma que foi necessário fazer ajustes e “amoldar” os recursos para atender aos trabalhos mais “necessitados” do programa. Esse exemplo de ajuste orçamentário demonstra as dificuldades enfrentadas tanto pelas inspeções quanto pelos agentes nos Postos, que deveriam visionar e concretizar meios de promover o Posto independentemente da verba federal, caso contrário, não teriam os materiais mais básicos para o desenvolvimento das práticas tutelares. O engajamento na geração de renda nos Postos foi uma constante do indigenismo brasileiro, caso contrário, este indigenismo não se sustentaria.

Dentre as atividades econômicas que se apresentam na documentação do SPI promovidas pelo recém fundado PI Xapécó na década de 1940 estão o “arrendamento” de capoeiras ou alqueires de

⁷³⁶ RELATÓRIO, IR7 de 30 de dezembro de 1949. Microfilme 342. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

terras.⁷³⁷ Os locais de arrendamento não se restringiam à sede do Posto e ocorriam em diversas localidades referentes aos Toldos Manduri, Águas Santa, Toldinho, Samburá, Limeira, conforme mencionam os recibos do órgão indigenista. De acordo com o que já foi afirmado sobre a paisagem da TI Xapecó e a caracterização da cobertura florestal, a prática da agropecuária se consolidou de fato nos espaços mais planos e de menor declividade onde predominavam a Floresta Ombrófila Mista. Espaços estes impactados pela ação antrópica.

Inegavelmente, o “arrendamento” enquanto prática de assistência tutelar se constituiu de forma progressiva numa alternativa de geração de renda ao PI Xapecó, como também para a consolidação do indigenismo brasileiro nas instâncias macro-micro. Os relatórios do PI Xapecó de 10/12/1942 e 01/12/1945, ambos realizados pelo agente encarregado Chico Fortes, evidenciam as ações para construir espaços de assistência aos índios e de geração de renda. Dessa forma, descrevem a construção de casas de madeira de pinho com vistas a atender como sala de aula, moradia do auxiliar de ensino e como residência do encarregado, ainda, construção de casas de pinho como galpão para armazenamento, para soque de erva-mate, paiol, bem como, realização de limpeza dos matos, cercamento de espaços de lavoura e criação de animais, abertura de estradas e picadas, pontilhões, construção de privadas, carteiras para os escolares, fogão, cozinha, depósito de erva-mate e cereais, entre outros espaços.

De forma gradativa essa estrutura foi se consolidando. O relatório de 1945 acusa que a escola da sede do Posto atendia ao montante de 74 índios e 22 não índios, a escola de Pinhalzinho atendia 49 índios e 14 não índios e a escola de Banhado Grande atendia 10 índios e 6 não índios. Em quase 5 anos de existência, o Posto já possuía 3 escolas instaladas e funcionando para a proteção, assistência e integração dos índios. O mesmo relatório também apresenta a produção agrícola e pecuária dos índios, por Toldos ou aldeias, e ainda a modesta e incipiente produção agropecuária do Posto, mas o atendimento aos índios e a estrutura interna do SPI no Posto cresciam e neste sentido a “renda” deveria acompanhar tais demandas. O desfecho do relatório de Fortes manifestou onde seriam envidados os esforços administrativos desde então, qual seja, o “caminho da emancipação econômica”. Com algumas diferenças de postura, grande parte dos chefes conseguintes que

⁷³⁷ Documentos contidos no Microfilme 064, Planilha 702. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

assumiram o PI Xaçecó também conduziram as políticas indigenistas pelo mesmo caminho.

*O posto vai marchando para a sua emancipação econômica; contávamos com a herva-mate, com a seca queimou mais da metade dos hervaes, procuraremos outras fontes de renda, o que tardará mais, e sempre chegaremos a suas finalidades, o que já vem sendo parcialmente.*⁷³⁸

No excerto anterior o agente Chico Fortes afirma que a erva-mate consistia numa “fonte de renda” para o Posto, mas que em virtude dos problemas com a seca, já se vinha “procurando outras fontes de renda”. O relatório de 1942 informa sobre a construção de um soque de erva-mate e o relatório de 1945 sobre a construção de espaço para estocagem da erva-mate e cereais. Se havia a necessidade de um espaço para estocagem é porquanto existia quantidade de produtos a serem armazenados. Em 29/10/1947 o auxiliar de ensino Avelino Gonçalves de Araújo informa em carta à IR7 que havia “arrendamento de hervaes” no Posto.⁷³⁹ Outrossim, há alguns recibos que confirmam o pagamento de moagem de erva-mate no soque do Posto.⁷⁴⁰ Portanto, uma das primeiras fontes de geração de renda consistia na extração, no soque e na comercialização de erva-mate, bem como no arrendamento de capoeiras com ervais para a extração e no arrendamento de alqueires de terras para a agropecuária. Com o passar dos anos, o arrendamento de terras e o sistema de parceria se tornaram consistentes alternativas na geração de renda, mantidos inclusive na agenda das práticas de assistência tutelar também pelos militares em tempos de FUNAI por meio de contratos.

O PI Xaçecó teve diversos agentes encarregados, sendo impossível afirmar precisamente o número em virtude das inconstâncias administrativas. Por outro lado, elaborou-se a Tabela 5 com uma lista de nomes que se sucederam e o provável período de atuação do agente conforme a documentação, com o intuito de servir de referência, mas não somente, para esta pesquisa. Igualmente, considerou-se a

⁷³⁸ O destaque em itálico procura ressaltar os princípios norteadores da proteção tutelar no Posto que foram gradativamente instaurados e reforçados pelos agentes do Posto desde Chico Fortes. RELATÓRIO ANUAL, Posto Indígena Xaçecó, 1º de dezembro de 1945, Microfilme 064, Planilha 702. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁷³⁹ CARTA do auxiliar de ensino ao chefe da IR7, 29 de outubro de 1947. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁷⁴⁰ Microfilme 064, Planilha 702. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

descontinuidade da documentação, as lacunas temporais de documentos bem como as incompreensões de conteúdo e de contexto.

As entrevistas realizadas também corroboraram para a compreensão sobre a atuação dos agentes do Posto. Surgiram nomes de chefes de Posto que se sobressaíram nas narrativas enquanto outros sequer foram lembrados, a historiadora Jacy Alves Seixas sugere que a memória tem um movimento próprio no tempo-espaço, assim, deve-se considerar que exista a memória voluntária, àquela que emerge da uniformidade, mais corriqueira e superficial ligada a experiência imediata e de certa forma consciente e, a memória involuntária, que reside na espontaneidade, independente da vontade de lembrar, como se os lampejos bruscos de imagens estivesse batendo com o passado sem se ter feito um esforço consciente para tal.⁷⁴¹ As narrativas orais Kaingang expuseram as memórias voluntárias, mas também emergiram memórias involuntárias, os narradores vivenciaram situações mais ou menos conflitantes, presenciaram a meteórica ascensão e derrocada de certas gestões de chefes de Posto. Neste sentido, deve-se atentar para a função do não dito, ou, dos nomes não lembrados pelos narradores. Michael Pollack deixa claro que as lembranças podem ser comprometedoras e o silêncio é o verdadeiro guardião dessas lembranças não ditas.⁷⁴² Nas lembranças pode haver “[...] zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.”⁷⁴³ A memória reinterpreta “[...] incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.”⁷⁴⁴ Assim, considerando a densidade das narrativas orais em suas lembranças e esquecimentos bem como a documentação analisada, destacam-se em negrito alguns nomes de agentes encarregados em virtude da atuação no Posto (Tabela 5).

⁷⁴¹ A memória é “[...] algo que ‘atravessa’, que ‘vence obstáculos’, que ‘emerge’, irrompe: os sentimentos associados a este percurso são ambíguos, mas estão sempre presentes.”, portanto, a memória voluntária deixa escapar a dimensão “[...] afetiva e descontínua da vida e das ações dos homens.” SEIXAS, Jacy Alves. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.) *Memória e (re)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. 2 ed. Campinas: Ed.UNICAMP, 2004. p. 47.

⁷⁴² “[...] O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.” POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989. p. 05.

⁷⁴³ *Ibidem*, p. 08.

⁷⁴⁴ *Ibid.*, p. 09 e 10.

Na gestão do agente encarregado Francisco Siqueira Fortes, que será analisada no item seguinte deste capítulo, o diretor do SPI Modesto Donatini Dias da Cruz (Fotos 7, 8 e 9) esteve visitando os Postos Indígenas da IR7 nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no ano de 1947. O acervo do Museu do Índio possui consideráveis fotografias referentes a tais visitas aos Postos. Por sinal, foram as primeiras imagens com qualidade que foram acessadas do PI Xapecó ainda na gestão de Fortes. A sequência de fotografias foi feita pelo alemão naturalizado brasileiro Heinz Förthmann, fotógrafo e cineasta da Seção de Estudos do SPI em setembro de 1947 e procura situar em diversos aspectos a sede do PI Xapecó. Nesta mesma viagem, Förthmann desenvolveu seu segundo filme “Entre os Índios do Sul”, no qual apresenta imagens expressivas de Postos Indígenas no sul do Brasil e das práticas tutelares.⁷⁴⁵

⁷⁴⁵ MENDES, Marcos de Souza. Heinz Förthmann: fotografia e cinema no SPI – 1942/1959. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.) *Memória do SPI*. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910 – 1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011. p. 238.

Tabela 5: Agentes encarregados do Posto Indígena Xaçecó entre as décadas de 1940 e 1980

PERÍODO (1941 até 1988)⁷⁴⁶	NOMES DE ENCARREGADOS DO PI	OBSERVAÇÕES
24/07/1941 até 12/1941	Leodonio Rodrigues Quadros	
12/1941 até 31/10/1942 (?)	Otacílio Wedeckin Marques	Francisco Siqueira Fortes recebeu do Auxiliar de Ensino Otacílio Wedeckin Marques a direção do Posto.
31/03/1942 (?) até meados de 1948	Francisco Siqueira Fortes (Chico Fortes)	Pede demissão em 15 de junho de 1948.
Meados de 1948 até meados de 1949	Wismar Costa Lima	Saída conturbada sob denúncias. Foi acusado de embriaguês e violência contra um índio.
Meados de 1949 até início de 1964 (?)	Nereu Moreira da Costa José de Andrade, Inspetor de alunos	Sofreu processo administrativo ao sair do Posto, foi citado no Relatório Figueiredo por prender índios, deixá-los embriagar-se e colocar um indígena no castigo “tronco”. Em 21 de novembro de 1962 é referido como encarregado do PI.
06/02/1964 até 19/06/1965	Sebastião Lucena da Silva	Sai sob a condição de denúncias de irregularidades nos cortes de pinheiros. O Relatório Figueiredo o acusa de vários crimes, dentre eles irregularidades contábeis, nos arrendamentos, na exploração da madeira e corte de pinheiros. Ainda

⁷⁴⁶ As datas são confusas, se sobrepõem em alguns casos e são aproximadas, de fato, estão embasadas na análise dos documentos coletados nos diversos arquivos pesquisados nesta tese, sobretudo no acervo do Museu do Índio e da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI. Em virtude da ausência e contexto de algumas informações nos documentos e em consequência da desorganização da documentação analisada, sobretudo do acervo de Paranaguá, muitas vezes não foi possível situar e qualificar a atuação de agentes encarregados do Posto Indígena Xaçecó. Neste sentido, é possível que alguns nomes que aparecem nos documentos como “chefe encarregado” ou “agente encarregado” do Posto Indígena Xaçecó sejam de funcionários que apenas substituíram o responsável por determinado período.

		foi acusado de cometer “atrocidades” aos índios, de “recebimento de um carro Aero Willys novo de madeireiros”.
24/06/1965 até (?)	Japhet Chaves Neves	Aparece como encarregado do PI. Indiciado pela prática de irregularidades contábeis na IR-7. Possivelmente assumiu como chefe de Posto temporariamente.
06/01/1966 até 20/01/1966 (?)	Samuel Brasil	Aparece como encarregado do PI, porém, estava substituindo o agente encarregado. Temporariamente, também assumiu a coordenação da IR7. Foi acusado de irregularidades contábeis.
Início de 1966 até meados de 1966	Arthur Santos	Acusado de corte de pinheiros.
Meados de 1966 até outubro de 1967	Atilio Masalotti	Acusado no Relatório Figueiredo por diversos crimes, como: enriquecimento ilícito, venda irregular de madeira, seviciamento de índios, castigo do “tronco”, má administração e protecionismo em licitação.
02/10/1967 até ?	João Garcia de Lima	Acusado de maltratar índios, impor trabalho escravo e outras irregularidades em Postos da IR7.
? até agosto de 1968	Capitão Arlindo Warken	
Agosto de 1968 até meados de (agosto?) 1979	João Franklin Mäder José Domingues Paliano	Chefiou os Postos Indígenas Carreteiro e Nonoai no RS. Mader foi expulso do PI pelos índios, mas consta que foi demitido. Cacique Kaingang: foi uma das lideranças indígenas protagonista do movimento que destituiu o agente encarregado do Posto Mäder.
Agosto ou setembro de	Leônidas Pereira do Vale	Em setembro de 1982 ainda aparece no referido cargo.

1979 até 17/01/1983 (?)		
18/07/1983 até 12/02/1985 ainda permanece (?)	Martins Toledo de Melo (Engenheiro)	Referido como encarregado do PI; João Luis Serpa Silvério: Coordenador do Projeto Serraria no PI na gestão de Melo;
03/01/1986 até (?)	Jair Eloi de Moraes (Téc. Agricultura e Pecuária)	Aparece nesta data como encarregado.

Fonte: Esta tabela foi elaborada a partir da documentação acessada no Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro e no Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá e Relatório Figueiredo de 1968.

Foto 7: Diretor do SPI com índios Kaingang no Posto Indígena Xapecó, setembro de 1947



Fonte: FÖRTHMANN, Heinz. Setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos, BR MI SPI DA SE IR7 11302-11608, fotografia SPI 11421, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Foto 8: Diretor do SPI entre índios da “polícia indígena” no Posto Indígena Xapecó, setembro de 1947



Fonte: FÖRTHMANN, Heinz. Setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos, BR MI SPI DA SE IR7 11302-11608, fotografia SPI 11417, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Foto 9: Diretor do SPI com criança Kaingang no Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947



Fonte: FÖRTHMANN, Heinz. Setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos, BR MI SPI DA SE IR7 11302-11608, fotografia SPI 11433, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Foto 10: Localização da sede do Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947



Fonte: FÖRTHMANN, Heinz. Setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos, BR MI SPI DA SE IR7 11302-11608, fotografia SPI 11428, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Foto 11: Benfeitorias da sede do Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947



Fonte: FÖRTHMANN, Heinz. Setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos, BR MI SPI DA SE, IR7 11302 – 11608, fotografia SPI 11424, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

As Fotos 10 e 11 evidenciam num primeiro plano o espaço de circulação da sede do Posto com algumas benfeitorias construídas na gestão de Francisco S. Fortes. Assim, aparece na Foto 10 as cercas de madeira com delimitação dos currais para a criação de animais, ainda um pontilhão que permite a passagem pelo arroio Jacu, uma estrada (picada) de circulação e os campos para o pastoreio. Ao fundo da Foto 11 apresenta-se um considerável pinhalão que encobria grande parte das terras dos índios do “Chapecózinho”, sendo possível perceber com uma cor mais clara uma submata no estrato inferior. Enquanto isso, em outra perspectiva, a Foto 11⁷⁴⁷ evidencia num primeiro plano uma Araucária “testemunho” ou solitária, demonstrando que se refere aos resquícios da Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária (Pinhais). Ao centro da Foto 11 aparece a estrutura empreendida pelo agente do Posto e ao fundo da imagem se sobressai a floresta que serviria para o extrativismo de erva-mate e de madeiras. Consequentemente e, ao longo de anos e gestões do SPI, a vegetação na sede do Posto foi substituída por lavouras temporárias.

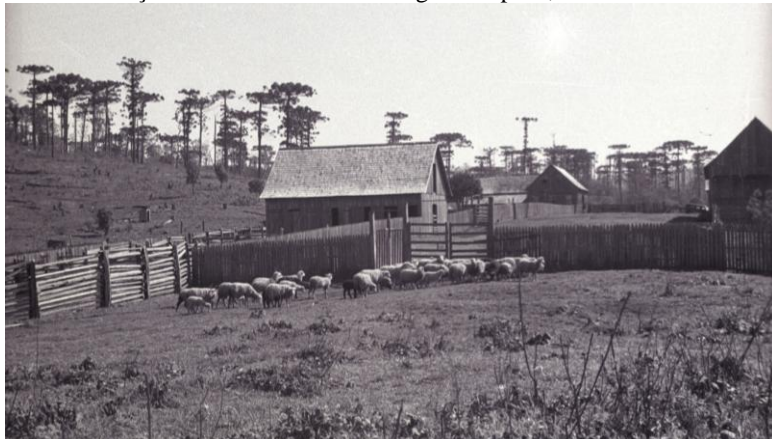
Foto 12: Os alunos e a escola da sede do Posto Indígena Xaçepó, setembro de 1947



Fonte: FÖRTHMANN, Heinz. Setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos, BR MI SPI DA SE, IR7 11302 – 11608, fotografia SPI 11398, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁷⁴⁷ Esta mesma fotografia foi exposta anteriormente para caracterização fisionômica da formação Florestal Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária (Pinhais).

Foto 13: Criação de ovinos do Posto Indígena Xaçepó, em setembro de 1947



Fonte: FÖRTHMANN, Heinz. Setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos, BR MI SPI DA SE, IR7 11302 – 11608, fotografia SPI 11409, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Foto 14: Moinho d'água do Posto Indígena Xaçepó, setembro de 1947



Fonte: FÖRTHMANN, Heinz. Setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos, BR MI SPI DA SE, IR7 11302 – 11608, fotografia SPI 11414, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

A Foto 12 apresenta em primeiro plano os alunos da escola da sede do Posto enfileirados e, ao lado, o auxiliar de ensino Avelino Gonçalves Araújo. A casa ao fundo abrigava a escola, a sala de aula e provavelmente também, conforme acusam os relatórios de 1942 e 1945 do agente do Posto, a moradia do auxiliar de ensino.⁷⁴⁸ Nota-se que as telhas da escola são tábuas de madeira assim como todas as benfeitorias existentes na sede do Posto.

As Fotos 13 e 14 apresentam alguns lugares de atividades laborais e econômicas do Posto. Na Foto 13 está o curral onde se situava a criação de ovinos do Posto, sendo possível ver que todas as cercas e edificações são de madeira. Ao fundo desta mesma imagem e a esquerda é possível visualizar um lugar recém roçado, com vários tocos de troncos de árvores e tantos outros troncos derrubados ao chão; neste mesmo espaço de roçado se percebe uma pequena “casinha”, que provavelmente é a privada. A Foto 14 mostra o moinho d’água onde se realizava o soque da erva-mate bem como se produzia a farinha de milho. Este moinho funcionava por meio de força hidráulica e possivelmente se situava próximo ao arroio Jacu, pois é perceptível na imagem o aqueduto que transporta água para o moinho gerar força motriz.

Na sequência fotográfica apresentam-se as Fotos 15 e 16, com destaque em primeiro plano para as áreas desmatadas que cederam espaço à atividade pecuária do Posto. Na Foto 15 é visível a circulação de ovinos, ao fundo desta imagem percebe-se benfeitorias e o grande pinhalão. A Foto 16 mostra a criação de bovinos circulando no curral expondo ao fundo a mata fechada (cor escura) de pinhais.

⁷⁴⁸ RELATÓRIO ANUAL, Posto Indígena Xaçecó de 10 de dezembro de 1942, Microfilme 064, Planilha 702. Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro; RELATÓRIO ANUAL, Posto Indígena Xaçecó de 1º de dezembro de 1945, op. cit..

Foto 15: Área desmatada para atividade pecuária do Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947



Fonte: FÖRTHMANN, Heinz. Setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos, BR MI SPI DA SE, IR7 11302 – 11608, fotografia SPI 11402, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Foto 16: Curral para atividade pecuária do Posto Indígena Xaçecó, setembro de 1947



Fonte: FÖRTHMANN, Heinz. Setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos, BR MI SPI DA SE, IR7 11302 – 11608, fotografia SPI 11405, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

O que outrora se manifestava como potencialidades do Posto se transformou em “renda indígena”, em parte em virtude da carência orçamentária para executar na prática as bases do indigenismo, mas também, porque o próprio indigenismo brasileiro somente encontrou razão de existência e caminho para alcançar a “integração dos índios” à sociedade nacional por meio do “trabalho” e do “despertar para a economia”. Ademais, o indigenismo a partir dos anos 1930, com a Era Vargas, e, sobretudo no pós 1940, conforme foi exposto no capítulo anterior, só poderia ser viabilizado se estivesse em consonância com os percursos socioeconômicos elencados ao desenvolvimento do país.

O historiador Clovis A. Brighenti afirma em sua tese de doutorado que dentre os pilares de sustentação da “renda indígena” dos Postos no sul do Brasil estavam: a) venda de madeira; b) arrendamento das terras às famílias camponesas; e, c) produção de cereais e leguminosas, como trigo, soja e milho.⁷⁴⁹ Sua tese se dedicou a compreender os meandros do movimento indígena no contexto dos arrendamentos e da desintrusão dos PIs Xapecó e Toldo Chimbanguê. Os arrendamentos e a intrusão tumultuaram as relações entre índios, órgão indigenista e regionais, transformando-as muitas vezes em conflitos deflagrados como acusa Brighenti.

Com isso, se a questão dos arrendamentos merece singular atenção e análise, como o fez o historiador Brighenti, os outros dois pilares da renda indígena também. A produção agropecuária em si contribuiu para a inserção dos Postos na nova lógica produtiva capitalista deflagrada a partir da Revolução Verde, enquanto isso, as áreas florestais e seu potencial energético e industrial foram os últimos suspiros de uma época que se encerraria com o alargamento da exploração do petróleo e derivados, surgindo outra matriz energética, e com os recursos florestais esgotados. Ainda que seja fundamental articular estes três pilares de atuação do indigenismo, deu-se prioridade para a exploração da madeira, que será com maior detalhamento analisada a partir do item 6.3. Os articuladores *in situ* destas três instâncias no PI Xapecó, arrendamento, produção agrícola e exploração florestal, assim como em todos os Postos do sul do Brasil, foram os indigenistas/sertanistas da proteção tutelar. Proteção esta que muitas vezes mostrou-se às avessas. Estes agentes encarregados dos Postos ou simplesmente, chefes de Posto, exerceram papel singular nos meandros

⁷⁴⁹ BRIGHENTI, 2012, op. cit., p. 30.

da proteção, assistência e integração, podem ser pensados inclusive como atores coadjuvantes deste indigenismo brasileiro.

6.2 A proteção tutelar às avessas: os atores coadjuvantes do indigenismo

O primeiro dos nomes de agentes a se destacar na documentação analisada do PI Xaçecó, sem dúvidas, foi o do encarregado Francisco Siqueira Fortes.⁷⁵⁰ Comumente chamado pelos Kaingang de “Chico Fortes” (Figura 16), permaneceu à frente do Posto de 1942 e 1948 e foi o pioneiro ao sugerir os “negócios da madeira” e de “soja” e a engajar-se na emancipação e promoção da exploração das potencialidades das terras dos índios do “Chapecózinho”, como reflexo de um movimento que já ocorria regionalmente.

Conforme foi destacado no capítulo anterior, as terras dos índios do Xaçecó foram alvo de esbulhos e cobiça em boa parte do século XX. A saída de Chico Fortes está relacionada com a pressão externa (regional) para a efetiva grilagem de parte das terras.⁷⁵¹ O agente era “amigo” do juiz Selistre de Campos, quem recebeu várias denúncias e defendeu os índios Kaingang. Com a saída de Chico Fortes do Posto é possível que certa “defesa” interna que porventura existia em relação à expropriação das terras tenha esmaecido. Por sinal, o SPI se omitiu em defender os índios do “Chapecózinho” em momentos circunstanciais, vindo a “reserva” a ser reduzida de 50 mil hectares para pouco mais 15 mil hectares.

O Relatório de Inspeção Parcial de 17/05/1947, elaborado por algum membro da sede do SPI do Rio de Janeiro, cuja assinatura não permite a compreensão do nome, faz observações sobre a situação do PI Xaçecó e sobre a gestão de Chico Fortes.⁷⁵² Para o relator este Posto se encontrava em “franco desenvolvimento, embora o seu encarregado se utilize de métodos antigos”. Na avaliação *in loco* o relator indica a produção do Posto composta por “boas roças” de milho, arroz, feijão,

⁷⁵⁰ Exerceu a função de juiz de Paz por treze anos em Faxinal dos Guedes, sendo indicado ao cargo pelo amigo Juiz de Chapecó Selistre de Campos. D’ANGELIS e FÓKÆE, op. cit., p. 40.

⁷⁵¹ Os documentos referentes a IR7 não esclarecem o que levou ao encarregado Chico Fortes a deixar seu cargo, contudo, evidenciam conflitos de terras com posseiros que procuravam, por meio de pressões político-estaduais e feitas à IR7, grilar parcela do então território Kaingang do Xaçecó.

⁷⁵² RELATÓRIO, Inspeção Parcial procedida na IR7, de 17 de maio de 1947, Rio de Janeiro. Microfilme 379. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

alfafa e mandioca, bem como por “boa criação de porcos” e “bom gado”. Afirma que estava sendo finalizada a construção de um “grande barbaquá” para a “indústria” da erva-mate.

A narrativa do relator em certa medida reprova a atuação de Chico Fortes, apesar de descrevê-lo como “um bom trabalhador”. O encarregado é acusado de “prender os índios e cobrar-lhes carceragem”, provavelmente por meio da ação da “polícia indígena”, milícia essa retratada nas Fotos 7 e 8 onde o diretor do SPI aparece ao lado de lideranças políticas indígenas no ano de 1947. A prática da “carceragem” no Posto alcançou *status* de código de conduta e punição interna autônoma e sobreposta à legislação brasileira (Código Penal e Indigenista). A construção de uma “cadeia” serviu como punição aos índios que cometiam delitos diversos e desafiavam as ordens do chefe do Posto. Ainda hoje esse sistema de punição da “cadeia” assombra os índios do “Chapecózinho”. O relator afirma que Chico Fortes proibia as “carreiras” que eram apreciadas pelos índios,⁷⁵³ sendo que o encarregado foi aconselhado pessoalmente à “[...] usar de meios mais brandos e eficazes, evitando as suas queixas.”⁷⁵⁴ Pode-se questionar que meios mais brandos e eficazes seriam estes aconselhados pelo indigenista. Sem embargo, o fato de o relator mencionar que havia “queixas” do agente encarregado, expõe que os Kaingang nem sempre aceitavam o cerceamento ao estilo de vida, bem como as ordens e regras impostas pelos chefes do Posto.

O “policimento indígena” veio nas palavras de Chico Fortes com o intuito de colaborar “para a boa marcha da administração”, sendo este “serviço” pago com “a verba de um trabalhador”. O termo “polícia indígena” aparece pela primeira vez no Relatório do Posto de 10/12/1942, elaborado por Fortes.⁷⁵⁵ O agente manifestou no relatório de 1945 que enfrentava problemas com o acesso ao álcool entre os índios, causando problemas com bebedeiras.⁷⁵⁶ A criação de uma milícia subordinada ao chefe convinha ao controle das relações de poder e pautava a hierarquia interna do Posto. Mas em ofício n. 7 de 23/04/1960 o agente encarregado do Posto, Nereu Moreira da Costa, sugere e pede explicação sobre a “polícia indígena”.⁷⁵⁷ Nereu afirma que recebeu a ordem de serviço interna n. 29 que “cria a polícia indígena nos Postos” e

⁷⁵³ “Carreiras” consistem em competições à cavalo.

⁷⁵⁴ RELATÓRIO, Inspeção Parcial procedida na IR7, de 17 de maio de 1947, op. cit..

⁷⁵⁵ RELATÓRIO, Posto Indígena Xaçecó, 10 de dezembro de 1942, op. cit..

⁷⁵⁶ RELATÓRIO ANUAL, Posto Indígena Xaçecó, 1º de dezembro de 1945, op. cit..

⁷⁵⁷ OFÍCIO n. 7, de 23/04/1960, Microfilme 064, Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

que acredita ser interessante e uma necessidade, assim, sugere que se realize nos Postos “uma seleção na rapaziada indígena” e pede explicação de como irá “manter esse policiamento, vencimentos, fardamentos etc. ainda mais que devemos manter pelos menos dois homens diariamente equipado e no serviço.”

Na carta escrita por Chico Fortes ao funcionário da IR7, Deocleciano de Souza, conhecido pela alcunha “Nenê”, 11 de março de 1948, que antecede a saída do encarregado do Posto, o agente solicita ajuda do “amigo Nenê” para que interceda com o diretor-chefe da IR7, Lourival da Mota Cabral, para receber seus “cobres”.⁷⁵⁸ No decorrer da carta, afirma ao amigo que não precisa se incomodar quanto a sua permanência no cargo, que “[...] deixe correr frouxo, porque mesmo não me interessa em vista dos acontecimentos. [...]” O reembolso que Fortes solicita possivelmente se refere a sua parcela na “[...] colheita de trigo. Foi semeado três sacos e rendeu na colheita, 120 sacos, trigo de primeira. Quando esteve aqui o seu Donatini, andaram no trigal, disseram, que o Encarregado plantava trigo e colhia samambaia. [...]”. No documentário de Förthmann, “Entre os índios do Sul”, é possível visualizar um grande trigal que é percorrido pelo diretor do SPI Donatini Dias. Provavelmente é a produção tritícola do Posto e/ou do agente encarregado.

O termo utilizado por Fortes, “em vista dos acontecimentos”, possivelmente se refere a falta de apoio da agência frente às pressões exercidas por posseiros, como Alberto Berthier de Almeida e Gaspar Coitinho – ambos residentes no Rio Grande do Sul, mas com pretensões para a extração de madeira e expansão de seus negócios madeireiros (serrarias) –, que se articulavam politicamente para grilar parcela das terras dos índios do Xapecó, o que ressalvo especificidades acerca da luta pela terra em território Kaingang, conseguiram.⁷⁵⁹

Entre meados de 1948 até meados de 1949, com apenas um ano de rápida e conturbada atuação, quem assumiu a chefia foi o agente encarregado Wismar Costa Lima (Figura 17). Este agente, segundo o linguísta Wilmar D’Angelis, estava articulado com madeireiros e latifundiários da região interessados em apoderar-se e explorar as terras e florestas do Xapecó.⁷⁶⁰ De fato, foi na gestão de Wismar e no ano de

⁷⁵⁸ CARTA, Prezado amigo Nenê, assinado por Francisco Siqueira Fortes, encarregado do Posto Indígena Xapecó ao funcionário da IR7, Deocleciano de Souza, 11 de março de 1948. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁷⁵⁹ ALMEIDA e NÖTZOLD, 2011, op. cit.

⁷⁶⁰ D’ANGELIS e FÓKÂE, op. cit., p. 40 e 41.

1949 que ocorreu a fatídica “transferência” forçada dos Kaingang que residiam no Toldo Imbú ou Umbú, atualmente município de Abelardo Luz, para a sede do Posto, nas aldeias Jacu e Banhado Grande, liberando parte das terras dos índios do “Chapecózinho” para posseiros e grileiros.

É possível perceber em alguns documentos referentes a gestão de Wismar que sua breve administração foi tumultuada. Há ofícios que apontam as reclamações feitas pelo agente à IR7 e que visam comunicar os “problemas” enfrentados, como a situação com dois índios chamados Genuíno e Agripino Mendes, que ameaçavam suas ordens e “aterrorizam” todos.⁷⁶¹ No referido caso, o agente afirma preferir não utilizar-se da polícia indígena, visa evitar confronto direto, pois “campeia” na região e entre os índios do “Chapecózinho” “os maus vícios do célebre Contestado”.⁷⁶² Admite, neste caso, que recorreu ao delegado de polícia regional, mas este também não obteve sucesso, pois nas suas palavras, persiste na região a “virtude” de “saber manejar um revólver”. Ironicamente, Wismar procurou defender sua gestão frente a IR7 e esclareceu no ofício de 25/05/1949 que seus intentos procuravam “[...] unicamente morigerar os hábitos perniciosos de nosso índio naquela região [...]”. Por sinal, finaliza o ofício dizendo que segue ao “nobre lema do S.P.I.”, qual seja: “[...] fazer do índio um elemento produtivo à si e a nossa Pátria.”⁷⁶³

⁷⁶¹ “[...] continuam a aterrorizar como de costume os índios do Toldo Pinhalsinho assim como os civilizados que residem vizinhos [...]. Os referidos índios armados de revólver quasi que diariamente promovem desordens ameaçando a vida de quem deles se aproximam. Enfim são indivíduos perigosísimos. Já não tomei providencias severas sobre o caso para não expor minha vida assim como a da Polícia Indígena sem a mínima possibilidade de sucesso, pois os indivíduos atiram para matar e para responder-nos fogo, saímos fora do lema do S.P.I. que é “Morrer si preciso fôr, matar nunca”. OFÍCIO, 02 de maio de 1949. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁷⁶² Conforme mencionado anteriormente, o Contestado se desenvolveu entre 1912 e 1916 e se refere a disputa entre Paraná e Santa Catarina pela posse das terras do centro-oeste catarinense. Esses conflitos armados envolveram sertanejos caboclos na luta e posse pelas terras. A expressão “vícios” do Contestado faz referência as inconcistências na posse e as lutas armadas. MACHADO, op. cit..

⁷⁶³ OFÍCIO, 25 de maio de 1949. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Figura 16: Retrato e ficha com informações sobre o agente encarregado Francisco Siqueira Fortes

MINISTERIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
9ª INSPECTORIA REGIONAL

NOME: Francisco Siqueira Fortes

DATA DE NASCIMENTO: 28 de Novembro de 1899

FILHO DE: Fabiano Alves de Siqueira Fortes
e de D. Leopoldina Anilla Fortes

SITUAÇÃO MILITAR: 3ª categoria - 23.8/11

Nº DO CERTIFICADO: 1 de Janeiro de 1942

NATURALIDADE: Palmeira das Missões, P. S. Sul

ESTADO CIVIL: Solteiro

NOME DA CONJUGE:

NUMERO DE FILHOS:

NUMERO DE MATRÍCULA NO I.P.A.S.E. 295083



DOCUMENTOS APRESENTADOS:

FUNÇÃO QUE EXERCE: Agente VIII

LUGAR ONDE SERVE: P. do Xapuri

VERCIMENTOS MENSUAIS: b# 600,00 - b# 1.100,00

FUNÇÕES EXERCIDAS DESDE ADMISSÃO:

Fonte: Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

Figura 17: Retrato e ficha com informações sobre o agente encarregado Wismar Costa Lima

MINISTERIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÕES ÍNDIOS
1ª INSPECTORIA REGIONAL

NOME Wismar Costa Lima	DATA DO NASCIMENTO 8 de Agosto de 1900
FILHO DE: Quonimo da Costa Lima	SITUAÇÃO MILITAR: 3ª categoria
E DE D. Sebastiana do Amaral Lima	Nº DO CERTIFICADO: 60.554
NACIONALIDADE: <u>Bras</u>	DATA DE ADMISSÃO: de Janeiro de 1942
Matém no sul. Paraná	
ESTADO CIVIL: <u>casado</u>	
NOME DA CONJUGE: <u>Angela Costa Lima</u>	
NUMERO DE FILHOS: <u>dois</u>	
NUMERO DE MATRICULA NO I.P.A.S.E. <u>295.074</u>	
DOCUMENTOS APRESENTADOS:	
FUNÇÃO EXERCE: <u>Agente VIII</u>	
LUGAR ONDE SERVE: <u>P. I. de Uruçumirim - Sul de Paraná</u>	
VENCIMENTOS MENSUAIS: <u>br 600,00 - br 1/100,00</u>	
FUNÇÕES EXERCIDAS DESDE ADMISSÃO: <u>Agente III - Agente Ref.</u>	

22

Fonte: Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

O teor dos documentos demonstra que Wismar destinou seus “esforços” a resolver os problemas associados à administração e às relações de poder em detrimento da promoção da emancipação econômica. Não somente pelos documentos é possível perceber que a gestão do agente foi tumultuada, visto que os Kaingang rememoram o chefe como uma pessoa que “não gostava assim muito de índio”. O sr. Miguel Alípio recorda que Wismar foi um agente “ruim” para índios e pra comunidade indígena, ele afirma que,

O Wismar só porque quando ele tava chefiando aí, ele foi um chefe muito ruim pra.... Assim pros índios... como é... pra comunidade indígena né! Ele... eu achei assim que ele não gostava assim muito de índio né! Então foi aonde ele... foi o único chefe que... que... maltratou bem dizer os índio aqui foi ele! Daí quando os índio fizeram uma revolta contra ele ... tocou de ir se retirando!⁷⁶⁴

Quem substituiu Wismar em meados de 1949 foi Nereu Moreira da Costa, este foi o agente que permaneceu mais tempo à frente do Posto, atuando ao longo de quinze anos, até princípios do ano de 1964. A gestão de Nereu esteve completamente alicerçada na proposta do SPI em promover a emancipação econômica dos Postos. Nereu foi o responsável pela ampliação das frentes econômicas vislumbradas por Chico Fortes e, conseqüentemente, o agente conseguiu envolver a comunidade na produção agropecuária e na exploração da madeira, inclusive implantando uma serraria. Na Foto 17, Nereu aparece em pé, usando óculos escuros, ao lado da porta do motorista do caminhão Ford, que é dirigido provavelmente por seu irmão e trabalhador do Posto desde 1950, Manoel Moreira Lara, mais conhecido como Janjão. A fotografia é singular, foi realizada por Nilo de Oliveira Vellozo da SE do SPI e mostra a colheita do trigo no PI Xapecó no ano de 1952. A dedicação às atividades agrícolas de Nereu aparece claramente na documentação do SPI. Sua gestão inseriu o Posto no contexto regional de produção bem como na categoria nacional de um dos Postos Indígenas mais engajados na emancipação econômica.

A produção agropecuária consistia num dos caminhos para a emancipação econômica, assim, os esforços nos Postos Indígena do sul do Brasil ganharam novos contornos com a chegada da Revolução Verde. Nereu estava empenhado em possibilitar que o PI Xapecó se tornasse um dos Postos de referência no sul em produção agropecuária. No ano de 1949, quando assumiu como agente, a produção de milho do Posto era de 14.400 kg, enquanto isso, o Posto Indígena Ivaí no Paraná atingia a maior produção da IR7 com 48 mil kg. A produção do PI Xapecó era pequena considerando que a IR7 produziu o montante de 240.600 kg de milho. A produção tríticola do PI Xapecó também era baixa, com apenas 3.900 kg, enquanto que os Postos Indígenas

⁷⁶⁴ ALÍPIO, M., *Entrevista*, op. cit..

Kaingang do Rio Grande do Sul, como o PI Ligeiro chegava a 39.763 kg, o PI Cacique Doble alcançava 8.400 kg e o PI Guarita atingia 6.480 kg.⁷⁶⁵ Por sinal, a IR7 atingiu um total de produção tritícola de 60.253 kg. Essa situação de fato se alterou à medida que o Posto se inseriu nos projetos de desenvolvimento agrícola e pecuário.

Foto 17: Colheita do trigo no Posto, com o agente encarregado Nereu Moreira da Costa, 1952



Fonte: VELLOZO, Nilo de Oliveira. 1952. BR MI SPI DA SE IK 2774-2802, fotografia SPI a2782, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Quase uma década depois de Nereu ter assumido a gestão, de acordo com o relatório anual da IR7 de 31/12/1957,⁷⁶⁶ o PI Xaçecó se

⁷⁶⁵ RELATÓRIO, IR7 de 30 de dezembro de 1949, op. cit..

⁷⁶⁶ RELATÓRIO, IR7 de 31 de dezembro de 1957. Microfilme 341. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

tornou o maior produtor de milho entre todos os Postos Indígenas do sul do Brasil, com o volume 30 mil kg, sendo que no total da IR7 os postos alcançaram 239.540 kg. O Posto também estava entre um dos maiores produtores de feijão. Ademais, aparecia como o terceiro maior produtor de trigo, de um conjunto de oito Postos produtores no sul, com o volume de 32 mil kg. O maior produtor de trigo da IR7 era o PI Nonoai do Rio Grande do Sul, com o volume de 64.500 kg, seguido pelo PI Ligeiro com 44.500 kg. O montante total da produção tritícola da IR7 alcançou em 1957 o número de 183.350 kg. A despeito disso, o destaque consiste na produção de soja, que somente ocorreu em 1957 nos PIs Xaçecó e Duque de Caxias (Xokleng/Laklãnõ), ambos situados em Santa Catarina. O primeiro atingiu 12 mil kg e o segundo alcançou 3 mil kg, totalizando para a IR7 15 mil kg. Desde então e, progressivamente, o cultivo de soja preponderou na grande maioria das áreas de plantio nos Postos dos sul do Brasil, inclusive vindo os Postos do Rio Grande do Sul a alcançarem marcas consideráveis de produção.

Em 1952 o fotógrafo da SE/SPI, Nilo de Oliveira Vellozo, registrou algumas imagens dos labores existentes no PI Xaçecó. As Fotos 18, 19, 20 e 21 visaram mostrar os “esforços” do agente do Posto Nereu nas lidas do campo: com ênfase à colheita do trigo. A Foto 18 mostra em primeiro plano o trigal, ao fundo está o grande pinhalão existente na área e, na cena principal, o agente Nereu, sentado no trator da marca John Deere, puxando uma colheitadeira e ao seu redor indígenas e não indígenas no apoio à colheita. A Foto 19 representa um recorte da imagem anterior com o fito de mostrar as minúcias da cena principal. No detalhe, é possível perceber alguns troncos de árvores de Araucária tostados e dispersos na lavoura, referente às queimadas realizadas na “limpeza” do terreno para o plantio.

A Foto 20 é semelhante a Foto 17. Ambas, retratam homens carregando o trigo colhido para cima do caminhão Ford. Nereu, nas duas imagens, está em pé, ao lado do motorista acompanhado de trabalhadores índios e não índios. A Foto 21 apresenta um indígena junto a outra máquina de colher trigo da marca Cockshutt “6B”. Estas imagens são significativas em face da dificuldade em acessar registros fotográficos do PI Xaçecó com ênfase na paisagem.

A Revolução Verde era incipiente quando o agente Nereu introduziu a produção dos “sub-produtos do feijão soja” no Posto para o ano de 1954.⁷⁶⁷ Por outro lado, o Relatório de Inspeção Parcial da IR7

⁷⁶⁷ OFÍCIO, IR7, de 06 de fevereiro de 1954. Microfilme 064, Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

de 17/05/1947 acusa que o agente encarregado Chico Fortes havia solicitado a “remessa de sementes de feijão soja”.⁷⁶⁸ O agente Nereu estava convencido de que havia encontrado no “feijão soja” a solução para o problema da alimentação dos índios. Na concepção de Nereu, era possível fazer vários derivados, como leite, sopa de leite, pão, bolinhos, croquetes, sopa de vagens, óleo, doce de leite, sabão, margarina e queijo. O soja, em suas palavras, consistia num “[...] produto facilíssimo de cultivar; tanto faz seca ou faz chuva ele cresce e produz muito bem [...] enquanto trigo, milho e outros produtos teem arruinado muitos colonos, chegando ao ponto de desânimo na agricultura.” O agente informa que “alguns índios” já estão se alimentando com o leite de soja e afirmaram que “[...] se tomando dois copos por dia, dá para se trabalhar todo o dia, se for preciso, sem ter fome.” De forma irônica, extirpar a fome e dar disposição nutricional para o trabalho com apenas dois copos de leite de soja parecia ser uma revolucionária solução à tutela dos índios.

Com isso, ao encerrar seu ofício de 06/02/1954, o agente afirma que está realizando experiências positivas e que não pode “ficar calado” mediante as dificuldades de muitos outros Postos do sul, visto que “[...] esse abençoado produto poderá resolver também seus problemas aflitíssimo ou cruciante que é a alma alimentação dos índios [...]”. Finaliza o ofício solicitando um livro técnico sobre o soja para o Ministério da Agricultura com fins de “melhor aperfeiçoamento”. Na prática, a produção de soja ocupou o lugar de florestas e pastagens naturais, por conseguinte, transformou a paisagem das terras indígenas no sul do Brasil em lugares de monoculturas. Mas no caso do PI Xapecó, ainda que este Posto tenha sido o pioneiro no cultivo do soja, foram grandemente os impactos da indústria da madeira que mudaram os aspectos fisionômicos da paisagem.

A partir da Era Vargas, mas, sobretudo no período de 1963 a 1977, o crescimento agrícola do Brasil se caracterizou mais lento em relação ao crescimento industrial. Paulatinamente, a agricultura tardia ingressou de forma limitada na revolução tecnológica ou na chamada Revolução Verde impulsionada no pós Segunda Guerra Mundial. Oscilava no campo, de um lado, uma agricultura tradicional com base na utilização intensa dos recursos naturais por meio da fertilização natural do solo e com mão-de-obra direta e, de outro, uma agricultura moderna intensa, cunhada no uso de máquinas, implementos, equipamentos,

⁷⁶⁸ RELATÓRIO, Inspeção Parcial procedida na IR7, de 17 de maio de 1947, op. cit..

insumos modernos, técnicas sofisticadas e com racionalização do empreendimento.⁷⁶⁹ A produção agrícola nos Postos se manifestou inicialmente de forma tradicional. As terras dos índios, por não serem de uso contínuo e intensivo na agricultura e possuírem densa vegetação, apresentavam-se mais férteis que outras. Com o passar dos anos, os tentáculos da Revolução Verde adentraram as terras indígenas e promoveram não somente o desflorestamento e a inserção das monoculturas, mas também considerável produtividade em face aos insumos, maquinário, implementos e equipamentos que eram aplicados nas lavouras. Contudo, ressalva-se que o aumento da produtividade agrícola nos Postos Indígenas do sul do Brasil ocorreu mediante a inserção das tecnologias agrícolas e, sobretudo, a partir do gerenciamento mais estreito promovido pelos militares por meio da FUNAI, com ares de empreendimento.

⁷⁶⁹ BRUM, *op. cit.*, p. 33.

Foto 18: Colheita de trigo no Posto Indígena Xaçecó, em 1952



Fonte: VELLOZO, Nilo de Oliveira. 1952. BR MI SPI DA SE IK 2774-2802, fotografia SPI a2787, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Foto 19: Detalhe do agente Nereu dirigindo um trator que puxa a colheitadeira, em 1952



Fonte: VELLOZO, Nilo de Oliveira. 1952. BR MI SPI DA SE IK 2774-2802, fotografia SPI a2787, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Foto 20: Carregamento do trigo colhido para o caminhão, em 1952



Fonte: VELLOZO, Nilo de Oliveira. 1952. BR MI SPI DA SE IK 2774-2802, fotografia SPI a2788, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Foto 21: Índio Kaingang junto a uma colheitadeira de trigo, em 1952



Fonte: VELLOZO, Nilo de Oliveira. 1952. BR MI SPI DA SE IK 2774-2802, fotografia SPI a2789, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Apesar dos “esforços” desempenhados pelo agente Nereu Moreira da Costa para a promoção da renda indígena pautada nos “arrendamentos”, “produção agropecuária” (sobretudo agrícola) e na “exploração da madeira”, o encarregado foi “destituído” da administração do PI Xapecó quando deflagrou-se o “golpe militar” de 1964. Conforme já foi apontado no capítulo anterior, a década de 1960 foi um marco fulcral para o indigenismo brasileiro, pois emergiu denúncias bem como a constituição de CPIs com o fito de investigar os meandros da agência tutelar.⁷⁷⁰ O relatório de 19/03/1964 sobre a IR7, elaborado pelo antropólogo Ney Land,⁷⁷¹ descreve que Nereu, agente de índios nível 6-B com instrução primária, exerceu a chefia do PI Xapecó ao longo de quinze anos e “nada fez”, sendo que “somente um ano incrementou o plantio do trigo, alcançando ótima produção que apodreceu em virtude de não haver transporte.”⁷⁷² Informa o referido documento que na,

[...] revolução de 1º de abril foi prêso, sendo acusado de organizador de grupos de onze entre os índios. Possui um sítio ao lado das terras do Posto. Ao que dizem, tudo que era do Posto era levado por ele para suas terras, inclusive a produção de milho. O Cel. Moacyr destituiu-o da chefia do Posto, por meio de processo.

Uma questão inquietante e que chama a atenção sobre esse relatório com data de 19/03/1964, é que o antropólogo Ney Land comenta que, na “revolução de 1º de abril”, Nereu foi preso, contudo, a respectiva data do golpe militar ainda não havia ocorrido quando o relatório teria sido feito. Então, parece que a data do relatório está errada. Em posterior relatório, também elaborado por Ney Land, de 05/06/1964,⁷⁷³ o antropólogo informa que foi instaurado um inquérito

⁷⁷⁰ BRASIL, Resolução n. 65, Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), Diário do Congresso Nacional (Seção I), Ano XIX – n. 174, quarta-feira, 23 de setembro de 1964. BRASIL, Resolução n. 142 de 1965, Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI. Conclusões publicadas pelo Diário do Congresso Nacional (Seção I), Ano XX – n. 97, quarta-feira, 14 de julho de 1965.

⁷⁷¹ Ney Land foi diretor do SPI, assumiu o Departamento de Estudos e Pesquisa da FUNAI e foi diretor do Museu do Índio de 1972 até 1981.

⁷⁷² RELATÓRIO, IR7, elaborado por Ney Land, de 19 de março de 1964. Microfilme 322. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁷⁷³ RELATÓRIO, Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, elaborado por Ney Land, de 05 de junho de 1964, Microfilme 322. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

administrativo contra Nereu, que este foi preso, “acusado de ter organizado os famosos Grupo dos Onze, entre os índios.”⁷⁷⁴ É possível que o agente Nereu tenha sido acusado e preso por ser filiado politicamente ao PTB, ademais, o agente deveria manter envolvimento com a “política”. Convém considerar que Nereu era “amigo” do funcionário da IR7, Deocleciano de Souza, que mantinha relações político-partidárias com o PTB e que seu filho, Dival José de Souza, foi acusado no Relatório Figueiredo de 1968 de utilizar-se do “Serviço de Rádio para as campanhas de Brizzola e outros políticos do PTB”.⁷⁷⁵ De qualquer forma, alguma manifestação ou posicionamento “político” naqueles tempos, certamente seria observado e, sem embargo, reprimido pelos dirigentes militares. O fato de Land usar a expressão “revolução de 1º de abril de 1964” e ter sido funcionário do SPI e da FUNAI, bem como diretor do MI entre 1972 até 1981, indica que ele tinha trânsito entre os militares. A expressão Grupos dos Onze apareceu na narrativa do senhor Albérico Paliano, associado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e ao comunismo:

[...] eu não tô bem lembrado se é o pessoal que, na época não tinha, tanto partido, assim né, na época era Arena e o PMDB. Era só dois partidos que tinha e quem fosse do PMDB era comunista! Então eles eram uns né, daí tinha ele, que era

⁷⁷⁴ Os “Grupos dos Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas” foram organizados pelo político gaúcho Leonel Brizola pouco antes da implantação do golpe militar de 1964. Esses Grupos tiveram apoio de militantes do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), sobretudo no Rio Grande do Sul, e eram compostos por dez homens sob a liderança de um para treinamentos de guerrilha. Os grupos, além de potencial guerrilheiro, deveriam desempenhar o papel de “[...] papel de conscientizadores políticos de um processo revolucionário. Os grupos, no entanto ficaram apenas no planejamento de sua organização; nunca passado à ação. O que, porém, viria a ocorrer seria a perseguição em massa daqueles que se identificaram com a organização, como componentes ou líderes dos Grupos dos Onze Companheiros. Além disso, referência ao número onze reporta à organização de um time de futebol, em que, além dos componentes, um líder organiza e comanda o grupo.” SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/RS, 2003. Disponível em: http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2002_mest_upf_ELENICE_SZATKOSKI.pdf. Acesso em: 1º mar 2013, p.102.

⁷⁷⁵ BRASIL, Relatório Figueiredo de 1968. 30 volumes. Coordenado pelo procurador Jader Figueiredo Correia, quem presidiu a Comissão de Investigação (CI) instalada em 3 de novembro de 1967, Portaria n. 239, com o fito de apurar as irregularidades no SPI apontadas pelas CPIs anteriores, foi entregue ao ministro-general Afonso Augusto de Albuquerque Lima. 30 volumes, Ministério do Interior/MINTER. Coletado, organizado e disponibilizado pelo pesquisador Marcelo Zelic do grupo “Tortura Nunca Mais” de São Paulo, que coordena o Armazém Memória.

funcionário do SPI, era o Nereu Costa, tinha o João Tavares, e o José de Almeida, eram tudo funcionário do SPI na época... e daí tinham um pessoal que era do mesmo partido no município de Xanxerê e daí eles se reuniam e daí criou aquele Grupo dos Onze, que eles falavam, que eram os comunista né! E daí veio uma lei que tinha que prenderem eles, e foi onde o Nereu Costa foi preso. Foi o Nereu Costa, o João Tavares, o José de Almeida, ficaram, nem tô lembrado quantos dias ficaram preso! Mas foram!⁷⁷⁶

Convém destacar que o mesmo relatório de 19/03/1964 que “condena” a atuação indigenista de Nereu, também classificou o agente Wismar Costa Lima, que permaneceu apenas um ano na chefia do Posto, como “pernicioso e ladrão”. Ney Land informa que este funcionário do SPI apesar de estar lotado na IR7, não possuía atribuições laborais, pois na avaliação do relator, Wismar “esteve em outros Postos da 7ª IR e sempre arrazou”, ademais, o agente e seus filhos “brincavam de bang-bang”, além de embebedarem-se em Xanxerê e voltarem ao Posto, apanhados pelos índios, “caindo pelos caminhos”.⁷⁷⁷ Mas o que mais chamou a atenção na descrição “negativa” de Land sobre Wismar é que ele rotula o agente de ser “homem de espancar os indígenas”. Por sinal, essa será uma questão emergente sobretudo nas CPIs e na Comissão de Inquérito (CI) de 1967 que originou o Relatório Figueiredo de 1968. As descrições de Ney Land são fortes, apresentam outra perspectiva de compreensão sobre a atuação destes agentes e ainda trouxeram elementos distintos. Aos poucos a violência física emerge nos documentos como prática corrente nas relações de poder existentes no PI Xaçecó e em outros Postos.

Em substituição ao agente Nereu, quem assumiu o Posto foi o controverso encarregado Sebastião Lucena da Silva. Este se configura noutro nome de destaque na gestão do PI Xaçecó. Na realidade, o

⁷⁷⁶ PALIANO, A., *Entrevista*, op. cit..

⁷⁷⁷ “[...] esteve em outros Postos da 7ª IR e sempre arrazou. Soubemos que em Xanxerê ele e seus filhos ‘brincavam de bang-bang’. Os filhos dentro de casa e êle do lado de fora a trocaram tiros. Êle e os filhos bebiam na cidade e voltavam bêbado, caindo pelos caminhos, onde eram apanhados pelos próprios índios. É homem de espancar os indígenas. Segundo o que dissera, já praticou várias vezes esse esporte. Vendo tudo que o posto produz e possui ‘enfiação do dinheiro no bolso’. O Chefe da Inspeção lhe disse que, enquanto fosse chefe, ele não seria coisa alguma em posto algum.” RELATÓRIO, IR7, elaborado por Ney Land, de 19 de março de 1964, op. cit..

destaque não é exatamente o mesmo dado a Chico Fortes e a Nereu. Assim, como Wismar, Lucena teve uma conturbada e breve gestão e se manteve pouco mais de um ano à frente do Posto. O agente saiu sob a condição de denúncias de “cortes de pinheiros” e foi inclusive acusado pelo Relatório Figueiredo de ter sido beneficiado financeiramente em favorecimento de terceiros na exploração da madeira do Posto. No relatório de 05/06/1964, mencionado anteriormente, Ney Land destaca alguns aspectos sobre a situação em que se encontrava o Posto após a saída de Nereu e ao tempo da chegada de Sebastião. Afirma que as “condições de trabalho do Pôsto são as mais precárias possíveis, pois nem saúde os índios tem.” Informa o relator que as lavouras que existiam eram individuais e de alimentos básicos, como milho, feijão, arroz, mandioca, batata e cana, quanto a criação de animais, acusa que não havia. Land informa que cada “família possui sua própria lavoura, cuja área plantada varia entre 6.050 m² a 48.400 m²”, e cita as palavras do encarregado do Posto, Sebastião Lucena que lhe dissera: “os índios só querem beber e viver a custa do Pôsto”. Em seu prognóstico final, acrescenta que os índios muitas vezes trabalham para “civilizados”, e que este “gasta imediatamente, tudo que ganha” e que índios e “civilizados” vivem quase em “promiscuidade” neste Posto.

Nesta altura dos acontecimentos, o PI Xapecó bem como todo o SPI, vivenciava momentos cruciais na sua trajetória histórica. Em 1963, o ex-diretor do SPI (1951 e 1955), José Maria da Gama Malcher, membro do CNPI, apresentou o dossiê “Por que fracassa a proteção aos índios” onde expôs e admitiu a corrupção e as irregularidades da agência visando “recuperar” o moral do órgão e sugerir reformas fundamentais que não ocorreram.⁷⁷⁸ No PI Xapecó, após a saída de Sebastião Lucena da Silva, outros nomes se destacam na documentação, como os agentes encarregados Atílio Mazalotti e Franklin Mäder, além do cacique Kaingang José Domingos Paliano. Assim como Wismar e Lucena, Mazalotti permaneceu como agente pouco tempo, de meados de 1966 até meados de 1967, sua administração foi permeada por acusações de enriquecimento ilícito, irregularidades e má administração. Mäder, assim como Chico Fortes e Nereu, permaneceu mais tempo, assumiu como agente encarregado em agosto de 1968, em tempos de FUNAI, e se manteve na chefia até meados de 1979. Por sinal, Mäder se dedicou a implementar de forma empreendedora os projetos desenvolvimentistas

⁷⁷⁸ BIGIO, Elias dos Santos. Ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.13-93, dez. 2007.

do indigenismo da FUNAI no Posto, atuando com afinco para a geração da “renda indígena”. Em virtude do advento de novos tempos, com o movimento indígena, Mäder foi deposto pelo cacique Kaingang Zé Domingos, como era conhecido Paliano, vindo posteriormente este cacique a entrar em conflito com a própria comunidade, acusado de manter as mesmas estratégias de atuação da FUNAI.

Enfim, de 1964 até 1980, sucederam-se anos difíceis e envoltos em situações melindrosas, conflituosas, sinistras e desafiadoras, onde o protagonismo indígena evidenciou-se e impôs outros caminhos na condução do indigenismo no “Chapecózinho”. Ademais, tais gestões estão associadas com o aprofundamento da crise e extinção do SPI e a criação da FUNAI, bem como com os novos rumos do indigenismo promulgados pelos governos militares. De qualquer modo, os atores coadjuvantes do indigenismo conseguiram envolver os índios no “trabalho” e promoveram o “despertar para a economia” por meio da geração da renda indígena como forma de emancipação dos índios. Essa condução do indigenismo no Posto está estreitamente associada com a crescente exploração da madeira na TI Xaçecó, como se fosse uma lógica irrefutável à especialização econômica.

6.3 “Os negócios da madeira”: entre interesses e embates

Definitivamente o que trouxe novos impulsos e contornos à economia do Posto, acarretando noutra constituição fisionômica à paisagem da TI Xaçecó em poucas décadas, foi a exploração da madeira nas terras dos índios do “Chapecózinho”. Essa exploração foi visionada, incitada e inicialmente promovida pelo agente encarregado Chico Fortes. Naquele momento, a exploração dos recursos florestais na cadeia produtiva da madeira ocorria de forma intensiva no contexto regional, estadual e nacional, sobretudo no centro-sul do Brasil com o apoio do INP, INM e governo federal, conforme foi destacado no capítulo anterior. Por sinal, os motivos que permeiam as diversas tentativas de grilagem e esbulho às terras dos índios do “Chapecózinho” – desde 1923 até a década de 1960, quando consolidou-se os limites da terra –, embasam-se nos recursos florestais existentes, visto que a reserva consistia num lócus abundante e cobiçado pelas potencialidades.

No Ofício n. 12 de 3/06/1951 ao chefe da IR7, Lourival da Mota Cabral, o agente de sertão encarregado do Posto comunica que, em 30 de maio daquele ano, a área indígena foi invadida por “[...] três grupos

de homens assalariados da serraria do cidadão Alberto Bertier de Almeida residente em Passo Fundo no Rio Grande do Sul, com serraria nas proximidades desta área.⁷⁷⁹ O agente Nereu explica que o “índio fiscal local Emídio Major”, da polícia indígena, lhe informou ter visto oito “trabalhadores” “equipados de machados, serras e diversos ternos de bois para arrasto” devidamente munidos com “três espingardas de chumbo” e que estavam derrubando pinheiros e “preparando toras para a serraria e arrastando alguns cernes”. Nereu informa que rumou no mesmo dia para a área citada com “[...] oito testemunhas civilizadas e mais ou menos 200 índios, todos desarmados para embargar e protestar contra tão grave ameaça a tranqüilidade de quase mil humildes selvícolas; Onde foi contado número de 20 pinheiros derrubados e toreados para a serraria.” Mas o embargo não cessou, nas palavras de Nereu, o gerente da serraria, o Sr. Solon Bertier Winkler disse que “[...] esperava novas ordens para prosseguir devastações nem que seja necessário usar armas.”. Assim, o agente afirma temer que “eles” tragam “bandidos do Rio G. do Sul para continuarem o serviço.”, ademais, os indígenas estavam “agitadíssimos” e decididos, “caso não haja justiça”, a agirem por si, visto que “não podem ficar sem erva mate e pinhão”, pois estes constituíam e constituem “o seu meio de vida”. Segue o contexto da situação:

Índigenas estão agitadíssimos prometendo caso não haja justiça fazerem com as próprias mãos: Dizem também que a não ser com ordem do governo não retiram, nem que seja preciso sacrificar o último indígena. Apela que não podem ficar sem erva mate e pinhão que constituiu e constitui o seu meio de vida e no cantinho que o capitalista Bertier tenciona enxotá-los nada disso tem. Corre grande perigo não seja solucionado urgente este caso.

Encaminhei termo invasão ao Sr. Dr. Promotor da Comarca o qual aguarda ordens urgentes dessa chefia, afim de que possa se intervir no caso. Dr. Antonio Selistre de Campos advogado da causa Indígena já telegrafou ao General Candido Mariano Rondon e Governador do Estado.

⁷⁷⁹ OFÍCIO n. 12, de 3 de junho de 1951 ao chefe da IR7, Lourival da Mota Cabral, de Nereu Moreira da Costa. Microfilme 064. Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Aguardo ordens para agir junto das autoridades
Judiciais e Municipais.
Cordiais saudações.

Recorrendo à Justiça e ao Dr. Antonio Selistre de Campos, informa Nereu que o advogado da causa indígena já havia comunicado ao governador do Estado e ao general Rondon. Selistre de Campos escreveu para diversas autoridades políticas sobre os impasses nas terras dos índios do “Chapecózinho”, inclusive ao presidente JK. Dr. Selistre de Campos faleceu em 1957 sem ver a resolução deste caso, sendo que a grilagem, a cobiça e os embates continuaram a se desenrolar na gestão de Nereu e de agentes subsequentes do Posto. Conforme foi destacado no capítulo anterior, em 1959 foi completado o processo definitivo da demarcação e titulação dos 15.009,900 ha da TI Xaçecó, vindo o registro de imóvel a ser feito em 1965 e a expedição do registro do imóvel em cartório somente no ano de 1979. De fato, a homologação pela Presidência da República foi feita apenas em 1991, sobre o montante de 15.623,9581 ha.

A Figura 18, também exposta no capítulo anterior, conforme já foi informado, representa o momento de consolidação do registro do imóvel junto ao IRASC. Contudo, o destaque aqui vai para “quem são” os lindeiros das terras dos índios (informações sublinhadas para destaque). Os proprietários das terras circunvizinhas ao “Chapecózinho” envolveram-se em “negócios da madeira”, havendo diversas serrarias e/ou madeireiras regionais. Nos limites ao norte estão as terras do sr. Alberto Berthier de Almeida e de outros, como a I.C.M. (Indústria e Comércio de Madeiras) Pagnoncelli S.A. Ao leste, novamente estão as terras de “propriedade” do sr. Berthier e a Fazenda Alegre. Ao sul, apresenta-se a Empresa Colonizadora Lunardi e a Madeireira Industrial Xanxerê Ltda. Por fim, ao oeste, está novamente a Empresa Colonizadora Lunardi. O sr. Berthier, além de ter se apossado de parte das terras na região e grilado os índios Kaingang, veio a promover invasões nas terras do PI Xaçecó, conforme acusa o relato do chefe do Posto no Ofício n. 12 de 3/06/1951, e, ainda reivindicou insistentemente as pretensas “posses” dentro do PI Xaçecó mesmo após a demarcação e titulação de 1959, conforme indicam os documentos pesquisados.

Figura 18: Registro do imóvel das terras dos índios do “Posto Indígena Dr. Selistre de Campos”, processo no IRASC

Fonte: PROCESSO, 2221/1997, 1º volume, Fl. 040. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Processo acessado na Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

Em 13 de março de 1961 o sr. Berthier de Almeida enviou um telegrama ao presidente da República, Jânio Quadros, queixando-se de funcionários do SPI e informando que os índios haviam invadido suas terras, sem o caso ter alcançado qualquer resolução. Berthier informa que vem “reclamando” há 20 anos administrativamente sobre o que chama de “invasão” sobre “minha propriedade lugar denominado Chapecozinho”. Sem delongas, o telegrama queixa-se de funcionário do SPI, sem citar nomes, provavelmente referindo-se ao agente Nereu, quem respondia à frente do Posto, argumenta que as terras dos índios são “inaproveitada(s)” e que existem “inescrupulosamente” relações entre “terceiros” situados nas terras e o funcionário do Posto. Tais relações se referem ao caso da intrusão de colonos por conta dos arrendamentos e do sistema de parceria. De todas as questões relatadas pelo madeireiro gaúcho, o que mais chama a atenção é seu posicionamento mediante a exploração da madeira. Berthier diz sem titubear que a permanência dos funcionários do SPI em suas terras deve-se ao fato de existir nelas “luxuriante floresta de pinheiros”. Segundo ele, esta floresta vem “sendo devastada criminosamente pelo funcionário”, que “montou no local engenho” com vistas a “serrar madeira sem ordem” do SPI, “sendo certo que grande parte” de

“madeiras brutas” são desviadas para “engenhos colocados na circunvizinhança”.⁷⁸⁰ Este mencionado “engenho” montado no Posto para serrar madeiras refere-se aos “esforços” de Nereu em instalar uma serraria no Xaçepó. O agente apesar de todas as tentativas não chegou a transformar tal “engenho” numa serraria e/ou madeireira capaz de promover a autonomia financeira do Posto, por outro lado, essa especialização econômica ocorreu nos anos posteriores com a intervenção dos militares que direcionaram a “geração de renda” nos Postos Indígenas do Brasil por meio do Departamento (Geral) do Patrimônio Indígena, DPI e DGPI, com a instituição dos Projetos de Desenvolvimento Comunitário referentes ao Programa de Desenvolvimento de Comunidade Indígena/PRODEC – FUNAI.

Na condição de “suposta” vítima, Berthier imaginava garantir para si as terras do “Chaçepózinho”, enquanto empresário regional do ramo madeireiro tencionava promover a exploração da “luxuriante floresta de pinheiros” das terras dos índios antes que o órgão indigenista tivesse “devastado” todo o pinheiral. O telegrama de março de 1961 chegou à direção do SPI. O Ten. Cel. Tasso Villar de Aquino, quem permaneceu menos de um ano à frente da agência, solicitou conhecer

⁷⁸⁰ “Solicito venia levar conhecimento vossencia mais vinte anos venho reclamando administrativamente contra *invasão minha propriedade lugar denominado Chaçepózinho* município de Xanxerê estado de Santa Catarina parte Serviço de Proteção aos Índios PT Reserva mais centro trinta milhões metros quadrados terras efetuada governos estado localizar selvícolas completamente *inaproveitada* estando sendo *inescrupulosamente entrosada com localização terceiros*/parte funcionário posto indígena PT Insistência funcionários Serviço Proteção Índios permanecer terras minha propriedade somente encontra explicação fato *ali existir luxuriante floresta pinheiros esta sendo devastada criminosamente pelo funcionário* acima referido que *montou no local engenho serrar madeira sem ordem* Serviço Proteção Índios sendo certo que *grande parte madeiras brutas esta sendo desviada engenhos colocados circunvizinhança* PT curso ano 1947 formalizei acordo Serviço Proteção Índios que reconheceu justeza minha reclamação mas até hoje não foi cumprido pelo interesse ora denunciado e relativo a exploração do pinhal acrescendo a circunstância processo respectivo foi extraviado apesar protocolado sob numero 5 209/47 Ministério Agricultura PT Recentemente atendendo minha reclamação protocolada número 289 em 25 janeiro corrente ano senhor ministro Barros Carvalho determinou *fosse sustado corte madeiras paralizadas* todas atividades condizentes *devastação floresta pinheiros* PT *essa ordem ainda não chegou conhecimento encarregado posto que continua exercendo atividades ilícitas na minha propriedade onerando cada vês mais patrimônio nacional* deverah responder danos *estou sendo vítima* PT faço veemente apelos vossencia cujo governo se inicia sob promissor aspecto de moralização da coisa pública sentido seja determinada abertura rigoroso inquérito através pessoa estranha serviço proteção índios destinado surpreender veracidade denúncia ora estou levando devida permissão ateh vossencia certesa será levado devida consideração. PT perdoe vossencia minha ousadia mas já não tenho para quem apelar administrativamente respeitosa saudações Alberto Berthier de Almeida Passo Fundo Rio Grande do Sul” Andradas 1727 Conj 14 Edifício Osvaldo Cruz. PROCESSO, 2221/1997, 1º volume, op. cit., Fl. 079.

este processo junto ao chefe da Superintendência de Orçamento e Administração, SOA/SPI, Lourival da Mota Cabral. Cabral realizou breves esclarecimentos em documento de 19/04/1961 num “esforço de memória”, “historiando o curso desse problema” e informando que o diretor anterior do SPI, José Maria da Gama Malcher, não havia aprovado convênio do sr. Berthier de Almeida com o ex-escriturário do SPI, Cildo Meireles, para grilar terras dos índios.⁷⁸¹ Noutro documento de 02/05/1961, o chefe da IR7, Dival José de Souza, responde ao diretor do SPI sobre cada questão levantada por Berthier. O inspetor da IR7 refutou as afirmativas do “reclamante”, esclareceu que o Estado de Santa Catarina reconheceu a autonomia dos índios sobre parcela de terras, expedindo título definitivo, e, veio a afirmar tacitamente que o SPI procurava preservar o patrimônio dos índios enquanto o sr. Berthier não perdia as “esperanças” de “apossar-se daquela área”. Para Dival a queixa do madeireiro decorreu em virtude da “montagem de uma serraria” para aproveitamento de pinheiros que seriam “perdidos” em “decorrência da construção de uma barragem”, realizada pela Comissão de Energia Elétrica do Estado de Santa Catarina para edificar uma usina “hidro elétrica de alta capacidade”, e, que iria alagar extensa área dentro e fora das terras dos índios, nas margens do rio Chapecozinho. Para tanto, afirma que “nossa serraria” aproveitaria “pinheiros tombados” por “sucessivos furacões – cujos estragos poderão ser vistoriados” e que a madeira seria empregada para construir casas aos índios e à reconstrução total do Posto. O inspetor informa que o “engenho” mencionado por Berthier se trata de uma “serraria” que “está sendo construída, com a devida autorização do S.P.I., esperando-se, para futuro breve seu funcionamento, quando, sim, entrará em fase produtiva.”, ademais, nega as intrusões e destruições, apontando que isso ocorreu nas terras ao redor do Posto que pertencem ao “queixoso” Berthier.⁷⁸² Dessa forma, evidencia-se que a serraria do PI Xapécó estava sendo construída no primeiro semestre de 1961.

As investidas, de longa data por sinal, não cessaram por aí. Ao longo da década de 1960, Berthier continuou reivindicando seus direitos sobre a extração de pinheiros nas terras dos índios ou uma indenização. Em documento de 10/04/1967 o advogado da IR7, Kiyossi Kanayama, expede extenso parecer sobre “Memorial de Alberto Berthier de Almeida, por seu procurador, Dr. Hélio Armando Agostinelli, pleiteando diversas providências sobre pinheiros localizados em terras

⁷⁸¹ Ibidem, Fl. 080.

⁷⁸² Ibid., Fl. 081 – 085.

do Poinde. Dr. Selistre de Campos, em Xanxerê, Estado de Santa Catarina, que reputa de sua propriedade”.⁷⁸³ Analisando a petição de Berthier, que se intitulava dono das terras do “Chapecózinho” enquanto legítimo sucessor de José Joaquim Gonçalves (referente a “doação de pagamento” de uma gleba de terras datada de 1857 ou 1859),⁷⁸⁴ o reclamante requeria indenização por “delimitação da área, contagem e marcação de 7.000 pinheiros, vendidos a uma empresa de Porto Alegre, instalação de serraria, venda em concorrência pública de 10.000 pinheiros, apreensão e venda de toras a Hélio Picetti, contrato de construção de 350 casas para índios”. Novamente, as tentativas de Berthier foram frustradas, pois o advogado indefere sobre o “direito ou interesse, econômico ou moral” que assiste ao “peticionário.”⁷⁸⁵

Após as petições de Berthier não lograrem êxito e depois de promover a exploração por meio de serraria e madeira das florestas das terras que se dizia dono, a “firma Alberto Bertieu” vendeu as terras da área nominada de Manduri para posseiros, totalizando um conjunto de 2.500 pessoas. Herdeiros de antigos impasses, estes posseiros continuaram as investidas de Berthier reivindicando a posse das respectivas terras, embasadas no fatídico acordo de 1952 entre o governo de Santa Catarina e o SPI.⁷⁸⁶ Essa situação que passou a envolver milhares de pessoas que se diziam posseiras das terras dos índios do “Chapecózinho”, emperrou a definitiva homologação da TI Xapacó efetivada somente em 1991.

No documentário “Entre os índios do sul”, Heinz Förthmann capta algumas cenas de uma serraria em funcionamento num Posto Indígena do sul Brasil quando ocorreu a visita do diretor da agência indigenista (1947). São filmadas cenas de troncos de madeira da Araucária sendo arrastadas por bois, troncos sendo serrados e alocados nas cercanias da serraria, e, ainda, imagens de pranchas de madeira dispostas ao ar livre e vindo a ser carregadas por caminhões. No relatório da IR7 de 30/12/1949, dentre as diversas informações sobre os Postos Indígenas atendidos pela Inspetoria, estão um levantamento das máquinas de beneficiamento e das benfeitorias disponíveis às atividades

⁷⁸³ Ibid., Fl. 090 – 098.

⁷⁸⁴ PROCESSO, 1975/1966, Fl. 01 – 13. Memorial do Sr. Alberto Berthier de Almeida, pleiteando direitos de propriedade sobre as terras dos índios Coroados, Posto Dr. Selistre de Campos. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Processo acessado na Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

⁷⁸⁵ PROCESSO, 2221/1997, 1º volume, op. cit., Fl. 098.

⁷⁸⁶ Ibidem, Fl. 158 e 159.

produtivas nos Postos. Foram destacados 5 moinhos, 2 atafonas, 1 triturador de cereais, 4 moendas de cana, 3 descascadores de arroz, 1 soque de erva-mate, 1 torno para confecção de cabos de vassoura e 2 serrarias instaladas.⁷⁸⁷ A exploração da madeira por meio de serrarias dentro dos Postos já fazia parte das práticas produtivas da atuação indigenista na década de 1940. No PI Xaçecó ainda não havia sido instalado uma serraria. Dessa forma, as referidas serrarias que o relatório de 1949 comenta referem-se aos Postos Indígenas mais antigos e instalados no Paraná e/ou Rio Grande do Sul.

Por meio dos “esforços” e de “prova de interesse e amor pelo S.P.I.”, conforme destacou o agente encarregado do PI Xaçecó, Chico Fortes solicitou ao “amigo Nenê”, Deocleciano de Souza, chefe interino da IR7, em carta de 15/08/1946, escrita a punho, interesse na promoção de “negócios de explorações de madeiras”. Deixou claro que o Posto carecia de organização e que os “negócios da madeira” podiam ser os meios de “fazer a emancipação deste Posto”. O negócio consistia em conceder a exploração de madeira nas florestas do Posto à firma Borher Filho com participação de 50% nos lucros, sem qualquer financiamento pela IR7. Forma de negócio que se consolidou no Posto, conforme evidencia a carta transcrita.

Prezado amigo Nenê

É portadores da presente os Senhores Balduino Borher e Dodomar Schmitt, os quais apresento-lhe. Os mesmos Senhores vão entender-se pessoalmente com o Senhor Chefe, a negocios de explorações de madeiras nesta area, o qual pelo ao amigo entereçar-se pelo referido negócio, pois, creio que outro igual com pessoas honestas, é inesperavel. Escrevi ao Senhor Chefe, expús as razões para que seja efetuado esse negocio; o qual o Senhor deve de ler o officio esse, e intereçar-se junto ao Senhor Chefe para que seja efetuado esse negocio. Pois o Senhor é conhecedor desta zona, sabe quanto ainda vamos despende para organização deste P.I., e que temos hoje o meio de fazer a emancipação deste Posto, com a própria madeira, e darmos vida a outros Postos com a mesma renda dessas madeiras. Já há tempo venho estudando esse negocio de exploração de madeiras com 50% sobre os lucros sem que a I.R. financie,

⁷⁸⁷ RELATÓRIO, IR7 de 30 de dezembro de 1949, op. cit..

no entanto, nestas condições apareceu à firma Borher Filho, que aceitou. Assim que espero que esses meus esforços não seja perdido. Quéro dar mais uma prova de interesse e amor pelo S.P.I., talvez, suplantar outros negocios feito do mesmo ramo em outros Postos. Contando também com vossos esforços, abraça-lhe o amigo certo. Francisco Siqueira Fortes.⁷⁸⁸

Esta carta juntamente com o Relatório de Inspeção Parcial de 17/05/1947 representa um dos primeiros documentos que fundamenta e sugere a exploração institucional dos recursos florestais nas terras dos índios do Xaçecó. Chico Fortes informou na referida carta que já havia escrito ao “Senhor Chefe” onde expunha as “razões para que seja efetuado esse negócio”, porém, o referido documento não foi encontrado. Na década de 1940 o indigenismo brasileiro foi conduzido ao encontro dos interesses socioeconômicos delineados, assumidos e proclamados pelo Estado Novo. Convém ressaltar que na carta escrita pelo auxiliar de ensino Avelino Gonçalves de Araújo datada de 29/10/1947, onde comunica à IR7 o “desleixo” e a “desordem” deixada pelo encarregado Fortes, Avelino informa em certa altura do texto que providenciaria o depósito das “importâncias das rendas” do Posto no Banco do Brasil em Joaçaba.

6.3.1 Incêndios e madeira desvitalizada: piromania e “cruzeiros vaporando”

Uma informação interessante e ao mesmo tempo inquietante emergida em diversos documentos, referida no Relatório de Inspeção Parcial procedida na IR7 de 17/05/1947, faz referência a ação do fogo e a venda de árvores mortas nos Postos Indígenas do sul do Brasil. Consta que havia no Posto um “[...] grande pinheiral, muito estragado pela ação do fogo e, julgo, deve o mesmo ser aproveitado sem demora, a fim de evitar prejuízo total, para o que se torna necessária a organização da respectiva concorrência no sentido da venda das árvores mortas.”⁷⁸⁹

⁷⁸⁸ CARTA, Agente encarregado do Posto Indígena Xaçecó ao chefe da IR7 do SPI, 15 de agosto de 1946. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁷⁸⁹ “Possúe ainda um grande pinheiral, muito estragado pela ação do fogo e, julgo, deve o mesmo ser aproveitado sem demora, a fim de evitar prejuízo total, para o que se torna

Ademais, num sub-item chamado “Concorrência para o aproveitamento de pinheiros desvitalizados”, o relator afirma ter preparado o “expediente de concorrência para a venda de pinheiros desvitalizados” existentes no Posto Indígena Apucarana no Paraná, a partir da ordem de serviço n. 32, com vistas a publicação de edital no Diário Oficial de Curitiba e nos jornais. Na sequência, é sugerido que alguns Postos da IR7, dentre eles o PI Xapecó, também promovam a concorrência para o aproveitamento da “madeira morta” a fim de evitar prejuízos crescentes.⁷⁹⁰ Mas de fato, em que consiste tal “ação do fogo”? Tal questão recorrente nos diversos documentos da IR7 e do PI Xapecó é pertinente para a compreensão sobre os rumos da exploração da madeira, uma vez que, ao longo de décadas, se “justificou” o “aproveitamento” de pinheiros “desvitalizados”, ou o desflorestamento, em virtude da ação do fogo.⁷⁹¹

Não há dúvidas que Nereu Moreira da Costa foi o agente encarregado de Posto mais “engajado” na emancipação, promoção e geração de renda. Ainda no início de sua gestão manifestou no Ofício n. 22 de 17/11/1950 ao chefe da IR7 quais eram os caminhos que possibilitariam ao Posto alcançar a auto-subsistência, a emancipação e a superação dos “problemas indispensáveis”. Afirmo que o “único jeito é o seguinte”, primeiro, sugeriu que deveria “Consentir que parceiros ou meiosiros façam grandes plantações de trigo e outros produtos, aproveitando a imensa campina sem utilidade alguma para o índio, porque só pode-se plantar com arados e tratores.”. De fato essa sugestão se concretizou por meio dos arrendamentos à terceiros e com a prática do sistema de “parceria” na produção/produtividade, ambos, permitiram

necessária a organização da respectiva concorrência no sentido da venda das árvores mortas.” RELATÓRIO, Inspeção Parcial procedida na IR7, de 17 de maio de 1947, op. cit..

⁷⁹⁰ “Outrossim, tendo em vista as informações dos técnicos, cumpre-se esclarecer que a concorrência para o aproveitamento da madeira morta no Posto “Apucarana”, deve ser realizada com a maior brevidade possível, a fim de evitar os prejuízos sempre crescentes, não só nesse Posto, como também, nos de “Cacique Doble”, “Nonoai”, “Xapecó” e outros que não posso confirmar, por não os ter visitado nessa inspeção, mas que tive informações de sua necessidade (Doc. 5 a 19), o aproveitamento dos pinheiros é medida de urgência.” Idem.

⁷⁹¹ Tanto na CPI do Índio de 1978 (Reservas Indígenas) essa questão aparece, como também na década de 1980 quando a serraria foi, definitivamente, desativada, sendo realizados os últimos editais para a compra de madeira desvitalizada do Posto. BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Projeto de Resolução n.172, de 1978, Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI das Reservas Indígenas. Seção 1, Ano XXXIII, Suplemento ao n.72, 17 de junho de 1978, Capital Federal, Câmara dos Deputados. p. 333. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD17JUN1978SUP.pdf#page%3D1>. Acesso em: 03 dez 2013.

inclusive a intrusão.⁷⁹² A segunda sugestão se refere a exploração de madeiras que estavam “apodrecendo” ou “desvitalizadas” em virtude dos “incêndios”, “tempestades” e “outras imperícias do tempo”:

2º O SPI explorar ou deixar *que alguém explore todas as madeiras de lei que encontra-se apodrecendo ou desvitalizado*, por exemplo: pinheiros, cedros, outras madeiras que por *motivo de incêndios, tempestades e outras imperícias do tempo* acham-se em mau estado e bilhões e milhares de *cruzeiros estão se evaporando* e o índio de todo o nosso glorioso país, passando as maiores privações terrestres.⁷⁹³

A madeira em “mau estado” consiste em “cruzeiros evaporando” enquanto os índios passam por “privações terrestres”, assim, o agente informa que sua gestão é um exemplo de que, apesar de pouco mais de 1 ano, com “simplesmente três empregados e sem um cruzeiro de assistência” ou “auxílio”, já construiu e está construindo alternativas. Encerra com cordiais saudações e compromete-se, caso seja atendido “todo o pedido que se refere a assistência agro-pecuária”, em “10 anos fazer a emancipação econômica da tribo, transformando o P.I.N. de Chapecó em Colônia Indígena de Chapecó.” Em que medida tais pedidos de Nereu foram atendidos pela IR7 não se sabe, a documentação apresenta lacunas temporais e poucos retornos referentes às solicitações, por outro lado, o agente conseguiu percorrer certos caminhos à promoção da emancipação econômica do Posto. Caminhos por sinal sem volta para os Kaingang do “Chapecózinho”.

Os incêndios nas áreas do PI Xaçepó são recorrentes na documentação. No Ofício n. 15 de 20/09/1951 o agente Nereu comunica ao chefe da IR7 que foi informado por índios que uma área de capinzais foi incendiada, e que o fogo teria partido “inicialmente de roças” e da proximidade das casas “de elementos que se dizem herdeiros da área”.⁷⁹⁴ Estes “elementos” certamente são intrusos e posseiros. Apesar dos “esforços humanos”, “mobilizando todos os índios” para salvar casas, roças, cercas, pinhais, entre outros, Nereu diz que todo o

⁷⁹² BRIGHENTI, 2012, op. cit..

⁷⁹³ O destaque em itálico pretende ressaltar as informações do documento. OFÍCIO n. 22, de 17 de novembro de 1950, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁷⁹⁴ OFÍCIO n. 15, de 20 de setembro de 1951, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7. Microfilme 064, Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

empenho foi em vão, por estarem naquele momento vivenciando uma “grande sêca que queimava até madeiras verde em pé”. Com isso, “quase mil vãos de cêca foram completamente destruídos” e na contagem de Nereu, quase três mil pinheiros foram atingidos pelo fogo em suas bases, dentre alguns, queimados até sua copa. As chamas atingiram “em quase sua totalidade” as roças de milho e de trigo dos índios, ademais, a colheita de trigo do Posto “será quase nula em virtude da grande sêca”. Para encerrar, o agente afirma que os “incêndios” somente cessaram com as chuvas e, por conseguinte, estão todos “empenhados na reconstrução das cêcas da invernoada”.

Para aproveitar os pinheiros caídos e desvitalizados, bem como os cedros e outras madeiras que supostamente encontravam-se sofrendo as intempéries do tempo, vindo a apodrecerem, Nereu sugeriu em Ofício n. 7 de 22/02/1954 que havia nas “mediações da área uma boa serraria de pessoa idônea” que propôs serrar madeira, cabendo ao SPI sugerir a forma de negócio.⁷⁹⁵ As madeiras não aproveitadas em consequência dos incêndios ocorridos nas áreas do PI Xaçecó motivaram o agente Nereu a persistir na idéia de instalação de uma serraria conforme se verificará na próxima abordagem deste capítulo (6.3.2). De 1954 até 1960 não foi encontrado nenhum documento da gestão de Nereu que informasse sobre os incêndios, aliás, neste período quase não foram encontrados documentos algum do Posto, nem no acervo do Museu do Índio e nem nos acervos da FUNAI.⁷⁹⁶

Por outro lado, no Ofício n. 18 de 26/07/1961, o agente Nereu “comunica incêndio” ao chefe da IR7. Ao ler a mensagem do agente, transparece que no período de 1954 até 1960, também deveriam ter sido expedidos ofícios comunicando os incêndios na área, apesar de não terem sido encontrados. Os documentos anteriores citados deixam claro que havia madeiras desvitalizadas que poderiam ser utilizadas pelo Posto – inclusive cruzeiros evaporando –, seja para a construção de casas aos índios “colonos”, como também para outros fins, como construção de cercas para a invernoada, instrumentos de lavoura, dependências administrativas, entre outros. O Ofício n. 15 de 20/09/1951 comenta sobre um incêndio em capinzal decorrente da influência e/ou originados das roças e proximidades das casas de

⁷⁹⁵ OFÍCIO n. 7, de 22 de fevereiro de 1954, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7. Microfilme 064, Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁷⁹⁶ Quando se esteve pesquisando no Museu do Índio, em julho de 2011, parte do acervo encontrava-se em processo de catalogação e digitalização, assim, é possível que haja documentos consideráveis não consultados para esta tese.

“elementos” intrusos ou posseiros. Até 1978, data que marca a desintrusão da TI Xaçecó, momento em que o movimento indígena no Brasil encontrava-se fortalecido, inclusive no Xaçecó,⁷⁹⁷ havia nas terras dos índios do “Chaçecózinho” a presença de indivíduos que comumente eram chamados de mestiços⁷⁹⁸ ou mesmo como não índios, ambos os casos usufruindo da terra e fazendo roças.⁷⁹⁹ Aqui reside uma questão importante para compreender a questão dos incêndios, que podem ser classificados como decorrentes do “uso descontrolado do fogo” e ainda da piromania.

A piromania é exposta no Ofício de 26/07/1961, onde Nereu esclarece que o auxiliar de ensino, Vidalvino Lourenço de Sousa, ao preparar a terra para o plantio de milho e verduras, destinados a escola do Posto, possibilitou por ocasião um incêndio que foi arrastado por um “forte vento” ao “pinhal” derrubado pelo “último furacão”.⁸⁰⁰ Esse incêndio queimou 100 pinheiros que se encontravam “torcidos” e “desgalhados pelo furacão”. O agente ressalta que a zona por onde “passou o furacão”, está condenada a ação do fogo, visto que a geada contribuiu para a queima da vegetação e, sobretudo, tal zona é combustível para “qualquer forasteiro” que passar pela estrada, podendo causar incêndio. Transcrevo o documento:

Comunico que no dia 25 de Julho do presente, por ocasião do auxiliar de ensino, Vidalvino Lourenço de Sousa estar *preparando terra para o plantio de milho e verduras para a escola do Posto*, próximo a derrubada do pinhal pelo *último furacão*, motivado por *um forte vento arrastou uma centelha de fogo que incendiou um bom pedaço dessa derrubada que danificou pelo fogo*

⁷⁹⁷ Para aprofundar, ver BRIGHENTI, 2012, op. cit.

⁷⁹⁸ A condição de mestiço neste caso se refere às relações familiares estabelecidas entre índios e não índios, gerando filhos destas relações que podiam ser considerados índios em alguns momentos e noutros não. Essa expressão é confrontada muitas vezes com o termo “índio puro”, que aparece tanto nos documentos quanto nas falas dos narradores.

⁷⁹⁹ BRIGHENTI, 2012, op. cit..

⁸⁰⁰ A palavra “furacão” utilizada nos documentos apresenta certo apelo enquanto expressão popular, distante inclusive da definição conceitual da geografia física. Este evento climático ocorre comumente em alto mar, podendo atingir as faixas litorâneas, o que não é o caso do oeste catarinense. Os fenômenos atmosféricos como “temporal”, “tufão” e “tornado” são mais adequados ao evento descrito nos documentos e ocorrem em regiões continentais. Contudo, ambos os fenômenos são atmosféricos, o que permite ao indivíduo leigo confundir suas características. AYOADE, J. O. *Introdução à climatologia para os trópicos*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

aproximadamente 100 pinheiros que já estavam torcidos e desganhados pelo furacão.

Outrossim toda essa zona que passou o furacão, querendo ou não está condenada a passar o fogo, ainda mais agora que passou as geadas, tornando um verdadeiro combustível que *será incendiado por qualquer forasteiro que pela estrada passar.* Dado o grande faixo, não é possível com as nossas forças apagar o incendio dessa natureza.⁸⁰¹

Chama à atenção a ocorrência de furacões na região, pois a expressão “último furacão” deixa transparecer que este evento era cíclico e conhecido, ademais, num documento anterior de 02/05/1961, o chefe da IR7, Dival José de Souza, comenta sobre sucessivos furacões que destruíram o Posto e tombaram muitos pinheiros.⁸⁰² A questão da piromania não deve ser simplesmente associada a possibilidade de “qualquer forasteiro” passar pela estrada e causar o incêndio. É possível sim que tenha ocorrido incêndios criminosos, mas noutro sentido, a técnica da queimada de forma descontrolada, por meio da preparação do solo para o plantio com o uso do fogo e a coivara, nos dois casos citados pelos ofícios (1951 e 1961), propiciou incêndio no pinheiral. Convém destacar que o manejo indígena do solo advém de experiências de longa data na história dos povos originários. A relação do povo Kaingang com a Mata Atlântica remonta há três milênios, o que indica que, ao longo de suas trajetórias históricas, os Kaingang desenvolveram técnicas de manejo do solo que potencializaram os recursos naturais das florestas bem como interagiram com estes ao ponto de contribuir para a dispersão de espécies, como no caso da Araucária.⁸⁰³

A manipulação indígena do fogo se pautava e se pauta no fazer a roça por meio da abertura de espaços reservados ao cultivo e conseqüente fertilização. Darrel Posey descreveu para os Kayapó, tronco Macro-Jê e família Jê (como os Kaingang), que o uso do fogo no cerrado proporcionou a criação de “ilhas de recursos”, onde a vegetação constituía-se rica e densa, prática que denota conhecimento e domínio do uso do fogo.⁸⁰⁴ Noutro sentido, a natureza e a agricultura para os

⁸⁰¹ OFÍCIO n. 18, de 26 de julho de 1961, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7. Microfilme 067, Planilha 741. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸⁰² PROCESSO, 2221/1997, 1º volume, op. cit., Fl. 081 – 085.

⁸⁰³ CARVALHO, M., 2010, op. cit., p. 48 – 50.

⁸⁰⁴ POSEY, Darrel. *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados*. In: Ribeiro, Berta (Org.). *Suma Etnológica Brasileira*, tomo 1. Petrópolis, Vozes, 1987. POSEY, Darrel;

ocidentais se baseavam na ordem e no ordenamento de elementos. A roça dos ameríndios não segue este princípio, pelo contrário, o roçado dos índios a partir do olhar desatento, pode causar a ideia de confusão ou mistura porquanto consorcia vários cultivos. A monocultura, o cultivo de um produto agrícola, com origem no modelo *plantation* e suas consequências para a paisagem e solo, pertence a história do desenvolvimento da agricultura do ocidente. Muitas vezes, recaiu sobre a responsabilidade dos povos indígenas no Brasil, a acusação intencional de serem “selvagens predadores”, como se o uso da coivara e do manejo do fogo fossem práticas descontroladas.

Foram os neobrasílicos, compreendidos como europeus, mestiços, caboclos, brancos e afrodescendentes, a partir das “monoculturas de exportação”, que faziam uso descontrolado do fogo. Aliás, a técnica da queimada para o preparo do terreno na agricultura foi equivocadamente atribuída aos povos indígenas.⁸⁰⁵ A queimada da floresta para o monocultivo possibilitou o surgimento de desafios ao agricultor neobrasileiro, como o ataque de formigas cortadeiras, enxames de gafanhotos, além da ação de diversos outros animais. A falta de chuva logo após a queimada inviabiliza a absorção de nutrientes no solo, tornando-o mais frágil, por sinal, o descontrole sobre o manejo do fogo no momento da queimada pode tomar proporções grandes com o auxílio do vento e da seca.⁸⁰⁶ Enquanto povo da floresta, os saberes tradicionais e ancestrais dos Kaingang não proporcionariam incêndios descontrolados, visto que, se tal questão fosse procedente, quando os ditos “colonizadores” alcançaram estas terras meridionais do Brasil, não existiria mais Araucária para ser explorada. Os Kaingang, segundo as memórias de seu Cesário Pacífico, costumavam promover o “aceiro” para abrir seus roçados, essas queimadas eram devidamente controladas e fundamentais para fazer a roça.⁸⁰⁷ Estes incidentes nos pinheirais, havendo seca, furacão ou não, foram promovidos pela carência de conhecimento, uso desproporcional e ausência de manejo sobre o fogo.

A piromania serviu como justificativa para a consolidação da serraria no PI Xapecó e provavelmente para a instalação em outros Postos da IR7. De fato, os pinheiros tostados e desvitalizados nenhuma renda trariam ao Posto, representavam “cruzeiros evaporando” no

ANDERSON, Anthony B. Manejo de cerrado pelos índios Kayapó. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Botânica, v.2(1), 71 – 98, 25, XII, Belém, 1985.

⁸⁰⁵ LEONEL, Mauro. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 40, p. 231 – 250, São Paulo, 2000. p. 232.

⁸⁰⁶ DEAN, op. cit., p. 206 – 227.

⁸⁰⁷ PACÍFICO, C., *Entrevista*, 15 de junho de 2011, op cit.

contexto econômico regional onde as serrarias e madeiras vislumbravam lucros com as florestas e os mercados de exportação, beneficiamento e industrialização. Neste ensejo, para obter orientações, o agente encarregado do Posto e inspetor de alunos, João de Andrade, possivelmente substituindo Nereu, escreveu para a IR7 comunicando sobre considerável incêndio que “devastou esta região” no Ofício n. 19 de 10/09/1963.

Segundo seu levantamento aproximado e “sem precisão”, foram queimados possivelmente “4.500 pinheiros” e cerca de “2.000 madeiras” de espécies de árvores como canela, cedro, cabriúva, amarelinhos, angico, entre outros. Cita que foram sapecados pelo fogo “12 a 13 mil pinheiros e muitas árvores de outras espécies” que não demonstram terem sido prejudicadas diretamente no conjunto, mas o tempo fatalmente mostrará. A despeito disso, “algumas roças de índios e mesmo de alguns arrendatários” foram destruídas pelas chamas, mas não causaram “prejuízo nesse tocante” “podendo este P.I. contornar a situação” em virtude da colheita já estar adiantada. O Ofício relata que não se deve deixar a “riqueza” do Posto, “evaporar como adubo sem aproveitamento” uma vez que “um índio mais forte em um Posto mais rico seria o caminho e o triunfo de um povo”.⁸⁰⁸

⁸⁰⁸ “Comunico-vos que nesta hora, após ter apagado o incendio que devastou esta região, foi contatado por mim e pelos funcionários deste P.I. um levantamento aproximado sem precisão que: a) Pinheiros queimados que fatalmente dentro de 4 a 5 anos estarão urdidos e outros estragando-se, aproximadamente 4.500 (quatro mil e quinhentos). b) Outras madeiras aproveitáveis bem como canelas, sedro, cabriúva, amarelinhos, angico etc. na eminencia de secagem aproximadamente a 2.000 (dois mil) madeiras. c) Sapecados onde passou o fogo e que não demonstra atualmente que ficou prejudicado, só mesmo com o futuro que poderá se verificar; serca de 12 a 13 mil pinheiros e muitas árvores de outras espécies. d) Verificou-se também que algumas roças de índios e mesmo de alguns arrendatários foi destruída pelas chamas, fatalmente as colheitas já se achavam adiantadas e o prejuízo nesse tocante não foi muito, podendo este P.I. contornar a situação. e) O que apêlo de acordo com o que se verificou e que *tem que ser aproveitado de madeiras que se estragarão e que estão mortas e semimortas salvando com isso parte dos prejuízos causados pelo fogo, agora com as quimas (queimas?) vê-se inaproveitado quantidade enorme de corpos de pinheiros e outras madeiras que estavam escondidas nos sangabalais (?) acusando nossas consciencias dos prejuízos causados pelos furacões, quimas (queimas?) e outros fatores*, em anos atrás, servindo como advertencia para que agora não repitamos mais *tamanho erro*. Enquanto o índio está morando em tapéras, fatos de molestia, como seja poneumonia e outras, o *Posto com inúmeras dificuldades, essa riqueza se evapora como adubo sem aproveitamento*, nossa Patria, podia ter somado dessa riqueza tivesse sido lembrado que um índio mais forte em um Posto mais rico seria o caminho e o triunfo de um povo. f) Diante do exposto acima solicito caso seja possível e interessar ao S.P.I. que quando uma *comissão verificar em loco* os acontecimentos e *determinar como devemos agir para que não se repita mais os erros anteriores*. Sr. Chéfê parece que estou sendo imprudente, quis o que de fato sinto como brasileiro experimentando, vejo que não mais cabe protelar, tendo em vista a eminência de tamanho prejuízo e morosidade

O Posto encontrava-se, nas palavras de Andrade, com inúmeras dificuldades, era necessário interesse do SPI para a resolução destes “erros”. Mas a que “erros” refere-se o autor do ofício? Apesar de não mencionar claramente, o Ofício deixa entender que era necessário promover a concorrência de editais para o aproveitamento das madeiras e pinheiros desvitalizados ou mesmo oportunizar o funcionamento da serraria. Andrade comenta que havia “queimas” que inutilizavam quantidade “enorme de corpos de pinheiros”, ainda, havia a ação de “furacões” e “outros fatores” que causavam prejuízos. Em certo momento, o agente substituto adverte para que “não repitamos mais tamanho erro”. Como está frase encontra-se em certa medida obscura no contexto, é plausível que o erro se refira à queima das árvores, ou melhor, ao uso do fogo descontrolado, causando incêndio e consequentes prejuízos.

A concorrência para o “aproveitamento de madeiras” referente ao incêndio narrado por José de Andrade ocorreu. Em breve Ofício n. 20 de 22/09/1963, exatamente 12 dias após o comunicado de incêndio no Posto, Andrade informa a IR7 que seu “Plano de Trabalho” foi anexado contendo “5 propostas para o aproveitamento de madeiras” e a “ata de abertura das mesmas pôr este Serviço”.⁸⁰⁹ E todos estes documentos citados por Andrade foram acessados. Parece que os negócios da madeira não eram tão morosos como se poderia imaginar. A “Ata” de abertura das propostas de “concorrência” para 700 pinheiros desvitalizados do Posto, contendo “5 propostas” bem como o “Plano de Trabalho” explicitam alguns detalhes sobre as formas destes “negócios da madeira” e sua conseqüente aplicação de recursos (renda) com a comercialização dos pinheiros.⁸¹⁰

de nossos atos. Considero que V. E. dotado de mais alto espírito de solidariedade aos índios e com o patriotismo com que V.E. sempre agiu verás que procuro com meus meios dar bem claro um aspecto do ocorrido e como atenuar parte dos prejuízos causados. Atenciosas saudações, José de Andrade, inspetor de alunos, Enc. do Posto.” OFÍCIO n. 19, de 10 setembro de 1963, João de Andrade à IR7. Microfilme 067. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸⁰⁹ OFÍCIO n. 20, de 22 de setembro de 1963, João de Andrade à IR7. Microfilme 067. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸¹⁰ Andrade informa que as propostas apresentam as seguintes condições: “a) João Vostro e Cia: propôs serrar na serraria do Posto a “razão” de 50% para o Posto e 50% para o proponente, ficando este último com as madeiras de costaneiras, refilões de demais resíduos, somente dividindo com o Posto a madeira comerciável; b) Saulle Pagnoncelli S.A.: propôs serrar na serraria de sua propriedade a “razão” de 45% para o Posto. Ademais, compra pinheiros em pé, árvore de 50 centímetros acima por Cr\$ 6.000,000 cada unidade; c) Dorival Giordani: propôs serrar na serraria do Posto a “razão” de 56% para o posto no “total da madeira serrada em táboa e pranchões que for extraídos, sem ônus para o Posto.” Compra

Segundo explica o agente Andrade, dentre as 5 propostas recebidas e expostas, a mais vantajosa ao Posto seria a de Dorival Giordani, por oferecer 56%, sendo que “poderia até continuar cortando os pinheiros queimados aproveitáveis”. O agente argumenta que a respectiva firma é idônea e honesta, “profundamente conceituada em todo o Município, das mais antigas desta região, com atividade na indústria extrativa de madeira, comércio e pecuária.”⁸¹¹ No Plano de Trabalho o agente explica que fez “minuciosos estudos e entendimentos com diversos madeireiros” e que a serraria do Posto esta “parada” por “longo tempo” necessitando de “um grande reparo o que não compensaria” para tais negócios. Como investimento arrecadado pelos pinheiros desvalorizados, sugere que seja construído com urgência “uma casa de madeira beneficiada” estilo colonial com 12 quartos e duas salas para a enfermaria do Posto, duas casas de madeira bruta para escolas do Posto e do Toldo Pinhalzinho, 39 a 40 casas de madeira bruta, ainda, aconselha comprar 50 reles de arame farpado para as “envernadas”, 10 novilhas mestiças, sempre tomando preços na concorrência pública e adquirindo da própria serraria vencedora da concorrência. Enfim, os incêndios contribuíram decisivamente para a “assistência” e promoção da autonomia financeira do Posto.

O uso descontrolado do fogo e a piromania parecem ser a forma de manejo de uso do solo do momento, causando inclusive impactos intencionais com incêndios criminosos. Ao tecer comentários sobre os PIs da IR7, Almir Soares de Carvalho, num relatório realizado em agosto de 1968, informa que a “agricultura de fogo” inutilizava “apreciável número de pinheiros e árvores de lei, nos Pôstos que ainda tem reservas florestais.”⁸¹² Era de pleno conhecimento das administrações superiores do SPI a prática da “agricultura de fogo” e suas drásticas consequências. Mais ainda, era de conhecimento da IR7

pinheiros em pé aos valores de Cr\$ 8.500,00 cada unidade de 60 centímetros acima e, que, fornecem duas toras de 5,50 metros, ainda, as unidades com 45 a 60 centímetros compra por Cr\$ 3.200,00 cada unidade; d) Indústria de Laminados Michelin Ltda.: propôs comprar os pinheiros por 8.100,00 a unidade de 50 centímetros acima e que fornecem duas toras de 5,50 metros de comprimento cada uma; e) Annoni & Ferreira Ltda.: propôs comprar o pinheiro por Cr\$ 10.000,00 cada unidade de 50 centímetros e os de 40 a 49 centímetros por Cr\$ 6.000,00 cada unidade. Propôs serrar na serraria de sua propriedade a 45% para o Posto e para serrar na serraria do posto por 50% sem ônus.” ATA, João de Andrade à IR7, de 23 de setembro de 1963. Microfilme 067. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸¹¹ DOCUMENTO, Plano De Trabalho, 21 de setembro de 1963. João de Andrade à IR7. Microfilme 067. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸¹² RELATÓRIO, Postos Indígenas da IR7, por Almir Soares de Carvalho, agosto de 1968. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá.

que ocorria incêndios intencionais nos Postos. Neste sentido, o agente encarregado do Posto Atílio Mazalotti explicita em Memorando n. 37/66, de 08/11/1966, que o “contratante” sr, Acácio Soares, que arrendava 48.400 m², “confeccionou a roça de mato margeando a estrada” em direção à estrada geral, e que ao ser embargada pelo Posto, “ateou fogo sem a devida autorização, inutilizando cinco pinheiros médios e sapecando outros menores porte”. Não há dúvidas, com tanta madeira sendo inutilizada pelo fogo, a serraria se justificaria.

6.3.2 “Serraria quanto antes para Chapecó”

“Serraria quanto antes para Chapecó”: com essas palavras finaliza o encarregado do Posto, Nereu Moreira da Costa, em Ofício n. 19 de 02/07/1954 encaminhado ao chefe da IR7.⁸¹³ Tal ofício intitulado “Índios do Chapecó reclamam casa” vem justificar ao sr. Mota Cabral a necessidade de instalar no Posto uma serraria. Nereu argumenta diversos aspectos sobre a importância de uma serraria no Posto, destaca as implicações à economia e à produção agrícola bem como à saúde e à “higiene” dos índios. Com isso, informa que os “índios colonos do Posto Indígena de Chapecó” estão produzindo mais de “100 sacos de trigo” com o trabalho exclusivo de “sua família”, ainda, que não tem “nem lugar para deposita-lo” com o fito de “esperar melhora de preço”. Segue seus argumentos: diz que é época de promover ensinamentos “(h)igiênicos”, que os índios “moram em tapéras imundas rolando pelo chão apanhando toda a espécie de sugeiras e micróbios”. A ideia principal é distribuir casas de madeira para os índios, sendo que isso é um “meio fácil e pratico de despertar o interesse pelo trabalho, distribuir casas de acordo com o esforço pela agricultura de cada índio ou família.”. Comenta que a tuberculose é a “maior inimiga do índio” e que sem casas devidamente protegidas não se pode “esperar outra coisa a não ser a destruição da tribu”. Complementa:

É mais ainda vergonhoso dado as pessoas que visitam Chapecó pela fama que se planta trigo e que no estado é uma das poucas lavoura moderna ou modernizada e mesmo porque não acreditam que o índio está de fato trabalhando, e muitos querem conhecer o tal leite de soja etc.

⁸¹³ OFÍCIO n. 19, de 02 de julho de 1954, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7. Microfilme 064, Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Dois anos antes, em Ofício n. 26 de 06/11/1952, intitulado “Porque deve ser iniciada a serraria do Posto”, o agente Nereu levou seu parecer para apreciação do chefe da IR7 sobre “os grandes resultados” que uma serraria traria ao Posto e aos índios, caso contrário, “nunca poderei resolver nesse Posto o que é preciso de indispensável”.⁸¹⁴ Neste ofício informa que é possível utilizar a “vossa serraria” que se encontra “debaixo de galpões velhos e podres” no PI São Jerônimo, também conhecido como PI Barão do Antonina no Paraná⁸¹⁵ e que estão perdendo o seu valor. Segundo Nereu, se trata de “material fino que hoje não se encontra no Brasil igual”, e alerta o agente, “Caso não se retire esse material de lá o seu muito prestigiado colega Wismar irá consumindo aos poucos e quando essa chefia abrir os olhos lá se foi a serraria.” O plano de Nereu era utilizar o “potencial hidráulico” do rio Jacú para movimentar a serraria e outras indústrias, bem como, usar as madeiras de lei “já desvitalizadas” e sem mercado comercial. Em tom de desabafo afirma que poderia aproveitar cedros secos e outras madeiras de lei, enquanto isso estava “comprando madeira de lei pela hora da morte para construção de arados e outros implementos agrícolas”, visto que estava organizando e montando uma “boa” ferraria. Manifesta desejo de explorar a produção de mel, mas que seria necessário construir caixas de madeira para isso.

O principal argumento de Nereu para a instalação de uma serraria consiste na assessoria que esta possibilitaria para a consolidação das “propriedades” dos “índios colonos”. A serraria forneceria madeiras às instalações como casa, galpão, galinheiro, chiqueirões, piquetes ou poteiros, instalações sanitárias, entre outros, sempre visando “uma saúde melhor de nossa gente”. Ademais, Nereu considera a “pretensão digna do Sr. Diretor” do SPI, que visava “vender alguma madeira para aplicação imediata no Posto”, uma prática também pautável para o PI Xapecó, assim, informa que um pinheiro fornece em média 6 dúzias de tábuas de 1ª e 2ª qualidades e que os pinheiros secos e quase perdidos podem gerar lucros ao Patrimônio Indígena e à “nossa pátria”.

Enquanto a serraria não fosse instalada a alternativa consistia em possibilitar a concorrência para serrar madeiras em sistema de parceira com empresas regionais do setor. Possivelmente no ano de 1961 a

⁸¹⁴ OFÍCIO n. 26, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7, de 06/11/1952. Microfilme 064, Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸¹⁵ Possivelmente Nereu se refere ao Posto Indígena também conhecido como Barão do Antonina.

serraria foi instalada, no já comentado documento de 02/05/1961, o chefe da IR7, Dival José de Souza, afirma que estava em processo de montagem a serraria do PI Xaçepó. Outrossim, parece que Nereu conseguiu convencer a IR7 sobre a utilização de “material fino” que encontrava-se esquecido no PI Barão do Antonina para inicialmente fundar uma serraria no PI Xaçepó. O documento de 19/02/1966, redigido pelo advogado da IR7, Kiyossi Kanayama, investigava sobre uma “Denúncia de corte de pinheiros na área do Poin. Dr. Selistre de Campos em Xanxerê, Estado de Santa Catarina”. Assim, esclarece em determinado momento o contexto da instalação da serraria. Kanayama afirma que apesar de haver a denúncia de que o médico Peluiz Monteiro Píffero teria instalado uma serraria há 4 ou 5 anos dentro PI Xaçepó, utilizando-se do patrimônio indígena em proveito próprio, o relato de antigos funcionários, como Nereu à época, indicam apenas que o médico “fornecera materiais e numerário para esse fim”, visto que as peças foram trazidas do PI Barão do Antonina, cabendo ao referido médico cobrar o valor do financiamento com “parte da madeira produzida”, por sinal, negócio realizado pelo “então Diretor do S.P.I., Gal. Luís Guedes”.⁸¹⁶

Sem embargo, outra versão sobre a instalação da serraria do PI Xaçepó emerge. No Relatório Figueiredo, em depoimento a Comissão de Investigação em 05/11/1967, o funcionário Vivaldino de Souza informa que o Dr. Peluiz Monteiro Piffaro “[...] solicitou a IR7 autorização para instalar uma serraria que deveria serrar pinheiros ‘a meias’, isto é, 50% para o SPI e 50% para o industrial [...]”. Naquele momento, o chefe da IR, Dival José de Souza, deu parecer favorável e encaminhou a proposta à administração central em Brasília. Sem qualquer negativa à proposta, assim como sem devida autorização do órgão, o Dr. Piffaro instalou a serraria “[...] que antes mesmo de iniciar a serragem houve denuncia ao Diretor do SPI que determinou a paralização [...]”.⁸¹⁷

Neste contexto contraditório, concretizou-se a serraria do PI Xaçepó. Após ser montada e instalada em 1961, sob a regência do Posto (SPI), confrontou-se os interesses econômicos regionais com pretensões extrativistas. Tal serraria em pleno funcionamento e produção contribuiu

⁸¹⁶ PROTOCOLO n. 07315/65 – SECOR, de 19 de fevereiro de 1965, Kiyossi Kanayama, advogado da IR7; PROTOCOLO n. MA/GM/BR 293/65, de 19 de fevereiro de 1965, Kiyossi Kanayama, advogado da IR7; PROTOCOLO n. 186/65 – IR7, de 19 de fevereiro de 1965, Kiyossi Kanayama, advogado da IR7. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá.

⁸¹⁷ BRASIL, Relatório Figueiredo de 1968, op. cit., p. 1730.

para certa invidía, cobiça, negociatas e consequentes acusações e denúncias. A década de 1960 foi tumultuava para o SPI e quando se trata de questões econômicas e políticas envolvidas com administração pública, os interesses iam aflorando e sobrepondo-se.

6.4 Denúncias, irregularidades e exploração de pinheiros e madeiras

Com os novos rumos da política nacional a partir do golpe militar de 1964 e a emergência do denunciismo sobre a agência indigenista, outras questões são deflagradas nos rumos do indigenismo brasileiro. A saída de Nereu Moreira da Costa da função que exerceu durante 15 anos como agente encarregado do PI Xapecó foi marcada pela instabilidade e descontinuidade de gestões administrativas que lhe sucederam. Outros capítulos sobre a promoção da emancipação econômica do Posto emergem, a preocupação não consiste mais na instalação de uma serraria ou na transformação do Kaingang num índio/colono/agricultor. Na realidade, todos os agentes que substituíram Nereu entre os anos de 1964 até 1968, com exceção de Franklin Mäder (1968 – 1979), permaneceram poucos meses ou, quanto muito, um ano à frente do Posto. Sebastião Lucena da Silva (exerceu o cargo de inspetor chefe da IR7), Japhet Chaves Neves, Samuel Brasil, Arthur Santos, Atilio Masalotti e João Garcia de Lima foram acusados de se envolverem em irregularidades contábeis, nos cortes de pinheiros, na venda irregular de madeira, sendo que Sebastião, Masalotti e João Garcia foram delatados também por cometerem violências físicas contra os índios.

Enfim, entre a saída de Nereu⁸¹⁸ em princípio do ano de 1964 e o início da gestão de Mäder em agosto de 1968, transcorreram-se quatro anos de gestões marcadas por “denúncias”, “irregularidades”, intensa exploração de pinheiros e madeiras. Sebastião Lucena da Silva solicita no Memorando n. 7 de 26/05/1965 a suspensão de corte de pinheiros em virtude que as “firmas concessionárias” Peluiz Pífifero-Ernani Coitinho e Domingos Brandini, atuando a partir do edital de concorrência pública n. 1 de 1964, provavelmente estavam próximas de encerrar a retirada concedida. Na realidade, Sebastião expõe a dificuldade que era a

⁸¹⁸ Após a saída da gestão do PI Xapecó e processo administrativo sofrido no contexto do golpe de 1964, Nereu aparece exercendo função de funcionário no Posto subordinado ao agente encarregado Masalotti em 01/02/1967. ORDEM DE SERVIÇO n. 1, Agente encarregado Atilio Masalotti, 01 de fevereiro de 1967, Microfilme 068, Planilha 744. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

fiscalização sobre a retirada dos pinheiros, diz que isso se dá pela falta de “meio de locomoção” para percorrer “grandes distâncias”.⁸¹⁹ Sem embargo, o controle sobre a concessão de extração de madeiras era frágil e difícil de ser feito, uma vez que os trabalhos de cortes de pinheiros deveriam ser acompanhados diariamente e *in loco*, algo intangível para a gestão do Posto.

O encarregado Masalotti designou o agente funcionário do Posto, sr. José de Almeida, conforme a Ordem de Serviço Interna n. 2 de 06/02/1967, para “proceder rigorosa fiscalização e vigilância sobre a serraria do Posto, afim de evitar que seja subtraída qualquer espécie de madeiras/ferragens e outros pertences”. O funcionário deveria se responsabilizar pela mencionada serraria e se fosse necessário, poderia recorrer a “polícia indígena ou estadual” para “punir os infratores”. Masalotti deixa expreso que somente poderão receber madeiras serradas ou ferramentas “pessoas credenciadas” com ordem por escrito expedida pela “Administração do Posto Indígena”.⁸²⁰ Essa ordem parece confirmar a prática de que havia “desvios” de diversas naturezas ocorrendo na serraria, e, possivelmente, envolvendo ou sendo realizados por funcionários do Posto.

Masalotti escreveu ao chefe da IR7 para dar ciência sobre uma “denúncia” em telegrama realizada por algum regional sobre cortes de pinheiros. Segundo o Memorando n. 16, de 13/03/1967, o agente afirma que um engenheiro agrícola por determinação superior veio embargar tal “corte de pinheiros”. Por outro lado, o tom da escrita do memorando não expressava preocupação, visto que Masalotti inclusive afirmou que procuraria se inteirar do assunto na cidade de Chapecó com o delegado.⁸²¹ A despeito disso, os dias de Masalotti no Posto estavam contados, seja em virtude das denúncias ou mesmo dos problemas enfrentados no Posto, sua gestão foi curta.

Breve também foi a gestão do agente João Garcia de Lima que assumiu a direção do Posto em 02/10/1967, em substituição a Masalotti, vindo a redigir inicialmente um comentário sobre a situação encontrada. Percebeu que existia certa “intranquilidade” na área indígena proveniente da “falta de disciplina, desordem e certos abusos”, assim,

⁸¹⁹ MEMORANDO n. 7, Sebastião Lucena da Silva ao Chefe da IR7, 26 de maio de 1965. Microfilme 068. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸²⁰ ORDEM DE SERVIÇO INTERNA n. 2, Agente encarregado Atilio Masalotti, 06 de fevereiro de 1967. Microfilme 068, Planilha 744. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸²¹ MEMORANDO n. 16, Atilio Masalotti ao Chefe da IR7, 13 de março de 1967, Microfilme 068, Planilha 744. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

promoveu uma reunião no Posto com autoridades regionais, incluindo o sr. Juiz de Direito, o sr. Secretário da Prefeitura Municipal, o sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e o sr. Delegado Regional de Polícia, com arrendatários, não arrendatários da área indígena e comerciantes circunvizinhos da área. O objetivo era fortalecer algumas regras que não estavam sendo cumpridas, como a proibição de venda de bebidas alcoólicas aos índios, a “proibição de roçados e derrubadas de mato” bem como a respectiva “queimas nas matas e capoeiras” e qualquer “espécie de incêndios” dentro da área, devia-se neste sentido evitar a “erosão” do solo, e, ademais, era proibido realizar negócios com os índios “sem a devida autorização do Posto”, sendo “expressamente proibido a entrada clandestina nesta área Indígena”. O agente João, no dia seguinte, realizou uma reunião no Posto com “todos os índios puros e mestiços” explicando como transcorreu a conversa com os “civilizados”. Assim, nas palavras do encarregado, “voltou a paz e tranquilidade nesta área Indígena”.⁸²²

A forma de analisar o Posto foi bastante crítica, parecia de fato que João Garcia de Lima veio para moralizar a gestão administrativa da chefia do Posto. Assim, explicou num relatório enviado ao chefe da IR7 que haviam “grandes problemas” afligindo o Posto, que noutros tempos “foi o maior produtor de trigo”, porém somente se encontram índios “embriagados caídos pelas estradas”. Ressalta que as matas encontravam-se destroçadas e dilapidadas, sendo que a queima era realizada ao livre arbítrio, enfim, finaliza afirmando tacitamente que a “única coisa que funcionava era a arrecadação, o dinheiro recolhidos e os verdadeiros donos contemplando com a fome e a miséria.”⁸²³ O agente deixa transparecer nesta última frase que a despeito da arrecadação estar funcionando, as rendas indígenas não estão sendo destinadas a atender aos “verdadeiros donos” que passavam necessidades. Ademais, apresenta uma relação de madeiras de pinho serrado que se encontram estocadas na serraria do Posto, porém, são madeiras de “refugo” e de “quinta” qualidade.⁸²⁴

Conforme solicitou à IR7, João Garcia de Lima foi atendido com a visita técnica de uma comissão para avaliar a situação do “Posto

⁸²² RELATÓRIO, João Garcia de Lima ao Chefe da IR7, 16 de outubro de 1967. Microfilme 068. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸²³ RELATÓRIO, João Garcia de Lima ao Chefe da IR7, 25 de novembro de 1967. Microfilme 068. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸²⁴ RELAÇÃO, Madeira de pinho serrada e estocada na serraria do Posto, João Garcia de Lima ao Chefe da IR7, 30 de outubro de 1967. Microfilme 068. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Índigena Dr. Selistre de Campos”. O Relatório de Inspeção n. 1/67 conta com cinco páginas de descrição e ressalta que este Posto consiste num dos mais “difíceis”. Um dos primeiros aspectos que chama a atenção são as informações apresentadas sobre a situação da área onde o “setor florestal se encontra muito reduzido, tendo em vista a agricultura predatória e nômade, baseada no fogo.” Não foi preciso conhecer a história do Posto ou viver mais tempo nas terras dos índios do Xapecó para os relatores perceberem que a “agricultura baseada no fogo” era de fato o que corroborava para os impactos na floresta. A piromania era prática nefasta à paisagem. Os dados sobre a paisagem da TI acusam que as áreas agricultáveis se “encontram erodidas, lixiviadas e empobrecidas”, e no que se refere a piromania, a “agricultura de coivara” trouxe danos irreparáveis ao solo e a flora, sendo que o fogo consiste numa ameaça a medida que avança paulatinamente contra as “matas mesmo virgens”, além disso, este consome e inutiliza “roças”, “pinheiros e árvores de lei” deixando os pinheiros “desvitalizados, mortos e inutilizados pelo fogo”.⁸²⁵

O relatório é interessantíssimo, pois foi o primeiro e único que se teve acesso e que apresentasse dados quantitativos sobre a situação da área no contexto paisagístico e de uso do solo (Tabela 6).

Os dados acima, embora discutíveis, confirmam os prejuízos que a agricultura nômade de coivara tem causado as terras do Pôsto; bem, assim o imenso potencial de madeiras de pinho e lei que está sendo destruído ou em vias de destruição. Seria aconselhável que toda esta fortuna fosse aproveitada na serraria existente no Pôsto, para renda (madeiras nobres) e para a construção de casas de índios (madeiras mais modestas).⁸²⁶

A Tabela 6 destaca os usos do solo desenvolvidos na área indígena. Segundo este recenseamento, os índios Kaingang ocupavam efetivamente 750 ha (4,95%) com seus “ranchos” e “roças” num contexto total de mais de 15.000 ha. A maior porção de terras dos índios

⁸²⁵ “[...] agricultura de coivara tem trazido danos irreparáveis não somente ao solo, como, também, a flora: cada ano o fogo avança um pouco mais contra as matas mesmo virgens, volumes apreciáveis de essências de lei são consumidos ou inutilizados nas roças, incontável número de pinheiros e árvores de lei tem sido desvitalizados, mortos e inutilizados pelo fogo.” RELATÓRIO, Inspeção n. 1/1967. Processo 2221/1997, 1º volume, Fl. 100 – 104. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

⁸²⁶ Idem.

era utilizada para outros fins, sobretudo, usos relacionados à geração de renda e à gestão do patrimônio indígena, como arrendamentos e intrusão, exploração das florestas, extração de pinheiros e madeiras de lei desvitalizados (ou não), pastagens e invernadas.

Tabela 6: Recenseamento do uso do solo do Posto Indígena Xaçecó, Relatório de 1967

USOS DO SOLO	ÁREA EM HA	USO DO SOLO EM %
Terra ocupada por arrendatários (nem todos com contratos em dia)	1.890 ha	12,47
Terra ocupada por intruso	115, ha	0,75
Área de pinhal devastado	2.390 ha	15,77
Área virgem de mato branco e madeira de lei	3.750 ha	24,75
Potreiros do Posto	75 ha	0,49
Área ocupada pelos índios, seus ranchos e roças	750 ha	4,95
Áreas devastadas, coberta de samambaia e capins nativos	6.179 ha	40,78
Área titulada	15.098 ha	---
Sub-total	15.149 ha⁸²⁷	100,00
Pinheiros de toda bitola, incluso caídos e queimados nos dois últimos anos	17.782 unidades	
Pinheiros na situação acima, de bitola oficial (bitola comercializada)	14.982 unidades	
Madeiras de lei (aproximadamente)	37.500 unidades	

Fonte: RELATÓRIO, Inspeção n. 1/1967, Processo 2221/1997, 1º volume, Fl. 100. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

⁸²⁷ O total de área em uso do solo alcançou 15.149 ha, portanto, excedeu em 51 ha em relação a área titulada de 15.098 ha. Essa diferença não é significativa no contexto total da área considerando que os dados são coletados a partir de uma estimativa.

A porção de terras classificada como “áreas devastadas, coberta de samambaia e capins nativos”, mensurada em 6.179 ha, refere-se a ação antrópica que desflorestou a área indígena. Por sinal, a cobertura de “samambaia” e o mencionado “capim nativo” são formações vegetais que se originam após o processo de desflorestamento ou abandono de atividades agropecuárias recentes ou de no máximo duas décadas, porquanto não houve tempo hábil para a sua regeneração florestal. Significa dizer que, em 1967, a ação antrópica havia desflorestado 40,78%, e mais 15,77% de “pinhal devastado”, ou seja, a devastação havia ultrapassado metade da área. Por outro lado, o montante de 13,22% era ocupado por arrendatários e intrusos⁸²⁸ que promoviam atividades agropecuárias e um total de 24,75% ainda apresentava cobertura florestal (virgem) com mato branco e madeira de lei.

No capítulo onde se tratou da paisagem da TI Xaçecó, não se chegou a quantificar o valor relativo de pinheiros que havia na área, menos ainda a quantidade de unidades que foram extraídas pelo processo de exploração da madeira pela serraria do Posto ou pelas serrarias e madeireiras regionais, pois tais dados são sempre aproximados e dependem de inúmeras variáveis, nem sempre expressando de fato a realidade. A serraria do Posto até a consolidação dos pressupostos produtivistas dos militares (DGPI/FUNAI) não havia atuado de forma contínua, autônoma e potencialmente. O respectivo relatório menciona que a serraria do Posto é “velha”, apesar de que, poderia “apresentar rendimento razoável e trazer grandes benefícios”.⁸²⁹ Por ironia, nas palavras do relatório, o Posto está em “má situação, embora fosse dos que mais recursos arrecadava.” Mas o relatório não culpabilizou diretamente ninguém, manifesta de forma abrangente, que a “culpa” pela precária situação do Posto reside na “sistemática ausência da Inspeção”, decorrente da “incapacidade” ou falta de “exação no cumprimento das obrigações”. Sugere o relator:

Tendo em vista os danos que vem sendo causados a parte da madeira da área e, considerando que este item constitui tentação sempre presente, seria aconselhável que toda a madeira morta e desvitalizada, ou vida, fosse aproveitada pelo

⁸²⁸ Segundo o historiador Clovis Brighenti, “Intrusos para o SPI eram apenas os que não pagavam ou não tinham contrato de arrendamento.” Já no contexto da FUNAI, “[...] os camponeses que ocupavam as terras indígenas estavam agrupados em três categorias: “arrendatários”, “rebeldes” e “intrusos”, considerados os últimos como “elementos desclassificados”. BRIGHENTI, 2012, op. cit., p. 146 e 147.

⁸²⁹ RELATÓRIO, Inspeção n. 1/1967, Processo 2221/1997, 1º volume, op. cit., Fl. 101.

próprio Pôsto, na serraria de sua propriedade. Eliminar-se-ia um fogo de tentação, ao mesmo tempo que se obteria renda (com a madeira nobre) e casas para os índios, digo, para os índios e instalações para o Pôsto (com a madeira mais plebeia).⁸³⁰

As instantâneas e meteóricas gestões dos agentes encarregados Sebastião Lucena da Silva, Japhet Chaves Neves, Samuel Brasil, Arthur Santos, Atílio Masalotti e João Garcia de Lima entre 1964 até 1968 se devem em razão de vários motivos. Neste curto espaço de tempo ocorreram transformações de diversas ordens na política nacional (golpe de 1964), emergindo o denunciamento sobre as irregularidades do SPI, com a instalação das conseqüentes investigações (CPIs e CI), e, sobretudo, em decorrência da “pressão” e “coerção” que havia dos não indígenas arrendatários e intrusos, bem como de setores econômicos e políticos regionais, dentre eles deputados, vereadores, prefeitos e empresários da indústria da madeira, que apoiavam a exploração da área e a grilagem de parte das terras dos índios. Havia, neste sentido, poucas possibilidades de atuação da gestão administrativa do Posto. O agente poderia posicionar-se a favor da defesa do patrimônio indígena e dos índios do “Chapecozinho”, enfrentando todas as conseqüências desta postura, ainda, poderia agir de forma diplomática visando negociar, estabelecer e mediar relações entre as partes, ou, poderia ser cooptado pela situação, cedendo à pressão e coerção das forças políticas e econômicas regionais. Noutro sentido, o agente poderia abster-se de qualquer postura e simplesmente deixar tudo como estava, sem promover qualquer resolução.

6.4.1 Relatório Figueiredo e o Posto Indígena Xaçepó

A despeito da década de 1960 ser confusa, repleta de denúncias e irregularidades nos PIs do sul do Brasil, poucos foram os documentos desse período com informações mais densas, como relatórios, encontrados nos acervos consultados. Noutro sentido, o Relatório Figueiredo apresenta consideráveis acusações e volume documental, sobretudo, quanto à gestão de Sebastião Lucena da Silva e de Atílio Masalotti no PI Xaçepó. Da gestão de Japhet Chaves Neves, Samuel

⁸³⁰ RELATÓRIO, Inspeção n. 1/1967, Processo 2221/1997, 1º volume, op. cit., Fl. 100 – 104.

Brasil e Arthur Santos pouco se soube. A documentação concernente a atuação destes agentes é praticamente inexistente. Por sinal, os funcionários do SPI Japhet e Samuel Brasil provavelmente assumiram a gestão do PI Xapecó em substituição ao agente titular ou mesmo num momento de transição e instabilidade administrativa.

No Relatório final entregue ao ministro, foi enumerada uma lista com “delitos” cometidos por agentes do SPI, nesta listagem constam desde práticas violentas impostas ao “corpo”, como assassinatos, prostituição, sevícias e a existência de “trabalho escravo”, até uma extensa lista referente à apropriação, desvio de recursos e dilapidação do patrimônio dos Postos Indígenas, irregularidades administrativas de diversas ordens. Os delitos cometidos podem ser apresentados agrupados por natureza, como 1) Crimes contra a pessoa e a propriedade do índio: Assassinatos de índios (individuais e coletivos: tribos); Prostituição de índias; Sevícias; Trabalho escravo; Usurpação do trabalho do índio; Apropriação e desvio de recursos oriundos do patrimônio indígena; Dilapidação do patrimônio indígena: a) venda de gado; b) arrendamento de terras; c) venda de madeiras; d) exploração de minérios; e) venda de castanha e outros produtos de atividades extrativas e de colheita; f) venda de produtos de artesanato indígena; g) doação criminosa de terras; h) venda de veículos; 2) Alcance de importâncias incalculáveis; 3) Adulteração de documentos oficiais; 4) Fraude em processo de comprovação de contas; 5) Desvio de verbas orçamentárias; 6) Aplicação irregular de dinheiros públicos; 7) Omissões dolosas; 8) Admissões fraudulentas de funcionários; 9) Incúria administrativa.⁸³¹

O relator Jader Figueiredo Correia e a CI nominam também numa extensa listagem dezenas de nomes de agentes do SPI envolvidos nestes delitos, e, ainda, indicam os Postos de ação e a descrição das práticas de violência e irregularidades cometidas por cada um. Este documento recomenda a demissão de muitos e a devida punição na forma da lei para tantos outros por meio de inquérito administrativo e nas instâncias da justiça. A relação de nomes ultrapassa 130 pessoas citadas. Destes, alguns não são funcionários do SPI, mas indivíduos da sociedade regional que se beneficiaram com a exploração do patrimônio indígena, inclusive, “presenteando” chefes ou encarregados de Postos. Este é o caso de João Batista Tonial e Valmor Tonial, no contexto do PI Xapecó, citados por promover a divisão “ilegal dos pinheiros arrematados em

⁸³¹ BRASIL, Relatório Figueiredo de 1968, op. cit., p. 4915 e 4916.

Xanxerê entre mais de 30 firmas, sem que o contrato o permitisse” e serem beneficiários da “concorrência irregular e protecionista na venda de 10.000 pinheiros em Xanxerê”.⁸³²

Em ordem alfabética (Quadro 8), os nomes associados diretamente ao PI Xaçepó, na condição de agente encarregado titular ou substituto, bem como relacionados a IR7 e que foram enquadrados em algum tipo de delito pelo Relatório Figueiredo são:

Quadro 8: Agentes do Posto Indígena Xaçepó enquadrados em delitos no Posto e na IR7

<i>Atílio Masalloti</i>
Enriquecimento ilícito; cultivo e arrendamento ilegal de terras em proveito próprio; venda de madeira por coleta de preço; venda irregular de madeira e da produção de milho do PI Dr. Selistre de Campos; castigos aos índios no “tronco”; incúria administrativa: não prestava assistência aos índios, deixando-os embriagar-se no PI Dr. Selistre de Campos; quando Chefe do PI Dr. Selistre de Campos incompatibilizou-se com índios, rendeiros, invasores, padre, delegado e juiz, sendo péssima sua administração.
<i>Japhet Chaves Neves</i>
Irregularidades contábeis: assinou recibos graciosos para fraudar em prestação de contas; responsável, pela não prestação de contas do adiantamento de Cr\$3.000,00.
<i>João Garcia de Lima</i>
Assinou recibos graciosos, dando quitação de quantias vultosas segundo suas próprias declarações e não foram efetivamente recebidas; vendeu, irregularmente, 500 pinheiros do PI Xavier da Silva, Londrina; maus tratos aos índios e trabalho em regime de escravo, em proveito próprio; inutilização de documento público qual seja o rasgar do recibo gracioso que deu a José Fernando da Cruz; conivente na venda irregular de 150.000 dormentes ferroviários, no PI Guarita.
<i>Nereu Moreira da Costa</i>
Prendia índios e deixava-os embriagar-se no PI Dr. Selistre de Campos; castigo no “tronco” do índio Domingos Couto.
<i>Samuel Brasil</i>
Irregularidades contábeis: fraudes na prestação de contas; emprego irregular de Cr\$ 22.000.000; assinatura de recibos graciosos para fraude em prestação de contas; execução de serviços por Alaor Bually, sem concorrência; venda de 30.000m ³ de sassapraz como lenha no PI Telemaco Borba; pagou diárias, não prestou contas dos gastos de sua gestão na IR7.

⁸³² Ibidem, p. 4947.

Sebastião Lucena da Silva

Tentativa de intimidação aos índios quando estavam sendo ouvidos pelo diretor; comércio com escritório indicado em seu cartão de visitas na própria Sede da IR7; responsável pela devastação, abate excessivo e desordenado de pinheiros, de forma dolosa, no PI Dr. Selistre de Campos; responsável pelos contratos irregulares de arrendamentos de terras na 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Inspetorias; chefiava juntamente com Dival José de Souza um conluio de funcionários com fins escusos, ficando incontestável a malícia dessa sociedade a ponto de usarem “código secreto”; irresponsabilidade funcional: não havia controle nos pagamentos de diárias; irregularidades contábeis; nunca fez licitações de preços para compras; adiantava vales aos servidores; recebeu o produto da venda irregular de milho no PI Dr. Selistre de Campos; participou da “caravana da farra” em Florianópolis; nega “corte paralelo”, mas confesso que as firmas exploradoras não permitem a entrada de pessoas estranhas as mesmas; não depositava a renda indígena em banco oficial; utilizava a renda indígena para manutenção de sua família; plantava no PI Dr. Selistre de Campos em parceria com o índio Alípio *Fongrê*; prendia índios e os deixava embriagar-se; quando encarregado do PI Dr. Selistre de Campos recebia rendas e ludibriava o SPI e os rendeiros, não lhes dando recibo e nem quitação; nega participação nos fatos alegados por Atílio Masalotti; praticava atrocidades contra os índios em Xanxerê; presidiu a comissão que executou a concorrência irregular para venda de 10 mil pinheiros no PI Dr. Selistre de Campos; aquisição de uma Kombi pela renda indígena sem autorização nem licitação; recebimento de um carro “Aero Willys” novo de madeireiros que se beneficiaram com a concorrência e exploração desordenada e abate excessivo de pinheiros no PI Dr. Selistre de Campos; venda irregular de madeira no PI Dr. Selistre de Campos; irregularidades em arrendamentos e falta de contabilização de todos os contratos e venda de madeira apesar da proibição ministerial.

Wismar Costa Lima

Desrespeito às mulheres índias no PI Barão do Antonina durante o expediente; permitiu que o índio Antonio Olímpio fosse amarrado e surrado a pau a ponto de fazê-lo fugir do Posto; vício de embriaguez.

Fonte: BRASIL, Relatório Figueiredo de 1968. 30 volumes. Relatório final do procurador Jader Figueiredo Correia ao Ministro do Interior. Autos do Processo, vol. IX, p. 4911 e 4978.

Apesar de terem permanecido pouco tempo como chefes de Posto, não há dúvidas que dentre os nomes de agentes do PI Xapecó citados no Relatório Figueiredo por práticas de delitos, os encarregados Atílio Masalotti e Sebastião Lucena da Silva se destacam. Masalotti foi acusado tanto de cometer castigos aos índios, como o famoso “tronco”,⁸³³ como de se envolver em irregularidades na venda de produtos do patrimônio indígena em uma administração perturbada e questionável. Ao ser inquirido pela Comissão de Inquérito em 08/11/1967, Masalotti, classificado por João Garcia de Lima como homem de “gênio irritadiço”,⁸³⁴ se defendeu das acusações, ressaltando que “[...] jamais cultivou qualquer área indígena em seu proveito pessoal [...]”, que “[...] jamais maltratou índios e se houve algum castigo no tronco é questão pertinente, exclusivamente ao Capitão da Tribo e da Política Indígena [...]”. Assim, explicou em uma carta enviada em 12/08/1967 à Comissão, procurava mostrar que seu colega Nereu Moreira da Costa “[...] tem contribuído para acirramentos dos ânimos tecendo intrigas e calúnias [...]” no Posto e entre o encarregado e a IR7, ademais, se afastou da chefia do Posto Dr. Selistre de Campos “[...] por seu próprio pedido e, não, por estar criando casos.”⁸³⁵

As acusações sobre Sebastião Lucena da Silva são extensas e de diversas naturezas, referem-se às práticas de “atrocidades” contra os índios e irregularidades administrativas de diversos ordens, lesando os índios e o próprio SPI em benefício próprio. De acordo com as conclusões do Relatório, Sebastião foi “[...] responsável pela devastação, abate excessivo e desordenado de pinheiros, de forma dolosa, no PI Dr. Selistre de Campos [...]”, assim, sua conduta na promoção do desmatamento foi considerada criminal, intencional e lesiva, inclusive, segundo os depoimentos, o agente recebeu como “prêmio na negociata”, um carro “Aero Willys” novo de madeireiros. A história do Aero Willys gerou comentários nos bastidores da IR7 e do SPI, e, conseqüentemente, decorreu em certa confusão de informações

⁸³³ “O castigo do ‘tronco’, segundo o depoimento de Samuel Brasil, consistia num “aparelho utilizado no tempo da escravatura do Brasil e revivido no SPI; que ‘tronco’ consiste em duas estacas enterradas em ângulo agudo no mesmo buraco com o vértice para baixo; que existe em cada uma delas um pequeno entalhe de altura correspondente; que a tortura consiste em colocar o tornozelo do índio entre as duas estacas à altura daqueles entalhes, insuficientes para camdigo, para caber uma perna humana, e paulatinamente fechar o ângulo aproximando as duas pontas superiores das estacas com o auxílio de uma corda; que isso é um processo muito doloroso e se levado a extremo poderá provocar a fratura do osso, como aconteceu no caso [...]”. *Ibid.*, p. 1720.

⁸³⁴ *Ibid.*, p. 1830.

⁸³⁵ *Ibid.*, p. 1764.

entre os inquiridos pela Comissão, apresentando diversas versões da história.

Os boatos circularam por outras inspetorias, um funcionário do SPI ao ser questionado, Boanerges Fagundes de Oliveira, afirmou que soube de um “prêmio” recebido da firma Irmãos Fernandes, beneficiada com a manipulação de Lucena na concorrência para exploração de madeiras de lei no PI Duque de Caxias (SC)⁸³⁶. Noutra versão da história do “Aero Willys”, o funcionário do SPI no PI Xaçepó, Manoel Moreira de Lara, irmão de Nereu Moreira da Costa, em depoimento no dia 13/11/1967 à Comissão, afirma que Lucena recebeu este “automóvel” como “presente” do sr. Alberto Berthier de Almeida, que na gestão de Lucena abateu “[...] cerca de 60 pinheiros do posto”. Sobre a relação entre Lucena e Brandini, esclareceu o irmão de Nereu que, este último era empresário, tinha madeireira que se beneficiou da J.B. Tonial & Filhos no corte de 10.000 pinheiros, e que essa exploração ultrapassou o contrato em edital, na realidade, estava “[...] abatendo pinheiros além do número determinado no contrato [...]”. Ao ser avisado, Lucena teria dito “[...] deixa, depois nós damos um jeito [...]”. O funcionário depoente acusa desconhecer onde foi parar os lucros dos cortes de pinheiros, que a assistência aos índios somente veio a melhorar com a atual gestão de João Garcia de Lima e que Masalotti também não prestava assistência aos índios.⁸³⁷

O próprio Lucena em depoimento em 08/11/1967 explica que de fato possuía um Aero Willys “zero quilometro” e que é inverídica a informação de que teria recebido este carro da “firma J.B. Tonial Filhos”, pois o adquiriu por meio intermédio do sr. Domingos Brandini⁸³⁸ com a firma Agro-Máquinas em 1964, tendo-o vendido posteriormente em São Paulo: “[...] é caluniosa a acusação de que o depoente permitiu ‘corte paralelo de madeira’; que afir digo, a firma J.B. Tonial & Filhos, com autorização da IR7 e na forma do previsto Edital de concorrência e no contrato firmado, transferiu à outras firmas parte dos pinheiros que deveriam ser abatidos [...]”⁸³⁹.

Sebastião Lucena, assim como outros funcionários inquiridos pela comissão de Investigação, se defendeu e negou as acusações, desvelando outras perspectivas interpretativas sobre os fatos irregulares.

⁸³⁶ Ibid., p. 1572.

⁸³⁷ Ibid., p. 1825, 1826 e 1827.

⁸³⁸ Segundo o depoimento em 13/11/1967 de Manoel Moreira de Lara, irmão de Nereu Moreira da Costa, funcionário que encontrava-se trabalhando no PI Xaçepó há 17 anos, portanto, desde 1950, Domingos era dono de madeireira na região do Chapecozinho.

⁸³⁹ Ibid., p. 1760 e 1761.

Em relação a acusação de “maus tratos aos índios”, afirma ser impropriedade, uma vez que os “considera seus semelhantes”, ainda esclareceu sobre os “espancamentos” que existia nos Postos “Conselhos de Índios” e que apesar de serem compostos somente por índios “[...] são muito cruéis e que castigam duramente os índios faltosos encaminhados ao seu juízo; que alguns colegas do depoente acham natural principalmente porque a disciplina é imposta pelos próprios índios [...]”. Sebastião Lucena elucida que “[...] jamais permitiu a existência desses conselhos nos postos que dirigiu, a fim de evitar essas barbaridades [...]”.⁸⁴⁰

Os diversos depoimentos coletados pela CI esclarecem os meandros das irregularidades investigadas e ratificam a gravidade das relações existentes nas unidades locais de proteção tutelar do SPI. No caso de Sebastião Lucena, os cortes de pinheiros no Xapecó foram descomedidos e desproporcionais ao que os editais de concorrência permitiam. Os caminhões das madeireiras trabalhavam “dia e noite” e o agente do Posto não tinha controle algum sobre o que era retirado, ou, pelos menos, dissimulava não perceber os volumes dos negócios em virtude de benefícios pessoais.⁸⁴¹ Este agente, segundo o depoimento de Benedito Pimentel em 10/10/1967, informa que Sebastião Lucena “havia recebido” uma enorme “gratificação” ou “propina” do “senhor Tonial”⁸⁴² de “quarenta milhões de cruzeiros velhos”, Cr\$40.000.000.⁸⁴³ Parece que os trâmites administrativos do agente percorriam os bastidores da IR7 e SPI, ou ainda, noutro sentido, o agente poderia se considerar perseguido pelo volume de histórias desproporcionais aos acontecimentos.

O Edital n. 1/1964 de Concorrência Pública para a “[...] retirada de 10.000 (dez mil) pinheiros em 2 (dois) lotes de 5.000 (cinco mil) cada um [...]” sob responsabilidade da Comissão presidida pelo Inspetor de Índios, Sebastião Lucena da Silva, respaldado pelo chefe da IR7, Alísio de Carvalho, tratou da extração de pinheiros “vitalizados” do Posto.⁸⁴⁴ Após consequentes anos sob a pretensa justificativa de extração de pinheiros desvitalizados e queimados pela ação

⁸⁴⁰ Ibid., p. 1762.

⁸⁴¹ Ibid., p. 844.

⁸⁴² Refere-se a firma J.B Tonial & Filhos.

⁸⁴³ Ibid., p. 1520.

⁸⁴⁴ EDITAL, Concorrência Pública n. 1/1964, Processo 1975/1966, Art. 13ª condição, IV Das propostas. Fl. 031. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

descontrolada do fogo criminoso e para roçados, o próximo passo para a promoção da emancipação econômica e geração de renda do Posto era avançar sobre o pinhalão, ou, sobre a Floresta Ombrófila Mista. E esse passo foi dado amplamente a partir do início da década de 1960 por conta da demanda regional por madeira que enfrentava a escassez das florestas, seja por meio da instalação da serraria do Posto, ou ainda, em virtude da chegada de outros agentes no Posto com uma visão mais empresarial que a de Nereu. Todavia, não se pode desconsiderar que os pinheiros vitalizados já podiam ser explorados ainda na gestão de Nereu, mas em que medida isso ocorreu, os documentos não esclarecem.

Este edital e sua aplicabilidade, coordenado por Sebastião Lucena, gerou comentários nas diversas instâncias do SPI, inclusive, estes negócios de concorrência foram mencionados por outros funcionários da agência como um dos momentos exemplares de irregularidades promovidos pelo agente. A empresa que arrematou a concorrência, J.B. Tonial & Filhos, teria fragmentado o processo de retirada com outras madeireiras regionais, mas não somente isso, esta teria extraído, segundo informou em depoimento o funcionário do Posto Manoel Moreira de Lara, muito além dos 10.000 pinheiros, alcançando a quantidade de 13.000 pinheiros.⁸⁴⁵ Ao longo do edital estava previsto como “condição”, uma cotação mínima, Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) para cada árvore extraída, tendo como diâmetro mais de 0,50 (cinquenta) centímetros, medidos na altura usual do tronco, ademais, era obrigação da empresa o “[...] replantio na base de 2x1, ou seja, plantação de duas mudas de pinheiro por cada árvore que for abatida [...]”⁸⁴⁶ e havia a “[...] sujeição à fiscalização que será efetuada por funcionários devidamente credenciados pela chefia da 7ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios.”⁸⁴⁷

Se a gestão do Posto queixava-se da dificuldade na fiscalização da área, por conta do tamanho, não ter veículo de condução e funcionários insuficientes para a ação, como poderia controlar a extração de pinheiros, e ainda, inspecionar o replantio ou reflorestamento da Araucária na condição de 2x1? Conseqüentemente, a gestão do Posto não conseguiu nem fiscalizar e nem monitorar todo este processo. Paulatinamente, ocorreu a devastação da cobertura florestal conforme indicou o recenseamento exposto no Relatório de Inspeção de

⁸⁴⁵ BRASIL, Relatório Figueiredo de 1968, op. cit., p. 1825, 1826 e 1827.

⁸⁴⁶ EDITAL, Concorrência Pública n. 1/1964, Processo 1975/1966, op. cit..

⁸⁴⁷ EDITAL, Concorrência Pública n. 1/1964, Processo 1975/1966, op. cit., letra “c”. Fl. 031.

1967⁸⁴⁸ e as quantificações através das imagens de satélite e da perspectiva multi-temporal apresentadas no capítulo 4.

De fato, os “negócios da madeira” promoveram significativas rendas com o patrimônio indígena para setores localizados da sociedade regional, e, inclusive, para agentes que foram coniventes com a exploração desordenada e crescente da Araucária. A representatividade do regalo recebido por Sebastião Lucena na “história do Aero Willys” indica o tamanho das estratégias muitas vezes abstrusas que transcorriam na IR7 e no PI Xapecó. Verdade ou não, existiam meandros obscuros na atuação da proteção de tutelar. Contudo, apesar do Relatório Figueiredo ter apresentando provas circunstanciais dos crimes e violências praticadas contra os índios no Brasil, ter com isso recomendado pena de demissão a alguns agentes do SPI envolvidos nestes delitos, dentre eles Atílio Mazalotti, ainda, aconselhado a cassação de aposentaria de outros, como de Sebastião Lucena da Silva, desconhecesse a aplicabilidade das demissões, cassações, condução e as conclusões de processos judiciais aplicados aos agentes tutelares do SPI. Não foi por acaso que este Relatório “desapareceu” e permaneceu escondido e esquecido por décadas, foi conveniente aos militares e tantas outras pessoas envolvidas nestas acusações o “sumiço” desta documentação.

6.5 “Na história do índio o pinheiro é o astro”:849 o patrimônio indígena e os militares

Num momento *sine qua non* para a história do indigenismo brasileiro, a imprensa do país se dedicou a produzir reportagens jornalísticas e colunas de opinião acerca dos conflitos, problemas econômicos e ambientais, ressaltando as péssimas condições de vida e a vulnerabilidade em que se encontravam diversos povos indígenas. A questão indígena chamou atenção em virtude de suas contradições, de um lado apresentava-se a potencialidade do patrimônio indígena, de outro, a miserabilidade das comunidades. O jornal porto-alegrense Diário de Notícias estampou com letras maiúsculas em sua capa do dia 25/10/1968 a manchete jornalística: “Polícia Federal vai prender os

⁸⁴⁸ RELATÓRIO, Inspeção n. 1/1967, Processo 2221/1997, 1º volume, op. cit., Fl. 100.

⁸⁴⁹ JORNAL, Diário de Notícias, “Na história do índio o pinheiro é o astro”, 25 de outubro de 1968. Microfilme 389, Planilha 076. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

criminosos de Xanxerê, o Diário foi ver essa guerra” (Figura 19).⁸⁵⁰ A edição abordou no segundo caderno duas reportagens veementes sobre os conflitos e o desmatamento no PI Xaçepó: “Índio é estrangeiro em suas próprias terras” (Figura 20) e “Na história do índio o pinheiro é o astro” (Figura 21).⁸⁵¹

O Diário no artigo “Na história do índio o pinheiro é o astro”, expõe de forma breve sobre o que chamou de “escândalo” sobre “pinheiros” e as “terras” dos índios no sul do Brasil. Comenta sobre os crimes cometidos contra os índios, quando “vigaristas” promovem corte de pinheiros em terras indígenas e visam se apossar dos espaços que o “governo destinara aos índios”.⁸⁵² As críticas jornalísticas seguiam. A reportagem principal expôs à sociedade regional a situação de conflito deflagrado, ou mesmo, certa situação que chamou de “guerra”, como sugere o subtítulo da reportagem, entre colonos, intrusos e posseiros, apoiados por políticos e empresários regionais, e de outro lado, os índios Kaingang do PI Xaçepó e seu recém chegado chefe de Posto, João Franklin Mäder.⁸⁵³

⁸⁵⁰ JORNAL, Diário de Notícias, “Polícia Federal vai prender os criminosos de Xanxerê, o Diário foi ver essa guerra”, 25 de outubro de 1968. Microfilme 389, Planilha 076. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸⁵¹ Microfilme 389. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸⁵² JORNAL, Diário de Notícias, “Índio é estrangeiro em suas próprias terras”, Segundo Caderno, 25 de outubro de 1968. Microfilme 389, Planilha 076. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁸⁵³ Em virtude das “atitudes enérgicas e decididas”, Franklin Mäder foi chamado pelos regionais de “cangaceiro”. RELATÓRIO, Viagem do presidente da FUNAI à 4ª Delegacia Regional, 12 a 16 de novembro de 1969, 18/11/1969, Processo 2221/1997, 1º volume, Fl. 143 - 150. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

Figura 19: “Polícia Federal vai prender os criminosos de Xanxerê, o Diário foi ver essa guerra”, capa do Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 25/10/1968



Fonte: Microfilme 389. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Na mesma edição do Jornal, a reportagem “Índio é estrangeiro em suas próprias terras”, realizada pelos enviados especiais do Diário, Edemar Ruwer e Dalton Carvalho, afirma que “[...] inescrupulosos, antigos aventureiros e ladrões cercam como aves de rapina 20 mil pinheiros adultos que cobrem a metade dos 14 mil hectares de terra que o governo Federal reservou para os índios.” Os repórteres encarniçam a história que envolve relações assimétricas de poder econômico e se posicionam na defesa dos nativos:

Ateiam fogo nas matas para obter as araucárias, que apodrecem se mantidas secas no pé, por dois anos. Sete madeireiros e algumas serrarias são hoje o poder econômico e político de Xanxerê. As terras foram invadidas por trezentos posseiros, com o apoio do delegado de Polícia inspetor Lucena, do vereador Antero dos Santos, do jornal e rádio local, e do prefeito em exercício, Edil João dos Santos.

Figura 21: “Na história do índio o pinheiro é o astro”, Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 25/10/1968

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Porto Alegre, 6.ª feira, 25 de Outubro de 1968 - Pág. 4

Na história do índio o pinheiro é o astro

Depois de longo período de alheamento em matéria tão transcendente, começam os povos mais esclarecidos a compreender a significativa importância de que as florestas se revestem para o bem-estar da humanidade. Não somente as florestas em si, senão mesm no conjunto dos recursos naturais renováveis que aquelas simbolizam mais do que qualquer outro.

Pelmente, no Brasil, já não nos sentimos inferiorizados como o fomos durante muito tempo, em contraste com outros países que levam em devida conta o valor insubstituível que os recursos naturais renováveis oferecem às suas populações.

Incluímos, há um lustro, uma jornada de exploração das riquezas suscetíveis de se renovar por si mesmas, a qual já nos confere um lugar honroso entre as nações bem avisadas, que se comparam dos deveres da geração de hoje para com as vindouras.

Graças à legislação vigente, que confere incentivo, fiscal ao reflorestamento, pode-se dizer que estamos cuidando da reconstituição do nosso patrimônio florestal, em ritmo acelerado.

A nossa displicência multiseccular se vê, hoje, substituída por uma febre de regeneração das nossas florestas difícil de ser emulada onde quer que seja.

Há, entretanto, distorções, para não fugir à regra.

Referimo-nos ao que está sendo revelado, agora, sobre a situação dos remanescentes das populações indígenas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Bem contada a história, o índio fica situado no fundo do quadro, apenas como figurante secundário.

O escândalo todo gira em torno de pinheirais e de terras. Há

... de vigaristas tentando... liberos, o que é um... procurando avançar nas terras que o governo destinara aos índios, o que também é crime.

Existe tanta verdade nesta afirmativa que já restam poucos pinheiros contidos em quantidade que ainda desperta a cobiça. E ao invés de se fazer o replantio, como se faz em outras partes do país, os aventureiros querem cortar o que ainda resta, para transformar tudo em dinheiro e zampar.

Quando nos índios, formou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito que andou por toda a parte e nada resolveu até agora, mas já gastou dinheiro suficiente para a construção de mais de 20 escolas nos postos indígenas ou quatro ambulatórios, o que poderia muito bem justificar outro inquérito para tantos gastos.

Mas como dissemos linhas acima não se trate dos índios, e sim de terras e pinheirais, o que está na mira dos aventureiros.

Seria acaso difícil resolver essa questão, desmanchar o nó que está sendo atado quase à vista das autoridades?

Dos detalhes conhecidos, transparece que não. Uma investigação séria, de poucos dias, poderia demonstrar onde se oculta o tigre, isto é, identificá-la, os que querem cortar os pinheiros do governo e avançar nas terras que esse mesmo governo destinou aos índios e nas quais eles vão ficando cada vez mais comprimidos.

Para agarrá-los pela gola e levá-los ao banco dos réus, como criminosos comuns, é preciso que a autoridade vá ao local onde esses aventureiros estão agindo.

Questão, simplesmente, de abandonar por alguns dias o conforto dos gabinetes.

Fonte: Microfilme 389. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Segundo a reportagem, nessa história, os índios são narrados como vítimas enquanto o novo chefe de Posto, Franklin Mäder, aparece como um resistente que anda armado e veio ao Xapecó com a “missão” de enfrentar as dificuldades como o teria feito em Nonoai no Rio Grande do Sul. O ponto crucial é a cobiça sobre as terras e seus pinheiros. Os repórteres informam que havia roubo descarado de madeira. Um pinheiro “normal” valia “300 cruzeiros novos depois de serrado”, portanto, 20 mil pinheiros valiam “6.000.000 de cruzeiros novos. Este é o ponto da cobiça.” Acusam os enviados do Diário que “foram roubados pinheiros das reservas dos índios num valor aproximado de 10 bilhões de cruzeiros antigos.” Na concepção do indigenismo da FUNAI e na mentalidade da imprensa e da sociedade civil brasileira, a exploração do patrimônio indígena deveria contribuir para a resolução dos problemas socioeconômicos dos Postos Indígenas.

Também no dia 25/10/1968, o Jornal Folha de São Paulo publicou a reportagem “Ninguém tem pena de índio que não usa pena”, assinada por Rubem Azevedo Lima, da sucursal de Brasília. No trocadilho do título, cunhado pelo cacique Kaingang *Fogum Hare*, a reportagem ressalta o essencialismo do indigenismo brasileiro, que vê nos índios do sul do Brasil a condição de povos em processo de aculturação e assimilação, contrariando a categoria de índio por não viverem como outrora: usando “pena”. De forma geral, comenta sobre a CPI da Câmara dos Deputados de 1968 conduzida pelos parlamentares Marcos Kertzmann (Arena/SP), relator da investigação, Feliciano Figueiredo (MDB/MT), Mariano Beck (MDB/RS) e Nelson Carneiro (MDB/GB) que percorreram os Postos Indígenas pelo Brasil e investigaram a situação dos índios. A temática indígena ou a “situação” dos índios estava em pauta. Outras reportagens circularam nos jornais do país no ano de 1968.⁸⁵⁴ Considerando as recomendações finais do Relatório Figueiredo, a instalação de nova CPI na Câmara dos Deputados e a promessa de “renovação” das políticas indigenistas com a extinção do SPI e fundação da FUNAI, o indigenismo brasileiro no ano de 1968 estava sendo questionado e perscrutado não somente pelo “moralizante” governo militar, mas também pela imprensa.

⁸⁵⁴ JORNAL, Correio da Manhã, “Caingangues eram os mais ricos e hoje passam fome”, 19 de dezembro de 1968. Microfilme 389. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro; JORNAL do Brasil, “Comissão quer aculturar e integrar índios para que precisem de menos terras”, 22 de dezembro de 1968. Microfilme 389. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

A Folha de São Paulo comentou ironicamente que “Os índios mais ricos do mundo – os caingangues do sul do Brasil – estão morrendo de fome e vivem de esmolas na região de trigais e dos pinheiros no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.” Contradições vislumbradas pela imprensa, viver entre os trigais e morrer de fome, ter valiosos pinheiros em suas terras e não ter uma casa de tábuas de madeira. Esta reportagem em tom fatalista baliza opiniões adversas sobre a questão da civilização, dos negócios da madeira, das invasões, da violação de leis e dos conflitos deflagrados nas regiões onde havia Postos Indígenas no sul do Brasil. Torna-se público as antagônicas posições entre índios e não índios que contribuíram para a emergência do movimento indígena e a consequente desintrusão das terras indígenas. Os governos militares não conseguiram resolver tais questões, pelo contrário, acirraram ainda mais “mentalidade empresarial” que já marcava o indigenismo.⁸⁵⁵ No caso do PI Xaçepó, o historiador Brighenti evidenciou que as ações de enfrentamento à intrusão foram inicialmente articuladas pela FUNAI a partir da atuação de novo chefe de Posto, João Franklin Mäder. Este agente conquistou desafetos regionais à medida que enfrentou políticos que apoiavam os posseiros das terras dos índios do “Chapecózinho”. Com ironia, a desintrusão foi precedida da expulsão de Mäder da condição de chefe do Posto.⁸⁵⁶

6.5.1 O “novo” modelo de indigenismo e os projetos desenvolvimentistas

Ao longo da década de 1970 o aprofundamento da “mentalidade empresarial” se consolidou na FUNAI. Essa expressão inclusive foi cunhada pela própria FUNAI. O então general Clodomiro Fortes Flôres, diretor geral do DGPI, afirma tacitamente que em relação “[...] a atual política da FUNAI relativamente ao desenvolvimento e aproveitamento do Patrimônio Indígena”, a agência deve, em sua “primeira fase” nominada como de “recuperação geral” vir a “[...] adotar *mentalidade expressamente empresarial*, com ênfase na rentabilidade [...]”⁸⁵⁷ O

⁸⁵⁵ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil Indígena*. São Paulo: Ed.USP, 1972. p. 72 – 76.

⁸⁵⁶ BRIGHENTI, 2012, op. cit., p. 383 e 384.

⁸⁵⁷ O itálico foi ressaltado pela autora desta tese. PAPELETA n. 9-D/DGPI/FUNAI, General Clodomiro Fortes Flôres, Diretor Geral, FUNAI, 7 de agosto de 1970. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

modelo assistencialista da atual agência, inspirado no SPI, previa a gestão do patrimônio indígena que ganhou contornos capitalistas com a criação do Departamento de Patrimônio Indígena (DPI). Posteriormente, o DPI foi reconhecido como Departamento Geral de Patrimônio Indígena (DGPI) e tinha, em tempos de militares no poder, a incumbência de gestar o patrimônio indígena com celeridade e isonomia. Passado o período terminal do SPI, cuja crise e transição resultaram na criação da FUNAI, Egon Heck afirma que entre 1969 até 1974 se desenvolveu a 3ª fase do novo modelo de indigenismo, com sua definição e implantação. A tecno-burocracia passou a envolver a FUNAI e no Brasil meridional imperou seu caráter empresarial numa perspectiva integracionista de gerenciamento.⁸⁵⁸ A adaptação e a consolidação do modelo indigenista representaram a 4ª fase deste processo e ocorreu entre 1974 a 1979, culminado com a crise do modelo e o aprofundamento do controle militar entre 1979 e 1985.⁸⁵⁹

⁸⁵⁸ “A política indigenista posta em prática pelo governo com o Ministério do Interior e através da FUNAI foi pautada em quatro diretrizes básicas: a) regionalização (ou estadualização), b) estudos para a emancipação de líderes e comunidades indígenas, c) grandes projetos de demarcação de terras e d) projetos de desenvolvimento comunitário. São essas 4 diretrizes anunciadas pela FUNAI/MINTER como linhas de ação (embora não concretizadas em resultados práticos) que mais afetaram e afetam a vida das comunidades indígenas no Brasil.” *POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1980*, Série Histórica Aconteceu Especial (número 6). CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), ISA (Instituto Socioambiental). São Paulo: CEDI, abril de 1981. p. 43. Disponível: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/aconteceu_especial_n_6_-_pib_1980/1. Acesso em: Out. 2013.

⁸⁵⁹ Egon Heck esclarece que as direções do “novo” modelo de indigenismo brasileiro seguiam conforme a conjuntura dos governos, o comando do Ministério do Interior e as chefias do órgão indigenista oficial. HECK, op. cit., p. 67.

Tabela 7: Lista dos nomes de Postos Indígenas administrados pela 4ª DR e sua população em 1972

	NOME DO POSTO	LOCALIZAÇÃO /MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
1	Posto Indígena Pinhalzinho	Tomazina (PR)	46
2	Posto Indígena Laranjinha (PI Cel José Carvalho)	Santa Amélia (PR)	91
3	Posto Indígena Barão do Antonina (PI São Jerônimo)	São Jerônimo da Serra (PR)	267
4	Posto Indígena Apucarana (PI Dr. Francisco Xavier)	Londrina (PR)	280
5	Posto Indígena Queimadas (PI Cel Telêmaco Borba) - Área Indígena Salto Mauá	Ortigueira (PR)	191
6	Posto Indígena Faxinal (PI Dr. Carlos Cavalcante)	Cândido de Abreu (PR)	212
7	Posto Indígena Ivaí (PI Cacique Gregório Kaaikchot)	Manoel Ribas (PR)	330
8	Posto Indígena Guarapuava (PI Dr. José Maria de Paula)	Guarapuava (PR)	287
9	Posto Indígena Rio das Cobras (PI Interventor Manoel Ribas)	Laranjeiras do Sul (PR)	831
10	Posto Indígena Mangueirinha (PI Cacique Capanema)	Mangueirinha (PR)	386
11	Posto Indígena Palmas (PI Fioravante Esperança)	Palmas (PR)	259
12	Posto Indígena Xaçepó (PI Dr. Selistre de Campos)	Xanxerê (SC)	1.095

13	Posto Indígena Ibirama (PI Duque de Caxias/Eduardo Hoerhan)	Ibirama (SC)	632
14	Posto Indígena Cacique Doble	Cacique Doble (RS)	266
15	Posto Indígena Ligeiro (PI Paulino de Almeida)	Tapejara (RS)	457
16	Posto Indígena Carreteiro	Tapejara (RS)	127
17	Posto Indígena Votouro - Área Indígena Guarani	São Valentim (RS)	374
18	Posto Indígena Nonoai	Nonoai (RS)	753
19	Posto Indígena Guarita	Tenente Portela (RS)	1.295
20	Posto Indígena Inhacorá	Santo Augusto (RS)	188
21	Posto Indígena Vanuíre	Tupã (SP)	142
22	Posto Indígena Icatu	Braúna (SP)	49
23	Posto Indígena Araribá - Área Indígena José de Anchieta - Área Indígena Rio Branco - Área Indígena Itariri	Avaí (SP) Peruíbe (SP) Itanhaem (SP) Itariri (SP)	208

Fonte: RELATÓRIO, 4ª Delegacia Regional da FUNAI, agosto de 1972. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

Conforme já foi mencionado, em 1960 a IR7 administrava 17 Postos Indígenas e no ano de 1972 este número alcançou 23 (Tabela 7). Na década de sessenta o PI Xaçecó era o mais populoso, contudo, conforme está exposto na Tabela X o Posto com maior população era Guarita, seguido do Xaçecó. Nos anos 1970 a 4ª DR atendia nos Postos as etnias Kaingang, Guarani, como também Xetá e Terena.

Até 1967 o patrimônio indígena não era detalhado com a apresentação de balanços financeiro-contábeis periódicos. O que havia nos Postos e nas Inspetorias eram fichas avulsas, muitas vezes incompletas e mal preenchidas, ainda, documentos superficiais

discriminando o “Movimento da Renda Indígena” com espaço para o simples preenchimento de “especificação”, “receita”, “despesa” e “saldo”. Bastava enviar à IR7 estes breves movimentos e relatórios com despesas e receitas gerais. Por sinal, se as gestões do PI Xapecó enviaram estes documentos mensais e anuais, periodicamente, com a prestação de despesas e o controle dos proventos do patrimônio indígena, discriminando as rendas do sistema de parceria, arrendamento, serraria, extração e comercialização de madeiras de lei e pinho e contratos, muitos destes documentos foram perdidos, estão inacessíveis ou não foram localizados até o momento para consulta e análise. Os recibos de “arrendamento” existiam, embora, desorganizados e sem transparecer o conjunto, mas somente na década de 1960 que se apresentam contratos e editais de exploração das florestas e serrarias por intermédio dos chefes de Posto.

A crise do indigenismo de 1967 e 1968 corroborou para o aprofundamento da “mentalidade empresarial” dentro da agência indigenista e para o efetivo controle sobre o patrimônio indígena. Se o trânsito das CPIs, do Relatório Figueiredo e da imprensa acusavam que as irregularidades envolviam o patrimônio dos índios, de forma simplista, bastava aos militares controlar a gestão deste que os problemas se resolveriam. Na visão dos militares, os tentáculos de controle e segurança nacional não combinavam com desleixo e negligência sobre o patrimônio indígena. Os militares promoveram autoritariamente uma gestão racional, centralizadora e tecno-burocrática no indigenismo brasileiro. De forma irônica e inversamente, pode-se afirmar também que os motivos aos quais os militares precisavam para controlar e redirecionar o indigenismo brasileiro e justificar a segurança nacional nas suas práticas de gestão estavam nas oportunas denúncias que originou a própria FUNAI e o pretense “novo” modelo de indigenismo.

Foto 22: Serraria do Posto Indígena Xaçecó, funcionando com contrato de prestação de serviço suspenso



Fonte: Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

Foto 23: Estoque de madeira na Serraria do Posto Indígena Xaçecó



Fonte: Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

Segundo a informação do Relatório de viagem do presidente da FUNAI a 4ª Delegacia Regional, 12 a 16 de novembro de 1969, 18/11/1969, a serraria do PI Xaçecó encontrava-se até aquele ano sendo arrendada por contrato (Foto 22 e 23). O relatório esclarece que o Posto havia treinado um índio para operar a serraria, que naquele momento produzia cerca de 350 dúzias de taboas por mês e tinha um estoque de 1.200 dúzias, sendo que 600 foram vendidas numa concorrência ainda não paga. Como meta, o relatório afirma que estava previsto para o ano seguinte (1970) a construção de uma olaria, concretamente efetivada somente em 1988 quando a exploração da madeira foi definitivamente embargada, ainda, o incremento do plantio de soja e a “implantação de um projeto integrado” para a “construção de enfermaria, ambulatório, farmácia, escola e clube de interesse”. Por final, afirma que seria

instalada uma “unidade da Guarda Indígena” em março de 1970.⁸⁶⁰ Desconhecesse a efetiva concretização da guarda indígena dentro do PI Xaçecó. Por outro lado, este tipo de milícia indígena não foi consenso na FUNAI.⁸⁶¹

Ao longo da década de 1970 a serraria ganhou nova dinâmica produtivista e empresarial, transformando-se no “projeto serraria”. A receita do patrimônio indígena na grande maioria dos Postos da região sul provinha de “rendas” mensais e/ou anuais obtidas pelo arrendamento (terras), da serraria, dos contratos da madeira, do trigo, da soja. Segundo o entrevistado Egon Heck,⁸⁶² por volta de 1973 a serraria do PI Xaçecó foi reformulada, assim, a FUNAI implantou um “serrafita das mais modernas”, com uma capacidade considerável de serragem de pinheiros, de toras de pinheiros. Lembra Heck que a circulação de caminhões para carregamento e transporte de madeiras era constante, tanto de dia quanto de noite, nas suas palavras: “[...] as vezes eram 10 ou 15 caminhões carregando as madeiras do dia, né, durante a noite iam embora e vinha outros e era assim permanentemente, uma voracidade no corte das toras de madeira, das toras de pinheiro”.

Outro entrevistado para esta tese e funcionário da FUNAI na TI Xaçecó, Lourenço Woicieck, rememora que veio trabalhar no Posto por volta de 1970, para a construção de casas de madeira para os índios por referência de seu avô, Francisco Woicieck, conhecido no Xaçecó como Kumuka, responsável pela construção do moinho na cascatinha, bem como pela montagem da serraria do Posto. Seu avô também foi convocado para montar uma serraria em Nonoai. Lourenço comenta que conheceu Nereu Costa, “[...] ele morava no outro lado do rio na época no ‘S Manela’. [...] Daí houve umas desavenças e ele resolveu desistir!”⁸⁶³ Neste momento, Woicieck foi questionado sobre que desavenças foram essas que fez Nereu se afastar do Posto, assim, explicou:

⁸⁶⁰ RELATÓRIO, Viagem do presidente da FUNAI à 4ª Delegacia Regional, 12 a 16 de novembro de 1969, 18/11/1969, Processo 2221/1997, 1º volume, op. cit., Fl. 143 - 150.

⁸⁶¹ HECK, op. cit., p. 36 – 50.

⁸⁶² HECK, Egon Dionísio. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, Florianópolis, SC. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Alexandre L. Rauber. 22 de setembro de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015. Agradeço Clovis A. Brighenti e Osmarina de Oliveira por apresentarem e intermediarem a entrevista. Heck foi seminarista da Diocese de Xaçecó. Após sua ordenação, ajudou a organizar a Pastoral Indigenista na diocese ligada ao CIMI.

⁸⁶³ WOICIECK, Lourenço. 62 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Carina S. de Almeida. 16 de maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Porque ele era um..., não era militar, mas ele tinha um regime. Impunha, impunha regimes assim, meio, meio pesados e a comunidade inicialmente acatava né. Mas depois com o tempo vai, vai mudando e ele continuou com o regime muito pesado. Daí a comunidade começou de se impor e ele achou que era melhor sair do que bater de frente. Então, foi embora, foi embora e ficou o Franklin Mader.⁸⁶⁴

A FUNAI tinha pleno controle do andamento dos “projetos” que eram desenvolvidos nas Delegacias Regionais, inclusive passou a elaborar o “Plano de Aplicação do Patrimônio Indígena” para os exercícios anuais. Em virtude da desorganização dos documentos perscrutados, não se teve acesso aos “planos” dos anos de atuação dos projetos, infelizmente encontrou-se apenas o “Exercício de 1972” e, faltando ainda, uma página. Percebe-se neste o planejamento o engajamento na promoção da “receita” do patrimônio indígena. Informa o documento que a receita do patrimônio indígena visa a “exploração econômica do patrimônio indígena” por meio dos “projetos econômicos e do produto de arrendamentos de terras e utilização de pastagens”, segue o texto:

[...] receita do Patrimônio Indígena é obtida através da Exploração Econômica dos recursos do patrimônio Indígena em sua maioria constituída de Projetos Econômicos e do produto de arrendamentos de terras e utilização de pastagens, possibilitando uma renda estimada para 1972, na ordem de Cr\$ 8.525.064 [...].⁸⁶⁵

Ademais, o “objetivo” era “emancipar economicamente as várias comunidades indígenas, ao mesmo tempo lhes prestar a necessária assistência”. A dita “emancipação” não dizia respeito apenas ao “econômico”, mas nas palavras datilografadas no documento, referia-se a emancipação “social”⁸⁶⁶ Do total de Cr\$ 8.525.064 de renda estimada para o ano de 1972, o montante mais significativo, naquele momento, provinha da “agricultura” com a arrecadação de Cr\$ 3.370.915, seguida

⁸⁶⁴ WOICIECK, L., *Entrevista*, op. cit.

⁸⁶⁵ PLANO, Aplicação do Patrimônio Indígena do Exercício de 1972, General Clodomiro Flores, Diretor do DGPI/FUNAI, Brasília, 13 de julho de 1972. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁸⁶⁶ *Idem*.

do “extrativismo vegetal” com Cr\$ 1.540.848, “resultados acumulados de exercícios anteriores, com Cr\$ 1.467.761, “arrecadação do uso da terra” com Cr\$ 765.000, “arrendamento” com 650.000, procedidos pela “pecuária” com Cr\$ 335.340, “Artíndia”⁸⁶⁷ com Cr\$ 250.000, “indústria rural” com Cr\$ 60.000 e, por fim, com a “adm. e desenv. Comunitário” com Cr\$ 25.000. O documento informa que haviam naquele momento 29 projetos concernentes a agricultura (trigo, soja, arroz, amendoim, mandioca, etc) sendo desenvolvidos em áreas agricultáveis da 4ª, 5ª, 7ª e 9ª DRs. Exatamente a página que deveria informar sobre o “extrativismo vegetal” está faltando no conjunto do plano, contudo, pressupõem-se que sendo a segunda maior renda naquele momento, esta atividade econômica deve ter sido conscientemente estimulada e alcançado uma posição fundamental na renda do patrimônio indígena aos cofres do DGPI.

Segundo o DGPI/FUNAI os PIs poderiam ter “[...] diversos PROJETOS, contanto que cada um esteja em Sub-programas distintos; dois PROJETOS, cada qual em uma área distinta, embora de um mesmo Sub-programa, são independentes entre si [...] ”, assim, justificou o departamento que cada projeto deve ter seu “controle contábil e o resultado de cada operação isoladamente”. Os projetos eram elaborados pelas inspetorias regionais de acordo com o potencial de exploração econômica regional e, dessa forma, propostos ao DGPI responsável pelo “Sistema Renda e Patrimônio Indígena” Após a análise do DGPI e a aprovação com expedição de devida portaria, os projetos eram coordenados, gestados e desenvolvidos, inicialmente, pelos chefes encarregados de Postos – posteriormente inclusive se criou a função de coordenador de “projeto” –, sendo toda a “Renda Líquida auferida [...] recolhida a Brasília, à ordem deste DGPI”. Explica o documento que a renda líquida é “[...] resultado das deduções, sobre a Renda Bruta, de tôdas as despesas de material, mão-de-obra, serviços e remuneração capital diretamente envolvido no processo de produção.” Inclusive, fazia parte das deduções, o famoso “dízimo legal da FUNAI”, calculado sobre a renda líquida, pois havia a desculpa que a taxa cobria a depreciação dos equipamentos.⁸⁶⁸

⁸⁶⁷ O “Projeto Artíndia” refere-se a comercialização do artesanato indígena produzido pelos Postos. Inclusive havia “Lojas Artíndia” em diversos locais e cidades do Brasil, como Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Cuiabá, Manaus, Belém, Recife, Boa Vista, São Luiz e Posto Alegre. PLANO DE CONTAS, Renda do Patrimônio Indígena, DRI/DGA/FUNAI, 18 de março de 1977. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁸⁶⁸ PAPELETA n. 9-D/DGPI/FUNAI, General Clodomiro Fortes Flôres, Diretor Geral, FUNAI, 7 de agosto de 1970, op. cit..

Não mais contando com a boa vontade e a intuição de seus agentes indigenistas, a FUNAI investiu em levantamentos técnicos e especializados para poder direcionar as ações sobre as potencialidades produtivas em cada Posto. Em 1973, por meio de convênio com a SUDESUL e a Universidade Federal do Paraná/Setor de Ciências Agrárias e o Setor de Pesquisas Florestais, realizou um “Inventário Florestal e levantamento sócio-econômico dos Postos Indígenas dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.⁸⁶⁹ Estes e outros estudos possibilitariam a formulação, o desenvolvimento e o acompanhamento de projetos pela agência. Ademais, a agência criou normativas e instruções institucionais visando direcionar a conduta administrativa setorial e departamental. O aparato tecno-burocrático passou a balizar as ações dos agentes de Postos, dos funcionários das delegacias regionais, dos setores departamentais e centrais, bem como dos coordenadores de projetos. Definitivamente, o indigenismo brasileiro alcançou seu momento mais burocrático.

Em 1972 a estrutura básica da FUNAI era composta pela Presidência, Conselho Curador, Conselho Indigenista, Junta de Planejamento e Coordenação, Órgãos de Assessoramentos (Procuradoria Jurídica, Assessoria Técnica, Assessoria de Relações Públicas e Assessoria de Segurança e Informações), Superintendência Administrativa, Unidades Executivas, em nível departamental (Departamento Geral de Assistência, Departamento Geral de Estudos e Pesquisas e Departamento Geral do Patrimônio Indígena) e Unidades Regionais. Consequentemente, em 1977 a FUNAI se dividiu em Superintendência Administrativa, Departamento Geral de Administração (DGA), Departamento Geral de Operações (DGO), Departamento Geral de Planejamento Comunitário (DGPC) e Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI).

⁸⁶⁹ UFPR, Universidade Federal do Paraná. *Inventário Florestal dos postos indígenas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Curitiba. Convênio FUNAI/SUDESUL/UFPR. Setor Ciências Agrárias, 1973.

Tabela 8: Projetos desenvolvidos nos Postos Indígenas da 4ª DR no ano de 1972

POSTOS INDÍGENAS 4ª DELEGACIA REGIONAL (DR)	PROJETOS AGRICOLAS CULTURAS				PROJETOS AGROINDUSTRIAIS EXPLORAÇÃO				
	Soja		Trigo		Pinho	Madeira de Lei		Olaria (produção mensal)	
	Plantio Sacos de semente	Area plantada (ha)	Plantio Sacos de semente	Area plantada (ha)		Dúzias tábuas mensais	Dúzias tábuas ou m ² mensais	Tijolos (mil)	Telhas (mil)
Posto Indígena Xaçecó	200	150	700	466	350 (216 pés ²)	---	---	---	---
Posto Indígena Ligeiro	182	130	60	40	---	---	---	---	---
Posto Indígena Guarita	130	120	200	120	---	60 (m ²)	---	---	---
Posto Indígena Nonoai	---	---	600	400	370 (216 pés ²)	---	---	---	---
Posto Indígena Cacique Doble	---	---	150	100	---	---	---	---	---
Posto Indígena Guarapuava	---	---	---	---	300 (216 pés ²)	---	---	---	---
Posto Indígena Palmas	---	---	---	---	400 (168 pés ²)	---	---	---	---
Posto Indígena Apucarana	---	---	---	---	---	100 (dúzias)	---	---	---
Posto Indígena Carreteiro	---	---	---	---	---	---	20	15	---

Fonte: RELATÓRIO, 4ª Delegacia Regional da FUNAI, 1972. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

As potencialidades dos Postos passaram a ser de responsabilidade dos “projetos desenvolvimentistas”. Assim, havia em exercício no ano de 1972 nos Postos Indígenas da 4ª DR tanto “Projetos Agrícolas”, que compreendiam a produção de soja e trigo, quanto “Projetos Agroindustriais”, que se referem a exploração de pinho, madeiras de lei e olaria (Tabela 8). O Posto Indígena Xaçecó apresentava considerável população Kaingang aldeada, sendo também o Posto mais diversificado na exploração das potencialidades e com maiores índices de área plantada e produção agrícola. A extração de pinho, naquele momento, manteve-se atrás dos Postos Indígenas de Palmas e de Nonoai. Segundo o Relatório, os “projetos” de extração de pinho e madeiras de lei compreendiam também a compensação em reflorestamento. Contudo, o Relatório não esclarece qual proporção era contemplada na relação extração e reflorestamento e nem qual espécie (nativa ou exótica) seria plantada. Em entrevista Egon Heck informa que o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) impôs que para cada pinheiro extraído deveriam ser plantados cinco pinheiros, por outro lado, recorda que o chefe João Mäder tentou reflorestar e o resultado foi um “fracasso total”, devido ao ataque das formigas e a ação do fogo:

[...] eu sei que até o velho João [Mäder], chegou um certo período que não sei quantos mil pinheiros ele chegou a plantar, mais ou menos

próximo ao Posto ele tentou fazer um reflorestamento, eu me lembro que foi um fracasso total, os pinheirinhos nasceram cresceram, chegaram numa certa altura, os matos começou tomar conta, o fogo passava, queimava e as formigas comiam, enfim, eu sei que foram muito poucos os pinheiros que de fato do reflorestamento que talvez conseguiram sobreviver [...]⁸⁷⁰

O funcionário da FUNAI Lourenço afirma que por volta de 1974 ou 1975 teria sido o “auge da madeira”, quando resolveram “fazer um leilão de madeira em pé”, ou seja, licitar a extração de madeira ainda no conjunto fisionômico de floresta. Foi extraído algum cedro “mas o objetivo era pinheiro”, relembra que duas empresas ganharam o leilão ou “pregão” para derrubar “uns 10 mil pés de pinheiros”, mas que a empresa que ganhava o leilão vendia lotes de madeira para outras madeiras, terceirizando os serviços. O “recurso humano era pequeno para cuidar e atender, e daí tinha 4 ou 5 empresas tirando, em vez de tirar 10 mil, tiraram 50 mil. Então a decadência foi assim, rapidinha. O motivo principal foi esse.” Ao ser questionado se recordava os nomes destas madeiras, Lourenço citou alguns nomes conhecidos de empresas que estiveram envolvidas com a grilagem de terras dos índios do “Chapecózinho”:

Uma era a Pagnocelli, a outra era a Madeireira Industrial Xanxerê, a outra era a Pegoraro, Zandoná, Brandini, Michelin. Quem mais?! Tinha outra daqui de baixo! Alberici. Estas também foram umas, mas as que mais destruíram foram a Madeireira Industrial, Brandini e a Pagnocelli.

Inclusive, assim como Lourenço, Egon rememora que se havia a compra, por exemplo, de mil pés de pinheiros, “[...] esse se transformavam em 5 mil que derrubavam em pouco tempo, e evidentemente não tinha nenhum interesse, compromisso, de fazer o reflorestamento.”⁸⁷¹ O narrador informa que rapidamente “[...] aqueles capões foram devorados pela serraria da FUNAI” e que progressivamente, a extração avançou sobre a parte sul, onde estavam os Guarani, local com abundante madeira de lei, assim, “[...] a serraria

⁸⁷⁰ HECK, E., *Entrevista*, op. cit.

⁸⁷¹ Idem.

começou a puxar aquelas madeiras de lei, que davam mais trabalho, que não era mais tão perto e o lucro era menor [...]”.⁸⁷² Em primeira instância, a extração se dedicou ao pinheiro Araucária, com o seu escasseamento, a madeira de lei possibilitou uma recorrente alternativa antes que o modelo de exploração se esgotasse.

Os programas e projetos desenvolvimentistas eram identificados por meio de registro/número específico, cada um possuía sua conta bancária, seu controle/balancete mensal e anual, devidamente supervisionados pela Coordenação do Patrimônio Indígena (CPI) e pelo DGPI (Figura 22). Paulatinamente, em meados da década de 1970 em diante, os projetos passaram a ser coordenados por agentes da FUNAI designados para tal função, responsáveis pelo desenvolvimento do projeto na condição de “encarregado”, enquanto que o chefe de Posto deveria responder pela gerência da unidade local. Discernindo as funções, estes “encarregados do projeto” comumente eram especializados no assunto, como engenheiros e técnicos agrícolas ou engenheiros e técnicos florestais, pois orientavam na compra e na aplicação de insumos agrícolas (fertilizantes e defensivos) que permitiriam o aumento da produção e produtividade referente ao projeto. As próprias delegacias regionais (DRs) passaram a ter um corpo técnico de profissionais qualificado que assistia os Postos. Conforme a necessidade de seus Postos e seus projetos em desenvolvimento, as DRs contavam com o apoio de antropólogos, sociólogos e assistentes sociais, engenheiros, contadores, contabilistas e administradores. Por sinal, a FUNAI inclusive criou cursos de “indigenismo” para os seus “funcionários” freqüentarem. Contudo, a questão do corpo técnico “qualificado” se refere a profissionalização com estudo e diploma de cursos de ensino superior ou técnico, e não ao profissional preparado para desenvolver trabalhos com comunidades indígenas em terras indígenas.


Além do PI Xapecó, no ano de 1972 a 4ª DR desenvolvia “Projetos Serraria” também nos Postos de Guarapuava, Nonoai, Palmas, Apucarana e Guarita.⁸⁷³ O “Projeto Serraria/PI Xapecó” alcançou o número de 22 trabalhadores permanentes contabilizados na “Relação do Pessoal Permanente dos Programas e Projetos, sob a jurisdição da Coordenação PAT. Indígena – 4ª DR, Pagos à conta renda PAT.

⁸⁷² Idem.

⁸⁷³ OFÍCIO n. 545, Delegado da 4ª DR ao Diretor do DGPI sobre Previsão dos encargos financeiros do mês de dezembro, 14 de dezembro de 1972. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

Indígena”. Apesar do documento não ter “data”, possivelmente refere-se ao ano de 1977 ou 1978, pois todos os trabalhadores foram admitidos no ano de 1975 e 1976. Outro documento datado de 12 de agosto de 1976 (Figura 23) informa que o “Projeto Serraria do PI Xapecó” era o que mais tinha funcionários, totalizando 23, sendo pelo “Projeto Serraria do PI Guarapuava” alcançou 21 funcionários enquanto que o “Projeto Serraria do PI Mangueirinha” empregava apenas 2 funcionários naquele momento.

Figura 23: Resumo geral com o “Programa” ou “Projeto” dos Postos Indígenas da 4ª DR, discriminando o n° de funcionários e os valores pagos em salário


 MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
 4.ª DELEGACIA REGIONAL
 COORDENAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

RESUMO GERAL

Programa ou Projeto	Nº de Funcionários	Salários
1) Programa Adm. Des. Social/Sede C.P.I.	04	32.721,00
2) Projeto Agrícola P.I. Guarita	06	11.924,00
3) Projeto Agrícola P.I. Nonoai	07	11.390,00
4) Projeto Serraria P.I. Xapecó	23	26.410,20
5) Projeto Serraria P.I. Guarapuava	21	20.707,00
6) Projeto Serraria P.I. Palmas	16	15.199,20
7) Projeto Serraria P.I. Guarita	11	13.650,00
8) Projeto Serraria P.I. Manguerinha	02	4.254,40
S O M A	90	136.255,80

Importa a presente relação de pessoal permanente pago à conta da Renda do Patrimônio Indígena, através da Coordenação do Patrimônio Indígena - 4ª DR em R\$ 136.255,80 (CENTO E TRINTA E SEIS MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO CRUZEIROS E OITENTA CENTAVOS).

C.P.I. - P.I. Guarita, 12 de agosto de 1.976.-

MILTON RIBEIRO RODRIGUES
 COORD. NAU. DA 4ª DR. NA

M.I. FUNDO. NAC. DO INDÍO
 Coord. Patrimônio Indígena

JÚLIO CÉSAR WOJCIECHOWSKI
 Ass. Serv. Financeiro

Fonte: RESUMO GERAL, Salários e n° de funcionários de Programa ou Projetos da 4ª DR, pela Coordenação do Patrimônio Indígena/CPI, 12 de agosto de 1976. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

Em referência ao documento que informa um montante de 22 funcionários, o executor do “Projeto Serraria do PI Xaçecó” de nome Augusto dos A. B. Salgado era um não índio e coordenava 9 trabalhadores também não índios que exerciam diversas funções, como serrador, capataz do mato, classificador, afiador, auxiliar serrador, motorista, tratorista de esteira e vagoneteiro. Os outros trabalhadores do projeto serraria eram indígenas e exerciam diversas funções, como Adão Ferreira (cortador de lixo), Albérico Paliano (auxiliar serrador),⁸⁷⁴ Aldo Leite W. de Almeida (auxiliar classificador), Antônio Lopes (auxiliar tratorista), Ari Paliano (refilador), Francisco Paliano (vagoneteiro), José Domingos Paliano (operador motosserra), José de Oliveira (auxiliar gradeador), Juvenal de Paula (gradeador), Mario Portela (auxiliar de motorista), Neri da Silva (auxiliar administrativo), Sadi Pinheiro (vagoneteiro), Simpliciano Anastácio (auxiliar de tratorista) e Vitor Paliano (refilador).⁸⁷⁵ A informação de Egon Heck sobre a reformulação da serraria com a compra de uma serrafita mais moderna por volta de 1973 parece ter possibilitado uma dinamização da produção e produtividade bem como a contratação de novos trabalhadores. O final da década de 1970 foi o último suspiro das florestas de Araucária do Chapecozinho.

No mesmo documento que destaca a relação de pessoal permanente dos “projetos” em execução na 4ª DR, percebe-se que os “projetos agrícolas” desenvolvidos utilizavam menos mão-de-obra se comparados aos “projetos serrarias”. Pelo volume de trabalhadores, é possível afirmar que dentre os Postos Indígenas que tinham o “projeto serraria” na 4ª DR, certamente o do PI Xaçecó tornou-se o maior em produção e produtividade, assim, não há dúvidas que a racionalização da extração das florestas por interveniência dos projetos desenvolvimentistas deu nova dinâmica aos Postos e contribuiu decisivamente para o acelerado desflorestamento e esgotamento da cobertura florestal de pinho e de madeira de lei. Assim, nos anos setenta estes “Projetos de Desenvolvimento Comunitário” passaram a integrar, como nova ressignificação da prática de exploração do patrimônio indígena, o PRODEC.

⁸⁷⁴ Seu Albérico foi um dos narradores entrevistados nesta pesquisa. PALIANO, A., *Entrevista*, op. cit.

⁸⁷⁵ RELAÇÃO, Pessoal Permanente dos Programas e Projetos, sob a jurisdição da Coordenação PAT. Indígena – 4ª DR, Pagos à conta renda PAT. Indígena, sem data. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

Todavia, o discurso da celeridade do órgão indigenista nas mãos dos militares não se sustentou. Egon Heck afirma que na década de setenta houve várias denúncias sobre a exploração da madeira, inclusive a construção de casas aos índios enquanto “velha” desculpa da produção de casas de madeira para a comunidade local voltava a servir de justificativa para a celerada exploração madeireira. Possivelmente, foi a construção dessas mesmas casas para índios na TI Xaçecó que motivou a contratação pela FUNAI do funcionário Lourenço. Explica Egon Heck:

[...] a gente encaminhou denúncias quando os índios foram para Brasília em 75, de várias formas nos jornais os índios começaram a denunciar, porque foi nesse mesmo período em 72 ou 73 que instalaram essa nova fita, que serravam um monte de quantidade de dúzias por dia, de tábuas, a justificativa que eles davam, era a de que eram para fazer casas pros índios, e de fato, eles tinham feito umas trinta e poucas casas ao torno, eles tinham construído essas casinhas que a rigor eram, um absurdo, a forma como faziam, os índios normalmente não se acostumavam a aquele tipo de casinha, faziam sua casinha no fundo, nos seus anexos e tal [...].⁸⁷⁶

A racionalidade produtivista da FUNAI permitiu, como em qualquer outro contexto capitalista, a emergência de suas contradições. Por sinal, contradições essas que desvelaram a face obscura do “novo” modelo de indigenismo implantado pelos militares. Os projetos desenvolvimentistas nos Postos Indígenas no sul do Brasil nada mais foram do que ações político-econômicas promovidas para enquadrar os índios no pretense “desenvolvimento” do período conhecido como “milagre econômico”. O olhar desatento subestima as ações dos militares na agência indigenista. Subestima a capacidade do exército em renovar seu discurso de “proteção tutelar”. Mas mesmo a dita “moralizante” gestão dos militares perdia-se nos meandros das ações. A celeridade perdeu-se no contexto da burocracia da FUNAI.

Entre 16 de outubro a 04 de novembro de 1978 ocorreu uma auditoria na 4ª DR, com a presença de três auditores, Irê Gomes, auditor sênior, Evaldo Augusto da Silva, auditor sênior e Waldo da Silveira Bittencourt, chefe da Divisão Financeira do Departamento Geral de

⁸⁷⁶ HECK, E., *Entrevista*, op. cit.

Administração – DF/DGA/FUNAI.⁸⁷⁷ Nesta, que conforme acusa relatório não foi a primeira, os auditores constataram uma “desorganização reinante na 4ª DR” em relação aos “Valores e bens”, “Execução orçamentária-financeira”, “Processamento da despesa direta”, “Suprimento de fundos”, “Contabilidade”, “Acordos e convênios”, “Setor de pessoal” e “PRODEC”. Assim, foram apontadas inúmeras divergências tendo como “recomendações” à gestão da 4ª DR no “Setor financeiro”, no “Setor de serviços gerais”, no “Setor de pessoal” e para o PRODEC (setor agrícola, na concessão e prestação de contas de suprimentos de fundos, na alienação de madeira caída e desvitalizada, na alienação de ponteiros de pinheiro e lixo de madeira serrada) a “correção das falhas constatadas e adoção de medidas tendentes a compatibilizar a execução/dos trabalhos a carga da unidade com as normas gerais de administração financeira, contabilidade e auditoria da FUNAI e demais normas vigentes”.⁸⁷⁸ Por sinal, foram constatadas divergências também no PI Xaçepó referente a “alienação de madeira caída e desvitalizada” e a “alienação de ponteiros de pinheiro e lixo de madeira serrada”.

A solicitação do delegado regional da 4ª DR, Memorando n. 0710, de 27/11/1981, remetido ao diretor do Departamento Geral de Operações (DGO), esclarece que os projetos serrarias dos PI Xaçepó, Mangueirinha e Guarapuava, “mantidos” pela 4ª DR, enfrentavam “situação de estagnação do mercado madeireiro que perdurou durante todo o ano de 1981”, o que estava causando “embaraços ao cumprimento do programado para a Renda do Patrimônio Indígena”. Na realidade a queixa se pauta na situação financeira para os efetivos pagamentos do “quadro de pessoas”, ou seja, a renda do patrimônio indígena gerada pelos projetos serrarias não estavam conseguindo cumprir o custeio dos recursos humanos (salários e benefícios).⁸⁷⁹ Ainda que essa manifestação possa ser compreendida como um “momento de estagnação do setor madeireiro”, ela expõe as dificuldades que o mercado da madeira estava enfrentando.

⁸⁷⁷ RELATÓRIO, Auditoria n. 018/AUD/78, sobre auditoria realizada na 4ª Delegacia Regional, de 16 de outubro a 04 de novembro de 1978, 17 de novembro de 1978. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁸⁷⁸ RECOMENDAÇÃO, Auditoria realizada na 4ª Delegacia Regional, 03 de novembro de 1978. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁸⁷⁹ MEMORANDO n. 0710, Delegado regional da 4ª DR Harry Luiz Ávila Teles ao diretor do Departamento Geral de Operações da FUNAI, 27 de novembro de 1981. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

À medida que os projetos serrarias perderam importância na geração de renda, pois paulatinamente foi cessando a cobertura florestal restando resquícios de mata original nos Postos Indígenas no sul do Brasil como possibilidade rentável aos cofres das unidades locais e da DR, o papel dos projetos agrícolas foi adquirindo relevância, volume e proeminência. A documentação para a década de 1980 apresenta estas discussões a partir do interesse e empenho no incremento da agropecuária. Cada Posto Indígena possuía inclusive o seu técnico agrícola que atuava de forma complementar ao lado do chefe de Posto. Percebe-se nitidamente que ao longo dos anos setenta e, sobretudo nos anos oitenta, o poder centralizador dos chefes de Posto foi evaporando ao mesmo tempo em que os projetos desenvolvimentistas diluíram as ações indígenas e deslocavam a proteção tutelar de uma postura fraternal para um viés estritamente econômico e empresarial. Ademais, outro movimento apresenta-se na base do desprestígio dos chefes de Postos e das transformações na agência e nas políticas indigenistas. Esse movimento pode ser nominado como “movimento indígena” ou “protagonismo indígena” uma vez que insere as comunidades e suas lideranças políticas no contexto das discussões sobre os rumos do indigenismo brasileiro.

6.6 Protagonismo indígena e o fim da exploração madeireira na Terra Indígena Xapecó

No final dos anos setenta, quando assume o governo o “presidente” Figueiredo, os militares já vinham promovendo na FUNAI algumas mudanças nas diretrizes da instituição com o objetivo de enfrentar as denúncias crescentes providas de organizações não governamentais, tais como o CIMI e do movimento indígena, que se consolidava e tornava-se protagonista dos questionamentos em relação aos rumos do indigenismo brasileiro. Se nos anos sessenta os militares assumiram o governo e fundaram uma nova agência indigenista prometendo moralidade e celeridade nas questões indígenas, em virtude das constantes denúncias e CPIs que emergiam, no ano de 1978 foi apresentado no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados Federais, o “Relatório e as Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias relativas à invasão de reservas indígenas e avaliar o sistema de medidas desenvolvidas, no sentido de resguardar a fixação dos grupos indígenas nos respectivos ‘habitats’”

mediante o Projeto de Resolução n. 172, de 1978. Essa CPI ficou conhecida como a “CPI das Reservas Indígenas”, ou, simplesmente, a “CPI do Índio” e tinha como presidente o deputado Israel Dias-Novaes (MDB) e como relator o deputado Ubaldo Corrêa (ARENA).⁸⁸⁰

A CPI investigou a atuação indigenista no Brasil em tempos de FUNAI. A questão da exploração do patrimônio indígena volta à tônica das denúncias. A 4ª DR foi delatada em virtude da extração de madeira das serrarias dos Postos Indígenas de Xaçecó, Mangueirinha, Palmas, Guarapuava e Guarita. A agência apresentou dados para contradizer a acusação de devastação florestal, assim informou:

⁸⁸⁰ Em sua defesa, a FUNAI afirma que: “A FUNAI tem sido duramente criticada por esses projetos, onde os críticos procuram apresentar aos olhos do público a existência de uma exploração desenfreada do patrimônio indígena no Sul do País. É o momento, nesta CPI, de mostrar em que consiste, na realidade, essa pseudo-exploração e espoliação do índio. No Sul do País, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a FUNAI tem 24 Postos Indígenas. Dos 23 Postos, a FUNAI só tem projetos econômicos em seis (6); em 18, não tem qualquer projeto econômico. Os seis se localizam: Xaçecó, Santa Catarina: Projeto Serraria; Mangueirinha, Paraná: Projeto Serraria; Palmas, Paraná: Projeto Serraria; Guarapuava, Paraná: Projeto Serraria; Guarita, Rio Grande do Sul: Projetos Serraria e Soja; Nonoai, Rio Grande do Sul: Projeto Soja. Nos outros Postos não existem projetos econômicos do DGPI e sim projetos de desenvolvimento comunitário, do próprio índio.” BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Projeto de Resolução n.172, de 1978, op. cit., p.333.

Tabela 9: Produção de madeira no primeiro semestre de 1977 (em dúzias) dos Postos Indígenas da 4ª DR referente aos projetos serraria

POSTO INDÍGENA	PRODUÇÃO		
	Prevista (dúzias)	Realizada (dúzias)	Média mensal (dúzias)
Serraria de Xapecó	5.600	6.133	1.022
Serraria de Mangueirinha	5.600	2.626	437
Serraria de Palmas	1.540	1.402	233
Serraria de Guarapuava	1.540	1.361	227
Serraria de Guarita	296	248	41

Fonte: BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Projeto de Resolução n. 172, de 1978, op. cit., p. 333.

Em sua defesa, a FUNAI alegou que a serraria do PI Xapecó produzia uma média mensal de 1.022 dúzias de madeira (Tabela 9), contrariando as denúncias que acusavam a extração de 3.000 dúzias. Com isso, informou ter criado o Grupo de Trabalho GT/FUNAI/IBDF com a incumbência de “promover estudos e apresentar conclusões sobre o regime de funcionamento das serrarias da FUNAI”, assim, os estudos indicaram “áreas a serem preservadas”, “aproveitamento de madeira desvitalizada”, “coleta de sementes de Araucária”, “manutenção de exemplares de erva-mate como árvores porta-sementes” e “manutenção de uma agricultura racional”. A agência indigenista justifica que “[...] está promovendo o reflorestamento, com Araucária Angustifólia, em 80 ha, com 200.000 mudas em cada área” e que nas cinco serrarias emprega 81 índios “devidamente capacitados”. No seu discurso de defesa afirma também que a produção das serrarias foi aplicada nas próprias áreas indígenas, com construção de casas, cercas, escolas, enfermarias e centros de capacitação profissional. Apesar da extrema burocracia em que estava assentada a FUNAI, os negócios da madeira não passaram despercebidos.

Com outros personagens e noutros contextos, emergem denúncias sobre a exploração aviltante do patrimônio indígena. As justificativas no

discurso da agência eram as mesmas dos tempos anteriores, aproveitamento de madeira desvitalizada, reflorestamento, geração de “emprego” para índios e o controle sobre a produtividade na extração. Conforme foi apresentado anteriormente, todos estes pontos de justificativas são questionáveis e escondem os meandros obscuros da atuação da tutela. A burocracia moralizante da FUNAI não escondia seus tentáculos capitalistas.

O engenheiro florestal da 4ª DR, Miguel S. Milano, apresentou o “Relatório Técnico Florestal das observações nas viagens aos seguintes PIs. Xapecó, Palmas, Guarita, Mangueirinha, Rio das Cobras e Guarapuava”, em 27/12/1979, como resposta às críticas da CPI do Índio de 1978. Admite o engenheiro que há na 4ª DR áreas florestais “inexploradas”, “semi-exploradas”, “exploradas” e “devastadas”, “bem como serraria e reflorestamento”. Considera que uma área indígena pode ser pensada como uma “reserva biológica” e que devem ser tomadas as “devidas providenciais para o povoamento florestal e faunístico necessário para a reconstituição ecológica destas regiões”. Milano escreve que é possível congregiar “desenvolvimento tecnológico com ecologia, já que a razão do nosso trabalho é integrar o índio à nossa sociedade sem desmoralizar-lhes a cultura e os mitos.” Sobre o PI Xapecó informou que foi implantado um primeiro reflorestamento de Araucária, em 38 ha, mas que não deu muito certo por conta do “total abandono”, “transformando-se lentamente em uma capoeira com aproximadamente 2,5m de altura ou mais e contando apenas 20-40% das mudas originais do projeto”. Informou que foi realizado “reflorestamentos mais recentes contando com aproximadamente 76 ha” que “necessitam limpeza e replantio urgentes” antes que aconteça como no reflorestamento mais antigo, assim, serão disponibilizados 10 mil mudas para plantio e replantio em mais hectares.⁸⁸¹

Em sua análise quanto às florestas nativas do Xapecó, o engenheiro admitiu que a “reserva de pinheiro” (Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária) está no fim (sem usar a expressão devastada), mas que há na terra outra floresta de “mata latifoliada” que se encontra intacta (Floresta Estacional Semidecidual ou Floresta Subtropical da Bacia do Uruguai) e poderia ser explorada num sentido

⁸⁸¹ RELATÓRIO, Técnico Florestal das observações nas viagens aos seguintes PIs. Xapecó, Palmas, Guarita, Mangueirinha, Rio das Cobras e Guarapuava, elaborado pelo engenheiro florestal Miguel S. Milano da 4ª Delegacia Regional, 27 de dezembro de 1979. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

“ecologicamente correto” por meio do “real corte de árvores desvitalizadas”. Segue o discurso do engenheiro:

[...] encontra-se praticamente no fim a reserva de Pinheiro desta área porém ainda existe uma grande reserva de mata latifoliada intacta que assim deverá permanecer ou onde antes de qualquer iniciativa de corte será feito um plano do real corte de árvores desvitalizadas o que é ecologicamente correto e que até hoje, baseado no que se apresenta, não posso garantir que se processou corretamente.⁸⁸²

Prossegue sobre o “Projeto Serraria” do PI Xaçecó, apesar de ter um “bom esquema de aproveitamento”, precisa “corrigir rapidamente” o “desgaste ecológico das áreas exploradas” a partir de um “plano de exploração bem montado e fiscalizado⁸⁸³ na sua execução”, isso “eliminará este problema”. Na concepção do engenheiro, a exploração madeireira deveria continuar no PI Xaçecó e na 4ª DR, porém, era necessário ter atenção na condução destes projetos. Para encerrar, sugere no final do relatório um “Plano de Diretrizes Básicas Para a Atividade Florestal da 4ª DR” como forma de enfrentar “os muitos erros e falhas até aqui cometidos”, com isso, ressalta a importância da “atividade florestal”, seja no “aspecto econômico ou ecológico (ambos tem consequência sociais)” para a 4ª DR:

Porém é chegado o momento de olharmos para traz e analisarmos o que há de concreto, de bem executado, o que temos de dados para aproveitarmos. Temos pouca coisa boa feita e muita experiência errada, mas a silvicultura já passou a muito seus períodos: de exploração imediatista, econômica e biológica e se encontra no período científico onde projeta baseada na experimentação científica e não nos erros passados.⁸⁸⁴

Se até o engenheiro florestal da 4ª DR/FUNAI admite que a Floresta de Araucária do PI Xaçecó estava chegando ao fim no ano de 1979 e que o projeto serraria estava começando a explorar as madeiras de lei da Floresta Estacional Semidecidual situadas no sudoeste da TI,

⁸⁸² Grifo original. Idem.

⁸⁸³ Este sublinhado é destaque do autor do Relatório.

⁸⁸⁴ Idem.

imagina o descontentamento dos próprios indígenas que provavelmente viram emergir aquela nova paisagem desflorestada.

Por outro lado, o poder centralizador da agência indigenista *in loco* era representado pelo chefe do Posto Indígena. Seja em tempos de SPI ou FUNAI, sua atuação dependia das relações tecidas com a comunidade local. O papel destas relações se expressava em diversas instâncias nos Postos do sul do Brasil, dentre elas está a ação da milícia ou da Polícia Indígena, ora aparentemente cooptada e articulada com e/ou pela chefia de Posto, ora visivelmente autônoma e contraventora. O protagonismo indígena e Kaingang na TI Xaçecó não se refere estritamente a atuação de lideranças políticas, caciques e/ou milícias, mas ao conjunto de direcionamentos comunitários que ultrapassava e subvertia ao controle da proteção tutelar nos espaços onde o indigenismo não alcançava, como a vida sociocultural.

Um episódio marcante de autonomia e contração e, dessa forma, definidor dos novos rumos do indigenismo na TI, ocorreu no final da década de 1970. O movimento indígena no PI Xaçecó desafiou politicamente as práticas tutelares exercidas pelo chefe de Posto. Assim, em meados do ano de 1979, a comunidade do PI Xaçecó articulou-se e expulsou o agente chefe do Posto, João Franklin Mäder, tomando para si, naquele momento, a gestão do Posto. Dentre alguns nomes de lideranças políticas indígenas articuladoras do movimento que expulsou Mäder estão o cacique José Domingos Paliano, quem mantinha relações estreitas com o chefe desde o final dos anos sessenta, o vice-cacique Miguel Alípio, quem chegou a trabalhar na extração de madeiras, na serraria do Posto, bem como para empresas terceirizadas que extraíam por meio de contrato, o pinheiro Araucária,⁸⁸⁵ ainda, as lideranças políticas indígenas comunitárias como Vicente *Fokãe*,⁸⁸⁶ Avelino Alípio *Fongrê*, entre outras.

⁸⁸⁵ Nas palavras de Miguel Alípio: “Né, porque quando a gente via, de manhã levantava cedo de manhã aí só via estouro de pinheiro... cortavam com serra, essa serra americana né! E daí, como diz o causo, eles vinham procurar peão, e daí os índio trabalhava, eu trabalhei! Trabalhei, fazia estrada assim, pra... que nem essa estrada aí, fazia com enxidão, roçava, destocava, cortava os toco com machado, tampava os buraco pros caminhão pra entrar e pegar nos estaleiro as madeira né! Então a gente trabalhava, fazia por metro ou por dia lá, assim fazia lá o... serviço... sempre ganhando né, aí... cansei de trabalhar nas estradas por aqui tudo... que vem a ser essas estrada aqui e... essas estradas pros caminhão, carregavam tora! Essas estradas carregavam aqui hoje, tá feito essas ruas... E... então... a gente trabalhou tempo na serraria veia ali! Segundo eles negociaram a serraria, não sei pra quem que venderam né... acabou!”

ALÍPIO, M., *Entrevista*, op. cit.

⁸⁸⁶ O nome Fókãe aparece nos documentos com várias grafias.

O sr. Miguel Alípio, liderança política indígena, entrevistado e nominado na língua materna como *Jangã*, explica que seu nome indígena faz referência a “[...] uma madeira que tem no mato né!”, mas que nos tempos atuais não existe mais esta madeira na TI Xaçecó: “Aqui ela não tem, tem nas outras matas virgens, longe daqui né!”⁸⁸⁷ Miguel Alípio foi uma das lideranças da comunidade que reuniu mais de mil indígenas em meados do ano de 1979 e ajudou a expulsar o chefe do Posto. Ao narrar a história, fica evidente que a permanência do agente Mäder na chefia estava sendo questionada em virtude de desavenças com o então cacique da época, Zé Domingos. Para registrar este momento, exponho aqui a narração de seu Alípio explicando o contexto conturbado de expulsão de João Franklin Mäder e que chegou a envolver a Polícia:

Sabe que é bem fácil de entender as coisas, que a pessoa indígena ela tem um plano, um sucesso de plano sabe, que ela... uma maneira que ela gosta do bem! Não gosta das coisas *mal* feito, não gosta de maltratado né. E aí, então onde aconteceu, o veio (*velho*) Mader tinha, tava aí no posto, morava ali no posto veio (*velho*) e aquela época a gente já tava trabalhando numa liderança né. E aí ele ameaçou o cacique, naquela época já era outro, era outro cacique! [...] O cacique era o Zé Domingo! [...] E daí ele (*Mäder*) ameaçou ele. Os índios tinham uma serraria aqui, os indígenas queriam as madeira pra fazer um, paiolzinho assim pra botar o produto né. E ele foi lá, peitou que não era pra dar o que tinha lá e, enfim, ele ameaçou né, ameaçou o cacique. O cacique morava lá, fazia acho que uns cinco. [...] E eu era vice do Zé Domingos já naquela época também, passei pra vice né. Daí nós trabalhava junto e passou. Era mais ou menos umas 4 hora da manhã, ele (*cacique Zé Domingos*) teve lá, chegou e disse “Oh, tá assim, tô ameaçado isto e isto, do chefe do Posto!” Não, vamos resolver ah, vamos

⁸⁸⁷ Segundo seu Miguel Alípio explicou, seu nome Kaingang faz referência a uma madeira que não existe mais na TI, visto que “[...] aqui não tem dessa madeira, então é uma madeira das matas virgens, aqui não se encontra mais né, há tempos atrás tinha dessa madeira, mas agora hoje não existe mais, só nas matas virgens.” A narrativa do sr. Miguel deixa claro que mata virgem para os Kaingang significa lugar não habitado, espaço denso de mato, local de floresta, sítio que não existe mais na caracterização fisionômica da aldeia sede de sua terra. ALÍPIO, M., *Entrevista*, op. cit.

senta, vamos conversar né, com o chefe do Posto, foi o momento que ele (*Müder*) entrou pra violência! Ele entrou pra violência contra. É, com a violência! Daí ele fez uma ameaça aqui e foi pra Xanxerê, né! Foi pra Xanxerê. Aí tudo bem, digo vamos esperar, vamos! E daí saímos de lá, ele veio pra ali, o cacique meio com um pouco com medo dele, sei lá né! Digo não, vamos reunir a comunidade então! Vamos decidir com o chefe do Posto! Reunimo a comunidade, toda a comunidade aqui, se reunimos e troquemos idéia naquele coleginho (*próximo a antiga serraria, atual olaria*) que tinha lá em cima, vamos descer, vamos lá no chefe do Posto, vamos lá conversar com ele né. Daí o cacique falou “Não, não tem como nós chegar lá que o homem tá armado e de repente ele pode machucar um índio!” Não, eu acredito que ele não vai fazer isso! Ele vai ter que entender, né! Desci com os indígenas aqui, mais ou menos mais de mil pessoas, e viemos no Posto ali! Quando eu cheguei ali, eles contaram que ele tava pra cidade. Mas nesse momento mesmo saiu um rapaz daqui e foi esperar ele lá na estrada grande lá, de Xanxerê! Avisou ele lá que a turma aqui tavam se revoltando contra ele! Mas não era! Não era se revoltar contra ele! O problema era de nós senta e discutir pra ver o que aconteceu né, que ele tava ameaçando o cacique, tudo bem e aí nós ia resolver o problema dele sem violência nenhuma né, mas quando ele percurou aquele lá, que o rapaz foi e avisou ele lá, ele chama a polícia, né! Ele chama a polícia, daí eu fui e falei pro cacique, vai pra casa né, vai refrescar a cabeça né, deixa comigo que eu vou resolver o problema! Daí nós tava ali, com os índio ali, era mais ou menos 6 horas da tarde, bem naquela encruzilhada que entra ali ele apontou, ele tinha um opala veio branco. Desceu com aquele carro de lá, dois carros da polícia atrás. E nós não admitia polícia aqui dentro da reserva, né! Nós não admitia! Hoje tudo admite as coisas aqui dentro né. Isso é provado aí né, dá um probleminha, que nem índio com índio aí, daqui a pouco a polícia tá aqui dentro! E aquela época não! Aquela época quem mandava aqui dentro era nós! Era vice-cacique,

cacique e mais nada, né! Nós resolvia aqui os problemas! A não ser que fosse uma pena de morte! Podia transferir o índio pra outro Posto, aí era outro caso, mas como ele era chefe do Posto responsável aqui, aí ele entra com a violência! É, entrou de lá, entrou com o carro dele. Aí peguei um índio lá daquele que já é falecido né, esse, nós conhecemos o finado Lauro, era capitão lá da Fazenda. Daí convidei ele: vamos ver qual é o problema do chefe né! Peguemos nós dois e saímos onde que tem um motorzinho d'água, bem ali, bem ali encontremos ele. Mas passou por nós, demo pra ele parar! Mas passou por nós, ele viu tudo aquele batalhão de gente ali né, e chegou, daí voltamos, daí a polícia parou lá no Artur. Eles viram aquela multidão de gente né, pararam lá os dois carros da polícia! E nós viemos pra nós conversar com ele. Quando nós chegemos lá pra conversar com ele, ele deu um coice na porta, assim era um porão, em cima do escritório, embaixo era onde ele parava. Ele deu um coice na porta se arrancou com porta e tudo, claro, que daí de certo ele não queria conversar, queria nada né! Chegou com a violência mesmo, chegou armado, o índio que ele deu o tiro, quase pegou na cabeça desse índio, mora bem na curvinha aí também, mais pra baixo aí, e ele usava winchester, fuzil dentro do escritório dele né, nós sabia, porque nós vivia dentro né. Como diz o caso, uma parte da liderança maior, então nós entendia o que tinha dentro né. Aí arrebitou a porta [...] o outro gritou que ele saltasse de lá que ele ia atirar! Daí que quase pegou na cabeça do rapaz o tiro, mas fez uma fresta assim na porta! Atirou lá dentro! Claro que daí, a comunidade indígena se revoltaram né! Aí não teve, não adianta a gente dizer: “Não, pare! Deixe eu que vou lá conversar com ele!” Não adiantou! Aí estouraram pra dentro e se foram, né! Até que a polícia chegou ali, a polícia foi conversar comigo lá, e disse que ela não sabia, foi convidado pra vim somente acompanhando ele até na reserva que tava sujeito ter um problema grave, né! Então eles vieram sem saber de nada como ele me disse! Não sabiam de nada! Mas como deu

esse alvoroço aqui né! Aí quando eles foram pra subir lá em cima pegar ele lá (*Mäder*), o chefe tava armado, ia matar uma porção ali dentro né. Aí a polícia chegou lá e eu disse: “Digo então não! Te dou toda a liberdade pra vocês entrar lá dentro e tirem ele né, levem ele pra outro lugar, né! Pra Xanxerê, mais perto, mais próximo! Aí a polícia né, foi lá e falei com os índios. “Digo não, vamos parar com isso, vamos entender, a polícia tá aí, vão levar ele!” Aí tiraram, né! Na mesma noite que eles tiraram ele aí reunimos tudo as aldeia aqui, pra ficar cuidando! Que eu fui e falei com um tenente ali do Xanxerê! Ele disse: “E daí, como é que vai ficar aqui agora?” “Digo não, aqui não tem! Quem manda aqui somos nós e ninguém vai tirar uma colher daí de dentro, né! Por isso tem a liderança pra atender, né!” Fizeram o estrago, quebraram os anel assim onde atiraram com pedra, com pau. E arma de fogo ninguém tinha, né! Porque, como diz o causo, o índio sempre nunca tem arma de fogo mesmo né! E aí deu aquela rebelião! De lá ele (*Mäder*) ligou aqui (*Posto*), que se eu pudesse levar os documento dele e roupa dele, era pra mim levar. Que ele queria conversar comigo, pedir desculpa, que ele fez a violência sem sabe e tal né. Tá, tudo bem. Levei lá no City Hotel, Xanxerê. Ele (*Mäder*) tava em cima, era 10 horas da noite quando levei as roupa dele lá. Mala de roupa peguei. A liderança acompanho, peguemos tudo as roupas dele, dinheiro que ele tinha numa gaveta, peguei o dinheiro dele, botei dentro ali, levei tudo os documento dele. Só armamento a polícia levou! Aí isso aí...! Isso ta nas mãos de vocês, querem levar, leve! Os armamentos dele! E aí levaram tudo! Daí fui lá levar a roupa pra ele lá! Cheguei, entrei lá dentro, ele tava sentado chorando. O véio, ele era bastante de idade já, o véio né. Cheguei lá e falei com ele, digo: “Oh, o senhor João, o senhor tem que entender que o senhor errou, o senhor como chefe de Posto. O senhor errou. Trouxe suas roupas, o dinheiro, tudo aqui oh!” Aí ele pediu desculpa porque ele tinha errado, porque ele tava cansativo, não sei o que lá. “Não, tudo bem.” Digo: “Só que tem um

problema, o senhor não vai permanecer lá. Daqui pra frente nós vamos lá cuidar, quem vai mexer aquelas papelama lá, sem fazer uma sindicância da FUNAI, que seja dos outros Postos, dos outros caciques, seja lá, que venha pra nós resolver o problema, né!” Vamos dá ao governo, fazer uma idéia pra nós. Transmitir outro chefe de Posto ali, lugar aquele. [...] Veio a sindicância da FUNAI. Fiquemos 16 dias guarnecendo o Posto né. [...] Daí que veio o tal de Leônidas, chefe pro último (*Leônidas Pereira do Vale*).⁸⁸⁸

A gestão de Mäder foi acusada de cometer irregularidades administrativo-financeiras. O agente foi indiciado por “estupro” que teria sido cometido na própria sede do Posto no ano de 1978. O Encaminhamento n. 76, de 02/10/1979, realizado pelo delegado regional da 4ª DR, José Carlos Alves, destaca “uma série de irregularidades ou imperfeições no trabalho” do ex-servidor quando estava na chefia de Posto.⁸⁸⁹ Em 1979 foi aberto um inquérito policial contra Mäder mediante a denúncia de um funcionário da FUNAI, Luiz Alberto Bavaresco, servidor do PI Palmas, que o acusou de “estuprar” uma “[...] índia, menor, órfã Donária Belina, sob tutela daquele Posto Indígena.” no período de junho/julho de 1978.⁸⁹⁰ A respectiva indígena, no momento dos direcionamentos do inquérito policial, estava grávida, contudo, possivelmente não era em virtude do dito estupro, pois havia certa distância temporal em relação ao acontecido. Afastado da FUNAI, Mäder deve ter respondido às acusações longe das relações com o Posto. Através da documentação, não se soube o desfecho do inquérito.

O jornal “O Estado de São Paulo” noticiou “Índios revoltam-se em Xapecó” em 23/06/1979. A informação foi levantada pela sucursal de Curitiba e relata que os índios expulsaram o chefe do Posto, sendo que a FUNAI havia aberto uma sindicância para apurar “diversas acusações”, dentre elas, a “violação de uma índia de 13 anos”. A notícia esclarece que já havia uma “comissão de sindicância” antes da “revolta”

⁸⁸⁸ Idem.

⁸⁸⁹ ENCAMINHAMENTO n. 76, realizado pelo delegado regional José Carlos Alves, 4ª Delegacia Regional, 02 de outubro de 1979. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá.

⁸⁹⁰ RELATÓRIO, Inquérito Policial n. 85, indiciado Franklin Mäder. Incidência Penal nos art. 213 c/c arts. 224 e 226 do CP. Assina o documento o delegado da Polícia Federal, José Benedito de Oliveira Souza, 25 de julho de 1979. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá.

devido as “denúncias tanto do próprio chefe contra algumas lideranças indígenas, como dos índios contra Franklin Mäder, que há dez anos chefia o posto”. Segundo o jornal a revolta ocorreu numa noite de terça-feira quando o agente Mäder “[...] tentou impedir uma reunião em que a aldeia iria optar por um dos dois caciques: um escolhido pela própria comunidade e outro indicado pelo chefe do posto.” Informa que Mäder queria que assumisse como cacique o índio João Maria Ferreira em vez de Zé Domingos e que a “situação, por enquanto, está sob controle”.⁸⁹¹ Em 26/06/1979, o jornal “O Estado de São Paulo” volta a informar numa pequena nota com o título “Funai apura hoje as denúncias da tribo de Chapecó” que,

A 4ª delegacia da Funai em Curitiba terá hoje o resultado da sindicância instaurada para apurar as denúncias feitas pelos índios contra o chefe do posto indígena de Xaçepó, Franklin Mader. As denúncias – estupro de uma índia de 13 anos e comércio ilegal do patrimônio da reserva – foram negadas por Mader, que já foi expulso do posto pelos índios.⁸⁹²

Novamente, este jornal voltou a veicular informação sobre o PI Xaçepó. Com o título “A Funai afasta o chefe do posto indígena de Chapecó” em 10/07/1979. O jornal diz que a FUNAI por àqueles dias havia afastado definitivamente o agente Mäder em virtude de “novo incidente”. Alguns índios estariam sendo financiados pelo ex-chefe para irem à Brasília em defesa do funcionário. Franklin Mäder negou a história, sendo que Astor Haeck da paróquia de Xanxerê que “trabalha num projeto comunitário do posto indígena de Chapecó”, afirmou que “os índios não desejam o retorno de Mäder e já advertiram o chefe substituto para se comportar direito com a tribo”.⁸⁹³

Com a saída de Mäder, encerra-se no “Chapecózinho” a hegemonia autoritária dos chefes de Posto. Pode-se dizer que este foi o último chefe que administrou com mãos de ferro, ou com armas na cintura, o PI Xaçepó. As diferenças entre o movimento indígena Kaingang e a chefia de Posto sobressaíram-se e mudaram os rumos da administração do Posto. Por sinal, a partir da saída de Mäder, as

⁸⁹¹ JORNAL, O Estado de São Paulo, “Índios revoltam-se em Xaçepó”, 23 de junho de 1979.

⁸⁹² JORNAL, O Estado de São Paulo, “Funai apura hoje as denúncias da tribo de Chapecó”, 26 de junho de 1979.

⁸⁹³ JORNAL, O Estado de São Paulo, “A Funai afasta o chefe do posto indígena de Chapecó”, 10 de julho de 1979.

lideranças passaram a ter poder de decisão na condução da exploração do patrimônio indígena, assim, envolveram-se com a execução dos projetos. O próprio discurso da FUNAI era que, gradativamente, os índios alcançariam a emancipação, vindo a dirigir seus Postos Indígenas. Por outro lado, essa situação apresentou suas contradições. Egon Heck esclareceu em sua entrevista que os “militares montaram um esquema”, onde o chefe de posto tinha “domínio total sobre as lideranças e esse domínio se dava a partir da introdução de um elemento que chamavam de capitão.”⁸⁹⁴ Heck afirma que o “tal de capitão” era “nomeado diretamente pelo chefe de posto e era o homem de confiança do chefe de posto”, essa relação garantia “internamente para efeito de administração” o controle sobre os “conflitos internos” entre a chefia e a comunidade.⁸⁹⁵

Não é novidade que os chefes de Posto, desde os tempos do SPI, indicavam as “lideranças internas” que lhes davam respaldo na gestão do Posto por meio de relações assimétricas de poder. A destituição do chefe de Posto, a condução de um novo chefe não indígena subserviente e a ascensão das lideranças Kaingang nos direcionamentos dos projetos não significou tranquilidade e acomodação da comunidade frente às contradições do sistema indigenista imposto. Pelo contrário, criaram-se insatisfações internas na comunidade do Xapecó que iriam eclodir, novamente, na destituição das lideranças indígenas que ascenderem ao poder com a deposição de Mäder.

O chefe João Franklin Mäder saiu da gestão do Posto e assumiu o agente Leônidas. Os projetos em execução continuaram, descentralizados e pulverizados de coordenação. Sem o poder centralizador, o agente da FUNAI nada mais era que um burocrata, responsável pelos atendimentos emergenciais aos índios e no funcionamento da saúde, educação e serviços gerais à comunidade. Pelo que narraram os entrevistados, João Mäder, um coronel aposentado do Exército, no final dos anos setenta já não se adequava às transformações do indigenismo. Inicialmente, Mäder tinha o perfil que os militares

⁸⁹⁴ O “capitão” indígena era uma “função” delegada pelo chefe encarregado do Posto, além de estar subordinado ao chefe, representava o controle e a disciplina na aldeia. Por outro lado, as narrativas acusam que havia também o “major”, assim, conforme o período e o narrador, um destes representava a maior liderança no Xapecó, sempre subordinada ao chefe do Posto. Em muitas terras indígenas os encarregados do SPI criaram este cargo de “capitão”, inclusive em regiões de outras inspetorias como no caso dos Terena no Mato Grosso. FERREIRA, Andrey C. *Tutela e resistência indígena*. Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado Brasileiro. São Paulo: USP, 2013. p. 168 e 169.

⁸⁹⁵ HECK, E., *Entrevista*, op. cit..

queriam para “controlar” os problemas que emergiam no Xaçecó, mas no alvorecer dos novos tempos, o indigenismo da winchester, arma usada por Mäder, não condizia com os rumos que a agência vinha tomando.

Na década de 1980 a madeira da Araucária disponível estava praticamente esgotada, a alternativa comercializável era a madeira de lei proveniente de outras espécies e florestas. O delegado regional da 4ª DR escreveu ao diretor do DGO/FUNAI, em 22/12/1982, explicando a situação do “Projeto Serraria PI. Xaçecó”.⁸⁹⁶ Afirmou que a “comunidade indígena de Xaçecó” encontra-se “preocupada com o déficit por que vem passando o Projeto Serraria daquela área”. Assim, destacou a situação esclarecendo as condições atuais de funcionamento do projeto da seguinte forma: a) “elevados custos operacionais daquela unidade industrial”, b) “precariedade das máquinas e equipamentos, dificuldade de obtenção de matéria-prima já em níveis críticos” e, c) “dificuldade de comercialização do produto-madeira-serrada.” Nas palavras do delegado, o “objetivo básico da serraria não vem sendo alcançado”, pois “[...] não houve geração de recursos financeiros suficientes para a aplicação em benefícios comuns à comunidade, principalmente no que tange a unidades habitacionais.”, com isso, a “[...] medida mais acertada seria encerramento das atividades do Projeto naquela área.”⁸⁹⁷ O delegado diz:

Em reunião com o Chefe do PI. Xaçecó, Sr. Leônidas Pereira do Vale, fomos informados do movimento que está iniciando naquela comunidade.⁸⁹⁸ Após terminadas as férias coletivas que ocorre na serraria não haverá o reinício dos trabalhos, como meio de evitar contratação de mais débitos e que atinge hoje a casa dos Cr\$ 6.411.269,96 (seis milhões, quatrocentos e onze mil, duzentos e sessenta e nove cruzeiros e noventa e seis centavos).⁸⁹⁹

⁸⁹⁶ MEMORANDO n. 770, Delegado regional da 4ª DR Harry Luiz Ávila Teles ao diretor da Divisão de Gestão e Orçamentos, DGO/FUNAI, 22 de dezembro de 1982. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁸⁹⁷ Idem.

⁸⁹⁸ O delegado se refere a reuniões realizadas pela liderança e comunidade indígena do PI Xaçecó ao longo do ano de 1982. DOCUMENTO, Reuniões realizadas da liderança indígena e comunidade indígena do PI Xaçecó, período de 30 de agosto de 1982 até 19 de setembro de 1982, assinada pelas lideranças associadas ao cacique José Domingos Paliano, 04 de novembro de 1982. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁸⁹⁹ MEMORANDO n. 770, op. cit..

O memorando finaliza com o parecer favorável do delegado para o encerramento das atividades industriais do projeto serraria do Xaçecó. Sugere que aquele constitui o momento oportuno para esta decisão em virtude do apoio da comunidade: “Solicitamos, entretanto, um rápido posicionamento dessa Administração Central para que possamos adotar as medidas decorrentes em prazo hábil.” Se o documento foi respondido pelo DGO ou pela administração central da FUNAI, não se soube, por outro lado, sabe-se que a serraria não encerrou em 1982 suas atividades e sim em 1987/1988.

No ano de 1985, outro delegado regional da 4ª DR, Eustáquio Machado, emitiu memorando ao sr. Presidente da FUNAI, prestando informações e solicitando providências quanto ao exposto.⁹⁰⁰ Explicou o delegado que havia na “Área Indígena Xaçecó uma unidade de serragem de madeiras”, que funcionou até o final dos anos 1970, e costumava enviar seus recursos “com origem daquela área” à sede central da FUNAI em Brasília, que por sua vez, distribuía os recursos na forma de projetos para “outras tribos como Xavante, Pataxó, etc.” Com a “extinção da Coordenação do Patrimônio Indígena (CPI) ligada ao DGPI” em 1979 estes recursos passaram a serem revertidos para a própria área. Narra que apesar da estrutura de pessoal ter sido diminuída por mais de uma vez, a serraria “perdeu o sentido eminentemente industrial”. Argumenta também que hoje “[...] a matéria-prima disponível não justifica a existência daquela unidade, onde a depreciação da estrutura material, já com período de vida útil ultrapassado, vem onerando em demasia os custos de produção.” Conforme havia explicado três anos antes o antigo delegado regional, o projeto serraria não tinha condições de se manter. Reforça que a “[...] comunidade indígena através de sua liderança (Zé Domingos) reconhecia em comum acordo com a chefia do PI e com esta Delegacia a necessidade comprovada da desativação daquele Projeto.” Reiteradamente, o delegado afirma que desde o ano de 1984 vem solicitando “[...] autorização para efetivação do fechamento da serraria, sem todavia receber o respaldo devido e necessário da Administração Central da FUNAI”. Dentre os muitos argumentos do delegado e soluções para a desativação e direcionamento dos bens e funcionários, ele ressalta:

⁹⁰⁰ MEMORANDO n. 266, Delegado regional da 4ª DR Eustáquio Machado ao Sr. Presidente da FUNAI, 23 de maio de 1985. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

f) A desativação desta serraria, significa um avanço da comunidade indígena com vistas à preservação do seu patrimônio e de seu habitat e por outro lado, um maior engajamento dos índios na atividade agropecuária a qual se revela como a principal naquele PI, em que estarão incluídos os índios que ora fazem parte do quadro de pessoal do Projeto Serraria.

g) Neste mês começam as atividades voltadas para o próximo ano agrícola, por isso, dá oportunidade de se aproveitar o momento, para a desativação deste Projeto de Exploração Florestal daquela área.

Encerra seu memorando apelando para a “sensibilidade” do presidente da FUNAI para que seja emitida de imediato “Portaria para a desativação do Projeto Serraria do PI Xaçecó”. O que na prática não ocorreu em 1985. Essa situação de esgotamento de madeira, dificuldades de gestão dos projetos serraria estava ocorrendo também em Guarapuava e Mangueirinha conforme foi verificado no memorando n. 034 enviado pelo presidente da FUNAI ao delegado da 4ª DR, em 15/03/1983.⁹⁰¹ Neste último memorando, o presidente autoriza a desativação do Projeto Serraria do PI Guarapuava a partir daquela data.

Os anos oitenta na TI Xaçecó foram extremamente conturbados. As incompatibilidades de opiniões sobre a condução da exploração do patrimônio indígena afloraram entre os próprios Kaingang. Na realidade, as divergências opunham lideranças da comunidade contra o cacique Zé Domingos e seus homens. A FUNAI, desfocada das responsabilidades, apenas intermediava ou contornava os conflitos internos entre índios. Neste sentido, alguns indígenas procuram o apoio de políticos bem como de instituições. A Câmara de Vereadores Municipal de Xanxerê enviou um ofício ao “Excelentíssimo Senhor MD. Presidente do IBDF” em 25/06/1984 solicitando “urgentes providências” acerca das denúncias de irregularidades na área indígena envolvendo o abatimento de árvores e nos maltratos aos índios.⁹⁰² Este posicionamento da Câmara de Vereadores foi baseado no documento “Apelo às autoridades competentes” que informa:

⁹⁰¹ MEMORANDO n. 034, Presidente da FUNAI ao delegado regional da 4ª DR, 15 de março de 1983. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁹⁰² OFÍCIO n. NLS 113, Câmara de Vereadores Municipal de Xanxerê, na autoridade do presidente Aldo Brandalise, enviado ao Excelentíssimo Senhor MD. Presidente do IBDF, 25 de junho de 1984. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

Nós Índios Caingangues, moradores na Reserva Indígena Xaçecó no Município de Xanxerê, SC, vem a público denunciar os constantes desmatamentos que vem ocorrendo em nossa área, o que está ocasionando o fim dos últimos matos nativos da nossa área e o seqüente fim dos animais que nela habitam.

Denunciamos ainda que estes desmatamentos estão beneficiando a madeireiros da região, com a conivência da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), em detrimento da comunidade Indígena, que pela Lei possui usufruto exclusivo dos bens da nossa terra.

Diante do que vem ocorrendo, pedimos urgentes providências as Autoridades competentes, para que façam cumprir a Lei do Estatuto do Índio, como também o Código Florestal.

P.I. Xaçecó, 18 de Junho de 1984.⁹⁰³

O respectivo documento foi assinado por algumas lideranças como Avelino Alípio *Fongrê*, Maria Gonçalves *Fongrê*, Vicente *Fokãê*, Rivaldina Luiz, Dorival Fernandes, Salete *Fongrê*, José Gabriel e Emília Gabriel. Apesar dos documentos que envolvem esta denúncia estarem incompletos e fragmentados, percebe-se claramente que a resposta imediata em relação às denúncias foi uma “reunião” entre as lideranças locais e a FUNAI, assim, assinaram a respectiva ata da reunião o cacique José Domingos Paliano⁹⁰⁴, seus apoiadores e o chefe do Posto, Martins Toledo de Melo, redator da Ata de reunião. No fragmento consultado da ata aparece uma série de justificativas sobre a questão das madeiras, planos de aplicação e benefícios à comunidades, bem como informa que o índio José Gabriel foi o único dos delatores que compareceu na reunião, sendo que este afirma ter sido obrigado por *Fongrê* a assinar o documento. Em virtude do não comparecimento do

⁹⁰³ DOCUMENTO, Apelo às autoridades competentes, P.I. Xaçecó, assinam o documento algumas lideranças da comunidade, 18 de junho de 1984. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁹⁰⁴ Assinaram também: Aquilino Inacio (capitão Água Branca), Climair Alípio (sargento Sede), Ari Paliano (filho do cacique e capitão na Sede), Adelino Tomaz (sargento do Setor Fazenda), Onório de Oliveira (cabo Pinhalzinho), Bepino Ercigo (cabo Linha Matão), Antonio Pinheiro (cabo Paiol de Barro), Pedro Lino Inácio (tenente Pinhalzinho), Antonio Lopes (tenente Sede), Adeler Mendes (sargento Pinhazinho), Adão Francisco (sargento Água Branca), Amador Mendes (cabo Samburá), Amazonas Gonçalves (tenente Água Branca), Lauro Inácio (capitão Setor Fazenda), Martins Gabriel e José Gabriel (membros da comunidade).

denunciante, “[...] ficou decidido que não aceitaram o senhor Avelino Alípio *Fongrê*, na comunidade do Posto Indígena Xaçecó, pois conforme foi as explanações dos membros líderes, a comunidade fica sempre apreensiva a um possível envolvimento de proporções lastimáveis entre os membros desta comunidade”.⁹⁰⁵ Posteriormente e na mesma data da dita reunião, o sr. José Gabriel assinou um documento que explicita que o mesmo foi “pressionado pelo Sr. Avelino *Fongrê* a assinar um documentos contra o Cacique e liderança do PI. Xaçecó.”⁹⁰⁶ Como resultado da reunião: a punição aos denunciante seria a “transferência dos índios” para outros Postos.

Dessa forma, um grupo de indígenas enviou ao “presidente da FUNAI”, o sr. Jurandi Marcos da Fonseca, por intermédio do delegado da 4ª DR, sr. João Darci Ruggeri, um documento em 16 de julho de 1984 nominado de “relatório sobre a situação atual de José Domingos Paliano”, queixando-se da gestão do referido cacique, que informam “não é índio, mas está com o encargo de cacique”.⁹⁰⁷ O documento afirma que há “[...] maiores brutalidades contra índios, com prisões, espancamentos aos índios, com mau exemplo de prostituição em público” promovida com a anuência do cacique. Prossegue a crítica: “[...] com suas artimanhas de branco, com jogos traiçoeiros contra os índios e documentos falsos feitos no Escritório da Sede, está transferindo 8 (oito) famílias de índios puros, dizendo que é com ordem da FUNAI.” Essas pessoas a serem transferidas somam mais de cinquenta pessoas⁹⁰⁸ e assinam este documento num total de 53 pessoas. Este documento acusa que o cacique promoveu “venda de madeira”, “rolo de todo tipo”, ainda, “perseguição aos índios” e que a comunidade vive na “miséria”. Tais divergências internas expõem as facções Kaingang que havia na TI. O “setor florestal” da 4ª DR realizou um “Relatório de viagem ao PI Xaçecó e Palmas” referente ao período de 23/07 a 27/07/1984 com o fito de verificar tais denúncias. Com isso, o engenheiro florestal Nuno Fernando Dias esclarece que as “[...] denúncias referentes a este setor, são infundadas e partem de uma

⁹⁰⁵ ATA, Fragmento da Reunião entre as lideranças do PI Xaçecó e o chefe do Posto, 14 de julho de 1984. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁹⁰⁶ DECLARAÇÃO, José Gabriel, 14 de julho de 1984. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁹⁰⁷ DOCUMENTO, PI Xaçecó, Xanxerê (SC) ao presidente da FUNAI, sr. Dr. Jurandi Marcos da Fonseca por intermédio do delegado regional da 4ª DR, sr. João Darci Ruggeri, 16 de julho de 1984. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁹⁰⁸ As oito pessoas citadas foram: Vicente *Fó-káe* Fernandes, Valdir *Dó-ã* Couto, Salvador *Kre-krã* Capenema, Getulio *Pa-kai* Luiz, José *Nei-vó* Jacinto, Dorival *Nâr-sô* Fernandes, Avelino *Fon-grê* Alípio e Floriano *Ká-Fei* Belino.

minoria de índios arredios que visam tumultuar a atual administração, bem como desestabilizar o bem estar social das referidas comunidades indígenas [...]”.⁹⁰⁹

Os documentos não deixam perceber o desenrolar deste conflito interno, porém, o desfecho ocorreu na madrugada do dia 14 de julho de 1988 com uma “revolta armada” que depôs o cacique Zé Domingos. O jornal O Estado de São Paulo apresentou a notícia “Revolta armada depõe cacique Palhano” em 15/07/1988 e explica que o cacique é acusado de “[...] vender madeira da reserva em proveito próprio para indústrias da região, do que resultariam um desmatamento de 90% da área florestal [...]”.⁹¹⁰ Informa ainda que o cacique conseguiu fugir mas que seus três filhos estariam presos como reféns. A notícia ainda diz que a “revolta dos Kaingang” foi liderada pelo índio Valdo Correia da Silva. O então chefe do Posto, Jair de Moraes, informou que não houve derramamento de sangue e que nada consta contra a administração da FUNAI, ademais, a notícia diz que o CIMI não pretende se envolver na questão para não complicar as negociações, por trata-se de um problema interno da comunidade.

A notícia da deposição do cacique reverberou em outros jornais, como no Jornal do Brasil, em 16/07/1988, com o título “Reféns são mantidos até nova eleição”, ainda, no jornal O Globo, com a “Revolta acaba e novo chefe é eleito”, de 17/07/1988. Posteriormente, o próprio cacique foi tido como “falecido em um acidente em abril de 1990”.⁹¹¹ No ano de 2013 tive a oportunidade de conhecer José Domingos Paliano, atualmente com 85 anos, de forma muito lúcida explicou diversas questões sobre sua gestão no Posto e sobre o atentado que sofreu em virtude dos acontecimentos intensos e internos da TI no contexto de sua expulsão, considerando estes fatos, Zé Domingos não desejou se expor, não concedeu entrevista e nem permitiu que se anotasse qualquer informação da conversa.

No ano de 1988 outras notícias foram veiculadas sobre o Xapecó, como “Funai admite que madeira é desviada” e “Miséria gera crise entre os índios no oeste”, ambas do jornal O Estado de São Paulo e publicadas

⁹⁰⁹ RELATÓRIO, Viagem ao PI Xapecó e PI Palmas, elaborado pelo engenheiro florestal Nuno Fernando Dias, 02 de agosto de 1984. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁹¹⁰ JORNAL, O Estado de São Paulo, “Revolta armada depõe cacique Palhano”, 15 de julho de 1988.

⁹¹¹ POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1987, 1988, 1989 e 1990. Série Aconteceu Especial (número 18). CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), ISA (Instituto Socioambiental). São Paulo: CEDI, 1991.

em 17/07/1988.⁹¹² O jornal justificou a “rebelião” dos índios contra o cacique em decorrência da “absoluta miséria e falta de assistência”. Em 20/07/1988 o referido jornal publicou novamente reportagem “Família de cacique deposto será transferida”.⁹¹³ Contudo, o Jornal de Santa Catarina publicou a reportagem “Reserva ameaçada por desmatamento” em 28/12/1988 que afirma que a vistoria da FATMA, IBDF e FUNAI comprovaram o desmatamento indiscriminado na reserva, onde atuavam mais de 20 madeiras regionais.⁹¹⁴

⁹¹² JORNAL, O Estado de São Paulo, “Funai admite que madeira é desviada e Miséria gera crise entre os índios no oeste”, 17 de julho de 1988.

⁹¹³ JORNAL, O Estado de São Paulo, “Família de cacique deposto será transferida”, 20 de julho de 1988.

⁹¹⁴ JORNAL de Santa Catarina, “Reserva ameaçada por desmatamento”, 28 de dezembro de 1988.

Figura 24: “Madeira e corrupção em Xaçpecó”, Jornal Porantim, dezembro de 1989, pág. 1

Página 8 **PORANTIM** Dezembro de 1989

Madeira e corrupção

Durante 10 anos, um cacique corrupto, mancomunado com funcionários da Funai, vendeu ilegalmente madeira da Área Indígena Xaçpecó, em Santa Catarina. O negócio rendia, por baixo, US\$ 2,5 milhões, mas não trouxe nenhum benefício para a comunidade indígena. O cacique criminoso já foi cassado e hoje os Kaingang se empenham em cumprir um plano econômico que os livrará do controle da Funai. Entretanto, eles estão sendo acusados de degradar o meio ambiente, numa história em que entram como bodes expiatórios. A repórter Cristina Avila esteve na Al Xaçpecó e esclareceu o assunto para os leitores do PORANTIM.



Foto: Cristina Avila

Dona Riva Nive: "Era tudo cheio de pinheiro. Eu e Vicente não deixamos cortar esses. Com o pinheiro se fazia farinha para comer com carne"

O Xaçpecó, onde habitam quatro mil pessoas, no município de Xanxerê (SC), estão sendo acusados de degradar o meio ambiente por ecologistas, pelo poder público e a imprensa da região. No ano passado, a Sociedade Ecológica e Meio Ambiente de Xaxim denunciou-os a Procuradoria da República em Santa Catarina e ao então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) pela derrubada de florestas de pinheiros araucária e diversas madeiras nobres. O fato aconteceu num momento de grande tensão política quando, após três meses de reuniões secretas, os índios conseguiram desbaratar um grupo formado pelo ex-cacique José Domingos Pallano e funcionários da Fundação Nacional do Índio, que estava justamente mergulhado no comércio ilegal de madeira (ver quadro ao lado). Estima-se que, nos últimos dez anos, pelo menos 2,5 milhões de dólares foram saqueados do território indígena. Mas quem lucrava não foram os Kaingang, logo na miséria e preocupados com dívidas bancárias.

Em dezembro de 1988, uma ação da Polícia Federal na área resultou na abertura de um inquérito policial. Em fevereiro e março deste ano, foram indiciados três índios — o atual cacique Valdo Corrêa da Silva, o chefe do posto Orides Belino e Delcídes Xavier das Santos — e 40 madeireiros. Foram apreendidas dentro da área duas moto-serras, quatro toneladas de madeira e um caminhão da Indústria de Madeiras Locatelli. Em abril, o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis e Meio Ambiente que substitui o IBDF voltou à terra kaingang onde apreendeu mais 150 toneladas de madeira de lei. Mas de mil outras foram apreendidas em serrarias vizinhas à Área Indígena. O Ibama, então, autuou a Funai, o cacique e mais de uma dezena de madeireiros por contravenção florestal.

BODE EXPIATORIO

O fato é que a comunidade Kaingang foi transformada em bode expiatório. Os índios estão sendo acusados de devastação quando a própria Funai permitiu e participava da exploração da madeira até julho do ano passado. Segundo cálculos feitos pelo Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário, nos últimos dez anos, mais de 2,5 milhões de dólares foram obtidos através da venda de pinheiros, por uma serraria montada na área em 1957 pela Funai. Esse dinheiro, convertido no câmbio oficial, seria equivalente a quase cinco vezes o prêmio da Sena. Isto não é tudo, pois esse montante representa somente o que foi comercializado através de notas fiscais.

Ainda segundo o Cimi-Sul, mancomunados, o ex-cacique José Domingos Pallano e o ex-chefe do posto Jair Elói de Moraes também negociavam madeira de lei com madeireiras da região. Há suspeitas de que o administrador regional da Funai (ADR Xaçpecó), Sebastião Fernandes, também tenha participado destas negociações. Entretanto, o dinheiro nunca trouxe benefícios para os Kaingang.

A procuradora da República no Estado de Santa Catarina, Ela Wicke Volkmer de Castilho, que está encarregada pela denúncia que formaliza a propositura da ação civil contra os índios e os madeireiros, informa que o exame da questão se restringe aos desmatamentos cometidos no ano passado, portanto, na gestão do atual cacique. Ela Castilho mostra-se, contudo, sensível à situação dos Kaingang: "Eles (os índios) dizem que desmataram para se manter, porque não tinham outra saída. Então dei-lhes uma chance. Pedi que organizem suas provas documentais, e vou examinar a possibilidade de não incluí-los na denúncia", adianta. A procuradora diz, ainda, que nenhum dos funcionários da Funai foi incluído na denúncia, mas que o ex-chefe do Posto, Jair Elói Moraes, poderá sê-lo, pela prática de prevaricação e corrupção passiva.

PLANO ECONÔMICO

O cacique Valdo Corrêa diz que os índios esperam que a Procuradoria autorize a utilização da madeira apreendida que está pagada no mata na área indígena. "O aproveitamento poderia ser planejado em acordo com o Ibama", sugere. Os índios querem, ainda, que o território seja reflorestado. "A Funai nos deve esse reflorestamento desde que começou a tirar o 'mato'", argumenta o cacique.

Segundo o depoimento do chefe do Posto, Orides Belino, entre os meses de setembro do ano passado e fevereiro de 1989, a comunidade não recebeu recursos da Funai. Para



Valdo Corrêa, o novo cacique: "Daqui a um ano esperamos uma produção de 400 mil tijolos"



Vicente Focad: 14 anos de luta contra a devastação

Fonte: JORNAL, Porantim, “Madeira e corrupção em Xaçpecó”, dezembro de 1989.

Figura 25: “Madeira e corrupção em Xaçecó”, Jornal Porantim, dezembro de 1989, pág. 2

Página 9 **PORANTIM** Dezembro de 1989

em Xaçecó

manter o Posto e dar condições para a comunidade fazer o plantio da lavoura, em outubro os índios venderam madeira, grande parte dela ainda de derrubada na gestão de Paliano. O plano, segundo o cacique, era explorar a floresta na entressafra da lavoura, em dezembro, a Polícia Federal interveio.

De acordo com Orides, após Valdo assumir a cacicagem, 860 sacas (de 60 quilos cada) de milho foram plantadas em todo o território indígena. “Estimamos que a colheita de 1989 foi de 40 a 46 mil sacas”. Acrescenta que estão também instalando uma olaria. “Já foram gastos NC\$ 45 mil, que obtivemos com a venda de um trator (NC\$ 50 mil). Compramos tipo especial para fazer o forno e contratamos um técnico. Para sair do sufoco, temos que montar uma coisa nossa. Daqui a um ano esperamos uma produção mensal de 400 mil tijolos. Com isso nós nunca mais vamos mexer! Nossa intenção é que a olaria sustente a agricultura, porque a área é muito grande, são quatro mil índios. A despesa é muito grande”, justificou o chefe do Posto. Como se vê, os Kaingang finalmente têm um plano econômico que, se tudo correr bem, os deixará independentes da Funai.

Para o Cimi/Sul, o ex cacique José Domingos Paliano foi um grande corrupto, mas não agiu sozinho. “A Justiça tem que localizar os outros membros da quadrilha que dilapidou o patrimônio indígena durante dez anos”. O cacique usou e abusou de cobertura muito forte”, assegura o coordenador do regional, Alberto Capucci. Ele acrescenta que uma semana após a queda de Paliano, “o preço da madeira dobrou no comércio da região do alto rio Uruguai, devido a uma sensível queda na oferta”.

OUTROS MEIOS

A política econômica da Funai em relação à Área Indígena Xaçecó, que apenas continuou uma antiga prática do antigo SPI, foi desmatar e oferecer em troca maquinário agrícola,

la, agora abandonado, sem, no entanto, colocar à disposição dos índios a manutenção e o combustível dos veículos. Alguns dinheiro foi gasto em função da comunidade, mas nada que lhes oferecesse perspectivas de futuro. Os Kaingang, tradicionalmente coletores e caçadores, sem fama e flora, foram obrigados a buscar outros meios de subsistência.

O regional Cimi/Sul tem vasta documentação que comprova contratos da época em que os índios iam a Brasília reclamar contra a aquisição da Funai. Também estão em seus arquivos recortes de jornais da época em que os índios iam a Brasília reclamar contra a destruição de seus pinheiros, carregados dos frutos que eles usavam como base de seu cardápio.

“Durante 14 anos trabalhei contra a devastação”, afirma Vicente Focacé, 69 anos, presidente do Conselho Indígena da Área Indígena Xaçecó. Tomando chimarrão, na beira de um fogão à lenha, ele conta ao PORANTIM: “O desmatamento começou com o Nereu Costa, chefe do Posto do SPI, que ficou no cargo durante 13 anos, entre 1949 e 1962. No tempo de Zé Domingos derrubaram mais dez anos de mata”. Em 1984, Focacé e outros índios foram a Brasília e levaram a denúncia sobre os desmatamentos à presidência da Funai e ao deputado Mário Juruna, que protestou no Congresso Nacional. Mas os protestos passaram em branco.

Dona Riva Nive, mulher de Focacé, completa: “Era tudo cheio de pinheiro. Eu e Vicente não deixamos cortar esses ipometa para o fundo de sua casa). Com o pinheiro se fazia farinha para comer com carne. A gente também pode comer cozido na água. Meu pai deixava a pinha secar, guardava e cozinava de novo quando ia comer. Até hoje se usa o pinheiro pra fazer o cocho de Kiki (bebida de água mae, atualmente desconhecido pela maioria dos Kaingang, mas que é realizado quase todos os anos na Al Xaçecó”.

Cristina Ávila



Em troca de desmatamento, a Funai ofereceu máquinas agrícolas, sem manutenção e combustível.



A estrada já matou pelo menos oito pessoas

A estrada, a usina e o banco, as outras ameaças

Nem as mulheres dos líderes sabiam o que eles faziam todas as noites, colocada à disposição dos índios a manutenção e o combustível dos veículos. Alguns dinheiro foi gasto em função da comunidade, mas nada que lhes oferecesse perspectivas de futuro. Os Kaingang, tradicionalmente coletores e caçadores, sem fama e flora, foram obrigados a buscar outros meios de subsistência.

das preocupações dos Kaingang, mas eles ainda não sabem dizer se a querem. Apenas Vicente Focacé (um dos quatro líderes da comunidade que iniciaram os planos para a destituição de Paliano) tem uma opinião firme sobre o assunto. Ele é contra a construção. Diz que tem informações suficientes, de outros usuários em terras indígenas no País, para pensar assim.

Segundo o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, que possui inúmeros trabalhos escritos sobre os Kaingang e os acompanha há muitos anos, essa hidrelétrica foi iniciada nos anos 60 e interrompida por mudanças na política nacional de construção de barragens. Cerca de 50% da obra já está pronta e as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celso) pretendem retomar essa infra-estrutura com participação do capital privado.

INTIMIDAÇÃO

Quanto às dívidas bancárias, apesar de sofrerem pressões, os índios podem ficar tranquilos. Assumidas pelo ex cacique com o aval da Funai, os índios na realidade não devem nada. O próprio gerente geral do Banco do Brasil em Marçoré, Euclides Cristófoli, não confessa ao PORANTIM que “é impossível para o banco cobrar a dívida dos índios”. Ele afirma que já tentou negociar com a Funai, mas caiu num jogo de empurra. Segundo Cristófoli, o BB não pretende acioná-la para o pagamento. Ele alega que isto é impossível, pois ambos, o Banco e a Funai, são instituições do Governo Federal. A expectativa do gerente é que o Banco libere a madeira que está apodereado na área indígena, pois crê que os índios estariam dispostos a saldar a dívida. A instituição bancária discretamente intimida os Kaingang, que chegam a pensar que poderão ser presos por causa da dívida, assediados pelas visitas de seus agentes à área.

Fonte: JORNAL, Porantim, “Madeira e corrupção em Xaçecó”, dezembro de 1989.

Deflagrada a situação na imprensa regional, estadual e nacional, coube a atuação da Polícia Federal. Segundo esclarece o jornal catarinense, instaurou-se um inquérito para investigar as denúncias de desmatamento. Em dezembro de 1989 o Jornal Porantim publicou uma matéria sobre essa história com o título “Madeira e corrupção em Xaçecó” (Figura 24 e 25).⁹¹⁵

O Jornal Porantim afirma que segundo “os cálculos feitos pelo Regional Sul” do CIMI para os últimos 10 anos, mais de “2,5 milhões de dólares foram obtidos através da venda de pinheiros”. Esse montante seria equivalente na época a quase 5 vezes o “prêmio da Sena”. Os cálculos foram embasados somente na comercialização por meio de “notas fiscais”. A reportagem realizada por Cristina Ávila afirma que os Kaingang estão servindo de “bodes expiatórios”, visto que foram acusados de serem “depredadores do meio ambiente” pela Sociedade Ecológica e Meio Ambiente de Xaxim, pela Procuradoria da República em Santa Catarina e pelo então IBDF. Foram indiciados três índios, o então cacique Valdo Correia da Silva, eleito após a destituição do cacique Zé Domingos, ainda, o sr. Orides Belino, apontado pela reportagem como chefe do Posto, o sr. Delcídes Xavier dos Santos, e ainda 49 madeireiros. O CIMI, segundo a reportagem, informa que o ex-cacique Zé Domingos estava “mancomunado” com o ex-chefe do Posto Jair Elói de Moraes em negociações de madeira de lei com “madeireiros da região”.

Na reportagem foi entrevistado o sr. Vicente Focãê, presidente do Conselho Indígena da Área Indígena, que afirma “durante 14 anos trabalhei contra a devastação”. Sobre o desmatamento, informa que tudo começou com “Nereu Costa, chefe do Posto do SPI” e que no ano de 1984 foi até Brasília, juntamente com outros representantes da comunidade, para levar a denúncia sobre os “[...] desmates à presidência da Funai e ao deputado Mário Juruna, que protestou no Congresso Nacional. Mas os protestos passaram em branco.”

A FUNAI sempre concordou com a extração de madeira, mas procurou se isentar das responsabilidades. Em entrevista ao jornal Correio Brasiliense em 08/11/1987 o presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho, responde as diversas perguntas sobre a exploração de madeira, diz concordar, da mesma “forma que concorda com a extração de minérios”. Nas palavras do presidente nada impedirá o progresso do Brasil:

⁹¹⁵ JORNAL, Porantim, “Madeira e corrupção em Xaçecó”, dezembro de 1989. Agradeço ao colega historiador Clovis A. Brighenti por ter disponibilizado esta reportagem.

Fatos são fatos. É inegável que ninguém impedirá o processo de desenvolvimento deste País. Não adianta querer, irresponsavelmente, amarrar o índio sobre os trilhos da história esperando que a locomotiva do progresso pare – ela não vai parar. Ela vai seguir adiante e arrebentar com que estiver em sua frente.⁹¹⁶

Argumenta que a FUNAI não pode “[...] concordar, nem concordará nunca, com um processo extrativista predatório, que ocorre ainda hoje no País e que levou, ao longo dos anos, à destruição da Mata Atlântica e das reservas madeireiras dos índios no sul do País.” Apesar de admitir o desmatamento das áreas indígenas no sul do Brasil, novamente a postura politicamente correta da FUNAI, em apoiar uma “exploração racional da madeira”. No decorrer da entrevista o presidente acusa os próprios índios de fazer “contratos diretamente com as madeiras” e que os beneficiários do processo são algumas lideranças. Ao ser questionado pelo jornal: “Mas a FUNAI nunca fez nada para deter a exploração de madeira em áreas indígenas?” O presidente afirma de forma irônica: “Eu não posso colocar um fiscal atrás de cada árvore. A FUNAI não dispõe de recursos financeiros, materiais e humanos para impedir que as madeiras entrem nas áreas indígenas com o aval das próprias lideranças, à revelia da própria FUNAI.” Enfim, na entrevista, Jucá se manteve numa postura irredutível sobre os acontecimentos e ainda discursou com moralidade.

E essa postura da agência indigenista é recorrente, os militares cumpriram o prometido quando renovaram as bases do indigenismo brasileiro conduzindo burocraticamente as práticas tutelares e direcionando as terras indígenas ao contexto socioeconômico do “milagre brasileiro”. Os Postos Indígenas naufragaram na onda desenvolvimentista. Como uma forma de justificar as ações, a FUNAI promoveu novas mudanças em sua organização institucional. Com isso, às vésperas da CFB de 1988, a FUNAI prometia, novamente, renovação. A 4ª DR se transformou em 1ª Superintendência Executiva Regional/1ª SUEER, mas manteve suas competências em “planejar, coordenar, controlar, executar e acompanhar, em sua área de jurisdição, as atividades”.⁹¹⁷ Assim, manteve sua sede em Curitiba e como área de

⁹¹⁶ JORNAL, Correio Brasiliense, “Entrevista: Jucá, temos que ser pragmáticos”, 08 de novembro de 1987.

⁹¹⁷ As SUEER estruturavam-se em “Órgão de Assessoramento ao Superintendente Executivo”, “Órgãos de Acompanhamento, Coordenação e Controle (Divisão de Assuntos Fundiários,

jurisdição além dos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ainda passou a atuar em São Paulo.⁹¹⁸

A exploração da madeira na TI Xaçecó foi encerrada definitivamente no ano de 1988. Mas a continuidade dos projetos agrícolas ou a exploração da agricultura continuaram. Naqueles anos conturbados de 1987, 1988 e 1989 a alternativa visibilizada pelas novas lideranças políticas indígenas, Valdo Correia e Orides Belino,⁹¹⁹ era incrementar a produção de milho e soja e instalar uma “Olaria”.⁹²⁰ De fato, a Olaria foi instalada exatamente onde funcionou durante décadas a serraria do PI Xaçecó, contudo a questão da exploração das potencialidades do Posto (TI) como alternativa para a geração de renda consiste em questão complexa e que não se encerrou com o embargo da Polícia Federal na serraria do Posto e nem com criação de uma Olaria.

Divisão de Desenvolvimento Comunitário, Divisão de Patrimônio Indígena e Setor Administrativo), Órgãos Executivos com suas Administrações Regionais (Setor de Operações e Setor de Administração) e Postos Indígenas além da SUER contar com uma Secretária.

⁹¹⁸ NORMA PROVISÓRIA, Organização das Superintendências Executivas Regionais, Ministério de Estado do Interior, 05 de junho de 1986. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

⁹¹⁹ O então cacique Valdo Correia é irmão de Orides Belino, quem posteriormente também se tornou cacique na TI Xaçecó.

⁹²⁰ JORNAL, Porantim, op. cit., dezembro de 1989.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do indigenismo brasileiro não deve ser compreendida como coesa e desarticulada dos princípios políticos e econômicos do Estado, princípios estes norteados pelo momento histórico. A relação do Estado com os ameríndios percorreu períodos delicados e singulares ao longo da trajetória do país, ainda que a orientação dos contatos, conflitos, aldeamentos e confinamentos nos postos e terras indígenas seguisse o “modelo” de indigenismo, ao seu tempo, os meandros e os desdobramentos foram distintos de norte a sul do país. Os fatores intervenientes e definidores do indigenismo brasileiro foram os processos históricos regionais, considerando que cada região teve as suas práticas tutelares em virtude das especificidades.

No Brasil Meridional os povos indígenas foram conduzidos ao cerceamento espacial por meio da instalação de aldeamentos e toldos no século XIX. Coube ao indigenismo do século XX conduzir estes ameríndios ao confinamento controlado e definitivo em reservas, postos e unidades locais que vieram a ser atendidos pela agência do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Mas esse indigenismo do século XX além de ser distinto dos oitocentos seguiu princípios oscilantes e, muitas vezes, dependeu da condução das diretrizes ideológicas das políticas nacionais. Marechal Cândido Rondon inaugurou o indigenismo brasileiro pautado na proteção tutelar e na assistência fraternal. A Era Vargas delineou este indigenismo impondo a nacionalização, a aculturação e assimilação à sociedade nacional aos índios. O indigenismo rondoniano-varguista agonizou e feneceu na incerta década de 1960. Assim, a proposta de um “novo modelo” de indigenismo surgiu nos braços da ditadura militar com a criação da FUNAI. Pretensiosamente moralizante, este renovado indigenismo dos tempos ditatoriais se burocratizou e despiu-se dos princípios da proteção tutelar e da assistência fraternal nacionalista, sendo norteados pelo propulsor crescimento econômico do país. Mas este indigenismo burocrático findou com a emergência do movimento indígena e com os novos rumos da política na pós-ditadura militar.

Dessa forma, o indigenismo no século XX vivenciou quatro momentos que em seus pontos de intersecção apresenta elementos de transição e certa instabilidade e indefinição, neste sentido, foi no decorrer da trajetória que cada um apresentou seus condicionantes: a) Indigenismo de Rondon; b) Indigenismo rondoniano-varguista (cabe considerar se esse indigenismo não é mais varguista que rondoniano); c) Indigenismo da ditadura militar e; d) Indigenismo pós-ditadura militar.

Existem fatores consideráveis quanto à condução das práticas tutelares na Terra Indígena Xaçecó. Primeiramente, havia conflitos regionais entre índios e não índios pelo acesso e domínio das terras. Alguns documentos anteriores a instalação do Posto (1940/1941) ressaltam a necessidade de criação de uma unidade local do SPI com a intervenção do agente indigenista para administrar os impasses e direcionar as relações. O interesse dos não índios nas terras dos Kaingang pautava-se nas potencialidades econômicas decorrentes da exploração florestal: extrativismo da erva-mate e da madeira. O contexto regional fazia certa pressão sobre estas terras, inclusive esta pressão em certa medida velada dos não índios interessados na exploração das terras ameríndias seduziu muitos agentes de Posto. A exploração das potencialidades naturais foi elemento de gestão imputado no Posto por interesse do próprio agente que procurava estreitar relações com a sociedade regional como alternativa na geração de renda. Os agentes tutelares não eram índios e nesta condição estavam inseridos na lógica econômica e produtivista regional, com isso, buscaram inspiração no contexto circundante para impor o “trabalho”, seja na lavoura, na pecuária, na indústria da madeira e na extração da erva-mate.

O sociólogo Roberto Cardoso de Oliveira acentuou que para compreender os povos indígenas alcançados pelas compulsões de várias ordens, como histórica e estruturais, grupos estes em estreito contato com as sociedades do “tipo ocidental”, se faz imprescindível apreciar para efeito “descritivo ou analítico” a sociedade brasileira regional.⁹²¹ Os direcionamentos das práticas tutelares estavam articulados intimamente com os contextos regionais. O processo histórico da região da TI Xaçecó assentava-se na atuação das empresas colonizadoras a partir de comercialização de terras às famílias de agricultores – modelo de pequena propriedade –, e tinha na indústria da madeira e da extração da erva-mate o suporte ou aptidão econômica regional como propulsor do desenvolvimento. O mercado econômico da madeira era e foi mais promissor que o da erva-mate, uma vez que o primeiro alcançava a esfera internacional e constituía parte da matriz energética. Este ambicioso mercado pressionou e contribuiu para o esbulho das terras indígenas e promoveu o desflorestamento da TI, mas a espoliação das terras dos índios e a exploração das florestas da TI Xaçecó somente se concretizaram com a contribuição e/ou anuência dos agentes da proteção

⁹²¹ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil Indígena*. São Paulo: Ed.USP, 1972. p.131 – 140.

tutelar. Contribuição esta que em alguns momentos apresentava-se tímida e dissimulada e noutras extremamente descarada.

A exploração das potencialidades representou alternativa à resolução dos problemas financeiros da administração e condução do Posto. Os agentes encarregados possuíam módicos orçamentos para construir, estruturar e gerir o Posto, bem como a escola, a alimentação e a enfermaria. Estes suportes de ação a proteção e assistência atraíam e envolviam os índios nas relações com a agência, sem isso seria impossível implantar e sustentar o indigenismo brasileiro. Em muitos documentos, os agentes reclamam de não ter recursos para desenvolver na prática local os pressupostos de atuação indigenista estimulados pelo governo. É neste sentido que se processou a “marcha para a emancipação econômica” dos Postos. Tal frase empregada pela primeira vez pelo agente Chico Fortes em 1945 já indicava qual seria o caminho na condução das práticas tutelares no PI Xapecó: a exploração dos recursos naturais, por meio da expressão constantemente recorrente “potencialidades econômicas”.

Na conjuntura macro-estrutural do indigenismo brasileiro, os agentes da proteção tutelar responsáveis pelo Posto são atores coadjuvantes do processo, muitas vezes esquecidos ou preteridos nos sertões da interlândia brasileira. Nas unidades locais do órgão, estes agentes foram atores principais e atuantes, centralizadores dos micropoderes, intervenientes nas articulações entre os índios e a sociedade envolvente e, por fim, definidores dos rumos do indigenismo nas TIs. Não se pode subestimar o poder exercido por estes agentes indigenistas. Com suas ações pontuais e iniciativas pessoais, implantaram a lógica econômica regional na TI Xapecó e impuseram a noção de “trabalho”, conforme foi evidenciado nas narrativas indígenas e na análise da atuação de certas gestões locais. Em vista disso, tais agentes forjaram hierarquias assimétricas de poder no Posto,⁹²² onde a centralidade das decisões circulava entorno dos próprios agentes.

Os chefes de Posto criaram a Polícia Indígena composta por diversos “cargos” de atuação, como major, capitão, cabo, entre outros. Não havia a função de “cacique” e sim de maior autoridade desta milícia, o “major” e/ou “capitão”, devidamente escolhido e empoderado pelo agente do SPI/FUNAI, o que deixa claro que a autonomia política indígena foi limitada por décadas, rompendo-se dessas amarras no final

⁹²² Essas hierarquias assimétricas de poder são acusadas pelo sociólogo Roberto Cardoso de Oliveira como “relações de tipo patrão-empregado”. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil Indígena*. São Paulo: Ed.USP, 1972. p.137.

dos anos 1970 e definitivamente na década de 1980 na TI Xaçecó. Esse sistema interno de disciplina, de punição foi fundado pelos chefes de Posto e representa mais uma faceta dos micro-poderes da proteção tutelar.

Os agentes encarregados além de criar milícias de controle social ainda instituíram dispositivos disciplinares e punitivos de cunho penal, como a cadeia e o “suplício no tronco”. Tais práticas de punição emergiram nas memórias e lembranças dos Kaingang, exemplificando casos e descrevendo o grau de violência. Contudo, estas práticas somente foram mencionadas no conjunto documental do Relatório Figueiredo de 1968. Em nenhum outro documento da 7ª IR ou do PI Xaçecó aparece referência as instâncias punitivas desta ordem. Os testemunhos e depoimentos do Relatório Figueiredo bem como as narrativas Kaingang expõem o “suplício no tronco” em minúcias, ressaltando a tortura e a violência que era executada pela milícia policial indígena a partir das ordens dos chefes de Posto. O Relatório Figueiredo ainda acusa que em outras TIs Kaingang havia a prática punitiva disciplinar da “cela de táboas”, uma espécie da caixa de madeira, totalmente fechada, onde o indígena ficava horas e dias em pé, sem poder se mexer, essa caixa foi referida pelos Kaingang como “boi preto”. As práticas de violência imputados pela proteção tutelar se apresentam como violência física, punitiva e penal, como também “violência simbólica”, à medida que serviam para o controle social da comunidade.⁹²³

O envolvimento de alguns chefes de Posto da TI Xaçecó com a exploração de madeira também foi uma das questões emergidas no Relatório Figueiredo. Os narradores Kaingang não souberam comentar sobre estes fatos, talvez porque desconhecessem as sinuosidades destas situações ou ainda porque não se sentiram à vontade para confidenciar. De todo o modo, o Relatório Figueiredo e os narradores não indígenas comentaram sobre os casos de conivência no “corte paralelo de pinheiros” referentes aos editais públicos que previam certo volume de retirada de “pinheiros desvitalizados”, mas que na prática ultrapassavam o que foi licitado. O Relatório Figueiredo revelou a “história do Aero-Willys”, um regalo que teria sido dado a um agente encarregado do

⁹²³ Existem várias formas de violência, contudo, a “violência simbólica” apresenta-se expressa nas relações de poder e dominação social presentes em instituições e discursos normativos. CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos em educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Posto como “prêmio na negociata” por madeireiras regionais na convivência da extração excessiva de pinheiros.

O PI Xaçepó teve mais de uma dezena de chefes, sendo que a grande maioria não chegou sequer a permanecer um ano na gestão por conta dos problemas e pressões de diversas ordens enfrentadas. De fato, os documentos ressaltam a grande mobilidade que havia entre os agentes indigenistas do SPI. Quando um agente não conseguia implantar os pressupostos do indigenismo brasileiro e ser bem sucedido na gestão do Posto, a IR ou instâncias superiores, transferiam este agente de uma unidade local para outra, de preferência, chegavam a deslocar o agente de uma IR à outra, eliminando os problemas decorrentes da gestão e sem qualquer avaliação da atuação do agente.

No caso do PI Xaçepó, os agentes que maior tempo permaneceram à frente do Posto foram Nereu Moreira da Costa e João Franklin Mäder. Nereu, correligionário do PTB, gerenciou o Posto por 15 anos, saindo da terra quando os militares tomaram o poder em 1964, enquanto isso, o coronel aposentado do exército Mäder assumiu o Posto num momento de crise em 1968 e permaneceu por 11 anos. Ambos foram rememorados pelos narradores Kaingang de forma positiva, esclareceram que os agentes se preocupavam com o “trabalho” e impunham a disciplina, por outro lado, os narradores endossaram a postura rígida dos chefes e afirmaram que naquele tempo não havia brigas e nem roubos. A postura disciplinar dos agentes foi compreendida como positiva pelos narradores indígenas, o agente Mäder foi inclusive descrito como um homem que andava com a arma na cintura.

Mas o que possivelmente manteve estes agentes por mais tempo na gestão do Posto, tendo conseguido controlar as pressões diversas, internas e externas, indígenas e não indígenas, foi a habilidade de gestão administrativo-financeira, suas atuações disciplinares e de cunho assistencialista, bem como as articulações hierárquicas de poder, controlando as manifestações políticas Kaingang e as insatisfações dos madeireiros e arrendatários regionais. Estes agentes conseguiram exercer autonomia por longo tempo sobre as lideranças indígenas e quando necessário, cooptavam as dissidências políticas Kaingang. Na realidade, eram estes chefes que escolhiam quem seriam as lideranças indígenas na TI Xaçepó. Dona Lurdes e seu Antonio chegaram a comentar que eles “mandavam mais que os índios”. Contudo, o chefe de Posto Mäder em seus últimos anos de gestão não conseguiu alimentar este sistema hierárquico de poder e nem sufocar a emergência do

movimento indígena, assim, acabou destituído e expulso do Posto em 1979.

A implantação da uma serraria no PI Xaçecó foi uma tentativa constante nas práticas tutelares dos agentes. Desde o final de década de 1940 já havia o desejo de instalar essa serraria nas terras do “Chapecózinho”. De forma concreta, os documentos informam que a serraria foi instalada no ano de 1961, contudo, seu funcionamento oscilou muito. Sabe-se que a serraria atuou muitas vezes de forma precária e descontínua até o ano de 1988 quando a Polícia Federal embargou a atividade em face ao esforço das lideranças para o término da serraria, bem como num contexto de esgotamento do pinhalão e pouco rentabilidade do projeto serraria.

Todavia, a exploração das florestas e da madeira não dependeu somente da ação da serraria, pelo contrário, o processo fugaz que definiu o desflorestamento da TI é proveniente das articulações para a concessão de editais de extração, venda e comercialização de pinheiros e de outras madeiras de lei. Adentraram inúmeras madeireiras e serrarias de não índios na TI para devida promoção da atividade com a anuência e conviência do órgão indigenista. Tais editais de aproveitamento de pinheiros “desvitalizados” iniciaram ainda na década de 1950, mas o fluxo acelerado ocorreu nos anos 1960, culminando com diversas acusações na venda ilícita, irregularidades, má gestão, corrupção passiva e ativa de agentes do Posto.

Na conjuntura investigativa sobre as práticas irregulares do SPI, o Relatório Figueiredo de 1968 evidenciou que a exploração da madeira constitui uma fórmula resolutiva à promoção da renda indígena, vindo o relatório a acusar a gestão de Modesto Donatini Dias da Cruz (1947 – 1951), na condição de diretor do SPI e, de Lourival da Mota Cabral (1951 – 1954), inspetor da IR7, por envolverem-se em irregularidades na concorrência, comercialização e derrubada de pinheiros nos Postos do sul do Brasil. De forma tácita, era prática do órgão indigenista nos anos 1940 a arrecadação de “rendas” nos Postos, caminho sem volta para a história dos índios e para a trajetória do indigenismo brasileiro.

A FUNAI conseguiu dissipar as acusações a nível nacional à medida que burocratizou o órgão num movimento de cima para baixo, assim, a gestão local do patrimônio indígena passou a ser supervisionada pelo DPI e DGPI a partir do início da década de 1970, e posteriormente, com o auxílio e a implantação do PRODEC e seus projetos de desenvolvimento comunitário no PI Xaçecó. Esse modelo de atividade por meio do PRODEC foi disseminado em muitos Postos Indígenas no

sul do Brasil, e da mesma forma como no Xaçecó, foi responsável pelo desmatamento das florestas que ainda existiam nas TIs meridionais.

No PI Xaçecó foi recorrente a justificativa de que havia muitos pinheiros desvitalizados, queimados e que os mesmos iriam estragar nas intempéries do tempo enquanto poderiam ser serrados e comercializados, gerando renda ao Posto ou servindo à comunidade. Sabe-se que o pinheiro Araucária é susceptível ao fogo se comparado com outras espécies arbóreas, apresentando fragilidade às queimadas. Inicialmente chegou-se a considerar a hipótese de que as queimadas seriam em grande parte intencionais como subterfúgio para a liberação de pinheiros para a serragem: a piromania. Contudo, os narradores Kaingang explicaram que era comum o estabelecimento de roçados a partir dos aceiros, mas devidamente controlados, enquanto que os documentos informaram muitas vezes que tais incêndios se propagavam das terras arrendadas a terceiros não índios para as outras áreas internas da TI, atingindo as florestas de pinhais e comprometendo o pinhalão, ou seja, o descontrole sobre as queimadas na maioria das vezes partia do manejo inadequado executado pelos não índios.

De forma geral no que concerne ao indigenismo brasileiro, o sociólogo Roberto Cardoso de Oliveira afirma que os encarregados nos Postos Indígenas instalaram um sistema de “patronato”, organizado a partir da base agrícola, extrativa e pastoril. Contudo, a atuação da proteção tutelar no PI Xaçecó se processou por quatro caminhos quanto à gestão e exploração das potencialidades naturais e econômicas do patrimônio indígena: a) sistema de arrendamento de terras e capoeiras a terceiros, sistema meeiro ou sistema de parceria, sendo essa prática de arrendamento responsável pela intrusão das terras; b) sistema agrícola, com o estímulo ao desenvolvimento de lavouras do Posto, roças coletivas e individuais, com a introdução inclusive de espécies exóticas como o trigo, o soja e o arroz; c) sistema pecuário, contou com a criação de currais e a introdução sobretudo da ovinocultura, da bovinocultura e da suinocultura; e, d) sistema de exploração dos recursos florestais, como erva-mate e principalmente extração de pinheiro Araucária e outras madeiras de lei. Quanto ao quarto pilar da atuação indigenista, referente ao extrativismo, pode-se dizer que não havia tantos ervais na TI que propiciassem um mercado econômico no horizonte e um futuro promissor de rentabilidade para a exploração de tal atividade. Por outro lado, a indústria da madeira estava em franco processo de exploração e esgotamento no contexto regional, neste sentido, a TI Xaçecó

apresentava um lugar com densas florestas se comparado ao impetuoso desmatamento regional.

Estes quatro caminhos são os pilares da atuação do indigenismo brasileiro por meio da proteção tutelar no sul do país e devem ser compreendidos de forma articulada em virtude da constante interação destes setores produtivos, uma vez que existem ciclos regionais de produção e de trabalho nos Postos, assim, conforme evidenciaram os documentos e as narrativas, o arrendamento, o sistema agrícola, o sistema pecuário e o sistema de exploração dos recursos florestais propiciavam desde a derrubada das florestas, o conseqüente lavradio das terras, a contratação da mão de obra dos índios para a execução destes serviços, a intrusão e o estreito contato com não índios, enfim, em termos econômicos, pode-se dizer que havia uma cadeia produtiva dentro da própria terra indígena, devidamente moderada e na maioria das vezes controlada pelo agente de Posto e pela 7ª IR ou 4ª DR.

As práticas indigenistas contribuíram para selar o destino dos Postos uma vez que a proteção tutelar conseguiu impactar o modo de vida e o *habitus* social Kaingang. As narrativas de história e memória evidenciam além de silêncios para muitas perguntas não respondidas, tais como: “Para onde ia a madeira extraída da terra?”, “Onde foi empregado o dinheiro da renda indígena referente a exploração madeireira?”, como também podem ser inferidos indicativos de certas rupturas na transmissão geracional da tradição do povo. Foram elencados alguns elementos principais da tradição como “mato virgem”, “pinhalão”, “remédios do mato”, comida “forte” e “língua”, entre outros. Certo indicativo de ruptura na tradição se expressa na separação de dois tempos: a) tempo dos “antigos” ou de “antigamente” – alicerçado no passado e, b) tempo de “agora” ou o “hoje” – alicerçado no presente. Essa ruptura diz respeito ao tempo – passado e presente –, como também ao espaço – “mato virgem” e “pinhalão” –, por fim, impõe dificuldades na continuidade da tradição Kaingang. Porém, tais impactos e rupturas devem ser considerados como novas formas de ressignificação tanto da tradição quando do modo de vida e *habitus* social, uma vez que algumas narrativas Kaingang apresentaram engajamento para oxigenar a tradição.

A documentação analisada nesta tese, referente ao indigenismo brasileiro e suas instâncias, acusa em alguns momentos que no PI

Xaçecó havia mais “mestiços” que propriamente Kaingang.⁹²⁴ Invisibilizados, envolvidos pelo contato e pelas diretrizes nacionais das políticas indigenistas (desenvolvimentismo e disputas territoriais), aos Kaingang se negou muitas vezes a alteridade ameríndia assim como ocorreu também para os índios do nordeste noutro contexto histórico. A presença indígena no sul do Brasil foi subestimada de forma conveniente. A denominação designada pelos não índios aos índios de caboclos, bugres, mestiços e/ou “índios não puros” como falácia da diminuta existência de povos indígenas no Brasil corroborou e corrobora para justificar as escusas grilagem e posse de suas terras, bem como para embasar um indigenismo que deixa de tratar os índios em suas especificidades em vista das práticas intensivas de desenvolvimentismo nas suas terras e da integração à sociedade nacional.

Por outro lado, alguns narradores também utilizaram a expressão “índio puro”, inclusive explicando que se refere ao índio que fala a língua e mantém elementos que consideram da tradição Kaingang, contrapondo-se àqueles que tem familiares “brancos”. A emergência da distinção entre aqueles que são “índios puros” dos que não são marcou majoritariamente as memórias e narrativas orais Kaingang. Essa expressão apresenta elementos identitários, serve para a distinção interna na comunidade, está intimamente relacionada com os contatos com os “brancos” e as influências do mundo não indígena e com as práticas tutelares impostas dentro da TI. Muitos Kaingang constituíram vínculos familiares e de parentesco com não índios e essas relações emergiam nos conflitos internos. Ouviu-se muitas vezes os narradores dizerem, “fulano” não é índio puro, para justificar a atuação daquela pessoa em determinado momento.

A manchete jornalística “Na história do índio o pinheiro é o astro”, publicada no Jornal Diário de Notícias de Porto Alegre em 25/10/1968, expressa claramente o papel central que o pinheiro exerceu nos Postos Indígenas. As narrativas tanto de cunho etnográfico quanto orais acusam que o pinheiro constitui elemento da paisagem fundamental para o modo de vida e *habitus* social e, conseqüente, para a tradição Kaingang. Todavia, as práticas tutelares que atendiam os Kaingang no Posto acabaram direcionadas prioritariamente à gestão do patrimônio, ou, à exploração visceral das florestas de pinhalão, se distanciando dos preceitos tutelares inaugurados por Rondon. Essa

⁹²⁴ RELATÓRIO, Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, elaborado por Ney Land, de 05 de junho de 1964, Microfilme 322. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

ruptura no modo de vida e *habitus* social decorrente da atuação das práticas tutelares delineou-se claramente com o advento da FUNAI, que inverteu os objetivos tutelares e deixou de cumprir sua função, que consistia em assistir aos índios, para gerenciar os Postos e o patrimônio indígena. O discurso demagogo da auto-subsistência, da autonomia, do envolvimento do índio com a (auto)gestão do seu patrimônio se reforçou e justificou os esforços dos agentes na progressiva exploração das potencialidades econômicas.

Certas rupturas na tradição Kaingang foram apontadas pelos narradores e narradoras. Os impactos da transformação da paisagem no modo de vida e *habitus* social são perceptíveis à medida que não existe mais o “pinhalão” e o “mato virgem” como outrora para o fornecimento dos “remédios do mato” e da “comida forte”, ou seja, alguns aspectos fundamentais da tradição Kaingang foram comprometidos. Por outro lado, existem continuidades. Alguns narradores afirmam que ainda hoje se busca encontrar nas pequenas florestas que restaram na TI certos animais, remédios e plantas ainda existentes. A despeito da língua Kaingang não ser mais recorrente entre os jovens, envida-se esforços para a sua difusão. Os narradores reforçam a importância de falar o Kaingang e os professores acusam o engajamento na escola para a afirmação identitária da língua materna. Ao longo das narrativas orais ficou evidente que a indigeneidade da paisagem se manifesta em certos saberes, conhecimentos e práticas, como no que se refere as categorias nativas relacionadas aos “remédios do mato”, crenças e ritos do *Kujã*, “mato virgem”, alimento forte e fraco, assim, apresenta instâncias de continuidade, bem como performance e ressignificação no modo de vida e *habitus* social atuais. Os vínculos tradicionais com os elementos da paisagem são imemoriais e transcendem o passado ou o tempo dos “antigos”, apresentaram-se desde as narrativas de contato, conquista, missão, exploração, etnografia e etnologia como também nas narrativas dos entrevistados indígenas.

As narrativas conseguiram apontar algumas consideráveis rupturas, impactos e/ou continuidades quando comparavam o passado com o presente. Os narradores descreveram as mudanças na paisagem assim como o fato do “índio tá mudado”, como disse seu Albérico Paliano. Seu Miguel Alípio qualificou o tempo presente como uma “vivência de sacrifício” porquanto hoje “diferençou o negócio”, contudo, ao mesmo tempo em que os narradores eram críticos na comparação temporal e na descrição das mudanças na tradição

Kaingang, indicavam ações pessoais e familiares que procuravam reafirmar a identidade e ressignificar elementos da tradição.

A condição de mobilidade à de *situs* representa umas das principais rupturas no modo de vida e *habitus* social Kaingang. A narradora com quase cem anos de idade entrevistada ressaltou que o índio Kaingang “era dono da terra”, era “liberto” e nos tempos passados ela e sua família costumavam voltar as terras do Chapecozinho. Dona Emiliana de forma lúcida avaliou que mora apertada e não pode se mudar, assim criticou a forma de vida atual dos Kaingang e sua territorialização: “Eu tenho que comprar e daí eu não posso, e a terra é nossa! Diz que é nossa! Diz que é nossa! Mas mais quem manda é o branco! O branco vem e planta tudo por aí! E a gente fica oh...” A narradora expressa a ruptura, evidencia a insatisfação em relação as atuais formas de espacialização Kaingang e questiona vividamente se de fato a terra é dos Kaingang. Neste ponto, Dona Emiliana analisa a influência dos não índios na territorialização, acusa que as terras dos índios servem aos brancos quando deveriam estar à disposição dos índios.

A reterritorialização e o cerceamento da espacialização para lugares devidamente delimitados e fixos no sul do Brasil ocorreu compulsoriamente para muitos grupos Kaingang. No caso da TI Xapecó, o decreto de 1902 garantia naquele momento, ressalvo o direito de terceiros que possibilitou o esbulho, um território de aproximadamente 50 mil ha. Contudo, a expropriação de suas terras permitiu a permanência de apenas pouco mais de 15 mil ha, assim, os Kaingang conseguiram manter a posse de apenas 30 % da área original de 1902. No passado, o espaço era vivenciado para além do território alcançando as instâncias da territorialidade, no presente, o território da TI Xapecó está reduzido e limitado, a condição de reserva rompeu a mobilidade e desarticulou aquele modo de vida e *habitus* social, por outro lado, emergiu e emerge outras formas de territorialidade e mobilidade no espaço. Esta limitação do espaço atual compromete o ordenamento territorial da TI Xapecó para o futuro, uma vez que a comunidade continua a crescer demograficamente enquanto os limites da terra se mantêm os mesmos.

As práticas e as relações sociais e simbólicas com o ambiente, em virtude da reterritorialização e do cerceamento da espacialização, tiveram que ser readaptadas e ressignificadas. Houve transformações expressivas na organização ecológica e social em decorrência dos novos modos de vida e *habitus*. Boa parte dos narradores afirma ter nome em

Kaingang, nomenclatura que eles dizem ser “nome do mato”. Quando questionados sobre o que significava aquele nome comumente respondiam ser de um animal, pássaro, planta ou árvore que tem no mato. Alguns informaram não conhecer o animal ou a planta que seu nome faz referência, mas sempre consideraram a nomenclatura na língua como um dos elementos da tradição Kaingang, e foi neste sentido de afirmação da identidade e da tradição que dona Lurdes acusa que sua filha pequena tem nome em Kaingang, chama-se *Re fej*, que significa flor do ipê.

Os saberes e conhecimentos tradicionais desenvolvidos a partir da relação com o ambiente, com o Bioma Mata Atlântica e com a Floresta Ombrófila Mista, foram constituídos e continuamente significados ao longo dos séculos por meio da transmissão geracional. Contudo a transformação da paisagem na TI Xapecó na segunda metade do século XX foi veloz e vertiginosa. As consequências desta transformação para a sociedade Kaingang da bacia do Chapecó-Chapecozinho ainda não estão claras. Percebeu-se que o estilo e o modo de vida mudaram, contudo, mensurar com maior propriedade os impactos no *habitus* social necessitaria de mais subsídios. Muitos narradores comentaram “quase” não existir mais os *kujã*. Quando questionados sobre a festa (ritual) dos mortos chamada *Kiki*, muitos afirmaram que não ocorre mais em virtude dos velhos sábios rezadores já terem quase todos falecidos.

O fio condutor que dividia todas as instâncias da vida e da sociedade Kaingang em duas metades, o chamado dualismo Kaingang, representado pelas metades *Kamé* e *Kanhru*, identificado por Borba, Nimuendajú e outros, não se apresenta da mesma forma nas relações ecológicas com a natureza ou o ambiente na contemporaneidade. Por outro lado, a maioria dos narradores ainda estabelece certas relações com o “mato virgem”. Apesar de timidamente os narradores mencionarem a existência do mundo sobrenatural, como o fez dona Lurdes, seu Antonio e seu Claudemir, o mundo natural representado exponencialmente pelo “mato virgem” mantém-se presente no imaginário Kaingang como um forte elemento da tradição. Do imaginário, o “mato virgem” continua a ser alcançado pelas práticas cotidianas no que concerne a alimentação e os remédios e, mais discretamente, como referência de local dos espíritos.

A análise da perspectiva multi-temporal da cobertura florestal da TI Xapecó evidencia que em 1975, na gestão de Mäder, a TI contava com 40,93 % de cobertura florestal, sendo que este percentual chegou a 36,22 % em 2008, o que permite acusar que ao longo de quatro décadas

a variação não foi grande e que o volume das florestas diminuiu apenas - 4,71 %. Essa análise multi-temporal não parece acordar com as conclusões alcançadas na análise dos documentos que indicaram pulsante desmatamento da Floresta de Araucária. Considera-se assim, algumas questões que justificam estes percentuais. Primeiramente, não foi possível classificar estes percentuais em virtude das limitações na disponibilidade e resolução espacial das imagens de satélite para discernir o que representa Floresta Ombrófila Mista daquilo que é Floresta Estacional Semidecidual. Ainda, o Mapa 13 evidencia que a cobertura florestal da TI encontra-se em grande parte constituída nas aldeias próximas a confluência do rio Chapecozinho com o rio Chapecó, indicativo de que a mata “branca” se manteve constituída enquanto as regiões nativas de Floresta de Araucária apresentavam reduzidas manchas verdes.

O Relatório de Inspeção de 1967⁹²⁵ mostra um recenseamento do uso do solo para aquele ano, ou seja, oito anos antes da primeira imagem de satélite ser analisada este documento manifesta que as “áreas devastadas, cobertas de samambaia e capins nativos” alcançavam um percentual de 40,78 % enquanto que a “área de pinhal devastado” chegou a 15,77 %. Portanto, ao somar a porcentagem de “pinhal devastado” com “áreas devastadas, cobertas de samambaia e capins nativos”, chega-se a um total de 56,55% de desflorestamento. Por outro lado, o Relatório acusa que a cobertura vegetal ainda existente seria a “área virgem de mato branco e madeira de lei”, referente a Floresta Estacional Semidecidual (mata “branca”), com 24,75 %. Enquanto que as imagens de satélite acusam valores totais aproximados em 1975 de 41 %, o Relatório do órgão indigenista acusa uma cobertura de quase 25% para 1967. Mas há um ponto de encontro nestes dois dados, ambos evidenciam que a Floresta Estacional Semidecidual foi menos impactada e desmatada.

Neste sentido, é possível inferir que os 41 % de cobertura florestal para o ano de 1975 estejam sendo superestimados, uma vez que o Relatório do órgão indigenista apresenta maiores detalhes. Como a imagem de satélite de 1975 tem baixa resolução espacial com 80 metros e as imagens de 1985 e de 1995 contam com 30 metros, é razoável considerar que a precisão espacial destes percentuais esteja sendo superestimada, visto que no momento da leitura e classificação das

⁹²⁵ RELATÓRIO, Inspeção n. 1/1967. Processo 2221/1997, 1º volume, Fl. 100 – 104. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

imagens a tonalidade escura muitas vezes se confundiu com a própria sombra nas áreas mais íngremes, causando a sensação de que a mata é mais extensa. Isso indica que a classificação da cobertura florestal está sendo superestimada e que os índices percentuais para a cobertura florestal seriam inferiores.

Por outro lado, acredita-se que o montante de 24,75 % de “mata não desmatada” na TI esteja próximo da realidade se articulada com a classificação da imagem de 2008. A imagem de 2008 apesar de não ser colorida dificultando a classificação qualitativa da imagem para discernir os tipos de florestas (mata “branca” e mata “preta”), apresenta uma boa resolução espacial com 2,5 metros, o que permite quantificar que os 36 % de cobertura florestal correspondem mais fidedignamente ao que de fato existe para aquele ano na TI. Os futuros estudos poderão acompanhar e estimar, a partir deste levantamento para 2008, os índices de regeneração florestal ou desmatamento na TI Xaçepó. Esse cenário complexo faz com que se chegue a uma consideração importante, se o embargo da serraria no Xaçepó ocorreu definitivamente em 1988, sem a continuidade de qualquer tipo de extração florestal posterior, o que foi afirmado por vários narradores Kaingang que sempre diziam não ser mais permitido extrair o pinheiro na terra, a mata desde então deve ter se reconstituído nas duas décadas seguintes (1988 – 2008). Dessa forma, estes 36 % já estariam acusando regeneração florestal, o que permite dizer que, em 1988 não havia este percentual de cobertura florestal e os valores percentuais nas imagens de 1975 (40,93%), 1985 (44,56%) e 1995 (41%) estão acima do que de fato havia de florestas na TI.

A atuação da proteção tutelar na exploração das potencialidades e consequente gestão do patrimônio indígena (terra e florestas: recursos naturais) por meio da exploração madeireira na TI Xaçepó foi intensa e violenta, conseguindo em três décadas, de 1960 até 1980, agenciar quase a extinção das Araucárias e, só não o fez, porque três fatores foram decisivos para impor o fim da atividade madeireira: a) atuação da comunidade e lideranças indígenas que desde o final dos anos 1970 questionavam as práticas do órgão indigenista; por outro lado, mesmo o protagonismo Kaingang tendo rompido o poder dos chefes de Posto, algumas lideranças indígenas mantiveram as mesmas práticas de exploração que somente foram interrompidas com o embate político interno; b) crise do sistema político-econômico impondo o fim da ditadura militar em 1985, a emergência de novas discussões sobre o indigenismo e a consolidação dos direitos indígenas na CFB de 1988; c) indícios de exaustão dos recursos florestais, sendo que os poucos

conjuntos de pinheiros que ainda restavam eram “observados” pela comunidade, enquanto isso, a extração da Floresta Estacional Semidecidual apresentava-se mais custosa por conta de estar distante da Aldeia Sede do Posto na TI e da serraria.

Convém considerar que as denúncias, as CPIs, o Relatório Figueiredo e o fim do indigenismo do SPI promoveram dois movimentos distintos. Primeiro, provocaram a burocratização e certa tentativa de celeridade na gestão do patrimônio indígena por intermédio da FUNAI. Contudo, a FUNAI e o governo dos militares em vez de procurar garantir a existência das florestas, considerando que o Código Florestal foi criado em 1965 e o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1967, acabaram acirrando a exploração racionalizada das florestas existentes nas terras indígenas do sul do Brasil. Segundo, este cenário de denunciamento possivelmente serviu como alerta e estímulo a futura emergência do protagonismo Kaingang e do movimento indígena na década de 1970, pois as ações da proteção tutelar cada vez mais se distanciavam dos pressupostos de fraternidade de Rondon.

Os documentos e as narrativas permitem dizer que o desmatamento se tornou intenso e agudo na TI a partir da década de 1960 e nos anos 1970 e, neste contexto, a atuação da serraria do PI Xapecó foi singular, mas não fator definitivo, uma vez que o setor mais beneficiado com a exploração da cobertura florestal da TI foi o madeireiro regional. Apesar dos narradores Kaingang apresentarem em alguns momentos insatisfação quanto ao desmatamento e o fim do pinhalão, este fator não parece ser o princípio gerador das transformações da paisagem. Na realidade, a transformação da paisagem somente ocorreu a partir da atuação de atores sociais. Assim, o fator interveniente para as mudanças no modo de vida e *habitus* social como também na própria tradição Kaingang foi paulatinamente a pressão e inserção de não índios na terra e a imposição das práticas da proteção tutelar.

Ao perscrutar alguns elementos das relações dos Kaingang com o ambiente (tempo/espço) a partir do século XVIII e XIX, com ênfase no século XX, percebe-se que a proteção tutelar com ares de fraternidade relegou compulsoriamente aos índios do “Chapecózinho” um novo estilo de vida, a emergência de necessidades completamente distintas das anteriores, outras performances no contexto do novo modo de vida, bem como novas instâncias no *habitus* social. As narrativas orais esclarecem que a vida na TI está diferente e os Kaingang experimentam,

nas palavras de seu Miguel Alípio, uma “vivência de sacrifício”, mas os mesmos Kaingang não qualificam os tempos atuais como ruins, em nenhum momento isso emerge nas narrativas. Ao comparar os “tempos dos antigos” e os “tempos de hoje” ressignificam suas próprias existências, por sinal, quando visionam o futuro reafirmam sua identidade ameríndia, quando perguntava “comente sobre como era a TI Xapecó no passado”, lembravam nostalgicamente, assim como seu Cesário Pacífico, do “mato virgem” e do “pinhalão”: “Era um pinhalão!” Mato, “mato virgem”. Tais categorias nativas são balizadoras dos dois tempos. A historicidade Kaingang teve a interveniência da ação tutelar, mas tais práticas não representam na avaliação dos narradores o eixo norteador das transformações, por certo, o elemento que ordena as experiências vividas consiste numa das mais importantes categorias nativas evidenciadas: o “mato”.

FONTES ORAIS

ALÍPIO, Miguel. 79 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann. 31 de agosto de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

BELINO, Ernesto. 79 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, com a presença do professor Getúlio Narciso e do seu Noé Rodrigues, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição Carina S. de Almeida. 14 de junho de 2011. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

CAMPOS, Maria Librantina. 56 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição Carina S. de Almeida. 03 de maio de 2011. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

HECK, Egon Dionísio. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, Florianópolis, SC. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Alexandre L. Rauber. 22 de setembro de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

KRESÓ, Pedro Alves de Assis. 48 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Alexandre L. Rauber. 25 de maio de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

NARSIZO, Getúlio. 32 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, Florianópolis, SC. Transcrição Carina S. de Almeida. 26 de novembro de 2011. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

PACÍFICO, Cesário. 58 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição Carina S. de Almeida. 15 de junho de 2011. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

PACÍFICO, Cesário. 60 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Carina S. de Almeida. 26 de julho de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

PALIANO, Albérico. 61 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição Carina S. de Almeida. 30 de agosto de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

PINHEIRO, Claudemir. 40 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, Florianópolis, SC. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Alexandre L. Rauber. 27 de outubro de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

PINHEIRO, Emiliana. 94 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Paiol de Barro, TI Xaçecó. Transcrição Carina S. de Almeida. 10 de maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

RODRIGUES, Noé. 89 anos. *Entrevista concedida a Sandor F. Bringmann, Carina S. de Almeida e Luana M. da Silva*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição Sandor F. Bringmann. 09 de maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

SANTOS, Marins Veloso dos. 90 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, com a intermediação e presença do seu filho professor Gilmar Mendes dos Santos, Aldeia Olaria, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Alexandre L. Rauber. 25 de junho de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

SILVA, Antônio Gonçalves da. 70 anos; SILVA, Lurdes Gonçalves da. 41 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Carina S. de Almeida. 22 de novembro de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

SILVA, Jurema. 59 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Olaria, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Alexandre L. Rauber. 20 de novembro de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

SILVA, Lurdes Gonçalves da. 41 anos; SILVA, Antônio Gonçalves da. 70 anos; *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida e Sandor F. Bringmann*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Carina S. de Almeida. 22 de novembro de 2013. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

WOICIECK, Lourenço. 62 anos. *Entrevista concedida a Carina S. de Almeida*, Aldeia Sede, TI Xaçecó. Transcrição realizada no ELAN (versão 4.7.1) por Carina S. de Almeida. 16 de maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná Provincial: 1853 – 1870. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/catalogo_indigena_L.pdf. Acesso em: 12 mai 2011.

ATA, Fragmento da Reunião entre as lideranças do PI Xapecó e o chefe do Posto, 14 de julho de 1984. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

ATA, João de Andrade à IR7, 23 de setembro de 1963. Microfilme 067. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

BALANCETE FINANCEIRO, Programas e Projetos da 4ª Delegacia Regional, referente ao período de abril e maio, 1974. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

BOLETIM INTERNO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO. Ministério da Agricultura. Boletim n.10, 30 set. 1942. Acervo bibliográfico e documental do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

BOLETIM INTERNO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO. Ministério da Agricultura. Boletim n.30, 31 mai. 1944. Acervo bibliográfico e documental do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Título VIII, Da Ordem Social, capítulo VIII, Dos Índios. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 22 ago 2011.

BRASIL, Decreto Legislativo n. 6, de 1935, de 16 de julho de 1934. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm
Acesso em: 10 jul 2014.

BRASIL, Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm. Acesso em: 10 jun 2014.

BRASIL, Decreto n. 5.484, de 27 de Junho de 1928. Regula a situação dos índios nascidos no território nacional. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html> Acesso em: 10 jul 2014.

BRASIL, Decreto n. 52.668, de 11 de outubro de 1963. Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm Acesso em: 10 jul 2014.

BRASIL, Decreto n. 68.377, de 19 de Março de 1971. Da nova redação aos Estatutos da Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68377-19-marco-1971-410377-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jan 2013.

BRASIL, Decreto n. 76.999, de 8 de Janeiro de 1976. Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76999-8-janeiro-1976-425608-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 Jun 2014.

BRASIL, Decreto n.10.652, de 16 de Outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul 2014.

BRASIL, Decreto-Lei n. 1.736, de 03/11/1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1736-3-novembro-1939-411705-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 jul 2014.

BRASIL, Decreto-Lei n. 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=3354>. Acesso em: 10 jul 2014. Art. 1º.

BRASIL, Decreto-Lei n. 3.124, de 19 de março de 1941. Cria o Instituto Nacional do Pinho/INP. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3124.htm. Acesso em: 10 jul 2014.

BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Projeto de Resolução n. 172, de 1978, Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI das Reservas Indígenas. Seção 1, Ano XXXIII, Suplemento ao n.72, 17 de junho de 1978, Capital Federal, Câmara dos Deputados. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD17JUN1978SUP.pdf#page%3D1>. Acesso em: 03 dez 2013.

BRASIL, Lei n. 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5371-5-dezembro-1967-359060-retificacao-32030-pl.html>. Acesso em: 10 jan 2013.

BRASIL, Lei n. 6.001, 10 de dezembro de 1973. Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 10 dez 2013.

BRASIL, Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: out 2013.

BRASIL, Relatório Figueiredo de 1968. 30 volumes. Ministério do Interior/MINTER. Coletado, organizado e disponibilizado pelo pesquisador Marcelo Zelic do grupo “Tortura Nunca Mais” de São Paulo, que coordena o Armazém Memória.

BRASIL, Resolução n. 1 de 1963, Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI responsável pelas conclusões aprovadas pelo Projeto de Resolução n. 65, Diário do Congresso Nacional (Seção I), Ano XIX – n. 174, quarta-feira, 23 de setembro de 1964.

BRASIL, Resolução n. 142 de 1965, Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI. Conclusões publicadas pelo Diário do Congresso Nacional (Seção I), Ano XX – n. 97, quarta-feira, 14 de julho de 1965.

BRASIL, Resolução n. 65, Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), Diário do Congresso Nacional (Seção I), Ano XIX – n. 174, quarta-feira, 23 de setembro de 1964.

CARTA do auxiliar de ensino ao chefe da IR7, 29 de outubro de 1947. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

CARTA, Agente encarregado do Posto Indígena Xapecó ao chefe da IR7 do SPI, 15 de agosto de 1946. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

CARTA, Prezado amigo Nenê, assinado por Francisco Siqueira Fortes, encarregado do Posto Indígena Xapecó ao funcionário da IR7, Deocleciano de Souza, 11 de março de 1948. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

CIRCULAR n.19, Instruções sobre alimento e roupa, do diretor Cel. Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, 13 de janeiro de

1941. Microfilme 390, Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

DECLARAÇÃO, José Gabriel, 14 de julho de 1984. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

DECRETO, n. 7.760, de 14 de julho de 1880. Concede permissão a Diogo Duarte Silva da Luz e José Francisco Thomaz do Nascimento para explorarem carvão de pedra e outros minerais na Província de Santa Catharina. Palácio do Rio de Janeiro, 14 de Julho de 1880. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=60065&norma=75931>. Acesso em: 01 set. 2012.

DECRETO, n. 8.072, de 20 de Junho de 1910. Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Documento Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.

DECRETO, n. 9.214, 15 de dezembro de 1911. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=53816>. Acesso em: 03 jul 2012.

DECRETO, n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911, Rio de Janeiro, 1926. Documento 4019, Microfilme 1 A, Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

DECRETO, n. 9.261, de 16 de agosto de 1884. Concede permissão a José Francisco Thomaz do Nascimento para explorar minerais na Província do Paraná. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=59183&norma=75040>. Acesso em: 01 set. 2012.

DOCUMENTO, 30 de setembro de 1948. Planilha 703, Microfilme 064. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

DOCUMENTO, A questão das terras dos índios do Chapecó, 31 de dezembro de 1923. Planilha 702, Microfilme 064, Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

DOCUMENTO, Apelo às autoridades competentes, P.I. Xapecó, assinam o documento algumas lideranças da comunidade, 18 de junho de 1984. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

DOCUMENTO, Audiência Pública, 18 de dezembro de 1933. Fundo Antonio Selistre de Campos, CEOM, Chapecó.

DOCUMENTO, Exmo Sr. Dr. Jucelino Kubitschek de Oliveira, Digníssimo Presidente da República, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1957. Fundo Antonio Selistre de Campos, CEOM, Chapecó.

DOCUMENTO, Exmo Sr. Irineu Bornhausem, D. D. Governador do Estado, 15 de janeiro de 1953, Chapecó. Fundo Antonio Selistre de Campos, CEOM, Chapecó.

DOCUMENTO, Folha de pagamento do pessoa de serviço na Inspetoria do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), Posto de Assistência, Educação e Nacionalização “Xapecó”, jan. a jun. de 1941, encarregado Leodônio Rodrigues de Quadros, 24 de julho de 1941. Microfilme 064, Planilha 702. Acervo Documental do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

DOCUMENTO, novembro de 1944. Planilha 702, Microfilme 064. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

DOCUMENTO, Os Postos Indígenas do SPI, CNPI, Ministério da Agricultura, sem data, Microfilme 380. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

DOCUMENTO, PI Xapecó, Xanxerê (SC) ao presidente da FUNAI, sr. Dr. Jurandi Marcos da Fonseca por intermédio do delegado regional da 4ª DR, sr. João Darci Ruggeri, 16 de julho de 1984. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

DOCUMENTO, Plano De Trabalho, 21 de setembro de 1963. João de Andrade à IR7. Microfilme 067. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

DOCUMENTO, Rápido Esforço Histórico de 13 de abril de 1952, Fundo Antonio Selistre de Campos, CEOM, Chapecó.

DOCUMENTO, Reuniões realizadas da liderança indígena e comunidade indígena do PI Xapecó, período de 30 de agosto de 1982 até 19 de setembro de 1982, assinada pelas lideranças associadas ao cacique José Domingos Paliano, 04 de novembro de 1982. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

EDITAL, Concorrência Pública n. 1/1964, Processo 1975/1966. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

ENCAMINHAMENTO n. 76, realizado pelo delegado regional José Carlos Alves, 4ª Delegacia Regional, 02 de outubro de 1979. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

FORTHMANN, Heinz. Setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos, BR MI SPI DA SE, IR7 11302 – 11608, Fotografias SPI 11398, SPI 11402, SPI 11405, SPI 11409, SPI 11414, SPI 11417, SPI11421, SPI11424, SPI 11428 e SPI 11433, Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Banco de Dados Agregados, SIDRA, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA/IBGE, Censo 2010. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_gerais_indigenas/default_uf_pdf.shtm. Acesso em: 07 out. 2012.

JORNAL de Santa Catarina, “Reserva ameaçada por desmatamento”, 28 de dezembro de 1988.

JORNAL do Brasil, “Comissão quer aculturar e integrar índios para que precisem de menos terras”, 22 de dezembro de 1968. Microfilme 389. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

JORNAL, Correio Brasiliense, “Entrevista: Jucá, temos que ser pragmáticos”, 08 de novembro de 1987.

JORNAL, Correio da Manhã, “Caingangues eram os mais ricos e hoje passam fome”, 19 de dezembro de 1968. Microfilme 389. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

JORNAL, Correio da Manhã, “Índios escorraçados no sul”, 23 de outubro de 1968. Microfilme 389. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

JORNAL, Diário de Notícias, “Índio é estrangeiro em suas próprias terras”, Segundo Caderno, 25 de outubro de 1968. Microfilme 389, Planilha 076. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

JORNAL, Diário de Notícias, “Na história do índio o pinheiro é o astro”, 25 de outubro de 1968. Microfilme 389, Planilha 076. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

JORNAL, Diário de Notícias, “Polícia Federal vai prender os criminosos de Xanxerê, o Diário foi ver essa guerra”, 25 de outubro de 1968. Microfilme 389, Planilha 076. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

JORNAL, O Estado de São Paulo, “A Funai afasta o chefe do posto indígena de Chapecó”, 10 de julho de 1979.

JORNAL, O Estado de São Paulo, “Família de cacique deposto será transferida”, 20 de julho de 1988.

JORNAL, O Estado de São Paulo, “Funai admite que madeira é desviada e Miséria gera crise entre os índios no oeste”, 17 de julho de 1988.

JORNAL, O Estado de São Paulo, “Funai apura hoje as denúncias da tribo de Chapecó”, 26 de junho de 1979.

JORNAL, O Estado de São Paulo, “Índios revoltam-se em Xaçepó”, 23 de junho de 1979.

JORNAL, O Estado de São Paulo, “Revolta armada depõe cacique Palhano”, 15 de julho de 1988.

JORNAL, Porantim, “Antonio Selistre de Campos, Um defensor dos Kaingang”, janeiro/fevereiro de 1983.

JORNAL, Porantim, “Madeira e corrupção em Xaçepó”, dezembro de 1989.

MAPA FITOGEOGRÁFICO, Estado de Santa Catarina, Herbário Barbosa Rodrigues, desenvolvido por Roberto Miguel Klein, Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente/FATMA, 1978.

MEMORANDO n. 034, Presidente da FUNAI ao delegado regional da 4ª DR, 15 de março de 1983. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

MEMORANDO n. 0710, Delegado regional da 4ª DR Harry Luiz Ávila Teles ao diretor do Departamento Geral de Operações da FUNAI, 27 de novembro de 1981. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

MEMORANDO n. 16, Atílio Masalotti ao Chefe da IR7, 13 de março de 1967, Microfilme 068, Planilha 744. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

MEMORANDO n. 266, Delegado regional da 4ª DR Eustáquio Machado ao Sr. Presidente da FUNAI, 23 de maio de 1985. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

MEMORANDO n. 7, Sebastião Lucena da Silva ao Chefe da IR7, 26 de maio de 1965. Microfilme 068. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

MEMORANDO n. 770, Delegado regional da 4ª DR Harry Luiz Ávila Teles ao diretor da Divisão de Gestão e Orçamentos, DGO/FUNAI, 22 de dezembro de 1982. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

MENSAGEM, do Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva ao Congresso Legislativo, na 1ª sessão da 6ª Legislatura, em 1º de fevereiro de 1902, Governo do Estado do Paraná. Acervo Documental da Fundação Nacional do Índio/FUNAI em Paranaguá, sob responsabilidade da Coordenação Técnica Local/CTL/FUNAI.

NORMA PROVISÓRIA, Organização das Superintendências Executivas Regionais, Ministério de Estado do Interior, 05 de junho de 1986. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

OFÍCIO n. 12, de 3 de junho de 1951 ao chefe da IR7, Lourival da Mota Cabral, de Nereu Moreira da Costa. Microfilme 064. Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

OFÍCIO n. 15, de 20 de setembro de 1951, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7. Microfilme 064, Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

OFÍCIO n. 18, de 26 de julho de 1961, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7. Microfilme 067, Planilha 741. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

OFÍCIO n. 19, de 02 de julho de 1954, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7. Microfilme 064, Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

OFÍCIO n. 19, de 10 setembro de 1963, João de Andrade à IR7. Microfilme 067. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

OFÍCIO n. 20, de 22 de setembro de 1963, João de Andrade à IR7. Microfilme 067. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

OFÍCIO n. 22, de 17 de novembro de 1950, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

OFÍCIO n. 26, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7, de 06/11/1952. Microfilme 064, Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

OFÍCIO n. 545, Delegado da 4ª DR ao Diretor do DGPI sobre Previsão dos encargos financeiros do mês de dezembro, 14 de dezembro de 1972. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

OFÍCIO n. 7, de 22 de fevereiro de 1954, Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7. Microfilme 064, Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

OFÍCIO n. 7, de 23/04/1960, Microfilme 064, Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

OFÍCIO n. NLS 113, Câmara de Vereadores Municipal de Xanxerê, na autoridade do presidente Aldo Brandalise, enviado ao Excelentíssimo Senhor MD. Presidente do IBDF, 25 de junho de 1984. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

OFÍCIO, 02 de maio de 1949. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

OFÍCIO, 25 de maio de 1949. Microfilme 064, Planilha 703. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

- OFÍCIO, IR7, de 06 de fevereiro de 1954. Microfilme 064, Planilha 704. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.
- OFÍCIO, n. 24 enviado por Wismar Costa Lima ao Sr. Lourival da Mota Cabral, em 25 de maio de 1949, Diretor da 7ª Inspeção Regional do S.P.I., Curitiba. Fundo SPI, Planilha 703, Microfilme 064, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.
- ORDEM DE SERVIÇO INTERNA n.2, do agente encarregado Afílio Masalotti, 06 de fevereiro de 1967. Microfilme 068, Planilha 744. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.
- ORDEM DE SERVIÇO n. 1, Agente encarregado Afílio Masalotti, 01 de fevereiro de 1967, Microfilme 068, Planilha 744. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/OIT, Convenção n. 169. Sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/513>. Acesso em 25 jul 2013.
- PALMAS, 02 de novembro de 1840, Caixa 230, pacote I, Documento 44, Ordem 1025, Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo.
- PAPELETA n. 9-D/DGPI/FUNAI, General Clodomiro Fortes Flôres, Diretor Geral, FUNAI, 7 de agosto de 1970. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.
- PARANÁ, Decreto n. 6, de 31 de julho de 1901, Reservou as terras de Rio das Cobras. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.
- PARANÁ, Decreto n. 6, de 5 de julho de 1900, Reservou terras devolutas referentes aos Aldeamentos de São Pedro de Alcantara e São Jerônimo. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.
- PARANÁ, Decreto n. 64, de 2 de março de 1903, Reservou as terras de Mangueirinha. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.
- PARANÁ, Decreto n. 7, 18 de junho de 1902, Reservou as aos índios Coroados da tribo do cacique Vaicrê entre os rios Chapecó e Chapecozinho e a estrada. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.
- PARANÁ, Decreto n. 8, de 9 de setembro de 1901, Reservou as terras de Apucarana. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.
- PARANÁ, Lei n. 853 em 22 de março de 1909. Acervo Documental da Fundação Nacional do Índio/FUNAI em Paranaguá, Coordenação Técnica Local da/CTL/FUNAI.

PLANO DE CONTAS, Renda do Patrimônio Indígena, DRI/DGA/FUNAI, 18 de março de 1977. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

PLANO, Aplicação do Patrimônio Indígena do Exercício de 1972, General Clodomiro Flores, Diretor do DGPI/FUNAI, Brasília, 13 de julho de 1972. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

PLANTA, Imóvel Reservado para os Índios, Estado de Santa Catarina, Serviço de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura, de 21 de janeiro de 1954, Documento 00787 ou 00588 ao 00806 ou 00607, Microfilme 322. Fundo SPI, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

PLANTA, Terreno Reservado para Índio, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço de Proteção aos Índios, de 1937. Microfilme 379, Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

PROCESSO, 08001 007576/2005, Ministério da Justiça, Consultoria Jurídica, assunto Ampliação Área Indígena Chapecó/SC, data 24 novembro de 2005. Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

PROCESSO, 1240/1989, Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

PROCESSO, 1975/1966, Fl. 01 – 13. Memorial do Sr. Alberto Berthier de Almeida, pleiteando direitos de propriedade sobre as terras dos índios Coroados, Posto Dr. Selistre de Campos. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Processo acessado na Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

PROCESSO, 2221/1997, 1º volume, Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

PROTOCOLO n. 07315/65 – SECOR, de 19 de fevereiro de 1965, Kiyossi Kanayama, advogado da IR7. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá.

PROTOCOLO n. 186/65 – IR7, de 19 de fevereiro de 1965, Kiyossi Kanayama, advogado da IR7. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá.

PROTOCOLO n. MA/GM/BR 293/65, de 19 de fevereiro de 1965, Kiyossi Kanayama, advogado da IR7. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá.

RECENSEAMENTO, dos índios do Banhado Grande, Pinhalzinho e Imbú de janeiro de 1938. Planilha 702, Microfilme 064; Documento de 1º de dezembro de 1942, Planilha 702, Microfilme 064. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RECIBO, de arrendamento de capoeiras da Reserva Indígena de Xapecó, de 11 de setembro de 1943, assinado pelo chefe do Posto Indígena do SPI, Francisco Siqueira Fortes. Planilha 702, Microfilme 064, Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RECOMENDAÇÃO, Auditoria realizada na 4ª Delegacia Regional, 03 de novembro de 1978. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá.

RELAÇÃO, Madeira de pinho serrada e estocada na serraria do Posto, João Garcia de Lima ao Chefe da IR7, 30 de outubro de 1967. Microfilme 068. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RELAÇÃO, Pessoal Permanente dos Programas e Projetos, sob a jurisdição da Coordenação PAT. Indígena – 4ª DR, Pagos à conta renda PAT. Indígena, sem data. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá.

RELATO, Selistre de Campos, documento sem data, Fundo Antonio Selistre de Campos, CEOM, Chapecó.

RELATÓRIO ANUAL, Posto Indígena Xapecó de 10 de dezembro de 1942, Microfilme 064, Planilha 702. Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RELATÓRIO ANUAL, Posto Indígena Xapecó, 1º de dezembro de 1945, Microfilme 064, Planilha 702. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RELATÓRIO, 4ª Delegacia Regional da FUNAI, agosto de 1972. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá.

RELATÓRIO, Auditoria n. 018/AUD/78, sobre auditoria realizada na 4ª Delegacia Regional, de 16 de outubro a 04 de novembro de 1978, 17 de novembro de 1978. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá.

RELATÓRIO, Inquérito Policial n. 85, indiciado Franklin Mäder, Incidência Penal nos art. 213 c/c arts. 224 e 226 do CP. Assina o documento o delegado da Polícia Federal, José Benedito de Oliveira

Souza, 25 de julho de 1979. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

RELATÓRIO, Inspeção n. 1/1967. Processo 2221/1997, 1º volume, Fl. 100 – 104. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

RELATÓRIO, Inspeção Parcial procedida na IR7, de 17 de maio de 1947, Rio de Janeiro. Microfilme 379. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RELATÓRIO, IR7 de 30 de dezembro de 1949. Microfilme 342. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RELATÓRIO, IR7 de 31 de dezembro de 1957. Microfilme 341. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RELATÓRIO, IR7, de 1949. Microfilme 342. Fundo SPI. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RELATÓRIO, IR7, elaborado por Ney Land, de 19 de março de 1964. Microfilme 322. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RELATÓRIO, João Garcia de Lima ao Chefe da IR7, 16 de outubro de 1967. Microfilme 068. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RELATÓRIO, João Garcia de Lima ao Chefe da IR7, 25 de novembro de 1967. Microfilme 068. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RELATÓRIO, Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, elaborado por Ney Land, de 05 de junho de 1964, Microfilme 322. Fundo SPI. Acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

RELATÓRIO, Postos Indígenas da IR7, por Almir Soares de Carvalho, agosto de 1968. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/FUNAI, Paranaguá.

RELATÓRIO, Técnico Florestal das observações nas viagens aos seguintes Pis. Xapecó, Palmas, Guarita, Mangueirinha, Rio das Cobras e Guarapuava, elaborado pelo engenheiro florestal Miguel S. Milano da 4ª Delegacia Regional, 27 de dezembro de 1979. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

RELATÓRIO, Viagem ao PI Xapecó e PI Palmas, elaborado pelo engenheiro florestal Nuno Fernando Dias, 02 de agosto de 1984. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

RELATÓRIO, Viagem do presidente da FUNAI à 4ª Delegacia Regional, 12 a 16 de novembro de 1969, 18/11/1969, Processo

2221/1997, 1º volume, Fl. 143 - 150. Fundação Nacional do Índio/Ministério do Interior. Documentação da Diretoria de Proteção Territorial/Setor Documentação – DPT/ DOC, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Brasília.

RESUMO GERAL, Salários e nº de funcionários de Programa ou Projetos da 4ª DR, pela Coordenação do Patrimônio Indígena/CPI, 12 de agosto de 1976. Acervo da Coordenação Local de Paranaguá/ FUNAI, Paranaguá.

VEIGA, Juracilda. Resumo do Relatório de Identificação e delimitação, memorial descritivo e mapa. Encaminhado a AER/FUNAI em 05/09/2003. Sem paginação. Acervo do CEOM.

VELLOZO, Nilo de Oliveira. 1952. BR MI SPI DA SE IK 2774-2802, Fotografias SPI a2782, SPI a2787, SPI a2788, SPI a2789. Acervo Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Lucien. Le parler des Caingangs. *Congrès International des Américanistes*, Paris, 1902. Disponível em: Permalink: http://biblio.etnolinguistica.org/adam_1902_le_parler. Acesso em: 23 nov. 2010.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. *História dentro da história*. In: PINSKY, Carla (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.
- _____. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- ALMEIDA, Carina S. de. *Tempo e Narrativa: os Kaingáng na etnografia e etnologia e as relações entre homem e natureza*. Contribuições para a etno-história e história indígena. In: NÖTZOLD, A. L. V., ROSA, H. A., e BRINGMANN, S. F. (Org.). *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Palotti, 2012.
- _____; NÖTZOLD, Ana Lúcia V.. A luta pela terra em território Kaingang: os conflitos na Terra Indígena Xaçecó (SC/Brasil) ao longo do século XX. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 279-303, dez. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/issue/current/showToc>. Acesso em: 06 out 2012.
- _____. NÖTZOLD, Ana Lúcia V.. A proteção tutelar às avessas: o Relatório Figueiredo e a violência contra o Povo Kaingang. *Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”*, 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis. Disponível em: http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1404569912_ARQUIVO_APROTECAOTUTELARASAVESSASORelatorioFigueiredoeaviolenciacontraopovoKaingang.pdf. Acesso em: 30 out 2014.
- ALMEIDA, Ledson Kurtz de. *Análise antropológica das igrejas cristãs entre os Kaingang baseada na etnografia, na cosmologia e dualismo*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, PPGAS/UFSC. Florianópolis, 2004.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

_____. *O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre a cultura histórica e política*. In: SOIHET, Rachel. et al. *Mitos, projetos e práticas políticas: memórias e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

AMBROSETTI, Juan B. Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones), com un vocabulario. *Revista del Jardín Zoológico*, Buenos Aires, tomo II, 10, 1895. Disponível em: http://biblio.etnolingüística.org/ambrosetti_1895_kaingangues. Acesso em: 6 mai. 2010.

AMOROSO, Marta Rosa. Nimuendajú às voltas com a história. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, n. 2, 2001. p. 173-186. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000200006. Acesso em: 10 set. 2012.

____ et al. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP Paribas, 2003.

AYOADE, J. O. *Introdução à climatologia para os trópicos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

BALANDIER, Georges. *Etnografia, Etnologia, Antropologia*. In: GURVITH, Georges (Org.). *Tratado de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. v.1.

BALDUS, Herbert. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979.

BALÉE, William. Sobre a indigeneidade das paisagens. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, p.09-23, 2008. Disponível em: <http://sabnet.com.br/revista/section-blog/35-2008/61-2008-revista-de-arqueologia-21-vol1>. Acesso em: Agosto de 2013.

BASTOS, Pedro Paulo Z.. *Gestão macroeconômica, mudança institucional e revolução burguesa na era Vargas: quando a ortodoxia foi superada?* *Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia*. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211758500-.pdf> Acesso em: 02 out 2014.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1917-1950)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH/UFSC, Florianópolis, 1991

- BELLOTTO, Heloísa L. Política indigenista no Brasil Colonial (1570 – 1757). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 29, 1988.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes; PICCOLI, Valéria. *Desenho e conquista territorial*. In: AMOROSO, Marta Rosa et al. Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: BNP Paribas, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *O narrador*. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. v.1.
- BIGIO, Elias dos Santos. Ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.13-93, dez. 2007.
- BORBA, Telemaco M. *Actualidade Indígena (Paraná, Brazil)*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/borba_1908_actualidade. Acesso em: 30 abr. 2010.
- _____. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Typographia do Diario Official, v.VI, 1904. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/borba_1904_observacoes. Acesso em: 30 abr. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *O habitus e o espaço dos estilos de vida*. In: _____. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio (Org.) *Vamos demarcar nossa terra*. Caderno de Estudo 2. CIMI/Florianópolis e Comissão Guarani Nhemonguetá, jul. 2010.
- _____. *Povos Indígenas em Santa Catarina*. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia V.; ROSA, Helena A.; BRINGMANN, Sandor F. (Org). Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012.
- _____. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH/UFSC. Florianópolis, 2012.
- BRINGMANN, Sandor F.. *O Programa Educacional do SPI e os Clubes Agrícolas Escolares: a experiência entre os Kaingang do RS e de SC (1941-1967)*. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia; ROSA, Helena Alpini;

BRINGMANN, Sandor Fernando (Org). *Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura*. Trigo e soja. Petrópolis/Ijuí: Editora Vozes (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, Ijuí, RS), 1988.

BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGH/UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

CAMPOS, Antonio Selistre de. *A tragédia do Índio*. A Voz de Chapecó, ano VII, 3 jul. 1949, n. 242, Chapecó, Santa Catarina. Cadernos do CEOM, A voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos: 1939 – 1957. Chapecó: Argos, 2004.

_____. *O Serviço de Proteção aos Índios passa a ser de perseguição aos índios de Chapecósinho*. A Voz de Chapecó, ano II, 24 out.1948, n. 206. Chapecó, Santa Catarina. Cadernos do CEOM. A voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos: 1939 – 1957. Chapecó: Argos, 2004.

_____. *Pinhalzinho*. A Voz de Chapecó, ano VIII, 2 out. 1949, n. 255, Cadernos do CEOM, A voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos: 1939 – 1957. Chapecó: Argos, 2004.

CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio (Org.). *Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. 15 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Miguel M. X. de. Os fatores do desmatamento da floresta com Araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 32-52, ago. 2011.

_____. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH/UFSC, Florianópolis, 2010.

CARVALHO, Paulo E. R. Pinheiro-bravo. *Podocarpus lambertii*. *Circular técnica* 95, EMBRAPA, dez. 2004. Disponível em: <http://www.cnpf.embrapa.br/publica/circtec/edicoes/circ-tec95.pdf>.

Acesso em: dez. 2013.

_____. Pinheiro-do-Paraná. *Circular técnica* 60, EMBRAPA, nov. 2002. Disponível em:

- <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/304455/1/CT0060.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.
- CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos em educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CEMITILLE, Luiz de. Memória sobre os índios caingangs e camés (coroados). 1882. In: TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. Os índios Caingangues (Coroados de Guarapuava). Monografia acompanhada de um vocabulário do dialeto de que usam. *Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/taunay_1888_caingangues. Acesso em: 11 out. 2011.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- CORBIN, Alain. *L'homme dans le paysage*. Entretien avec Jean Lebrun. Paris: Les editions Textuel, 2001.
- CORREA, Silvio M. de S.; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- CRÉPEAU, Robert R. A prática do xamanismo entre os Kaingang do Brasil meridional: uma breve comparação com o xamanismo Bororo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n.18, dez. 2002.
- CRONON, William. *Un lugar para relatos: natureza, historia y narrativa*. In: PALACIO, Germán; ULLOA, Astrid. Repensando la naturaleza. Encuentros y desencuentros disciplinarios em torno a lo ambiental. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia-Sede Leticia; Instituto Amazónico de Investigaciones Imani; Instituto Colombiano de Antropología e Historia; Colciencias, 2002.
- CUNHA, Manuela C. da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. Les études Ge. *L'Homme*, XXXIII (2-4), avr.-déc. 1993.
- D'ANGELIS, Wilmar da R.. Para uma história do oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*, CEOM 20 anos de memória e história no oeste de Santa Catarina, edição comemorativa, n.23, 2006.
- _____. Mabilde e seus “apontamentos” sobre os coroados selvagens: tentando separar informação de mistificação e preconceitos. *Anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Goiânia, 11 a 14 jun., 2006. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Wilmar.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2009.

_____. O primeiro século de registro da língua Kaingáng (1842-1950): valor e uso da documentação etnográfica. *Anais 3º Encontro Macro-Jê*, Brasília, LALI-UnB, 3-6 dez. 2003. Disponível em: <http://www.portalKaingang.org/Primeiros100anos.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.

_____; FÓKÂE, Vicente F. Toldo Imbú, *Cadernos do CEOM*, Série Documento. Chapecó: UNOESC, 1994.

_____; VEIGA, Juracilda. Habitação e acampamentos Kaingang hoje e no passado. *Cadernos do CEOM*, n. 18. Chapecó: Unochapecó/Argos, 2003.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. A história e a devastação da mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DESCOLA, Philippe. Estrutura ou Sentimento: A Relação com o Animal na Amazônia. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

DUTRA, Tânia Lindner; STRANZ, Anamaria. *História das Araucariaceae: a contribuição dos fósseis para o entendimento das adaptações modernas da família no Hemisfério Sul, com vistas a seu manejo e conservação*. In RONCHI, L.H.; COELHO, O.G.W. (Org.). *Tecnologia, diagnóstico e planejamento ambiental*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003.

EDUARDO, Rosemari Pozzi. *A madeira em Santa Catarina (1930-1974)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, PPGH/UFPR, Curitiba, 1974.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v.1.

FERNANDES, Florestan. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. 2 ed. São Paulo: Global, 2009.

_____. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. UnB, 1989.

FERNANDES, Loureiro. Os caingangues de Palmas. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v.1, jun.1941.

FERNANDES, Ricardo Cid. *Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação

- em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina/PPGAS-UFSC, 1998.
- FERREIRA NETO, Edgar. *História e etnia*. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FERREIRA, Andrey C. *Tutela e resistência indígena*. Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado Brasileiro. São Paulo: USP, 2013.
- FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- FONSECA, P. C. D.. Gênese e precursores do desenvolvimento no Brasil. *Revista Pesquisa & Debate*, PUC-SP, v.15, n.2 (26), p.225 – 256, 2004. Disponível em: http://www8.ufrgs.br/decon/publonline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Desenvolvimentismo.pdf. Acesso em: 02 out. 2014.
- _____; MOLLO, Maria de Lourdes R.. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Revista de Economia Política*, vol. 33, n. 2 (131), pp. 222 – 239, abril-junho/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a02v33n2.pdf>. Acesso em: 02 out. 2014.
- FREIRE, Carlos Augusto da R. (Org.) *Memória do SPI*. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910 – 1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.
- _____; OLIVEIRA, João Pacheco de. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e LACED/Museu Nacional, 2010.
- FREITAS, Sônia Maria. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – I. 43 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*. Editado em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria Técnica. *Geografia do Brasil: Região Sul*. Rio de Janeiro: SERGRAF/IBGE, 1977. v. 5.

- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 11 Ed. São Paulo: nacional, 1971.
- GALLOIS, Dominique T. *Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?* In: RICARDO, Fany (Org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza. O desafio das sobreposições territoriais*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*. História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, 2008.
- GARCEZ FILHO, João M.. *Notas biográficas sobre Afonso Botelho de Sampaio e Sousa*. In: AMOROSO, Marta Rosa et al. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP Paribas, 2003.
- GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.20, n.39, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882000000100002&script=sci_arttext. Acesso em: jul. 2014.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GERHARDT, Marcos. *A História Ambiental da erva-mate*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH/UFSC, Florianópolis, 2013.
- GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.
- _____. *Os índios e o Brasil*. Passado, presente e futuro. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. Da territorialização a multiterritorialidade. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2314>. Acesso em: set 2013.
- HANKE, Wanda. Apuntes sobre el idioma Caingangue de los Botocudos de Sta. Catarina, Brasil. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. 6, 1947. Disponível em:

- http://biblio.etnolinguistica.org/hanke_1947_apuntes. Acesso em: 23 nov. 2010.
- HAVERROTH, Moacir. *Kaingang, um estudo etnobotânico: o uso e a classificação das plantas na Área Indígena Xaçecó (oeste de SC)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, 1997.
- HECK, Egon D. *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares 1967 a 1985*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. São Paulo: 1996.
- HENRY, Jules. *Jungle People, a Kaingáng tribe of the highlands of Brazil*. New York, Vintage Books, 1964.
- HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- HOLANDA, Fabíola. Construção de narrativas em história oral: em busca dos narradores plenos. *Oralidades*, São Paulo, v. 6, jul./dez. 2009. p. 16. Disponível em: http://oralid.vitis.uspnet.usp.br/images/stories/edicoes/06/06_linha_e_ponto.pdf. Acesso em 25 set. 2012.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HUECK, Kurt. *As florestas da América do Sul*. Ecologia, composição e importância econômica. São Paulo: Ed. Polígono e Ed. UnB, 1972.
- IHERING, Hermann von. A civilização prehistorica do Brazil meridional. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. I, 1895. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/ihering-1895-civilisacao>. Acesso em: 31 mar. 2012.
- _____. A ethnographia do Brazil meridional. *Actas del Congreso Internacional de Americanistas*, Buenos Aires, 1912. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/ihering_1912_a_ethnographia. Acesso em: 31 mar. 2012.
- _____. A ethnologia do Brazil meridional. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, São Paulo, v. XI, 1906. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/ihering-1906-ethnologia>. Acesso em: 12 out. 2011.
- _____. A questão dos índios no Brazil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VIII, 1911. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/ihering-1911-questao>. Acesso em: 31 mar. 2012.

_____. El hombre prehistórico del Brasil. *Historia Revista Bi-Mensual*, Buenos Aires, n.1, tomo 1, 1903. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/ihering_1903_hombre. Acesso em: 30 abr. 2010.

_____. Os Guayanãs e Caingangs de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v.VI, 1904. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/ihering_1904_guayanas. Acesso em: 30 abr. 2010.

JATOBÁ, Lucivânio. LINS, Rachel C.. *Introdução à Geomorfologia*. 5 ed. Recife: Bagaço, 2008.

KAPLAN, Joanna Overing. Orientation for paper topics and comments; Social time and social space in lowlands South American societies. *Actes du XLII Congrès International des Américanistes*, Paris, 1977.

KELLER, Franz. Noções sobre os indígenas da Província do Paraná (1867). *Boletim do Museu do Índio/FUNAI*, Antropologia, Rio de Janeiro, n.1, 1974.

KLEIN, Roberto M. *Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Ilustrada Catarinense, V Parte. Itajaí/Florianópolis: Herbário Barbosa Rodrigues/HBR, Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul/SUDESUL. Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente/FATMA, 1978.

KOENIGSWALD, Gustav von. Die Corôados im südlichen Brasilien. *Globus*, v. 94, 1908. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/koenigswald-1908-coroados>. Acesso em: 11 out. 2011.

LARAIA, R. de B. A morte e as mortes de Curt Nimuendajú. *Série Antropologia*, n. 64, 1988. p. 02-09. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/laraia_1988_curt. Acesso em: 10 set. 2012.

LAROQUE, Luis Fernando. *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889 – 1930)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, PPGH/UNISINOS. São Leopoldo, 2006.

LAVALLE, Aida Mansani. *A madeira na economia paranaense*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, PPGH/UFPR, Curitiba, 1974.

LEÃO, Ermelino A. de. Subsídios para o estudo dos Kaingangs do Paraná. *Segundo Congresso Brasileiro de Geografia*, Curitiba, 1910.

LEONEL, Mauro. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 40, p. 231 – 250, São Paulo, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropología estructural*. Barcelona: Ediciones Paidós S.A., 1987.

_____. Las estructuras sociales en el Brasil Central y Oriental; ¿Existen las organizaciones dualistas?. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropología estructural*. Barcelona: Ediciones Paidós S.A., 1987.

_____. On manipulated sociological model. *Bijdragen tot de Taal, Land en Volkenkunde*, Leiden, 116, n. 1, 1960. p. 45-54. Disponível em: <http://www.kitlv-journals.nl/index.php/btlv/article/viewFile/2315/3076>. Acesso em: 30 ago. 2011.

_____. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo IV, n. 13, 1842. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/lima_1842_memoria. Acesso em: 15 dez. 2011.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, 322. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf. Acesso em: 11 set 2013.

LUCIANO, Gersem dos S., Baniwa. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Projeto Trilhas de Conhecimentos – LACED/Museu Nacional, 2006.

MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. 1836 – 1866. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. A formação e a atuação das chefias caboclas (1912 – 1916). São Paulo: Ed. UNICAMP, 2004.

MANIZER, Henrich H. *Os Kaingang de São Paulo*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.

MANUAL TÉCNICO DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA. *Série Manuais Técnicos em Geociências*, n. 1. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ManuaisdeGeociencias/Manual%20Tecnico%20da%20Vegetacao%20Brasileira%20n.1.pdf>. Acesso em: 29 set. 2012.

MARTINEZ, Benigno F. Os índios Guayanãs. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VI, 1904. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/martinez_1904_guayanas. Acesso em: 30 abr. 2010.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n.1, mai. 1996. p. 30 Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol08n1/o%20tempo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista Trimestral de História e Geografia do Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, n. 24, Tomo VI, jan. 1845. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>. Acesso em: 17 fev. 2011.

MATTOSO JR, J. C. *A obra lingüística de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: Publicações avulsas do Museu Nacional, 1959. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/mattoso_1959_obra. Acesso em: 10 set. 2012.

MAYBURY-LEWIS, David. (Org.) *Dialectical Societies: The Gê and Bororo Indians of Central Brazil*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

_____. The analysis of dual organizations: a methodological critique. *Bijdragen tot de Taal, Land en Volkenkunde*, Leiden, 116, n. 1, 1960. p. 17-44. Disponível em:

<http://kitlv.library.uu.nl/index.php/btlv/article/viewFile/2314/3075>.

Acesso em: 30 ago. 2011.

_____. Vivendo Leviatã: Grupos Étnicos e o Estado. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro e Fortaleza, 83, 1985.

MEDEIROS, João de Deus. *Santa Catarina*. In: CAMPANILI, Maura; PROCHNOW, Miriam. (Org.). *Mata Atlântica: uma rede pela floresta*. Brasília: RMA, 2006. Disponível em:

- www.apremavi.org.br/download.php?codigoArquivo=93. Acesso em: 29 set. 2012.
- MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. *Manual de História Oral*. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MELATTI, J.C.. Curt Nimuendajú e os Jê. *Série Antropologia*, Brasília, n. 49, 1985. p. 2-22. Disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-nimuendaju.pdf>. Acesso em: 10 set. 2012.
- MENDES, Marcos de S.. *Heinz Förthmann: fotografia e cinema no SPI – 1942/1959*. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.) *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910 – 1967)*. Rio de Janeiro: Museu do índio – FUNAI, 2011.
- MÉTRAUX, Alfred. Curt Nimuendajú (1883-1946). *Journal de la société des américanistes*, v. 39, n. 1, 1950. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/metraux_1950_curt. Acesso em: 10 set. 2012.
- _____. The Caingang. In: STEWARD, Julian H. (Org.). *Handbook of South American Indians*. The marginal tribes. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. Washington: Government Publishing Office, 1946. v.1. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/hsai>. Acesso em: 18 out. 2012.
- MONTEIRO, John M. *O desafio da história indígena no Brasil*. In: GRUPIONI, L. D.; SILVA, A.L da. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4 ed. SP: Global; Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004.
- _____. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *O escravo índio, esse desconhecido*. In: GRUPIONI, Luís Donisete B. (Org.). *Índios no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.
- _____. *Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI – XVII*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- _____. *Tupis, Tapuias e os historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTA, Lúcio Tadeu. *A guerra dos índios Kaingang*. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924). Maringá: Ed. UEM, 1994.

_____. *As colônias indígenas no Paraná provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.

_____. *Os territórios Kaingang entre os rios Goio-Covó (Iguaçu) e Goioaint (Uruguai) no Paraná e Santa Catarina no século XIX*. In: NÖTZOLD, A. L. V., ROSA, H. A., e BRINGMANN, S. F. (Org.). *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Palotti, 2012.

NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil*, Rio de Janeiro, Tomo XLIX, 1886. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/nascimento_1886_viagem. Acesso em: 30 jun. 2011.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Etnografia e Indigenismo*. Sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

NOELLI, Francisco Silva. *O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil*. In: MOTA, Lúcio T.; NOELLI, Francisco S.; TOMMASINO, Kimiye. *Novas contribuições os estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL, 2004.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena A. (Org.). *História e cultura Xokleng Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ*. Florianópolis: Pandion, 2011. v.3.

_____; BRINGMANN, Sandor F. O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 5 n. 10, Dezembro de 2013. p. 147 – 166. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.OServicodeProtecaoaosIndios.pdf. Acesso em: 10 out. 2014.

NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

_____. *Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das Terras Indígenas*. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1998.

OLIVEIRA, Philippe Hanna de Almeida. *Comida forte e comida fraca: alimentação e fabricação dos corpos entre os Kaingáng da Terra Indígena Xaçepó (Santa Catarina, Brasil)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Florianópolis, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil Indígena*. São Paulo: Ed. USP, 1972.

_____. *O índio e o mundo dos brancos*. 4 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996.

PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Revista Estudos Avançados* [online], v. 23, n. 68, 2010.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII)*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989. p. 3 – 15.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

POSEY, Darrel. *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados*. In: Ribeiro, Berta (Org.). *Suma Etnológica Brasileira*, tomo 1. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____; ANDERSON, Anthony B. Manejo de cerrado pelos índios Kayapó. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Botânica, v.2(1), 71 – 98, 25, XII, Belém, 1985.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1980, *Série Histórica Aconteceu Especial* (número 6). CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), ISA (Instituto Socioambiental). São Paulo: CEDI, abril de 1981. p.43. Disponível: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/aconteceu_especial_n_6_-_pib_1980/1. Acesso em: Out. 2013.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1987, 1988, 1989 e 1990. *Série Aconteceu Especial* (número 18). CEDI (Centro Ecumênico de

- Documentação e Informação), ISA (Instituto Socioambiental). São Paulo: CEDI, 1991.
- POZZOBON, Jorge. O lumpen-indigenismo do estado brasileiro. *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 85, 1999. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jsa_0037-9174_1999_num_85_1_1738. Acesso em: 10 jan 2012.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 23 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- _____. *História Econômica do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- QUADROS, Francisco R. Ewerton. Memória sobre os trabalhos de exploração e observação efetuada pela secção da comissão militar encarregada da linha telegráfica de Uberaba a Cuiabá, de fevereiro a junho de 1889. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, 1892. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/quadros_1892_memoria Acesso em: 10 set. 2012.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: São Paulo, 1997. v. 3.
- ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil: 1930 – 1967*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- ROSA, Rogério R. G. da. *Os Kujã são diferentes: um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da Terra Indígena Votouro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGAS/UFRGS. Porto Alegre, 2005
- ROSS, Jurandy L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Comarca de Curitiba*. São Paulo: Companhia Editorial, 1964.
- _____. *Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e missões do Paraguai*. São Paulo: Martins Livreiro, 1940.
- SALVARO, Talita Daniel. *De geração em geração e o lápis na mão: o processo de revitalização da língua Kaingang na educação escolar indígena/Terra Indígena Xapacó – SC*. Dissertação de Mestrado.

- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina/PPGH-UFSC. Florianópolis, 2009.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Ed. USP, 2009.
- SANTOS, Rodrigo Martins dos. *O gê dos gerais – elementos de cartografia para a etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado*. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília/UnB. Brasília: 2013.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *A integração do índio na sociedade regional*. A função dos postos indígenas em Santa Catarina. Santa Catarina: Ed. UFSC, 1970.
- _____. *Indigenismo e expansão capitalista: faces da agonia Kaingang*. Trabalho apresentado como requisito ao concurso de professor titular em Antropologia na UFSC, 1979.
- _____. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.
- _____. *Os direitos dos indígenas no Brasil*. In: GRUPIONI, Luís Donisete B.; SILVA, Araci Lopes da. (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004.
- SCHADEN, Egon. A origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingáng. *Revista de Antropologia*, São Paulo v.1, n. 2, dez. 1953.
- _____. *A representação do dualismo Kaingang no mito heróico tribal*. In: SCHADEN, Egon. A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil. Ensaio etno-sociológico. Brasília: MEC/Serviço de Documentação, 1959.
- _____. *Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira, 1969.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. *O povoamento indígena no sul do Brasil*. In: FARIAS, Deisi S. E. de. (Org.) Maracajá: pré-história e arqueologia. Tubarão: Editora Unisul, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEEGER, A.; DA MATTA, R.; VIVEIROS DE CASTRO, E. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, 1979.

_____. *Os índios e nós*. Estudos sobre sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Campis Ltda, 1970.

SEIXAS, Jacy Alves. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.) *Memória e (re)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. 2 ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. *O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino*. In: AMOROSO, Marta Rosa et al. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP Paribas, 2003.

SILVA, Aracy Lopes da. *Mitos e cosmologias indígenas no Brasil: breve introdução*. In: GRUPIONI, L. D. (Org.). *Índios no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da paisagem*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*. In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUSA, Afonso Botelho de S. Paio e. *Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no governo do General Dom Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão, conforme as ordens de Sua Majestade*. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 76, 1956. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_076_1956.pdf. Acesso em: 30 jun. 2011.

SOUZA, Geraldo H. de Paula. *Notas sobre uma visita a acampamentos de índios Caingangos*. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XX, 1918. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/souza-1918-caingangos>. Acesso em: 11 out. 2011.

SOUZA, Nilson Araújo de. *Economia brasileira contemporânea*. De Getúlio a Lula. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de

- Passo Fundo/RS, 2003. Disponível em: http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2002_mest_upf_ELENICE_SZATKOSKI.pdf. Acesso em: 1 mar 2013.
- TAUNAY, Alfredo d'Escragno. Os índios Caingangues (Coroados de Guarapuava). Monografia acompanhada de um vocabulário do dialeto de que usam. *Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro (IHGB)*, Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/taunay_1888_caingangues. Acesso em: 11 out. 2011.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- TEIXEIRA, Raquel. *As línguas indígenas no Brasil*. In: GRUPIONI, Luís Donisete B.; SILVA, Araci Lopes da. (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOMMASINO, Kimiye. *A ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi*. In: MEDRI, Moacyr E. *et al.* A Bacia do Rio Tibagi. Londrina: M.E. Medri, 2002.
- _____. *Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi*. In: TOMMASINO, K.; MOTA, L. T.; NOELLI, F. S. (Org.). *Novas contribuições os estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL, 2004.
- _____. Os Kaingáng e a construção do tempo atual. *Anais XXª Reunião da ABA, Associação de Antropologia, Salvador/BA, GT Estudos Interdisciplinares dos Jê do Sul, 14 a 18 de abril de 1996*.
- _____. *Território e territorialidade Kaingang*. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (Org.). *Urí e Wāxí – Estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL, 2000.
- _____; MOTA, Lúcio T.; NOELLI, Francisco S. (Org.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL, 2004.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-Nação imperial*. São Paulo: Nankin, Edusp, 2008.

UFPR, Universidade Federal do Paraná. *Inventario Florestal dos postos indígenas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Curitiba. Convênio FUNAI/SUDESUL/UFPR. Setor Ciências Agrárias, 1973.

URBAN, Greg. *A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas*. In: CUNHA, Manuela C. da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VAL FLORIANA, Frei Mansueto Barcatta de. Ensaio de grammatica Kainjgang. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, tomo X, 1918. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/val-floriana-1918-ensaio>. Acesso em: 19 set. 2012.

_____. Dicionários Kainjgang-Portuguez e Portuguez-Kainjgang. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XII, 1920. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/val-floriana-1920-dicionarios>. Acesso em: 31 mar. 2012.

_____. Uma crítica ao "Vocabulário da língua dos Kainjgang" do Visconde de Taunay. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, tomo X, 1918. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/val-floriana-1918-critica>. Acesso em: 31 mar. 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Dos índios do Brasil em geral*. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro. 1854. p.107-108. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01818710>. Acesso em: 18 de dezembro de 2011.

VEIGA, Juracilda. *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.

_____. *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Campinas, PPGAS/UNICAMP. Campinas, 2000.

VIDAL, Lux. *A Cobra Grande*. Uma introdução à cosmologia dos Povos Indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque, Amapá. 2 ed. Rio de Janeiro: Museus do Índio/FUNAI, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, vol.2 n.2. Rio de Janeiro, out. 1996. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005. Acesso em: ago.2012.

- VOGT, F. Die Indianer des Obern Paraná: II. Die Indianer der Coroados-Gruppe. *Mitteilungen der Anthropologischen Gessellschaft*, Wien, 34, 4, 1904. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/vogt_1904_die_indianer. Acesso em: 6 mai. 2010.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste-paranaense*. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.
- WAIBEL, Leo. O que aprendi no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 12, n. 3, jul./set. 1950.
- WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense*. A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.
- WIESEMANN, Ursula. *Dicionário. Português/Português – Kaingang/Português*. 2 ed. Curitiba: Ed. Evangélica Esperança, 2002. Disponível em: <http://www-01.sil.org/AMERICAS/BRASIL/publcns/dictgram/KGDict.pdf>. Acesso em: 16 out.2013.
- _____. Os dialetos da língua Kaingáng e o Xoklém. *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, Instituto de Antropologia Prof. Souza Marques, Rio de Janeiro, vol. III, p. 199-217, 1978. Disponível em: http://biblio.wdfiles.com/local--files/wiesemann-1978-kaingang/wiesemann_1978_kaingang.pdf. Acesso em 10 out. 2011.
- WITTMANN, Luisa T.. *O vapor e o botoque*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.
- ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DOP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

ANEXO A

FORMULÁRIO SEMI-ESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS COM
INDÍGENAS KAINGANG

EIXOS NORTEADORES DA ENTREVISTA	SUB-TEMAS ABORDADOS
Informações pessoais:	a) Nome completo; b) Data e local de nascimento; c) Falante de Kaingang;
Vida familiar e o cotidiano:	a) Comente sobre sua vida familiar; b) Comente sobre o tempo de criança e jovem; c) Frequentou a escola?
Subsistência e trabalho:	a) Comente sobre as formas de subsistências da sua família quando jovem; b) Comente sobre a alimentação no tempo de jovem; c) Comente sobre as roças; d) Comente sobre o seu meio de sustento (trabalho) quando adulto;
História familiar e dos Kaingang da TI Xaçecó:	a) Comente sobre a história da sua família; b) Comento sobre a história da TI Xaçecó;
Terra Indígena no passado e no presente:	a) Comente sobre como era a TI Xaçecó no passado; b) Comente sobre a TI nos dias de hoje; c) Comente sobre as mudanças que você percebe; d) Comente sobre as matas e florestas da TI;
Identidade Kaingang:	a) Comente o que significa ser Kaingang;
Proteção tutelar	a) Comente sobre o tempo do SPI aqui na TI; b) Comente sobre os chefes de Posto que você lembra; c) Comente sobre a FUNAI;

ANEXO B

FORMULÁRIO SEMI-ESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS COM NÃO INDÍGENAS

EIXOS NORTEADORES DA ENTREVISTA	SUB-TEMAS ABORDADOS
Informações pessoais:	a) Nome completo; b) Data e local de nascimento; c) Cite sua ocupação atual e no passado;
Relação com os Kaingang:	a) Comente sobre sua relação com os Kaingang da TI Xapecó; b) Informe como viviam, na sua compreensão, os Kaingang nos tempos passados;
Proteção tutelar:	a) Comente sobre as formas de atuação do SPI/FUNAI na TI Xapecó; b) Como era a administração do Posto Indígena Xapecó; c) Comente sobre os antigos chefes de Posto; c) Comente sobre como se desenvolviam os projetos econômicos na TI Xapecó;
Terra Indígena no passado e no presente:	a) Comente sobre como era a TI Xapecó no passado; b) Comente sobre a TI nos dias de hoje; c) Comente sobre as mudanças que você percebe; d) Comente sobre as matas e florestas da TI; e) Comento sobre os conflitos (se houveram) que você recorda; d) Comente como era a relação entre índios Kaingang e os não indígenas
Questões específicas de acordo com a atuação do entrevistado nas relações com os Kaingnag	

